



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

**GT 4: CAMPONESES E
AGRONEGÓCIO:
ESTRATÉGIAS DE
REPRODUÇÃO E
CONFLITO**



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

ASSENTAMENTO RURAL CAMPESTRE NORTE: TERRITÓRIO DE REFORMA AGRÁRIA?

Clarissa Flávia Santos Araújo¹, Universidade Federal do Piauí (UFPI); Maria do Socorro Lira Monteiro², UFPI; Alyne Maria Sousa Oliveira³, IFPI
cla.flavia@hotmail.com; socorrolira@uol.com.br; alyne.maria@gmail.com
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI)
GT 4: Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

Resumo

A questão da reforma agrária tem suscitado significativos debates teóricos ao longo da história recente do país, devido às diferentes visões sobre a forma de implementação desta política pública, e ao desigual desempenho econômico verificado nos assentamentos. Assim, faz-se mister analisar as alternativas e rumos das experiências de reforma agrária associadas ao agronegócio, tendo como objeto empírico de pesquisa o Assentamento Rural Campestre Norte, localizado na zona rural de Teresina-PI. O assentamento compreende uma área de 797,60 ha, foi reconhecido em 2001 e é gerido pelo INCRA e pela Prefeitura Municipal, por meio da SDR. Possui 180 famílias, cuja principal atividade econômica assenta-se na produção de cana de açúcar para venda direta à Usina COMVAP – Açúcar e Alcool Ltda. Como recursos metodológicos da pesquisa, realizou-se levantamento documental no INCRA e SDR, por meio da análise do processo de formalização e reconhecimento do assentamento, o PDA, além de documentos sobre a instalação da Usina, e aplicaram-se entrevistas não-diretivas com pessoas-chave, como líderes do assentamento, servidores dos órgãos gestores e funcionários da COMVAP, com o fito de compreender o histórico de criação do assentamento e o modo de vida do lugar. Como resultados da pesquisa, verificou-se que os assentados se reproduzem materialmente, através da renda advinda da parceria com a Usina, e caracterizam-se como produtores de cana de açúcar. Conclui-se que, o território é determinado pelas lógicas e práticas produtivas engendradas pelo capital agroindustrial, que estabelece claras relações de poder, representando uma reconfiguração territorial do agronegócio e da agricultura familiar.

1. Introdução

¹ Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

² Professora Associada, nível III, do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI. Professora e orientadora no Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPI.

³ Professora do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Mestre e Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPI.

Desde as duas últimas décadas, o agronegócio canavieiro no Brasil teve um novo surto de expansão, devido à busca por novas fontes de energias limpas e renováveis que possam substituir o petróleo; e ao desenvolvimento de motores *flex-fuel*, criados em 2003, os quais utilizam o álcool como combustível automotor. Nesse contexto, a cana de açúcar se consolida como solução para a crise energética e para os desafios ambientais expressos no aquecimento global (COSTA et al, 2014).

Deste modo, o Brasil se configura como o maior produtor dessa cultura e dos seus derivados, açúcar e etanol, sendo responsável por mais de 50% do açúcar comercializado no mundo (CONAB, 2014). Assim, a cadeia tem exigindo cada vez mais altos índices de produtividade, bem como a utilização intensiva de fertilizantes, adubos químicos e agrotóxicos, o que acarretado em maiores níveis de degradação ambiental.

A expansão dos monocultivos de cana de açúcar tem se acentuado em todo o país e reconfigurado as formas de apropriação territorial em diversas regiões brasileiras, o que implica em prejuízos à existência de territórios de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas e a diversidade de sujeitos do campo, que tem na terra e na mão de obra familiar a base de suas atividades produtivas.

Diante desta expansão, os assentamentos rurais têm aderido à proposta de instalação/ampliação dos canaviais, o que tem gerado diversos problemas. Deste modo, os impactos da expansão da cana não podem ser analisados somente como impulsionadores da dinâmica regional ou como geradores únicos de renda à população assentada, senão também, como resultados e condicionantes de um processo em aberto, fruto da dinâmica social e política da reforma agrária nos contextos regionais, articulados a partir das tramas sociais que opõem-justapõem resistências, conflitos e acomodações (FERRANTE; ALMEIDA, 2009).

Em função desse cenário, a questão da reforma agrária suscita significativos debates teóricos ao longo da história recente do país, devido às diferentes visões sobre a forma de implementação desta política pública, e em relação ao desigual desempenho econômico verificado nos assentamentos.

Nesse sentido, existem no Brasil 9.128 assentamentos de reforma agrária, com 956.543 famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Considerando especificamente os assentamentos situados no Piauí, o referido órgão e seus predecessores criaram, no período de 1900 a 2014, 494 projetos de

assentamentos, envolvendo uma área de 1.381.296,77 ha, beneficiando 31.142 famílias (INCRA, 2014).

Desse total, o município de Teresina conta com o maior número: 14 assentamentos, dos quais sete são geridos pelo INCRA, quatro estão sob a responsabilidade do INCRA em parceria com a Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), por meio da Superintendência do Desenvolvimento Rural (SDR) e três são administrados pelo Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), totalizando uma área de 11.034,06 hectares e 891 famílias assentadas.

Assim, faz-se mister analisar as alternativas e rumos das experiências de reforma agrária associadas ao agronegócio canavieiro, tendo como objeto empírico de pesquisa o Assentamento Rural Campestre Norte, localizado na zona rural de Teresina-PI.

Como recursos metodológicos da pesquisa, realizou-se levantamento documental no INCRA e SDR, por meio da análise do processo de formalização e reconhecimento do assentamento, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), além de documentos sobre a instalação da Usina COMVAP – Açúcar e Alcool Ltda. Ademais, aplicaram-se entrevistas não-diretivas (THIOLLENT, 1987) com pessoas-chave, como líderes do assentamento, servidores dos órgãos gestores, e funcionários da Usina, com o fito de compreender o histórico de criação do assentamento e o modo de vida do lugar.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro item apresentam-se discussões sobre a política de assentamentos rurais no Brasil; o segundo traz a caracterização da área de estudo, bem como o histórico de criação do Assentamento Rural Campestre Norte; o terceiro trata sobre a territorialização do setor sucroenergético no território piauiense; o quarto traz a discussão sobre a entrada da cana de açúcar no Assentamento Rural Campestre Norte, seguido da conclusão.

2. Reforma agrária e a política de assentamentos rurais no Brasil

De acordo com Medeiros e Leite (2009), a intensidade da luta por terra e a demanda por reforma agrária no Brasil se intensificaram no contexto da modernização da agricultura brasileira, desde então, observaram-se no debate político a presença do tema, bem como intervenções conjunturais, com diversas desapropriações e criação de assentamentos rurais.

A Lei nº 4.504/1964, que instituiu o Estatuto da Terra como documento que ainda rege a estrutura fundiária do país, considera reforma agrária como um conjunto de medidas que visa à melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade (BRASIL, 1964).

No entanto, para Silva (2001), a reforma agrária objeto da reivindicação dos trabalhadores rurais não é uma mera distribuição de pequenos lotes, o que configuraria uma forma de barateamento da força de trabalho para as grandes propriedades; mas uma mudança na estrutura política e social do campo, e uma redistribuição de renda, de poder e de direitos, na qual devem figurar as formas multifamiliar e cooperativa como alternativas viáveis para o não-fracionamento da propriedade. Ou seja, figura como uma estratégia dos trabalhadores rurais para romper o monopólio da terra e assim, possibilitar a apropriação dos resultados do seu trabalho.

Nesse sentido, para Medeiros (2003), a reforma agrária não constitui um sinônimo de atraso e ameaça de desestruturação de sistemas produtivos, mas uma das faces da luta contra a desigualdade econômica e social que se verifica no Brasil, e, portanto, como estratégia de construção de uma efetiva democracia, baseada na expansão e criação de direitos.

Destarte, a autora ressalta que os projetos de assentamentos rurais apresentam-se como a materialização do processo de reforma agrária, os quais emergiram no Brasil ao longo das duas últimas décadas, como consequência da intensificação das lutas por terra e da crescente organização das entidades representativas dos trabalhadores chamados de “sem terra”.

Assim, as áreas de assentamentos recebem diversas categorias de trabalhadores, sejam rurais ou urbanos: posseiros, produtores familiares, parceiros em busca de terra própria, atingidos por barragens, seringueiros, assalariados rurais, populações de periferia urbana, aposentados urbanos e rurais (MEDEIROS, 2003). Dessa forma, percebe-se uma diversidade de beneficiários diretos dos assentamentos, uma vez que sua origem no Brasil decorreu da luta dos vários segmentos de trabalhadores rurais, inseridos em um contexto de problemas sociais, tanto no campo como na cidade.

Evidencia-se que o processo de criação e consolidação dos assentamentos constitui uma forma de ação de coletiva; assim, além do público direto, uma pluralidade de atores é envolvida: o governo federal, o INCRA, poder judiciário, governos estaduais e municipais através dos órgãos relacionados à questão da terra, secretarias de

agricultura e seus organismos de assistência técnica, organizações não-governamentais, Igrejas, sindicatos, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), associações de produtores, dentre outros (MEDEIROS; LEITE, 2009).

Em relação ao conceito governamental, conforme a Portaria nº 80/2002 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o assentamento rural é compreendido como uma unidade territorial obtida pelo Programa de Reforma Agrária do governo federal, ou em parceria com estados ou municípios, por desapropriação, arrecadação de terras públicas, aquisição direta, doação, reversão ao patrimônio público ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso a terra (BRASIL, 2002).

Dessa maneira, enfatiza-se que um assentamento rural constitui uma área que recebe investimentos a partir de políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, que passa a ser o principal articulador do processo de implantação e o definidor de políticas de produção para essas novas áreas. Assim, verifica-se nessas novas áreas um processo de reconversão de trajetórias de vida e reelaboração de relações sociais, em que trabalhadores que tinham na provisoriedade do acesso a terra a condição de sobrevivência passam a ter assegurados meios de fixação (MEDEIROS; LEITE, 2009).

Nesse sentido, conforme Herédia et al (2003), o acesso a terra permite às famílias beneficiárias maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar, que resultam em melhoria dos rendimentos e das condições de vida, sobretudo, quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracterizava as famílias anteriormente ao ingresso nos projetos de assentamento.

No que diz respeito ao processo de criação dos assentamentos rurais, este é feito através da publicação de portaria, na qual constam os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto e as próximas ações para sua implantação. Após a criação, o INCRA inicia a fase de instalação das famílias no local, com a liberação dos primeiros créditos e a realização do PDA (INCRA, 2015).

De acordo com o referido órgão, o PDA é um estudo que deve conter um diagnóstico da realidade local e propostas para desenvolver o assentamento. Um dos primeiros resultados do PDA é a organização espacial do projeto de assentamento, na qual é realizado o parcelamento do imóvel em lotes, através de sorteio para designar o lote que caberá a cada família, e são definidas e delimitadas as áreas comunitárias, as áreas de preservação ambiental e para instalação de escolas, igrejas, espaços de lazer, etc.

Ainda referente à fase de instalação, a implantação da infraestrutura básica consiste em umas das ações prioritárias nos assentamentos, contemplando a construção e/ou complementação de estradas vicinais e o saneamento básico, por meio da criação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, além da montagem de redes de eletrificação rural.

No que concerne aos créditos destinados aos assentamentos, foi criado o Novo Crédito de Instalação, através da Lei nº 13.001/2014, e regulamentado pelo Decreto nº 8.256/2014, adotando uma nova sistemática de garantia de recursos ao público da reforma agrária, que compõe-se de três ciclos: o Ciclo I, denominado Instalação, dividido em Apoio Inicial I, Apoio Inicial II, Fomento, e Fomento Mulher; o Ciclo II, chamado de Inclusão Produtiva, compreende o Microcrédito; e o Ciclo III, intitulado Estruturação Produtiva (BRASIL, 2014).

Em relação à habitação, com a criação do Novo Crédito de Instalação, a construção das habitações rurais nos lotes, incluindo o pagamento de mão-de-obra, que era realizada no âmbito do Crédito Instalação, na modalidade Aquisição para Material de Construção, no valor de R\$ 8,2 mil por família, passou a ser financiada pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), conforme a Portaria Interministerial MC/MP/MDA nº 78/2013.

No que se refere aos instrumentos que asseguram o acesso a terra, os beneficiários recebem títulos de domínio ou de concessão de uso. O Contrato de Concessão de Uso (CCU), documento de caráter provisório, dá direito ao assentado de morar e explorar o lote pelo tempo que desejar e de receber sua posse, se cumprir todas as exigências constantes na legislação. O CCU também assegura o cumprimento dos requisitos legais para a permanência da família no assentamento, com todos os deveres, direitos e proibições legais (INCRA, 2015).

Cabe mencionar que os assentados são proibidos de vender, arrendar, alugar, emprestar ou ceder para particulares os lotes de assentamentos do INCRA. Já o título de domínio, garantido pela Lei nº 8.629/1993, transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e o assentado tem condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais (INCRA, 2015).

Assim, após o assentamento das famílias, inicia-se uma nova luta pela consolidação da posse da terra: a construção desse novo território, com a necessária

infraestrutura social (saúde, educação, transporte de qualidade e moradia adequada às especificidades da família rural) e produtiva (terras férteis, assistência técnica e crédito).

Nesse sentido, a reprodução social em assentamentos rurais é um processo que se efetiva no contexto da luta pelo acesso a terra, e na conquista de melhores condições de trabalho e de vida para as gerações presentes e futuras. Para pequenos agricultores desprovidos total ou parcialmente de terra, o seu acesso, além dos demais fatores de produção, significam condição *sine qua non* para o desenvolvimento de suas estratégias de subsistência, afetando diretamente sua qualidade de vida.

Logo, conclui-se que a consolidação dos assentamentos de reforma agrária constitui parte de uma estratégia de desenvolvimento, cujo êxito está intrinsecamente ligado à abertura de diversas possibilidades, cujos efeitos não são mensuráveis a priori. Faz-se, portanto, necessário dimensionar cuidadosamente o seu desempenho no nível local.

3. Assentamento Rural Campestre Norte: caracterização da área e delineamento histórico

De acordo com a Carta de Adesão do Projeto Casulo (PCA) Campestre Norte, elaborada pela PMT, o imóvel denominado Fazenda Aprazível, possuía uma área de 2.483,5 ha, com uma parcela localizada no município de Teresina-PI e a outra parte em José de Freitas-PI, sendo objeto de vistoria pelo INCRA em agosto de 1998.

O relatório de vistoria do referido órgão apresentou a proposta de desapropriação parcial da área, na extensão de 1.731,10 ha, ficando excluída a parcela em que se encontrava instalada a sede do imóvel. No entanto, apesar do parecer técnico favorável, a fazenda não foi desapropriada pelo INCRA, o que intensificou os desentendimentos entre o proprietário e os moradores do imóvel, que arrendavam a terra (INCRA, 2001).

Por solicitação dos arrendatários e das lideranças locais do povoado Campestre Norte ao gestor municipal da época, a prefeitura passou a negociar a área, que foi adquirida em 23 de janeiro de 2001. O valor total do imóvel foi estipulado em R\$ 174.264,07 correspondendo à terra nua, sem benfeitorias (INCRA, 2001).

Conforme as entrevistas efetuadas, a iniciativa de criar o assentamento partiu da Sra. Teresinha de Sousa Medeiros Santos, atual vereadora de Teresina-PI, que formou um grupo com 31 pessoas e fundou em 10 de setembro de 2001 a Associação de Produtores Rurais Assentados da Comunidade Campestre Norte (APRACCAN).

Assim, do ponto de vista da organização social dos assentados, a constituição da associação foi um passo fundamental na luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra, não somente para resolver os problemas com o proprietário do imóvel, mas também porque viabilizou politicamente a conquista da terra a uma população desprovida deste recurso e que era por ele explorada.

Em 09 de julho de 2001, a PMT lavrou ofício nº 296/2001 ao INCRA, encaminhando a aprovação e homologação da Carta de Adesão do Projeto de Assentamento Campestre Norte, na modalidade Casulo, solicitando a abertura de processo para a consecução do referido PCA, com uma área de 797,60 ha, a fim de beneficiar 180 famílias residentes no Povoado Campestre Norte e áreas circunvizinhas. A formalização do Processo nº 54380.003245/2001-80, de criação do projeto de assentamento ocorreu em 06 de agosto de 2001 (INCRA, 2001).

O Assentamento Rural Campestre Norte é gerido pelo INCRA e pela PMT, por meio da SDR e foi reconhecido em 2001, através da Portaria PMT nº 04/2001. Situa-se na zona rural leste de Teresina-PI, compreendendo uma área total de 797,60 ha, distante 26 km da sede do município.

A área de reserva legal é constituída de 166,43 ha, sendo distribuída em duas sub-áreas de 31,58 ha e 134,85 ha, o que corresponde a 20% da área total do imóvel. A Área de Preservação Permanente (APP) compreende um total de 32,99 ha, situada às margens do riacho do Enforcado e 145,66 ha em áreas de morros com declividade entre 50% e 100% (PMT, 2004).

Em relação à infraestrutura física e produtiva do imóvel, o assentamento conta com 180 residências, um galpão, um açude, três poços tubulares, um reservatório de água com capacidade para 250.000L, um campo agrícola irrigado medindo 15,00 ha, rede de energia elétrica de alta e baixa tensões com extensão de 16 Km, um trator, dois tratores do tipo carregadeira, um caminhão tipo $\frac{3}{4}$, um automóvel, duas motocicletas de 125 cilindradas, um equipamento de aplicação de herbicidas, uma máquina espalhadora de calcário, uma máquina descaroçadeira, um sucador de bico, uma forrageira e uma máquina de pilar arroz (PMT, 2011).

No âmbito da educação, a população assentada é atendida pelo Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Santa Teresinha, que funciona em regime de creche, e pela Escola Municipal Campestre Norte, que oferta o ensino fundamental menor, no turno da manhã e tarde, e o médio, de responsabilidade do Estado, no turno da noite, ambos situados dentro da área do assentamento.

Em relação à saúde, o equipamento mais próximo situa-se a 1,3 Km do assentamento, o Posto de Saúde Lina Gayoso, que conta com serviços de atenção básica, nas modalidades Programa Saúde da Família (PSF) e Programas Comunitários de Saúde (PACS), dispondo de um médico, um dentista, uma enfermeira, duas técnicas de enfermagem, uma técnica em higiene bucal e cinco agentes de saúde (PMT, 2011).

O transporte coletivo é realizado diariamente pela empresa EMVIPI, através da linha Campestre, disponibilizando um ônibus, aos preços de R\$ 2,50 e R\$ 1,05 para inteira e meia passagens, respectivamente. São realizadas seis viagens, de segunda a sábado; e duas viagens, aos domingos; com uma hora de duração. Ressalta-se que o veículo trafega na rodovia TER-220, que contorna o perímetro do assentamento.

No que concerne ao acesso aos serviços de telefonia, destaca-se que a área do assentamento possui quatro telefones públicos; porém, não é coberta por sinal de telefonia móvel.

No tocante à prática de atividades de lazer, os entrevistados revelam dificuldade, devido à indisponibilidade/inviabilidade de equipamentos, sendo que explicitam que a única oportunidade de lazer restringe-se a dois campos de futebol improvisados.

No que se refere ao ordenamento territorial, a criação do assentamento acarretou novas formas de ocupação do espaço onde predominava anteriormente a grande propriedade, com o surgimento do núcleo habitacional, com área de 10,50 ha, composto pelas sete áreas verdes, nove áreas institucionais, 10 ruas e pelos 180 pequenos lotes residenciais medindo 15m X 35m; da área de 270,00 ha para exploração agropecuária, destinada ao plantio de cana de açúcar (*Saccharum spp.*); da área de reserva legal, com 166,60 ha; além das áreas não aproveitadas e de APP.

4. Da apropriação territorial à inserção de novos territórios ao circuito do capital

A expansão da monocultura canavieira tem se acentuado em todo o país, provocando uma reconfiguração das formas de apropriação territorial nas regiões brasileiras, gerando processos desterritorializantes.

Conforme Schlesinger (2013), a área de cultivo da cana de açúcar se localiza no raio que varia entre 30 e 40 km, a partir da usina de processamento, devido a logística do transporte até a planta industrial, o que proporciona que todo o entorno se torne alvo de interesse da empresa, seja através de aquisição, arrendamento, parceria ou produção própria, o que tem gerado graves problemas sociais e ambientais. Por conseguinte, em

virtude desse panorama, a monocultura canavieira gera a redução de área de outros cultivos, como também desloca as populações rurais, e provoca desemprego, devido à mecanização da colheita. Em termos de impactos ambientais, o uso intensivo do solo e de insumos químicos (agrotóxicos), tem ocasionado compactação, erosão e contaminação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

Acrescenta-se a esses fatores, a queimada da cana de açúcar para a colheita, que provoca periodicamente impactos sobre a biodiversidade, comprometendo o desempenho dos ecossistemas e a estabilidade da paisagem, além da intensa geração de poluição atmosférica, que afeta a saúde dos trabalhadores e da população residente nas áreas rurais e urbanas mais próximas (SILVA; MARTINS, 2010).

Nesse sentido, para Saquet (2013, p.164), “as forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a desterritorialidade e as novas territorialidades, num único movimento, complexo e heterogêneo”. A territorialidade é construída a partir da relação do indivíduo com o território, diz respeito às relações políticas, econômicas e culturais, pois está ligada ao modo como os indivíduos se organizam e dão significado ao território que pertencem.

Deste modo, “[...] deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (ANDRADE, 2004, p.19).

O território se constitui no espaço territorializado, através de processos de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, resultantes de ações de domínio sobre o espaço para realizar funções e para produzir significados. O território se desdobra em um *continuum*, desde a dominação político-simbólica concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural simbólica, assim, tem-se a noção de “espaço socialmente construído” (HAESBAERT, 2005).

O conceito de territorialização remete à concepção de uma ação política, não essencialmente estatal, cujo objetivo é estabelecer normas ou institucionalidades defendidas por determinados grupos para orientar práticas sociais sobre um determinado território (FREITAS; DIAS; FREITAS, 2010).

Para Saquet (2013), os principais elementos da territorialização estão presentes na desterritorialização: há perda e reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas relações sociais, de elementos culturais, que

são reterritorializados. Novas territorialidades (culturais, políticas e econômicas) são constituídas na reterritorialização.

Nesse sentido, compreende-se que os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão ligados e se complementam. O processo de territorialização é marcado pela ação humana no território expressada pelas manifestações de poder estabelecendo relações de dominação e apropriação.

De acordo com a CONAB (2014), o Piauí possui área total de 13,9 mil hectares e produção de 948 mil toneladas de cana de açúcar, prevista para a safra 2014/2015. Ressalta-se que, no estado há uma empresa sucroenergética, a Companhia Agroindustrial Vale do Parnaíba (COMVAP) – Açúcar e Álcool Ltda., adquirida em 2002 pelo Grupo Olho D'Água, de Recife-PE. Todavia, existem outros produtores que fornecem matéria-prima para a referida Usina.

A COMVAP foi instalada em 1979, no município de União, estado do Piauí, como uma empresa de produção de álcool, implantada no âmbito do Proálcool. O governo do Estado apoiou amplamente as iniciativas da empresa, através da construção de estradas vicinais para facilitar o escoamento da produção e da ampliação da rede elétrica (ALMEIDA; GONÇALVES, 1991).

Com a instalação da COMVAP, muitos trabalhadores foram expulsos de seus territórios, provocando a migração para outras localidades, regiões e periferias urbanas; ou ainda, tiveram que se subordinar às novas regras impostas pela empresa. No período de 1979 a 1986 mais de 800 famílias foram expulsas das regiões Melancias, Centro do Sítio, localizadas no município de União; São Domingos, Havre de Graça e Três Irmãos, município de Teresina; e Meruoca, município de José de Freitas, sem qualquer indenização ou quaisquer outros direitos, sendo suas moradias, roças e quintais destruídos para dar lugar à plantação de cana de açúcar (ALMEIDA; GONÇALVES, 1991).

Antes da instalação da COMVAP, essas regiões eram bastante povoadas e a população vivia do cultivo de produtos agrícolas, como arroz (*Oriza sativa*), milho (*Zea mays*), feijão (*Vigna unguiculata*) e mandioca (*Manihot esculenta*) para subsistência, da criação de aves e caprinos, e da pesca, pois as regiões se encontram próximas ao Rio Parnaíba (ALMEIDA; GONÇALVES, 1991).

Inseridos em um contexto marcado pela vulnerabilidade, dificuldade de acesso a terra e poucas opções de emprego, muitos camponeses tiveram que se subordinar às regras da COMVAP, mediante as estratégias de assalariamento, buscando trabalho e

renda, com vistas à satisfação de suas necessidades e reprodução de seu grupo familiar, transformando-se em mão de obra barata para a empresa. Acrescenta-se que alguns camponeses passaram a arrendar terras de outros proprietários, para continuar a realizar a prática da agricultura e da pecuária.

Assim, a implantação da COMVAP provocou a expropriação de populações rurais, perda de autonomia, liberdade e controle sobre o espaço, o tempo, o território e o processo produtivo, mediante estratégias de assalariamento, com consequente destruição dos modos de vida camponeses, que passam a ser ditados pela vida moderna, voltada para rotinas humanas, produção e usufruto de bens e serviços em turnos estabelecidos pelo processo produtivo do grande capital agroindustrial.

Destarte, o processo territorialização da COMVAP no território piauiense se estabeleceu a partir da apropriação de práticas sócioterritoriais e relações nítidas de poder, totalmente diferentes e antagônicas à economia e/ou ao modo de vida camponês, como a concentração fundiária, a monocultura canavieira, utilização de mão de obra assalariada, com a consequente exploração do trabalho humano, e prejuízos ocasionados ao meio ambiente devido ao uso de agrotóxicos, à queima da cana de açúcar, os quais provocam a destruição de saberes, valores e práticas camponesas.

Nessa perspectiva, o modelo de desenvolvimento agrícola implementado nos municípios de União-PI, José de Freitas-PI e Teresina-PI, principalmente, a partir da década de 1980, com a instituição do Proálcool, apresenta-se como exemplo latente das transformações ocorridas no campo brasileiro com o processo de modernização da agricultura, pois ao mesmo tempo que comporta uma agricultura moderna, produz graves problemas sociais e ambientais.

5. A cana de açúcar entra no assentamento

A discussão da expansão da cultura canavieira no território piauiense está relacionada ao processo de territorialização do setor sucroenergético no estado, principalmente, considerando ser esta uma das forças hegemônicas da reorganização produtiva em uma região marcada pela presença da cana de açúcar.

Em 2002, o grupo Olho D'água adquiriu a Usina COMVAP, e propôs a ampliação da sua capacidade de produção, principalmente através da aquisição de matéria-prima de fornecedores, conforme relato do atual diretor da empresa,

[...] Na época que compramos (dezembro de 2002) só era produzido álcool. Em 2003 quem colheu foi o antigo dono. Na época compravam 8.000 ton dos fornecedores, [...] era uma produção muito inexpressiva. Produziam 270.000 ton, não tinham escala, era inviável (informação verbal⁴).

Nesse sentido, o Assentamento aderiu à proposta de plantio de cana de açúcar para fornecer à Usina. O assentamento está localizado a 20km da empresa e faz divisa com seus campos de produção. Entretanto, de acordo com o relato do atual diretor da COMVAP, o mesmo não concordou inicialmente com projeto produtivo no assentamento.

[...] fizeram uma reunião pra perguntar o que achava sobre o projeto de cana no assentamento. A princípio fui contra, já tive experiências com comunidades, pelas condições de mercado, onde eles não tem nenhum peso. Não há regras de mercado. É uma lavoura anual, sazonal, que só produz renda uma vez por ano, exige um conhecimento de agricultura (moderna), pra aplicar corretivos no solo, defensivos, porque o mato concorre com a cana. [...] As áreas de cana são grandes. Cana é produzida em escala muito maior. Não aconselhava. Era melhor uma cultura de subsistência, não está na cultura da população (informação verbal⁵).

Segundo relatos dos entrevistados, a iniciativa para a implantação, em 2004, do projeto produtivo de cana de açúcar no Assentamento partiu dos próprios assentados, cuja maioria era composta de ex-funcionários da COMVAP, com experiência no plantio de cana de açúcar. Em 2005, a associação apresentou o referido projeto ao INCRA, à PMT e ao Banco do Nordeste para a aquisição do financiamento, no âmbito do PRONAF-A no valor de R\$ 1.463.106,34 para investimento e R\$ 125.135,12 para custeio.

Entretanto, apenas 106 associados dos 180 assentados que integram a APRACCAN, atualmente são 93 associados, em virtude de falecimentos, participam diretamente do projeto, caracterizado como a única atividade produtiva do assentamento, cuja gestão cabe à referida associação: “alguns não acreditavam no projeto, [...] a partir do financiamento muitos foram desistindo” (informação verbal⁶).

Porém, há a divisão entre os associados e os não associados do projeto: “disseram que ia ser bom, [...] que quem não participasse não tem direito de questionar,

⁴ Entrevista concedida por MELO, L. F. COMVAP, União, 05 fev. 2015.

⁵ Entrevista concedida por MELO, L. F. COMVAP, União, 05 fev. 2015.

⁶ Entrevista concedida por SILVA, A. C. Assentamento Rural Campestre Norte, Teresina, 10 out. 2014.

[...] não tem direito de nada aqui” (informação verbal⁷). Os assentados que não são associados ao projeto de cana de açúcar engajam-se em alguns serviços no campo agrícola: como adubação, plantio, aplicação de herbicidas ou corte da cana de açúcar, sendo remunerados em diária; ou se empregam na COMVAP, principalmente no período de safra; ou ainda na construção civil, comércio, ou em serviços de doméstica, particularmente as mulheres.

Contudo, contrastando com a monocultura da cana de açúcar os assentados praticam a agricultura predominantemente de modo individual em áreas avulsas no assentamento, ou entre os sulcos de cana de açúcar: “não tem terra mais, o pedaço de terra aqui é tão disputado” (informação verbal⁸). Em geral, produzem feijão (*Vigna unguiculata*), milho (*Zea mays*), arroz (*Oryza sativa*) e abóbora (*Cucurbitacea* esp) para o autoconsumo; ainda é possível se observar nos lotes familiares a presença de criação de aves (frangos e galinhas), suínos e bovinos, principalmente para o autoconsumo.

O contrato de fornecimento de cana de açúcar entre a APRACCAN e a agroindústria canavieira (Usina COMVAP), estabelece como obrigações o fornecedor (associação) a entregar à Usina com exclusividade a cana açúcar, sendo a quantidade estipulada por safra, constante no Fundo Agrícola, acordada no contrato de fornecimento, no período determinado pela Usina. Toda a responsabilidade de preparo do solo, plantio, colheita e transporte da cana de açúcar, de acordo com as técnicas exigidas para a cultura, recai sobre a Associação.

A Usina geralmente faz uma antecipação de pagamento ao fornecedor, paga por tonelada de cana de açúcar fornecida, com limite máximo de entrega diária de 90 ton por fornecedor, estabelecido pelo empresa. Em caso de não entrega da cana de açúcar total ou parcialmente, a Usina poderá retirar toda a cana de açúcar que estabeleceu, deduzindo do preço a ser pago à Associação, as despesas de corte, enchimento e transporte, bem como o adiantamento do preço ora pago e eventuais dívidas de qualquer natureza que o mesmo possua perante à Usina ou ainda exigir a devolução do valor antecipado pago à Associação, acrescido de perdas e danos.

Ressalta-se que, além da cana de açúcar de sequeiro, outras culturas foram contempladas no projeto, como a mandioca e as culturas de milho, feijão, e melancia (*Citrullus lanatus*), as quais foram plantadas no campo agrícola irrigado de 15,00 ha.

⁷ Entrevista concedida por OLIVEIRA, A. Assentamento Rural Campestre Norte, Teresina, 20 abr. 2015.

⁸ Entrevista concedida por ALVES, P. Assentamento Rural Campestre Norte, Teresina, 25 abr. 2015.

No entanto, o campo agrícola encontrava-se desativado e somente no início do ano de 2015 a associação recomeçou o plantio de feijão, em apenas 2 ha.

Quanto à produção, caso a Associação não disponha de subsídios técnicos e financeiros necessários para a produção da cultura, a Usina pode realizá-lo mediante o fornecimento de adubos e herbicida, contudo, o valor total apurado dos insumos e serviços fornecidos ou prestados pela Usina serão cobrados e descontados dos seus créditos por ocasião do recebimento da produção. Todavia, isso aponta a transferência de custos de produção à Associação, sob os quais não tem controle de preços, o que pode representar uma estratégia de apropriação da renda.

Referente à renda obtida através da produção canavieira, esta tem sido utilizada primordialmente, para cobrir os custos da produção e quitar a dívida junto ao Banco do Nordeste. No entanto, a Associação atrasou as parcelas do financiamento e, como consequência os alguns associados foram incluídos no Serviço de Proteção do Crédito (SPC): “o pessoal tá tudo com o nome sujo, o projeto só deu pra uns e outros não” (informação verbal⁹).

Assim, muitos sócios/assentados têm questionado sobre o futuro do projeto de cana de açúcar, pois muitos mencionam que a associação está “falida”: se soubessem administrar tinha dado certo. Não sabem nem trabalhar com a cabeça, se não tinha era mais dinheiro pra eles, [...] isso foi o que levou o projeto a fundo” (informação verbal¹⁰).

Em relação ao acesso à assistência técnica, segundo os entrevistados, no início do projeto produtivo de cana de açúcar receberam assistência técnica da empresa Consplan Agropecuária s/c Ltda., contratada para elaborar o Projeto de Financiamento, por três anos. Atualmente, não têm recebido assistência técnica, sendo que esse resultado é apontado pelos entrevistados como uma ameaça à viabilidade econômica do projeto de cana de açúcar.

Face ao exposto, compreende-se que a introdução e a ampliação do plantio da cana de açúcar no Assentamento Rural Campestre Norte têm implicado na fragmentação interna entre os que participam do projeto ou não, o que tem suscitado questionamentos da população sobre a produção agrícola para o autoconsumo, o que pode confluir para sua perda de identidade como território de reforma agrária.

⁹ Entrevista concedida por SANTOS, J. F. Assentamento Rural Campestre Norte, Teresina, 21 abri. 2015.

¹⁰ Entrevista concedida por ALVES, M. P. Assentamento Rural Campestre Norte, Teresina, 25 abr. 2015.

6. Conclusão

A criação dos assentamentos rurais no Brasil foi resultado de uma política governamental que tinha por eixo atenuar conflitos sociais do campo e não de alteração da estrutura fundiária do país. Assim, muitos assentamentos são caracterizados pela ausência de prévio planejamento de localização e de mecanismos de apoio, além de enfrentarem situações bastante adversas, no que se refere às condições de instalação, com evidentes reflexos sobre as condições de produção, formas de sociabilidade e estabilidade.

Por outro lado, ressalta-se que a criação do Assentamento Rural Campestre Norte possibilitou o acesso à propriedade da terra por parte de uma população historicamente excluída, além de maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar dos assentados, os quais resultaram em melhoria das condições de vida, além de maior conhecimento e reivindicação dos direitos dos beneficiários da política pública da reforma agrária, que se situam em meio a um processo de resgate da dignidade historicamente comprometida.

Com efeito, os assentados reproduzem-se neste território, através da renda advinda da parceria com a Usina COMVAP, e configuram-se produtores de cana de açúcar; assim, submetem-se às lógicas e práticas produtivas engendradas pelo capital agroindustrial, que estabelece claras relações de poder, o que tem acarretado uma reconfiguração territorial do agronegócio em detrimento da agricultura familiar.

Apesar da precariedade das condições, essas experiências têm apresentado resultados significativos em termos de melhoria das condições de vida das populações assentadas. Por outro lado, a inserção da cana de açúcar em assentamentos rurais transforma o território de reforma agrária em território do agronegócio sucroenergético.

Portanto, a ineficácia na gestão dos assentamentos rurais caracteriza-se como consequência do descaso político com que é tratada historicamente a reforma agrária no país; de tal forma que esses projetos não sinalizam um processo de reforma agrária em curso, uma vez que a política passa a compreendida como mera regularização fundiária, com emissão de títulos de concessão de uso de uma terra que deveria ser direcionada à produção de alimentos.

7. Referências

ALMEIDA, A.; GONÇALVES, F. W. A. S. **Dossiê COMVAP**: uma história de suor e sangue. CEPAC: Teresina, 1991.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.135f.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 8.256/2014**, de 26 de maio de 2014, que dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8256.htm>. Acesso em: 01 mar. 2015.

_____. Casa Civil. **Lei nº 4.504/1964**, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 01 mar. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Portaria nº 080/2002**, de 24 de abril de 2002, que estabelece denominações e conceitos orientadores dos assentamentos integrantes do programa nacional de reforma agrária. Diário Oficial, de 25/04/2002, seção 1, p.127. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=127&data=25/04/2002>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**. v. 1, nº 3. Brasília: Conab, 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_12_19_09_02_49_boletim_cana_portugues_-_3o_lev_-_2014-15.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2015.

COSTA, P. F. F. et al. O desenvolvimento (in)sustentável do agronegócio canavieiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, pp. 3971-3980, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232014001003971&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 jan. 2015.

FERRANTE, V. L. S. B.; ALMEIDA, L. M. M. C. Assentamentos rurais como celeiros da cana: por onde caminha a Reforma Agrária? **Ruris**. Campinas, vol. 3, nº 1, mar. 2009. pp.129-152.

FREITAS, A. F.; DIAS, M. M.; FREITAS, A. F. O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: a indução de territorialidades à ação pública. **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte: vol. III, nº 6, jul/dez, 2010. p. 27-58. Disponível em: <<http://revistappp.uemg.br/pdf/artigo1ppp6.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais. X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 20-26 mar. 2005. 19p. Disponível em:<<http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/13147/5061/multiterritorialidade.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

HERÉDIA, B. A. et al. Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas. **Lusotopie**, Rio de Janeiro, 2003, p.59-90. Disponível em:

<<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/heredia2003.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 01 mar. 2015. 2015.

_____. **Processo nº 54380.003245/2001-80**, referente à celebração de convênio (criação do Projeto Casulo Campestre Norte). INCRA: Teresina, 2001. 186f.

_____. **Relação de projetos de reforma agrária** (abril/2014). INCRA: Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/relacao_de_projetos_de_reforma_agraria.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2015.

MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 103p.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. 2.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. 279p.

PMT – Prefeitura Municipal de Teresina. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Campestre Norte** – PDA (2004-2014). PMT: Teresina, 2004.

_____. **Assentamento Campestre Norte**: Diagnóstico socioeconômico e produtivo. PMT: Teresina, 2011.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. Col. Primeiros Passos, n.18. 106p.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. 3ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2013.

SCHLESINGER, S. **Dois casos sérios em Mato Grosso**. A soja em Lucas do Rio Verde e a cana-de-açúcar em Barra do Bugres. Mato Grosso: FORMAD, 2013. 100p. Disponível em:<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Dois_casos_serios_agrocombustiveis_FORMAD.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2014.

SILVA, M. A. M.; MARTINS, R. C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, nº 24, mai./ago. 2010, pp. 196-240. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000200008>. Acesso em: 30 jul. 2014.

THIOLLENT, M. Definição das técnicas de pesquisa. In: **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987. Cap. 1, p.-31-39.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

PODER JUDICIÁRIO E A QUESTÃO AGRÁRIA

A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL COMO GARANTIA NOS CONTRATOS BANCÁRIOS: UMA ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Claudia Maria de Arruda. UNESP/Marília.

claudiaarruda@adv.oabsp.org.br

GT 4: Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

Resumo - A partir das análises sobre o posicionamento do Poder Judiciário nas lides forenses, em relação a função social da propriedade e o latifúndio no Brasil, o presente trabalho analisa outro tema também importante, mas que não tem sido objeto de estudos, que é o tema da proteção legal da pequena propriedade rural, por meio do instituto da “impenhorabilidade”, que tem como objetivo garantir a subsistência das famílias, bem como o trabalho. Na década de 80 pequenos proprietários rurais contrataram empréstimos bancários para custear suas lavouras, acreditando no sucesso do “Plano Cruzado”. Endividados e sem condições de quitar esses empréstimos, tiveram suas terras penhoradas a pedido dos bancos. A lei nº 7.513/1986 trouxe proteção para esse tipo de propriedade por meio do instituto da impenhorabilidade, visando estancar o processo de concentração de terras por parte do setor bancário. Em 1988 a pequena propriedade ganha proteção constitucional (artigo 5º, inciso XXVI), e em 2006, a lei nº 11.382/2006 reformou o Código de Processo Civil reduzindo as exigências legais para essa proteção. A pesquisa busca verificar qual tem sido o posicionamento jurisprudencial majoritário entre garantir o direito a subsistência das famílias e o trabalho, finalidade da proteção legal da pequena propriedade rural, e garantir o cumprimento dos contratos bancários, a partir de levantamento de acórdãos recentes do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, seguido da análise sobre qual tem sido a tendência do Poder Judiciário na questão agrária, se há efetivação da política pública de reforma agrária, bem como se tem sido garantidor, ou não, da proteção da pequena propriedade rural, buscando uma compreensão dessas questões a partir do método reconstrutivo.

Palavras-chave: Direito, propriedade rural, Poder Judiciário.

Curriculum Vitae

Claudia Maria de Arruda, brasileira, solteira, advogada e professora universitária. Rua: José Joaquim, nº 517, Residencial Vila Flora. CEP 15057-450. São José do Rio Preto/SP. Telefone (17) 3033-6295; 98136-3833. claudiaarruda@adv.oabsp.org.br;

Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista-UNESP, Campus de Marília/SP. Orientadora: Professora Doutora Mirian Claudia Lourenção Simonetti. Especialização em Direito Público, Universidade Cândido Mendes/Rio de Janeiro, 2010, Graduação em Direito na Universidade Paulista (UNIP), São José do Rio Preto/SP, Advogada sócia no escritório Fabio Ricardo sociedade de advogados, em São José do Rio Preto/SP. Professora universitária na UNIESP, Mirassol/SP, curso de Direito, disciplinas Teoria Geral do Processo e Processo Civil. Procuradoria do Estado de São Paulo, estagiária concursada, contencioso fiscal. Monografia apresentada na conclusão da pós-graduação em Direito Público, Universidade Cândido Mendes/RJ, sobre o tema: “Lei de segurança nacional e Constituição Democrática”. 2009. Orientador: Professor Doutor Juarez Monteiro de Oliveira Júnior. Trabalho desenvolvido a pedido do escritório NORONHA – ADVOGADOS, sobre o tema: “A exploração do trabalho – no Leste Europeu - pelo regime nacional-socialista”, 2001. Curso de licenciatura em Letras, nas disciplinas Análise do texto e do Discurso (2010), e Teoria da Narrativa (2009), na qualidade de aluna especial na UNESP- Campus de São José do Rio Preto/SP. Curso de Difusão Cultural de “Linha Inglesa”, 2001, UNESP- Campus de São José do Rio Preto/SP.

Introdução

Nesse texto iremos expor parte do que até agora pesquisamos sobre o tema em questão. O interesse pela pesquisa surge da atuação na advocacia, defendendo pequenos proprietários rurais que endividados com bancos, tiveram a pequena propriedade rural penhorada. Esse tema está inserido dentro “questão agrária”, já que ambos envolvem a questão da Terra, embora com partes distintas, na “questão agrária” temos movimentos sociais versus latifundiário, e aqui o pequeno proprietário rural (com a família) versus os Bancos. A pesquisa busca analisar qual tem sido a “racionalidade” dos juízes ao fundamentar as decisões judiciais, considerando-se o Estado Democrático de Direito, análise que será feita por meio do método reconstrutivo.

Iniciaremos tratando sobre a luta pela Terra e a “questão agrária”, numa breve síntese que recupera a questão historicamente posta, para em seguida tratarmos, de modo especial, do Poder Judiciário, iniciando com a análise a partir da sociologia, seguida da reflexão de alguns juristas sobre a função social da propriedade, e modo de atuar dos

juízes diante desta questão. Em seguida trataremos sobre a penhora da pequena propriedade rural, seguida da análise teórica sobre o tema em estudo.

Embora o trabalho siga uma proposta de análise a partir da perspectiva das Ciências Sociais, tratando de questões como a relação conflituosa entre Direito, lei, interesses econômicos, sociais e políticos na sociedade brasileira contemporânea, iremos utilizar alguns recursos do próprio Direito, pois entendemos necessário para melhor compreensão de alguns elementos do trabalho.

A pesquisa procura verificar qual tem sido o posicionamento dos juízes diante das questões acima mencionadas, e se há efetivação da política pública, ou não.

Luta pela terra e a Questão agrária

Em Brasil: 500 anos de luta pela terra, FERNANDES (2001) faz uma leitura da luta pela terra e da resistência camponesa “nesses cinco séculos de história do Brasil”.

Desde as lutas messiânicas ao cangaço. Desde as Ligas Camponesas ao MST, a luta nunca cessou, em nenhum momento. Lutaram e estão lutando até hoje e entrarão o século XXI lutando. Desde as capitanias hereditárias até os latifúndios modernos, a estrutura fundiária vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo. Esse modelo insustentável sempre se impôs por meio do poder e da violência. Agora, ou fazemos a reforma agrária ou continuaremos sendo devorados pela questão agrária. Na leitura desses cinco séculos é impossível dissociar as ocupações de terras da intensificação da concentração fundiária. Esses processos sempre se desenvolveram simultaneamente construindo um dos maiores problemas políticos do Brasil: a questão agrária. Neste século, a luta pela reforma agrária passou a fazer parte dessa questão, que possui a seguinte configuração: a ocupação da terra como forma e espaço de luta e resistência camponesa; a intensificação da concentração fundiária como resultado da exploração e das desigualdades geradas pelas políticas inerentes ao sistema socioeconômico; a reforma agrária como política pública possível de solucionar o problema fundiário, mas nunca implantada.

A luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária, e nesses anos de luta o Poder Judiciário tem se apresentado, afirma o autor, como uma “nova cerca para impedir as ocupações, por meio da incultivável criminalização das famílias sem-terra”, criando-se assim, “a judiciarização da luta pela terra e pela reforma agrária, resultando em prisões e massacres de camponeses sem-terra”.

DELGADO (2001), ao tratar sobre o debate clássico da "questão agrária" lembra o conceito da questão agrária de Caio Prado Jr., e sua atualidade, afirmando,

“[...] em primeiro lugar, parece-nos que o conceito da questão agrária de Caio Prado Jr., relacionando a miséria das condições humanas da vida à perversidade das relações de trabalho e relações de propriedade, permanece profundamente atual; 40 anos depois da "modernização conservadora" e da liberalização agrícola ora em curso, não melhoraram, antes se agravaram, as situações estruturais por ele apontadas. Mas diferentemente do que previra Caio Prado Jr., não foram as relações de trabalho assalariado que avançaram no setor rural, mas as auto ocupações em diferentes regimes de trabalho familiar”.

Conforme o autor, com o golpe de 64 o debate político foi cortado, e o pensamento conservador foi se impondo. Delfim Netto assumiu o Ministério da Fazenda em 1967 e começou a implementar o Sistema Nacional de Crédito Rural como principal estrutura de fomento à produção agropecuária, e as questões postas no debate agrário ficaram inteiramente dominadas pela agenda oficial, que promoveu, segundo o autor, uma aparente metamorfose da “questão agrária”, realizando uma solução “b”, na linguagem de Ignácio Rangel, qual seja “o incremento alternativo ou concomitante do comércio exterior e da procura urbana de mão-de-obra, com objetivo de absorver a superprodução agrícola e a super-população rural. Delgado expõe neste ensaio qual é o contexto histórico no qual se recoloca a “questão agrária”, tratando sobre o projeto político prioritário na agenda do Estado, e demonstra como se aprofunda a dualidade do debate agrário.

“[...] Nas duas décadas que nos separam da "idade de ouro" da nossa modernização conservadora tivemos uma nova inflexão no debate agrário com o retorno da questão agrária ao debate político e econômico após o fim do regime militar; e a inauguração da nova ordem político-social da Constituição de 1988, sob tensão da nova ordem mundial, de cunho econômico-liberal. [...] A transição do padrão da "modernização conservadora" ao regime da liberalização comercial dos anos 90 é mediada por todo um período de desmontagem do aparato de intervenções no setor rural, montado desde 1930 e fortemente reciclado no período militar. Neste contexto histórico recoloca-se a "questão agrária" a um tempo em que o desenvolvimento econômico da agricultura já não é um projeto político prioritário na agenda do Estado e tampouco o é o projeto de industrialização que puxara antes a modernização agropecuária. Agora a prioridade está posta no setor externo, mas de maneira muito distinta do que fora a inserção externa numa economia relativamente protegida. Na atual conjuntura aprofunda-se também a dualidade do debate agrário: de um lado as várias correntes que refletem os novos e velhos dilemas da questão agrária; de outro, os protagonistas do agribusiness, adeptos de uma integração externa da economia rural, protagonizada pelas grandes corporações internacionais do comércio e da indústria de commodities, livres de quaisquer restrições relativas às políticas nacionais, mas fortemente impelidas pela política comercial norte-americana. Neste sentido, é muito mais uma integração business do que agro, já que não há qualquer vinculação explícita desse projeto com a territorialidade nacional do setor rural e com os grupos rurais tradicionais da "idade de ouro" da modernização. Mas, talvez até mesmo pelo aprofundamento da dualidade tenhamos

atingido um certo grau de unidade na problemática da crise agrária. Tal aspecto nos poupa da segmentação temática, como o fizemos com referência aos períodos precedentes. Sem desdém algum para com os protagonistas do agronegócio, sinto contudo carência de formulação teórica neste campo, diferentemente do que acontecera no debate da modernização.

Ao final do trabalho o autor destaca avanços em vários aspectos da questão agrária atual, “que correm o risco de ficar minimizados quando o debate se polariza em torno de teses de forte teor histórico-deterministas”, observando avanços de alguns direitos sociais, tais como a Constituição Federal de 1988 com a função social da propriedade, direitos previdenciários estendidos ao “regime de economia familiar”, e a reconfiguração do espaço rural, sob o influxo dos aposentados rurais, dos assentamentos agrários e dos agricultores familiares em nível significativo do ponto de vista do seu impacto social sobre o setor rural.

Em que pese tais avanços, as diferentes “cercas da questão agrária” ainda permanecem. No dizer de FERNANDES (2000), a primeira cerca é a de arame, a cerca do latifúndio, das terras devolutas e das terras que não estão sendo utilizadas em sua função social. A segunda cerca é da violência programada, é a cerca dos pistoleiros, a cerca dos massacres anunciados, é também a cerca da persistente militarização da questão agrária. E assim, os Sem-Terra enfrentam a terceira cerca: a cerca do Poder Judiciário.

Estado, Direito e Poder Judiciário.

SANTOS, MARQUES E PEDROSO (1995) em “Os Tribunais nas sociedades contemporâneas”, inicialmente tratam da experiência e trajetória histórica dos tribunais nos países centrais, “os mais desenvolvidos do sistema mundial”, tratando da evolução do significado sociopolítico da função judicial no conjunto dos poderes do Estado. Fazem análise de alguns períodos, começando pelo período do Estado Liberal, considerado pelos autores como particularmente importante para a consolidação do modelo judicial moderno, sendo um modelo que se estabelece nas ideias de separação dos poderes, neutralização política do poder judicial (decorrente do princípio da legalidade), um poder judicial retrospectivo e reativo, que só atua quando solicitado, com atuação em litígios individualizados, buscando a resolução de tais litígios com total prioridade ao princípio da segurança jurídica. Também a independência dos tribunais, que “reside em estarem total e exclusivamente submetidos ao império da lei”.

Num período posterior surge o Estado providência, quando as condições político-jurídicas começaram a se alterar, a partir do final do século XIX, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, surgindo nos países centrais como uma nova forma política do Estado. Neste período, conforme demonstram os autores, ocorrem os seguintes fatos: a teoria da separação dos poderes colapsa (pela predominância do Poder

Executivo), com o “caos” normativo se torna “problemática a vigência do princípio da legalidade”, a “consagração constitucional dos direitos sociais e econômicos”, segundo os autores, significa a “juridificação da justiça distributiva”, e a liberdade a proteger juridicamente deixa de ser um mero vínculo negativo para passar a ser um vínculo positivo, que só se concretiza mediante prestações do Estado.

Trata-se, em suma, de uma liberdade que, longe de ser exercida contra o Estado, deve ser exercida pelo Estado. O Estado assume assim a gestão da tensão, que ele próprio cria, entre justiça social e igualdade formal; dessa gestão são incumbidos, ainda que de modo diferente, todos os órgãos e poderes do Estado. (destacamos).

Ocorre neste período uma “proliferação dos direitos”, sendo, em parte, uma consequência da emergência na sociedade de atores coletivos em luta pelos direitos.

A distinção entre litígios individuais e litígios coletivos torna-se problemática na medida em que os interesses individuais aparecem, de uma ou de outra forma, articulados com interesses coletivos.

A partir desse momento, conforme afirma os autores, estava comprometida a simbiose entre independência dos tribunais e neutralização política que caracterizara o primeiro período. Em vez de simbiose passou a existir tensão, uma tensão potencialmente dilemática. No momento em que a justiça social, sob a forma de direitos, se confrontou, no terreno judiciário, com a igualdade formal, a legitimação processual formal em que os tribunais se tinham apoiado no primeiro período entrou em crise. A consagração constitucional dos direitos sociais tornou mais complexa e “política” a relação entre a Constituição e o direito ordinário e os tribunais foram arrastados entre as condições do exercício efetivo desses direitos.

Assim, os tribunais entram num dilema, pois se continuassem a aceitar a neutralização política do período anterior, correriam o risco de se tornarem socialmente irrelevantes, porém, se aceitassem a “sua cota-parte de responsabilidade política na atuação promocional do Estado nomeadamente através de uma vinculação mais estreita do direito ordinário à Constituição, de modo a garantir uma tutela mais eficaz dos direitos de cidadania, corriam o risco de entrar em competição com os outros poderes e de, como poder mais fraco, começar a sofrer as pressões do controle externo, quer por parte do Poder Executivo, quer por parte do Poder Legislativo, pressões tipicamente exercidas por uma das três vias: nomeação dos juizes para os tribunais superiores; controle dos órgãos do poder judicial; gestão orçamental.

[...] Assumir a contradição entre igualdade formal e justiça social significou antes de mais que, em litígios interindividuais em que as partes têm condições sociais extremamente desiguais (patrões/operários; senhorios/inquilinos), a solução jurídico-formal do litígio deixasse de ser um fator de segurança jurídica, para passar a ser um

fator de insegurança jurídica. Para obviar tal efeito foi necessário aprofundar o vínculo entre a Constituição e o direito ordinário por via do qual se legitimaram decisões *prater legem* ou mesmo *contra legem*, no lugar das decisões restritivas, típicas do período anterior. O mesmo imperativo levou os tribunais a adotarem posições mais proativas – em contraste com as posições reativas do período anterior – em matéria de acesso ao direito e no domínio da legitimidade processual, para solicitar a tutela de interesses coletivos e interesses difusos...(destacamos).

Porém, a partir de finais da década de 70 começavam nos países centrais as primeiras manifestações da crise do Estado providência, tais como a incapacidade financeira do Estado para atender às despesas crescentes da providência estatal, burocracias, difusão do modelo neoliberal, a sempre crescente proeminência das agências financeiras internacionais (Banco Mundial, FMI), e a globalização da economia. Emerge um novo pluralismo jurídico de natureza transnacional, que é simultaneamente causa e consequência

da erosão da soberania do Estado nacional que ocorre nesse período e que acarreta a erosão do protagonismo do poder judicial na garantia do controle da legalidade.

Ocorre uma explosão de litigiosidades que agrava a tendência para avaliação do desempenho dos tribunais em termos de produtividade quantitativa, e essa tendência fez com que a massificação da litigação desse origem a uma “judicialização rotinizada”, com os juízes a evitar sistematicamente os processos e os domínios jurídicos que obrigassem a estudo ou a decisões mais complexas, inovadoras ou controversas.

Sobre a independência dos tribunais, afirmam que enquanto no segundo período a politização da independência dos tribunais decorria de estes assumirem a cota-parte da responsabilidade na realização de uma agenda política que estava consagrada constitucionalmente e cabia aos poderes do Estado no seu conjunto, no terceiro período a politização da independência dos tribunais é dupla, na medida em que a atuação dos tribunais no combate à corrupção não se limita a confrontar a agenda política dos outros poderes do Estado, mas confronta também os próprios agentes políticos e os abusos de poder pelos quais eles são eventualmente responsáveis.

E é por essa razão que a questão da independência se confunde freqüentemente nesse período com a questão da legitimidade. Essa situação quase dilemática vinca ainda mais o contraste entre duas concepções de independência dos tribunais, que surgira já no período do Estado-providência. Por um lado, a independência corporativa, orientada para a defesa dos interesses e privilégios da classe dos magistrados, coexistindo com um desempenho reativo, centrado na microlitigação clássica e politicamente neutralizado. Por outro lado, a independência democrática que, sem deixar de defender os interesses e os privilégios da classe dos magistrados, defende-os como condição para que os tribunais assumam concretamente a sua cota-parte de responsabilidade política no sistema democrático através de um desempenho mais proativo e politicamente

controverso. Essas duas concepções e práticas de independência judicial pressupõem dois entendimentos da partilha e da legitimidade do poder político no sistema democrático. Mas, enquanto no segundo período os tribunais, ao optar entre uma ou outra, apenas condicionam o exercício, mais ou menos avançado, da convivência democrática, no terceiro período a opção determina a própria sobrevivência da democracia. Enquanto no segundo período estamos perante diferentes concepções do uso do poder político, no terceiro estamos perante a diferença entre o uso e o abuso do poder político. (destacamos).

Ao tratar sobre os tribunais nos países periféricos e semiperiféricos, os autores lembram que os três períodos analisados “não se adequam às trajetórias históricas dos países periféricos e semiperiféricos”, pois no “período liberal”, muitos países eram colônias, e o Estado providência “é um fenômeno político exclusivo dos países centrais”.

Nas sociedades periféricas e semiperiféricas os próprios direitos da primeira geração, os direitos cívicos e políticos, têm uma vigência precária, fruto da grande instabilidade política em que têm vivido esses países, preenchida com longos períodos de ditadura. “A precariedade dos direitos é o outro lado da precariedade do regime democrático, e por isso não surpreende que a questão da independência dos tribunais se ponha nesses países de modo diferente que nos países centrais”.

Os três períodos citados acima ocorreram em estabilidade democrática, mas não é assim nos países periféricos e semiperiféricos, que viveram nos últimos 150 anos longos períodos de ditadura.

Esse fato, aliás, reforça a pertinência da distinção entre diferentes concepções de independência dos tribunais feita na seção precedente. Como referimos, a independência segundo a matriz liberal, dominante no primeiro período, é atribuída aos tribunais na exata medida em que estes são politicamente neutralizados por uma rede de dependências de que destacamos três: o princípio da legalidade que conduz à subsunção lógico formal confinada à microlitigação; o caráter reativo dos tribunais que os torna dependentes da procura dos cidadãos; e a dependência orçamental e administrativa em relação ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo. Ora, é este o tipo de independência que domina nos países periféricos e semiperiféricos até os nossos dias e talvez só agora esteja a ser confrontado com os tipos mais avançados de independência. [...] Nesses países que passaram por processos de transição democrática nas três últimas décadas, os tribunais só muito lenta e fragmentariamente têm vindo a assumir a sua corresponsabilidade política na atuação providencial do Estado. A distância entre a Constituição e o direito ordinário é, nesses países, enorme, e os tribunais têm sido, em geral, tíbios em tentar encurtá-la. Os fatores dessa tibieza são muitos e variam de país para país. Entre eles podemos contar, sem qualquer ordem de precedência: o conservadorismo dos magistrados, incubado em faculdades de Direito intelectualmente anquilosadas, dominadas por concepções retrógradas da relação entre direito e sociedade; o desempenho rotinizado assente na justiça retributiva, politicamente hostil à justiça distributiva e tecnicamente despreparado para ela; uma cultura jurídica “cínica” que não leva a sério a garantia dos direitos, caldeada em largos períodos de convivência

ou cumplicidade com maciças violações dos direitos constitucionalmente consagrados, inclinada a ver neles simples eclarações programáticas, mais ou menos utópicas; uma organização judiciária deficiente com carências enormes tanto em recursos humanos como em recursos técnicos e materiais; um Poder Judicial tutelado por um Poder Executivo, hostil à garantia dos direitos ou sem Meios orçamentais para a levar a cabo; a ausência de opinião pública forte e de movimentos sociais organizados para a defesa dos direitos; um direito processual hostil e antiquado. (destacamos).

Função social da propriedade e latifúndio no Brasil.

[...] Não é, por óbvio o Poder Judiciário a caixa de ressonância das movimentações sociais. Mas, também surdo e mudo não é. Está ele integrado na organização do Estado para cumprir funções e uma delas, sem dúvida é responder aos reclamos da sociedade. Talvez, a mais importante. Assim, aqui desembocando o conflito, a ele cabe, além de aplicar a lei, aplicá-la em consonância com a aspiração social. Não se pense que, assim agindo, está-se a invadir esfera de outros poderes. Não se conhece governante, parlamentar ou qualquer político que se declare abertamente contra a Reforma Agrária. Todos a querem. Ninguém a faz. A conformidade do magistrado a essa expectativa nacional nada mais representa do que a resposta que lhe cabe dar.” (Agravado de instrumento 197144462, Desembargador Perciano de Castilho Bertolllluci, Tribunal de Alçada do Estado do Rio Grande do Sul, 25/07/1997).

A propriedade, conforme afirma COMPARATO (2000), desde a fundação do constitucionalismo moderno, com afirmação de que há direitos anteriores e superiores às leis positivas, foi concebida como um instrumento de garantia da liberdade individual, contra a intrusão dos Poderes Públicos. Porém, as transformações do Estado contemporâneo deram à propriedade, além dessa função, também a de servir como instrumento de realização da igualdade social e da solidariedade coletiva, perante fracos e desamparados. Assim, para esse jurista, “seria indesculpável anacronismo se a doutrina e a jurisprudência hodiernas não levassem em consideração essa transformação histórica, para adaptar o velho instituto às suas novas finalidades”.

Afirma o autor que o reconhecimento constitucional da propriedade como direito humano liga-se, pois, essencialmente, a sua função de proteção pessoal, decorrendo disso a conclusão de que nem toda propriedade privada há de ser considerada direito fundamental e como tal protegida, salvo a proteção da pequena e da média propriedade rural, conforme previsão constitucional, artigo 185, declaradas como insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

Tirante essas hipóteses claramente definidas na Constituição, afirma o jurista, é preciso verificar, in concreto, se se está ou não diante de uma situação de propriedade

considerada como direito humano, pois “seria evidente contra-senso que essa qualificação fosse estendida ao domínio de um latifúndio improdutivo, ou de uma gleba urbana não utilizada. É preciso reconhecer que a propriedade-poder, sobre não ter a natureza de direito humano, pode ser uma fonte de deveres fundamentais, ou seja, o lado passivo de direitos humanos alheios”. GRAU (2000), ao elaborar um parecer analisa o artigo 186 da Constituição Federal, e, segundo o autor, a circunstância de o princípio da função social da propriedade impor ao proprietário o dever de exercer a propriedade em benefício de outrem e não, apenas, de não a exercer, em prejuízo de outrem. Isso significa, conforme afirma Grau, que a função social da propriedade atua como fonte da imposição de comportamentos positivos – prestações de fazer, portanto, e não, meramente, de não fazer – ao detentor do poder que deflui da propriedade.

Citando o Desembargador José Osório, afirma que “o princípio da função social da propriedade atua no conteúdo do direito. Entre os poderes inerentes ao domínio, previstos no art. 524 do Código Civil (usar, fruir, dispor e reivindicar), o princípio da função social introduz um outro interesse (social) que pode não coincidir com os interesses do proprietário”. Uma das conclusões de Grau é no sentido de que o perfil do direito de propriedade é, no Brasil, após 1988, tragado pela Constituição, sendo certo que apenas e tão-somente a propriedade rural que cumpra sua função social é objeto de proteção jurídica, ainda que o seu art. 184 institucionalize a desapropriação sob indenização do imóvel rural que não a esteja a cumprir. O cumprimento da função social da propriedade rural supõe a utilização adequada dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, bem assim a observância das disposições que regulam as relações de trabalho.

ALFONSIN (2000) cita Pietro Perlingieri, para quem o proprietário,

“...só recebeu do ordenamento jurídico aquele direito de propriedade na medida em que respeite aquelas obrigações, na medida em que respeite a função social do direito de propriedade. Se o proprietário não cumpre e não se realiza a função social da propriedade, ele deixa de ser merecedor de tutela por parte do ordenamento jurídico, desaparece o direito de propriedade”.

Para FACHIN (2000), o deferimento da proteção possessória, a partir da Constituição Federal de 1988, passou pela observação do cumprimento da função social da propriedade, e nessa perspectiva afronta a Carta Magna o deferimento de reintegração ao titular do domínio que, descumprindo a função social, “impõe ao julgador uma nova postura, diversa do proceder clássico emergente da dicção estrita do Código Civil”. (destacamos). Citando o Desembargador Régis Fernandes de Oliveira, conclui: “O quadro passou a ser maior que sua moldura. A solução deve ser procurada com aposição de outra moldura. O que não se pode é cortar o quadro”.

GRAUS (2014), ao tratar sobre “Interpretação e concretização do direito”, cita Friedeich Müller, para quem o texto normativo não contém imediatamente a norma. A

norma é construída, pelo intérprete, no decorrer do processo de concretização do direito; o preceito jurídico é matéria que precisa ser “trabalhada”.

Com essa breve exposição das considerações de alguns juristas sobre a previsão constitucional da função social da propriedade (art. 186 CF), vejamos as reflexões deles sobre a atuação dos magistrados. PEREIRA (2000) ao escrever sobre os reflexos da constitucionalização da propriedade na legislação ordinária, afirma que apesar da noção tradicional de propriedade ser insuficiente para regular as questões de propriedade no âmbito rural, a sua noção clássica, encontrada nos inúmeros dispositivos da lei civil, continua a ser usada para dirimir as lides relativas ao meio rural. A autora cita a conclusão de relatório da comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar as origens, causas e consequências da violência no campo brasileiro, que assim diz:

Seria injusto atribuir ao Poder Judiciário toda a responsabilidade pelas violências no campo. No entanto, parte de seus membros tem contribuído decisivamente com as injustiças, com a intocabilidade da propriedade privada, com a instituição do latifúndio e legitimando as formas mais absurdas de violência contra lavradores e apoiadores da reforma agrária. Inúmeros casos que servem como exemplo desta ineficácia do Judiciário nos foram relatados: o uso indevido das ações possessórias que se destinam a defesa da posse para proteção da propriedade.

Parte da violência no meio rural, conforme Pereira, é atribuída às concessões de liminares nas ações possessórias, que, atrelada à noção clássica de propriedade, não leva em consideração a natureza específica da propriedade rural. Trata-se, ainda, da noção civilista de propriedade.

Vê-se, portanto, um caso muito comum que demonstra que ultrapassada noção civilista de propriedade está presente nos julgamentos das lides rurais, que ocorre quando o titular do domínio ingressa com uma ação possessória. O pedido reintegratório vem embasado na garantia legal de que o possuidor tem de ser restituído no caso de esbulho (art. 499 do CC) .

FACHIN (2000) assim escreve sobre a atuação clássica do Judiciário nas ocupações rurais:

Um dos rotineiros cenários que se arma a partir de uma ocupação de imóvel rural que não está atendendo aos requisitos de sua função social, é conhecido: o titular do domínio ingressa com ação de reintegração de posse, alegando que houve esbulho e requer a concessão de liminar inaudita altera pars. O Judiciário recebe o pleito e o teor da decisão também é de antemão conhecido. O decisum, em regra geral, defere a liminar sem ouvir a parte contrária. O pedido reintegratório vem embasado na garantia legal que tem o possuidor de ser restituído em caso de esbulho (art. 499 do CC). Ao termo “possuidor”, aí encartado, dá-se a interpretação caudatária da teoria de Ihering: a

proteção da posse é a guarda avançada da propriedade. Por isso, nessa linha, considera a lei possuidor “todo aquele que tem de fato o exercício, pleno, ou não, de alguns dos poderes inerentes ao domínio, ou propriedade” (art. 485 do CC). Os poderes inerentes ao titular do domínio, como consta da lei, são: “usar, gozar e dispor de seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua” (art. 524 do CC). Assim, na tradicional dicção do ancião Código Civil, não é preciso o exercício pleno dos poderes inerentes ao domínio para identificar o proprietário ao possuidor, bastando o exercício de um (e apenas um) deles para dar-lhe, nessa acepção estrita, legitimação ativa as interditos possessórios. Nessa linha de raciocínio, à reintegração pedida não se impõe muito esforço para prover a posse anterior e sua perda respectiva em face da ocupação noticiada (como exige o art. 926 do CPC). Assim, numa exegese literal da lei civil, o titular do domínio, ainda que não utilize direta e efetivamente a terra rural, é tutelado a manejar os interditos possessórios. De consequência, diante da reintegração requerida, não raro o magistrado concede a liminar sem ouvir a parte ré e determina, com auxílio de força policial, a expulsão dos ocupantes do imóvel. Essa moldura é perfeita para encaixar-se no retrato dos valores que inspiraram o Código Civil de 1916, inspirado no absolutismo do direito de propriedade que dominou o Código Civil francês de 1804 e se espalhou nas legislações. [...] Parece-nos, agora, diante da realidade brasileira contemporânea, relevante indagar se é aquele mesmo quadro de valores que perdura a inspirar o legislador do Código Civil e a informar o julgador. Cabe, então, perquirir até que ponto há ou não esbulho possessório na ocupação despida de violência por centenas de famílias expulsas do campo em terras de extensões latifundiárias, abandonadas, e que sem cobertura florestal nativa, não estão produzindo.

LERRER (2012) apresenta relatório com dados obtidos na pesquisa intitulada “A Questão Agrária no Judiciário Brasileiro: Estudo Comparativo entre o Reconhecimento de Territórios Quilombolas e as Desapropriações de Terras para fins de Reforma Agrária nas Varas Agrárias Federais”. Esse estudo teve como objetivo investigar a atuação das varas agrárias federais na questão agrária brasileira, analisando as práticas e as decisões das mesmas, tendo como referência empírica processos judiciais relativos à titulação e ao reconhecimento de territórios quilombolas e à desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Segundo a pesquisa,

Em que pese às particularidades dos diversos estudos sobre a temática, abordando a jurisdição agrária nos vários Estados, observa-se que tais instâncias – as varas agrárias – transformaram-se em arenas de disputa entre os atores sociais envolvidos na questão agrária. Destacam-se, nesse contexto, proprietários de terra, organizações de trabalhadores rurais e órgãos fundiários. Nota-se que os sujeitos disputam a interpretação da legislação, o conceito de propriedade privada, bem como a legalidade ou ilegalidade das ocupações de terra.

[...] Segundo a Procuradoria Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), até 20 de março de 2010, existiam aproximadamente 265 ações

judiciais suspendendo processos administrativos de desapropriação em trâmite na autarquia em todo país, no âmbito da Justiça Federal (INCRA, 2010).

(destacamos).

AZEVEDO (2012) conclui pesquisa sobre o tema em questão, afirmando que o Judiciário é um obstáculo a efetivação da política pública de reforma agrária, o que se conclui, segundo o autor, a partir dos sentidos jurídicos que o Judiciário vem construindo dos institutos jurídicos, tais como direito de propriedade, posse e função social da propriedade. A pesquisa demonstra que ainda se mantém o paradigma patrimonialista e individualista do direito, o que impede a aplicação da função social da propriedade pelos Tribunais.

CINTRA (2000) considera que há uma luta para resgatar no Judiciário a missão de trabalhar com o conteúdo transformador do direito moderno, do direito que supera. Essa luta se dá pela conscientização do juiz para que em cada caso concreto verifique qual a decisão que melhor atenda aos objetivos fundamentais da República, amoldando-se ao vetor evolutivo do direito, que se exprime por aquela evidência de progresso moral desvelada por Bobbio. Para o jurista,

Não é de hoje que diversas correntes críticas do direito têm observado que as leis e procedimentos judiciais, assim como a estrutura do Poder Judiciário e a cultura jurídica dos juízes (no sentido de aplicar o saber jurídico, de maneira a corresponder ao que a sociedade contemporânea quer do Judiciário), não estão preparados para dar respostas satisfatórias e eficazes para os conflitos da atualidade. O discurso dogmático da lógica formal transformou o juiz em técnico, que muitas vezes atribui comodamente ao legislador a responsabilidade por eventual decisão injusta. Seu universo é composto de conflitos idealizados pelo sistema, que são afastados sem serem resolvidos. (destacamos).

GRAU (2014) ao tratar sobre a “ideologia estática de interpretação jurídica” cita Canotilho, para quem há dois tipos de posturas assumidas perante a Constituição, a primeira - adotada por aqueles que optam por concepções ideológicas e políticas substancialmente diferentes das mensagens ideológicas consagradas na Constituição -, conduz à eleição de fundamentos interpretativos que lhes permitam vulnerar, direta ou indiretamente, a estrutura normativa constitucional. A segunda – adotada por aqueles que guardam sintonia com os princípios fundamentais atinentes à conformação política e jurídica da sociedade, que a Constituição contempla – exercita um prudente positivismo, indispensável à manutenção da obrigatoriedade normativa do texto constitucional.

A primeira orientação foi seguida durante o conturbado período da República de Weimar, por todos aqueles que, combatendo o caráter progressista, liberal e democrático da Constituição, acabaram por sobreacentuar a constituição real, com a consequente infravalorização do caráter normativo da constituição jurídica.

A colisão entre direitos patrimoniais e fundamentais é objeto de um acórdão, citado por ALFONSIN:

“[...] 3º. Existir possibilidade de se verificar, em possessórias que envolvem grande número de famílias pobres, colisão entre direitos patrimoniais e fundamentais; 4º. Ser insuficiente a prova de que um determinado imóvel é produtivo, para o fim de se o considerar isento da obrigação de comprovar, igualmente, que cumpre com a sua função social; 5º Existir necessidade de o Judiciário rever suas posições, sempre que julga lides reveladores de conflitos sociais.” (Processo 598360402, 19 Câmara Cível, TJ/RS).

De acordo com o citado acórdão, quando estiver em lide a colisão entre direitos patrimoniais e fundamentais, não existindo outra saída que não a do sacrifício de um deles, o sacrificado deverá ser o patrimonial, e não o fundamental. Porém, e a partir do que se tem pesquisado até o momento, quando ocorre essa colisão de direitos nas lides forenses, o que têm prevalecido são os direitos patrimoniais. Mesmo após a positivação da função social da propriedade rural (artigo 186 da CF), o que é consequência, especialmente, da luta pela terra e pela reforma agrária dos movimentos sociais, observa-se a permanência de algumas “cercas”, como obstáculos ao efetivo acesso a Terra, sendo uma delas, o Poder Judiciário.

A Pequena Propriedade rural como garantia nos contratos bancários

No ano de 1986 entrou em vigor a lei nº 7.513 que inseria no Código de Processo Civil a impenhorabilidade da pequena propriedade rural. Trata-se de uma época em que alguns agricultores, acreditando no sucesso do Plano Cruzado, tomaram empréstimos em bancos para custear suas lavouras confiando na “inflação zero”, mas se viram de uma hora para outra tendo seus bens penhorados porque não podiam pagar suas dívidas. O quadro que se começava a desenhar era o de bancos se tornando fazendeiros, e estes em sem-terra. (QUEIROZ, 2000).

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, essa proteção ganha status de garantia constitucional, e ao conferir imunidade à penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, “buscou-se estancar o processo de concentração de terras por parte do setor bancário”. (CARVALHO, 2010:118 e 119). A aprovação da emenda, que tratava sobre a proteção da pequena propriedade rural, pela Assembleia Nacional Constituinte provocou muito polêmica. Conforme noticiou o jornal CORREIO BRAZILIENSE de 6 de outubro de 1987: “...Esta foi a mais polêmica emenda aprovada

ontem, por 50 votos a 39”. Para o então deputado Fernando Gasparian do PMDB/SP, “foi a primeira derrota dos bancos na Comissão de Sistematização”.

Na época o senador Nelson Carneiro, autor da emenda, afirmou: “Esta é uma oportunidade para os defensores da reforma agrária darem o primeiro passo. Temos que segurar o homem no campo. Quem é retirado de sua terra por ação judicial nunca mais volta, envergonhado”. Mas para o então coordenador nacional da União Democrática Ruralista (UDR), Cesmar Moura, “o paternalismo da proposta só atrofia a capacidade dos pequenos produtores”. Tratava-se de uma emenda “irreal, utópica”, conforme entendimento do deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), (FOLHA DE SÃO PAULO, 06/10/1987). Assim, foi aprovado o inciso XXVI do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Em 2006 tivemos a aprovação da lei nº 11.382 (que alterou dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos ao processo de execução), que deu ampliação ao instituto. “Na nova vocação normativa, para que uma propriedade rural seja impenhorável, basta que concorram dois requisitos, quais sejam: a) cuidar-se de pequena propriedade rural, assim definida em lei; b) e ser trabalhada pela família”. (FÉRES, 2007). Apesar dessa ampliação do instituto, observamos uma jurisprudência mais rigorosa quanto aos requisitos, exigindo também que o pequeno proprietário tenha domicílio no imóvel rural, conforme artigo 1º da lei nº 8.009/1990, (conversão da Medida Provisória nº 143/1990), e permitindo a penhora da pequena propriedade rural, quando houver hipoteca do imóvel, com base nessa mesma lei. Esse é o posicionamento firmado pela Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

-IMPENHORABILIDADE. Bem dado em hipoteca. Desacolhimento. Jurisprudência firmou entendimento de que se o executado oferece, em garantia hipotecária, depois não tem mais o direito de invocar a proteção legal conferida pela cláusula de impenhorabilidade. Recurso dos embargantes improvido. APEL. Nº: 0000370-72.2010.8.26.0472, TJ/SP, 22 de maio de 2013).

Trata-se da leitura feita a partir da lei 8009/90, que trata do Bem de Família,

Ação declaratória de impenhorabilidade de pequena propriedade rural c.c. nulidade de garantia dada em alienação fiduciária, decorrente da contratação de cédula de crédito bancário – renúncia dos autores devedores, quando ofertaram o imóvel à garantia hipotecária, ao benefício instituído pela Lei 8009/90 - ato de vontade válido e eficaz “A atitude contraria a boa-fé ínsita às relações negociais, pois equivaleria à entrega de uma garantia que o devedor, desde o início, sabia ser inexequível, esvaziando-a por completo” - jurisprudência do C. STJ - agravo improvido. (Agravo de Instrumento nº, 2202973-22.2014.8.26.0000, TJ/SP, 20/03/2015).

Esse entendimento segue precedente do STJ, e, conforme acórdão abaixo, entende que se deva fazer uma “interpretação restritiva” da lei nº 8.009/90.

Ação de Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - Decisão agravada que rejeitou liminarmente o incidente de impenhorabilidade ofertado pelos executados - Bem de família gravado com hipoteca - Renúncia à impenhorabilidade (Precedente do STJ) - Dicção do disposto no Artigo 3º, V, da Lei nº 8.009/90 – Interpretação restritiva - Decisão mantida - Recurso não provido. (Agravado de Instrumento nº 2130103-76.2014.8.26.0000, TJ/SP, 08/09/2014).

Também encontramos julgados exigindo “domicílio no imóvel rural”. Nessa pesquisa ainda não conseguimos um acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que seja recente e “não unânime”, e isso seria interessante, pois permitiria uma avaliação dos distintos posicionamentos dos magistrados sobre a questão pesquisada, a partir dos mesmos fatos. Assim, no momento trazemos um acórdão não unânime do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, para demonstrar os distintos posicionamentos dos magistrados a respeito da impenhorabilidade da pequena propriedade rural, inclusive neste acórdão há uma debate entre os desembargadores sobre a exigência, ou não, de que o pequeno proprietário rural tenha domicílio no imóvel rural, para ter a proteção legal.

Des. Elaine Harzheim Macedo (Presidente e Relatora).

Entendo ser caso de desprovimento do recurso. A uma, efetivamente prova alguma há nos autos tocante à alegação de a embargante residir, juntamente com sua família, no imóvel constricto, na medida em que, consoante deduzido na sentença, na esteira do documento da fl.10 e também da qualificação dos embargos, reside ela na cidade de Chuvisca. (...) Pelo fio do exposto, nego provimento ao apelo. Des. Luiz Renato Alves da Silva (Revisor e Redator). Peço vênias a eminente Relatora para divergir de seu voto. Adianto que merece prosperar o recurso interposto. O imóvel penhorado tem 23 hectares – um pouco maior do que o módulo fiscal mínimo da região, que é de 19 hectares. Inegável, portanto, que se trate de pequena propriedade rural, nos moldes do que estabelece o artigo 4º, I, “a”, da Lei nº 8.629/93. Dito isso, esclareço ainda sobre a alegação de o imóvel constricto não ser o local de residência do apelante. Mesmo que o apelante não resida no imóvel, entendo que não afasta a impenhorabilidade da pequena propriedade rural. A esse respeito, veja-se os termos do artigo 649, VIII, do CPC (....) Note-se que a literalidade do artigo 649, III, do CPC, não dispõe que a impenhorabilidade da pequena propriedade rural está condicionada ao fato da família residir na propriedade (...) O objetivo da Lei (...) não é proteger o imóvel que serve de residência para a família (...) o imóvel que serve de residência para a família já está protegido contra a penhora, pelo artigo 1º da Lei nº 8.009/90 (...) o objetivo da lei, aqui, é proteger a pequena propriedade rural que serve de fonte de sustento à família. E isso, independentemente do fato da família residir ou não na pequena propriedade rural. (...). Des. Liége Puricelli Pires. Com a devida vênias, estou a divergir, iniciando o voto com a colação de importantes lições doutrinárias para as quais dou o devido destaque: (...) É inconteste que o bem é utilizado para a produção (...). Não vamos esquecer que no caso

concreto estamos a tratar tanto de direito à moradia como direito ao trabalho, uns dos mais importantes assegurados ao cidadão pela Constituição Federal (...).

Assim, embora a proteção da pequena propriedade rural tenha previsão expressa na Constituição Federal e no Código de Processo Civil, observa-se que os magistrados decidem com base na Lei n. 8.009/90 (Bem de Família), o que, de acordo com as análises feitas até o momento, retira a proteção sobre a pequena propriedade rural, uma vez que neste caso o imóvel rural “foi dado em garantia”, e tal fato resultou da “livre vontade” do proprietário rural.

Direito, Propriedade, tensão.

COMPARATO (2002) trata sobre a propriedade no mundo greco-romano, demonstrando que a ideia de propriedade privada em Roma ou nas cidades gregas da Antiguidade, era intimamente ligada à religião, à adoração do deus-lar, que tomava posse de um solo e não podia ser, desde então, desalojado. Conforme afirma o autor, a casa, o campo que a circundava e a sepultura nela localizada eram bens próprios de uma gens ou de uma família, no sentido mais íntimo, ou seja, como algo ligado aos laços de sangue que unem um grupo humano.

Sobre a propriedade privada na civilização burguesa, escreve o autor que a propriedade moderna desvinculou-se totalmente dessa dimensão religiosa das origens e passou a ter, com o advento da civilização burguesa, um sentido de mera utilidade econômica, e que o direito burguês, segundo o modelo do Código Napoleão, concebeu a propriedade como poder absoluto e exclusivo sobre a coisa determinada, visando a utilidade exclusiva do seu titular. Questiona Comparato: havendo perdido o sentido religioso das origens, sobre que outra base de ordem ética poderia a propriedade ser justificada no direito moderno?

Os inspiradores do constitucionalismo liberal, em particular John Locke, não hesitaram em fundar, doravante, o direito de propriedade privada na exigência natural de subsistência do indivíduo, e na especificação por ele dada a determinada coisa pelo seu trabalho, como força emanada do seu corpo, que representa o que há de mais próprio em cada pessoa. No curso do século XVIII, essa justificativa da subsistência individual e familiar transformou-se na garantia fundamental da liberdade do cidadão contra as imposições do Poder Público. [...] Rousseau [...] considerou certo que o direito de propriedade é o mais sagrado de todos os direitos do cidadão e mais importante, de certa forma, que a própria liberdade.

Documentos políticos como o Bill of Rights, de 1776, quanto a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789, apresentam a propriedade, juntamente com a liberdade e a segurança, como direitos inerentes a toda pessoa, ou direitos naturais e

imprescritíveis do homem, e sob esse aspecto, da garantia da liberdade individual, a propriedade passou a ter proteção constitucional.

O reconhecimento constitucional da propriedade como direito humano, liga-se, pois, essencialmente, a sua função de proteção pessoal. Daí decorre, em estrita lógica, a conclusão – quase nunca sublinhada em doutrina – de que nem toda propriedade privada há de ser considerada direito fundamental e como tal protegida.

No contexto da antiguidade, Engels trata sobre o conflito entre a noção de propriedade coletiva da comunidade e o avanço da propriedade privada sobre a terra:

Ao lado da riqueza em mercadorias e escravos, ao lado da riqueza em dinheiro, apareceu a riqueza em terras. A posse de parcelas do solo, concedida primitivamente pela gens ou pela tribo aos indivíduos, fortalecera-se a tal ponto que a terra já podia ser transmitida por herança. O que nos últimos tempos eles exigiam antes de tudo era ficarem livres dos direitos que as comunidades gentílicas tinham obre essas parcelas, direitos que para eles se tinha transformado em obstáculos. O obstáculo desapareceu, mas em pouco tempo também desaparecia a nova propriedade territorial. A propriedade livre e plena do solo significava não só a posse integral do mesmo, sem nenhuma restrição, como, ainda, a faculdade de aliená-lo. Esta faculdade não existiu enquanto o solo era propriedade da gens. Quando, porém, o obstáculo da propriedade suprema da gens e da tribo foi suprimido pelo novo proprietário, em caráter definitivo, se rompeu também o vínculo que unia indissolúvelmente o proprietário ao solo. O que isto significava ensinou-lhe o dinheiro, que se inventou justamente ao tempo do advento da propriedade privada da terra. A terra, agora, podia tornar-se mercadoria, podia ser vendida ou penhorada (ENGELS, 1995, p. 187-188).

Conforme GRAU (2014), o chamado direito moderno é racional, na medida em que permite a instalação de um horizonte de previsibilidade e calculabilidade em relação aos comportamentos humanos – vale dizer: segurança.

O Estado moderno surgindo com a vocação de atuar no campo econômico, o passar do tempo enseja alterações apenas no seu modo de atuar. Nas palavras de Habermas, ele constitui e preserva, complementa, substitui e compensa o modo de produção capitalista. Desde a garantia das instituições básicas da propriedade e da liberdade de contratar até a compensação das disfunções do processo de acumulação (direito ambiental e direito do consumidor, legitimação, por exemplo). [...] A propósito, tenho lembrado Weber para quem as exigências de calculabilidade e confiança no funcionamento da ordem jurídica e na chamada Administração constituem exigência vital do capitalismo racional; o capitalismo industrial depende da possibilidade de previsões seguras – deve poder contar com estabilidade, segurança e objetividade no funcionamento da ordem jurídica e no caráter racional e em princípio previsível das leis e da Administração.

WEBER (1999:144) ao tratar sobre as qualidades formais do direito moderno, afirma,

[...] o estágio de um direito baseado na formação jurídica especializada foi plenamente alcançado, como já vimos, apenas no Ocidente. Nesse processo, como já vimos, condições econômicas desempenharam um papel muito importante, mas nunca foram o único fator decisivo, como mostrará mais tarde o exame da dominação política. Na medida em que participaram na formação dos traços, especificamente modernos do atual direito ocidental, atuaram, de modo geral, no seguinte sentido: para os interessados no mercado de bens, a racionalização e a sistematização do direito significaram, em termos gerais e com a reserva de uma limitação posterior, a calculabilidade crescente do funcionamento da justiça – uma das condições prévias mais importantes para empresas econômicas permanentes, especialmente aquelas de tipo capitalista, que precisam da “segurança de tráfico” jurídica.

Em Economia e Sociedade WEBER também trata sobre o papel do Direito na ascensão do capitalismo. David M.Trubek escreve demonstrando, a partir de Weber, porque legalismo e capitalismo estão tão intimamente relacionados, ressaltando dois aspectos do direito para o desenvolvimento capitalista: a) seu relativo grau de calculabilidade; b) sua capacidade de desenvolver provisões substantivas – principalmente relacionadas à liberdade de contrato - necessárias ao funcionamento do sistema de mercados. Autonomia e previsibilidade. Um sistema de direito autônomo, funcionando de maneira puramente lógica, mecânica, com resultados altamente previsíveis são fatores importantes para o capitalismo. E para WEBER, a coação organizada do direito era necessária nas economias capitalistas modernas.

Embora não seja necessariamente verdade para todos os sistemas econômicos, certamente a moderna organização econômica sob condições modernas não poderia continuar se o controle de recursos não fosse resguardado pela coação estatal; ou seja, se seus direitos formais “legais” não fossem resguardados pela ameaça do uso de força.

Um sistema jurídico calculável, que combine coerção e previsibilidade, confiável, portanto. Conforme o autor,

O formalismo jurídico torna o sistema jurídico capaz de operar como uma máquina tecnicamente racional. Assim, garante aos indivíduos e grupamentos no interior do sistema um grau relativamente máximo de liberdade e aumenta sobremaneira a possibilidade de prever as conseqüências legais de suas ações.

O postulado básico da regulação da atividade econômica era conservar o maior espaço de liberdade possível aos participantes dessas atividades. O estado deveria intervir apenas com a elaboração de uma estrutura geral e neutra contida em códigos cuidadosamente elaborados conforme o sistema da “ciência do direito”, para que pudesse ser aplicado pelos métodos que Weber chamava de “racionalidade lógico-formal”, no qual o papel do juiz é reduzido a tarefas puramente cognitivas e, portanto, previsíveis. Os postulados básicos do mercado livre foram incorporados ao mecanismo construído por juristas que compartilhavam destas opiniões. A eliminação de qualquer discricionariedade judicial e a supressão de quaisquer considerações de valores advindos da aplicação das leis garantiria que este mecanismo autônomo permanecesse autônomo. (negritamos).

A proposta de HABERMAS, conforme demonstrado por Pedron () está na reconstrução dos paradigmas dos Estados anteriores (Liberal e Providência), para que até mesmo se torne possível traçar os contornos do que seja um paradigma procedimental do Estado Democrático de Direito. Conforme afirma Pedron, é também comum denominar-se de Estado de Direito Democrático, conforme a tradição portuguesa (CANOTILHO, 2003), entendendo-se que o termo democrático deveria adjetivar Direito, ao invés de Estado. Contudo, o art. 1º da atual Constituição da República brasileira fez uso da outra expressão, muito possivelmente para realçar a ruptura com a postura autocrática assumida pelo Estado Brasileiro a partir de 1964. Todavia, a partir de uma compreensão procedimentalista, como faz Habermas (1998), é possível ainda defender que tanto democrático quanto de Direito representam adjetivações simultâneas de Estado.

Com isso, caracteriza-se a relação de tensão de ambos os conceitos (HABERMAS, 2003:171-172; CARVALHO NETTO, 2003:81), em substituição à noção de oposição, que transporece no debate entre as tradições liberais e republicanas, no sentido de procurarem estabelecer uma relação de prioridade entre Estado de Direito (constitucionalismo) e Democracia (soberania popular).

Um marco inicial do paradigma jurídico do Estado Social pode ser identificado com o chamado constitucionalismo social, movimento que ganha maiores contornos após a Constituição alemã de Weimar (1919), apesar de a Constituição mexicana de 1917 ser considerada a primeira Constituição Social (CATTONI DE OLIVEIRA, 2002:58; CARVALHO NETTO, 1999:480; QUADROS DE MAGALHÃES, 2002:65). Como principal consequência dessa ruptura, tem-se uma ampliação no conjunto dos direitos fundamentais, resultante não somente de um acréscimo de direitos, mas também de uma completa alteração nas bases de interpretação dos direitos anteriores. Um marco inicial do paradigma jurídico do Estado Social pode ser identificado com o chamado constitucionalismo social, movimento que ganha maiores contornos após a Constituição alemã de Weimar (1919), apesar de a Constituição mexicana de 1917 ser considerada a primeira Constituição Social (CATTONI DE OLIVEIRA, 2002:58; CARVALHO NETTO, 1999:480; QUADROS DE MAGALHÃES, 2002:65). Como principal consequência dessa ruptura, tem-se uma ampliação no conjunto dos direitos

fundamentais, resultante não somente de um acréscimo de direitos, mas também de uma completa alteração nas bases de interpretação dos direitos anteriores.

Assim, continua o autor, o sistema econômico regido pelo medium do dinheiro atua nos processos de integração social de maneira diversa do que acontece com o Direito. Os pressupostos comunicativos são substituídos por uma forma de ação não intencional, que segue uma lógica instrumental (HABERMAS, 1998:102). Tanto o mundo da vida quanto o Direito são elementos fundamentais para o funcionamento e para a reprodução da sociedade (FREITAG, 2002:239). Todavia, pode-se identificar como “patologia da modernidade” a chamada colonização do mundo da vida. De uma maneira parasitária, o sistema econômico intervém nos processos de decisões jurídicas através de sua própria lógica de racionalidade (adequação de meios a fins), buscando a sua expansão, mas sob pena de perda da legitimidade do Direito como consequência da expulsão da ação comunicativa de seu habitat natural (FREITAG, 2002:239).

Considerações finais

Até o momento da pesquisa constatamos que os magistrados ainda tem uma visão do Direito da época do Estado Liberal, considerando a propriedade ainda como um direito absoluto. Nas execuções judiciais com penhora sobre a pequena propriedade rural, o que observamos é a existência também de uma visão totalmente civilista/patrimonialista do direito, decidindo pelo “cumprimento dos contratos”. A Terra, ora é vista como direito absoluto (do latifundiário), ora é vista como simples garantia/mercadoria numa relação contratual entre pequenos agricultores e os bancos. A pesquisa ainda irá analisar materiais que considerem o Código Civil de 2012, inclusive buscando julgados que tratem desse Código, pois o que encontramos até o momento ainda traz análises a partir do Código Civil de 1916, diante da Constituição Federal de 1988. Outro tema a ser estudado trata-se do Documento técnico 319, denominado O Setor Judiciário na América Latina e no Caribe: elementos para reforma, datado de junho de 1996. Esse documento é a intervenção do Banco Mundial e de seu plano de padronização do Judiciário de toda a América Latina. Segundo Pedron, o documento reconhece a necessidade de uma reforma econômica para que o Judiciário funcione bem, isto é, aplique as leis de maneira previsível e eficiente - em sua leitura, o mais célere possível - e atue na garantia da propriedade privada (DAKOLIAS, 1996:3).

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO. André Luiz Barreto Azevedo. Judiciário, direito à terra e reforma agrária no Brasil – um estudo da posse e da propriedade a luz dos conflitos coletivos e dos tribunais. Monografia apresenta junto a Universidade federal de Pernambuco, 2012.

BOBBIO Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. Editora Edipro, 2011.

BOBBIO. Noberto. A era dos direitos. Positivismo jurídico. Liberalismo e democracia. (sobre positivismo, pós-positivismo jurídico, estado democrático de direito, estado liberal e estado social).

BRASIL, Constituição Federal de 1988, 5 de outubro de 1988.

BRASIL, Lei nº. 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Institui o Código de Processo Civil.

BRASIL, Lei nº 4.504/1964.

BRASIL, Lei nº 5.868/1972.

BRASIL, Lei nº 8.009/1990.

BRASIL, Lei nº 8.629/1993.

COMPARATO. Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. (ler a introdução “sentido e evolução dos direitos humanos”).

CORTIZO. Maria Del Carmen. A cultura da justiça - cultura jurídica e administração da justiça. Tese de doutorado apresentada no Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Octavio Ianni. 27 de novembro de 2000.

DELGADO. Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300013>. <http://www.scielo.br>.

DWORKIN. Ronald. Levando os direitos a sério. Editora Martins Fontes.

DWORKIN. Ronald. O império do Direito. Editora Martins Fontes.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FÉRES, Marcelo Andrade. Ampliação da Impenhorabilidade da Pequena Propriedade Rural: Leitura a partir do Novo art. 649, VIII, do CPC (lei n. 11.382/06). Revista Dialética de Direito Processual Civil, São Paulo, nº 47, p. 79-87, fev. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

GRAU, Eros Roberto. Por que tenho medo dos juízes (a interpretação/aplicação do direito e os princípios), 6ª edição, Malheiros Editores.

GUIMARÃES, Luiz Carlos Forghieri. Direitos fundamentais e relações desiguais nos contratos bancários - (poder econômico e o indivíduo). 2ª edição, São Paulo, Letras Jurídicas: 2012.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia, entre facticidade e validade, volumes I e II, editora Tempo brasileiro, Rio de Janeiro, tradução Flávio Beno Siebeneichler – UGF.

HABERMAS, Jürgen. Conhecimento e interesse. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

HOBBSAWM, E. J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.(Coleção Pensamento Crítico, v. 13).

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito, Arménio Amado, Editora Coimbra, 1984, 6ª edição.

MANÇANO, Fernandes B., 2001, "Brasil: 500 anos de luta pela terra", Revista de Cultura Vozes, março (www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html)

MARX, K. A miséria da filosofia. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2007. (Coleção Obra Prima de Cada Autor, v. 258).

_____. A ideologia alemã: Feuerbach. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1991. (Coleção Pensamento Socialista, v.12).

_____. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001. (Coleção Obra Prima de Cada Autor, v. 68).

MELLO, L. I. A. John Locke e o individualismo liberal. In:WEFFORT, F. C. (Org.). Os clássicos da política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "O Federalista". 13. ed. São Paulo: Ática, 2001. p. 70-110. (Série Fundamentos, v. 62).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de produção capitalista, agricultura e Reforma Agrária, 1ª Edição, FFLCH, São Paulo, 2007.

PEDRON, Flávio Quinaud. Um olhar reconstrutivo da modernidade e da “crise do Judiciário”: a diminuição de recursos é mesmo uma solução?
http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_74/Flavio_Pedron.pdf

PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo brasiliense, 1969.

QUEIROZ Ari Ferreira de. Proteção constitucional da pequena propriedade rural,
<http://jus.com.br/revista/texto/1676>, Publicado em 09/2000.

STROZAKE, Juvelino (Org.) A questão agrária e a justiça. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

WEBER. Max. Economia e Sociedade, volume 1 e 2, editora UNB.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

A DISPUTA POR ESPAÇO NO MERCADO DE PRODUTOS ORGÂNICOS NO BRASIL: LUTAS LATENTES

Camila Benjamim Vieira, UNESP/Araraquara

benjamimcamila@gmail.com

FAPESP

GT 4. Camponeses e agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

RESUMO: Os Produtos Orgânicos são caracterizados não apenas por um sistema de produção agrícola isento de insumos químicos, mas pelo uso do discurso favorável ao desenvolvimento sustentável, principalmente ao aspecto saudável desses produtos. Saúde, nesses termos, tanto para quem planta e consome como para o meio ambiente e a economia. A pesquisa realizada é permeada pelos aspectos sociais, econômicos e institucionais que envolvem esse mercado, evidenciados através do método da Sociologia Relacional do cientista social francês Pierre Bourdieu, somado ao recurso metodológico da Sociologia Econômica. Dessa forma observamos o mercado de produtos Orgânicos no Brasil em sua complexidade, considerando-o como um sistema aberto, que está em constante interação, modificando e sofrendo modificações de outras esferas. Com os dados colhidos, pudemos observar discursos, através de documentários, declarações e entrevistas encontrados na mídia, sobre as lutas latentes no espaço do mercado de orgânicos. As lutas no plano interno são reflexas do plano externo, na qual os orgânicos disputam espaço com os produtos convencionais, o que no plano simbólico consiste para além da falta de informações dos mesmos, o entrave entre os produtores convencionais sobre a impossibilidade dos orgânicos substituírem e até mesmo competirem com o sistema convencional.

Graduada em Ciências Sociais, pela Unesp/Araraquara, integra o Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Sociedade, Poder, Organização e Mercado (NESPOM) onde estuda o pensamento de Pierre Bourdieu e realiza pesquisa na Área de Sociologia Econômica; foi bolsista FAPESP, com uma bolsa no projeto Jovem Pesquisador em Centro Emergente (orientadora Maria Jardim), e uma segunda bolsa de Iniciação Científica sobre o a construção social do mercado de produtos orgânicos (orientadora Maria Jardim).

1. Introdução

A análise do mercado pretendido refere-se à caracterização de uma forma singular de produção e comercialização de produtos agrícolas, os produtos orgânicos, distintos pelo não uso de insumos químicos. Assim, são produtos como frutas, verduras e legumes, cosméticos, ração, produtos de origem animal, roupas e acessórios, que se

pretendem parte de um projeto discursivamente a favor do desenvolvimento sustentável. A sociologia econômica vem ao encontro desse mercado a fim de negar uma operação simplesmente mercadológica ou altruística, caracterizando-o como um híbrido, e dessa forma como reflexo da dinâmica da sociedade em sua particularidade brasileira.

Resgatar a trajetória de um mercado (espaço social, no sentido de Bourdieu¹) que possui em seu centro um “bem de necessidade primária”, o alimento, é resgatar a relação dicotômica, presente constantemente nas ciências sociais, entre o homem e a natureza, mais precisamente sobre as estratégias de reprodução dos humanos através do ambiente natural. No entanto, o que pretendemos na realização dessa pesquisa é por meio do estudo do mercado orgânico, identificar disputas políticas e culturais entre esse mercado e seu opositor mais próximo no espaço social, mercado de produtos convencionais.

Dessa forma nas próximas linhas encontraremos um breve histórico, que ao ser contado através de escritos acadêmicos (ou não) aponta a própria linguagem de agentes diversos,² que, pensada sob a análise sociológica nos permite depreender as categorias fundamentais encontradas no pensamento institucionalizado para articular esse mercado.

Isto posto, no final da década de 1940 inaugura-se então uma nova relação do homem com a agricultura, devido ao desencadeamento da Revolução Verde. Esse fenômeno impulsionado pela Europa e pelos Estados Unidos trata-se da “modernização” do campo através do chamado “pacote tecnológico”, que refere-se ao uso de insumos químicos (fertilizantes, herbicidas, pesticidas e inseticidas) e maquinário (tratores, arados, ordenhas), em larga escala, no sistema agrícola, possibilitando o aumento da produção de alimentos. O contexto histórico da época foi primordial para o acontecimento da revolução verde, no qual, a indústria química bélica ociosa com o fim da guerra pode direcionar suas atividades para o recente modelo agrícola.

Segundo Khatounian (2001), o “pacote tecnológico” estabelece uma nova relação entre a agricultura e a indústria, na qual a primeira torna-se grande dependente da segunda, já que o sistema agrícola moderno cria um ciclo vicioso, com o uso de insumos químicos cada vez mais potentes, em um ambiente de monocultura, pois ao

¹ Pensar em espaço social é remeter ao conceito de “Campo” de Bourdieu. É pensar em “campo de forças”, que além de estar em interação com outros campos de forças em sua volta, também movimenta forças em seu interior por meio de “lutas” simbólicas para a modelagem desse mercado.

² O histórico aqui apresentado é resultado da pesquisa, de iniciação científica financiada pela FAPESP, *Legislação do mercado de Produtos Orgânicos no Brasil: uma proposta de análise sociológica*. (2013/06170-5), realizado por esta autora e orientado pela profª Maria Jardim.

modificar a biodiversidade acaba facilitando o aparecimento e alastramento de pragas, que por sua vez seriam extintas com novos insumos químicos.

Nos anos de 1970, a Revolução Verde (então consolidada nos países industrializados) ganha espaço nos países em desenvolvimento. Para Gaspi e Lopes (2008) essa abertura foi possível graças a promessa, dos países pioneiros, de resolução dos problemas da fome através do “pacote tecnológico”. A inserção nos países periféricos resulta em modificações significativas, as quais uma pequena quantidade de agrotóxico fazia o papel de muitos trabalhadores, transportando a população rural para a cidade, bem como, instaura-se novos hábitos alimentares pois a opção por alimentos não necessita mais orientar-se pela sazonalidade.

A ação e representatividade do sistema agrícola usuário da indústria química, fez com que ele se tornasse o novo paradigma ganhando a denominação de “Convencional”. Khatounian (2001), nos afirma que o Estados Unidos contribuiu de forma significativa para a mundialização da indústria química de agrotóxicos, com o marketing de que os produtos químicos eram inofensivos as pessoas, benéficos para a produção e primordial para um país moderno.

Para Ehlers, “a modernização da agricultura foi cercada de um otimismo excessivo por parte de grandes economistas ao avaliarem a capacidade de o capitalismo superar os chamados ‘limites naturais’” (EHLERS, E. 1996). Gaspi e Lopes (2008) concordam com o apoio dado, a agricultura moderna, por parte da teoria econômica, afirmando que nessa ciência, em sua vertente ortodoxa, o meio ambiente é tratado como “recurso natural”, representando estoque de matérias-primas e depósito de dejetos.

Paralelamente ao crescimento do sistema convencional, crescia o movimento ambientalista apoiado nos discursos contra o aumento do consumo e exploração ambiental apresentados no cenário moderno. Uma das maiores expressões que inaugura a difusão desse movimento é a obra, *Primavera Silenciosa* de 1962, escrito pela bióloga norte-americana Rachel Carson, para denunciar, principalmente, os efeitos que o primeiro pesticida moderno, DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) vinha causando, a saúde humana e do meio ambiente. Refere-se a uma pesquisa documental ampla, possui um cunho impactante para a época e também um discurso de sensibilização. Ehlers afirma que: “Embora criticada por sua imprecisão científica, a obra de Carson certamente contribuiu para que a preocupação com as questões ambientais penetrasse a esfera da agricultura”. (EHLERS, E. 1996)

Somando-se a isso, os anos 1960 é cenário do movimento da contracultura. Essa, além de lutar contra o racismo e levantar as bandeiras do feminismo e do movimento estudantil, defende o ambientalismo e crítica os padrões modernos de consumo, tendo entre seus valores o resgate da relação entre homem e natureza e a alimentação natural. Como parte da contracultura o movimento hippie nascido em 1966 nos Estados Unidos também vinha alertar a população sobre as consequências do desenvolvimento econômico no meio ambiente.

Assim, os Estados Unidos possuem papel singular dentro da trajetória histórica dos produtos Orgânicos. Primeiramente eles foram um dos principais difusores da Revolução Verde, nos anos de 1950 apresentavam-se contrários a agroecologia a considerando uma volta no passado.

Por outro lado é dentro desse país que surge o movimento da contracultura, inaugurando uma nova forma de pensar os sistemas comerciais e em 1984 o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) reconhece a importância dos produtos Orgânicos, dando bandeira branca para os norte-americanos quanto a prática e consumo de produtos advindos do sistema Orgânico (EHLERS, E. 1996).³

Ehlers (1996) nos aponta então que, o contexto da época (final dos anos de 1960 e inícios dos anos de 1970), foi o berço propício para o crescimento da agricultura Agroecológica ou agricultura alternativa, já então existente desde a década de 1920, sendo contrária ao uso de insumos químicos e valorizadora do processo biológico (EHLERS, E, 1996), mas que foi hostilizada até então. A Agricultura alternativa apresentava-se composta, principalmente pelas modalidades: Biodinâmica⁴, Orgânica⁵, Natural⁶, e Permacultura⁷. Cada uma dessas modalidades possui origens e

³ Em 2014, ele configurava-se como uns dos três maiores consumidores Produtos Orgânicos. Movimentou no ano de 2012 o correspondente o 45,2% do valor total do mercado mundial de orgânicos que atingiu 63,8 bilhões de dólares.

⁴ A agricultura biodinâmica foi criada, nos anos de 1920, pelo filósofo Rudolph Steiner, possui como característica principal o sistema holístico de agricultura. É parte da “Ciência Espiritual” denominada Antroposofia, e serve como fonte de alimentos para os praticantes desta. (TRIVELLATO e FREITAS, 2003)

⁵ O título de Pai da Agricultura Orgânica é dado ao Sir Albert Howard, que nos anos de 1940, observa o método indiano de cultivo, baseado na biodiversidade e que trata o solo como organismo vivo. No entanto, foi na década de 1960 que a popularização da produção orgânica deu-se nos EUA (EHLERS, E. 1996)

⁶ Corrente originada no Japão, nos anos de 1930, por Mokiti Okada, que visa a mínima interferência humana no agrossistema (TRIVELLATO e FREITAS, 2003)

⁷ Surge no final dos anos de 1930 no Japão, através das pesquisas de Masanobu Fukuoka. É um cultivo do “não fazer”, que observa a dinâmica da natureza e aprende com ela (AZEVEDO, E. 2012)

especificidades diversas, mas o que permeia a todas é a não concordância com o sistema “convencional” de agricultura.

Em 1972 surge a Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM), sendo a primeira organização voltada ao fortalecimento da agricultura alternativa. Em sua sigla encontramos, entretanto, apenas a Agricultura Orgânica, pois para efeitos de normatização e para diminuir as incertezas quanto a essa produção, ficou convencionado referir-se as diferentes modalidades da Agroecologia, como Agricultura Orgânica⁸

Assim surge o ramo de Produtos Orgânicos, sua denominação ainda causa muita confusão, segundo Khatounian:

“É necessário distinguir as diferentes acepções do termo Orgânico em “química orgânica” e “agricultura orgânica”. A química orgânica se ocupa dos compostos em que predomina o elemento carbono, incluindo, além dos produtos naturais, os combustíveis fósseis e todos os seus derivados, tais como tintas, plásticos, fibras sintéticas, etc. Em agricultura orgânica, o termo Orgânico é usado para designar o natural, ecológico, derivado diretamente de um organismo vivo, sem artificialismos.” (KHATOUNIAN, 2001: 21)

Outra justificativa para o uso do termo Orgânico vem da organicidade entre as esferas do tripé do desenvolvimento sustentável. O conceito de desenvolvimento sustentável, não encontra consensos, porém o mais aceito se encontra no Relatório de Brundtland, intitulado *Nosso Futuro Comum*, elaborado durante a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, do ano de 1987, que em seu texto refere-se ao desenvolvimento sustentável como: *Aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades* (p. 46)⁹. É nesse relatório que encontra-se o tripé base do desenvolvimento sustentável¹⁰ (sendo ele o compromisso com o ecológico, com o econômico e com o social) e os articuladores do desenvolvimento sustentável incluíram recentemente a variável cultural nessa base (BOFF, 2012).

⁸ Esta pesquisa, por estar baseada na literatura e discursos em torno na legislação dos produtos Orgânicos, considera que esses abarcam as diferentes vertentes da agroecologia, conforme estabelecido pela IFOAM e pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil.

⁹ Retirado do site da ONU Brasil.

¹⁰ Conforme Leonardo Boff, 2012 “É o famoso tripé chamado de Triple Bottom line (as linhas das três pilstras) que deve garantir a sustentabilidade. O conceito foi criado em 1990 pelo britânico John Elkington, fundador da ONG SustainAbility, que se propõe exatamente a divulgar estes três momentos como necessários a todo desenvolvimento sustentável” (p 44).

No que se refere ao contexto brasileiro, nos anos de 1960 o movimento agrário brasileiro encontrava-se direcionado para os princípios da Revolução Verde, de forma a difundir o modelo convencional e modernizar a sua agricultura. Em 1971, como parte do Plano Nacional de Desenvolvimento, o governo cria linhas de créditos vinculadas a compra de insumos químicos para a agricultura, acabando por criar no Brasil um novo mercado, referente a indústria de insumos agrícolas, segundo Ehlers (1996), essas ações foram ao encontro de uma “modernização conservadora”, que mantinha a estrutura fundiária da monocultura, mais apoiava a modernização através do “pacote tecnológico”.

No Brasil, a Revolução Verde acabou também por modificar as estruturas no campo e a uniformizar os costumes alimentares, que então passou a ser estável durante o período anual. As ações da esfera pública brasileira, representante então de um país subdesenvolvido, expressam claramente a incorporação do discurso norte-americano de modernização do campo, e em 1975 é criado o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA).¹¹

Ehlers (1996) aponta que o uso dos agrotóxicos nesse período cresceu em média 480%, mesmo que a produtividade apenas tenha crescido de 4,5% ano. O decréscimo do uso de agrotóxicos acaba acontecendo nos anos de 1980 quando cessam as políticas de incentivo, ao seu uso.

Nos anos de 1970 o movimento da contracultura, seus princípios e o movimento Hippie também chegam ao Brasil. Assim, em 1974, temos a primeira experiência produtiva brasileira de agricultura alternativa, na cidade de Botucatu, com a fazenda Estancia Demetria, que através do sistema biodinâmico produzia verduras e ervas medicinais. Em 1978 e 1979 instauram-se respectivamente as cooperativas Coolmeia (do Rio Grande do Sul) e a Coonatura (do Rio de Janeiro), resultado da união de pequenos produtores alternativos e de consumidores para a venda e divulgação do sistema Orgânico de produção.

1.1 A certificação

Um grande diferencial desse mercado é a certificação de seus produtos. A regulamentação nasce de uma demanda de grupos, quando se há desconfiança e necessidade de limitação das ações dos indivíduos, mais especificamente das fraudes. A

¹¹ Nota-se que a política adota a nomenclatura de “defensivos agrícolas” no lugar de agrotóxicos, de forma a eufemizar a denominação.

falsificação é uma forma de romper com a “solidariedade” dentro do espaço social, assim, a legislação vem operar como retomada desse vínculo pois utiliza de uma violência simbólica ou de constrangimentos para fazer que os indivíduos cooperem com a ordem social (JARDIM, 2009).

A questão da necessidade de uma regulamentação é movida pelas lacunas no conhecimento e controle (na falta de confiança) que os agentes desse mercado se deparam. Para Appadurai (2008) o distanciamento entre os membros dessa troca resulta de ciclos complexos de comercialização, e por isso, podem ser alienantes criando “mitologias” a cerca desse bem ou processo, ou seja, distorções, contradições e lacunas se estabelecem conforme a distância temporal, espacial e institucional.

O que está em causa com a questão da regulamentação e autenticação é a retomada de relações e de sentidos que foram perdidas com os grandes mercados, uma certificação, assim como o mercado, é relacional, só se torna inteligível no contato primeiramente oposto de um bem com outro (entre o autêntico e o não autêntico) e entre os membros produtores, certificadores, comerciantes e consumidores.

Os produtos orgânicos (pensados como mercadoria) representam um tipo de conhecimento por seus consumidores, possuindo a necessidade de regulamentação na garantia e manutenção desse conhecimento. Quando o ciclo do comércio deixa de atender essa demanda, a regulamentação apresenta-se como um poder externo exercido no mercado, mas que ao ser empregado nessa especificidade é incorporado e moldado por ele.

Do ponto de vista histórico quanto ao desenvolvimento da certificação, a criação da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) foi um marco de grande relevância, posto que, essa federação visava à formalização de normas e programas de certificação em escala mundial. No entanto, as primeiras normas referentes à regulamentação mundial foram criadas a partir de 1978. As normas internacionais tinham como contexto países de clima temperado e de alta renda, dificultando o mercado de orgânicos dos demais países.

Os países de baixa renda e de clima que não se enquadrava na regra, como no caso do Brasil, tiveram que criar alternativas para a inserção no mercado institucional de regulamentação, uma delas, foi o Sistema Participativo de Garantia¹². Existem, ainda, países que não possuem um sistema de regulamentação próprio e que têm a necessidade

¹² Esse tema será tratado mais adiante.

de importar certificadoras e mão de obra para realizar esse processo, o que torna a certificação extremamente onerosa e inviável (FONSECA, *et al.*, 2009).

Os critérios de regulação no Brasil levam em conta as qualidades agrônômicas, zootécnicas, tecnológicas, sensoriais, nutricionais, sanitárias e éticas. Tem a preocupação de atingir a expectativas de diferentes agentes, como os produtores, os transformadores, os distribuidores e os consumidores. Importante informar que as normas no Brasil diferem-se das internacionais quanto à preocupação com a qualidade, pois as normas internacionais dão maior importância às qualidades agrônômicas e zootécnicas, deixando as outras qualidades em segundo plano. Outra diferença do Brasil é que a fiscalização das normas é feita com a participação colaborativa, que conta com o controle social e a responsabilidade solidária.

Apesar de a primeira lei referente a regulamentação orgânica, lei nº 10.831, ter sido aprovada no ano de 2003, o marco regulatório, para o Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG) começou somente em janeiro de 2011. O SISORG é parte do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e tem o papel de garantir que o quadro de normas e leis no Brasil, referente aos orgânicos, seja respeitado. Atualmente, nesse quadro, são aceitos três tipos de avaliação de conformidade orgânica: a Certificação, os Sistemas Participativos de Garantia e o Controle Social para a venda direta sem certificação.

Em sua pesquisa de Iniciação Científica, Benjamim observou que o marco jurídico do mercado de produtos orgânicos, resultado da Lei nº 10.831/2003 (mas que passa a vigorar em 2011) foi uma construção coletiva, contando com produtores, associações, deputados e consumidores atuantes dentro do processo de elaboração, implementação e mesmo fiscalização na certificação dos Orgânicos. Em diálogo com os pressupostos da sociologia econômica, esse conjunto de agentes não são atores passivos dentro do mercado; ao contrário, mostram-se responsáveis pela formação e dinâmica do mesmo. Os dados indicam que o mercado de produtos orgânicos, longe de ser algo definido pela lei de oferta e procura, é construído socialmente, onde a variável “confiança” é bastante presente.

A Certificação é feita por um técnico especializado, que faz parte de alguma certificadora cadastradas no MAPA. Sendo assim, é feita por um método chamado de “terceira parte”, quer dizer, por alguém que não tenha interesse direto na certificação do produto. Esse processo pode ser feito individualmente ou em grupo e caracteriza-se

como a avaliação de conformidade de maior custo para o produtor, sendo feitas por agentes de grandes ciclos comerciais.

Os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) asseguram a avaliação através da revisão de pares, isto é, cada produtor de um grande grupo avalia e é responsável pelo outro. Essa avaliação pressupõe alto grau de participação e de trabalho não remunerado, tratando-se este de reuniões feitas pelo menos uma vez por mês em uma das propriedades para a revisão da qualidade. Essas reuniões envolvem tempo e deslocamento. Todavia é uma avaliação considerada de baixo custo pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A última avaliação é o Controle Social para a venda direta sem certificação, caracterizada por uma forma de certificação facultativa, feita na relação direta entre o produtor e o consumidor. Essa comercialização só pode ser feita por produtores da agricultura familiar, cadastrados em Organizações de Controle Social (OCS). Nesse caso, quem irá avaliar o produto será o consumidor, através da credibilidade dada a esse comerciante, tendo em vista que apenas o aspecto visual do produto não garante o não uso de adubos químicos e respeito ao trabalhador rural. A avaliação através do controle social não dá direito ao uso do selo de certificação, mas é reconhecida pelo MAPA. A participação em uma OCS dá direito ao produtor de usar placas e faixas informativas do produto orgânico vendido.

O selo é fornecido pelas certificadoras cadastradas no MAPA e, apesar de serem diferentes para cada um dos processos (feitos através de certificação feita por terceira parte e de SPG), eles são equivalentes perante a lei 10.831. No Brasil, só se pode comercializar produtos orgânicos importados que estejam em conformidade com a legislação brasileira ou produtos de organismos que tiverem reconhecimento mútuo com o país (Decreto Regulamentar nº 6.323/07). O mesmo acontece para a exportação, ou seja, os produtos brasileiros devem estar em conformidade com o país de destino.

1.2 Dados do mercado dos Produtos Orgânicos no Brasil contemporâneo

Após essa sucinta gênese do mercado de orgânicos iremos mostrar alguns dados de seu quadro atual. Assim, segundo o relatório anual de 2013, da IFOAM, no ano de 2012 o movimento do mercado mundial foi de 63,8 bilhões de dólares, tendo um grande crescimento, pois em 1999 o movimento foi de 15,2 bilhões de dólares. O mesmo relatório nos informa o número de 164 países com produção certificada - sendo que

pouco mais da metade possui regulamentação própria -, abrangendo 37.5 milhões de hectares, com cerca de 1.9 milhões de produtores.

No Brasil, o Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD), de Curitiba, em 2011, realizou uma pesquisa sobre a expressão em “números” do mercado Orgânicos, mostrando que o Brasil possuía 4,93 milhões de hectares de área destinada ao cultivo de produtos Orgânicos (cerca de 10% do total da área produtiva agrícola brasileira, conforme o Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013, disponibilizado pelo MAPA). Atualmente (2014), no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos¹³ está a marca de 7.992 produtores. A produção brasileira de Orgânicos em 2012 atingiu R\$ 1,5 bilhão¹⁴, conforme o relatório do evento Green Rio, no entanto representa ainda menos de meio por cento da produção agrícola total.¹⁵ Segundo o Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 publicado pelo MAPA, o financiamento do crédito rural para este período foi de 133.250,0 milhões de reais.¹⁶

Os locais de escoamento dos produtos orgânicos, além da exportação, são as Feiras Agrícolas (específicas ou não), os supermercados, o mercado institucional de fornecimento de merenda escolar e refeição hospitalar, convênio de cestas semanais, lojas especializadas e restaurantes.

Dentro do contexto desse mercado é importante evidenciar o papel do governo brasileiro após a aprovação do marco regulatório em 2003, podemos citar o incentivo à exportação de produtos Orgânicos brasileiros, que tem como maior expressão o programa Organics Brasil, resultado das ações da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimento (Apex-Brasil) e do Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD), acordadas desde 2005, e com amplo apoio do governo federal. O objetivo principal desse programa é estimular o comércio internacional dos produtos Orgânicos.

Como incentivo ao comércio interno e a produção por parte dos pequenos produtores, temos como principal documento o Decreto Regulamentar nº 7.794/2012,

¹³ Acessado em abril de 2014. Disponível no site do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, para fins de consulta do consumidor e comerciante. Site: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>

¹⁴ Em comparativo na outra ponta temos o dado relativo as vendas de defensivos no mercado interno no ano de 2012, sendo o valor de 9.710.014 bilhões de dólares, conforme a publicação “Estatísticas e Dados Básicos de Economia Agrícola - JULHO/2014, do MAPA.

¹⁵ Segundo o Plano e Agrícola Pecuário 2012/2013, fornecido pelo MAPA, a produção bruta da agricultura no Brasil em 2012 foi de 350 bilhões de reais no ano de 2012. E as exportações foi de aproximadamente R\$ 95 Bilhões, o equivalente a 37% das exportações totais.

¹⁶ Esse valor corresponde ao financiamento disponibilizado para a produção agrícola total.

que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), prevista no art.11 da Lei 10.831/2003. Dentre seus instrumentos temos o crédito rural, medidas tributárias, compras governamentais, e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo.

2. MERCADO DE ORGÂNICOS ENQUANTO ESPAÇO SOCIAL ¹⁷

A inspiração teórica adotada nessa pesquisa consiste na Sociologia Relacional de Pierre Bourdieu (1930 – 2002). Para o cientista¹⁸ francês não podemos pensar a economia apenas como um cenário pois ela faz parte de uma realidade, a qual é preciso construir através dos dados. Inspirado nos métodos durkheimianos, Bourdieu expõe que a economia é parte da sociedade e não seu contrário.

Os indivíduos (agentes), que entre outras coisas atuam de forma relacional, estão ancorados em um determinado espaço social e de uma determinada maneira. Assim possuem matrizes de pensamento relacionais que são dotadas de disposições para tomar ação (conceito de *Habitus* de Bourdieu¹⁹). A economia ao tratar o mercado como refém da lei de oferta e de demanda, de forma independente, negligencia esse agente que operacionaliza o mercado e que não age conforme uma racionalidade econômica, mas sim, conforme suas disposições embutidas nesse espaço social que ocupa.

Podemos assim mencionar as instituições (Estado, Família, Religiões, Mercados, etc.) enquanto realizadas através dos agentes, os quais estão em disputa simbólica, construindo relações que mudam conforme o tempo e o espaço, conforme o contexto.

¹⁷ Gostaríamos de salientar que análise do mercado de orgânicos pensada como espaço social, pauta-se nos dados colhidos com o decorrer da pesquisa de iniciação científica.

¹⁸ Filósofo de formação e atuante no campo da antropologia, Bourdieu ao estudar a economia argelina e a inserção dos camponeses argelinos no mercado de trabalho aplica em sua pesquisa de campo, primeiramente, as categorias de pensamento conceituadas pela teoria ortodoxa econômica, encontrando problemas na aplicação das categorias, pois não correspondiam com a realidade estudada. Dentro desse entrave, inicia o desenvolvimento de sua sociologia relacional.

¹⁹ O conceito de *habitus* é definido como “sistema de disposições” (BOURDIEU, 1990), que configura-se como a modelação do agente pelo externo e a sua forma de exteriorização. É embutido no indivíduo desde a primeira educação, são aquelas características, que o agente carrega, herdadas de sua classe e situação social e que serão identificadas na ação do agente, mas que não são determinantes. Sendo uma tendência, predisposição, do indivíduo a realizar a ação ou trilhar um caminho, da mesma forma como os outros agentes de sua classe social.

Cada espaço deve ser pensado por suas próprias normas, em sua particularidade dinâmica, mas que está em relação com outros espaços. Neste ponto é destacado o Estado enquanto instituição fundamental que interfere nos mercados, auxiliando a nortear as ações, por exemplo as ofertas e as demandas²⁰.

Isto posto, um dos seus conceitos que se destaca é o de Campo, que para o autor é um espaço, que possui leis próprias, “no interior do qual há uma luta pela imposição da definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo” (Ibid, 1990, p 119). Diferentemente da forma analítica da Ciência Econômica – onde todas as esferas (religiosa, familiar, política) operam dentro das mesmas leis, determinada pela economia, resumindo na busca pelo lucro – esse autor, ao postular o conceito de campo permite que a articulação interna das esferas seja autônoma, pois, “o interesse que move o campo econômico não é o mesmo que move os outros campos” (RAUD, 2007). Este campo estará em constante tensão, conforme citado acima, ele estará em luta, tanto interna quanto externa, os seus agentes querem impor a sua verdade (*doxa*), utilizando os capitais específicos do seu campo, necessários para ganhar as lutas, que podem ser econômicas, culturais, simbólicas, dentre outras.

Ao retomarmos o pensamento do mercado como um espaço socialmente construído, frisando a diferenciação com a teoria neoclássica, propomos indivíduos dotados de ação - não puramente racionais - e por isso “agentes” diversos se relacionem ao criar trocas, nas quais, esse sim, são econômicas e também permeada de simbologia. Os agentes orientados por disposições sociais ou coletivas geram o espaço conforme a interação do volume de seus diferentes capitais. São os capitais para além do capital financeiro: o capital cultural, social e simbólico. Conforme dito anteriormente a interação entre eles é conflituosa gerando as “regras do jogo” ou seja, a dinâmica sob a qual o espaço social irá se operar. Pensar nesse espaço social é remeter ao conceito de “Campo” de Bourdieu. É pensar em “campo de forças”, que além de estar em interação com outros campos de forças em sua volta, também movimenta forças em seu interior por meio de “lutas” simbólicas para a modelagem desse mercado.

O mercado de produtos Orgânicos se compõe de forma complexa, é importante considera-lo como um sistema aberto (CECHIN e VEIGA, 2010), que está em constante interação, modificando e sofrendo modificações de outras esferas. Com os dados colhidos para a pesquisa pudemos observar discursos, através de documentários,

²⁰ Ver mais em : BOURDIEU, P. **As Estruturas Sociais da Economia**. 2000 Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

declarações e entrevistas encontrados na mídia, sobre as possíveis lutas latentes no espaço do mercado de orgânicos.

As lutas no plano interno são reflexas do plano externo, na qual os orgânicos disputam espaço com os produtos convencionais, o que no plano simbólico consiste para além da falta de informações dos mesmos, o entrave entre os produtores convencionais sobre a impossibilidade dos orgânicos substituírem e até mesmo competirem com o sistema convencional.

Devido a uma crença que circula sobre a necessidade dos orgânicos em ocupar uma maior área produtiva para produzir a mesma quantidade que os convencionais e quanto ao elevado preço desses produtos (em média 70% mais caros nos supermercados), podemos ver na fala da Senadora, a época, Katia Abreu²¹, em uma audiência pública referente ao artigo publicado pelo diretor da ANVISA (2008), no *Le monde Diplomatique*, intitulada “Alimentos contaminados”, a senadora enquanto representante da bancada ruralista realiza o seguinte pronunciamento:

“Então a partir do momento que o diretor da ANVISA, que é responsável em avaliar aprovar ou não os defensivos para a agricultura genéricos ou não, faz uma declaração dessa na imprensa ele tinha a obrigação de vim se justificar no senado federal. Está dando um prejuízo para o patrimônio nacional. Essas pessoas esquecem que elas também comem e que elas querem comer barato, se ele tem um bom salário na Anvisa não é o caso de milhares e milhares de brasileiros, que ganham um salário mínimo ou que não ganham nada, e que portanto precisam comer comida com defensivo sim, por que é a única forma de fazer o alimento mais barato, infelizmente. Se nós pudéssemos produzir orgânicos para todo o brasil e todo o mundo nós íamos precisar de no mínimo, nunca fiz essa conta, mas no mínimo três brasis eu acho que nós precisaríamos para...ou quatro, daí pra mais, pra produzir o mesmo tanto que produzimos hoje para os brasileiros e para exportar. Então eu não compreendo onde essas pessoas querem chegar, elas querem atingir quem, as pessoas pobres que não podem pagar comida cara.” (Pronunciamento da senadora Katia Abreu – disponível no documentário “O veneno está na mesa” do diretor Silvio Tendler, 2011)

Essa disputa de representatividade dos orgânicos é incorporada pelos agentes internos desse mercado que se dividem entre os que acreditam na substituição do sistema convencional pelo sistema de produção agroecológica e um outro grupo que não acredita nessa substituição mas na concomitância desses dois sistemas. A primeira

²¹ DEM-TO/ mandato 2007 - 2011

demanda é refletida nesse discurso de um professor da universidade da Califórnia, ligado ao projeto brasileiro da “Campanha permanente contra os agrotóxicos e a favor da vida”²²:

“A agricultura industrial de monocultura somente produzem 30% dos alimentos que nós comemos no mundo, e não é uma comida de boa qualidade porque tem transgênico e também tem pesticida. E 50% da comida que se come na humanidade é produzida pelos camponeses, que controlam 20% da terra. Imagina que você agora desse 50% da terra para os camponeses, haveria alimentos para todos.” (Disponível no documentário “Veneno está na mesa 2” do diretor Silvio Tendler, 2014)

O fundador da AS-PTA²³, Jean Marc Van Der Weid, também compartilha da mesma crença:

“Eu estou convencido, e acredito que tem elementos suficientes para comprovar isso, e em muitos outros lugares, muitas pessoas pensam a mesma coisa, que a única solução pra produção alimentar e de outras coisas não necessariamente alimentar, de outros produtos da agricultura de forma sustentável vai ser através da agroecologia, e da em combinação com a agricultura familiar, ele é capaz de produzir a quantidade necessária de alimentos e outros produtos com preços acessíveis, e com uma qualidade de produtos que o sistema convencional é incapaz de produzir” (retirado do documentário “Veneno está na mesa 2” do diretor Silvio Tendler, 2014)

Como exemplo, dos agentes que acreditam na concomitância desse sistema, temos a fala do ex-ministro do desenvolvimento agrário Pepe Vargas, ao se referir a agricultura familiar e a agroecologia em uma entrevista:

“A outra questão é a produção com sustentabilidade ambiental e social, o que significa fazer um manejo da propriedade rural de forma mais sustentável, tendo orientação

²² Criada em 2011 a “Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida” conta com mais de cinquenta entidades nacionais, e possui o objetivo de diminuir o consumo de agrotóxicos no Brasil e alertar sobre os seus riscos. (informações retiradas da página da internet da campanha: <http://www.contraosagrototoxicos.org/>. Acessado em 18/05/2014).

²³ “A AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.” (retirado do site: <http://aspta.org.br/quem-somos/> . Acesso em 18/05/2014)

para que o agricultor possa manejar o solo, os recursos hídricos, os seus insumos de forma sustentável. O Brasil consome muito agrotóxico, isso significa que o agricultor tem está tendo falta de orientação pra usar de forma adequada esses insumos, de um lado a gente estimula quem quer produzir agroecologicamente de forma orgânica, mas também sempre haverá agricultor que vão produzir né... utilizando insumos agroquímicos, pelo menos que usem adequadamente, o que é importante para o meio ambiente é importante para o consumidor que vai ter um produto de maior qualidade” (programa Avanços e desafios, da agência notícia. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=UgM_EZRY8-c).

E também do representante do Projeto Organics Brazil, Ming Chao Liu em uma entrevista ao sitio do Diário do Comércio

“Temos apenas uma pequena fração desse mercado, mas a perspectiva é muito positiva. É evidente não ser possível transformar a matriz de produção de alimentos no mundo para um modelo orgânico, mas ainda existe muito espaço para ampliação desse segmento”, (Reportagem do dia 08/05/2014. Disponível em <http://www.dcomercio.com.br/2014/05/08/o-novo-desafio-dos-organicos>)

Outra luta interna se refere a questão dos preços dos produtos orgânicos, entre uma vertente acredita que os produtos devem ser mais caros que os convencionais e outros que acreditam que eles podem ter o mesmo valor. Assim para os últimos existe um mito entorno das informações sobre os preços:

“Um mito desse mercado é que é impossível você produzir barato e orgânico, isso não é verdade; é uma questão de você organizar esta produção e ter formas de escoar-la” (Fotografo, ligado a campanha permanente contra os agrotóxicos e a favor da vida. Retirado do documentário “o veneno está na mesa 2” , Silvio Tendler, 2014)

“Tinha um mito antigamente de que agrotóxico tornava as coisas mais baratas e não é verdade porque na feira orgânica onde eu vou, eu consigo comprar uma alface no preço que eu compro no supermercado” (frequentadora da Feira do MST – Rio de Janeiro Retirado do documentário “o veneno está na mesa 2” , Silvio Tendler, 2014)

Podemos observar um discurso que tende para o outro lado, em outro momento, na fala do Diretor da Organics Brazil:

“A ação na feira da Apas mostrou aos varejistas que é possível apresentar os orgânicos, que têm preços mais altos que os convencionais, de uma maneira atraente, contando as histórias dos produtos e das marcas. O consumidor hoje quer saber mais sobre o que compra e quando enxerga o valor agregado às mercadorias aceita pagar mais por elas” (Reportagem do dia 08/05/2014. Disponível em <http://www.dcomercio.com.br/2014/05/08/o-novo-desafio-dos-organicos>)

De fato a existência de uma ideia compartilhada sobre o alto valor os produtos orgânicos, também encontra respaldo nos dados colhidos nas entrevistas feitas com os consumidores para o presente trabalho, pois esses “reclamaram” do elevado preço (em 100% das respostas dadas sobre algum comentário que gostariam de acrescentar em relação ao mercado de orgânicos).

Encontramos aqui uma simbologia desse produto remetido enquanto “bens de luxo”. Segundo as formulações de Appadurai, os “bens de luxo” podem ser produtos diferenciados simplesmente pelo processo de produção, como é o caso dos orgânicos, no qual esses possuem as características de ser restrito (por preço, ou por leis) a um grupo, possuindo uma escassez e de difícil acesso. Mensagens sociais complexas seguem o seu consumo e também um grau de relação entre o consumo e a personalidade das pessoas.

Relacionar consumo com personalidade dos indivíduos, e até mesmo as caracterizações acima como “grupo” e “mensagens sociais” nos remete ao conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, segundo ele “O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU. 1996:22).

O *habitus* é unificador e também diferenciador de grupos de pessoas que se distinguem, sejam por suas escolhas, ou pelos seus modos de vida, é o que nos remete a um “*habitus* de grupo”. Encontramos esse caráter de compartilhamento de escolhas de certos grupos, primeiramente na própria construção do mercado, que se constituiu através dos movimentos sociais, mas também, conforme nossos dados nos apontam, no fato de a grande maioria desses indivíduos estarem na faixa etária adulta, serem mulheres, pertencem a classe média e possuem no mínimo graduação. As entrevistas nos apontam que são indivíduos que possuem um grande capital simbólico (devido a educação formal) mais do que econômica (ganham em média de três a cinco salários mínimos), sendo uma característica do *habitus* desse grupo.

As ações para a construção do espaço social da produção e comércio de produtos orgânicos, pressupõe algumas mudanças nas orientações de grupos institucionalizados. Esse mercado foi e vem sendo fortemente apoiado pelas Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura ONU – FAO, pelo Banco Mundial, e pelos Estados Unidos. Assim como essas instituições foram responsáveis pela difusão da Revolução Verde, respondem hoje também com o apoio ao mercado da agricultura alternativa.

Não são apenas novas instituições que movimentam e regulam esse mercado, são na verdade, as mesmas instituições mas com valores diversificados, que vão além do econômico (MUNIZ et al, 2003). O surgimento e permanência do mercado de produtos Orgânicos, passa a nos mostrar que a recente opção pelo sistema produtivo e consumo, perpassa a conduta individual e se influencia pelo movimento das ações sociais. Conforme Abramovay, 2010, “Para que haja mercados, são necessárias condições sociais e comportamentais que vão muito além do que se entende habitualmente por auto-interesse dos atores.” (ABRAMOVAY, 2010).

Considerações finais

Surgindo como uma lógica oposta a exploração natural pelo econômico, os produtos orgânicos institucionalizam-se e começam a fazer parte da agenda política Brasileira, bem como as outras áreas do desenvolvimento sustentável. Mesmo que esse novo mercado verde se apresente tímido perto da grande indústria agroexportadora, inaugura uma nova forma de se pensar a luta verde, somada ao desenvolvimento econômico. O recurso da certificação desses produtos, atendem à demanda do próprio espaço social em construção, os distanciando do mercado convencional afim, de proporcionar credibilidade perante seus consumidores, criando um novo nicho de mercado.

Ao tratarmos o mercado agrícola, como um espaço social, do qual o mercado de orgânicos é parte, apontamos que esse se compõe de forma complexa. Com os dados colhidos, podemos observar discursos, através de documentários, declarações e entrevistas encontrados na mídia, que evidenciam as possíveis lutas latentes tanto no espaço do mercado de orgânicos (lutas internas) quanto no mercado agrícola de forma geral (lutas externas). Essas lutas estruturam e são estruturadas pelos agentes que atuam no mercado de produtos orgânicos ou em seus opositores e no âmbito do discurso faz com que o

pronunciado se torne a verdade compartilhada do grupo, tanto internamente quanto externa, no caso constatado, quanto ao preço ou capacidade produtiva, construindo a imagens de bens de luxo versus bens acessíveis e inviabilidade produtiva e viabilidade produtiva.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **Entre Deus e o diabo**: Mercado de interação humana nas ciências sociais. São Paulo: Tempo Social, v. 16, n. 2, 2004.
- APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- AZEVEDO, E. **Alimentos Orgânicos**: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social. São Paulo: Editora Senac, 2012
- BENJAMIM, C. **Legislação do Mercado de Produtos Orgânicos**: Uma Proposta de análise sociológica. Relatório de pesquisa enviado a FAPESP. 2014
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é o que não é. São Paulo: Vozes, 2012
- BOURDIEU, P. “**As condições sociais da circulação internacional das ideias**”. Tradução: Fernanda Abreu. Enfoques – Revista Eletrônica. Rio de Janeiro: V.1, N. 1. 2002. P 4 – 9.
- BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**, 1990. Editora Brasiliense – São Paulo, 2004
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas sobre a Teoria da Ação**. Campinas, SP. Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. **As Estruturas Sociais da Economia**. 2000 Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portal Eletrônico. Brasília, 2015
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto 6.323**. Brasília, Senado Federal, 2007.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei Nº 10.831**. Brasília, Senado Federal, 2003.
- CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo, Editora melhoramentos, 1969
- CECHIN, A; VEIGA, J. E. **O fundamento central da economia ecológica**. IN: MAY, P. Economia do meio ambiente: teoria e prática. Editora Elsevier, 2010.
- EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo, Livros da Terra, 1996. 178p.
- FONSECA, M. F. de A. C. **A Institucionalização do Mercado de Orgânicos no Mundo e no Brasil**: uma interpretação. Rio de Janeiro: UFRJ, tese de doutorado, 2005. Disponível em: http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/d_maria_fernanda_2005.pdf
- GARCIA- PARPET, Marie France. **Estudo de caso de ‘Mercado Auto-Regulado’**: normas voluntárias e qualidade dos produtos da Agricultura Orgânica. REED [online]. 2012, vol.4, n.2
- GASPI, S. de; LOPES, J. L. **Desenvolvimento sustentável e revolução verde**: uma aplicação empírica dos recursos naturais para o crescimento econômico das mesorregiões do Paraná. Curitiba: Anais da XI ANPEC, 2008
- IFOAM. **Relatório Anual de 2013**. Acessado em 02/08/2014, disponível no site: <http://www.ifoam.org/>

- IPD Orgânicos, Inteligência. Pesquisa: **O mercado brasileiro de produtos Orgânicos**. Curitiba 2010
- IPD Orgânicos, Inteligência. **Relatório: Perfil do mercado Orgânico brasileiro como processo de inclusão social**. Curitiba 2010
- JARDIM, M. A. C. **Entre a Solidariedade e o Risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula**. São Paulo: Anna Blume/Fapesp, 2009. 258 p.
- JARDIM, M. A. A.; SÉPIA, R. **A construção social dos mercados**. Revista REDD [online]. 2012, vol.4, n.2.
- KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.
- MAPA, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013**. Acessado em 02/08/2014,
- MAPA, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas e dados básicos de economia agrícola maio de 2013**. Acessado em 02/08/2014.
- MUNIZ, J. N; CASTILHO, M. L; PIRES, C. de F; RAMOS, L. P. **Mercado de Produtos Orgânicos: além do natural**. In: STINGHETA, P.C e MUNIZ, J.N (editores). Alimentos Orgânicos: Produção, Tecnologia a Certificação. Viçosa: UFV, 2003
- O VENENO ESTÁ NA MESA**. Direção: Silvio Tandler. Produção: Caliban / Apoio: EPSJV-Fiocruz. Ano: 2011 / Duração: 50 minutos/cor.
- O VENENO ESTÁ NA MESA 2**. Direção Silvio Tandler. Produção: Caliban / Apoio: Fiocruz. Ano:2014. Duração: 70 minutos/cor.
- ONU, Nações Unidas do Brasil. **A ONU e o meio ambiente**. Acessado em 29/10/2013.
- SEBRAE. **De olho no mercado**: Relatório de Evento –Conferência Green Rio 2013. Acessado em 02/08/2014,
- TRIVELLATO, M. D; FREITAS, G. B de. **Panorama da Agricultura Orgânica**. In:



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

DE PEQUENOS PRODUTORES A ASSALARIADOS: OS PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA REGIÃO DO CERRADO MINEIRO – 1970- 2014

Maria Andréa Angelotti Carmo¹ (UFU); Luiz Carlos do Carmo² (UFG)
mc.angelotti@gmail.com; lzcarmo.lz@gmail.com

FAPEMIG

GT4: Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

Resumo: Busca-se neste trabalho analisar o processo histórico, as transformações, permanências e a atualidade da questão do trabalho no meio rural, especificamente na região também conhecida como Cerrado (Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba). Analisa-se as relações sociais de trabalho no campo pensando-as a partir do contexto das transformações ocorridas na implementação de um conjunto de programas de desenvolvimento do cerrado e expansão da fronteira agrícola, cujos objetivos eram a ocupação dirigida da região e sua inserção em um processo produtivo voltado ao mercado externo. Objetiva-se acompanhar ao longo das últimas décadas as alterações ocorridas a partir da análise de um contexto histórico mais amplo em que políticas públicas e outros projetos governamentais pautaram as modificações nas relações de trabalho, assim como a metamorfose de muitos pequenos proprietários em assalariados, tornando visíveis os conflitos e incompatibilidades existentes entre pequenos produtores e as novas necessidades ditadas pela perspectiva do agronegócio amplamente difundida e apoiada por políticas governantes. Interessa ainda apresentar os diferentes sujeitos que atualmente (con)vivem neste espaço: pequenos produtores, trabalhadores rurais assalariados, trabalhadores migrantes temporários e o agronegócio. Tal apreciação visa ampliar o olhar sobre as relações ali estabelecidas e compreender elementos do processo histórico, como as transformações, permanências, disputas e conflitos presentes na região pesquisada.

¹ Professora no Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Atua na área de História com ênfase em História do Brasil, principalmente nos temas: trabalhadores rurais, campo e cidade, experiências de vida, capitalismo, agricultura familiar e agronegócio. Atua ainda, nas interpretações acerca das migrações internas no Brasil e seus reflexos no mundo do trabalho e nos processos de ensino-aprendizagem em História.

² Professor do Departamento de História e Ciências Sociais e Mestrado Profissional em História na Universidade Federal de Goiás, Campus Avançado de Catalão. Atua em temáticas relativas à história do ensino, História do Brasil Republicano e movimentos sociais urbanos. Possui pesquisas acerca das relações de trabalho, do ensino de história; da educação negada, educação de jovens e adultos, memória da população negra brasileira; cotidiano de trabalhadores, relação campo e cidade, capitalismo e exploração.

Ao longo das últimas quatro décadas tem-se acompanhado a movimentação de trabalhadores nas diferentes regiões rurais do país, seja no corte da cana nos estados de São Paulo e Minas Gerais, seja na colheita de café, de algodão, de amendoim, de batata, entre outras, nas diferentes unidades da federação. Essa movimentação desloca grandes contingentes de trabalhadores que deixam suas regiões para se ocuparem em trabalhos chamados sazonais nas áreas rurais. As idas e vindas desses grupos nas regiões do Brasil parecem constituir um novo tipo de trabalhador rural, não mais fixo no campo; talvez sem os “vínculos” tradicionais com a terra, mas que se insere em uma dinâmica e “demanda temporária” de uma nova forma de produção, a do agronegócio.

Analisar as atuais relações sociais de trabalho no campo na região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba³ requer um olhar que remonta aos anos de 1970, quando essa área se viu inserida em uma dinâmica de políticas que tinha como objetivo a ocupação dirigida da região do cerrado e a sua inserção em um processo produtivo voltado ao grande mercado.

Nos anos de 1970, teve início o processo de consolidação de uma série de ações e investidas governamentais na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, quando da implantação dos chamados Programas de Desenvolvimento do Cerrado (BRANDÃO, 1989; GONÇALVES NETO, 1997), cujos objetivos eram, em parte, expandir a fronteira agrícola.⁴ Este processo, um desdobramento de políticas de transformação de práticas produtivas do meio rural, tal como a conhecida Revolução Verde,

marcou uma maior homogeneização do processo de produção agrícola em torno de um conjunto de práticas agronômicas e utilização de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, etc.) difundidos através de técnicas de pesquisa agrícola (FERREIRA, 2004, p. 24).

A aplicação dos novos conhecimentos agronômicos, a presença de água para a irrigação das plantações, as novas investidas agrícolas – empreendidas com novas lógicas de comercialização das safras – careciam de terras a preços baixos e de alta

³ Este texto apresenta resultados parciais da pesquisa intitulada *Da pequena lavoura à agroindústria: as transformações e as relações de trabalho no campo nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba 1970-2010*, desenvolvida com o apoio financeiro da FAPEMIG.

⁴ Há uma série de momentos de investimentos e disposições de produção, busca de formas de comercialização de produtos diversos, comumente chamados de marcos históricos na sociedade brasileira. Dessa forma, essas balizas históricas são orientadas pela lógica da produção. E nessa direção, tem-se uma série de investidas chamadas de expansão da fronteira agrícola. Para efeito de análise, esta é mais uma.

potencialidade que, combinadas com intenções comerciais afinadas com o aligeiramento de princípios produtivos diversos, ainda desconhecidos de boa parte da população da região do cerrado, faziam dessa área uma peça desejada. Ainda nessa direção, essa expansão foi pensada e propiciada pelas esferas estadual e federal, iniciando-se com o pioneiro Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), implantado no ano de 1973, pelo governo do Estado de Minas Gerais, no qual se destacava e sugeria a produção de grãos em geral e café como atividade prioritária.

Após esse projeto, uma série de outros foram difundidos. No ano de 1975, o governo federal lançou o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e, no ano seguinte (1976), o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), propiciando então, na região, a ampliação da produção agrícola, mas especificamente de produtos que oferecessem maiores oportunidades de inserção no mercado. Tais projetos tinham em vista, ainda, uma nova forma de se pensar a propriedade rural, não mais como o local de onde se obtém o necessário para a subsistência, mas como uma empresa capaz de gerar lucros.

O cerrado mineiro, até os anos de 1970, possuía dinâmicas produtivas próprias, com marcas históricas de processos de extração de potencialidades e riquezas diversas, iniciados desde as entradas, passando pelos processos de ocupação/busca de metais preciosos, posses de largas margens de terras para exploração futura, assim como de passagens em caminhos abertos pela iniciativa particular. Nessa região, até a primeira década do regime militar brasileiro, a Associação Brasileira de Criadores de Gado Zebu, em Uberaba, ainda finalizava os debates acerca da transformação do seu rebanho⁵. Os projetos de transformação das dinâmicas rurais na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba tinham como objetivo principal mudar o perfil regional de produção agrícola no cerrado, expandindo as conhecidas potencialidades produtivas, implantando outras características, intensificando, propriamente, as formulações capitalistas de exploração da terra, ainda incipientes em alguns municípios, nos quais predominavam as fazendas de pecuária extensiva, tendo ao lado as formas produtivas camponesas, destinadas ao consumo familiar e não/pouco direcionadas ao mercado consumidor.

A chegada de novas lógicas de relacionamento com o cerrado ocorreria por meio de posições tais como o deslocamento de grupos locais em outras áreas e posterior retorno – o que não ocorreu; ou a chegada de levas de grupos migrantes: houve um

⁵ A criação da Faculdade de Zootecnia de Uberaba (Fazu), criada em 1975, pelo general Ernesto Geisel, pode ser associada a esse processo.

processo de “importação” de agricultores/produtores de outras regiões. Esse segundo cenário, alinhado com potencialidades de recursos para investimentos, demoveria “obstáculos presentes” nas práticas rurais da região. Nessa direção, a combinação de disposições de transformação de uma região – que não era a sua/desconhecida – alinhou possibilidades de afinar lógicas de investimentos agrícolas, somada a oferta de capital/estímulos numa combinação única. Tal processo representou atrair, de algum modo, produtores com experiência na produção de mercadorias destinadas a grandes mercados, capaz de atender à especificidade da nova produção colocada para a atividade agrícola na região. Os movimentos populacionais de grupos de produtores com alguma experiência na atividade agrícola e desejosos de inserirem-se nas fimbrias de uma nova maneira de produção, para além do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, podem ser observados em diferentes regiões do país.

Nesse sentido, tem-se no Centro-Oeste brasileiro um alto índice da presença de agricultores de grãos, vestidos dos fundamentos capitalistas de relação no meio rural, que migraram do sul do país para aquela área em busca de expandir não somente a produção, mas também em busca de maiores lucros, o que se justifica, de acordo com Soares (2004, p. 3), “pelas combinações de arranjos tecnológicos praticados no Sul/Sudeste do Brasil, as transferências de capitais e a experiência acumulada dos migrantes, e principalmente investimentos e incentivos públicos”, que marcam as transformações ocorridas em algumas regiões brasileiras.

É possível imaginar que os deslocamentos populacionais impactaram diversas regiões brasileiras, mas, no caso da agricultura na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, tais movimentos e, conseqüentemente, seus frutos efetivos, são entendidos como grandes agentes transformadores, não somente pelo número de pessoas que passaram a residir na região, mas também pelas técnicas e novas possibilidades de produção estimuladas, em parte, pela estrutura econômica pensada a partir de então. De acordo com Martins (1998), ao contrário do que ocorreu em outras áreas do país, por volta do final dos anos 1970 e década de 1980, houve um intenso estímulo ao “desenvolvimento e processo de crescimento, com a incorporação de novas áreas à produção e de intensa transformação, principalmente, nos setores mais modernos e articulados à indústria” (MARTINS, 1998, p. 179), objetivando-se atender as demandas do mercado externo, sobretudo, com produção da soja, do café e do algodão, processo que não teria ocorrido com a mesma intensidade em outras regiões agrícolas do país.

Assim, a década de 1970 é considerada o momento de grandes transformações no meio rural brasileiro, tendo em vista alguns elementos:

o rápido processo de urbanização que muda o aspecto do país de rural para urbano, com o censo de 1970 como referência; o crescimento acentuado do comércio exterior; a alteração na base técnica da produção rural, com ampla absorção de capital; e a definição de um sistema nacional de crédito rural, que motiva e sustenta o processo de modernização do setor agrário (GONÇALVES NETO, 1997, p. 141).

Acompanhando o panorama dessas mudanças, em função dos desdobramentos dos processos e programas de desenvolvimento implantados, a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que já possuía um papel de destaque no cenário nacional, com a produção de leite, carne e madeira, passou a compor importante área agrícola do país, ocupando lugar de destaque na produção de grãos e também na produção cafeeira, cujos investimentos passaram por adotar especificidades técnicas e produtivas demandadas pelas características do solo, pelas peculiaridades do clima, entre outros que impulsionaram a intensa utilização de fertilizantes, pesticidas e máquinas agrícolas.

O aumento da produção, assim como da área produtora, nos anos de 1980, pode ser observado:

Para o período de 80/85 os investimentos preconizados giram em torno de 66,9 bilhões sendo mais de 28 bilhões originários do setor privado e o restante do setor público. No que concerne às áreas de aproveitamento, no total de 81 milhões de hectares, a maior proporção cabe à Minas, mais ou menos 51 milhões de hectares, onde são as mais otimistas as possibilidades de crescimento das culturas de soja, milho, sorgo e trigo⁶.

Entre os anos iniciais de implantação dos programas houve um alto crescimento na área destinada ao cultivo de culturas como soja, milho, sorgo e trigo, como aponta o trecho acima, mas destacam-se também a produção do café, soja e cana-de-açúcar. Não há como desconsiderar o fato de que, com 58,14% do total de investimento, na produção rural, originário de recursos públicos, a proposta de modificação da dinâmica agrícola, no cerrado mineiro, privilegia uma proposta, quase uma intervenção estatal no setor.

Ainda nessa direção, os dados do censo agropecuário de 1975, 1980, 1996 e 2006 possibilitam observar o aumento das áreas cultivadas dos respectivos produtos.

⁶ Jornal Correio de Uberlândia, 20/01/80 n. 12830, ano XLIII p. 06.

Quadro 1: Crescimento da área cultivada (ha) – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

PRODUTO \ ANO	ANO	1975	1980	1996	2006
Café		15.594	55.780	102.163	150.704
Soja		81.719	519.579	290.315	663.021
Cana-de-açúcar		21.695	45.174	75.687	251.920

Fonte: Censo agropecuário, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1975 e 1980, 1996 e 2006.

Entre 1975 e 1980, de acordo com os dados do quadro acima, a área cultivada de café teve um aumento de cerca de 257,7%; a área plantada de soja subiu cerca de 535,81% e a de cana-de-açúcar 108,22%. Nas décadas seguintes, a área plantada também teve aumentos significativos, mas em percentuais menores, considerando-se o intervalo de dezesseis anos entre 1980 e 1996. Assim, o crescimento referente a esse período esteve em: 83,1% para a área plantada de café; 78,9% de decréscimo para a área destinada à soja, para quase triplicar na década seguinte; e um aumento de 67,54% para a área de cultivo da cana-de-açúcar. Na última década, a área plantada de café voltou a sofrer um aumento, mas que foi superado pelo crescimento da área cultivada da soja e da cana-de-açúcar. Esses dados remetem ao aumento significativo de área cultivada e, consequentemente, da quantidade produzida, levando a entender o quanto a agricultura dessa região, com o apoio/financiamento do dinheiro público, e a disposição de produzir gêneros diversos, em diálogo comercial consonante com a rede que se forma em torno do sistema de abastecimento dos grandes centros consumidores, está marcada pelo discurso de região promissora capaz de atender grandes demandas.

Vale mencionar que o mercado não era o único a determinar os rumos que a produção na região tomava, pois precisariam de “planejamento, execução e avaliação” (GONÇALVES NETO, 1997, p. 141), mas pode-se observar que as novas condições materiais de produção, que possibilitam uma plantação em escala social, tornou a produção familiar incompatível com o capital (GONZALES *et al.* 1979, p. 38). Nesse sentido, as produções de arroz, milho e feijão também foram avaliadas e consideradas menos rentáveis e expressivas, embora estejam presentes na região em menor escala, considerando-se a área cultivada, o volume do que é produzido assim como a

organização de produtores, a ocupação de mão-de-obra, sendo que nas lavouras em destaque, soja e café, ocorre a alta mecanização em grande parte do processo produtivo.

Nesse contexto, observa-se que o cultivo para a manutenção do grupo familiar não era mais interessante do ponto de vista da nova lógica de produção que se instalara na região. É sabido que com o processo de urbanização e transformação brasileiro, há um paralelo movimento em que os preços agrícolas caem, forçando a uma maior especialização e desautorizando métodos e práticas agricultoras tidas como tradicionais. Nessa direção, combinam-se elementos e o impedimento de determinadas ações/escolhas no meio rural estabelecem-se de maneira quase irreversível. Assim, ações e sujeitos históricos se imiscuem nesse novo cenário em transformação e importa indagar algumas questões tais como: Em que condições ficaram as famílias e trabalhadores dessas áreas rurais adotadas para a expansão da produção? Como ficou a antiga produção dos gêneros, comumente cultivados nessa área?

Por certo, as transformações ocorridas não são devidas apenas à chegada dos novos grupos de migrantes, pois novos projetos, escolhas e disposições foram tecidas pelos próprios sujeitos do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba. Entretanto, interessa-nos problematizar a combinação de elementos que marcam a mudança, as transformações ocorridas. E nessa direção, os dados do quadro abaixo permitem observar as variações, ao longo das décadas, dos números de estabelecimentos agropecuários em Minas Gerais conforme a condição do produtor.

Quadro 2: Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Minas Gerais, 1970 a 2006.

Condição	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	387.370	415.014	422.765	472.830	439.291	476.181
Arrendatário	24.308	16.459	21.575	21.286	15.646	14.569
Parceiro	11.102	9.180	8.822	16.057	15.958	12.912
Ocupante	30.902	22.047	25.785	39.462	25.363	33.120
Total	453.682	462.700	478.947	549.635	496.258	536.782

Fonte: HOFFMANN, Rodolfo e NEY, Marlon Gomes. *Estrutura Fundiária e propriedade agrícola no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

Os dados permitem analisar variações significativas no número de estabelecimentos entre alguns interstícios e conforme a condição do produtor. Vale notar que o número de proprietários aumentou no período estudado, mas não significa que o acesso à terra tenha se ampliado, de modo a minorar os problemas e os conflitos. Por outro lado, o número de arrendatários diminuiu consideravelmente, e o número de

ocupantes manteve-se com certa regularidade. Dentre as possíveis explicações, pode-se listar o fato de que, em linhas gerais, as propriedades podem sofrer, com os anos, os efeitos de sua limitação; sua não elasticidade leva a crer que com o falecimento dos progenitores, os herdeiros podem ter sido obrigados a deslocarem-se rumo ao espaço urbano, assim como para outras regiões brasileiras. Mas, por certo, outros fatores somam-se a esse limitador espacial.

Outro dado que auxilia na composição da reflexão é o que se refere à área utilizada para as atividades rurais. Dos números listados, têm-se acréscimos e decréscimos entre 1970 e 2006, conforme quadro abaixo:

Quadro 3: Dados estruturais dos Censos Agropecuários – Minas Gerais

Dados estruturais	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Propriedades	453.682	462.700	478.947	549.635	496.258	536.782
Área total (ha)	42.006.55	44.623.33	46.362.28	45.836.65	40.811.66	35.669.795
	4	2	7	1	0	

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 1970-2006.

Dos dados apresentados, extrai-se que entre os anos de 1970 e 1980, houve um crescimento na área utilizada na ordem de aproximadamente 10,37%. Do ano de 1980 até 2006, houve uma diminuição na área total rural disponível da ordem de 23,06%; num total de 10.691.143ha deixaram de ser disponibilizados para a produção rural, evidentemente sendo impactados por outras funções. Completando a investigação, ocorreu uma diminuição de 15,08%, totalizando 6.336.759ha (número menor), quando comparado ao ano de 1980, momento de maior dimensão da área rural. Após 1980, a área decresce, há uma diminuição do número de propriedades em 1985, para em seguida voltar a crescer. A importância dos números acima não se esgota com a proposta dessa análise, ao contrário, interessa combinar esses dados e problematizá-los com outras questões sociais. Nesse sentido, cotejamos os dados acima junto ao número de pessoal ocupado (no quadro abaixo), que levam a analisar um acréscimo também significativo no número de trabalhadores ocupados com uma queda entre os anos de 1995 e 2006.

Quadro 4: Resultados dos dados estruturais dos censos agropecuários Minas Gerais, 1970-2006.

Dados estruturais	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Estabelecimentos	453.682	462.700	478.947	549.635	496.258	536.782
Pessoal ocupado	1.979.847	2.189.945	2.284.550	2.660.130	2.000.046	1.860.797
Tratores	10.187	22.685	49.428	60.421	89.667	89.789

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Depreende-se que, do ano de 1970 até 1985, houve um acréscimo, sem retrocessos no número de propriedades rurais, de aproximadamente 21,14%, desmembrando cerca de 100.000 novos estabelecimentos. Houve ainda um acréscimo no número de homens e mulheres empregados, de mais de 34,36%, de modo que aproximadamente 620.000 pessoas estavam ocupadas com as atividades do meio rural. Uma situação que permite pensar na implantação das medidas de transformação produtiva, iniciada com os projetos e financiamentos que miraram no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba como espaços a serem gestados com lógicas produtivas e comerciais alinhadas com os arranjos que se instalavam.

Há que se considerar que os dados parecem apontar para um contra fluxo do amplo processo de migração campo-cidade, iniciado nos anos de 1930, com maior ênfase nos anos finais de 1950, e que encontra nos dados, sobre a população empregada no meio rural da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, registros que parecem permitir pensar num contra movimento, ao menos no nível da empregabilidade, o que é mais expressivo ainda. Os dados dão conta de que de 1985 até o ano de 1995, ocorre a diminuição do número de empregados no meio rural regional. É bem verdade que nesse intervalo, o equivalente a 600.000 pessoas deixam seus empregos, numa tendência que se mantém, chegando a 2006, com aproximados 140.000 deixando as atividades no setor. Outro dado relevante para se pensar o número de trabalhadores nas atividades rurais, refere-se ao número de máquinas agrícolas, no caso, os tratores. Tem-se entre 1970 e 2006 um acréscimo de cerca de 79.000 máquinas na área rural, ao passo que o número de trabalhadores ocupados também cresceu e manteve-se próximo. Pergunta-se: em que medida o aumento do número de implementos afetou a ocupação da mão de obra no meio rural?

A atividade produtiva na região apresenta característica de grande ocupação de máquinas agrícolas e outras tecnologias que, a princípio, diminuiria os custos com a produção através da utilização de pequeno número de mão-de-obra. Desse modo, como explicar o crescente aumento da empregabilidade na área rural nessa região? Para se pensar esse aspecto da empregabilidade da lavoura de café, tem-se registrado, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, que ao longo do mês de junho de 2008, no *ranking* das cinquenta cidades que mais empregaram no referente mês, os dez primeiros municípios apresentaram forte crescimento do número de vagas com carteira assinada

por conta da produção agrícola, e entre eles estão o município de Monte Carmelo⁷, na 4ª posição, e Patrocínio na 10ª. Nesse sentido, registra-se que:

em Monte Carmelo, por exemplo, a colheita do café foi o principal responsável pelo aumento do emprego formal. A agricultura respondeu sozinha por 2.180 das 2.277 vagas, o que corresponde a 95,74%. O crescimento em junho foi de 31%⁸.

Ainda nesse aspecto, alguns dados dos censos agropecuários possibilitam observar o aumento significativo da mão-de-obra temporária nas lavouras de alguns municípios da região durante uma década e meia.

Quadro 5: Crescimento da mão-de-obra temporária em alguns municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

MUNICÍPIO \ ANO	1980	1985	1995/96
Monte Carmelo	4.942	12.800	23.523
Patrocínio	18.828	31.097	36.914

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1980, 1985 e 1995/96.

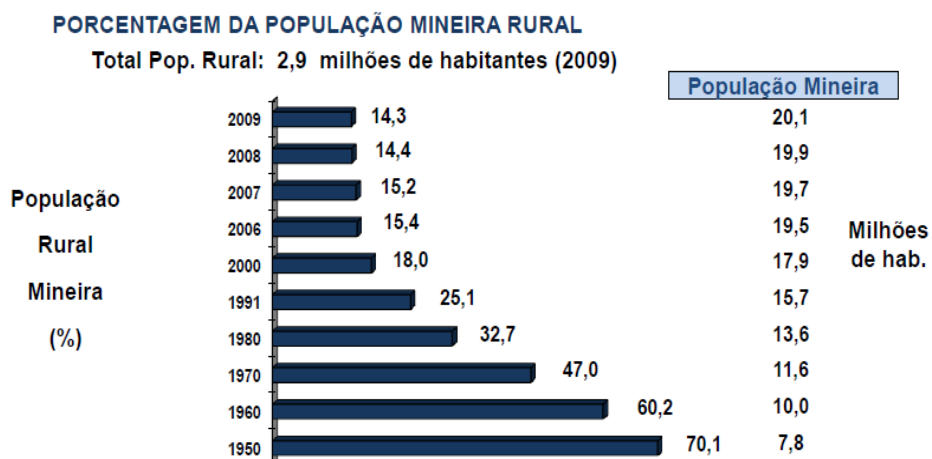
As observações sobre a questão da pluriatividade das famílias trabalhadoras, não apenas do meio rural, combina elementos que passam pela nova lógica de sobrevivência nas diferentes regiões brasileira. E nesse aspecto, a pluriatividade,⁹ não mais das empresas agrícolas e suas inúmeras combinações econômicas, mas a questão dos trabalhadores, envolvidos com as novas dinâmicas produtivas do meio rural, seus conhecimentos, suas novas formas de relacionar com as imposições advindas da combinação de interesses e recursos para financiamento de uma outra forma de produção. Vejamos essas informações sobre a população mineira à luz de dados mais gerais, conforme o quadro abaixo:

Quadro 6: População mineira.

⁷ Vale ressaltar que Monte Carmelo possui, nesse momento, uma população de aproximadamente 45 mil habitantes e Patrocínio uma população de cerca de 81.500 habitantes. Fonte: IBGE. Contagem de 2007.

⁸ UBERLÂNDIA é a 15ª que mais emprega no interior. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 24 jul. 2008.

⁹ A pluriatividade da agricultura é um fenômeno que teve seu aspecto econômico e sua dimensão empresarial registrada por alguns autores, como Graziano (2002).



Fonte: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, 2011.

Com as informações destacadas, que extrapolam os marcos iniciais da reflexão, tem-se que o Estado de Minas Gerais experimenta saltos populacionais expressivos desde os anos de 1950 e, por extensão, uma formidável diminuição da população no meio rural. De acordo com as informações do quadro, nos anos de 1950, temos em Minas Gerais, presentes no campo, um percentual de 70,1%, ou 5,46 milhões dos 7,8 milhões de pessoas. Contrapondo com esses dados, nos anos de 1970 tem-se que a população do meio rural resume-se a 47% do total, que confere a cerca de 5,45 milhões de pessoas envolvidas com as atividades rurais. Nesse intervalo, o número de pessoas no meio rural por pouco não se manteve praticamente estável, enquanto que a população de mineiros aumentou em aproximados 48,71%, impondo, na entrada dos anos de 1970, a maior presença de homens e mulheres mineiros no espaço urbano.

Do quadro acima, destaca-se a pequena variação presente nos dados de 2006 e 2007 (talvez em função do pequeno intervalo) de aproximados 1,02% do total populacional, ainda assim, de acordo com a sabida movimentação populacional do campo para a cidade, a diminuição do número de homens e mulheres no meio rural é da ordem de aproximados, 1,29%. A última informação dos dados dá conta de um percentual geral da população mineira da ordem de 14,3%. Cerca de 2,9 milhões de pessoas, no ano de 2009, viviam no meio rural.

De volta ao quadro 5, sobre o crescimento de mão de obra temporária nos municípios de Monte Carmelo e Patrocínio, e à luz das informações contidas no quadro 6, tem-se uma situação em que o número de pessoas vivendo no espaço urbano, conforme quadro 7 (a seguir), dialogam de maneira peculiar com os moradores do espaço rural, assim como os trabalhadores temporários do meio rural. No caso da cidade de Patrocínio, nos anos de 1980, 13.157 pessoas residem no meio rural; adicionados aos

trabalhadores temporários, 18.828 pessoas, que somadas configuram 31.985 pessoas relacionando-se com a produção rural patrocínense - num total de 44.373 habitantes. Em termos percentuais, depreende-se que 72,08% dos habitantes de Patrocínio relacionavam-se economicamente com a sua dinâmica rural. Na mesma perspectiva, a localidade de Monte Carmelo conta nos anos de 1980 com 5.224 moradores em sua zona rural, somados a outros 4.942 que dialogam temporariamente com os trabalhos nessa área do município. Do total de 21.650 pessoas, conforme quadro abaixo, tem-se que 10.166 ligam-se às realizações do meio rural, perfazendo um total de 53,04% de homens e mulheres que extraem, na totalidade ou em partes, os meios de manutenção de suas vidas de trabalhos no espaço rural.

Quando as situações de Monte Carmelo e de Patrocínio são comparadas ao dado geral do Estado de Minas Gerais, nota-se que, nos anos de 1980 (conforme o quadro 6), 32,70% da população estadual residia no meio rural. Pormenorizar esse dado, conforme feito com as duas localidades em questão, não foi possível, mas intui-se que o número de pessoas, temporariamente, relacionando-se economicamente com o meio rural acrescerá esse montante. Por sua vez, o inverso é possível, pois contrapondo os dados, percebe-se que Monte Carmelo e Patrocínio estão com percentuais de 53,04% e 72,08%, respectivamente, evidenciando um resultado muito acima dos registrados para o Estado de Minas Gerais como um todo.

Ao que tudo indica, o empreendimento de modernização das atividades relacionadas ao meio rural por meio de alguns projetos (Programas de Desenvolvimento do Cerrado; Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba¹⁰ (PADAP); Programa de Desenvolvimento do Cerrado¹¹ (POLOCENTRO); e o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)), além de iniciativas outras de grupos empreendedores que vislumbraram possibilidades de produção e comercialização dos produtos, tem-se o cenário em que homens e mulheres buscam possibilidades de manutenção de suas vidas e concretização de seus sonhos. Nesse desenho, os investimentos/financiamentos destinados à produção rural não deixam de contar com a farta mão de obra disponível no Estado de Minas Gerais e, de forma contundente, conforme o exemplo colocado, nos municípios de Monte Carmelo e Patrocínio.

¹⁰ Implantado em 1973, pelo governo do Estado de Minas Gerais, conforme informado no texto, para a produção de grãos em geral e café como atividade prioritária.

¹¹ Lançado em 1975, pelo governo federal.

Há que se considerar que os debates sobre o papel do Brasil no cenário internacional ainda estão se dando. Celeiro do mundo ou inserção na lista de países industrializados. O progresso econômico impulsionou a economia brasileira nas mãos do governo militar nos anos iniciais da década de 1970. A construção do bolo de riquezas, para posterior divisão¹², estava em curso para ser solapada pela crise do petróleo de 1973¹³. E em meio a esses acontecimentos, os conhecimentos e a maneira de ser das populações mineiras, acostumadas ao relacionamento mediado pela dinâmica do tempo do cerrado, passam a conviver com novos tempos de produção, solicitados ao cerrado, e, por extensão, a um número expressivo de homens e mulheres.

Salta aos olhos, e deve ser melhor compreendida, a forma como um grande número de homens e mulheres são chamados/deslocados do meio rural para o espaço urbano. Destaca-se ainda o fato de que boa parte, quando não uma expressiva parte, desses indivíduos possui como opção/condição de vida o retorno ao meio do qual foram retirados.

Engana-se, de maneira fácil, a leitura dos dados acerca da população na maior parte das localidades brasileiras. Conforme o quadro abaixo, percebe-se a esmagadora maioria das pessoas residindo no espaço urbano. Este, muitas vezes, é compreendido como sinônimo de emancipação, liberdade do vínculo do tempo regido pelas estações do ano, pela dinâmica do cuidado com as plantas e com animais no meio rural. Um tempo regido pelo relógio, pela dinâmica da “modernidade” em contraposição ao vivido e experienciado no campo. O Brasil passou a ser um país urbano? As pessoas passaram a prover suas necessidades com trabalhos, em sua maioria presentes no plano urbano? Por certo que este é um debate que apaixona e pode cegar. A industrialização, a promessa de caminhar cinquenta anos em cinco, dentre outros motivos, moveu e alavanca debates diversos. Aqui, apenas mais uma contribuição.

Para mais elementos, vejamos os dados abaixo.

Quadro 7: População urbana e rural – municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Município	1970		1980		1991		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Araguari	49.809	13.559	74.267	9.252	82.103	9.180	92.748	9.226	102.583	7.218

¹² Concepção de Delfin Neto - Ministro da Fazenda no governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici.

¹³ Dentre outros desdobramentos, levou a guerra do Yom Kippur, de um lado Israel, apoiado por diversos países, do outro Egito e Síria.

Araxá	31.583	4.093	51.339	2.075	67.972	1.939	77.743	1.254	92.284	1.388
Carmo do Paranaíba	—	—	15.867	9.515	20.276	7.082	24.276	5.184	24.360	4.535
Monte Carmelo	13.439	6.978	21.650	5.224	29.532	5.173	38.229	5.665	40.100	5.672
Patos de Minas	44.958	31.253	63.384	22.737	87.403	15.543	111.333	12.548	127.724	10.986
Patrocínio	21.432	14.146	31.216	13.157	47.230	13.523	62.969	10.091	72.758	9.713
Uberlândia	111.466	13.240	231.598	9.363	358.165	8.896	488.982	12.232	587.266	16.747
Unai	13.701	38.602	29.841	38.044	42.934	26.678	55.549	14.484	62.329	15.236

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

Os programas desenvolvidos para a região atraíram não só investimentos de grupos externos, como também de inúmeras famílias de pequenos proprietários de terra, trabalhadores rurais assalariados vindos das regiões Sul e Sudeste do país, especialmente dos estados de São Paulo e do Paraná, onde o ciclo da cultura do café encontrava-se em declínio, dadas as condições climáticas, custos, dificuldades de manutenção das lavouras, pragas, entre outros fatores, o que levou parte das famílias envolvidas na produção cafeeira a se deslocar juntamente com a fronteira agrícola.

Nessa perspectiva, os estudos de Silva (1999, p. 69) apontam, de acordo com dados do Censo Demográfico, que a população rural residente na região Norte do Paraná diminuiu de 4.425.490 pessoas para 3.156.831 no período de 1970-1980. Já no ano de 1995, essa população era de 2.440.000 pessoas. Parte dessa população, “expulsa” daquela área também pela crescente modernização agrícola, teria sido atraída por outras áreas rurais que demandavam grande mão de obra, como as lavouras de cana-de-açúcar e de café.

Vale mencionar que o meio rural brasileiro foi considerado, em estudos como de Durhan (1978, p. 79), como um espaço onde o

trabalho agrícola foi e é, essencialmente, uma atividade familiar, com exceção do período colonial com o trabalho escravo e, recentemente, com a reduzida presença de proletários agrícolas nas empresas capitalistas como algumas usinas de açúcar.

E essa perspectiva parece ter se alterado muito na região pesquisada após as mudanças e investidas nas formas de se produzir no meio rural, principalmente a partir da década de 1970.

Os dados sinalizam para as alterações populacionais e também para uma grande movimentação da população nessa área. Estudos sobre a região indicam que com a chegada de uma população migrante houve uma intensa movimentação do campo para a

cidade, pois as mudanças nos modos de produção possibilitadas pelos Programas ali implantados inviabilizavam a manutenção de pequenos produtores rurais, assim como impulsionava parte dessa população para outras áreas de fronteira agrícola ou para as cidades. Segundo Ortega (2005, p. 1), algumas dessas pessoas não possuíam “conhecimento daquele padrão tecnológico e muito menos estavam suficientemente capitalizados para adotá-lo”, o que aumentou, em muitos casos, as dificuldades de se permanecer na zona rural como pequeno produtor. Nesse sentido, as formas como se realizava o trato das lavouras de cana, milho, sorgo, trigo, café e soja, por exemplo, utilizando-se de grande e intensa tecnologia para obter maior produtividade, qualidade e menor necessidade de mão-de-obra, levou o trabalhador rural dessa área a ter suas relações de trabalho e suas atividades modificadas.

Considerando-se ainda os elementos acima apontados, observou-se nas últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI, o crescente número de trabalhadores rurais volantes que passaram a ocupar postos temporários de trabalho, constituindo e dando formas a outras relações de trabalho no campo para além das de arrendamento, parceria, meia ou outras que eram essencialmente marcadas pela utilização da mão de obra familiar no desenvolvimento das atividades¹⁴.

Nessa direção, vale mencionar que “o assalariamento temporário foi a relação de trabalho que mais cresceu na década de 1970, ocupando os espaços econômico-sociais antes destinados a outras formas de relações sociais de produção” (COLETTI, 1998, p. 126). As formas e relações de trabalho no meio rural já havia, desde os anos de 1970, sofrido modificações expressivas. Dentre algumas, destaco elementos da legislação trabalhista, que acabara de chegar ao meio rural; notadamente, destaco o Estatuto do Trabalhador Rural e mesmo o Estatuto da Terra, ambos de meados da década de 1960. A relação, a oportunidade, a sintonia e o conflito desses mecanismos legais, com as intenções dos diversos projetos, ainda carecem de melhor compreensão. Da mesma forma, importa compreender o quanto a aplicação desses instrumentos de mediação das relações rurais influenciaram na dinâmica das relações entre empregadores e trabalhadores. Como vimos, essa região possuiu, em alguns momentos, expressivo percentual de habitantes, mesmo no espaço urbano, relacionando-se economicamente com a dinâmica do meio rural.

¹⁴ O acesso a terra nestas relações não se dava pela aquisição da propriedade por parte do arrendatário, meeiro ou parceiro, mas pelos serviços prestados na propriedade e pela forma como seriam divididos custos e os resultados da produção com o proprietário da terra.

A pesquisa, ao procurar acompanhar alguns elementos do processo pelo qual passou a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em que homens e mulheres trabalhadores do campo, residentes na cidade ou no campo, a par e a passo com a implantação de diversos projetos de modificação das ações/escolhas/formas de relacionamento com as potencialidades de um dos maiores biomas brasileiro, o cerrado, observou a movimentação e a modificação na dinâmica populacional e de ocupação de postos de trabalho e atividades econômicas, em que grande número de pequenos produtores, arrendatários, meeiros e parceiros deixaram o campo em direção às cidades, mas, em alguns casos, acabaram retornando como trabalhadores assalariados temporários em algumas atividades produtivas. No mesmo diapasão, a investigação busca compreender aspectos dos novos e antigos padrões trabalhistas, em que as transformações impactaram as famílias dos produtores. Contrasta a nova formação/arranjo trabalhista, que afasta do meio rural o trabalhador, mas que não o elimina, uma vez que, nas grandes (e mesmo nas médias) propriedades, nos períodos de maior demanda, os encarregados de gerenciar a rotina de trabalho, em função do contingente mínimo da população do meio rural, voltam-se para os demais trabalhadores urbanos e os contratam eventual e temporariamente. Estes, por sua vez, podem ser contratados tanto da própria localidade, como também de outras áreas do país, especialmente nos períodos de safra, quando ainda não foi possível a parcial ou total utilização de máquinas.

Quais as relações/consequências diretas e indiretas advindas da implantação dos Programas de Desenvolvimento do Cerrado, do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e do Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) junto aos micros, pequenos e médios proprietários rurais da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba? Um elemento a ser considerado é o crescimento da mão de obra temporária nos municípios pesquisados. A reflexão deteve-se em duas localidades, Monte Carmelo e Patrocínio, mas vale a investigação mais detalhada para contestar o forte indício de repetição dos dados (Quadro 5).

O trabalho de análise e investigação possibilita observar o aumento do número de estabelecimentos rurais até 1985, logo em seguida, uma diminuição até os anos de 1995, para daí experimentar novo aumento do número de propriedades. Há que se considerar ainda os assentamentos rurais e a luta política e social pela posse da terra

feita na região¹⁵. Ainda nesse sentido, como explicar a sazonalidade do trabalho em algumas atividades produtivas frente à intensa mecanização da produção? De um lado, o chamado progresso técnico, a intensificação do uso do maquinário agrícola, sinaliza para a diminuição da utilização da mão de obra na agricultura da região; por outro viés, depara-se com a regular movimentação de trabalhadores, de outras regiões do Brasil, para somar esforços em etapas da produção agrícola da região.

Tem-se, portanto, um novo panorama instituído na região no que respeita à produção agrícola, ao acesso a terra e aos números de trabalhadores ocupados na atividade rural. O “mundo agrícola” hoje, como afirma Garcia (2001), assim como o trabalho rural, não é mais pensado como um bloco coeso, como uma única corporação implantada ao longo de um imenso território. A imagem de unicidade que se buscava no início do século XX, atualmente é atravessada pela oposição dos agentes concebidos por categorias como “agricultura familiar”, complexo agroindustrial, agricultura empresarial, agricultura tradicional, a demonstrar a intensidade da competição por terra, por recursos financeiros, por força de trabalho e, principalmente, pela legitimidade de designar o futuro das relações no mundo rural e das configurações cidade-campo.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed., São Paulo: Ed. Boitempo, 2001.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Capital comercial, geopolítica e agroindústria*. 1989. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

CARMO, Maria Andréa Angelotti. *Lavradores de Sonhos: Saberes e (Des)Caminhos de trabalhadores volantes – 1980-2000*. São Paulo: EDUC, 2006.

CARMO, Maria Andréa Angelotti. *Entre Safras e Sonhos: trabalhadores do Sertão da Bahia à lavoura cafeeira do Cerrado Mineiro*. PUC/SP, 2009.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: UNICAMP, 1998.

DURHAN, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

¹⁵ Apesar da distinção ao período, vale informar que Unai e Uberlândia lideram os municípios com maior número de ocupações no período de 2000-2006. Fonte: LAGEA/DATALUTA-MG, 2008.

FERREIRA, Rômulo Gama. *Agricultura familiar e inovações tecnológicas: impactos sobre a ocupação e o êxodo rural nas microrregiões e Patos de Minas e Patrocínio-MG*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1980.

GARCIA, Afrânio; PALMÉRIO, Moacir. Rastros de Casas-Grandes e de Senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Sérgio Paulo (Org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GNACCARINI, José César. *Latifúndio e proletariado: formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural*. Ed. Pólis, São Paulo, 1980.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira – 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

HOFFMANN, Rodolfo e NEY, Marlon Gomes. *Estrutura Fundiária e propriedade agrícola no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo*. Petrópolis, Vozes, São Paulo, CEBRAP, 1981.

MARTINS, Humberto Eduardo de Paula. Formação e desenvolvimento sócio-econômico do Triângulo Mineiro. *Revista Varia História*. Belo Horizonte, n. 19, p. 164-182, nov. 1998.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo*. Cadernos do XII Encontro Nacional do MST. São Paulo: MST, 2004.

ORTEGA, Antônio César. *Agronegócios e representação de interesses no Brasil*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 1996.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte. 7(1): 43-81, maio de 1997.

SILVA, José Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

SOARES, Wagner L. Do Rural para o rural: 'a corrida do ouro verde'. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1., 2004, Caxambu-MG. *Anais...* 2004.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Três Lagoas-MS, ano 2, v. 2, n. 2, p. 21-42, set. 2005.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

TRANSFORMAÇÕES SÓCIO PRODUTIVAS NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO FAMILIARES A PARTIR DA INTEGRAÇÃO À DENDEICULTURA: O CASO DE NOVA PAZ, NO PARÁ¹

Genisson Paes Chaves (NCADR/UFPA); Ana Carolina da Silva Costa (NCADR/UFPA); Fagner Freires de Sousa (NCADR/UFPA); Keila Maria dos Santos Sanches (NCADR/UFPA); Fábio Henrique Gomes Pontes (NCADR/UFPA)

genisson.chaves@yahoo.com.br; anacarolina.ufpa@gmail.com;
sousa.ffreires@gmail.com; keilassanches@hotmail.com;
fabioh_gp@hotmail.com

Ministério da Educação (Proext MEC/SESu)

GT4 - Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

No Pará o dendê tem se expandido expressivamente nos sistemas de produção familiares, com a implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. Neste trabalho analisam-se as transformações, em nível de sistema de produção, acarretadas pela integração de agricultores familiares aos projetos de dendê na comunidade Nova Paz (Tailândia/PA), assim como a percepção dos agricultores nesta nova dinâmica. A pesquisa foi realizada em 2013, a partir de um Diagnóstico Rural Participativo que fez uso de questionários semiestruturados, entrevistas com informantes-chaves e análise da paisagem. O local de imersão é uma vila rural de terra firme, constituída por cerca de 150 famílias que se reproduzem a partir de atividades agrícolas (83%) e não agrícolas (17%). A atividade agrícola mais expressiva é o plantio de mandioca para fabricação de farinha, praticada por 67 % das famílias que a consideram principal fonte de renda, porém o cultivo de dendê em fase pré-produtiva já ocupa a segunda posição, praticado por 41% das famílias. As articulações aos Projetos de Dendzeiro se iniciaram em 2005, vinculado ao PRONAF Eco Dendê e ação coordenada da empresa Belém Bioenergia Brasil na comunidade, a qual vem firmando êxito com o discurso da sustentabilidade social, econômica e ambiental. A perspectiva dos moradores de Nova Paz não é unânime quanto à entrada do dendê na vida local. Para quem aderiu à cultura ela é uma oportunidade de crescimento econômico que pode “garantir o futuro dos filhos e dos netos”, por outro lado há o entendimento dos refratários ao projeto, que o veem como “uma escravidão branca”, pois torna a pessoa “refém

¹ Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Extensão Rural, Sistemas Agrários e Ações de Desenvolvimento, do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará (UFPA). Insere-se no marco das ações de pesquisa-formação do Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF) também vinculado a este Núcleo, o qual tem como palco de estudo as comunidades amazônicas situadas principalmente na Região do Baixo Tocantins, e ainda, conta com apoio financeiro do Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPEs Nº 07/2011 e do PROEXT – MEC/SESu.

do banco, da empresa e dele mesmo”, devido à dívida contratual de 25 anos, a falta de gerência sobre suas terras e volume de trabalho excessivo.

Curriculum Vitae dos autores:

Genisson Paes Chaves – Cientista Social pela UFPA (2013) e especialista em Extensão Rural, Sistemas Agrários e Ações de Desenvolvimento pela UFPA (2014). Atualmente cursa mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável na UFPA.

Ana Carolina da Silva Costa - Engenheira agrônoma pela UFPA (2012) e especialista em Extensão Rural, Sistemas Agrários e Ações de Desenvolvimento pela UFPA (2014). Atualmente é Bolsista de Extensão no País do CNPq - Nível B.

Fagner Freires de Sousa – Tecnólogo Agroindustrial pela UFPA (2013) e especialista em Extensão Rural, Sistemas Agrários e Ações de Desenvolvimento pela UFPA (2014). Atualmente cursa mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável na UFPA.

Keila Maria Santos Sanches – Pedagoga pela UFPA (2013) e especialista em Extensão Rural, Sistemas Agrários e Ações de Desenvolvimento pela UFPA (2014).

Fábio Henrique Gomes Pontes – Geógrafo pela UFPA (2012) e especialista em Extensão Rural, Sistemas Agrários e Ações de Desenvolvimento pela UFPA (2014).

1. Introdução

No Estado do Pará a dendeicultura tem se expandido expressivamente nos sistemas de produção dos agricultores, com a implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. Neste trabalho analisam-se as transformações, em nível de sistema de produção, acarretadas pela integração de agricultores familiares aos projetos de dendezeiro na comunidade Nova Paz situada no município de Tailândia/PA, assim como a percepção dos agricultores sobre essa nova dinâmica.

A pesquisa foi realizada em 2013, a partir de um Diagnóstico Rural Participativo (VERDEJO, 2006), realizado através de questionários semiestruturados, entrevistas com informantes-chaves e análise da paisagem. Ao todo, foram realizadas três pesquisas de campo, com duração de uma semana cada, durante os meses de setembro a novembro de 2013 e foi constituída por uma equipe formada por cinco integrantes de formações diferentes. Esse artigo é iniciado com esta breve introdução, seguido de um

tópico contendo informações sobre o contexto da pesquisa e posteriormente, por um tópico que ressalta as principais transformações acarretadas pela introdução da dendeicultura no contexto já referido. Por último, encerra-se com uma breve conclusão.

2. Nova Paz



Figura 1: Imagem de localização do município de Tailândia – Pará.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2013.

O município de Tailândia se localiza na Mesorregião do Nordeste Paraense, precisamente na Microrregião de Tomé – Açu, na Amazônia Oriental. Ao norte, faz limite com o município de Acará, a leste com Tomé – Açu, a oeste com Moju e ao sul com o município de Ipixuna do Pará (Figura 1). É o 49º município em extensão territorial no estado do Pará, com uma área total equivalente a 4.430, 95 km² (KERN *et al*, 2012). Possui um clima tropical-úmido e atualmente conta com aproximadamente 79.297 habitantes (IBGE, 2013) ².

Nova Paz é uma comunidade rural, com características de terra firme, constituída por cerca de 150 famílias que se reproduzem social e economicamente a partir de atividades agrícolas (83%) e não agrícolas (17%).

² Na classificação pelo IDESP, o Município está localizado no Território do Baixo Tocantins - é composto por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Nesta Classificação oficial do IDESP (Instituto de desenvolvimento econômico e social do Pará) adotada também grupo de estudo da diversidade da agricultura familiar- GEDAF acreditamos ser de igual importância essa localização geográfica do Município de Tailândia.

Localiza-se no município de Tailândia. Seu acesso ocorre através da PA 150 e posteriormente através de uma vicinal denominada de Chico da Costa. Seu nome é devido à construção da Igreja Assembleia de Deus, fundada no ano de 1990 (COSTA *et. al*, 2013).

A referida comunidade é formada por pessoas oriundas do Nordeste do Estado, principalmente dos municípios de Moju, Tailândia e de Igarapé-Açu, além de outros indivíduos vindos da região Nordeste do Brasil, como dos Estados do Maranhão, Paraíba e Ceará. São, portanto, agricultores e pequenos comerciantes que trabalham na roça, plantando mandioca, milho, arroz e feijão, no extrativismo do açaí, em carvoarias, na criação de galinhas e de peixes, em projetos de dendezeiro, além de funcionários públicos e funcionários das empresas de monocultivo de dendezeiro, instaladas na região.

Em relação a serviços públicos, Nova Paz dispõe de uma pequena escola que oferta da Educação Infantil à quarta série do Ensino Fundamental e de um laboratório de informática que opera com onze computadores no período matutino e vespertino. Em termos de lazer, dispõe dos eventos organizados pela escola e pelas igrejas (católica e evangélica), do campo de futebol situado no centro de Nova Paz (localmente conhecido como Vila) e de alguns bares localizados no entorno da vicinal.

3. Transformações sócio produtivas nos sistemas de produção familiares a partir da integração à dendeicultura.

Em 2006 a comunidade Nova Paz, através de um produtor, tem o primeiro acesso ao crédito agrícola para o plantio de dendezeiro (Pronaf Eco Dendê) em parceria com a empresa Agropalma³. A partir disso, a região passa a ser vista como um local de interesse para o avanço de dendezeiro. Em 2010 se iniciam as primeiras reuniões de articulação e visitas à comunidade Nova Paz junto a Associação AGRIMCONPAZ⁴, por intermédio do Presidente dessa Associação. É então, no ano de 2011 que se firmaram os contratos de 25 anos

³ O Grupo Agropalma está localizado nos municípios de Tailândia e Moju e é produtor de óleo de dendê para a indústria alimentícia e cosmética (VIEIRA e MAGALHÃES, 2013). É a “empresa (...) responsável por 85% da produção nacional, a maior produtora de dendê da América Latina, domina todo o ciclo de produção, da muda da palmeira ao óleo refinado, gorduras vegetais e margarina” (BRITO, 2006, *apud* VIEIRA, 2014, p. 10).

⁴ Associação Agrícola dos Moradores da Comunidade Nova Paz.

com a empresa Belém Bio Energia Brasil (BBB) e se iniciam o plantio das primeiras mudas de dendezeiro. Este fato fez com que os agricultores tivessem acesso ao crédito agrícola por meio de um financiamento junto ao Banco do Brasil (BB) no valor de R\$80.000,00. Atualmente, a comunidade possui cerca de 29 projetos de dendezeiro instalados nos lotes familiares (ver figura 2).



Figura 2: Plantio de dendezeiros em lotes de agricultores familiares (área 10ha) de Nova Paz. Foto: Ana Carolina Costa, 2013.

O dendezeiro é uma cultura que vem sendo implantada na comunidade Nova Paz através de projetos financiados pelo Banco da Amazônia (BASA) em parceria com a BBB. Essa última é responsável pela transferência de um pacote tecnológico (agrotóxicos e adubo químico) aos agricultores, os quais a partir de treinamentos e capacitações apropriam-se das técnicas de manejo do dendezeiro, o que possibilita a execução desta atividade, contextualizando uma nova prática agrícola na comunidade.

Para a adoção desse projeto, o agricultor precisa limpar uma área de 10 ha do seu lote, o qual tenha sido desflorestado há mais de 7 anos e apresente as condições propícias para a introdução da referida espécie. O preparo da área é feito de forma mecanizada, através de gradagem e utilizando tratores alugados em áreas antigamente utilizadas como pastos abandonados ou antigos terrenos de roçados com a capoeira. Após a gradagem da área é realizado, quando necessário, o destocamento.

Com a área preparada, a empresa fornece as mudas e os insumos necessários para plantação, o qual ocorre imediatamente logo após o

recebimento. Essa atividade demanda um elevado número de mão-de-obra. As mudas são plantadas no período chuvoso e geralmente são realizadas pelos familiares, muitas vezes auxiliados pelos vizinhos ou através de mutirões, principalmente pelo fato de vários produtores terem aderido à cultura e “trocarem favores” na plantação.

Os tratos culturais realizados na fase pré-produtiva do dendezeiro são o coroamento, roçagem, adubação e aplicação de agrotóxico. O coroamento é realizado para evitar concorrência de ervas, afastar roedores e facilitar a colheita (na fase produtiva). A adubação é realizada com a aplicação de composto químico (NPK) de quatro em quatro meses, ajudando no desenvolvimento da planta na fase pré-produtiva. Já a aplicação de agrotóxico ocorre uma vez ao ano, protegendo a planta de possíveis ataques fitopatogênicos. Este último é um trabalho realizado exclusivamente pelos homens, os quais devem fazer uso de equipamento de segurança (EPI), o que muitas vezes não ocorre.

Embora as técnicas sejam impostas pela empresa (BBB) aos agricultores, exigindo o cumprimento das mesmas, os agricultores acabam, mesmo temerosos, readaptando-as (transformação das técnicas em práticas), a exemplo da periodicidade da aplicação do herbicida, que apresenta forte resistência por parte dos agricultores.

Segundo dados do DRP, teve-se acesso a 19 famílias que aderiram aos projetos de dendezeiro. Nota-se que algumas destas famílias possuem mais de um projeto. E cabe salientar que com a inserção de dendezeiro na localidade houve um aumento significativo da oferta de emprego, através das Empresas BBB e Alves Leite⁵.

É importante destacar, que o acesso das famílias aos financiamentos agrícolas, cresceu nos últimos anos, isto pode ser explicado pelo crescimento econômico do plantio de mandioca para a produção de farinha na Agroindústria⁶ e pelo avanço do dendezeiro. Como exemplo, tem-se o financiamento para o plantio de dendezeiro no ano de 2011 em larga escala, o qual reorganiza o uso das terras disponíveis na comunidade Nova Paz e também reconfigura a paisagem local com a implantação dos monocultivos de

⁵ Empresa responsável pelos tratos culturais do dendezeiro.

⁶ Em 2013 houve o auge do preço da farinha a nível local e intermunicipal. Segundo relatos a saca da farinha chegou a ser vendida por R\$300,00.

dendê nos lotes familiares, intensificando o trabalho agrícola nestes espaços e o uso de insumos (adubo e agrotóxico, ver figura 3) ⁷ nos solos.



Figura 3: Fertilizantes químicos depositados no plantio de dendezeiro em Nova Paz.
Foto: Ana Carolina Costa, 2013.

Vale ressaltar que nos últimos dez anos, o avanço do dendê está se dando de forma acelerada no município de Tailândia. Neste sentido, a comunidade Nova Paz reflete esta lógica exógena. Aliado a isto, percebe-se que ao longo da referida comunidade existem algumas fazendas que foram arrendadas pelo setor privado para a implantação dos monocultivos de dendezeiro, assim como o entorno da comunidade é rodeado pelo plantio da espécie que já se encontra em fase produtiva e em áreas extensas que ultrapassam 100ha.

Nota-se que a entrada de Projetos de dendezeiro na vida das pessoas da comunidade é vista pela maioria de seus membros como uma “oportunidade de crescimento” que pode “garantir o futuro dos filhos e dos netos” (COSTA, 2013). Conforme outro morador da comunidade, o dendê “é uma coisa hoje que a gente tá só se endividando” e que “a gente planta na esperança, na fé”, com o intuito de melhor de vida, melhoria no sentido de “ter condições de comprar as coisas que necessita” como uma moto, por exemplo. Outro

⁷ Alguns dendezaís (em fase pré-produtiva) encontram-se plantados próximos as nascentes do rio, e acredita-se que o uso destes insumos em parte devam ser lixiviados para os leitos dos rios e do lençol freático. Para maiores informações ver Chaves e Magalhães, 2013.

morador relatou que “não sei se (o Projeto Dendê) vai dá futuro, mas também não atrapalha”, por isso, “não vejo problema em trabalhar com essa atividade”.

Já outro membro da comunidade informou que “não dá pra sobreviver desse projeto” e que se preocupa, pois “se isso não der futuro, o cara tá enrolado”. Outro morador vê o dendê como uma “estratégia de renda (que pode contribuir) para (o incremento da renda da) família” e não como uma atividade principal.

Outro morador de Nova Paz que atualmente não possui nenhum vínculo com atividades agrícolas relatou que vê o dendê como “uma escravidão branca”, pois as pessoas “fica(m) refém do banco” e que ninguém “come dendê”. Nesse caso o mesmo relatou que o dendê “não sustenta o colono. Ele não é agricultura, é exportação”. Ou que “as pessoas são cegas, (pois) não enxergam, põe (o) olho só encima do dinheiro” e não se preocupam com os possíveis impactos que esta atividade acarretará à vida das pessoas da comunidade.

Em relação à mandioca, muitos moradores de Nova Paz acreditam que a mesma possivelmente será uma das atividades que mais será prejudicada em um futuro bem próximo, pois a adesão ao dendezeiro está contribuindo para a falta de mão de obra e de tempo para a prática dessa atividade. Devido a essa situação, um morador acredita que “a roça vai sair de linha. Vai ter que diminuir a roça, a farinha vai dá R\$ 500, 00 o saco”. Por isso, alguns moradores pensam que “se partir só pro dendê vamos ficar sem o resto (milho, farinha, arroz dentre outros. Enfim, muitas são as preocupações que permeiam o pensamento dos membros que compõem a comunidade Nova Paz e espera-se que o dendezeiro possa trazer melhorias na qualidade de vida desses agricultores.

Conclusões

Atualmente a atividade agrícola mais expressiva em Nova Paz é o plantio de mandioca para fabricação de farinha, praticada por 67 % das famílias que a consideram como a principal fonte de renda, porém o cultivo de dendezeiro – em fase pré-produtiva – já ocupa a segunda posição, praticado por 41% das famílias.

A perspectiva dos moradores de Nova Paz não é unanimidade quanto à entrada do dendezeiro na vida local. Para quem aderiu à cultura ela é uma oportunidade de crescimento econômico que pode “garantir o futuro dos filhos e dos netos”, por outro lado há o entendimento dos refratários ao projeto, que o veem como “uma escravidão branca”, pois torna a pessoa “refém do banco, da empresa e dele mesmo”, devido à dívida contratual de 25 anos, a falta de gerência sobre suas terras e volume de trabalho excessivo.

Referências

CHAVES, Genisson Paes; MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Trabalhadores do dendê: notas etnográficas sobre o uso de agrotóxico em uma comunidade amazônica – PA. In ANAIS: **VI Encontro da Rede de Estudos Rurais**. Campinas, 2014.

COSTA, Ana Carolina Silva da. **Regularização Ambiental sob a pressão da dendeicultura em uma região do Baixo Tocantins**. 27 f. Monografia (Especialização em Extensão Rural, Sistemas Agrários e Ações de Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará; Belém, 2014.

COSTA, Ana Carolina *et al.* Diagnóstico Rural Participativo da Comunidade Nova Paz, Tailândia - PA. Belém: Universidade Federal do Pará, 2013.

IBGE CIDADES. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150795&search=para|tailandia> . Acesso em 22/04/2013.

KERN, Dirse *et al.*. **Tailândia: histórias do meu lugar**. Belém: Gráfica Smith, 2012. v. 1.

VERDEJO, Miguel Expósito. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. Brasília: MDA, 2006. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Guia_DRP_Parte_1.pdf. Acesso em: 12/04/2015.

VIEIRA, Ana Carolina. **A integração à dendeicultura: um olhar temporal sobre as transformações na organização socioeconômica do campesinato na Amazônia**. 69f. Projeto de dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas). Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

VIEIRA, Ana Carolina C.; MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Transformações no Espaço Rural Amazônico: O Plantio de Dendê em Comunidades Camponesas

do Baixo Tocantins, Município de Moju/PA. In **ANAIS: IV Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em sociologia da UFSCAR**. São Carlos, 2013.

TAILÂNDIA.

Disponível

em:

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/88/Para_Municip_Tailandia.svg/280px-Para_Municip_Tailandia.svg.png. Acesso em: 12/04/2015.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

Estratégias familiares entre a dependência e a autonomia no campo social dos assentamentos rurais da região central do estado de São Paulo

Henrique Carmona Duval (Uniará)¹, Vera Lúcia S. Botta Ferrante (Uniará)², Sonia Maria P.P. Bergamasco (Unicamp)³

henriquecarmona@hotmail.com; mestrado@uniara.com.br; soniaberga@yahoo.com.br

Pesquisa financiada pela CAPES

GT 4 - Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

Resumo: Trata-se de uma investigação acerca da reprodução da condição camponesa em assentamentos rurais na região central do estado de São Paulo. A dinâmica de organização das famílias assentadas se dá desde uma perspectiva dos aspectos estruturantes, bem como das relações moleculares que movem os agentes no interior desse campo social. O objetivo principal desta comunicação foi investigar e analisar como se dão as estratégias das famílias assentadas numa região dominada pelo complexo canavieiro. Envolve uma caracterização do processo agrário regional, da concentração fundiária e dos modelos de desenvolvimento pautados no plantio de cana-de-açúcar, como aspectos que influenciam as famílias assentadas nas relações de poder a que estão submetidas. Por outro lado, procuramos traçar suas origens e trajetórias de lutas sociais organizadas, da proletarianização imposta às formas de vivenciar a condição camponesa nos assentamentos. A partir do acesso ao direito à terra existem influências das políticas públicas e das relações com os agentes sociais, que fazem com que esse campo se torne uma verdadeira trama de tensões. O referencial teórico leva em conta as estratégias familiares, conforme concebeu Bourdieu, no sentido das possibilidades que as famílias assentadas efetivamente têm em termos políticos, produtivos e reprodutivos, mas também pelo fato de serem portadoras de *habitus* que se expressam, por exemplo, na produção do autoconsumo alimentar, nas redes de sociabilidade e em outros aspectos do modo de vida que lhes podem dar alguma margem de autonomia frente à hegemonia da agricultura industrial na região em tela.

Introdução

Predomina no Brasil um modelo agroexportador de desenvolvimento rural fundamentado na cadeia produtiva de *commodities* agrícolas. Na base desse modelo está a concentração da terra. O Brasil mantém até hoje um dos maiores índices de concentração fundiária do mundo (SZMRECSÁNYI, 2007). A desigualdade no acesso à terra tem elevado o fluxo de pessoas que deixam o meio rural enquanto espaço de

¹ Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH/Unicamp, pesquisador do Centro Universitário de Araraquara (Uniará).

² Pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Uniará).

³ Professora da Feagri/Unicamp.

moradia, migrando em direção aos centros urbanos. A agricultura se constituiu um ramo industrial de produção de alimentos, fibras e energias renováveis, com a maior tecnificação do meio possível, em benefício da produtividade, mas em detrimento das famílias trabalhadoras rurais, da empregabilidade digna e do meio rural como espaço de moradia de famílias camponesas.

Para Silva (2004), um dos trabalhos mais precários que existe é o do cortador de cana, um símbolo do que restou enquanto trabalho agrícola na modernidade. O meio rural foi drasticamente esvaziado durante o século passado enquanto lugar de moradia de pessoas, para ser transformado num espaço de produção agrícola intensiva. Notadamente, as políticas de desenvolvimento rural no Brasil fortaleceram exclusivamente esse modelo agrícola dos pacotes tecnológicos da “Revolução Verde” e dos mercados internacionalizados, relegando à condição de desenraizamento e miséria milhões de brasileiros, os herdeiros da história camponesa.

A hegemonia desse modelo econômico se expressa também na concentração dos investimentos e da riqueza gerada no setor, o que acarreta várias conseqüências. O fato dos sistemas agroalimentar e energético serem monopolizados por poucas corporações, tem a ver com um contingente de 30 milhões de pessoas forçadas a deixar o meio rural e, no mínimo, 32 milhões de pessoas que passavam fome, enquanto que, contraditoriamente, o PIB brasileiro contava com uma fatia de 40% advinda das atividades agroindustriais, segundo dados de Maluf et al. (1996).

A modernização da agricultura brasileira trouxe um intenso esforço para superar a dicotomia do “Brasil rural” e do “Brasil urbano”, como se esta comparação correspondesse, respectivamente, ao atrasado e ao moderno. Conforme Kageyama (1983), São Paulo liderava o processo de modernização agrícola com um tipo de agricultura capital-intensivo, que durante a década de 1970 já ocupava a maior parte do Estado com poucos produtos agrícolas e possuía a maior frota de tratores do Brasil. Para a autora, tratava-se da criação dos complexos agroindustriais: as atividades agropecuárias no meio rural passaram a ser integradas ao processo de produção industrial, ou seja, a agricultura enquanto setor comprador de insumos industriais e produtor de matérias-primas para outros ramos industriais. Para Delgado (1985), essa transformação se deu, ao mesmo tempo, sob comando do capital financeiro e da regulação estatal. No entanto, não houve a transformação completa e homogênea de toda a forma de produção agrícola, porque esse modelo não elimina as contradições sociais no campo e nem a grande diversidade de categorias sociais do meio rural.

Na verdade, essas oposições pressupõem distintos projetos políticos e inúmeros conflitos sociais. Com relação à luta pela terra, há que se considerar os esforços e os avanços da reforma agrária que temos, a partir do I PNRA de 1985, em função dos movimentos sociais que se espalharam pelo Brasil. Pode não ser a reforma agrária necessária, em termos de se alterar a estrutura agrária concentrada e a desigualdade social, que estão na raiz de problemas graves da sociedade brasileira, como a violência e a fome. Entretanto, além do fato de terem sido assentadas aproximadamente um milhão de famílias desde então, houve uma retomada da discussão da produção de alimentos para o mercado interno sob o tema da segurança alimentar. Principalmente a partir de 1991, se reconheceu que o problema da fome estava vinculado a problemas estruturais da economia, isto é, do modelo de desenvolvimento agroexportador em curso (MALUF, 1996). O tema voltou a ganhar notoriedade no cenário político, passou a ser pensado, discutido e posto em prática também por outros segmentos da esfera política e da sociedade em geral (PESSANHA, 2002). Nesse debate, a reforma agrária é recolocada na pauta dos direitos básicos das camadas mais atingidas pela miséria e pela fome decorrentes do modelo agroexportador (SAUER, 2010).

O documento Política Nacional de Segurança Alimentar, elaborado em 1991, identificou que os grupos sociais em situações de insegurança alimentar possuíam insuficiência de acesso aos alimentos e que havia irregularidade do abastecimento do mercado interno, mas não a indisponibilidade de produção dos alimentos. Ou seja, apesar de haver alimentos, existia insuficiência de acesso aos alimentos para um grande contingente de pessoas que vivem de forma indigna, que não possuem o direito à alimentação adequada e passam fome em função de mecanismos de mercado.

Os assentamentos rurais da reforma agrária que temos advêm dessa realidade do campesinato brasileiro. Geralmente são famílias com um histórico de resistência, em termos de trabalho e moradia no meio rural, que perderam esta condição e se tornaram assalariadas, migrantes, tiveram suas vidas e trabalhos precarizados no campo e na cidade, se organizaram e lutaram pela terra no interior de um movimento social. Já nos assentamentos, novamente, se constitui uma infinidade de situações singulares, que variam em recortes temporais distintos, pelos próprios efeitos da modernização social na dinâmica das famílias e nos tipos de atividades que elas exercem. Nesse contexto, permanecem disputas paradigmáticas acerca do desenvolvimento das famílias assentadas, no sentido da organização da produção, entre a dependência ao agronegócio e a possibilidade de uma prática agropecuária com maior autonomia.

Famílias assentadas como categoria social

Os movimentos migratórios e as lutas sociais das famílias assentadas são fatores determinantes do processo de constituição dessa categoria social. Silva (2004) relaciona o suposto desenraizamento social, decorrente da trajetória das famílias, à perda de identidade e à dificuldade de se tomar consciência de classe no processo histórico. No entanto, a autora questiona até que ponto os sujeitos perdem suas raízes rurais. Autores como Cândido (1979), Brandão (1982) e Garcia Jr. (1983), afirmam que a cultura e a sociabilidade dos “caipiras” passam por alterações mais lentas do que o tempo das mudanças técnicas. Pois a cultura está inscrita não apenas em práticas agrícolas do sujeito – em saber lidar com a terra –, mas em um complexo sistema de práticas, crenças, simbolismos, devoção e magia, ou seja, que comporta elementos objetivos e subjetivos do modo de vida caipira. Isso significa que perder a possibilidade de cultivar uma terra, pela falta de acesso a ela, não desconstrói a identidade das pessoas. Então, poderá haver novas possibilidades de reproduzir práticas agrícolas – para além do corte de cana, por exemplo – em sua trajetória.

Mas também há autores que trabalham com a hipótese de desenraizamento até o ponto de considerar que o assentado é incapaz de tocar a terra como um agricultor, porque vem da condição de trabalhador volante. Se fosse assim, o projeto político para assentamentos deveria ser a imposição de uma lógica produtiva que atendesse aos interesses de grandes latifundiários regionais, via integração agroindustrial. Porém, contrária a essa tese, Ferrante (1994) toma como hipótese que as formas de integração industrial foram reforçadas pelo modelo estatal nos primeiros tempos de assentamentos após o I PNRA, e não pela vontade das famílias.

Aqueles grupos sociais que se engajam em um movimento social e lutam pela terra para tornarem-se assentados, principalmente as pessoas mais antigas, de alguma maneira já haviam se fixado num território, já haviam desenvolvido modos de vida específicos de quem vive no meio rural. Em muitos casos, tratam-se de grupos sociais possuidores de um equilibrado balanço na relação entre suas necessidades sociais e os ecossistemas (CÂNDIDO, 1979). Se na longa construção cultural destes grupos houve um intenso contato com a natureza, em função de seus modos de vida, da produção agrícola na qual além da subsistência, foram desenvolvidos conhecimentos e crenças, lentamente constituídos, isto pode ser considerado como parte do DNA cultural das pessoas: um conjunto de saberes e práticas que constroem o sujeito e o grupo. Barone (1996) identificou que nos assentamentos de Araraquara foram recriados códigos de

uma economia moral, própria dos camponeses, que envolve relações de cooperação e de solidariedade na construção identitária da sociabilidade entre as famílias.

Porém, em um assentamento é formada uma comunidade agrícola completamente “nova”, em uma nova temporalidade e com pessoas que passaram pela experiência de luta pela terra. Cada uma das famílias que é assentada, num dado assentamento, carrega consigo as experiências de suas origens e trajetórias, que consideramos aqui repletas de singularidades, ou “aquilo que a história individual e social desses homens fez deles, subjetiva e objetivamente” (ROY, 1991, p.07). O que há em comum é a opção em largar tudo e tentar uma vida nova no assentamento, orientados por aquilo que já sofreram e pelas novas exigências e desafios da agricultura moderna. Portanto, se sua luta significou liberdade em relação ao momento anterior, por exemplo, como bóia-fria, deve agora adquirir novos saberes e compromissos para esta nova vida. Ao chegar ao assentamento se vêem diante das imposições e mediações internas e externas, necessariamente se reconstruindo enquanto identidade social, porém inseridos em pleno avanço dos complexos agroindustriais e dos fluxos da modernização social.

As famílias assentadas têm em comum uma história de expropriação da terra, mas que não foi vivida juntas, via de regra, pelo menos até a luta pela terra. E o encontro no assentamento não corrige, necessariamente, as distorções na cooperação em termos de trabalho, tal como imaginamos ou idealizamos em comunidades rurais, pois o processo social em curso é de acentuada competitividade. No caso desses grupos sociais isso pode ser exemplificado por meio do contexto de pessoas que trabalhavam pela produtividade no corte de cana, mas que passaram pela experiência de lutar pela terra para formar uma nova comunidade agrícola em um assentamento de reforma agrária. Por outro lado, o desejo de possuir uma terra da família, na qual ela tem liberdade em decidir como serão investidos seus recursos e seu tempo, de fato, acabou com as expectativas de um projeto coletivo de grãos imposto pelo Estado (FERRANTE, 1994).

Na história e trajetória da maioria dessas famílias há experiências de vida no campo e na cidade, em um meio social cada vez mais tecnificado. No campo, geralmente em suas origens, filhos de pequenos proprietários, meeiros, arrendatários, que passam para o assalariado agrícola, depois para o urbano, lutam pela terra, foram assentados pelo Estado. A maioria com baixa escolaridade e saindo da casa dos pais cada vez mais cedo, em direção ao trabalho nas *plantations*, pois as condições de reprodução social lhes foram retiradas na origem. Toda essa trajetória de desfiliação

social, no entanto, não os faz seres sem história. Existe a necessidade de considerar a categoria social enquanto história do grupo social e não apenas como história individual.

No caso dos assentados rurais, o fluxo migratório pode alterar certos códigos da cultura, na medida em que as práticas não são constantemente retransmitidas e/ou perdem aplicabilidade no cotidiano. Quando as pessoas perdem o acesso ao roçado e ao trabalho na policultura e ficam sujeitas apenas ao corte de cana, conhecimentos ligados ao ecossistema e à produção de alimentos podem se perder nas gerações familiares (WHITAKER, 2006). Mas isto não se aplica de forma absoluta em todos os aspectos que compõem o modo de vida das pessoas, embora estejam em constante transformação – conforme a noção de *habitus*, de Bourdieu (1989). Grande parte dos assentados dependia de um tipo de trabalho na agroindústria, no qual só se corta cana ou mesmo em atividades industriais e urbanas. Mas diversos outros aspectos culturais como valores, hábitos alimentares, crenças e mitos de outros tempos, apreendidos na convivência familiar não foram perdidos nem nos períodos de moradia em cidades e, bem como, podem permanecer inalterados ou muito semelhantes por muitas gerações em famílias que só vivem nas cidades. Outros conteúdos ainda podem ser reavivados, em função da memória, resultando na prática de mutirões, na constituição de redes familiares nos assentamentos, na produção de alimentos e comidas típicas, tal como observaram estudos de Antuniassi et.al. (1993), Ferrante (1994), D’Aquino (1994) e Barone (1996), todos nos assentamentos de Araraquara. Whitaker e Fiamengue (2000) e Woortmann (2011) mostram como os assentamentos podem ser locais onde a diversidade agrícola é restituída. Já em inúmeras oportunidades nossa equipe de pesquisa encontrou famílias assentadas que praticam um tipo de agricultura tradicional, fazem enxertia, melhoramentos genéticos de animais, dentre outras técnicas de manejo dos recursos locais para aumentar a eficiência do sistema agrícola.

Quando se mora num sítio, existem práticas sociais obrigatórias a serem cumpridas. Segundo um assentado entrevistado: “quem não tem uma galinha, quem não tem um porco ou plantação de milho e abóbora, não é assentado”. Ele se refere a uma prática de agricultor, uma espécie de “embolado” que envolve a produção de milho e de abóbora para alimentar seus animais, uma combinação mais do que consagrada no interior paulista como prática de sitiante, para a eficiência de seu sistema produtivo e alimentar (QUEDA et al., 2009). Para este informante, o assentado que não tiver pelo menos isto, não pode ser considerado um agricultor familiar. Da mesma forma, é de se

estranhar quando um vizinho abate um porco e não distribui sua carne entre seus compadres. Se uma família volta para a terra para trabalhar com agricultura, ela possui um arcabouço cultural do qual dispõe para iniciar suas atividades. Porém, isso não as impede de trocar e incorporar novos saberes, receber e/ou necessitar profissionalização ao voltar a terra. Talvez esse seja um dos principais vazios da gestão dos assentamentos, o aproveitamento dos conhecimentos tradicionais em sua política de desenvolvimento.

O ponto de partida dos assentados é, em geral, um conhecimento agrícola que está em vias de se tornar residual, foram perdendo a importância no próprio cotidiano, pelo fato de passarem a exercer outras práticas laborais nessa trajetória de luta e por sobrevivência, na qual as principais estratégias são o trabalho assalariado agrícola no corte de cana e subempregos no meio urbano. No entanto, querer a terra para eles é mais que tê-la para criar valores de troca (FERRANTE, 2004; SILVA, 2005). É o desejo de tê-la para assim terem identidade e autonomia, para que primordialmente sejam e se reconheçam como aqueles que cultivam a terra, que produzem alimentos para si e para os outros⁴. E não para serem meros aplicadores de pacotes agrícolas e para obterem a produtividade a qualquer custo, mesmo que esta seja uma implicação de ser um agricultor moderno. Evidentemente, no decorrer das experiências dos assentamentos pode ser que essas concepções mudem para algumas famílias. Junto a um movimento social, famílias desejosas em ter a terra, imbuídas destes valores, cobram isto do Estado. O assentamento é lugar onde as identidades são reconstruídas por uma ação deliberada de lutar pela terra, porém, é um campo de possibilidades entre conflitos, acomodações e resistências.

Caracterização da Região Central do Estado de São Paulo

A região central do estado de São Paulo é marcada economicamente pela presença do complexo agroindustrial sucroalcooleiro. A posse da terra é fortemente concentrada, como na maior parte do país, poucos proprietários detêm a maior parte dela. Predominam os plantios de *commodities* agrícolas, principalmente cana-de-açúcar e laranja, em monoculturas e com grande aporte tecnológico. Trata-se de uma região de agricultura altamente capitalizada, com a presença de setores a montante e a jusante,

⁴ Para Branco (1999, p.31), que trabalhou a questão da identidade no caso dos jovens sem-terra, “A identidade está relacionada ao processo de como um indivíduo, no seu desenvolvimento, seguirá sendo ele mesmo para si e para os outros, em meio a tantas mudanças; e no caso das sociedades modernas, em meio a tantas contradições”. Nesse sentido, uma passagem interessante sobre a formação da identidade no trabalho de campo foi quando o agricultor afirmou que sua maior motivação vinha na hora de fazer a feira na cidade, quando ele via que sua freguesia reconhecia a qualidade superior de suas verduras.

que formam o complexo agroindustrial (COSTA et al., 1994, p.17). Isto é, uma região que conta com empresas que fornecem insumos e matéria-prima para as agroindústrias e outras que processam, comercializam e consomem sua produção. Por isso, a região é tratada na literatura especializada como a Califórnia Brasileira, por causa de seus altos índices de geração de riqueza. Contrastando com este tônus de riqueza, a região apresenta um histórico de exploração e precarização dos trabalhadores e do uso da terra (FERRANTE, 1992).

Na época da implantação dos primeiros núcleos de assentamentos na microrregião de Araraquara⁵, 3,86% (ou 42 propriedades com mais de 500 ha) abrangiam 47,36% da área total das propriedades, enquanto que 68,55% das propriedades com até 50 ha ocupavam 11,22% da área (LEITE, 1986). A constituição dos assentamentos não mudou esta realidade da estrutura fundiária. Segundo dados do IBGE, atualmente a concentração fundiária é igual ou pior, pois da área cultivada total da microrregião de Araraquara, 91% estão ocupadas pelos cultivos de cana e laranja (respectivamente, 79,3% e 11,6%). Por outro lado, apenas 53 propriedades com mais de 500 hectares, ou 3% do total de propriedades, ocupam 60% do total da área rural desta microrregião (LORENZO et al., 2012).

Segundo Baccarin et al. (2014):

Desde o início de sua história, a atividade canavieira apresentou grande importância econômica no Brasil. Os engenhos de açúcar no período colonial caracterizavam-se pelos seus proprietários deterem grandes áreas plantadas com cana-de-açúcar. Essa característica tendeu a perdurar ao longo do tempo e, no século XX, a expansão, em um primeiro momento, das usinas e, após o Proálcool, também das destilarias não alterou o fato de o capital agrário e o agroindustrial canavieiro, em grande parte, pertencerem ao mesmo agente social, comumente denominado de usineiro.

A legislação brasileira, no mais das vezes, respaldou tal situação, como pode ser observado na edição do Estatuto da Lavoura Canavieira, em 1941. Tal lei, em vigor até o presente, ao procurar disciplinar a relação entre usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar, estabeleceu que as usinas poderiam produzir diretamente até 60% da cana-de-açúcar necessária. E mesmo essa obrigação de adquirir a menor parte de matéria-prima de fornecedores não vem sendo cumprida, como mostram várias evidências⁶. (BACCARIN et al., 2014).

⁵ A microrregião de Araraquara, aqui considerada, abrange os municípios de Araraquara, Descalvado, Matão, Motuca e São Carlos.

⁶ No estado de São Paulo, na safra 1989/90, 33,7% da cana-de-açúcar moída pelas agroindústrias originaram-se de fornecedores independentes, valor que caiu para 24,4%, na safra 2001/02 (UDOP, citada por BACCARIN, 2005). (nota no original)

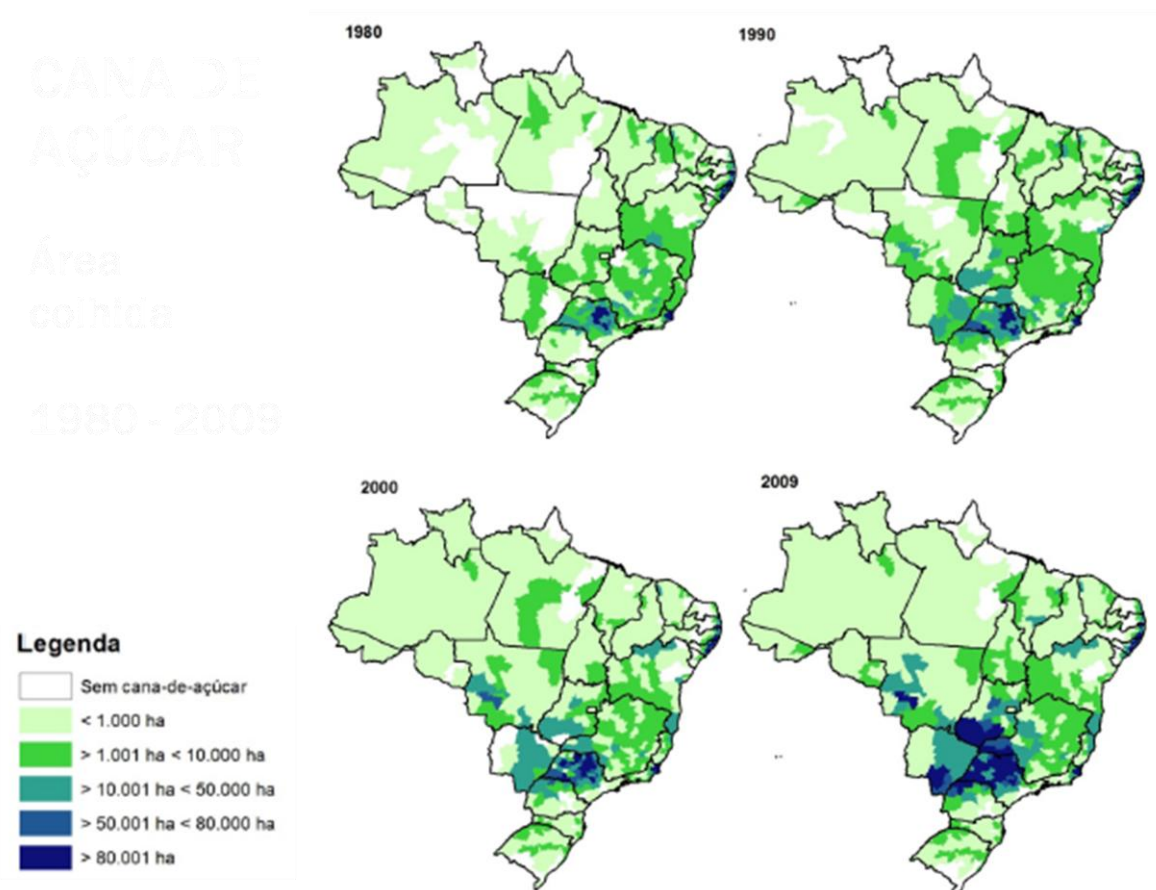
No caso específico do município de Araraquara, pode se visualizar a paisagem agrícola tomada pelas grandes extensões de terras ocupadas por cana-de-açúcar, laranja e, mais recentemente, eucalipto. Segundo dados do Projeto LUPA 2007/2008 e do Censo Agropecuário do Estado de São Paulo (2009), 47,04% das propriedades rurais da região variam entre 10 e 20 hectares, um percentual bastante alto se comparada com outras regiões e municípios do Estado (PROJETO LUPA, 2009). No entanto, trabalhar com uma definição rígida quanto ao tamanho das propriedades pode escamotear que a relação entre renda e tamanho da propriedade aumenta muito dependendo do tipo de empreendimento.

Segundo dados levantados por Campos (2011), cerca de 80% de seus entrevistados – micros e pequenos empreendedores rurais da região – possuem a maior parte de suas propriedades com cana-de-açúcar, como arrendatários/fornecedores de agroindústrias. Porém, indicam que com esta área auferem proporcionalmente menos renda que com a parte menor da propriedade destinada à policultura. Os entrevistados destacaram a segurança dada “pela renda da cana”, uma vez que são recebidas parcelas anuais mais volumosas, mas, para o autor, geralmente esse dado não vem acompanhado de uma reflexão mais detalhada dos custos desse sistema produtivo com insumos, transporte, externalidades ambientais, problemas nas medidas nos momentos de pesagem, dentre outros problemas ligados à dependência em relação às variações desse setor.

Por outro lado, conforme apresentou o pesquisador Sérgio Pereira Leite em uma mesa-redonda⁷, na imagem a seguir podemos visualizar a evolução das áreas com colheita de cana no Brasil. É interessante notar não apenas a evolução no estado de São Paulo, ou uma evolução que se dá a partir deste Estado, mas também que em todo o Brasil diminuíram as áreas que não possuem plantações de cana.

Figura 1 – Cana-de-açúcar colhida no Brasil (1980-2009).

⁷ Trata-se da mesa-redonda “Experiências de segurança alimentar nos espaços do agronegócio”, durante o V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, realizado no Centro Universitário de Araraquara, em 2012.



Fonte: Sérgio Pereira Leite, 2012.

Acompanhando essa discussão, Teixeira (2014) organizou dados sobre o financiamento do BNDES ao cultivo da cana industrial no Brasil no período de 2004 a 2010. Conforme o quadro a seguir, percebe-se uma forte evolução anual dos financiamentos ao setor:

Quadro 1 – Desembolsos do BNDES por atividade produtiva para o setor sucroalcooleiro no período 2004-2010 (em R\$ milhões).

Atividade Produtiva	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cana-de-açúcar	193	224	366	571	686	688	953
Industrial (Açúcar e etanol)	333	617	1.344	2.893	3.942	4.184	5.139
Co-geração	77	256	264	127	1.872	1.522	1.483
Total	603	1.097	1.974	3.591	6.500	6.394	7.575

Fonte: BNDES. Organizado por Gabriel da Silva Teixeira, 2014.

Inclui todas as linhas de crédito do banco (operações diretas e indiretas, automáticas e não-automáticas).

Frente ao exposto, a característica da agricultura familiar nesta região se estabelece a partir do contraponto ao agronegócio, sendo que todo tipo de agricultura é influenciado pelo complexo agroindustrial canavieiro. Esta é uma característica que tem a ver com o índice de concentração fundiária, o tipo de atividade produtiva e de organização do trabalho que predominam historicamente na região. Os dilemas da inserção regional da agricultura familiar não se referem apenas à trajetória das famílias – um retrato das contradições dessa modernização agrícola – ou à participação no mercado que esses produtores têm ou almejam ter. O conflito com forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente em toda sua história, pautando em muito a discussão sobre os projetos de desenvolvimento da agricultura familiar (BARONE, 2002). Inegavelmente, a expansão da cana põe em questão a gestão do trabalho no interior das propriedades familiares.

Entretanto, mesmo em territórios sobre os quais o complexo canavieiro está se expandindo, como mostrou Melo (2012) no noroeste paulista, na região de Jales/SP, esse avanço entra em conflito com os modos de vida dos sitiantes daquela região. Fatores como a valorização da diversificação da produção e da comercialização e o envolvimento de toda a família no empreendimento familiar foram identificados como formas de resistência à expansão canavieira em certas famílias e localidades. Essa resistência foi atribuída pela autora à memória de uma história camponesa com maior autonomia. Nesse sentido, a produção de alimentos tanto para autoconsumo como para comercialização continua tendo peso significativo no viver das famílias agricultoras, assim como as perspectivas de diversificação que em nenhum momento foram dissolvidas com a integração nas “parcerias agroindustriais”, conforme observamos no caso dos assentamentos investigados (DUVAL, VALENCIO, FERRANTE, 2009). Portanto, permanece sempre a possibilidade das famílias agricultoras possuírem sistemas produtivos voltados à produção de alimentos e não somente se entregarem à produção de *commodities*.

Expressões do campo social na produção e reprodução social das famílias assentadas

Desde os anos iniciais dos assentamentos em Araraquara são continuamente registrados e analisados os assédios dos agentes do complexo canavieiro aos assentados, para que eles se tornassem fornecedores de matéria-prima (STETTER, 2000; SANTOS, FERRANTE, 2004; BARONE et al., 2008). Não que a cana tenha sido a única

alternativa produtiva para os assentamentos da região, pois de fato houve inúmeros projetos ao longo dos anos⁸. Porém, pode-se tomar tais projetos como pontuais e intermitentes, quando comparamos a alternativa produtiva em integração com a cana industrial. A presença da cana sempre existiu enquanto marca estrutural dos assentamentos, que se reflete nos sistemas de poderes e controles das agroindústrias no modo de vida das famílias assentadas.

Conforme os estudos de Santos e Ferrante (2004), Ferrante e Almeida (2009), Ferrante e Barone (2011), existe um verdadeiro vai e vem das formas de integração com as agroindústrias da cana. Já ao longo da década de 1990, houve forte pressão das agroindústrias canavieiras regionais para que os assentamentos se prestassem ao plantio de cana enquanto fornecedores de matéria-prima, o que antes era proibido pelo Itesp⁹. Em 1992, o prefeito de Motuca lançou uma proposta na qual três quartos da área de cada lote seriam plantados com cana. O prefeito prometia “salvar” economicamente os assentamentos, tidos por ele como favelas rurais, conforme vinculado na imprensa na época. “O consórcio, anunciado como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos de trabalhadores rurais assentava-se, na verdade, no atributo de ser o bóia-fria incapaz de ‘tocar a terra’. A omissão do Estado não era discutida” (FERRANTE, BARONE, DUVAL, 2008, p.26).

A explicação da entrada da cana como fator de se evitar a falência dos assentados da Fazenda Monte Alegre vinha carregada de raciocínios economicistas, aparentemente desvinculados da forte interferência do poder local (STETTER, 2000). O grupo político que dominava o município de Motuca era constituído pelos próprios proprietários da usina Santa Luiza, localizada a poucos quilômetros do assentamento.

Propostas de consórcios entre usinas canavieiras e assentados foram ganhando adesão de diversos atores regionais, como o próprio Itesp e o Sindicato. Em 1995, entre 70 e 80% dos assentados já estavam dispostos a tentar um projeto-piloto, para plantio de 50% de seus lotes em parceria com a usina. Ao longo do tempo, o formato para o plantio de cana foi se aperfeiçoando, passando de consórcio à parceria. Durante a década de 1990 muitos assentados já vinham plantando cana irregularmente mediante

⁸ Alguns deles foram registrados pela equipe do Nupedor, como nos estudos de Nishikawa (2004), Campói (2005), Almeida (2011), Gêmero (2012), entre outros.

⁹ Embora o Bela Vista do Chibarro seja federal, até o ano de 2005 o Itesp prestava assistência técnica aos assentados, por meio de um convênio com o INCRA. A partir de 2005 o INCRA/SP começou a criar escritórios regionais no Estado e, desde então, passou a ter outra abordagem frente ao problema do arrendamento. Portanto, até 2005 podemos dizer que a problemática da cana era parecida em todos os assentamentos de Araraquara.

acordos verbais, até que, no ano de 2002, diante do quadro de endividamento e consequente pressão dos próprios assentados, a Fundação Itesp regularizou o plantio de culturas agroindustriais nos assentamentos do governo estadual, através da Portaria 075/2002, revogada pela Portaria 077/2004. Esta foi justificada pelo fato de possibilitar aos assentados um “novo” projeto de desenvolvimento, a partir da integração deles com as cadeias agroindustriais regionais. Os anos de regularização dessa portaria são um importante marco para a presente pesquisa, na medida em que foi um período marcado pelo início do governo Lula, em 2003, no qual ocorreram contrapontos a essa tendência mais geral para o desenvolvimento dos assentamentos¹⁰. Neste período, a cana industrial passou a ser a principal alternativa produtiva, mas, ao mesmo tempo, tiveram início novas perspectivas para o desenvolvimento rural.

O fato é que desde a portaria 77/2004 do Itesp ocorreu uma explosão de contratos para o plantio de cana agroindustrial no assentamento Monte Alegre. O formato do contrato estipulava que a cana poderia ser plantada em, no máximo, metade de cada lote e tivesse duração de cinco anos, com direito, na primeira safra, durante a formação do canavial, a algumas horas de trabalho do trator da usina para destocar eucaliptos que ainda estão no solo, arar a terra e abrir os sulcos para plantar a cana, aplicação de “mata-mato”, cupinicida, veneno para formigas e as mudas. Estes eram os serviços de formação do canavial e eram disponibilizados apenas na primeira safra (de 18 meses) e descontados em tonelagem, 50% na primeira colheita, 30% na segunda e 20% na terceira, porém, nessas duas últimas e demais safras, os assentados já não contariam com esses serviços feitos pela usina. Eles teriam que financiar os custos da produção com o dinheiro ganho nas safras anteriores sem o apoio que receberam da usina na primeira, a chamada “produção facilitada”. O transporte e a pesagem também eram a cargo da usina.

O plantio, o trato diário e o corte seriam responsabilidades das famílias. O corte na verdade seria feito por mutirões, de forma que cada assentado participaria no corte dos demais. No entanto, não houve organização para isso e o que ocorreu foi a terceirização da mão-de-obra por turmas da usina. Mais uma razão para que a parceria ficasse caracterizada como arrendamento em muitos lotes, já que isso abria possibilidades para não haver trabalho familiar nos canaviais, apenas espaço para a terceirização da mão-de-obra, o consumo de insumos industriais e a produção de

¹⁰ Dentre as mudanças que ocorreram no período podemos citar o início do PAA e a criação do escritório regional do INCRA/SP em Araraquara.

matéria-prima para as indústrias. Mesmo o trato diário foi feito muitas vezes por terceiros, ou seja, o financiamento, a preparação da terra, o plantio, a colheita, o transporte e a pesagem ficaram a cargo da usina.

Conforme depoimentos coletados, ao passo que a renda do assentado com a cana diminuía pela baixa no preço da tonelada, pela alta nos preços dos insumos que ele tem que comprar e porque ia passando a hora de colher, a cana ia chegando no quarto e quinto cortes gradativamente com menos força que nos antecedentes – segundo os assentados, dá uma cana mais fina, tanto que é que falam que o sexto corte é contrato vencido, não há obrigatoriedade da usina comprar. Portanto, a renda auferida pela cana dos assentados ia diminuindo, chegando a dar prejuízo em muitos casos e obrigando-os a pegar financiamentos para a continuidade do canavial ou a lutar na justiça para sair da parceria. Na verdade, para os que se endividaram com a usina, os técnicos sugeriram que pegassem financiamento do Pronaf para custear a continuação do plantio de cana, o que vem na contramão do princípio deste crédito. Outros conseguiam “emprestado” alguns serviços das usinas, ou seja, conseguiam um tipo de empréstimo com as próprias usinas.

Houve, de fato, alguns lotes em que a produtividade foi alta e, conseqüentemente, o lucro foi considerado muito relevante. Numa planilha fornecida pelo Itesp à época, constatamos grandes variações dessa produtividade nos diferentes lotes. Nos que foram plantados em 50% da área, a renda líquida variou de R\$ 12 mil até R\$ 25 mil na primeira safra de dezoito meses. Houve casos extremos, como no exemplo do assentado que obteve o recorde regional de produtividade por hectare, ficando com renda líquida de R\$ 35 mil, plantando 6,5 hectares de cana; e casos como outros dois assentados que também plantaram em 6,5 hectares e obtiveram renda líquida em torno de R\$ 5 mil em dezoito meses. Sobre essas variações recai o peso do cuidado dado pelos assentados à cana em seus lotes, certamente, mas há também evidências de que a usina pode antever o lucro em cada caso nos momentos da pesagem da cana e da aplicação de insumos pela falta de fiscalização e de balanço no próprio assentamento.

A relação de compadrio que alguns assentados têm com usineiros é um elemento importante a se considerar mais detalhadamente nesta trama. Entre assentados e agentes das usinas existem relações que por vezes beneficia alguns assentados (mais do que outros) na hora de “pegar o cheque”. Existem também assentados que parecem ser um tipo de representante da usina dentro da parceria, divulgam e falam bem, controlam as turmas de trabalho que plantam e colhem a cana, as horas de máquinas na preparação da

terra. Geralmente alguns deles têm uma antiga relação de trabalho com a usina ou até são funcionários dela e, por outro lado, se relacionam melhor com alguns grupos no interior do assentamento¹¹. Na representação dos assentados, isso gerou mais desconfiança diante do fato de algumas pessoas terem conseguido uma renda maior com a cana, enquanto outras estão em endividamento progressivo.

Apesar da inércia a que os assentados ficam submetidos com a parceria, principalmente no que diz respeito ao preço das *commodities*, ao controle da produtividade e da renda auferida com a cana, bem como em função da transformação do agricultor em aplicador de pacote agrícola, acabou predominando as expressões de acomodação e de sucesso financeiro para alguns. Para os assentados de Araraquara, a cana pode significar um bom dinheiro recebido anualmente, enquanto na outra metade do lote se consegue a manutenção da agricultura familiar – situação que não pode ser generalizada. Nesta época, pude visitar igualmente exemplos de assentados que produziam cana e outras coisas em seu lote, como a produção de hortaliças e legumes, criação animal, milho e mandioca, que além do autoconsumo lhes forneciam renda através da venda direta e da participação em programas municipais. O dinheiro advindo da horta gerava a renda do dia-a-dia, enquanto o da cana garantia uma renda anual para investimento na horta e demais atividades do lote. Portanto, foi observada uma combinação de fontes de renda agrícola como um tipo de organização produtiva no lote. Suas representações sobre a cana é que não podia ser a única produção no lote, mas era bom porque havia facilidade em tornar uma parte do lote produtiva e a renda poderia ser reinvestida nas demais atividades. O próprio tamanho do lote nos assentamentos em Araraquara, em média 14 hectares, possibilita esse tipo de diversificação das atividades.

Outra representação dos assentados era sobre a quantidade de insumos químicos, sobretudo agrotóxicos, que eram jogados em suas terras. Um assentado relatou que funcionários da usina fizeram testes com um pré-emergente – insumo químico que inibe a germinação de plantas espontâneas – nos lotes do assentamento e que, após a aplicação, não era pra ninguém da família ir ao canavial, nem era pra deixar animais irem até lá. Depois de uma semana teve uma vaca no seu lote que abortou e ele disse que a vaca não chegou nem perto do canavial. Ele acredita que a contaminação se deu através do vento. Também pudemos ver que algumas roças são atingidas pelos insumos

¹¹ No trabalho Maciel (2003) verifica-se a formação de grupos ligados a lideranças religiosas. Há também os grupos produtivos, como associações e cooperativas, grupos de afinidade, grupos familiares, havendo uma série de relações de conflito e/ou de cooperação entre eles.

da cana e sofrem prejuízos, como foram nos mostrado em roças de abóbora e hortaliças afetadas pelos agrotóxicos.

Certamente, a cana nos assentamentos tem várias faces, as quais diferem pelas experiências individuais e são mensuradas pelos agentes sociais, principalmente, pelo retorno financeiro que cada um consegue com ela. O que mais marcou a presença da cana nos lotes foi a carência dos assentados com uma alternativa que lhes dê essa renda para investimento. A “imposição” da cana é uma constatação que vem da própria característica da paisagem regional, na qual se vê homogeneamente a cultura plantada pelas usinas do complexo agroindustrial local, a qual organiza grande parte da economia regional. Se fossem usinas de beneficiamento de arroz, provavelmente seria esta cultura a invadir os lotes. Para Ferrante e Barone (2011), a parceria se apresenta como alternativa controvertida. Os assentados que têm, em princípio, na terra, condições novas de reprodução social retornam na condição de “parceiros associados” à situação de subordinação vivida anteriormente no passado, enquanto ex-bóias-frias explorados pelo trabalho nas usinas.

Não se pode generalizar, mas em alguns lotes, ocorre o arrendamento total através da parceria, o que vai contra os princípios da reforma agrária. Os motivos para que isso aconteça são muitos: as variações demográficas da família, a mão-de-obra disponível, a capacidade de investir em insumos e a falta de assistência técnica são fatores importantes que variam de um lote para outro de ano a ano. Os que comprem insumos e os aplicam, fazem o trato diário, cuidam da cana em seu lote não podem ser colocados como arrendatários, pois mesmo com todas as características da parceria eles têm trabalho no canavial e fazem um balanço de investimentos e esforços necessários, podendo inclusive manter outras partes do lote bem diversificadas. Mas o fato é que existe, nesse contexto, uma pré-disposição ao arrendamento, seja pela composição familiar, pelo envelhecimento das pessoas, em função da pluriatividade e, sobretudo, pela fragilidade das políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos, que expressa uma tendência em deixar o meio rural como local de trabalho e a buscar assalariamento fora do assentamento.

Considerações finais

A história do campesinato no Brasil mostra que sempre existiu grande correlação de forças entre a grande e a pequena agricultura. Apesar de que o modelo de desenvolvimento rural seja pautado na agroexportação, e mesmo com todo o assédio

sobre os pequenos produtores e políticas públicas contrárias à reprodução da condição camponesa, as categorias que povoam o meio rural se fizeram e se fazem presentes, mantendo diversas frentes de lutas pela e na terra. Apesar de sua importância em termos econômicos para os referidos planos de desenvolvimento, Delgado (2004) destacou a relevância do campesinato para o mercado interno e o abastecimento de alimentos nas regiões. Este autor considera o campesinato enquanto o setor de subsistência da economia brasileira, justamente o setor que “segura” a economia em tempos de crise dos preços das *commodities* nos mercados internacionais e que contribui para diminuir os problemas de desigualdades sociais.

Nos assentamentos investigados, as famílias vivenciam essa condição camponesa: sofrem o assédio de setores industriais para produções de *commodities*, ao mesmo tempo que outras alternativas produtivas se apresentam em função do *habitus* das famílias. A referência a uma história camponesa no presente trabalho buscou evidenciar, tão-somente, elementos históricos marcantes dos grupos sociais rurais no Brasil, uma história da qual as famílias assentadas são herdeiras. A começar pelas imposições da estrutura social: sua expressão mais evidente na região do estudo são as “parcerias”, ou seja, as propostas de integração agroindustrial, nas quais, basicamente, é extraído o sobretrabalho das famílias assentadas, com possibilidades de um bom retorno financeiro para as famílias em determinadas conjunturas. A integração industrial é marcada por uma posição de subordinação e dependência em relação aos sistemas de controles e poderes desse modo de produção. Enquanto as famílias se tornam meras aplicadoras de pacotes tecnológicos, perdem o controle sobre os processos produtivos em seus lotes e, em muitos casos, tomam ideologicamente os sistemas produtivos industriais como um modelo de progresso técnico e sucesso produtivo/financeiro, mesmo que esse modelo não seja adaptado às suas condições materiais e simbólicas.

Mas se fossemos considerar apenas os aspectos materiais do desenvolvimento dos assentamentos, talvez tivéssemos que concordar com as análises mais pessimistas que afirmam que essa política de assentamentos que temos, não condiz com a reforma agrária necessária ao país. Por outro lado, que a criação de assentamentos não altera os índices de concentração da terra e da produção, tampouco o modo de produção capitalista no campo, que continuam dominando a leitura sobre o desenvolvimento agrícola no Brasil. Felizmente, essa não é a única leitura possível, assim como a integração industrial não é o único caminho viável para as famílias assentadas. É necessário discutir, sem dualismos, os bens materiais e simbólicos dessa complexa

relação entre assentamentos e desenvolvimento. Ao analisarmos os aspectos microsociológicos das origens e trajetórias das famílias que hoje são assentadas, pode-se verificar que foram atendidas outras necessidades de sua reprodução social, como uma maior autonomia sobre seu tempo e sobre seu trabalho, possuir um local digno de moradia e ter o direito de uma alimentação adequada. Talvez, a importância da condição camponesa nos assentamentos seja a possibilidade desse grupo social vivenciar o desenvolvimento nos termos de Amartya Sen (2000), como uma forma de expansão das liberdades individuais.

Referências

ANTUNIASSI, M.H.R.; AUBRÉE, M.; CHONCHOL, M.E.F. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.7, n.3, Fundação Seade, 1993.

BACCARIN, J. G.; CAMARGO, R. A. L. de; SOARES, C. J. B.; FERREIRA, J. V. B. N.; SILVA, B.M. As mudanças tecnológicas na lavoura canavieira e os efeitos na ocupação sucroalcooleira no Centro Sul do Brasil, de 2007 a 2013. 52º Congresso da SOBER, 2014, Goiânia. In: **Anais...**, Goiânia, 2014.

BARONE, L.A. **Revolta, Conquista e Solidariedade**: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, Unesp, Araraquara, 1996.

BARONE, L.A. **Conflito e Cooperação**: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, Unesp, Araraquara, 2002.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRANCO, M.T.C. **Os Jovens “Sem Terra”**: identidades em movimento. 1999, 201 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

BRANDÃO, C.R. **Plantar, Colher, Comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CAMPOI, A.M. **Sistema de Produção e Estratégia de Vida para Permanência na Terra**: um estudo no projeto de assentamentos Monte Alegre - Araraquara/SP. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, 2005.

CAMPOS, R.S. A região de Araraquara e a constituição do local: experiência em desenvolvimento rural a partir do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.4, n.1, jul/dez. 2011.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

D'AQUINO, T. et al. Nas terras de Promissão: da luta à construção do lugar. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.1, Nupedor/Unesp, p.183-247, 1994.

DELGADO, G.C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil – 1965-1985**. São Paulo: Icone-Unicamp, 1985.

DELGADO, G.C. Setor de Subsistência na Economia Brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Textos para discussão, IPEA, Brasília/DF, 2004, p.19-50.

DUVAL, H.C.; VALENCIO, N.F.L.S.; FERRANTE, V.L.S.B. Da Terra ao Prato: a importância da memória nas estratégias de segurança alimentar de famílias assentadas. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.12, p.189-216, 2009.

FERRANTE, V.L.S.B. **A Chama Verde dos Canaviais**. Tese (Livre Docência em Sociologia), UNESP, Araraquara, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.1, Nupedor/Unesp, p.75-148, 1994.

FERRANTE, V.L.S.B.; SANTOS, M.A.P. dos. A cana nos assentamentos rurais: o vai e vem no mesmo cenário. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, NUPEDOR/UNIARA, v.9, p.131-146, 2004.

FERRANTE, V.L.S.B.; ALMEIDA, L.M. Assentamentos rurais como celeiros da cana: por onde caminha a reforma agrária? **Ruris**, Campinas, v.3, p.10-34, 2009.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Parcerias com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias** (Versão Impressa), Porto Alegre, UFRGS, v.13, p.262-305, 2011.

GARCIA JR., A.R. **Terra de Trabalho**. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KAGEYAMA, A. Indicadores sociais no meio rural brasileiro. **Reforma Agrária**, Campinas/SP, v. 13, n.3, p. 37-40, 1983.

LEITE, S.P. **As Condições de Implantação e o Processo de Trabalho num Projeto de Assentamento de Trabalhadores Rurais**: o caso de Araraquara-SP. 1986. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas). FCL, Unesp, Araraquara, 1986.

MACIEL, M.C. **Entre o Céu e a Terra**: um estudo sobre a religiosidade no assentamento Bela Vista de Araraquara-SP. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, Unesp, Araraquara, 2003.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição do tema segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, v.4, p.66-99, 1996.

MELO, B.M. de. **História e memória na contramão da expansão canavieira: a experiência de resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, 2012.

NISHIKAWA, D.L.L. **Levantamento das Práticas Agrícolas Sustentáveis no Assentamento da Fazenda Monte Alegre Região de Araraquara/SP**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

PESSANHA, L.D.R. O sentido brasileiro da segurança alimentar. In: MOREIRA, R.; COSTA, L. (Orgs.) **Mundo Rural e Cultura**. São Paulo: Mauad, 2002, p.263-283.

QUEDA, O.; KAGEYAMA, P.; SANTOS, J.D. dos. Assentamentos rurais: alternativas frente ao agronegócio. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.12, Nupedor/Uniar/INCRA, p.47-68, 2009.

ROY, G. **Do Trabalhador Assalariado ao Pequeno Produtor Livre: qual construção para as experiências de reforma agrária?** São Paulo, julho de 1991. (mimeo)

SAUER, S. **Terra e modernidade**. A reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão popular, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M.A. de M. **A Luta Pela Terra**. Experiência e memória. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

SILVA, M.A. de M. Terra: fonte de desenvolvimento com liberdade. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA, 2005, p.295-318.

STETTER, E.A. **A cana nos assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada?** 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2000.

STOLCKE, V. A família que não é sagrada (sistemas de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo). **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Brasiliense, 1982, p. 39-91.

SZMRECSÁNYI, T. Expansão do agronegócio e ameaças à soberania alimentar: o problema dos biocombustíveis. **Revista da ABRA**, São Paulo, v.34, n.2, p.149-154, jul./dez., 2007.

TEIXEIRA G.S. Desafios da participação social no agronegócio sucroalcooleiro. **Ruris**, Campinas, v.8, p.117-147, 2014.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.8, Nupedor/Unesp, p.19-32, 2000.

WHITAKER, D.C.A.; BEZZON, L.C. **A Cultura e o Ecossistema**: reflexões a partir de um diálogo. Campinas: Alínea, 2006.

WOORTMANN, E. Prática eco-agrícolas tradicionais: ontem e hoje. **Retrato de Assentamentos**, Araraquara, n.14, v.2, p.15-32, 2011.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA

FAMILIAR CAMPONESA: Estudo de caso no Distrito de Santa

Teresinha, Palmeira das Missões/RS.

Sibeli Fernandes, Doutoranda em Geografia Unesp/RC, bolsista CAPES.

E-mail: sibelifernandes@gmail.com

Giancarla Salamoni, Prof^a Dr^a Universidade Federal de Pelotas

E-mail: gi.salamoni@yahoo.com.br

GT 4. Camponeses e agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

Resumo:

Promover uma discussão sobre a organização da agricultura familiar camponesa apresenta-se como fundamental, na medida em que este segmento agrega uma parcela significativa da população rural e é movido por uma lógica que ultrapassa as imposições do sistema capitalista e que condicionam as relações da sociedade de forma mais geral. Neste trabalho, serão apresentados dados que correspondem as estratégias de reprodução social desenvolvidas pelos agricultores familiares camponeses a fim de fundamentar teoricamente a análise da organização espacial da agricultura no distrito de Santa Teresinha, município de Palmeira das Missões, localizado na região noroeste do Rio Grande do Sul. Para o desenvolvimento desse estudo, foram adotadas as contribuições da abordagem sistêmica, pois esta permite uma explicação dos fenômenos da agricultura, em termos das relações entre os elementos e do seu dinamismo. A teoria da evolução dos sistemas agrários admite representar as transformações incessantes da agricultura de uma região, como uma sucessão de sistemas distintos constituídos de uma série de etapas históricas definidas. Esta teoria ajuda compreender, dentro de grandes linhas, a diversidade geográfica da agricultura em uma determinada época. A análise integrada dos elementos que conformam os sistemas agrários permitiu identificar os principais sistemas agrários existentes na área estudada, os quais servem de base para a reprodução social dos agricultores familiares. Destacam-se no distrito a produção de alimentos para o autoconsumo e a produção mercantil de erva mate, leite e soja, destinada às agroindústrias da região. Os agricultores familiares camponeses recorrem a diversas atividades, além das agrícolas, a fim de garantir a formação da renda nas unidades produtivas. Nesse sentido, existe uma diversificação nas formas de ingresso monetário familiar.

Palavras-Chave: Agricultura familiar camponesa. Sistemas agrários. Diagnóstico. Estratégias de reprodução

Sibeli Fernandes: Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela UNESP/Rio Claro, vinculada ao Núcleo de Estudos Agrários (NEA-UNESP/Rio Claro). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPel, licenciada em geografia pela mesma instituição. Integrante do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – Leaa/UFPel. Membro da Rede de Estudos Agrários – REA composta pels

grupos de pesquisa das Universidades: Unesp/Rio Claro, UFPel, UNIFAL e UNIMONTES.

Giancarla Salamoni: Professora doutora Associada da Universidade Federal de Pelotas, onde atua nos cursos de licenciatura e bacharelado em Geografia e na Pós-Graduação em Geografia, Mestrado. É professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Geografia – FURG-Rio Grande. Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ/UFPel Estudos Agrários e Ambientais e coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais - Leaa. Integrante da Rede de Estudos Agrários – REA.

Introdução

A agricultura, ao longo da história, foi organizada a partir de diferentes contextos físicos, sociais, culturais, econômicos e políticos, atrelando sistemas agrários a áreas específicas. As formas de agriculturas observáveis variam conforme o lugar, a tal ponto que de uma região do mundo a outra, podemos classificá-las em gêneros muito diferentes. (MAZOYER e ROUDART, 2010). Constatase, assim, que a diversidade espacial criou tipos específicos de agricultores e agriculturas.

Sabe-se que a agricultura familiar camponesa¹ vem passando por diversas transformações no que concerne a sua organização espacial e as funções que vem desempenhando no rural de diferentes países, inclusive no Brasil. No caso brasileiro, apesar das diversas mudanças estruturais que ocorreram na agricultura, durante os últimos tempos, permanece significativa a presença dessa categoria social nas dinâmicas produtivas presentes no campo.

A partir disso, entende-se como agricultura familiar camponesa as propriedades rurais nas quais, terra, trabalho e família são categorias (analíticas) indissociáveis e que norteiam, teórica e metodologicamente, os estudos sobre o tema.

Para tentar explicar a realidade encontrada no Distrito de Santa Teresinha² (figura 1), foram adotadas as contribuições do pensamento sistêmico³, o qual busca uma

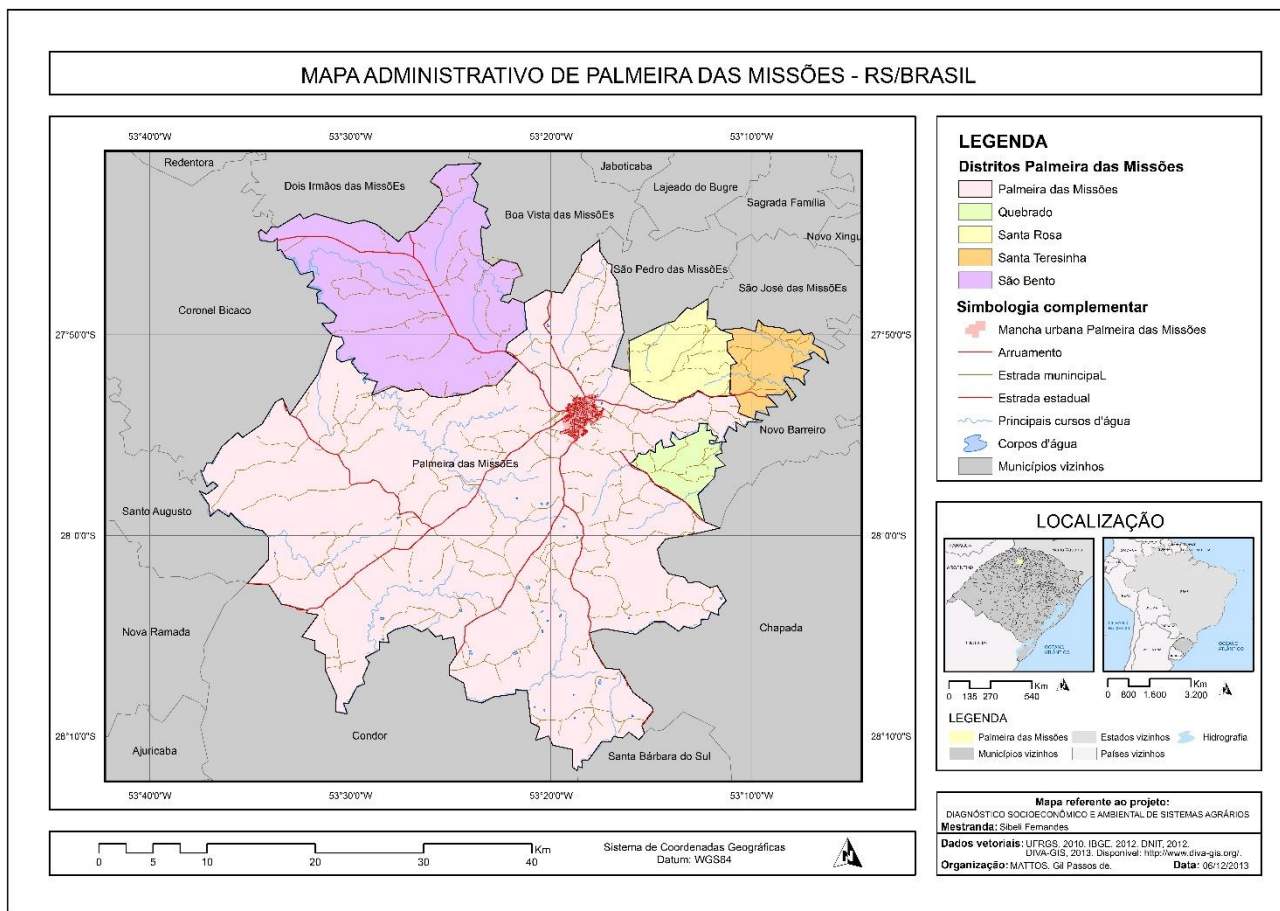
¹ “Camponês e agricultor familiar são termos utilizados neste trabalho de forma similar e indissociável, a fim de enfatizar a existência de um campesinato na contemporaneidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, a categoria analítica adotada – agricultura familiar camponesa- expressa o reconhecimento da permanência de ‘lógicas camponesas’ que estão combinadas a uma diversidade de estratégias socioprodutivas de caráter familiar na agricultura. Lógicas de resistência e estratégias de reprodução social que combinam produção mercantil com produção para o autoconsumo, e cujos resultados estão voltados para a construção/reprodução do patrimônio familiar” (RIBEIRO; SALAMONI, 2011, p. 215).

² A área de estudo faz parte do município de Palmeira das Missões que está localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

³ A Teoria Geral dos Sistemas, preconizada por Bertalanffy (2008) emergiu como uma ferramenta metodológica adequada para lidar com as diversas complexidades e as ideias comuns às diversas áreas do conhecimento. Essa teoria modificou a forma de pesquisar, ou seja, alargou a visão do todo, assim, a análise sistêmica baseia-se no processo de organização e interação entre os elementos que conformam determinado sistema. Bertalanffy (2008) buscava uma linguagem científica única, capaz de englobar

compreensão multidimensional e complexa da realidade que nos cerca. Adotando a abordagem sistêmica, entende-se que a análise-diagnóstico de sistemas agrários constitui uma metodologia adequada para estudos relacionados à problemática da agricultura.

Figura 1: Mapa Político Administrativo de Palmeira das Missões/RS



Fonte: UFRGS, 2010; IBGE, 2012; DNIT, 2012; DIVA-GIS, 2013

Para melhor atingir os objetivos, optou-se por caracterizar o sistema ambiental (análise de mapas físicos), os processos histórico-culturais (as tradições agrícolas e as heranças agrárias) e o sistema da agricultura (sistema social, sistema técnico, sistema de produção e sistema hídrico), a fim de realizar uma análise-diagnóstico dos sistemas agrários. A análise-diagnóstico das realidades agrárias tem como foco principal identificar e classificar hierarquicamente os elementos de toda natureza, sejam eles socioeconômicos, técnicos e ecológicos, e compreender como esses elementos interferem concretamente nas transformações da agricultura. Assim, o que nesta pesquisa se denomina de “diagnóstico socioeconômico e ambiental de sistemas

todos os campos do conhecimento, ou seja, sua nova conceituação teria um caráter global, organização e hierarquização dos sistemas.

agrários” é uma ferramenta que contribui na elaboração de projetos estratégicos voltados para o planejamento e desenvolvimento rural.

Análise-diagnóstico dos sistemas agrários

A utilização do método sistêmico permite que o pesquisador defina os principais elementos a serem estudados, de acordo com os objetivos pretendidos na análise da pesquisa. Já o sistema agrário corresponde a um conjunto de conhecimentos metodicamente elaborados como resultado da observação, delimitação e análise da diversidade socioespacial do meio rural. Para que se possa compreender o que é um sistema agrário, no entanto, é necessário distinguir a agricultura tal como ela se apresenta na realidade, ou seja, um objeto de observação e de análise (SILVA NETO; BASSO, 2005).

A utilização da metodologia de sistemas agrários permite representar as transformações incessantes da agricultura de uma região, como uma sucessão de sistemas distintos constituídos de uma série de etapas históricas definidas. Esta teoria permite compreender, dentro de grandes linhas, a diversidade geográfica da agricultura em uma determinada época (QUEIROGA, 2012).

Para se estudar e analisar os sistemas agrários torna-se necessário definir o que é um sistema nesta pesquisa. Considera-se que a propriedade rural pode ser entendida como um sistema básico de análise, entretanto, diverso e dotado de relações/interações, endógenas e exógenas, onde o agricultor, sua unidade de produção e sua família constituem as partes centrais de investigação. Valendo-se de estratégias socioeconômicas e ambientais distintas, os agricultores familiares camponeses fazem escolhas no que se refere ao trabalho, a organização produtiva, as práticas agrícolas e as técnicas utilizadas na agricultura.

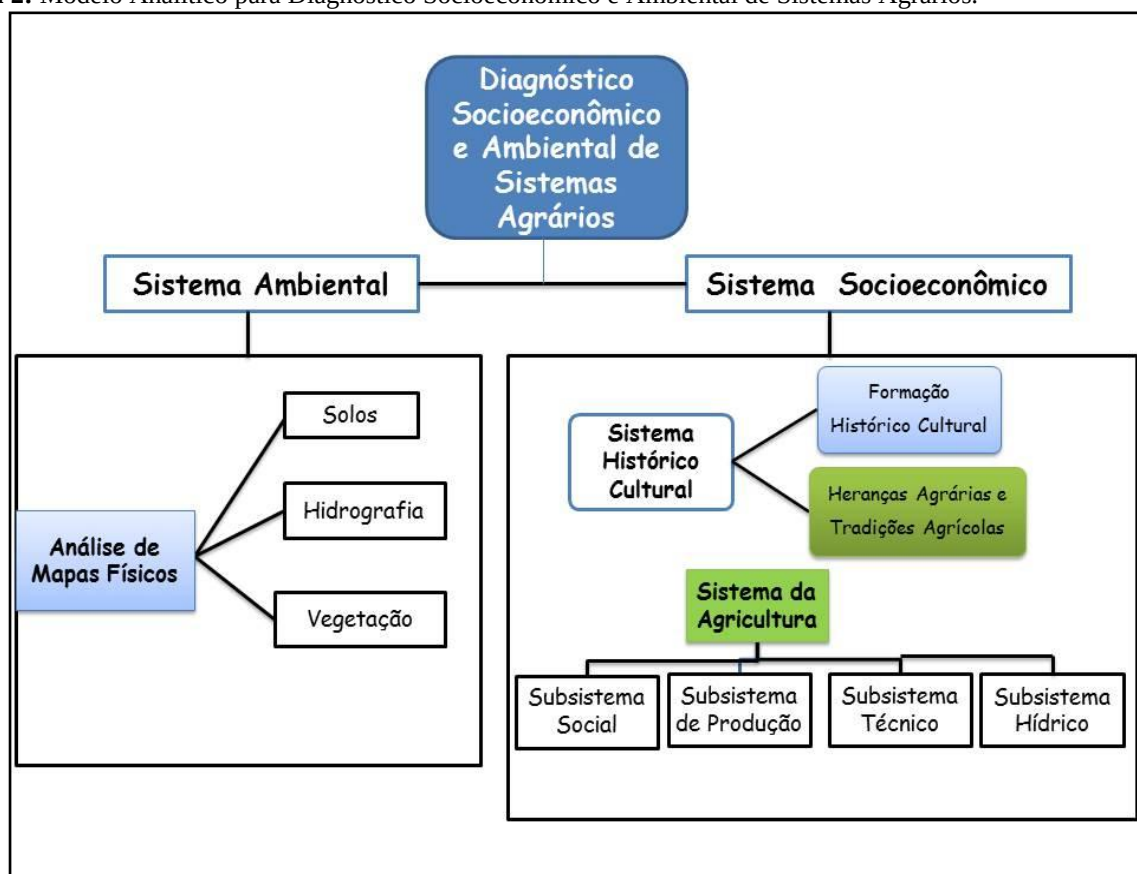
Para uma compreensão sistêmica das diferentes realidades agrárias, metodologicamente, a teoria dos sistemas agrários é um instrumento que permite ao pesquisador explicar a diversidade geográfica da agricultura em sua área de estudo. Nesse sentido, entende-se que a elaboração de diagnósticos sobre os sistemas agrários podem contribuir para os estudos na subárea da geografia agrária.

A utilização de diagnósticos dos sistemas agrários permite compreender o contexto local, dos pontos de vista ambiental, econômico e social e identificar as estratégias dos grupos sociais e do meio natural no qual estão inseridas. A figura 2 apresenta o modelo analítico básico que orienta a apreensão da realidade concreta, a

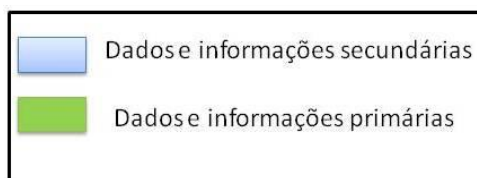
partir de uma visão integrada dos elementos como análise de mapas físicos e de elementos humanos, com a análise de dados e informações primárias e secundárias.⁴

Assim, trata-se de elaborar uma caracterização dos agricultores familiares camponeses, combinando os elementos do sistema ambiental e do sistema socioeconômico. Concretamente um diagnóstico de sistemas agrários deve permitir: a) fazer um levantamento das características socioeconômicas e ambientais da área a ser pesquisada; b) identificar e caracterizar os principais sistemas de produção adotados pelos agricultores, as suas práticas sociais, técnicas e econômicas e os seus principais problemas; c) identificar e explicar os principais elementos - ecológicos, sociais, técnicos, culturais, econômicos, políticos, que combinados representam a realidade do recorte territorial em questão e, d) sugerir políticas, programas e projetos de desenvolvimento. Além disso, o diagnóstico deve ser rápido e operacional, ter rigor científico, não apenas descrevendo a realidade, mas, sobretudo, explicando-a.

Figura 2: Modelo Analítico para Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de Sistemas Agrários.



⁴ A metodologia apresentada refere-se a uma pesquisa mais ampla intitulada: **DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DE SISTEMAS AGRÁRIOS**: Um estudo sobre a agricultura familiar camponesa no distrito de Santa Teresinha – Palmeira das Missões/RS. Apresentada como dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPel, 2014.



Fonte: Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais, 2012.

No Sistema Ambiental foi realizada a sistematização e análise através de mapas físicos, onde pode ser possível caracterizar e identificar as potencialidades das diversas formas e práticas de utilização do solo, a disponibilidade hídrica, as características da vegetação original e atual e os aspectos relacionados ao relevo e que, em conjunto, fazem parte da organização dos sistemas agrários. Aliada à caracterização do Sistema Ambiental, no Sistema Socioeconômico priorizou-se o sistema da agricultura⁵, incluindo o sistema hídrico, ou seja, a utilização da água nas propriedades rurais. No sistema histórico-cultural considerou-se o processo de organização do espaço. Deve-se dar atenção às evoluções históricas para conseguir entender o encadeamento lógico dos acontecimentos que levaram as situações atuais.

No presente trabalho serão apresentados apenas os resultados da caracterização do sistema da agricultura (subsistema social, subsistema de produção, subsistema técnico e hídrico), destacando as estratégias de reprodução social dos agricultores, para tanto, foi realizado levantamento de dados primários por meio da técnica de entrevista, com 29 agricultores familiares camponeses, baseada em um roteiro semiestruturado. O roteiro foi organizado segundo a divisão de subsistemas internos da agricultura, a saber: o subsistema social, que permite a caracterização do produtor familiar camponês; o subsistema funcional ou técnico, que engloba os elementos técnicos e o subsistema de produção, que trata de caracterizar o *output* (saída) do sistema da agricultura familiar camponesa (DINIZ, 1984). Ainda, por último, o sistema hídrico que permite avaliar a disponibilidade e utilização da água no interior das propriedades rurais. Este conjunto de subsistemas permite o estabelecimento de relações entre os elementos da organização espacial da agricultura na área estudada.

Para isso, optou-se pela pesquisa quanti-qualitativa, pois, a maioria das pesquisas adota os dois métodos para um entendimento melhor da realidade que será estudada. Decidiu-se usar a amostragem não probabilística, ou seja, quando não se

⁵Serve para uma compreensão sistêmica das diferentes realidades agrárias e pode-se partir respondendo algumas questões consideradas como parte dos sistemas internos da agricultura, a saber: “quem é o produtor rural?”; “como é produzido?”; e “quanto, o que, para quem é produzido?” Diniz (1984).

conhece a probabilidade de cada elemento da população ser escolhido para participar da amostra. A partir disso, os entrevistados foram definidos a partir dos seguintes critérios:

- a) Todos os entrevistados deveriam residir no Distrito de Santa Teresinha e apresentar características de agricultores familiares camponeses;
- b) O tamanho das propriedades não poderia ultrapassar a 100 hectares;
- c) Os entrevistados deveriam ser produtores de erva mate e/ou leite;

A partir desses requisitos, para o levantamento de dados e informações primárias foi utilizado um tipo de amostragem não probabilística denominada “snowball-sampling”, na qual os informantes qualificados⁶ indicaram um ou mais possíveis entrevistados que compuseram a amostra. A literatura aponta uma tendência à utilização de métodos mais sofisticados de montagem da amostragem, como é o exemplo da “snowball” (ATKINSON; FLINT, 2001). No caso dessa pesquisa, cada entrevistado indicou três famílias com as quais tinha algum tipo de relação, destas três famílias indicadas escolheu-se a que geograficamente estava mais distante de quem a indicou para a realização das entrevistas e de novas indicações, desde que os critérios previamente estabelecidos para definição da amostra estivessem contemplados.

Resultados da pesquisa: o referencial teórico integrado aos dados de campo

Neste trabalho, objetiva-se apresentar, por meio dos resultados da pesquisa de campo, realizada nos meses de maio e junho de 2014 com 29 famílias, no distrito de Santa Teresinha-Palmeira das Missões/RS, os elementos de caráter socioeconômico e ambiental presentes na organização dos sistemas agrários da agricultura familiar camponesa na área estudada.

Para entender a diversidade da agricultura familiar, os estudos não podem tomar apenas como referencial o caráter normativo sobre essa categoria social, sob pena de construir uma definição limitada e uma análise superficial da produção familiar na agricultura.

Uma característica relevante na compreensão das dinâmicas presentes na agricultura familiar camponesa é o fato de a família morar e viver na comunidade rural e participar das atividades socioeconômicas presentes nesse espaço. O caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio fundiário/terra, trabalho/família e produção/consumo, no interior das unidades

⁶ A escolha dos informantes qualificados não foi orientada por critérios quantitativos, mas pela posição do entrevistado no grupo a ser pesquisado, como por exemplo, os técnicos de extensão rural, lideranças sindicais e de associações de agricultores familiares.

produtivas, e que orienta uma lógica de funcionamento específica. (WANDERLEY, 2009)

Em vista as novas tendências dos estudos que tratam sobre a permanência da agricultura familiar camponesa, a noção de campesinato passa a ser reconceitualizada, adaptando-se as circunstâncias históricas que são rapidamente transformadas. As definições clássicas marxistas⁷ tornam-se inadequadas para compreender um mundo em rápida transformação. Assim, busca-se compreender o conceito de agricultura familiar camponesa como categoria analítica.

Assim, é a lógica do agricultor familiar camponês em estabelecer estratégias de reprodução social e de sobrevivência, que explica o fato da permanência da produção familiar camponesa dentro dos padrões modernos de produção no interior da economia capitalista. Por exemplo, o agricultor procura produzir, então, produtos cujo caráter alternativo permitisse que fossem tanto consumidos quanto vendidos (PAULILO, 1990). É possível compreender por que esta produção não desaparece, ao contrário, se reproduz e permite a permanência do campesinato.

Sendo assim, a agricultura familiar camponesa não perdeu, ao longo do tempo e a despeito das transformações técnicas, o seu caráter familiar e, tampouco, deixou de ser uma importante forma social de produção e de trabalho, capaz de desenvolver interações importantes com outros atores sociais existentes no espaço rural e urbano.

Observam-se as características peculiares que explicam a existência, a adaptação e a permanência no contexto da atual agricultura, justificando a tendência de olhar a agricultura familiar camponesa em uma perspectiva teórica mais ampla. Como diz Shanin (2008):

A flexibilidade de adaptação, o objeto de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. (SHANIN, 2008, p. 26).

É necessário enfatizar que, os agricultores familiares camponeses são portadores da história de seus lugares de vida, de trabalho bem como de suas estratégias produtivas. O camponês não está apenas escondido no passado ou em locais distantes. Às vezes, desempenha um papel discreto, mas também decisivo, em lugares altamente modernizados (VAN DER PLOEG, 2009).

⁷ São as contribuições de Marx, Lênin e Kautsky.

É importante lembrar que em algumas pesquisas o olhar privilegia as dinâmicas econômicas e produtivas (sob a ótica capitalista das relações de mercado), porém, nesta pesquisa o grupo familiar assume a centralidade na organização da agricultura, é a família que sustenta as relações sociais diversificadas, isso não pode ser observado de maneira isolada, deve ser analisada na sua totalidade. Carneiro (2008) chama atenção para as especificidades do grupo familiar:

[...] a família agrícola integra uma variedade de relações sociais que, geralmente, não são levadas em conta nas análises. Nestes termos, cabe chamar a atenção para a especificidade estruturante da unidade de produção familiar. Trata-se das interrelações entre os domínios do parentesco e os do trabalho. É desta inter-relação que resultam os princípios que orientam as relações sociais e que, ao serem identificados, permitem apreender a lógica de atuação dos indivíduos, seja na unidade familiar ou na de produção (CARNEIRO, 2008, p. 258).

Assim, falar em agricultura familiar camponesa requer incorporar e entender a complexidade das relações sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais que definem essa categoria social. Nessa perspectiva, torna-se necessário redefinir também o universo de observação, privilegiando-se a família como unidade social e não apenas como unidade de produção, como normalmente tem sido considerada quando o assunto é a agricultura familiar (CARNEIRO, 2008).

Nesta pesquisa sugerem-se alguns parâmetros para os estudos acerca da agricultura familiar camponesa, pois, para conhecer a realidade sobre a qual os agricultores vivem, relacionando o campo teórico com o campo empírico, é necessário que estes sejam capazes de explicar as especificidades das realidades agrárias, em diferentes escalas. Segundo Carneiro (2009, p.255) “Não há uma estruturação mais verdadeira que a outra, trata-se de alternativas que irão orientar nosso olhar de maneira a enfatizar, ou a menosprezar, determinados aspectos da realidade.”

É a partir da ótica sistêmica que se dá a definição dos parâmetros, o subsistema social, produção e técnico tem o objetivo de reunir as características diversas do grupo familiar e incluir também as diferenças apresentadas pelos agricultores. Estas são as opções teóricas que norteiam a construção do diagnóstico dos sistemas agrários presentes na agricultura familiar camponesa, a saber:

Parâmetros sociais:

- Caracterizar a força de trabalho empregada na propriedade: familiar e ou externo (trabalhador temporário permanente e ou ajuda mútua);
- Identificar as famílias pluriativas: tipo de atividade (e se a mesma ocorre dentro ou fora da propriedade familiar) e remuneração;

- Compreender as heranças agrárias a partir das formas de aquisição da propriedade (herança, compra, posse ou beneficiário de reforma agrária) e da transmissão de saberes através das gerações;

Parâmetros de produção:

- Caracterizar a produção para o autoconsumo, para o mercado e a alternatividade dos produtos entre os agricultores familiares (tipos de produtos);
- Avaliar os processos de integração da agricultura familiar com a agroindústria (Agroindústria familiar e Complexo Agroindustrial);

Parâmetros técnicos:

- Caracterizar a intensidade da agricultura no interior das unidades de produção familiar (uso de insumos, instrumentos agrícolas, financiamentos e assistência técnica);
- Identificar os tipos de uso da terra nas propriedades familiares (área de cultivos, áreas de pastagem artificial e natural, áreas de mata nativa, artificial e áreas não utilizáveis) e,
- Apresentar os sistemas de cultivo (Rotação de cultivos, associação de cultivos, associação pecuária/cultivos) e práticas de conservação do solo (adubação verde, plantio direto, curva de nível, entre outros) observados nas propriedades familiares.

Carneiro (2008) lembra que há uma dificuldade em construir um modelo definidor da agricultura familiar juntamente com a realidade a qual está se trabalhando, assim, a propriedade familiar camponesa é um sistema básico de análise, diverso e dotado de relações/interações, endógenas e exógenas. Na afirmação da autora:

É necessário buscar, portanto, o significado dos fatos e das relações no contexto em que se expressam na sua relação com a totalidade que os envolve, já que, em se tratando de sistemas, cada parte não pode ser entendida isoladamente da outra (CARNEIRO, 2008, p. 255).

Com a utilização dos parâmetros, não se pretende tipificar os agricultores familiares, tampouco criar modelos teórico-metodológicos, mas sim identificar as permanências e as rupturas, observar as práticas, analisar as dinâmicas e as diversidades presentes nos sistemas agrários da agricultura familiar camponesa. Os agricultores familiares são capazes de construir estratégias econômicas e sociais para permanecerem ativos no contexto produtivo dos espaços rurais.

Em linhas gerais, a partir dos parâmetros sociais investigados foram encontradas as seguintes características: nas propriedades familiares entrevistadas há

uma prevalência dos adultos jovens (idade entre 21-30 anos), e adultos (idade entre 41-50 anos), indicando uma disponibilidade de força de trabalho ativa. A presença de idosos, acima dos 61 anos indicam a presença de renda complementar nas propriedades através da aposentadoria rural. A maioria da população é do sexo masculino, no entanto, a mulher camponesa tem sido duplamente explorada (executa tarefas domésticas combinadas com o trabalho agrícola, o qual é visto apenas como “ajuda”). A maioria dos entrevistados são proprietários das terras, sendo que conseguiram suas terras através da compra e herança e pretendem que suas propriedades futuramente sejam herdadas pelos seus filhos. Mesmo com a inserção de tecnologias na agricultura, que diminui os esforços físicos do grupo familiar envolvidos no processo produtivo, tem-se extensas jornadas de trabalho diárias em períodos de colheita e não colheita. A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas (pluriatividade) surge como uma alternativa de reprodução social da agricultura familiar camponesa. A maioria dos entrevistados não contrata mão de obra externa, porém, os agricultores que contratam trabalhador temporário, geralmente, se restringe a época de plantio e colheita (aluguel de equipamento agrícola para auxiliar o trabalho).

No que se refere aos parâmetros de produção, o autoconsumo familiar é diversificado e garante a segurança alimentar, assim, a família tem acesso aos alimentos básicos (quadro 1). A produção de erva mate (ilustração 3) e leite (ilustração 5) é semiespecializada (tanto para o consumo doméstico quanto para a venda) para o mercado, e a soja (ilustração 4) é destinada exclusivamente para a comercialização, ou seja, representam a integração ao Complexo Agroindustrial.

Na maioria das propriedades familiares entrevistadas existe um ou dois membros do grupo familiar aposentado. Na fala dos entrevistados, o ingresso monetário da previdência social rural ou aposentadoria⁸ serve como renda complementar no financiamento de algumas atividades agrícolas na propriedade rural. Isso se revela num importante espaço de reprodução social das famílias, porque possibilitam a permanência da família no estabelecimento rural. (CORONA e FERREIRA, 2012).

Quadro 1: Ordem de importância das atividades na formação da renda familiar.

Ordem	Tipo de atividade
1º	Erva Mate
2º	Soja
3º	Leite

⁸ No caso da aposentadoria rural começam a receber este benefício as mulheres ao atingirem 55 anos e os homens ao completarem 60 anos.

4º	Aposentadoria
5º	Milho
6º	Mandioca

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Figura 3: Plantas jovens de erva mate



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Figura 4: Cultivo de Soja.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

Figura 5: Criação de gado leiteiro.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Deve-se fazer um destaque ao milho e a mandioca na área pesquisada (Ilustrações 6 e 7), pois servem tanto para o autoconsumo familiar quanto para a alimentação dos animais e, ainda, para a comercialização. Wanderley (1996) explica:

[...] há uma esfera do consumo doméstico que pode ser abastecida diretamente do roçado para a casa, de produtos que podem ser autoconsumidos ou vendidos. Este é particularmente o caso da mandioca. São produtos que têm a marca da alternatividade (WANDERLEY, 1996, p. 11).

Os produtos da alternatividade vêm sendo uma estratégia adotada por muitos agricultores familiares camponeses, sendo muitas vezes, complementar a renda da família. Complementando o que foi exposto anteriormente,

Produtos da alternatividade- podem ser tanto autoconsumidos, como comercializados pelos agricultores. Esses produtos propiciam uma maior

maleabilidade da unidade de produção, permitindo que assim consiga enfrentar situações de risco tais como as flutuações de preços e as adversidades de mercado ou mesmo a ocorrência de imprevistos climáticos, como secas, enxurradas, geadas, etc. (GAZOLLA, 2009, p. 91).

Gazolla (2009) aborda a mercantilização da produção para autoconsumo na agricultura familiar, especificamente na região do Alto Uruguai, no norte do Rio Grande do Sul. Este autor fala que existe um processo de mercantilização da produção para o autoconsumo nas famílias e que isso gera modificações nas estratégias de reprodução social adotadas por estes agricultores.

Figura 6: Colheita de milho.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Figura 7: Plantação de Mandioca.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Na caracterização dos parâmetros técnicos, observou-se que nas propriedades rurais estudadas, ocorrem elevados índices de modernização da agricultura, onde todos incorporam inovações químicas (fertilizantes, agrotóxicos), mecânicas (tratores, colheitadeiras e equipamentos agrícolas – figura 8) e biológicas (sementes transgênicas). As práticas de conservação do solo mais utilizadas são o plantio direto e a rotação de culturas. A maioria das propriedades visitadas é atendida por assistência técnica pública e privada. Mais de 50% dos agricultores acessam algum tipo de crédito rural (PRONAF e crédito privado).

A adoção da modernização da agricultura, no distrito de Santa Teresinha, contou com a mediação e atuação da extensão rural e assistência técnica pública (representada pelo órgão estadual da EMATER) e da assistência técnica privada das agroindústrias, que trouxeram orientações técnicas e introduziram as sementes selecionadas (híbridas) de milho e feijão e sementes transgênicas de soja, bem como, a adubação química e o uso de agrotóxicos.

Figura 8: Trator e arado mecânico.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Quanto aos recursos hídricos, as propriedades apresentam rede hidrográfica bem distribuída, existem nascentes de curso d'água, sangas, arroios e açudes em praticamente todas as propriedades pesquisadas. No entanto, não são todas as propriedades que possuem água de poços artesianos e canalizada para o uso doméstico.

O espaço rural, geralmente, ocupa a maior parte do território das bacias hidrográficas, logo tem um importante papel na gestão das mesmas. As características físicas dos rios, associada à ação antrópica, passam a influenciar a disponibilidade hídrica tanto em quantidade como em qualidade. Os principais cursos d'água presentes no distrito de Santa Teresinha são: Lajeado Cachoeira e Lajeado Jaca.

Figura 9: Presença de arroio nas propriedades.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A partir dessas características se entende a reprodução e a manutenção dos agricultores familiares camponeses no espaço rural, os quais apresentam novos arranjos no que se refere à organização produtiva, pois estão condicionados tanto a fatores internos da unidade produtiva, quanto aos fatores externos de configuração da sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, entende-se que esta forma social de produção na agricultura ocupa um lugar importante na sociedade e na economia brasileira. Se partirmos da diversidade espacial como a característica principal da realidade agrária do Brasil, fica evidente que existe, historicamente, um rural diferenciado em contextos regionais.

Considerações Finais

Sabe-se que no debate sobre o futuro da agricultura familiar alguns pensadores e estudiosos do tema afirmavam o desaparecimento da pequena propriedade de caráter familiar camponês e presença hegemônica de empresas agrícolas capitalizadas e produtivas. Essa justificativa encontra-se fundamentada em critérios apenas de caráter econômico que negligenciam elementos de ordem social, cultural e ambiental.

Para alcançar os objetivos deste trabalho, foram utilizados dados e informações secundárias acerca dos estabelecimentos familiares e das características físicas (mapas de solos, vegetação e hidrografia) e dados primários obtidos através da realização de

entrevistas junto às famílias de agricultores que residem no distrito de Santa Teresinha, Palmeira das Missões/RS.

Nesta pesquisa adotaram-se as contribuições do método sistêmico, pois esta abordagem serviu para uma melhor definição da pesquisa e também para delinear com maior exatidão o objeto de estudo. A análise integrada dos elementos presentes nos sistemas agrários constituiu uma metodologia adequada para a elaboração de diagnóstico socioeconômico e ambiental dos sistemas agrários da agricultura familiar camponesa da área pesquisada.

O sistema agrário é produto da história de uma sociedade rural, onde se formam as paisagens, a economia local, as relações de sociabilidade ligadas ao modo de ocupação do meio rural. Por isso, estudar a evolução dos sistemas agrários torna possível compreender o seu funcionamento atual e inferir sobre suas tendências no futuro, pois a análise do passado define o caminho para explicar o presente, reforçando a capacidade para prever o futuro. Enfim, com o tempo, toda agricultura se transforma. Em dada região do mundo podem suceder-se espécies de agricultura completamente distintas, que constituem as etapas de uma ‘serie evolutiva’ característica da história dessa região. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 44).

As famílias entrevistadas dedicam-se, principalmente, a agricultura, que se tornou a base da reprodução social, combinando a produção de alimentos para o autoconsumo com a produção para o mercado, esta última representada pela produção de erva mate, leite e soja, as quais abastecem para as agroindústrias da região. Entre as estratégias produtivas destaca-se o sistema agrário que concilia a extração da erva mate com sistemas de cultivos agrícolas diversificados e de criação animal. Além disso, esses agricultores familiares camponeses recorrem a outras atividades, além das agrícolas, a fim de garantir a formação da renda familiar, demonstrando a presença do fenômeno da pluriatividade na área estudada.

Entretanto, mesmo que os ingressos monetários sejam obtidos de forma diversificada, pode-se afirmar que o trabalho agrícola familiar no interior das unidades produtivas ainda é o principal responsável pela geração de renda.

A agricultura familiar gaúcha passou por profundas transformações sociais, econômicas e produtivas. Estas mudanças alteraram, principalmente, os modos de vida dos agricultores e as suas estratégias de reprodução social e territorial. A agricultura familiar que se assentava na diversificação produtiva, na produção para autoconsumo e na sustentabilidade dos processos produtivos, hoje, em grande medida, se reproduz com

base no mercado de fatores de produção (terra, trabalho e capital), na especialização produtiva, nos cultivos voltados ao mercado e com uma intensa diferenciação socioproductiva entre suas unidades (GAZOLLA, 2009).

Devido ao caráter exploratório em que se enquadra este trabalho, torna-se impossível elaborar, nesse momento, conclusões definitivas a respeito do tema pesquisado. Inclusive, várias foram as questões suscitadas pelo estudo empírico, demonstrando a necessidade de novos aprofundamentos em torno das bases teórico-metodológicas utilizadas em análises dessa natureza. Entretanto, esta pesquisa pretendeu, em suma, aprofundar o conhecimento acerca da produção familiar camponesa na agricultura, especulando sobre o seu futuro e identificando as formas como este segmento social vem se desenvolvendo no interior do sistema capitalista de produção contemporâneo e as especificidades da sua organização espacial.

Referências

- ATKINSON, Rowland; FLINT, John. Accessing Hidden and Hard-to-reach Populations: Snowball Research Strategies, **Social Research Update**, Guildford, n. 33, 2001.
- BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, ano 9, jul./dez. 2001.
- CORONA, Hieda M. P e FERREIRA, Angela D. D. As estratégias de reprodução social da agricultura familiar em suas múltiplas inter-relações. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno et al. **Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar**. Curitiba: Ed: UFPR, 2012.
- DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.
- GAZOLLA, Marcio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 85-106.
- MAZOYER, M. & ROUDART, L. **História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Brasília: NEAD/ MDA, São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- PAULILO, Maria Ignez S. O “ser” e o “deveria ser” no conceito da pequena produção. **Anais do XIV Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 1990.
- QUEIROGA, Sistemas Agrários: Expressão das estratégias de reprodução da agricultura familiar na diversidade da região metropolitana de Curitiba. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno et al.(Orgs.) **Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar**. Curitiba: Ed: UFPR, 2012.

RIBEIRO, Veridiana Soares; SALAMONI, Giancarla. A territorialização camponesa no Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 194-217, fev. 2001.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. Conferência ministrada na sessão de encerramento do III Simpósio Internacional de Geografia Agrária. In: PAULINO, Eliane Tomiasi (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: uma análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996. p. 1-21.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. In: WANDERLEY, M.N.B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 185-200

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro – AS-PTA, 2009, p. 33-45.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

AS “COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA” (CSA) COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SÓCIO- ECONÔMICA DO CAMPESINATO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Djalma Nery Ferreira Neto¹ (CENA/USP – ESALQ); Eduardo Michalichen Garcia²
(UFSCar)

djalma@veracidade.eco.br; edumgarcia@gmail.com

GT 4 – Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

RESUMO

O presente artigo visa contextualizar historicamente o surgimento das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), e apresentar um panorama de seu desenvolvimento, com ênfase para o caso do estado de São Paulo. Frente a reestruturação produtiva do agronegócio, a agricultura familiar camponesa brasileira vem adotando estratégias de reprodução econômica e social inspiradas em experiências internacionais. As CSAs baseiam-se na prática e nos conceitos de cooperativismo e economia associativa, originários de países norte americanos, europeus e do Japão. O modelo de CSA pode ser visto como uma estratégia de reprodução do campesinato, garantindo a permanência no campo e a obtenção de uma renda estável aos pequenos produtores, e, por isso, opõe-se frontalmente à lógica do agronegócio. Trata-se de um grupo de pessoas comprometido em financiar a produção agrícola, pagando previamente aos produtores uma quantia suficiente para cobrir todas as suas despesas pessoais e os custos de produção. Em seu funcionamento podemos identificar benefícios mútuos e responsabilidades recíprocas entre dois atores sociais, produtores e consumidores (comumente chamados de ‘coprodutores’ dentro das CSAs), associados em uma comunidade. Para o desenvolvimento deste trabalho, iniciamos por situar o agronegócio e sua relação com o campesinato brasileiro. Então partimos para uma revisão bibliográfica sobre o modelo CSA, ilustrando seu funcionamento e panorama global. Apresentamos dados e reflexões sobre o caso brasileiro, com enfoque ao estado de São Paulo, descrevendo brevemente a

1 Djalma Nery Ferreira Neto é graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara (2011) e mestrando no Programa Interunidades de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada (PPGI - EA) – ESALQ/CENA/USP.

2 Eduardo Michalichen Garcia é graduando em Engenharia de Produção pela UFSCar – campus São Carlos

‘CSA São Carlos’, grupo constituído por cerca de 50 consumidores, em operação desde o ano de 2013. Por fim, buscamos, na história e na literatura, algumas das principais referências conceituais das CSAs.

Palavras chaves: Agricultura familiar, estratégias de reprodução do campesinato, CSA, economia associativa

INTRODUÇÃO

Cerca de um quarto de toda movimentação financeira nacional deriva da agropecuária e da agricultura (IBGE, 2006), segundo se observa na análise da composição do Produto Interno Bruto brasileiro, o que demonstra o enorme potencial de produção de riquezas e valores oriundo do campo.

Podemos afirmar que os modos de produção agrícola estão cindidos; polarizados, principalmente, em dois grandes campos antagônicos, representados, por um lado, pelo agronegócio e, por outro, pela agricultura familiar camponesa, à qual as CSAs se integram.

Com relação ao agronegócio, legitima-se frente a opinião pública a partir do discurso de que é o único capaz de produzir alimentos em escala suficiente para alimentar a população mundial; e de que, no Brasil, é o grande responsável por gerar riqueza e movimentação financeira. Trata-se de duas informações imprecisas.

Sobre isso, é oportuno explicitar as limitações de um indicador quantitativo como o PIB ou o PIB per capita para aferir riqueza social (LUTZENBERGER, 1980). O PIB de um país não leva em consideração a distribuição deste 'produto' gerado; não se preocupa com 'o que' ou 'como' tais valores foram produzidos. Assim, uma guerra que assola milhões de seres humanos, sob a ótica do PIB, pode resultar em excelentes resultados econômicos comprovados pelas movimentações financeiras de um país. Da mesma forma, um modelo de produção agrícola baseado em desemprego via mecanização do campo; utilização de pesticidas e adubos químicos; na centralidade dos grandes latifúndios; e na expulsão dos camponeses e povos originários de suas terras, é considerado um grande benefício à nação, por gerar riqueza. O que não se discute é que tal riqueza jamais é distribuída, e tampouco revertida em benefícios sociais de qualquer natureza. Tal modelo agrícola é o que podemos identificar como agronegócio.

O termo 'agronegócio' foi recentemente introduzido no léxico brasileiro, como tradução do conceito '*agrobusiness*' desenvolvido pelos pesquisadores John Davis e Ray Goldberg (1957). A época, apresentou-se o conceito como

a soma total de todas as operações envolvendo a produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção dentro da fazenda; o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e dos itens produzidos a partir deles

Porém, não podemos deixar de frisar que faltam diversos elementos constituintes do agronegócio na formulação de seu conceito, o que dificulta o entendimento de consequências intrínsecas a tal forma de organização da produção. Preferimos estender sua concepção:

Observe-se que o agronegócio (...) é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do Estado. Essa associação persegue estrategicamente a captura do lucro multissetorial (medido pelo produto do agronegócio) e da renda fundiária capitalizada, que é ligada a um efeito riqueza, típico do arranjo fundiário nacional (...) Ora, o agronegócio brasileiro não significa apenas relações técnicas modernas, como querem nos fazer crer os seus ideólogos, mas também arranjos ocupacionais e fundiários profundamente atrasados, em termos de relações sociais e de exploração ambiental. Daí que expandir o agronegócio brasileiro é também expandir e reproduzir grilagem de terras, subemprego rural (a agricultura de subsistência desprotegida) e desequilíbrio ambiental. Isto tudo ocorre de maneira integrada (DELGADO, 2006)

Assim, temos elementos para afirmar que o agronegócio é um modelo que integra e intervém sobre a conjuntura política, econômica e social brasileira, favorecendo sua continuidade e manutenção por meio das inúmeras influências e

espaços que hegemoniza, ditando rumos para as mais diversas áreas, constituindo-se enquanto projeto de sociedade, com reflexos totalizantes. Um exemplo dessa relação entre Estado e agronegócio materializa-se no Plano Safra que, em sua edição mais recente (2014/2015), injeta diretamente no agronegócio brasileiro – por meio de crédito, financiamento e isenções – a quantia de 156 bilhões de reais (BRASIL, 2014), favorecendo este ciclo de acúmulo de poder. No polo da iniciativa privada, os dados apontam que cerca de 20 grandes empresas comercializam insumos e articulam a distribuição de tudo que é produzido nas quase 6 milhões de unidades agrícolas existentes em território brasileiro (NUNES, 2007; IBGE, 2006), controlando e centralizando as movimentações financeiras do setor. Falamos de multinacionais bilionárias como Bunge, Cargill, Monsanto e ADM, focadas no processamento, distribuição e fornecimento de insumos para a produção agrícola (DALMAGRO; VENDRAMINI, 2011). No entanto, a maior parte dessa grande cadeia produtiva do agronegócio não resulta nem em alimentos na mesa da população, nem em geração de emprego e renda. A maior parte da produção (majoritariamente grãos – soja e milho – e cana) é exportada para manufatura de ração animal e/ou outros produtos diversos, constituindo-se naquilo que convencionou-se chamar de *commodities*, ou seja, mercadoria em forma de produtos de origem primária, comercializada em centros financeiros mundiais (ELIAS, 2012; ALTIERI, 2012).

Em contrapartida, as estatísticas demonstram que é a agricultura familiar a verdadeira responsável pela maior parte da produção dos gêneros alimentícios que abastecem a população brasileira: cerca de 70%, a despeito de possuírem a menor fração de terra em comparação com o agronegócio, apenas 24% (IBGE, 2006).

Esmagados entre uma política pública que não os favorece, e um mercado que os coage a aderir à lógica do agronegócio – arrendando terras e adotando um pacote tecnológico predeterminado –, parte dessas famílias camponesas vêm buscando outras formas de atuação e estratégias de reprodução socioeconômica, ligadas à auto-organização e/ou aos movimentos sociais de luta pela terra e de agroecologia, tais como MST, Via Campesina, CONTAG, entre outros. Tal conjuntura abre espaço para penetração de novos paradigmas de produção, comercialização e consumo, implementados de forma experimental em diversas regiões do mundo, inspirados em noções de cooperativismo, comércio justo, economia solidária, etc. O intuito de tais propostas, em geral, é a superação total ou pontual da submissão camponesa a um modo de produção agrícola dominante e suas consequências, melhorando as condições de vida

no campo (e, conseqüentemente, nos espaços urbanos), gerando emprego e renda, proporcionando saúde, distribuição de recursos e justiça social (ALTIERI, 2012).

Dentre inúmeras propostas e modelos contra-hegemônicos de produção, comercialização e consumo de produtos agrícolas, o presente artigo busca apresentar as CSAs, ou, Comunidades que Sustentam a Agricultura, como são conhecidas no Brasil. Trata-se de um modelo de relação e organização entre produtores e consumidores de gêneros alimentícios proposto em 1985 por dois agricultores biodinâmicos³ nos Estados Unidos.

No presente artigo, traçaremos um caminho que se inicia pela conceituação e contextualização das CSAs de uma maneira geral, situando os leitores neste universo a nível mundial, com ênfase ao caso brasileiro e, mais especificamente, ao estado de São Paulo. Na sequência, traremos breves detalhes acerca da CSA São Carlos, iniciativa estabelecida em finais de 2013, que, no presente momento, conta com aproximadamente 50 membros consumidores apoiando uma família de agricultores familiares locais. Por fim iremos apresentar os principais referenciais teóricos, revisando os pensamentos fundantes desta prática, expressos, principalmente, pela concepção econômica de Rudolf Steiner no livro “Economia Viva” (2006) e, mais tarde, pelos trabalhos de Trauger Groh e Steven MacFadden sistematizados no livro *'Farms of Tomorrow Revisited'*, lançado em 1997.

AS COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA

As CSAs são um modelo de organização social baseado no fortalecimento de vínculos entre agricultores e consumidores. Trata-se de uma experiência de aproximação direta entre aqueles que produzem e aqueles que consomem, geradora de fluxos econômicos permeados por uma ética de estímulo a fraternidade e a solidariedade entre as partes – valores considerados subversivos nos marcos de um sistema cuja reprodução baseia-se em competição e individualismo. Uma CSA é uma experiência inspirada no conceito de ‘economia associativa’ do austríaco Rudolf Steiner (2006), onde o bem-viver dos membros da comunidade passa a ser o objetivo comum.

3 A agricultura biodinâmica faz parte do universo da antroposofia, ciência proposta por Rudolf Steiner no início do século XX. Trata-se de um ramo da agricultura ecológica que se preocupa com a fertilidade dos solos e a produção agrícola, considerando a terra de cultivo como um ser vivo, e a influencia dos astros sobre os ciclos de plantio.

Em termos concretos, um grupo de consumidores (também chamados coprodutores) financia um agricultor com pagamentos mensais prévios, e recebem, semanalmente, uma cesta de alimentos em um determinado ponto de distribuição para retirada (comumente chamado depósito), que pode ser na propriedade rural, em uma casa, associação, escola, comércio, ou, em alguns casos, os membros podem receber a cesta em suas residências.

O diferencial reside no fato de que as pessoas não escolhem, individualmente como em um supermercado, os itens que receberão. Ao fazer parte de uma CSA todos compreendem a sazonalidade, as intempéries e imprevistos inerentes à atividade agrícola, aceitando as cestas e suas eventuais variações quantitativas e qualitativas com naturalidade.

Um orçamento anual é construído e aprovado coletivamente pela totalidade dos membros de uma CSA, que se organizam em assembleias e espaços democráticos e participativos. A proposta é cobrir não apenas os custos de produção dos alimentos, mas proporcionar aos agricultores familiares a dignidade e a estabilidade que o agronegócio e a lógica de expansão do capital não permitem. Assim, são contabilizados valores que correspondem à qualidade de vida dos produtores, em amplo aspecto, e divididos no orçamento anual pelos membros da comunidade.

Com esta ‘segurança’, as famílias camponesas podem se dedicar exclusivamente à trabalhosa tarefa de produzir alimentos saudáveis, em modelo agroecológico (ou mesmo biodinâmico).

Uma CSA é capaz de operar profundas transformações na cosmovisão de seus membros, que, mediante sua participação na comunidade, se veem levados a repensar uma série de automatismos e paradigmas atrelados às relações mercantis convencionais às quais estamos sujeitos, e que constroem as subjetividades dos indivíduos. A superação da forma mercadoria como mediadora das relações humanas é uma das principais questões, pois, em uma CSA, os membros não pagam por um produto, mas apoiam uma atividade cujos frutos não estão exatamente determinados a priori. As CSAs exibem (e valorizam) aquilo que a forma mercadoria oculta: o trabalho e os trabalhadores por trás dos bens produzidos.

A sigla CSA origina-se do inglês ‘*Community Supported Agriculture*’, cunhado na década de 1980 por dois agricultores biodinâmicos europeus: o suíço Jan Vander Tuin e o alemão Trauger Groh. No Brasil, foi traduzida como ‘Comunidade que Sustenta a Agricultura’. Anteriormente às CSAs nos EUA, o Japão, devido ao seu

particular momento histórico e uma eventual crise camponesa, já havia desenvolvido, nos anos 1970, essa mesma proposta de associação entre produtores agrícolas e consumidores (sem contudo reivindicar os trabalhos de Steiner e as teorias da ‘economia associativa’).

Em síntese, as CSAs representam uma relação entre agricultores e a comunidade local, na qual as responsabilidades, riscos e benefícios da produção são divididos entre todos, fazendo assim com que os agricultores tenham segurança em sua produção e os consumidores tenham acesso direto a alimentos saudáveis, frescos e a preços acessíveis.

CSA NO MUNDO

Segundo Darolt (2012) esta forma de comercialização denominada CSA nos países de língua inglesa, recebe diferentes denominações ao redor do mundo:

- *Association pour le Maintien de l’Agriculture Paysanne* (Associação para Manutenção da Agricultura Camponesa – AMAP) na França;
- *Agriculture Soutenue par la Communauté* (Agricultura Sustentada pela Comunidade – ASC) em Québec, Canadá;
- *Teikei* – no Japão;
- *RECIPROCO* – em Portugal;
- *Landwirtschaftsgemeinschaftshof*, na Alemanha;
- *Andelslandbruk*, na Noruega;
- *Gruppi di Acquisto Solidale (GAS)*, na Itália;
- *Pergola*, na Holanda;
- *Agricultura de Responsabilidade Compartida (ARCO)*, na Espanha.

Observa-se, portanto, a mundialização da experiência das CSAs, que, a despeito das múltiplas denominações que adotam nas distintas nações, mantém a essência do associativismo direto entre produtores e consumidores e a lógica de comprometimento que os vincula, para além de compras pontuais, na formação de comunidades. A partir dessa conjuntura, torna-se relevante o surgimento de uma rede mundial de CSAs chamada Urgenci. Esta rede atualmente pode ser acessada por meio de um portal disponível na internet, onde estão centralizadas informações de diversos países em que

existem grupos por eles caracterizados genericamente de LSPPCs (*Local Solidarity-based Partnerships between Producers and Consumers*). Segundo se encontra descrito no site, a missão desta rede mundial é: “reunir cidadãos, pequenos agricultores, consumidores, ativistas e atores políticos envolvidos em nível global por meio de uma abordagem econômica alternativa chamada: parceria local baseada em solidariedade entre produtores e consumidores (LSPPCs)”. Para eles, “Esta seria uma maneira de manter e desenvolver a **agricultura orgânica em pequena escala** e alcançar **soberania alimentar local** para cada região e comunidade ao redor do mundo”⁴.

Fazer uma estimativa do número de CSAs é uma tarefa difícil, pois, em muitos casos, as iniciativas não tem relacionamento direto com instituições (McFadden, 2012). Segundo Parot (2014), uma primeira tentativa de se fazer um censo de mundial foi realizada pela Urgenci nos últimos 4 anos. Em consulta à rede podemos obter as informações relacionadas na tabela abaixo, as quais acrescentamos informações relativas ao Brasil:

LOCALIDADE	GRUPOS	CONSUMIDORES	PRODUTORES	FONTE
Africa	9	543	35	Parot (2014)
América do norte	7103	409700	7100	Parot (2014)
Canada (Quebec)	103	9700	100	Parot (2014)
EUA	7000	400000	7000	Parot (2014)
América do sul	9	2000	6	Ferreira Neto et al (2015)
Brasil	9	2000	6	Ferreira Neto et al (2015)
Ásia	1514	176600	1876	Parot (2014)
China	500	75000	500	Parot (2014)
Índia	4	600	576	Parot (2014)
Japão	1000	100000	700	Parot (2014)
Coreia do Sul	10	1000	100	Parot (2014)
Europa	2939	330730	3999	Parot (2014)
Inglaterra	140	24000	100	Parot (2014)
Europa oriental	51	3600	51	Parot (2014)
França	1600	180000	3000	Parot (2014)
Alemanha	80	16000	80	Parot (2014)
Itália	1000	100000	700	Parot (2014)
Espanha (País Basco)	30	100	30	Parot (2014)
Suíça	38	7030	38	Parot (2014)
Total	11574	919573	13016	

Tabela 1 – Quantificação mundial dos grupos de CSA/LSPPC ao redor do mundo

Segundo Parot (2014), o crescimento do número de CSAs estaria correlacionado ao surgimento de uma classe média, formada por indivíduos com renda comparável a média nacional. Estes indivíduos assumem valores, autodeterminações e estilos de vidas similares. Por exemplo, segundo Shi et al (2011), na China essa classe média é constituída por um grupo socialmente próspero, com elevado grau de cultura e

4 Disponível em: <<http://urgenci.net/the-network/>>. Acesso em 20 mai 2015.

qualidade de vida, e com sentimentos de aprovação dos valores convencionais estabelecidos socialmente. Ainda segundo Shi et al, evidências também sugerem que os consumidores estão dispostos a pagar quantias maiores por produtos que cumprem as normas ambientais básicas (Ibid.). Os resultados de uma pesquisa recente em Pequim mostram que os membros apoiam premissas gerais da CSA, e esboça um retrato da evolução das condições econômicas, mudando os valores de consumo, e uma identificação cada vez maior de bem-estar ambiental com a saúde humana.

Com relação às CSAs francesas – chamadas AMAPs – Parot (2014), afirma que

o nascimento do movimento AMAP, e seu crescimento exponencial durante os anos de 2001-2008, deve ser entendido como a confluência entre dois movimentos: o movimento de camponeses do lado dos agricultores, e o movimento consumo crítico pelos consumidores.

Em artigo intitulado '*Amap, the French CSA Model :Business as usual or Social Movement?*', Parot (2014) reporta a atuação de deputados no sentido de taxar as AMAPs, alegando que as mesmas constituíam-se enquanto empresas, gerando lucro e, como tais, deveriam pagar os devidos impostos. No entanto, é sabido que as AMAPs não recebem qualquer comissão ou outro recurso dos agricultores e consumidores; nada que possa se configurar em lucro ou vantagem econômica. O que se materializa aí de maneira didática, em um país onde o modelo avançou com grande relevância, disputando com poderes hegemônicos estabelecidos, é o que poderíamos chamar de 'luta de classes', com a política institucional francesa a serviço de uma classe dominante, buscando cercear os avanços de uma iniciativa descentralizadora e que empodera a agricultura familiar camponesa.

NO BRASIL

No Brasil, a literatura aponta que o grupo pioneiro a trabalhar com o modelo de 'agricultura apoiada pela comunidade' estabeleceu-se em 1997, em Fortaleza, por meio da fundação da Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica (ADAO), que pode ser considerada como a primeira CSA de que se tem registro (YAMAMOTO, 2006; DAROLT, 2012). Ao longo dos anos, no entanto, o grupo

cearense passou por uma série de etapas e reformulações, configurando-se hoje mais próximo do formato 'feira'. A ADAO tem uma experiência rica e repleta de aprendizados – material de estudo obrigatório para os que possuem interesse em conhecer e se aprofundar no universo das CSAs. Acompanhando sua trajetória, e no sentido de interesse do presente artigo, podemos dizer, no entanto, haver se tratado de uma experiência pontual e localizada.

Foi só mais tarde, que o modelo de CSA emergiu enquanto um projeto coletivo no Brasil, com vistas a multiplicar-se e ganhando corpo em número de participantes e território. Foi com a fundação da CSA Demétria, no ano de 2011, em Botucatu, vinculada à comunidade antropológica Estância Demétria, que esse novo ciclo se iniciou. Desde então, outros grupos surgiram, majoritariamente no estado de São Paulo, onde hoje existem 6 grupos plenamente ativos, atendendo a 9 cidades do estado. Outro fato relevante foi a criação de uma rede de CSAs chamada 'CSA Brasil', formalizada em 2014, que, conforme informa em seu site oficial “visa ajudar na criação de novos projetos de CSA e também articular e auxiliar os projetos de CSAs já existentes, formando uma rede entre todos os projetos”⁵.

Utilizamos a figura 1 para ilustrar a distribuição geográfica dos grupos no estado de São Paulo:

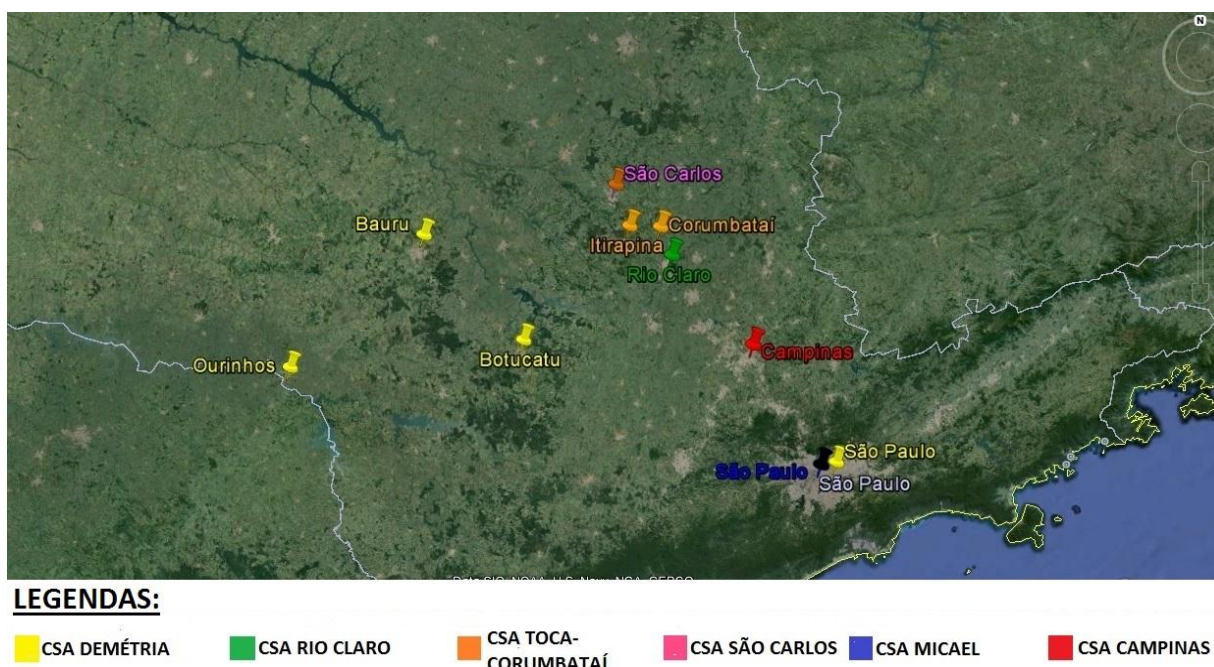


Figura 1 – Localização das CSAs no estado de São Paulo (FERREIRA NETO et al, 2015)

5 Disponível em: <www.csabrasil.org>. Acesso em: 13 mai 2015

Com relação ao número de pessoas diretamente envolvidas e a quantidade de recursos mobilizados pelas CSAs em São Paulo, apresentamos a tabela 2:

CSA	Número de Cotas	Valor Mensal / Cota	TOTAL \$ Movimentado pela CSA - Mensalmente	TOTAL \$ Movimentado pela CSA - Anualmente
CSA São Carlos	47	R\$ 80,00	R\$ 3.760,00	R\$ 45.120,00
CSA Demétria	327	R\$ 68,00	R\$ 22.236,00	R\$ 266.832,00
CSA Micael	49	R\$ 97,00	R\$ 4.753,00	R\$ 57.036,00
CSA Campinas	50	R\$ 83,00	R\$ 4.150,00	R\$ 49.800,00
CSA Toca-Corumbataí	120	R\$ 90,00	R\$ 10.800,00	R\$ 129.600,00
CSA Rio Claro	13	R\$ 60,00	R\$ 780,00	R\$ 9.360,00
TOTAL	606		R\$ 46.479,00	R\$ 557.748,00
*Média de pessoas envolvidas nas CSAs em SP	2.000			

*Cálculo feito com base nas estimativas do IBGE, 2010 (3,3 pessoas por família)

Tabela 2 – Potencial econômico das CSAs em SP (FERREIRA NETO et al, 2015)

Note-se que, em termos globais, trata-se de uma pequena quantia quando comparada ao agronegócio que, no ano de 2013, movimentou 213 bilhões de reais a nível estadual (FIESP, 2014). Porém devemos considerar a breve história das CSAs, que, mesmo na incipiência de seu desenvolvimento, é capaz alcançar diretamente mais de duas mil pessoas em São Paulo, e mobilizar aproximadamente meio milhão de reais por ano.

Dessa forma, as CSAs tendem a crescer e avançar nessa 'disputa de mercado' posta. Isso porque a 'cadeia produtiva' das CSAs, a montante e a jusante do processo agrícola em si – ou seja, na constituição de seus insumos e na distribuição daquilo que produz – não se associa aos 'pacotes', preestabelecidos pelo agronegócio brasileiro, pois realiza manejo orgânico, com ciclagem de nutrientes; cobertura morta e utilização de caldas naturais para combate a pragas, etc; e, no tocante à distribuição, organiza circuitos paralelos, para além de supermercados, CEASAS e grandes centros comerciais que se apropriam do valor gerado pelo trabalho rural. Isso faz com que as CSAs constituam-se enquanto uma prática contra-hegemônica de associação direta entre produtores e consumidores, pautada por uma ética distinta da ética dominante, capaz de fortalecer a criação de novas estruturas sociais e possibilidades de relação humana. Uma de suas táticas centrais é a disputa de mercados, pois, como vimos antes, o agronegócio legitima-se, principalmente, pela movimentação financeira e 'riqueza' que proporciona, e que o coloca em condição de influir e intervir em outras áreas da sociedade, ditando regras e caminhos.

Dessa forma as CSAs podem ocupar um papel de destaque, reconfigurando as relações cidade-campo e transformando positivamente as condições de vida do agricultor familiar camponês que, inserido em uma nova dinâmica de valorização do trabalho e da produção de alimentos, escapa ao trágico caminho que o agronegócio impõe aos pequenos produtores brasileiros.

Os consumidores, por sua vez, encontram uma alternativa alimentar saudável, com garantia de origem, fugindo da elitização do mercado orgânico e dos preços abusivos que vem se estabelecendo enquanto um nicho de mercado de luxo para as classes abastadas. As CSAs proporcionam alimento saudável a um preço justo, e, em vários casos, inclusive, considerando formas de acesso social não monetário, por meio da concessão de bolsas de participação em troca de trabalho para aqueles que não possam pagar a cota mensal – caso da CSA São Carlos, que estabeleceu política de comportar, no mínimo, 10% de bolsistas entre os membros coprodutores. Ou seja: a cada dez membros pagantes, pelo menos uma pessoa que não possa pagar pela cota mensal tem a possibilidade de trocar seu pagamento por auxílio no campo.

CSA EM SÃO CARLOS

A partir de observação participante (uma vez que os autores são também fundadores da CSA em São Carlos) apresentamos algumas informações específicas a este respeito, em caráter introdutório, frisando que um estudo de caso detalhado desta CSA demandaria um trabalho específico, dada a riqueza de informações disponíveis em gravações, registros de reuniões, banco de dados da gestão da comunidade, etc, e as reflexões possíveis a partir daí, o que aponta para a formulação de trabalhos futuros a este respeito.

Atualmente, a CSA São Carlos apoia uma família de agricultores familiares, composta por Clemente e Mariana e seus filhos Adinalsa e Joaquim, que tem suas origens no trabalho camponês em alternância com trabalho assalariado e outras formas de trabalho autônomo. A alternância entre o trabalho camponês e o assalariamento rural têm como plano fundante a busca pela estabilização na terra. Se em determinados momentos de sua trajetória, a família detinha a propriedade da terra, em contraposição não conseguia renda por meio da comercialização de sua produção agrícola, sendo obrigada a buscar emprego assalariado. Entretanto o retorno a sua situação de trabalho camponês é recorrente, marcada pelo endividamento em financiamentos formais e

informais, intoxicação pelo uso de agrotóxicos e as dificuldades de comercializar os produtos agrícolas.

A cerca de nove anos a família arrendou o Sítio Centenário, onde se encontra hoje, em São Carlos produzindo para a CSA local. Entre os anos de 2011 e 2012, Clemente sofreu intoxicação por uso de agrotóxicos fazendo sua aplicação no cultivo de tomate. Em 2012 Adianalsa e Clemente foram convidados a participar do curso Olericultura Orgânica realizado pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Foi durante o ano de 2012 que se inicia a observação dos autores sobre o trabalho da família de agricultores, pois se trata da ocasião onde se conheceram.

Em finais de 2012 a família de agricultores encontrava dificuldades para comercializar seus produtos e continuar a produzir com regularidade, uma vez dividia sua força de trabalho entre produção e comercialização em feiras, para gerar renda.

No fim de 2013, após a busca por alternativas de comercialização da produção agrícola da família, os autores (que haviam tomado contato com as propostas da CSA após a participação em um congresso de agroecologia realizado em Araras), juntamente com o engenheiro agrônomo Richard Charity realizaram uma palestra de sensibilização para consumidores para iniciar uma CSA em São Carlos.

O grupo se iniciou com cerca de 30 membros consumidores, em dezembro de 2013, em plena seca histórica, com as cestas sendo retiradas a partir de fevereiro de 2014, na sede da Associação Veracidade, organização da sociedade civil articuladora da comunidade e que cedeu seu espaço como depósito para distribuição das cestas.

Hoje, após um ano meio de funcionamento da CSA São Carlos, pode se observar uma regularidade da renda da família de agricultores, a despeito das dívidas contraídas nos últimos anos (para, por exemplo manutenção de automóvel e trator).

Ainda é interessante observar que um dos pontos de maior gargalo na produção desta família, a força de trabalho, atualmente é provida por seis bolsistas da CSA São Carlos, que se dedicam quatro horas semanais cada, em troca de sua cota na retirada semanal de alimentos. Dada a forma como é atendida a demanda, em entregas semanais, a família não necessita despender tantas horas para comercializar como necessitava nas feiras.

Conforme a CSA paga os custos de produção da família no sítio e esta gera excedentes de produção que não são absorvidos pela demanda da CSA, estes excedentes são enviados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Carlos, onde, por meio

do PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar), são comercializados e revertidos em receita à comunidade.

Aproximadamente 50 membros consumidores compõe a comunidade, gerando uma receita de quase 4 mil reais mensais a família de agricultores vinculada ao projeto.

AGRICULTURA APOIADA PELA COMUNIDADE E A 'ECONOMIA ASSOCIATIVA' DE RUDOLF STEINER

Para proporcionar melhor entendimento sobre as origens das CSAs, acreditamos ser importante nos atentarmos a uma obra conceitualmente fundante desta prática, marco para sua existência. Trata-se de uma obra chamada “Economia Viva” (STEINER, 2006), composta por 14 conferências proferidas por Rudolf Steiner em Dornach, na Suíça, entre 24 de julho e 6 de agosto de 1922, para estudantes de economia, mais tarde editada em livro. Estas palestras reúnem as bases filosóficas e conceituais do que mais tarde seria desenvolvido de formas mais concretas, conforme veremos com mais detalhes adiante, a partir de um segundo referencial importante. Destacamos a centralidade do conceito de 'economia associativa' cunhado por Steiner, e que possui reflexos profundos na constituição das CSAs.

Na obra citada, Steiner expôs a base de seu pensamento econômico, analisando a conjuntura global e apontando perspectivas e caminhos possíveis para a superação dos principais dilemas contemporâneos (que, diga-se de passagem, quase 100 anos depois, continuam atualíssimos). Steiner foi o fundador de uma proposta científica que batizou antroposofia⁶. Seu propósito era estabelecer caminhos e critérios replicáveis para aquisição de sensibilidade e conhecimento, podendo ser comprovados seus resultados por meio de experiências práticas e amplas, sem afiançar-se em referenciais subjetivos ou particulares (RICKLI, 2010).

Tal questão é competentemente discutida e elaborada no artigo “O desafio da relação acadêmica com a obra de Rudolf Steiner”, de Ralf Rickli, estudioso e tradutor de Steiner no Brasil. Rickli aponta que a tensão existente entre os critérios de

6 - Antroposofia é o nome que Rudolf Steiner atribuiu à sua ‘Ciência Espiritual’, após romper com outros movimentos místicos e filosóficos europeus dos quais participou ao longo de sua vida, tais como a Teosofia. A antroposofia é o ponto de aglutinação de várias teorias e práticas propostas por Steiner em diversos campos da vida e da existência humana dos quais tratou.

cientificidade e o pensamento de Rudolf Steiner constitui-se enquanto oportunidade para compreender e enfrentar certas limitações historicamente construídas na formação da escolástica e da ciência analítica formal. Ele se baseia mormente no fato de que a

antroposofia *não* é crença, e sim uma modalidade de ciência - ciência do espiritual, porém ciência. Assim, afinal, a definiu Rudolf Steiner na quase totalidade de suas obras: *Geisteswissenschaft* (Rickli, 2010, p. 3)

No presente trabalho, no entanto, nos debruçamos sobre a faceta economista de Steiner, expressa principalmente em seu livro “*Aufgaben einer neuen Wirtschaftswissenschaft, Bd.1, Nationalökonomischer Kurs*”, que reúne as 14 conferências de 1922, tendo sido publicado apenas no início dos anos 1930 e, cuja tradução literal seria: “As tarefas da nova ciência econômica, volume um: curso de economia nacional”. No Brasil, a primeira tradução, no entanto, chegou apenas nos anos 90, sob o título “Economia Viva: O mundo como organismo econômico único”. Neste livro está contida a base conceitual das teorias de Steiner sobre a configuração econômica mundial; seu desacordo com as teorias econômicas em voga na época; e também proposições concretas no sentido de reorganizar a economia humana a partir de outros parâmetros.

Buscando sintetizar as principais contribuições de Steiner ao campo econômico poderíamos dizer que ele busca uma transição do individualismo à economia mundial: encarando o mundo como um organismo único, apresentando uma **leitura global da realidade**; afirma que fronteiras nacionais dificultam uma compreensão totalizante e ampla da economia tal como deveríamos concebê-la. Ele afirma que “(...) não podemos prescindir da compreensão do organismo social como um todo” (STEINER, 2006, p. 18). Para isso, devemos entender o **caráter orgânico da economia**, em constante movimento, avesso a generalizações e cristalizações rígidas. Além disso, frisa a importância de que **a economia seja pensada desde dentro**, e não com o economista enquanto observador ‘alheio’ ao que ocorre. Diferente de outras ciências, onde podemos estudar fenômenos dos quais não necessariamente somos parte integrante, ele lembra que “o característico dos processos econômicos é que nos encontramos dentro deles. Devemos, pois, estudá-los a partir de dentro” (Ibid., p. 43)

No tocante ao termo 'economia associativa', que ele desenvolve, é importante frisar que Steiner apresenta um rechaço com relação às duas formas de poder majoritariamente postuladas à época. Não aceita o discurso liberal de auto-regulação do mercado e da livre concorrência; tampouco se identifica com o horizonte 'estadocêntrico', onde a economia seria regulada por uma figura central e soberana manifesta através do Estado. Como resolução à este 'dilema' é que apresenta as **associações**, organismos com 'senso de comunidade' onde se reuniriam em um mesmo espaço deliberativo e decisório produtores, consumidores e comerciantes, decidindo os rumos do processo econômico no qual estão inseridos a partir de uma visão totalizante. Tal proposição dá origem ao termo 'Economia Associativa', que se conecta conceitualmente à prática da "Agricultura Apoiada pela Comunidade" aqui descrita.

Como resumo esquemático de seu pensamento, oferecido pelo próprio Steiner (Ibid., p. 66), destacamos a seguinte passagem à guisa de síntese de seus conceitos e da inter-relação entre eles:

(...) o valor surge somente pelo trabalho na natureza, quando natureza e trabalho se encontram. E valor surge pelo trabalho, quando este se move em direção ao capital ou ao espírito. E por isso surge a tendência a regressar novamente à natureza. Isso pode ser impedido evitando-se que o capital excedente seja fixado em terras, e sim seja transferido para empreendimentos espirituais livres onde desaparecerá, com exceção de um pequeno resto que deve ser preservado como semente para a manutenção do processo econômico

AS 'FAZENDAS DO AMANHÃ' E AS FAZENDAS DE HOJE

As teorias e propostas econômicas de Steiner materializaram-se de diversas formas ao redor do mundo. A 'economia associativa', aqui, reuniu agricultores, consumidores e grupos de articulação entusiastas de tais mudanças paradigmáticas, dando origem às 'Comunidades que Sustentam a Agricultura'. Tal concretização, se deve em grande parte aos trabalhos e dedicação de Trauger Groh e Steven McFadden autores do livro '*Farms of tomorrow*' publicado pela primeira vez em 1990, nos Estados

Unidos, e, em 1997 republicado, adicionando as experiências acumuladas ao longo dos 7 anos. A nova edição foi batizada *Farms of Tomorrow Revisited*. Considerado um dos livros base para o entendimento dos conceitos que permeiam as fazendas comunitárias; o livro traz inúmeros exemplos mundiais de CSA.

Para entender os conceitos que levaram a criação das CSAs, é importante observar que elas surgem a partir das discussões de agricultores envolvidos com a Associação Biodinâmica, nascida das proposições agrícolas da antroposofia. A partir desta fonte é que tais agricultores formaram valores e conceitos que, hoje, transparecem nas bases ideológicas destas comunidades, ainda que não necessariamente todas elas se refiram a si mesmas como antroposóficas.

Hoje, no Brasil, estima-se que em torno de 7% da população está envolvida com atividades agrícolas (PNAD, 2011), e sabemos que a agricultura familiar tem papel fundamental na alimentação do país (SCHNEIDER, 2003). “Como nossa existência depende principalmente da agricultura, não podemos confiar esta atividade essencial unicamente aos agricultores” (GROH & MCFADDEN, 1997. tradução nossa), já que os mesmos encontram-se cada vez em menor quantidade no campo, como mostram as estatísticas.

Um princípio que rege as CSAs é a questão da produção de um alimento de qualidade livre de agrotóxicos e fertilizantes químicos, que respeite a natureza, que promova a biodiversidade e a saúde do solo, e uma relação justa entre seres humanos. “A motivação pelo lucro não leva a uma produção de alimentos de qualidade.” (GROH & MACFADDEN, 1997. p. 5. Tradução nossa). Para que isso seja viável, as comunidades são criadas entre consumidores e agricultores locais. A aproximação entre estes dois polos auxilia não só na logística (transporte, embalagem, conservação), diminuindo assim gastos, como aumenta a possibilidade de participação dos membros na vida da fazenda, superando um abismo hoje existente entre estas duas partes, e que as condições econômicas atuais fazem com que seja quase impossível transpor. (LAMB, 1994).

Rudolf Steiner traz em seus discursos sobre economia outro elemento importante nos processos econômicos, que é o 'espírito de comunidade'. Na CSA este se torna um elemento essencial, o grau de envolvimento entre consumidores e agricultores gera a disposição necessária para criar novas formas de relação e encontrar soluções criativas para os problemas que surgem ao longo do processo (LAMB, 1994).

Somente desta forma, ou seja, quando uma *razão independente* se fizer valer no processo econômico, é que este poderá ter uma constituição sadia. Isso, porém, não poderá ser alcançado senão por meio da associação de pessoas que realmente tragam em si o processo econômico em imagens, detalhe por detalhe, e — pelo fato de se unirem em associações — completem-se e corrijam-se mutuamente, promovendo assim uma boa circulação nesse processo econômico. Para tal, naturalmente, é imprescindível uma certa disposição de ânimo, se bem que apenas tal disposição de ânimo não seja suficiente. Podem-se inaugurar associações com amplo tirocínio econômico; mas se em tais associações não houver uma certa qualidade, nem o melhor tirocínio adiantará muito. Algo mais deve estar contido nas associações, o que só ocorrerá se sua existência for reconhecida como uma necessidade. Elas deverão ter senso de comunidade, um verdadeiro senso de todo o curso do processo econômico (STEINER, 2006. p. 91)

Concluimos que o desejo de encontrar e estabelecer novas estruturas socioeconômicas está no coração do movimento das CSAs. É necessário que as pessoas envolvidas abram mão de velhos hábitos relacionados a aquisição e consumo de seus alimentos, aceitem as sazonalidades e desenvolvam a tolerância aos imprevistos climáticos. Mudar hábitos não é tarefa fácil, porém extremamente necessária para a criação de novas estruturas de relação social que beneficie a todos. Mas para além de simplesmente mudar hábitos, precisamos estabelecer novas estruturas de decisão e relacionamento, descentralizadas, horizontais e locais. As associações são o horizonte utópico econômico apresentado por Rudolf Steiner em seu 'Economia Viva'; são também a 'célula' básica de funcionamento das Comunidades que Sustentam a Agricultura, que tem se multiplicado ao redor do mundo, e se espalhado no Brasil nos últimos 4 anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo, Rio de Janeiro. Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar 2014/2015**, 2014. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/plano_safra/>. Acesso em 08 mai 2015

DALMAGRO, Sandra Luciana; VENDRAMINI, Célia Regina. **O trabalho no campo e no contexto do MST**. Motrivivência, n. 35, p. 130-146, 2011.

DAROLT, M.R. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

DAVIS, J. H; Goldberg, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University. 1957

ELIAS, Denise. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2012.

FERREIRA NETO, D. N.; AMORIM, J. O. de L.; MOLINA, A. de A.; TORUNSKY, F. **Financiamento da produção agroecológica a partir do modelo de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura): um panorama no estado de São Paulo**. Cadernos de Agroecologia, IX CBA, Belém, 2015 (no prelo)

FIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **PIB do Agronegócio do Estado de São Paulo**. FIESP, 2014. Disponível em: <<http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2014/10/pib-do-agronegocio-do-estado-de-sp.pdf>>. Acesso em: 14 mai 2015.

GROH, Trauger; MCFADDEN, Steven. **Farms of Tomorrow Revisited: Community supported farms, farms supported community**. 1997, Biodynamic farming and gardening association.

HENDERSON, Elizabeth; VAN EN, Robyn. **Sharing the Harvest: A citizen's guide to Community Supported Agriculture**. 2007 , Chelsea Green Publishing Company, White River Junction, Vermont.

DELGADO, José Guilherme , 2006 – Agronegócio. IPEA. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/211/suplec.php>> . Acesso em 10 mai 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 10 mai 2015

LAMB, Gary. **Community Supported Agriculture: Can it Become the Basis for a New Associative Economy?** 1994. Disponível em:

<<http://www.rci.rutgers.edu/~insects/robson/AGECOLOCT28-6.pdf>> Acesso em: 19 mai 2015.

LUTZENBERGER, J. A. **Fim do futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro**. Editora Movimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1980.

MCFADDEN, Steven. **Unraveling the CSA number Conundrum, The Call of the Land**, 2012. Disponível em:
<<http://thecalloftheland.wordpress.com/2012/01/09/unraveling-the-csa-numberconundrum/>>. Acesso em> 10 maio 2015

NUNES, Sidemar Presotto. **O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a idéia de Desenvolvimento Rural**. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, nº157, 2007.

PNAD, 2011. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/sintese_defaultpdf_dados.shtm>. Acesso em: 19 mai 2015.

RICKLI, Ralf. **O desafio da relação acadêmica com a obra de Rudolf Steiner**. Trópis Iniciativas Socio-Culturais. São Paulo, 2010. Disponível em:
<www.tropis.org/biblioteca/steiner-academia.pdf>. Acesso em: 10 mai 2015.

STEINER, Rudof. **Economia Viva - o mundo como organismo econômico único**. São Paulo: Antroposófica, 3a edição, 2006.

YAMAMOTO, A. **Por que continuamos juntos? Reciprocidade, mudança cultural e relações de poder entre o urbano e o rural**. Dissertação de mestrado em sociologia – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

AGRICULTORES FAMILIARES PRODUTORES DE ABACAXI EM MONTE ALEGRE DE MINAS (MG): estratégias de reprodução¹

Alessandra Rodrigues Guimarães (UFG); Vera Lúcia Salazar Pessôa (UFG)
alessandraufu@gmail.com; vspessoa.salazar715@gmail.com

GT 4 - Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

RESUMO

As atividades agropecuárias sempre foram a base da economia do município de Monte Alegre de Minas. No que se refere à produção do abacaxi, a história desse cultivo no município iniciou-se na década de 1940, por um produtor natural de Caicó (RN). Desde então, a produção começou a se expandir no município. A década de 1980 foi o período auge de produção. O município foi reconhecido nacionalmente, como a “Capital Nacional do Abacaxi”, pois tinha uma produção anual de 149 milhões de frutos colhidos. Entretanto, no final da década de 1990, esta produção começou a decair, devido a diversos fatores, como o custo de produção, falta de incentivos, a inserção da cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro, o cultivo da soja e do milho. E, com isso, muitos produtores interromperam o cultivo do fruto, pois estavam obtendo mais lucro plantando outras lavouras, do que com o próprio cultivo do abacaxi. Mesmo apresentando decréscimo na produção, o cultivo de abacaxi em Monte Alegre de Minas causou uma (re)organização produtiva no município. A opção para estudar o município deve-se ao fato de não possuir pesquisa referente à produção de abacaxi pelos agricultores familiares e à reorganização produtiva que está ocorrendo, não apenas pelo cultivo do abacaxi, mas também por novas lavouras como soja, milho e cana-de-açúcar. Desse modo, a presente pesquisa visa compreender as estratégias de reprodução dos agricultores familiares produtores de abacaxi, frente às transformações socioespaciais e econômicas no município de Monte Alegre de Minas (MG), que, mesmo diante de todas as dificuldades, esse grupo ainda resiste, criando novas alternativas de produção, lutando por melhores condições de sobrevivência e de produção.

Curriculum Vitae – Alessandra Rodrigues Guimarães

Possui Graduação (2011) em Geografia na modalidade de Licenciatura e Bacharelado, pela Universidade Federal de Uberlândia/Faculdade de Ciências Integradas do Pontal em Ituiutaba (MG). Mestre em Geografia (2015) pela Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão (GO). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar; modernização da agricultura; assentamentos rurais; políticas públicas.

Curriculum Vitae – Vera Lúcia Salazar Pessôa

Possui graduação em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (1974), especialização em Geografia Humana pela PUC/Minas(1977), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1982) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1989). Atualmente é professora titular do Programa de Pós Graduação em Geografia/UFG/Regional Catalão. Foi professora do PPGEU/UFU de 1997 a 2011. Tem

¹ Este artigo é parte da Dissertação de Mestrado intitulada como “A PRODUÇÃO DE ABACAXI: estratégias de reprodução da agricultura familiar no município de Monte Alegre de Minas (MG)”, defendida no PPGGC-UFG/Regional Catalão (GO) em fevereiro de 2015.

experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos, reforma agrária, conflitos de terra, meio técnico-científico-informacional, modernização da agricultura, políticas públicas, agricultura familiar/agricultura camponesa. Outra área de atuação é Metodologia Científica com ênfase para a pesquisa qualitativa.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a agricultura familiar assumiu grande importância na economia e na produção capitalista, pois é produtora de alimentos para abastecer as áreas urbanas, geradora de emprego e de renda, e ainda faz manutenção das pessoas ocupadas no campo. E mesmo ocupando funções importantes, este setor ainda carece de uma série de fatores, como a falta de políticas agrárias e agrícolas, o baixo valor agregado aos produtos que são produzidos em suas propriedades e a dificuldade de comercializar.

O cultivo de alimentos pelos agricultores familiares é expressivo para a economia brasileira, pois este setor é responsável por mais de 60% da produção de alimentos básicos para o consumo da população. Dentre os produtos cultivados, as frutas representam importante classificação de alimentos produzidos no país, sendo um importante produtor e exportador de frutas (FAO, 2010).

A produção de frutas no Brasil é significativa, abrangendo uma área total cultivada de 2,2 milhões de hectares distribuídos pelo país, e emprega em torno de 5,6 milhões de pessoas, correspondendo a 34% da mão-de-obra rural (IBGE, 2014). Nesse contexto, o país é o terceiro maior produtor mundial de frutas, atrás apenas da China e da Índia. Dentre as frutas produzidas, destacam-se a manga, maçã, banana, melancia, uva, laranja e abacaxi. Em relação à produção de abacaxi, a mesma está concentrada, principalmente na região Nordeste e Sudeste do país. No Nordeste, o destaque é para o estado da Paraíba, principal produtor de abacaxi do território brasileiro e no Sudeste, o estado de Minas Gerais lidera o ranking de terceiro produtor do país (FAO, 2010).

A produção de frutas é considerada uma das atividades mais dinâmicas da economia brasileira, apresentando uma evolução contínua. Atende o mercado interno e vem ganhando espaço no mercado internacional, com frutas tropicais, subtropicais e de clima temperado, aumentando o volume das exportações. O número de propriedades rurais² que está aderindo a este tipo de produção, as variedades de frutas exportadas, como a laranja, a uva, a melancia, e o abacaxi, faz com que o contingente produzido no

² A terminologia de propriedade rural será utilizada no decorrer do texto para referir-se à forma usada pelos agricultores familiares, enquanto a terminologia de estabelecimento rural refere-se à classificação do IBGE.

país aumente cada vez mais. As propriedades rurais que cultivam e produzem frutas no Brasil são importantes para a produção e comercialização desses alimentos, proporcionando ao país uma produção significativa, além de empregar grande parte da mão-de-obra rural.

Dentre as frutas produzidas no país, o abacaxi, tanto para o Brasil, quanto para Minas Gerais é um fruto importante, pois abastece o mercado interno e também o mercado externo, sendo que em Minas Gerais, 94% da produção de abacaxi estão concentradas no Triângulo Mineiro³, sobretudo, em Monte Alegre de Minas (IBGE, 2013), onde sua produção é significativa pelos agricultores familiares.

Esta fruta possui importância econômica e social para o município, objeto de estudo desta pesquisa, pois na década de 1980 a cidade foi reconhecida nacionalmente como a “Capital Nacional do Abacaxi”, devido à sua produção anual de 149 milhões de frutos colhidos. O abacaxi em Monte Alegre de Minas, assim como em outros municípios de Minas Gerais e do Brasil, é cultivado, em sua maioria, por agricultores familiares (Informação verbal, EMATER, 2013).

A opção para estudar o município de Monte Alegre de Minas deve-se ao fato de não possuir pesquisa referente à produção de abacaxi pelos agricultores familiares e à reorganização produtiva que está ocorrendo no referido município, não apenas pelo cultivo do abacaxi, mas também por novas lavouras como soja, milho, cana-de-açúcar. Esse município também foi escolhido pelo fato da afinidade com o lugar, pois a pesquisadora em questão passou boa parte da vida morando na área rural do município, vivendo e observando toda a história que o abacaxi representa para os montealegrenses, principalmente para os agricultores familiares que, mesmo diante de todas as dificuldades, esse grupo ainda resiste, criando novas alternativas de produção, lutando por melhores condições de sobrevivência e de produção.

Ao escolher a temática sobre a agricultura familiar procuramos contribuir para o debate sobre as dificuldades e os problemas enfrentados por esses agricultores, e também mostrar como os agricultores familiares são importantes para a produção de alimentos básicos para a população brasileira, além também de evidenciar a preservação dos recursos naturais e socioculturais presentes em diversas unidades familiares espalhadas pelo território brasileiro.

³ A expressão refere-se à Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, de acordo com a classificação do IBGE.

Assim, a importância da pesquisa justifica-se por tratar-se de uma temática inserida em um contexto não apenas local ou regional, mas nacional, que é a reprodução da agricultura familiar, que dá a base e a sustentação para a continuidade de tradições e modo de vida.

OS AGRICULTORES FAMILIARES PRODUTORES DE ABACAXI

No município de Monte Alegre de Minas, década de 1980, o abacaxi era produzido por vários agricultores, tanto empresariais quanto familiares, que aderiram ao cultivo por propiciar maiores rendimentos aos produtores. Mas, com o passar dos anos, houve a inserção de novos cultivos no município, principalmente de monoculturas, como a soja, milho e cana-de-açúcar. Com isso, o cultivo de abacaxi foi perdendo espaço para essas novas plantações, sobretudo para os agricultores empresariais, pois eles preferiram investir na produção de monoculturas, principalmente pelo fato do cultivo de abacaxi demandar mais tempo para sua colheita, que varia de 18 a 22 meses, e também pelo preço do fruto, que varia de R\$ 0,304 a R\$ 0,90 diretamente na lavoura.

Além da diminuição da área cultivada pelo abacaxi, percebemos que houve um aumento significativo no cultivo da cana-de-açúcar, das lavouras irrigadas, provavelmente soja, de lavouras diversas, dentre elas o cultivo de milho se insere, e também a presença da silvicultura que, na década de 1980, era inexistente no município. Concomitante a este processo, ocorre a diminuição das áreas de Cerrado e de pastagens, demonstrando como ocorreu uma reestruturação produtiva no município, alterando a dinâmica agrária de Monte Alegre de Minas no decorrer das décadas de 1980, 1990 e 2000.

Atualmente (2014), a produção de abacaxi em Monte Alegre de Minas é sustentada pela agricultura familiar. A resistência dessas famílias demonstra como a produção de abacaxi é importante para o município, dando sustentação econômica para as famílias e para Monte Alegre de Minas, pois, mesmo o município não sendo mais detentor do título de “Capital Nacional do Abacaxi”, os agricultores familiares sustentam o título de maior produtor da região.

Em relação aos produtores de abacaxi, de acordo com dados coletados na EMATER (2013), há aproximadamente 750 produtores. Destes, 600 são considerados como pequenos agricultores (80%), 143 médios agricultores (19%) e somente 7 (1%) são considerados como grandes agricultores. Para classificar estes produtores, a

EMATER usa a classificação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde o pequeno produtor possui até 1 alqueire⁴, o médio possui até 5 alqueires e o grande produtor possui mais de 5 alqueires cultivados com a fruta.

Para a realização da pesquisa, a amostragem foi escolhida pelo “tipo não probabilística por acessibilidade ou conveniência.” (GIL, 1987, p.97). Assim, dos 600 pequenos produtores de abacaxi, foram entrevistados 10% desse total, correspondendo a 60 agricultores familiares. Desse montante, foram realizadas entrevistas com as famílias assentadas que produzem abacaxi nos assentamentos. Foram entrevistadas as famílias que cultivam abacaxi dos assentamentos da Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Sol II (10 famílias que produzem abacaxi), da Associação dos Pequenos Produtores Regional de Monte Alegre II (1 família que produz abacaxi), e do Assentamento Quilombo (2 famílias que produzem abacaxi), totalizando 13 famílias que produzem abacaxi. Quanto aos pequenos produtores tradicionais, foram realizadas 47 entrevistas com os agricultores familiares tradicionais que cultivam o abacaxi há mais de 20 anos.

O cultivo de abacaxi em Minas Gerais é significativo para o restante do país, sendo responsável por 12% de toda a produção do Brasil, e o Triângulo Mineiro também possui importância nessa porcentagem, sendo que, em um total de 7.203 hectares plantados em Minas Gerais, 6.492 hectares estão nesta região. A cidade de Monte Alegre de Minas é responsável pela produção de cerca de 60 milhões de frutos anuais de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2012 (IBGE, 2014). Os produtores de abacaxi são importantes para a continuidade da tradição no município, pois são eles os responsáveis por manter vivo o título que Monte Alegre já recebeu, por mais que o município não seja o maior produtor no Brasil, ele ainda é o principal no estado de Minas Gerais.

A produção deste fruto emprega parte da população que vive no meio urbano e, principalmente, quem mora na zona rural, pois na época do plantio e da colheita, há necessidade de trabalhadores rurais para auxiliar os produtores, a lavoura precisa de manutenção durante o seu cultivo, com isso, sempre há trabalhadores temporários auxiliando os agricultores familiares.

Para o cultivo do abacaxi, como nas outras culturas, também é necessário preparar o terreno para o plantio, tratar das culturas por meio de manutenção, e a realização da colheita. Esse tipo de cultivo é dividido em fases que necessitam de diversas

⁴ O alqueire mineiro equivale a 4,86 hectares (MDA, 2013).

operações agrícolas, que compõem um ciclo produtivo da cultura, e esse período demanda tempo de trabalho efetivo e também temporário.

Assim, tanto no cultivo, quanto na comercialização dos frutos, a produção de abacaxi não recebe valor significativo agregado ao produto, pois o valor do fruto é baixo comparado ao processo produtivo e ao tempo gasto para cultivá-lo. A produção deste fruto requer dedicação e tempo. Com isso, percebe-se que os agricultores que ainda persistem em cultivá-lo são aqueles que possuem ligação com o fruto, principalmente pela tradição passada de geração em geração, pois eles estão conseguindo resistir ao avanço das monoculturas que estão sendo plantadas em boa parte do município.

Dessa forma, o cultivo de abacaxi pelos agricultores familiares é importante para Monte Alegre, porque faz parte da história e da consolidação do município, sendo este cultivo o principal ator deste processo.

A AGRICULTURA FAMILIAR: considerações e percepções sobre o tema

A incorporação da terminologia “agricultura familiar”, “explorações familiares”, “pequena produção rural familiar” na literatura brasileira, que retrata os processos sociais e agrários, surge no final dos anos de 1980 e, principalmente, em meados da década de 1990. Uma das justificativas, no campo teórico, é a busca de novos referenciais teóricos e analíticos que contribuam para a formação de um corpo de conceitos que extrapole os temas recorrentes, como a integração entre agricultura e a indústria e a ampliação do trabalho assalariado como sinônimo de desenvolvimento capitalista no meio rural.

Mas, acreditando na diversidade e na heterogeneidade das explorações rurais familiares, adotamos aqui, a terminologia de agricultura familiar proposta por Lamarche (1993), que se refere a uma unidade produtiva onde a família, ao mesmo tempo que trabalha, é proprietária dos meios de produção, incluindo aí vários segmentos de agricultores familiares. A esse pensamento, alia-se Wanderley (2001), que considera essa terminologia como a que melhor se aproxima e explica as heterogeneidades da produção familiar presentes no espaço agrário brasileiro.

O agricultor familiar, em seu estabelecimento, desenvolve as atividades agropecuárias em conjunto com sua família, produzindo produtos para o próprio consumo e também para a comercialização no mercado. A relação existente entre

família-produção-trabalho na propriedade rural familiar é fundamental para o desenvolvimento do estabelecimento, pois essa união faz com que toda a família esteja envolvida no processo de produção, resultando assim na forma como eles irão se estabelecer economicamente.

A agricultura familiar possui um papel importante para a economia brasileira e também para a sociedade, pois são através dos estabelecimentos familiares que ocorrem a produção de grande parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, sendo responsáveis por 38% do valor bruto da produção, correspondendo a 54 bilhões de reais do total produzido no país (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

A terminologia de agricultura familiar foi institucionalizada pelo governo brasileiro com a promulgação da Lei 11.326/2006 que define critérios para delimitar os estabelecimentos rurais que apresentam gestão familiar. A Lei em seu artigo terceiro define que

Art. 3º: Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (p.1)

O estabelecimento familiar, de acordo com a Lei, não pode ultrapassar quatro módulos fiscais, indicando que são pequenas propriedades administradas pela própria família. Assim, as pequenas propriedades por possuírem um tamanho delimitado e também por não apresentarem renda suficientemente alta para se modernizarem, começam a ser ameaçadas pelas grandes propriedades, que, cada vez mais querem expandir sua área agricultável utilizando equipamentos modernos para cultivar produtos para serem exportados.

A agricultura familiar possui dinâmica própria na esfera produtiva, na qual a força de trabalho familiar disponível na organização econômica é a base em que vai se apoiar os outros elementos da produção. A composição familiar, a relação de braços aptos para o trabalho e o consumo familiar, vai condicionar os demais fatores produtivos, como a terra e o capital, entre eles a área plantada, a base técnica, a relação com o mercado, a incorporação de assalariados, o membro da família trabalhando fora da propriedade agrícola e também a realização do trabalho não-agrícola, que irá influenciar como a propriedade familiar será conduzida (MENDES, 2005).

O sistema familiar de exploração também se apoia nas relações sociais, de parentesco, de solidariedade, em um universo que extrapola o econômico e o político. Logo, as relações existentes no sistema familiar não são baseadas somente na especificação da quantidade de emprego da mão-de-obra familiar, vai muito além dessa relação de parentesco, ultrapassando as relações existentes dentro da própria propriedade. As duas formas se integram numa lógica específica do conjunto familiar, compondo as diferenças econômicas e de parentesco nas necessidades de se reproduzir enquanto um conjunto de atividade familiar.

Para Lamarche (1993, p. 15), agricultura familiar é “uma unidade de produção agrícola onde trabalho e propriedade estão intimamente ligados à família”. A partir desse sentido, o conceito de agricultura familiar não pode ser confundido com as demais denominações de exploração na terra, pois cada categoria está vinculada a histórias e contextos socioeconômicos e políticos diferenciados.

Ainda, de acordo com Lamarche (1993), a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares e, em cada lugar, apresenta diversidades, de acordo com o modo de produção e o modelo agrícola adotados. Em alguns lugares, a agricultura familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado. Em outros lugares, ainda permanece arraigada na economia de auto-consumo. Pode ser reconhecida como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade ou, ao contrário, ser excluída de todo o desenvolvimento, sendo totalmente desacreditada.

Concordando com Lamarche (1993), este propõe uma teoria que os agricultores familiares são portadores de uma tradição, cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida, mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade globalizada.

Para Wanderley (2001), a agricultura familiar, por estar diante de todas as transformações que ocorrem no mundo, sejam econômicas ou sociais, faz com que os agricultores familiares se adaptem a esse novo contexto imposto pela sociedade, tentando assim se reproduzirem, transformando-os em agentes da agricultura moderna, sendo gestados a partir do interesse do Estado. A referida autora mostra que para o pequeno agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições

modernas de produção, em grande parte, ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro.

A reprodução do pequeno agricultor familiar se dá baseada em sua produção contínua na sua propriedade, produzindo constantemente as condições para plantar uma lavoura ou para sobreviver, reproduzindo os meios de produção, tentando assim estabelecer relação com o seu principal meio de sobrevivência, se reproduzindo constantemente sobre seu estabelecimento rural (WANDERLEY, 2001).

Ainda, a referida autora destaca que a agricultura familiar deve ser compreendida

[...] como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 2001, p. 26).

Para Abramovay (1990), a produção familiar na agricultura faz dela um setor único no sistema capitalista contemporâneo, pois não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão sejam estruturados tão fortemente em torno de vínculos parentescos, e onde a participação da mão-de-obra não contratada seja tão importante.

Os agricultores familiares lutam para continuarem no campo sua reprodução, tentam adaptar a todas as transformações ocorridas na sociedade, seja no âmbito da economia, da tecnologia ou da cultura. Este grupo de famílias habitua-se com as alterações ocorridas em seu entorno, pois se não adaptar, será excluído de todo o processo produtivo.

Outra discussão acerca da agricultura familiar é apresentada por Hespanhol (2000). A autora afirma que

[...] a utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, deve ser aprendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira e que, em última análise, levaram a valorização do segmento familiar. Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar. (HESPANHOL, 2000, p.2).

Nessa linha de discussão sobre o significado de agricultura familiar, apresentamos o pensamento de Mendes (2005). Para a autora na produção familiar,

[...] a família constitui a unidade social de trabalho e de exploração da propriedade, sendo que o propósito imediato da produção é a satisfação das necessidades essenciais da família e sua integração no mercado. A divisão do trabalho no estabelecimento e nos serviços domésticos é feita entre todos os membros da família (grupo doméstico), considerando a capacidade de cada um (idade, sexo e habilidades). Cabe ao chefe da família a distribuição das tarefas no estabelecimento. A combinação entre o trabalho familiar e os negócios caracteriza a essência de uma unidade de produção e de consumo, em que o agricultor é, ao mesmo tempo, proprietário, administrador e trabalhador, estabelecendo uma combinação família-empresa. A partir de sua organização interna e sua inserção social são estabelecidas as estratégias familiares. (MENDES, 2005, p. 61).

Ainda, de acordo com Mendes (2005), nas unidades de produção familiar, a família é a base para o desenvolvimento do estabelecimento, ela é a unidade social de exploração da propriedade e de trabalho, tendo como finalidade a produção de alimentos e bens para o próprio consumo e também sua integração nos mercados para a comercialização e obtenção de renda. A agricultura familiar é caracterizada pelo trabalho realizado pela família sobre a terra e os vínculos afetivos criados a partir dessa relação. Os pequenos agricultores são responsáveis pelos produtos cultivados em seu estabelecimento, eles trabalham diretamente com as plantações ou com a criação de animais, juntamente com a família, e, ocasionalmente, há necessidade de contratar trabalhadores temporários, pois dependendo do cultivo, a família não consegue plantar ou colher sem a ajuda de terceiros. Mas esse número de trabalhadores varia de acordo com o tamanho da propriedade, do produto cultivado e dos recursos financeiros.

Dessa forma, pode-se afirmar que os agricultores familiares da sociedade contemporânea sobrevivem, frente aos novos desafios, lançando mão do conhecimento e da experiência que aprenderam a usar ao longo de sua formação e de sua existência. Toda essa experiência de vida e de trabalho reflete, também, sobre os vínculos de proximidade e das relações de confiança construídas entre as famílias rurais. Acredita-se que esses vínculos sócio-afetivos podem tornar-se fonte decisiva de desenvolvimento. As estratégias de sobrevivência e de resistência conciliam os recursos disponíveis na unidade de produção, como a constituição do patrimônio fundiário, a ocupação dos membros da família em atividades no estabelecimento ou fora dele, as relações de trabalho informais, como a troca de dia de serviço entre parentes e vizinhos, a intensidade do trabalho, dentre outros.

Assim, ao avaliar as teorias referentes ao termo de agricultura familiar, pode-se analisar uma predominante racionalidade econômica que permite uma compreensão parcial, mas não o aprofundamento da análise da questão agrária, como pode ser observado em um pensamento conclusivo do estudo de Hespanhol (2000):

[...] com o agravamento dos problemas enfrentados por esses produtores (exaustão dos solos, baixa produtividade das culturas, baixos preços para os produtos agrícolas, dificuldades de acesso ao crédito rural, etc.) associados à intensificação da concentração fundiária resultante da expansão das áreas de pastagens, levaram a descapitalização crescente dessas explorações familiares, resultando numa menor capacidade de absorção de força de trabalho e a consequente expulsão de um expressivo contingente populacional. (HESPANHOL, 2000, p. 322).

Diante do significado sobre o que se entende por agricultura familiar, as propriedades familiares têm como característica principal a realização do trabalho pela própria família, ou seja, a família trabalha diretamente na terra. As unidades de produção rural familiar conciliam o tripé, propriedade, trabalho e família, unindo, portanto, produção e consumo. O trabalho do homem sobre a terra e os vínculos afetivos, criados a partir dessa relação, constituem características importantes da agricultura familiar, ou seja, há um amor pela terra e pela natureza adquirida por meio de laços culturais e passada de geração para geração. Essa é a diferença que a agricultura empresarial tem com a terra, vendo-a como um meio de reprodução do capital.

A agricultura familiar em Monte Alegre de Minas vai além da produção de alimentos para os moradores da cidade. O cultivo, em si, carrega uma carga importante de tradições e modos de vida dos agricultores familiares montealegrenses, eles possuem um conhecimento ímpar em relação ao cultivo do abacaxi, pois esta tradição está presente no município a mais de cinco décadas, sendo este fruto vendido para diversas regiões do país, como Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás, fazendo parte da economia e da cultura dos moradores e dos produtores, o fruto do abacaxi representa uma história de lutas e de conquistas dos agricultores familiares, pois mesmo sendo pressionados pelas monoculturas, eles resistem e lutam para continuarem sua produção.

OS PRODUTORES DE ABACAXI FRENTE AO AVANÇO DAS MONOCULTURAS

Os agricultores familiares, além de serem importantes para o desenvolvimento do país, também possuem uma função importante para a sociedade que é a continuidade da tradição e da forma de viver do homem simples, das pessoas ligadas à terra. Para essas famílias a terra tem um sentido amplo, pois é através dela que eles desenvolvem as atividades essenciais para a vida, como a moradia, a produção de

alimentos básicos para a família, a geração dos recursos econômicos necessários à sua existência, a realização da cultura e sua constante reprodução e resistência. Portanto, a ligação que os agricultores familiares possuem com a terra comporta as funções de moradia, de trabalho, e de vida.

Dessa forma, as propriedades rurais no município de Monte Alegre de Minas são caracterizadas pela presença de famílias que residem no meio rural, ocasionando o gerenciamento dessas propriedades pelas famílias. Os agricultores familiares são importantes para a produção e continuação do cultivo de alguns produtos tradicionais no município, dentre eles o que mais se destaca é a produção de abacaxi.

A produção agrícola no município é diversificada, podendo ser encontrada desde a produção para o próprio consumo até o cultivo das principais monoculturas de exportação. A inserção das monoculturas fez e está fazendo uma grande transformação nas formas de produzir em Monte Alegre. Além desse cultivo demandar uma grande extensão territorial para a sua plantação, somente alguns agricultores possuem capital suficiente para se inserirem nessa dinâmica de produção, ou seja, são os agricultores patronais que plantam as monoculturas de exportação. Mais uma vez o agricultor familiar sai prejudicado pela modernização da agricultura que foi implantada no país a partir da década de 1970.

Ao ser realizado o trabalho de campo, pudemos ver na prática a ação dos agricultores patronais na colheita de algumas monoculturas, como milho e sorgo (Foto 1a e Foto 1b), ambas com colheita mecanizada, e utilizando, no máximo, dois trabalhadores contratados para fazer o serviço.

Foto 1 – Monte Alegre de Minas (MG): produção de monoculturas: a) Colheita de milho mecanizada; b) Colheita de sorgo mecanizada



Autora: GUIMARÃES, A. R., 2014.

A transformação da área rural do município é visível, e percebemos como o cultivo dessas lavouras muda a dinâmica de produção e de vivência de algumas famílias que dependem da terra para sua sobrevivência. O significado da terra para os agricultores familiares é diferente da concepção que os agricultores patronais têm sobre ela, pois a terra para as famílias é vista como um meio de viver, produzir, existir e (re)existir. É a forma pela qual eles lutam pela sua sobrevivência, pela continuidade de valores e tradições. Para eles, a terra vai além da produção de algumas plantações, é o laço que une a família, e representa o que ela é. Para os agricultores patronais, a terra é mercadoria e vista como um meio de produção para gerar renda e lucro. A terra não é a base para a vivência da família, é a fonte de capital do empresário rural.

O processo de construção das identidades dos agricultores familiares deve, também, ser considerado como mutável, tanto no tempo como no espaço. As identidades são (re)construídas ao longo do tempo, pois os modos de vida presentes no território se inserem num contexto dinâmico de transformações que interferem nas práticas sociais, religiosas, culturais e econômicas. Essas dinâmicas fazem com que a propriedade familiar reúna relações sociais de produção.

A identidade dos agricultores familiares está muito ligada à forma na qual eles se estabelecem, sejam em suas propriedades ou em locais onde eles convivem com outras pessoas, seja na cidade, na igreja, ou na escola. A propriedade familiar pode ser caracterizada como uma base territorial, onde todas as relações sociais de uma pessoa podem ser encontradas, sendo uma área de vida social que existe certo grau de coesão

social, no qual os agricultores familiares compartilham os conhecimentos, valores, saberes, técnicas, costumes e crenças, num contexto sociocultural interativo. De acordo com Tedesco (1999), o local onde a família se desenvolve é fundamental para a estrutura do conjunto social e para o desenvolvimento do homem. Para o autor, a honra, a terra, a moral, a afetividade, a disposição para o trabalho são requisitos sociais, vividos e concebidos individualmente, porém legitimados no âmbito familiar.

O trabalho dentro da propriedade familiar é uma das formas nas quais as famílias resistem e se reproduzem como tais, sendo elas proprietárias dos meios de produção e proprietária da terra na qual residem, com isso, as famílias não são subordinadas a nenhum padrão, podendo decidir como e o que produzir sem a interferência de terceiros.

Os agricultores familiares produtores de abacaxi realizam as atividades em sua propriedade em conjunto, a família participa de todo processo produtivo, e não somente do cultivo de abacaxi, mas na manutenção da propriedade em si. Nas propriedades visitadas pudemos constatar que ainda há uma separação entre o trabalho masculino e o trabalho feminino, onde as mulheres ficam responsáveis pelos serviços domésticos, pela confecção dos doces e quitandas, e pela manutenção da horta e do quintal da casa familiar. Já os homens são responsáveis pela manutenção das culturas, cuidando do plantio e da colheita dos frutos, além de zelar pelo trato dos animais e também cuidar da manutenção do quintal familiar.

Com a realização das entrevistas, percebemos que as famílias, que lidam diretamente com o serviço na propriedade, são compostas geralmente pelo pai, pela mãe e pelo filho mais velho. Quando a família é composta por dois filhos ou mais, na maioria das vezes, os filhos mais novos não ficam na propriedade depois da fase adulta, pois eles tiveram condições de estudar e ter outra profissão diferente dos pais, e preferiram seguir outra carreira ao invés de agricultores. Já o filho mais velho, por ter se dedicado a ajudar os pais na propriedade desde novo, não teve a chance de estudar e seguir outros caminhos, e preferiu ficar na propriedade familiar junto com os pais depois da fase adulta.

Das famílias entrevistadas, 27 possuíam 4 membros na família, 15 possuíam 3 membros na família, 13 possuíam 5 membros na família e 5 possuíam 6 membros na família. Desse montante, somente as famílias que possuíam três filhos ou mais, eram as propriedades nas quais haviam sucessores dos pais agricultores. As outras famílias que tinham um filho, e no máximo dois, somente os pais ficavam na propriedade, os filhos

seguiram outros caminhos, geralmente indo morar na cidade, ou em Monte Alegre ou em outras cidades próximas para continuar os estudos.

Percebemos que, em relação à continuidade do cultivo do abacaxi em Monte Alegre de Minas (MG), o número de pessoas que estão seguindo esta tradição está diminuindo. Do total de entrevistados, somente 30% das famílias possuem filhos que estão morando na propriedade e auxiliando os pais na produção de abacaxi. Esta realidade nos mostra como é importante o papel da família na produção de alimentos e na continuidade de uma tradição, no caso, o cultivo de abacaxi pelos agricultores familiares.

Os agricultores familiares de Monte Alegre de Minas são diversificados em relação à produção agrícola, e não focam somente em um produto, cultivam produtos variados. Se houver algum prejuízo em relação a uma determinada plantação, eles não ficam tão prejudicados, e também para poder atender a economia local com uma gama de diferentes produtos.

As famílias que residem no meio rural, de um modo geral, estão procurando diversificar cada vez mais sua produção e comercializar seus produtos diretamente com seus fregueses. Esse fator é tido como estratégia de assegurar os rendimentos necessários para sustentar sua família e manter sua propriedade. As feiras livres existentes no município viabilizam esse mecanismo. Mas para que os agricultores conseguissem mais êxito na comercialização dos seus produtos, seria necessário que se organizassem em cooperativas ou associações para terem auxílio tanto na produção quanto na comercialização. Com isso, teriam um melhor caminho a percorrer, obtendo melhores rendimentos com seus produtos.

Os agricultores familiares articulam uma combinação de produção para o auto-consumo e para a comercialização, como a criação de bovinos, suínos, aves, leite, ovos, queijos, farinhas, polvilho, doces, quitandas, pimenta, jurubeba, hortaliças, abacaxi, mandioca, maracujá, milho, dentre outros alimentos, como estratégias de sobrevivência do estabelecimento rural e da família.

Os agricultores familiares cultivam alguns produtos para o próprio consumo como milho, hortaliças, mandioca e abacaxi; criam suínos, aves e gado de leite (para produção do leite). O excedente é comercializado. Assim, as necessidades têm que se adequar a esses pequenos rendimentos, somados geralmente a uma renda extra, como a aposentadoria, pois em algumas propriedades, o patriarca da família já está em idade

avançada, recebendo o auxílio de aposentadoria⁵, e também alguns serviços prestados fora da propriedade familiar, trabalhando nas propriedades vizinhas e na cidade, como motorista e ajudante de serviços gerais. Geralmente, as pessoas que adquirem os produtos das famílias residem na área urbana do município, comprando os alimentos que são consumidos no dia-a-dia, além das feiras e pequenos mercados.

O cultivo do abacaxi pelos agricultores familiares é uma forma encontrada para conseguirem uma renda extra a cada final de safra, pois este tipo de cultura⁶ necessita de tempo para realizar a colheita, variando de um ano e meio a dois anos após seu plantio. Os produtores de abacaxi conciliam este cultivo com outra lavoura, pois precisam de renda para sobreviver e para a manutenção da família e da propriedade. Na foto 2, podemos visualizar a combinação das duas plantações em uma propriedade familiar.

Foto 2 – Monte Alegre de Minas (MG): cultivo de abacaxi a esquerda e cultivo de mandioca a direita da foto em uma propriedade familiar no município



Autora: GUIMARÃES, A. R., 2014.

⁵ Aposentadoria referente à um salário mínimo de R\$ 724,00 em 20/05/2014.

⁶ A terminologia “cultura” é utilizada pelos agricultores para referir-se à plantação de lavouras.

O cultivo de mandioca também está sendo uma estratégia de reprodução dessas famílias, pois, diferentemente do abacaxi que exige um prazo para realizar a colheita, porque os frutos podem estragar, com a mandioca não ocorre esse problema. Ela pode ficar bastante tempo embaixo da terra e sua conservação é garantida. Por este fator, os agricultores familiares estão aderindo cada vez mais ao plantio de mandioca, e também pelo fato de ter maior valor agregado ao produto, pois eles não gastam tanto com insumos agrícolas quanto no plantio de abacaxi. Além de vender o produto *in natura*, as famílias também produzem farinha e polvilho, produção de forma artesanal (Foto 3). Dessa forma, conseguem agregar mais valor ao produto. Para a confecção da farinha e do polvilho todos os membros da família são envolvidos, e afirmam que não faltam compradores para seus produtos.

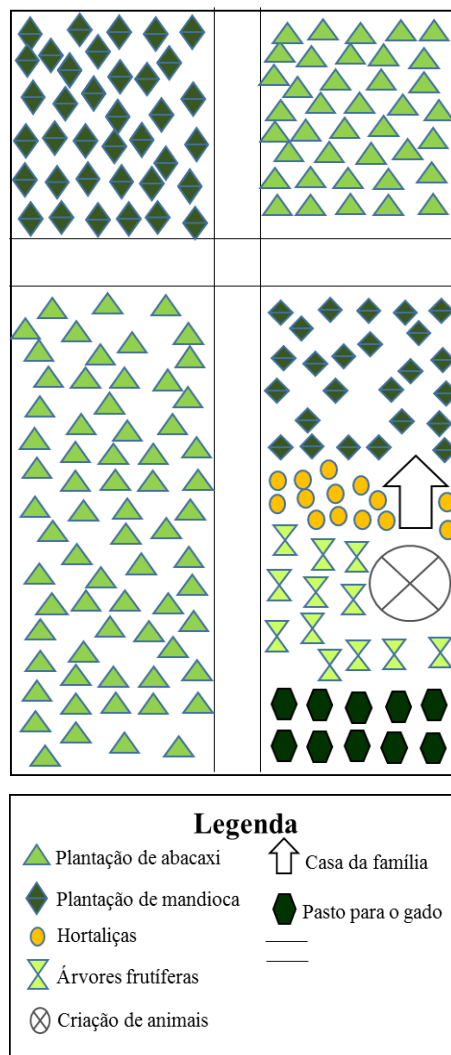
Foto 3 – Monte Alegre de Minas (MG): confecção de polvilho: a) Máquina artesanal utilizada para descascar mandioca; b) Ralador artesanal; c) Polvilho pronto para ser consumido e/ou comercializado



Autora: GUIMARAES, A. R., 2014.

No croqui 1 podemos visualizar como as famílias dividem sua propriedade para o desenvolvimento das atividades. Neste esboço está presente o cultivo de abacaxi, de mandioca, de hortaliças, a criação de animais (galináceos e suínos), as árvores frutíferas e pasto para o gado. Este layout foi baseado em uma propriedade do assentamento rural Vale do Sol II, onde o tamanho das propriedades é padronizado, todas as famílias possuem dois alqueires de terra, e boa parte dos lotes são divididos da forma que se encontra no croqui.

Croqui 1 – Divisão da propriedade familiar no Assentamento Vale do Sol II.



Elab. e Org.: GUIMARÃES, A.R., 2014.

As famílias do assentamento Vale do Sol II, ao cultivar os produtos em suas propriedades, realizam a rotação de culturas para que o solo não seja desgastado, pois o cultivo contínuo de uma única plantação pode provocar a degradação física, química e biológica do solo e a queda da produtividade das culturas. Também proporciona condições mais favoráveis para o desenvolvimento de doenças, pragas e plantas daninhas.

Os agricultores familiares do assentamento fazem da seguinte forma: onde plantaram abacaxi em um certo período, após a colheita, adubam o solo e, posteriormente, plantam mandioca em uma parte do terreno. Eles não utilizam toda a área que era destinada para o plantio de abacaxi, pois o solo precisa descansar, ficar em repouso, para poder recuperar os nutrientes naturais que foram perdidos durante a sua utilização. A rotação de culturas é feita de acordo com o período que as plantas precisam para a colheita. Para a colheita da mandioca, o período é entre 12 e 18 meses,

e do abacaxi é de 18 a 24 meses, e como o agricultor sabe do tempo necessário para a colheita de cada cultura, ele organiza a rotação das terras em sua propriedade.

As famílias conseguem adaptar-se às novas exigências que a sociedade impõe, sempre com muita dedicação e esforço para alcançar o objetivo principal, que é a garantia de sobrevivência da própria família e da sua propriedade. A tradição em cultivar o abacaxi ainda persiste até os dias atuais, principalmente, pelas famílias que moram na zona rural, que veem muito além da remuneração que essa tradição possibilita. As famílias conseguem enxergar como esse fruto faz parte da história do município, em como ele transformou e ainda transforma o território agrário de Monte Alegre de Minas.

Os agricultores, em sua história, sempre enfrentaram dificuldades, seja em relação ao plantio ou na colheita, pois quando a produção é farta na região os preços diminuem, comprometendo a reposição dos custos de produção. Quando a produção é baixa os preços aumentam, e não há como prever essas situações, porque a agricultura depende dos ciclos naturais, tanto climáticos como biológicos. Além desses fatores, ainda ocorre o aprimoramento das tecnologias e a melhoria das espécies, fazendo com que ocorra a elevação da produtividade e a elevação da produção, provocando uma queda constante do preço dos produtos. Com isso, uma das alternativas encontradas pelos agricultores familiares é a diversificação na produção de alimentos, procurando elevar a produtividade para compensar a queda de preços.

A partir dessas considerações, compreendemos que a produção familiar em Monte Alegre de Minas é bastante diversificada e importante para a continuidade da tradição e da persistência dos agricultores familiares. Mesmo enfrentando todas as dificuldades para continuarem no campo, plantando outros tipos de cultivos para obterem um pouco mais de renda, a produção de abacaxi ainda é importante para a sua fixação no campo, para a manutenção da família e da propriedade. Além dos agricultores serem importantes para a consolidação histórica do município, ainda conseguem resistir e procuram manter-se nessa atividade como uma forma de lutar contra os diversos problemas que surgem a cada dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, a preocupação central que orientou o estudo foi compreender as estratégias de reprodução dos agricultores familiares produtores de

abacaxi, frente às transformações socioespaciais e econômicas no município de Monte Alegre de Minas (MG). Pudemos perceber que essa realidade não diz respeito somente a este local e, sim, em todo o território brasileiro, onde existem agricultores familiares que estão sofrendo com a expansão das monoculturas.

Os agricultores familiares, produtores de abacaxi em Monte Alegre de Minas (MG), enfrentam dificuldades tanto no processo de plantio e colheita, quanto no de comercialização, pois no município não há uma Cooperativa que possa dar apoio aos agricultores. Grande parte deles cultivam o abacaxi com os ensinamentos que receberam dos seus pais e conversa entre amigos, a assistência técnica prestada pelos órgãos públicos é precária. Com isso, os produtores de abacaxi são prejudicados por não terem acesso a todas as informações necessárias para o plantio. Para a venda do abacaxi, eles precisam realizar todas as etapas sem ajuda nenhuma, dificultando, talvez, o seu crescimento econômico em relação à venda dos frutos.

Ao ser realizado o trabalho de campo, pudemos constatar que os agricultores familiares lidam com alguns problemas, tanto no âmbito pessoal como profissional, dentre eles podemos citar o baixo preço dos frutos em relação ao seu alto custo de produção; a qualidade e regularidade do processo produtivo; o baixo nível técnico dos agricultores familiares; a falta de acesso às informações sobre o cultivo do abacaxi, como preços, produção e mercado; altos preços dos produtos industrializados, como os insumos agrícolas e os maquinários; o baixo nível de instrução dos agricultores familiares; a falta de uma assistência técnica mais presente no dia-a-dia do agricultor; e a falta de políticas públicas voltadas para os agricultores familiares.

A produção de abacaxi pelos agricultores familiares ultrapassa os limites do cultivo em si. Este fruto representa as tradições e o modo de vida dessas famílias, pois eles possuem conhecimentos sobre esta plantação que foi passada de geração em geração, principalmente pelo fato do abacaxi ser um dos principais frutos cultivados no município há mais de cinco décadas, participando da cultura dos moradores e dos produtores. A territorialidade do cultivo do abacaxi expressa e demonstra uma história de tradição, de conquistas e lutas pelos agricultores familiares, que mesmo sendo pressionados pelas monoculturas, ainda resistem e lutam para continuarem sua (re) produção no campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 1992.

_____. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 94-104.

_____. Agricultura familiar e uso de solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11. n. 2. p.73-78, 1997. Disponível em:
<www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_08.pdf> Acesso em: 10 out. 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm> Acesso em: 10 out. 2013.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. 1996.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil Redescoberto**. Projeto de cooperação técnica. Brasília. 2000. Também disponível em:
<http://www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=3> Acesso em: 08 set. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente**. 2000. 354 f. (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

IBGE. **Censos Agropecuários**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>, 2014>. Acesso em: 10 abr. 2014.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **Agricultura familiar: do mito à realidade**. Tradução de Jehovanira C. de Souza. Campinas/SP: Ed: UNICAMP, 1998.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 296 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. cap. 1, p. 21-56.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

AS TEMÁTICAS SOBRE A JUVENTUDE RURAL: OS JOVENS DO ASSENTAMENTO REUNIDAS – SP

Bruno Lacerra de Souza, IPPRI, Unesp¹/ Mirian Cláudia Lourenção Simonetti², Unesp

bruno_lacerra@hotmail.com / mirian@marilia.unesp.br

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq

GT 4. Camponeses e agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

Este trabalho busca enfatizar a importância do campo de estudos acerca da Juventude Rural que hoje se coloca enquanto uma importante protagonista do movimento de reprodução social dos assentamentos de reforma agrária no Brasil, investigando o quanto esta discussão cresceu nos últimos anos e quais são as suas limitações e divergências. Realizamos uma revisão bibliográfica sobre o conceito de Juventude e Juventude Rural no Brasil e no mundo, apresentando os principais autores e problematizações, demonstrando o quanto os conceitos que envolvem a Juventude ainda são polêmicos e de difícil delimitação. Para elucidarmos as limitações e divergências do debate, utilizamos através da metodologia da história oral, dois depoimentos coletados no Assentamento Reunidas em Promissão – SP, para compararmos com a literatura e observarmos o quanto nossos sujeitos correspondem ou não com as problemáticas levantadas pelos principais estudiosos do tema, demonstrando que a juventude rural é heterogênea e que possui diversos contornos, sujeitos e desejos.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa e suas problematizações são fruto de discussões elaboradas pelo discente com sua orientadora e também da vivência, das atividades, das pesquisas de campo e discussões desenvolvidas pelos grupos de pesquisa aos quais o discente é vinculado. O Centro de Pesquisa e Estudos e Agrários e Ambientais (CPEA), localizado na FFC da UNESP, Campus de Marília/SP, coordenado pela Profa. Dra. Mirian Cláudia Lourenção Simonetti, possui um ciclo de 26 anos de estudos voltados a análise dos

¹ Pós-Graduando do curso de mestrado em “Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe” do IPPRI, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da UNESP – São Paulo. Bolsista CNPq.

² Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília e São Paulo. Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Coordena o Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) da UNESP/Marília/SP/Brasil. Bolsista Produtividade 2 CNPq.

movimentos sociais e assentamentos rurais instalados no Estado de São Paulo. Neste período defrontamo-nos com situações paradoxais que nos mostram que os assentamentos comportam processos sociais que devem ser investigados em sua complexidade e assessorados para a produção de novas alternativas de gestão e de formação.

Ao aprofundarmo-nos nos temas de estudos da reprodução social dos assentamentos de reforma agrária, nos deparamos com o grupo social “juventude” e percebemos que ela é considerada o ator social proeminente para que a reprodução social se efetive. Para a compreensão da problemática da sucessão geracional dos camponeses integrantes de assentamentos de reforma agrária no Brasil, é tido como referência o conceito de “Reprodução Social”, que de acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1974), é “o processo social pelo qual as culturas são reproduzidas através de gerações”. Bourdieu aplicou esse conceito principalmente ao avaliar a maneira como instituições sociais são usadas para transmitir ideias culturais que servem de base e dão respaldo à posição privilegiada das classes dominantes ou governantes.

A reprodução social não consiste apenas na repetição da cultura atualmente existente, mas também na manutenção da própria estrutura social e do sistema de estatutos e papéis sociais existentes num dado momento. Portanto, os agentes de socialização, ao promoverem a aprendizagem da cultura de uma sociedade e a integração do indivíduo na sociedade e em grupos sociais específicos, promovem simultaneamente a reprodução da estrutura social existente num dado momento.

Para Simonetti *et al* (2014), a sucessão geracional nos lotes de reforma agrária se torna um problema na medida em que as gerações originais devem ser sucedidas pelas novas, tendo em vista que os lotes que compõem os assentamentos somente podem ser legalmente transferidos mediante sucessão hereditária, a herança. Essa demanda ocorre em um contexto heterodoxo no qual ao mesmo tempo em que os jovens criam diferentes estratégias para migrar para as cidades, também criam diferentes formas de reivindicar seus direitos sociais e se constituir enquanto movimento (ganhando representatividade e força política), tudo isso ocorre ao mesmo tempo em que estes jovens são formados cada vez mais através de um ideal urbano e por experiências profissionais urbanas - e é nesse ponto que nos perguntamos - como é possível manter trabalhando no campo, dar consecução aos projetos e lotes dos assentamentos, através desses jovens? A discussão sobre a questão da juventude torna-se então uma questão política e crucial para os movimentos sociais e para a reforma agrária.

Existe um claro interesse da produção científica na área do “conhecimento humano” voltado para a manutenção e o desenvolvimento de uma juventude urbana (criação de políticas públicas, programas sociais, acesso à escola e etc.), deixando de lado sujeitos que pertencem a outras estruturas e diferentes sistemas de estatutos e papéis sociais, em um país em que 26%³ da população total, ou seja, aproximadamente 46 milhões de brasileiros, ainda moram no campo. Dessa população de 46 milhões cerca de um terço é constituída por jovens.

A partir dos dados do censo de 2010 podemos observar que cerca de 29,9 % de toda a população camponesa se encontra no corte etário (15-24 anos) adotado pelos organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esse tipo de recorte busca homogeneizar o conceito de juventude a partir de limites mínimos e máximos de idade, respaldando-se em uma compreensão de que a juventude é um momento de transição da adolescência para o mundo adulto, porém essa compreensão tem sido amplamente questionada e discutida. Para Levi e Schmitt (1996), por exemplo, esse tipo de classificação só pode ser considerada em uma perspectiva histórica de longa duração e, portanto, é transitória.

Não menos importante, o recorte de gênero, também deve ser levado em conta para entendermos a constituição de uma juventude rural enquanto objeto de estudos. Embora seja considerado um tema marginal, desde o final do século XX e do início do século XXI presenciamos um aumento no debate sobre a juventude num contexto nacional e internacional, principalmente no debate das ciências sociais. As principais temáticas reforçam as compreensões machistas e as relações de poder da hierarquia social ao conceber a juventude, como mencionado anteriormente, enquanto um período de transição entre a adolescência e a vida adulta. Essa compreensão se baseia em formulações que estipulam padrões comportamentais para os jovens e buscam demonstrar como esses padrões são transitórios. Essas compreensões de recorte etário aparecem principalmente em pesquisas da década de 1960 e serve como facilitadora para análises estatísticas relacionadas principalmente a entrada no mercado de trabalho, ao atendimento de saúde e a formação educacional; para Thévenot (1979) o uso de termos como *jovem* e *velho* é arbitrário, pois parte de uma definição de juventude construída *a priori* e pretende somente elencar os sujeitos ativos e inativos em relação

³ Dados obtidos do censo de 2010 a partir do site do IBGE:
<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1766>

ao mundo do trabalho. Margulis, M. & Urresti, M. (1996) apontam que a categoria também aparece ligada a adjetivos de *vanguarda, transformadora, questionadora* o que sugere que a juventude é considerada um sujeito com potencial transformador, mas que por outro lado também está associada adjetivos, segundo Foracchi (1972), como *em formação, inexperiente e sensível*. Embora apareçam recortes etários, geracionais e comportamentais, partindo de contextos históricos, o ponto de partida de todas essas perspectivas é segundo Bourdieu (1983) uma categoria pré-construída e genérica, buscando a consolidação de um objeto e conceito que possa ser um paradigma. Essas perspectivas reforçam a concepção de juventude enquanto momento de transição e segundo Amit-Talai e Wulff (1995), uma juventude incapaz de produzir sua própria cultura, percepção essa que limita o conceito enquanto objeto de análise. Elisa Guaraná de Castro (2008) sustenta que a juventude é pouco levada a sério e tratada como *adultos em potencial*, fator que possui implicações desde a dificultar a contratação em um primeiro emprego e deslegitimar a participação em espaços de decisão.

Para Bourdieu (1983) as fronteiras entre a juventude e a velhice são objetos de disputa em todas as sociedades e o que marca a sua definição são as relações de dominação e de hierarquia que estruturam as posições sociais. Assim, a categoria juventude é somente uma palavra se desprovida das relações sociais pelas quais ganha significado. Para o autor, classificar é ordenar e impor limites, portanto, existem relações sociais de poder e de dominação por detrás da construção de um conceito. Esses questionamentos sugerem a necessidade de buscar novas formas de dessubstancializar essa categoria, desconstruindo-a e demonstrando a sua representação social, o que, segundo Stolke (2006) leva em conta as diferentes visões sobre os jovens (como demarcam suas posições sociais, seu posicionamento na família) somando-se as dimensões históricas e estruturais. Para Honwana e Boek (2005) as juventudes comungam de um mesmo processo histórico e cultural e uma identidade relativa ao lugar que ocupam na sociedade, mas vivenciam a juventude de formas distintas, pois variáveis de *gênero, etnicidade, religião, classe, responsabilidade e expectativas* condicionam a definição de quem é visto, considerado ou considera-se jovem.

Em termos brasileiros, Novaes (1998), nos mostra que para além dos cortes etários, falamos agora de *juventudes*, olhar mais amplo e que foge da tentativa de universalizar o que é particular e ao mesmo tempo diverso. Ao pensarmos em *juventude, educação e lazer* - atributos constantemente estudados por diversas perspectivas teóricas - como atributos inerentes à categoria pensamos, segundo Abramo

(1997), em um processo de formação de quem ainda não está inserido no mercado de trabalho e consequentemente retiramos da análise os jovens da classe trabalhadora que já ingressaram no mercado de trabalho. Para Castro (2008) essa é uma importante contribuição para percebermos a juventude enquanto uma construção social.

Em uma pesquisa sobre a produção bibliográfica do tema Juventude Rural no Brasil, Castro E. G, Martins M. e Rodrigues, M. E. B. (2009) apontaram que existe uma tendência à expansão dessa produção e até o ano de 2007 identificaram 197 obras sobre o tema. Entre os anos de 1960 e 1999 a produção foi considerada pouco expressiva e correspondeu a 19 referências (corresponde a menos de uma obra por ano), a partir de 2000 foi identificado um crescimento que atingiu a média de 22 trabalhos ao ano, com maior concentração em 2006 (40 trabalhos) correspondente a 20% de toda a produção na área.

Apesar do aumento dos estudos sobre juventude no Brasil observamos que o foco está na juventude urbana que se encontra nas grandes metrópoles; a categoria “*Juventude Rural*”, até então foi pouco discutida na historiografia brasileira, mas ganhou vulto nos últimos dez anos, Castro *et al* (2009) percebeu esse crescimento nos trabalhos de Abramo, Helena e Branco, Pedro P. (2005); Abramovay, Miriam e Castro, Mary Garcia (2006); Castro, Elisa Guaraná de e Carneiro, Maria José (Org.) (2007).

Nilson Weisheimer (2005) realizou um levantamento da produção bibliográfica sobre o tema da juventude rural no Brasil e concluiu que as questões da “*migração*” e da “*invisibilidade*”⁴ são as mais presentes nos estudos. Weisheimer apontou também que as abordagens caminham no sentido de ações (políticas públicas/ ações dos movimentos sociais) que “*impeçam*” a juventude de completar o seu “*destino*”, a migração do campo para a cidade e evitar o consequente fim do meio rural e da agricultura familiar.

Para Wanderley (2007) a categoria Juventude Rural não acompanha há muito tempo o debate acadêmico, não é uma categoria alvo de discussão e nunca foi um tema privilegiado nem mesmo dentro do campo de debate sobre questão agrária. Para a autora a categoria deve ser pensada então em um duplo enquadramento, enquanto *jovens e rurais*, de um lado essa juventude enfrenta os preconceitos do imaginário urbano acerca do mundo rural, são associados ao *atraso*, ao *arcaico*, ao *caipira preguiçoso*, do outro lado, na relação com os pais enfrentam o preconceito por serem muito *urbanos*. Essas

⁴ A questão da invisibilidade reside no fato mencionado anteriormente de que priorizam-se os estudos relacionados à juventude urbana e acaba-se por compreender a juventude rural como uma subcategoria.

relações revelam uma condição de subalternidade desses jovens que são percebidos como inferiores, seja nas suas relações na cidade, seja nas suas relações familiares e nas relações com a comunidade formada pelos outros lotes. Como reforço dessa condição ainda é marcante o contexto nacional das condições econômicas e sociais para os pequenos agricultores.

De forma paradoxal, observam-se os discursos das famílias dos jovens assentados e dos movimentos sociais rurais que constantemente afirmam a importância desses indivíduos para a reprodução da produção familiar, cujo processo de trabalho era segundo Woortmann & Woortmann (1997) indissociável da construção simbólica das hierarquias familiares entre gêneros e gerações, entretanto com a mudança nas estratégias de reprodução das famílias agricultoras frente à crise dos processos sucessórios, os jovens saíram da condição de apenas filhos de agricultores e passaram a ser associados a problemáticas específicas como êxodo rural e migração e serem identificados como parte significativa de movimentos sociais; esses elementos sugerem a consolidação da juventude rural enquanto um ator político.

O êxodo rural e os processos de migração são conhecidos de longa data no território brasileiro e a migração sazonal sempre foi uma prática antiga dos agricultores aliada à reprodução familiar como meio de complemento de renda. Para Castro E. G, Martins M. e Rodrigues, M. E. B. (2009) a juventude torna-se uma importante entrada para os estudos do meio rural, colocando-a ao mesmo tempo como *problema e solução*, papel crucial para o futuro da *agricultura familiar e camponesa*, aqueles que vivem o dilema do trânsito entre o campo e a cidade e sofrem de forma direta as transformações sociais no meio rural (Carneiro, 1998). Ao realizar um balanço acerca da temática da migração da juventude rural no Brasil, Brumer (2007) identificou duas variáveis, os atrativos da cidade e do novo ambiente e os aspectos negativos do lugar de origem. Os aspectos negativos estariam ligados à maneira como ocorre a divisão do trabalho nas unidades rurais de produção expressados pelas relações de hierarquia e de conflitos geracionais, em muitos casos a saída dos jovens é entendida como expressão de seus questionamentos sobre o mundo rural (Stropasolas, 2006). Compreender como a juventude constrói e ressignifica suas representações sobre o rural e o urbano tem sido a grande tarefa das atuais pesquisas, as quais lidam ao mesmo tempo com a desvalorização do campo (lugar atrasado, desinteressante) e em outros processos com a valorização do campo (local seguro, local da luta pela terra e não mais somente local de trabalho).

Uma pequena parcela das pesquisas trata da participação política desses jovens, sendo que as únicas referências estão ligadas aos jovens de assentamentos rurais, em detrimento de outros setores camponeses. Para Andrade (1998) a especificidade dos assentados consiste no saber social diferenciado e elaborado a partir da vivência política da luta pela terra, isso implica também na formação de jovens militantes nas organizações camponesas (Loera, 2006). Ser militante destaca-se também como uma forma de acesso a determinados bens culturais (viagens, cursos, palestras, encontros, leitura, filmes...), o que promove uma diferenciação entre o jovem militante e os demais jovens assentados e acampados. Mesmo com o engajamento político de grande parte dos jovens no processo de reforma agrária, os pesquisadores identificaram uma baixa inserção nas atividades agrícolas e nas instâncias políticas (coordenações e associações), para Castro, E. G. (2005) esses jovens mudaram de atuação em relação ao período do acampamento ficando restritos aos afazeres domésticos, antes eram atores participativos e agora pouco se envolvem com os desafios que os lotes proporcionam. Isso demonstra segundo Castro *et al* (2009) uma distância entre os processos dos movimentos sociais, dos atores governamentais e organizações não governamentais (ONGs) da realidade vivida nos assentamentos.

Até o ano de 1995 tivemos poucas referências à categoria, as únicas presentes estão relacionadas à escola e ao trabalho, as análises consistem na especificidade das experiências educacionais no campo, como o das escolas agrícolas e pedagogia da alternância, nesse cenário aparece a reflexão sobre o êxodo rural e a consequente crise do campo, instituindo a juventude rural como uma parcela específica da sociedade que necessita de programas sociais e apontamentos científicos para a mudança dos mesmos. Já no próximo período observamos a expansão da discussão sobre o tema e a visibilidade conquistada através dos movimentos sociais, ela se expressa em termos como “Jovens Sem Terra”, “Jovens Assentados” e “Juventude e Agricultura Familiar”, que se relacionam aos processos de intensificação da luta pela terra e da modernização do campo. Observamos que nos anos subsequentes os temas ampliaram ainda mais, mas, permaneceram ligados aos estudos dos jovens filhos de agricultores e relacionados aos pares de oposição, “rural-urbano”, “campo-cidade” (Castro E. G, Martins M. e Rodrigues, M. E. B., 2009).

Para Castro *et al* (2009) faltam pesquisas que compreendam o rural para além dos Jovens residentes nos assentamentos de reforma agrária, deixando de lado também os jovens das populações quilombolas, ribeirinhas, indígenas, seringueiros e

quebradeiras-de-coco que também estão “invisíveis” nessas pesquisas. Portanto compreender esse universo de pesquisas perpassa pela revisão e identificação de como a categoria está sendo construída, a quais problemáticas está relacionada e, sobretudo, quais são as questões específicas que os jovens vivenciam em distintos espaços rurais. O campo de estudos sobre a juventude rural enfrenta dificuldades para se colocar além do referencial urbano sobre o tema, o que se explica pela forte influência da produção científica e da criação de políticas públicas para o setor da juventude que está localizada nos espaços urbanizados. Ainda para as autoras, é necessário perceber as transformações da noção de juventude e entendermos as práticas e significados do que é ser jovem em distintos contextos e grupos sociais, o que revelaria um panorama abrangente do que é ser Jovem Rural e que, ao mesmo tempo, seria uma investigação significativa para entendermos o papel dos jovens em diversos espaços e instituições (Castro *et al*, 2009).

As autoras demonstram a clara emergência e expressão da Juventude Rural enquanto ator político presente no cenário nacional seja nos movimentos sindicais, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), nos movimentos sociais que são parte da via camponesa, MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e também na Pastoral da Juventude Rural (PJR) movimento consolidado desde 1983.

Nos movimentos sindicais a juventude possui comissões municipais e estaduais, em nível federal ela se organiza na Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNJTTR) na CONTAG e na comissão Fetraf-Brasil e suas secretarias de Juventude que compõe a parte executiva na federação. Castro E. G, Martins M. e Rodrigues, M. E. B. (2009) observaram que existe uma intensa disputa nas esferas de decisão dessas organizações e que o principal objetivo desses coletivos de juventude é o de renovar o movimento sindical através das políticas afirmativas de participação nos espaços de decisão.

Nas organizações dos movimentos camponeses integrantes da via camponesa, nem todas possuem coletivos de juventude (somente o MST e MAB), porém a via camponesa articula todos esses movimentos através do Coletivo Nacional de Juventude da Via Camponesa, que foi criado em 2006 devido à percepção da necessidade dessa articulação durante o I Seminário do Coletivo Nacional da Juventude da Via

Campesina, realizado também em 2006, parte do programa de formação para a juventude da mesma instituição (Castro E. G, Martins M. e Rodrigues, M. E. B., 2009).

A Pastoral da Juventude consiste em um movimento que possui como eixo central a juventude rural em suas diversas instituições (sindicatos, partidos e comunidades) com o intuito de organizar politicamente esses sujeitos, ela é dividida em coordenações estaduais e nacionais. Castro *et al* (2009) afirma que ao afiliar-se à Via Campesina Brasil a Pastoral da Juventude ganhou força no cenário dos movimentos sociais, tanto nacionalmente quanto internacionalmente e que também contribuiu para a consolidação do coletivo nacional da Juventude da Via Campesina Brasil.

Essas organizações apresentam demandas sociais e são reveladoras para entendermos as formas pelas quais os jovens se veem no processo de construção da realidade social brasileira. Questões como acesso à terra, educação, uso dos transgênicos, agroecologia, soberania alimentar, modelo agropecuário, agronegócio, crédito especial para a juventude, agricultura camponesa e política camponesa, estão presentes nas agendas de discussão e nos congressos realizados pelos coletivos e juventude e demonstram o grau de profundidade de discussão e de inserção desses coletivos na produção de conhecimento.

Os programas de políticas públicas mostram que a prioridade é o jovem urbano e que as políticas para os jovens rurais têm como foco a educação e a qualificação profissional, sendo que os únicos programas relativos ao trabalho rural (Nossa Primeira Terra e Pronaf Jovem) são concessões de crédito. Essas concessões são relativamente baixas perto do valor necessário para investimentos na produção e nos insumos e não resolvem o problema da dependência juvenil; entre os assentados é comum existir um endividamento precoce e jocosamente o programa passou a ser apelidado de *Nossa Primeira Dívida*. As políticas não apresentam suas concepções de juventude e não conseguem contabilizar quem são, quantos são e como vivem seus beneficiários, notadamente medidas de caráter focal e paliativas para os que se encontram em situação de vulnerabilidade social (Scopinho, 2013).

Para Scopinho (2013) as políticas públicas e programas sociais voltados para a Juventude não dão conta dos principais problemas expostos pelos assentados, como a ausência de infraestrutura mínima para produção (água e energia), o excesso de burocracia na liberação dos créditos, falta de assistência técnica, ausência de canais de comercialização, falta de escolas, assistência à saúde e lazer, problemas que impedem o desenvolvimento de uma economia fundamentada na cooperação, no trabalho familiar e

na agroecologia e acabam por agravar a questão de “*como inserir e manter os jovens nessas comunidades*” (Scopinho, 2013, pág. 02).

Nota-se que a autora utiliza o termo *inserir e manter os jovens* em referência aos seus estudos que focam o movimento contrário ao êxodo rural, ela busca compreender a inserção dos jovens em assentamentos rurais nas famílias que migraram da cidade para o campo em busca de melhores condições de vida. A análise ocorreu entre 2011 e 2012 em dois assentamentos próximos à cidade de ribeirão preto, polo econômico, político e administrativo de uma das regiões agrícolas mais importantes do país.

Para além dos coletivos de juventude presentes nos movimentos sociais Scopinho (2013) problematizou a relação da Juventude com o Trabalho Rural, ressaltando a diferença substancial que foi mencionada anteriormente entre ser um jovem assentado e ser um jovem militante. A autora reconhece as especificidades da juventude rural e discorre que para Castro *et al* (2009) a migração é causada pela *falta de trabalho, renda e escola* e que os jovens permaneceriam no campo se melhores condições de vida existissem, porém identifica a limitação desses indicadores pois o estudo realizado por Castro *et al* (2009) foi composto somente por jovens militantes, o que para Scopinho (2013) expressa opiniões relativas a ideais pautados pela continuidade do movimento de luta pela reforma agrária, não somadas às dos jovens que não participam de movimentos sociais.

Sobre a questão do trabalho rural a autora sustenta que as pesquisas que envolvem o tema apontam para um “novo” (aspas do autor) rural marcado pela modernização e tecnificação da base produtiva, trabalho pluriativo (trabalho agropecuário intercalado com atividades não agropecuárias) e prestação de serviços de lazer e turismo (CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA, 2004) criando empregos não agrícolas na tentativa de manter os trabalhadores no campo e supostamente resolver os problemas urbanos atribuídos ao êxodo rural (SCOPINHO, 2013). Esses empregos favorecem ainda mais precarização do trabalhador rural e deixam de lado questões importantes como a reforma agrária, a democratização do sistema de crédito rural, a melhoria da infraestrutura produtiva nas pequenas propriedades, a reforma dos canais de comercialização, a melhoria da educação e serviços de saúde e proteção social que contribuiriam para o desenvolvimento rural e diminuiriam as disparidades sociais entre o campo e a cidade (SCOPINHO, 2013).

Em suas pesquisas de campo a autora buscou evidências empíricas para refletir como os jovens estão inseridos no processo de organização e gerenciamento dos

assentamentos rurais, articulando na análise a forma pela qual os indivíduos organizam o trabalho familiar com a participação dos jovens e como se dá a construção das suas representações sociais (SCOPINHO, 2013).

A autora pôde perceber que no entendimento dos entrevistados que o que define a juventude é a ausência ou presença de responsabilidades; se um jovem começasse a trabalhar aos 18 anos, ele já passaria para a condição de adulta. Ao longo da pesquisa observou que as expectativas e representações de vida não eram condizentes com a realidade vivida; de um modo geral os jovens permaneciam desempregados, mas estavam certos de sua centralidade e de sua ligação com a liberdade, no campo o trabalho simbolizava a não dependência de um patrão e na cidade o trabalho simbolizava a independência financeira e porta de entrada para o mundo do consumo (SCOPINHO, 2013).

A maioria dos jovens que trabalhavam estavam inseridos nas atividades dos lotes e faziam questão de ressaltar que não trabalhavam na roça, mas sim ajudando com os afazeres de dentro de casa; essa percepção reflete o preconceito que os próprios jovens possuem em relação ao trabalho rural encarado como pesado, sujo e não qualificado. No geral, a descrença em um futuro profissional no assentamento pairava sobre os jovens, com exceção de quatro entrevistados que eram militantes e que frequentavam os cursos de formação oferecidos pelo MST, fator que dá sustentação para a diferenciação entre os jovens rurais que militam e não militam.

Devido à ligação do trabalho com a questão da liberdade, os jovens acabavam por abandonar os estudos sem restrição do tipo de trabalho que iriam exercer, desde que rompessem a lógica do desemprego e se inserissem no mercado de trabalho. O emprego na cidade era visto como mais seguro, pois estava pautado pelas leis trabalhistas e possibilitava mais acesso aos bens de consumo e lazer presentes nas cidades; o emprego na cidade também era visto como estratégia de acumulação de capital para se investir na produção ou como renda para subsistência no lote que era utilizado como local de moradia seguro, longe dos perigos das cidades. Essa condição cria, como define Scopinho (2013), *assentamentos-dormitórios*, onde esses jovens vindos das periferias urbanas marginalizadas e controladas pelo crime, encontram um local seguro para morar; mesmo com as graves deficiências de infraestrutura e de serviços, morar nesses assentamentos foi o que de melhor a reforma agrária trouxe para eles, a autora afirma que “ao contrário do que dizem as cartilhas dos movimentos sociais e os documentos governamentais, cidade e campo não são mundo dicotômicos e os jovens têm sido

capazes de explorar cada um deles do modo conveniente” (SCOPINHO, 2013, p. 14). A juventude rural figura no movimento campo-cidade para além do tradicional êxodo rural, esses jovens seriam como “*andorinhas*” que, nas palavras da autora, “é aquele que vai e vem no percurso assentamento-cidade-assentamento em busca de trabalho e moradia, onde houver um jeito melhor para sobreviver” (SCOPINHO, 2013, p. 18). As políticas públicas criadas para solucionar os problemas e apoiar o trabalho rural, como o Programa Nossa Primeira Terra, Pronaf Jovem e Projovem Campo, não eram conhecidas pelos jovens e somente poderiam ser solicitadas pelas famílias que possuíssem um projeto em andamento (SCOPINHO, 2013), demonstrando que a lógica patriarcal é a força condicionante nos arranjos dos lotes, o trabalho desses jovens era visto pelas famílias como uma ajuda nas atividades do lote e como complemento de renda quando era executado na cidade.

As quatro jovens lideranças do MST que foram entrevistadas nos assentamentos eram contrárias à luta por políticas públicas que suprissem as necessidades econômicas e sociais, por entenderem que elas não correspondem à realidade dos assentamentos e pelas dívidas que elas geram, apontavam como saída a criação de créditos paralelos e mercados alternativos, o que na opinião de Scopinho (2013) requer uma alta capacidade organizativa e mobilizadora das bases sociais dos assentamentos já existentes, capacidade não presente no MST.

Para a autora, a participação na economia do assentamento não prepara os jovens para enfrentar os problemas típicos da pequena produção, fazendo com que os jovens mantenham e reproduzam a condição de vida de seus pais ou partam para as cidades em busca de outras oportunidades. Na visão dos entrevistados os estudos seriam a solução para a problemática da juventude rural, porém as condições objetivas fazem com que esses jovens prefiram o trabalho à escola, eles enfrentam grandes distancias para se locomover até as escolas nas cidades e enfrentam os preconceitos reproduzidos por essa instituição ao serem taxados de “gente suja”, “baderneira” e “pé vermelho”. As famílias apontam o desejo de possuir algum controle sobre o funcionamento das escolas, o que poderia ser solucionado com a inserção de das mesmas dentro do assentamento. Mesmo com essas condições a escola significava um espaço de lazer e sociabilidade inexistente no assentamento com a possibilidade de conhecer outras pessoas e executar atividades que rompessem com a rotina como, jogar vôlei, futebol, assistir a vídeos, atividades que também poderiam ser realizadas no assentamento, mas que eram consideradas menos valorizadas se realizadas ali, os jovens demonstraram também um maior interesse em

ter no assentamento o mesmo que na cidade, sorveterias, bares e lojas, o que para Scopinho (2013) demonstra uma noção de lazer centrada no consumo.

A homogeneização da condição juvenil por parte dos movimentos sociais e dos programas governamentais refletem os discursos tipicamente institucionais que inspiram a elaboração de programas para jovens abstratos, diferentes dos jovens entrevistados pela pesquisadora. Para a autora somente será possível pensar e construir as reais possibilidades de inserção profissional e social desses jovens quando eles forem protagonistas de projetos produtivos reais em seus assentamentos (SCOPINHO, 2013). A partir desta revisão bibliográfica, baseada principalmente no texto de Castro *et al* (2009) e pela discussão levantada por Scopinho (2013), observamos que no universo de pesquisas sobre a Juventude Rural encontramos no debate contemporâneo importantes perspectivas de investigação, algumas relativas à constituição e a consolidação de uma juventude rural militante e organizada, estudada através da participação e engajamento nos movimentos sociais e outras discussões que buscam consolidar o conceito de juventude rural também como uma juventude presente nos assentamentos e que não necessariamente é engajada nos movimentos sociais.

RELATOS ORAIS - DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES

Com o intuito de retratarmos os sujeitos e compararmos suas diferenças e aproximações quanto às percepções sobre o que é ser jovem e ser assentado, hoje, no Brasil com a teoria da literatura analisada, colhemos – a partir de entrevistas semiestruturadas - relatos orais de dois jovens assentados da “Agrovila Campinas”, parte integrante do “Assentamento Reunidas” localizado na cidade de Promissão no Estado de São Paulo.

O Assentamento é fruto de um movimento que teve início em 1983 que, depois de muitos conflitos e embates, resultou na desapropriação da fazenda, em 1986 pelo Governo Federal. Em 1987 ocorreu o assentamento de 44 famílias que inicialmente acamparam na região. Nesse mesmo ano, acampam mais 300 famílias, organizadas pelo MST, da região de Campinas, e simultaneamente inicia-se a seleção, pelo INCRA e

representantes das prefeituras e sindicatos de trabalhadores da região. Assim, é possível verificarmos a diversidade e complexidade existente nesse Assentamento. Cada grupo possui características próprias, pois ao lado daqueles que participaram da luta pela terra, através da organização política (acampamentos, confrontos com os proprietários e com o Estado), estão aqueles que ao serem cadastrados pelo Estado (como forma de minimizar os conflitos de terra na região), tiveram acesso à terra. O assentamento se destaca por ser um dos maiores do estado, com cerca de 17.000 ha e 634 lotes, onde se distribuem 637 famílias, em 10 agrovilas. Em sua formação, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) distribuiu as famílias de acordo com a cidade ou região de origem, a saber: Agrovila São Pedro, Agrovila de Penápolis, Agrovila de Birigui, Agrovila de José Bonifácio, Agrovila de Campinas (escolhida para o trabalho de campo), Agrovila Central, Agrovila dos 44, Agrovila de São Bento, Promissãozinha e Agrovila dos 12, somando um número de 637 famílias. É um dos primeiros assentamentos realizados a partir do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento e Reforma Agrária (PNRA) realizado no país (SIMONETTI, 2011).

A Agrovila Campinas com 75 lotes foi selecionada como espaço de coleta de depoimentos por possuir uma longa trajetória de pesquisas e diversos assentados colaboradores ligados à universidade e ao centro de pesquisa do qual o aluno faz parte. Os depoimentos foram coletados na ocasião da festa de aniversário dos 25 anos do Assentamento Reunidas, entre os dias 04 e 05 de novembro de 2012, as festividades foram realizadas no espaço da igreja e no salão de festas da Agrovila Campinas; a escolha da data se deu pois na ocasião concentravam-se todos os jovens assentados e militantes (os militantes do MST geralmente viajam durante o ano para cursos de formação e outras atividades) participantes da comunidade.

Em uma primeira conversa, nossa colaboradora, A.M., mulher de 53 anos⁵, nos disse que não conseguia estimar quantos jovens estavam morando na agrovila, mas que pelo menos uma em cada duas famílias possuíam filhos que dependiam de seus pais para sobreviver; afirmou que a maioria dos jovens residentes na agrovila não eram militantes e que de todos os jovens somente um, A.M.N, homem de 27 anos, possuía atividades ligadas aos movimentos sociais, neste caso o MST. Nesse cenário, optamos pela coleta do relato oral do militante mencionado acima e do relato de outro jovem

⁵ Nossa colaboradora, A.M., participou do processo de luta pela terra do assentamento reunidas, da divisão dos lotes, das reuniões políticas e burocráticas para a construção da agrovila e é influente e conhecida por todos os moradores, não somente da agrovila, mas por todos do assentamento Reunidas.

assentado não militante J.A.A. mulher de 18 anos de idade, com o intuito de perceber também as diferenças entre ser um Jovem Rural e um Jovem Rural militante.

Após a revisão da literatura sobre Juventude Rural, entendemos que não poderíamos selecionar nossos sujeitos a partir de sua idade, mas sim de elementos que ainda identifiquem esses jovens com a dependência de sua família – pai, mãe ou outros familiares com quem tenha passado a infância e se desenvolvido - como, não ser casado, não ter filhos, ainda morar com os pais ou depender financeiramente - totalmente ou parcialmente - dos pais, nesse sentido, o critério utilizado por nossa colaboradora ao nos ajudar a selecionar os entrevistados está de acordo com o proposto pelo trabalho.

Ao perguntarmos sobre o local de nascimento e como se inseriram no assentamento, a jovem de 18 anos nos diz ter nascido na agrovila campinas e nunca ter morado em outra localidade, já o militante nos diz que nasceu na cidade de Indaiatuba onde permaneceu até a sua adolescência. Ele nos disse que nesse período era esportista e que o estresse pelas competições começou a ficar grande, foi visitar seus tios que moravam no assentamento e acabou ficando pois encontrou ali a vida mais calma que procurava. Em uma primeira aproximação percebemos que a porta de entrada para o Assentamento não foi dada da mesma forma para os dois indivíduos, ou seja, não ocorreu somente pela forma tradicional na qual os pais e os filhos participaram (ou nasceram durante o período de ocupação/assentamento) da luta pela terra e hoje moram e dividem o trabalho no mesmo lote e que futuramente transmitirão esses lotes como herança para os seus filhos. Neste caso observamos um jovem que veio da cidade, que teve uma formação urbana, mas que foi incorporado enquanto membro do lote e que participa ativamente da vida social do assentamento. Isso nos indica uma possível diversidade de arranjos familiares que compõe o universo dos assentamentos e que permeia a realidade dos Jovens Rurais.

A questão da luta pela terra, por se tratar de um assentamento, é marcante para todos os jovens pois a maioria das famílias passaram pelo processo de luta, ocupação, demarcação e divisão dos lotes, porém são sensíveis as diferenças entre as percepções do jovem militante e da jovem assentada principalmente devido à forma pela qual entraram na comunidade. Ao questionarmos A.M.N. sobre o que ele se lembra da luta pela terra ele nos diz:

Então, conhecer a luta pela terra a princípio foi na minha curiosidade mesmo, logo quando vim pra cá, quis saber a história da região, e outro foi TCC que eu fiz pro técnico, aí fiz um resgate histórico, da

onde se originou as famílias, eu me baseei muito nisso, com isso fiz o trabalho de campo aqui, fiz entrevista, já procuramos material que foi escrito. Tem uma tese de mestrado aqui muito boa da Selma, tem materiais muito bons.

Isso nos mostra que o conhecimento obtido pelo jovem militante adveio de uma fonte externa à familiar e que mesmo não participando dos processos de ocupação e divisão dos lotes ele se tornou sujeito participante do assentamento, ele nos relatou que rapidamente ele criou laços de amizade e acabou por conhecer um integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que visitava um parente na agrovila. O questionamos sobre este encontro e como ele pensa a questão da juventude nos assentamentos sendo militante; quais são os principais problemas enfrentados pela juventude e como movimento pensa a questão dos jovens camponeses, ele nos respondeu:

O MST eu conheci aqui no assentamento pela indicação de um conhecido. O coletivo de juventude pensa o que é a juventude nos assentamentos, no êxito da juventude, é uma grande discussão no MST. No coletivo tem representantes de diferentes assentamentos onde discutimos como podemos contribuir com a juventude do campo. Nos reunimos nas escolas, Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Josué de Castro, entidades no paran e na agrovila campinas vai ter uma oficina de forma no futuro. Na nossa discuss o fator econmico e a seguran de recebimento do dinheiro  o principal fator que causa a migrao da juventude, a juventude no sabe planejar produo, mas tem a falta tmbm de condioes de lazer e esporte. No h projetos suficientes no campo para juventude, tem o Pr- Jovem, que  econmico, mas um jovem para se manter no campo no precisa so disso, precisa de estrutura bsica, um jovem vai querer um esporte, um lazer, escolas, capacitao para trabalhar, tem vrias coisas que devia acontecer para manter a juventude aqui. No  so o econmico, isso no acontece no governo.

Neste relato podemos perceber claramente a expresso da Juventude Rural organizada apresentada por Castro *et al* (2009), que est articulada e vinculada aos movimentos sociais e que possui demandas concretas. No relato fica claro que a renda advinda da terra e a sua frequncia de recebimento  o principal problema enfrentado pelos jovens, pois nos perodos de entressafra eles vivem com o dinheiro obtido nos meses passados, o que demanda organizao e planejamento, ou seja, no so de bases materiais necessitam os jovens, mas tmbm polticas de gesto, cursos de organizao de produo, capacitao, escolas e lazer.

Já a jovem assentada J.A.A possui uma outra relação com a luta pela terra, ela adquiriu esse conhecimento através das histórias contadas pela família e na convivência com outros assentados. Ela nos disse:

Eu conheço mais ou menos a luta pela terra, eu vejo meu pai falando bastante do acampamento, que foi difícil e da chegada deles aqui que foi muito bonito, eles sempre ficam falando, lembrando. Quando eu fazia crisma a gente sempre lembrava, meu catequista que morreu, ele chamava “Zezinho”. O que marcou foi a chegada deles aqui, batalhando bastante, lembro do meu Pai, dos meus vizinhos e da Lurdinha comentando bastante também.

É possível identificar na fala da jovem a forte presença da igreja nas questões relativas a memória da luta através da pastoral da terra. Neste momento da entrevista nossa colaboradora que estava presente, se manifestou:

Tem casa aqui com jovens de 15, 16 anos que nunca ouviu falar de MST e não sabe o que é reformar agrária. E mora aqui e a mãe acampou. Eu acho que mentiram, não é possível alguém que vem de uma família que acampou não saber nada sobre isso.

Através destes relatos percebemos que as poucas informações obtidas pelos jovens sobre a luta pela terra e os processos de ocupação deste assentamento foram obtidas mais pela igreja e pela formação da catequese do que por processos de educação do movimento social. Neste caso específico, o movimento perdeu força na agrovila após o processo de assentamento. Ambos os assentados independentemente do grau de envolvimento com a luta pela terra possuem projetos de vida que contemplam a realidade do assentamento e possuem o desejo de permanecer assentados (mesmo que em outros assentamentos) ou de se rearranjar de acordo com as condições materiais propiciadas pelas políticas públicas de reforma agrária. Para o Jovem militante seu projeto de vida é:

Atuar no movimento com certeza, mas sim, quero ser agricultor, eu gosto de trabalhar com a terra eu gosto dessa vida assim, as políticas públicas é uma coisa que é travada muito travada porém vai se tocando, ter jogo de cintura e tudo se ajeita, conseguir terra através da luta, já estou fazendo, estou acampado na militância fazendo isso, sou acampado em Gália no acampamento nosso e contribuo na organização dos outros acampamentos. Ser agricultor, estou decidido a ficar na terra. Eu gosto de trabalhar com a terra. Vou conseguir minha terra pelo acampamento e vou ser agricultor.

Para ele fica claro o desejo de ser agricultor assentado, apesar dos problemas enfrentados pelas políticas públicas para esse setor que, como visto acima, é um dos

principais fatores de desestímulo para a permanência de jovens no campo. Para ele, possuir a sua própria terra é sinônimo de liberdade, pois, apesar de estar inserido nas atividades do lote de seus tios, ele também é acampado e luta por um pedaço de terra na cidade de Gália em um acampamento do MST chamado “*Luís Beltrame*”. Esse é um traço marcante e aparece em alguns casos nas pesquisas de campo realizadas pelo centro de pesquisa do qual o aluno faz parte, muitos jovens são impelidos pelos pais a conquistarem sua própria terra e passarem pelo mesmo processo de ocupação, luta e assentamento pelo qual a família passou. Essa trajetória é marcante pois ao mesmo tempo em que essas famílias poderiam dividir os seus lotes e contar com o aumento da produção junto de seus familiares, acabam incentivando a saída dos jovens e que uma vez acampados, não possuem garantia de serem assentados. Perguntamos para o jovem o que ele pensava sobre esta questão e ele nos respondeu:

Sobre o papel a família, não vejo problemas no incentivo para os jovens saírem e conquistarem a sua própria terra pois todos somos sem-terra, e tem terra pra todo mundo, isso é uma forma de incentivo à luta pela terra, à conquista de mais terras. Nem sempre os jovens conseguem continuar no lote dos pais. E se é uma família com cinco filhos? Você vai piquetia aquilo lá? Aí daqui a pouco vai virar um condomínio ou uma favela rural.

Existe uma grande diferença entre os projetos de vida do jovem militante e da outra jovem que investigamos. Enquanto o militante tem terra como meio de trabalho presente e futuro para sua subsistência, a jovem pensa a terra como local seguro para se viver, mas que não está vinculada às questões de trabalho e renda, ela pensa em estudar e trabalhar na cidade e continuar morando em um assentamento mais próximo de uma grande cidade. Em suas palavras:

Ah, eu penso em me divertir bastante, mas também fazer faculdade de medicina, medicina para arrumar emprego na cidade é mais fácil. As vezes quando alguém tem algum problema de saúde eles ficam 15, 20 dias sem vir pra cá, as vezes tem que ir pra cidade pra ir no médico, por causa de uma picada de escorpião tem gente que morreu. Também queria melhorar isso. Minha vontade mesmo é fazer faculdade de medicina e depois ir morar com meu avô em Sorocaba “Porto feliz”, também é assentamento, 10 minutos da cidade, eu falei assim pro meu pai que eu preferiria morar perto mais dos meus parentes e perto da cidade, ter companhia é mais fácil pra sair pra algum lugar, quando vou para lá a gente vai ver filme, vai pro shopping.

Neste depoimento percebemos claramente a pretensão futura de um arranjo de vida muito próximo ao conceito de “*Andorinha*” elaborado por Scopinho (2013) em que a juventude rural figura no movimento campo-cidade para além do tradicional êxodo rural, neste caso a jovem assentada pretende percorrer o trajeto assentamento-cidade-assentamento para estudar, trabalhar e viver da melhor forma possível para se sobreviver. Essa movimentação também é influenciada pelas questões de lazer, o que também aparece no relato da jovem ao apontar querer se mudar para outro assentamento para ter companhia para ir ao cinema e ao shopping, uma *noção de lazer centrada no consumo* Scopinho (2013), mas que é decisiva sobre o projeto de vida. Sobre o seu trabalho no lote e quais são os motivos pelos quais ela está hoje morando no assentamento ela nos disse:

Estou no assentamento pelos meus pais, acho que a maioria dos jovens ainda estão aqui pelos pais, porque a maioria dos jovens estão indo pra cidade procurar trabalho e estudo, não ficam aqui por causa do dinheiro, agricultura dá dinheiro, mas lá da mais e sempre. No meu lote eu lavo, passo, cozinho, faço tudo, mais em estufa eu não mexo não. Se eu fosse ficar eu acho que eu plantaria laranja e limão para ficar colhendo. Eu gosto de fazer exercícios físicos, aqui deveria ter academia, quadras, mais lazer pra gente, mas não tem né.

A assentada aponta a mesma questão material observada pelo militante, a renda obtida pela agricultura, observando que na cidade “*dá mais*” e de forma mais segura. Os depoimentos, mesmo concordando em algumas questões, são substancialmente diferentes e concordam com a literatura revisada no início do trabalho, principalmente no que aponta Scopinho (2013), de que existe uma marcante diferença entre ser um jovem assentado e ser um jovem militante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo buscamos revelar elementos que sustentem e validem a utilização do conceito e da categoria *Juventude Rural* nas pesquisas brasileiras, essa discussão é importante por dois fatores, primeiro, passados 29 anos da promulgação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), os Assentamentos que foram

concretizados nesse período passam hoje por um processo de envelhecimento de sua população original que foi responsável, por muito tempo, pela força de trabalho e pela organização política dos assentamentos e dos movimentos sociais ligados a questão da terra no Brasil, em segundo lugar, pela relevância da temática dos Assentamentos de Reforma Agrária devido ao seu potencial transformador que pode solucionar conflitos e remover tensões, concentrando a desapropriação em áreas geográficas específicas e buscando criar uma grande força camponesa que possa se tornar um contraponto ao agronegócio e que proporcione uma mudança profunda no modelo agrícola brasileiro.

Os processos de envelhecimento e de reprodução social dos Assentamentos de Reforma Agrária estão repletos de conflitos entre os seus sujeitos - jovens rurais e seus familiares, assentados e o estado - refletidos na migração desses jovens para as cidades por diversos fatores trabalhados na pesquisa, como: fatores materiais; falta de estrutura no campo, falta de escolas, falta de financiamentos; e fatores subjetivos; como o trabalho penoso, o machismo da família, o preconceito da cidade e outros. Sabemos que os lotes de reforma agrária somente podem ser transferidos mediante a herança, o que faz com que pesquisas ligadas a essa temática passem a ganhar maior importância nos próximos anos, pois o esvaziamento dos lotes devido a saída dos filhos e da juventude rural vem se dando em escala progressiva. Outro fator que nossa pesquisa buscou contribuir foi enfatizar que as investigações sobre essa temática não devem somente partir da perspectiva da fixação do jovem no campo, mas da perspectiva de ajudar a manter os jovens que realmente gostam da vida no campo, que querem ser agricultores mas que não encontram políticas públicas para a sua permanência.

No momento da revisão bibliográfica, baseada principalmente no texto de Castro *et al* (2009) e pela discussão levantada por Scopinho (2013), percebemos que a categoria Juventude Rural é consolidada enquanto objeto de estudos nos campos da geografia, da história e principalmente da sociologia, e que encontramos no debate contemporâneo importantes perspectivas de investigação, algumas relativas à constituição e a consolidação de uma juventude rural militante e organizada, estudada através da participação e engajamento nos movimentos sociais e outras discussões que buscam consolidar o conceito de juventude rural também como uma juventude presente nos assentamentos e que não necessariamente é engajada nos movimentos sociais.

A nossa pesquisa de campo foi realizada, justamente levando em conta estas duas discussões, coletando relatos orais de um jovem militante e uma jovem não militante, buscando comparar e demonstrar que ambas as percepções sobre a juventude

rural possuem importantes contribuições para o debate atual e que necessitam ser tratadas em conjunto, demonstrando que são parte de uma juventude rural heterogênea, que possui diversos contornos, sujeitos e desejos. Nesse sentido, para termos uma melhora na função social das políticas públicas voltadas para esses sujeitos, necessitamos que elas estejam voltadas não somente para o aparente ou para o sujeito político organizado que aparece através dos movimentos sociais, mas que estejam voltadas também para aqueles jovens que residem nos assentamentos e que não possuem engajamento político. Esse movimento só pode ser feito através do resgate do discurso desses jovens que experimentam e vivem efetivamente a realidade estudada, através dos quais eles possam nos dizer quais são suas necessidades, quais são os problemas enfrentados no campo, como se dá a sua educação e como é a sua relação com o assentamento, congregando diversas realidades específicas para compormos uma nova política social mais democrática e abrangente.

Nesse sentido, a nossa pesquisa tem o intuito de ser uma contribuição para este debate pois abre caminhos, problematizações e principalmente, o diálogo, entre os sujeitos que compõe a realidade dos Assentamentos de Reforma Agrária e a Academia. A Continuidade deste trabalho se dará na pesquisa de mestrado do aluno, intitulada “*A reprodução social nos assentamentos de reforma agrária: Os desafios e perspectivas dos jovens do Assentamento Reunidas em Promissão/SP*” que irá analisar os fatores que atraem os jovens assentados para a área urbana e os fatores que os mantêm na área rural, discutindo a importância que a permanência desses jovens em seus lotes desempenha na questão da sucessão familiar, problema decorrente ao envelhecimento dos primeiros assentados dos projetos de reforma agrária.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H.W. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*, in PERALVA, A. e SPOSITO, M. (org.), *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de educação*, n.5/6, São Paulo: ANPED, 1997.

AMIT, Talai e HELENA, Wulff. *Youth cultures: a cross-cultural perspective*. London; New York: Routledge, 1995.

ANDRADE, Márcia Regina de O. *A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos rurais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra*. (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. 1998

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974

_____. *A Juventude é apenas uma palavra*. Em: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983.

BRUMER, A. *A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade*, Em: Juventude Rural em perspectiva, Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

CASTRO, E.G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S.L.F.; RODRIGUES, M.E.B. & CARVALHO, J.G. *Os jovens estão indo embora? Juventude Rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: MAUAD X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, Elisa. *Entre ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese doutorado. PPGAS. Museu Nacional. UFRJ. 2005.

FORACCHI, M. M. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: EDUSP, 1972.

GOHN, M. G. (ORG.) *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HONWANA, A., & BOECK, F. D., *Makers and Breakers: Children & Youth in Postcolonial Africa*, Dakar, CODESRIA, 2005.

LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens II: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOERA, Nashieli. *A Espiral das Ocupações de Terra*, Editora Polis e Ceres-UNICAMP, São Paulo, 2006.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. *La Juventude es más que una plabra*, Buenos Aires: Biblos, 1996.

NOVAES, Regina R. *Juventude/ juventudes?* in Comunicações ISER, n.50, ano 17. RJ, 1998.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. *Serei também uma andorinha? sobre as condições de inserção e permanência de jovens em assentamentos rurais*. In: SEVERI, F.C.; ANDRADE Jr., J.R.P de; SILVA, A.P.S. da. (Org.). *O agrário e o ambiental no século XXI*. 1ed. Curitiba-PR: Editora CRV, 2013, v. 1, p. 97-120.

SIMONETTI, M. C. L. *A longa caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão*. Tese de Doutorado apresentada ao curso de pós graduação em geografia humana do departamento de geografia FFLCH, USP, 1999.

_____. *Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida*. Marília: Laboratório Editorial, 2011.

STROPASOLAS, V. L. *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro - SC*. Florianópolis: Ed. UFSC, UFSC.

THÉVENOT, L. *“Une Jeunesse difficile. Les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements”*, in Actes de la Recherche en Sciences Sociales. N. 26-27, março-abril. pp. 3-18, 1979.

WANDERLEY, Maria Nazareth. Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro. Projeto de pesquisa (mimeo), 2003.

WEISHEIMER, N. *Estudos sobre os jovens rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico*. Brasília: Nead/MDA, 2005.

WOORTMANN, E., WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. UNB, 1997.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

NEOCOLONIALISMO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: A LUTA PELA TERRA DOS CAMPONESES DO VALE DO JAGUARIBE, NO CEARÁ, NOS ÚLTIMOS 20 ANOS.

Autor: Josael Jario Santos Lima, UFRN

josaeljario@yahoo.com.br

Bolsista da CAPES

GT T 4: Camponeses e

Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

Resumo

A presença camponesa na região do Vale do Jaguaribe no Ceará sofreu forte redução, nos últimos 20 anos, quando foi implantado o projeto de modernização conservadora do agronegócio baseado na fruticultura irrigada. A partir de então, se instituiu dois “campos”, pois os territórios do campesinato e do agronegócio são organizados a partir de racionalidades e relações socioambientais distintas. Enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, os camponeses o fazem, priorizando a sua existência. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos territórios, uma é homogênea, enquanto a outra é heterogênea. O “campo” do agronegócio baseia-se nas monoculturas em grande escala, com trabalho assalariado, intensamente mecanizado e com utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas. Já o “campo” do campesinato, baseia-se na agricultura familiar, nas policulturas, em pequena escala, com baixa mecanização, em sua maior parte, com base na biodiversidade, com pouca ou sem a utilização de agrotóxicos. Esta clivagem foi criada pela lógica da reprodução ampliada do capital, que provoca o desenvolvimento desigual, por meio da concentração de poder expresso em diferentes formas, como propriedade da terra, dinheiro e tecnologia. A reprodução infundável não é da natureza, e sim do modo capitalista de produção, portanto, para garantir sua existência, o capital necessita se territorializar sem limites. Para isso acontecer, precisa destruir outros territórios, como os territórios camponeses. Esse processo de territorialização e desterritorialização gera conflitualidades diferenciadas como tem ocorrido na Chapada do Apodi, com lutas e resistências, mas que tem gerado mortes, contaminação dos solos, águas e pessoas.

CURRÍCULUM VITAE

Cursei e concluí o Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, na Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Brasil. O Título da Dissertação foi: Turismo Sustentável: Alternativa de Desenvolvimento Local e Conservação Ambiental. Uma

Análise Interdisciplinar do PRODETUR-CE. Orientador: Manuel Osório de Lima Viana na condição de Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Ceará – FUNCAP. Em minha pesquisa de dissertação de mestrado analisei o modelo de turismo concebido, incentivado e financiado pelo governo do Estado do Ceará entre 1991 e 2002, inserido-o no contexto da economia mundializada e, por suas características, assemelhadas com o modelo mexicano e caribenho, se traduzia pela exclusão social, elitização e privatização de espaços públicos, homogeneização cultural, produção de não-lugares vazios de vida comunitária e laços identitários próprios. Este modelo tendia a criar e manter formas de apropriação privada de espaços públicos, como praias e mananciais, acentuar as desigualdades de renda, numa região pobre e desprovida de investimento para a implementação de uma infraestrutura, ao mesmo tempo em que opera por meio de vultosos gastos públicos, sem uma consulta à sociedade e integração aos interesses e vontades da maioria da população. A investigação teve por objetivo básico o conhecimento sistêmico e sistematizado, na perspectiva interdisciplinar, das condições em que foi concebido e implementado o PRODETUR-CE. Buscou-se captar a percepção dos atores locais nas seis localidades que receberam recursos do referido Programa, no sentido de descobrir quais os reflexos na efetiva melhoria da qualidade de vida da população, na forma de mais e melhores empregos, salários e renda, maior conservação/preservação ambiental, afirmação cultural e fortalecimento, nos marcos do novo paradigma, do Desenvolvimento Sustentável. Fui aprovado no Concurso para Professor Substituto do CEFET/CE em 15 de Julho de 2003, na Disciplina de Economia do Turismo. Lecionei a Disciplina Agenda 21 e Habitação de Interesse Social, no Curso de Extensão de Planejamento Urbano da UFC/HABITAFOR/CEF e também lecionei, 2008 a Disciplina Metodologia da Pesquisa Científica do Curso de Especialização em Gestão Estratégica Organizacional, Consultoria e Desenvolvimento Humano nas Faculdades Integradas do Ceará. Atuo com consultor em Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental pelo Instituto Ambiental Viramundo e dou assessoria a ONGs e Movimentos sociais no Ceará e também lecionei no Curso de Economia da UFC, entre 2010 e 2011. No dia 28/03/2011 fui aprovado no Concurso de Professor Efetivo em Desenvolvimento Econômico na Faculdade Regional do Cariri – URCA. Sou membro Titular do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista da Prainha do Cantos Verde, representando o Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, desde 2011. Fui Assistente Técnico das Agendas 21 locais de Riacho e Nova Esperança em Paracuru e Caça e Pesca em Fortaleza, vinculadas ao Programa Agenda 21 da Petrobras, de março a dezembro de 2015. Lecionei a disciplina Economia Política no Curso de Serviço Social do Instituto de Educação Superior de Milhã – INESM, de fevereiro a abril de 2015. Fui aprovado no concurso de Professor Substituto da UERN – Campus Avançado de Assu, em 26/03/2015 e assinei contrato no dia 22/04/2015.

INTRODUÇÃO

Os projetos de agricultura irrigada no Estado do Ceará iniciaram-se com o autodenominado “Governo das Mudanças”, a partir de 1987, mesmo ano em que foram começaram serem feitas as obras para a construção do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi, que foi inaugurado somente em 1989, pelo DNOCS – sendo por isso um ator coletivo que realiza um programa e um espaço construído sob um território (RAFFESTIN, 1993). A implantação de projeto acarretou inúmeras transformações socioterritoriais e socioambientais na Chapada do Apodi e na vida dos seus moradores.

Um das consequências foi a perda de identidade dos agricultores familiares camponeses revelou a uma das transformações, visto que esses atores sociais haviam construído o território da Chapada, apropriando-se daquele espaço, que se pautava pela predominância do valor de uso e dos interesses coletivos dos/as agricultores/as, ao passo que com a implantação dos projetos empresariais que utilização abundantemente agrotóxicos, um espaço transformado em valor de troca, que passou a se subsumir ao domínio do agronegócio, conforme será apresentado ao longo desse trabalho.

Apesar de o pequeno produtor ser expulso de suas terras é notável a permanência em muitos casos deles no campo, utilizando a mão de obra familiar. Sua produção é basicamente para o sustento da família, sendo que o pequeno excedente da produção é comercializado e o dinheiro resultante desse comércio é destinado a compra de mercadorias que o camponês não produz.

O Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi torna-se o projeto experimental do novo modelo de irrigação, sob o signo dominador do agronegócio, com significativa expressividade em termos econômicos, o que não elimina, nem tampouco justifica, seus impactos negativos, tanto para a sociedade como para a natureza.

O Estado, sob os preceitos da atual mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), favoreceu e atraiu, por meio de incentivos e creditícios, a entrada de multinacionais no referido perímetro, a exemplo da *Del Monte Fresh Produce* (estadunidense). Produtora de melão e abacaxi e banana (no Ceará) é considerada a terceira maior multinacional do mundo no ramo de frutas frescas. Esta ampliou consideravelmente suas terras em áreas circunvizinhas ao perímetro, causando diversos problemas socioambientais e culturais.

Um fato marcante da Del Monte refere-se ao processo velado expulsão de comunidades tradicionais das áreas de expansão de suas atividades agrícolas.

O presente trabalho derivou da preocupação e indignação geradas pelas persistentes situações de violação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA) que a população pobre da região do Vale do Jaguaribe, vem passando ao longo dos últimos 20 anos e que se agravaram nos 5 anos com utilização da pulverização aérea de agrotóxicos nas plantações de fruticultura irrigada na região, que tem atingido comunidades inteiras e comprometido o futuro daquelas comunidades, pois tem havido um aumento da contaminação das águas, plantações, solos e do ar respirado nas comunidades da região que recebem rotineiramente os jatos que são jogados por aviões que fazem esse serviço de pulverização dos agrotóxicos.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS CAMPONESES NA CHAPADA DO APODI EM FUNÇÃO DA 'REVOLUÇÃO VERDE' BRASILEIRA

As pesquisas para a criação dos agrotóxicos começaram a ser financiadas pela BASF em 1909 e foram utilizados como arma química na 1ª Guerra Mundial e que rendeu ao químico Fritz Haber, que trabalhou na Basf, pela descoberta da síntese da amônia, o prêmio Nobel de Química de 1920. A BASF também foi o responsável pelo uso de gases tóxicos. E mais tarde, para aproveitar as sobras dos estoques dos da 2ª Guerra, os produtos químicos passaram a ser usados com o nome de defensivos agrícolas. Em função da notoriedade advinda conquista do Prêmio Nobel ao inventor do DDT, sua aplicação logo vai se dar, pelo fato que em diversas regiões agrícolas da América do Sul e a África aconteceram invasões de gafanhotos. Isto deu ensejo ao uso e abuso do DDT, BHC, Aldrin, Dieldrin, Telodrin, Endrin e similares, obtém aprovação do Ministério da Agricultura. Na década de 70 surgiu a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas – ADEF, que se valeu da ameaça da fome e da teoria da população do economista Thomas Malthus para fazer suas propagandas, que vincularam o uso de “defensivos” agrícolas (leia-se agrotóxicos), como uma arma no combate à fome.

O DDT foi muito combatido por causa da alta contaminação que ele causava, se revelando um produto muito nocivo para a saúde humana, a vida animal e para o meio ambiente com um todo, a começar pela obra Primavera Silenciosa de Raquel (CARSON, 2010). Em consequência, foi banido de quase todos os países e inserido na lista dos poluentes orgânicos persistentes (POPs), objeto da Convenção de Estocolmo que entrou em vigor em 2004, obrigando os países signatários a adotar medidas de controle.

Produtos nocivos à vida humana, animal, vegetal e quaisquer outras formas orgânica existente, denominados de organofosforados foram desenvolvidos pelas indústrias químicas nas décadas de 1930/40, como armas químicas para serem usados em guerras (ou mesmo que o combate às pragas assumiu a dimensão de uma guerra de extermínio). Eles eram compostos derivados do ácido fosfórico, que contem em sua estrutura química átomos de carbono, hidrogênio, oxigênio, enxofre, nitrogênio e fósforo. A toxicidade é maior que os organoclorados, mas são menos persistentes no

ambiente. O herbicida glifosato e os inseticidas malation, paration e dissulfoton são exemplos de organofosforados. Dos 115 elementos químicos da tabela periódica, 11 podem estar presentes nas formulações dos agrotóxicos, sendo que a indústria trabalha com mais de mil formulações.

Apenas seis maiores empresas transnacionais oligopolistas do ramo dos agrotóxicos – Bayer, Syngenta, Basf, Monsanto, Dow e Dupont – controlam quase 90% do mercado mundial, por conta do grau de monopólio (SYLOS-LABINI, 1984), em uma nova fase de acumulação do capital, denominada, François Chesnais (1996) de “*mundialização do capital*”, onde “o estilo da acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros” (CHESNAIS, 1996, p.14). No Brasil são oito empresas transnacionais que controlam a maioria do mercado, as mesmas gigantes que controlam o mercado mundial. A produção de organossintéticos no Brasil começou em 1946, com a empresa Eletroquímica Fluminense, que fabricava o BHC, também conhecido como gamexane ou pó de gafanhoto. Teve seu uso proibido em 1983. Em 1948, a Rhodia passou a produzir o inseticida parathion, e em 1950, uma fábrica de armas químicas do exército brasileiro começou a fabricar no Rio de Janeiro o DDT.

A efetivação da constituição do parque industrial produtor de agrotóxicos no Brasil ocorreu na segunda metade dos anos 1970, notadamente após 1975 com a instituição do Programa Nacional dos Defensivos Agrícolas, que buscou internalizar a produção de agrotóxicos no Brasil, num instante de industrialização da agricultura nacional e de construção dos chamados Complexos Agroindustriais. Desde então, o país tornou-se um dos principais mercados consumidores de agrotóxicos no mundo sendo o do mercado de agrotóxicos diretamente relacionado ao comportamento da produção agrícola nacional.

Mas, as causas da industrialização e da modernização da agricultura não foram espontâneas em decorrência das chamadas “leis de mercado”. Elas derivaram da intenção do Governo Militar de alterar a estrutura produtiva do país e tiveram como indutor e fomentador o Estado. No caso específico da agricultura, o Estado utilizou-se inicialmente como política agrícola, incentivos tarifários, cambiais, e subsídios. Este cenário foi alterado em 1965, quando o Estado criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), principal elemento que permeou e financiou a modernização (conservadora e concentradora de terra) da agricultura nacional, viabilizando-a (Coelho, 2001).

O crescimento do produto da agricultura brasileira foi acompanhado pela expansão da produtividade da mesma, localizada principalmente na produção de grãos, que expandiu-se 187,5% entre 1965/1985, segundo dados de Coelho (2001). Ainda segundo este autor, culturas como soja, trigo e milho detiveram expansão nas suas produtividades acima de 80%.

Com a aprovação da Lei Nº 6938 que Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente em 1981, foi editada a Portaria Nº 7 do Ministério da Agricultura que instituiu a prescrição do receituário agrônômico para a venda de agrotóxicos em todo território nacional. Diante disto, e da nova classificação adotada em 1980, o receituário agrônômico tornou-se obrigatório para o consumo dos agrotóxicos das classes de extrema e alta toxicidade. Já as classes de média e pouca toxicidade podiam ser livremente comercializadas. Diante de fortes contestações por parte das empresas fabricantes, conforme mostram Bull e Hathaway (1986), um mês depois de imposto o receituário agrônômico, a Vigilância Sanitária por meio da Portaria Nº 2/1980 estabeleceu uma nova classificação toxicológica, na qual 80% dos agrotóxicos das classes de extrema e alta toxicidade passaram às classes de média e pouca ficando, portanto, liberados do receituário agrônômico. Esta Portaria Nº 2 de 1981 permaneceu até 1985, quando foi revogada pela portaria n. 10 da própria Vigilância Sanitária, que restabeleceu a validade das portarias n. 4 e 5 de 1980 (Silva, 2007).

Com o redirecionamento político-econômico e social, após os anos de 1990, a orientação da política de irrigação fundamentou o projeto “Novo Modelo de Irrigação”. Seus objetivos se circunscreveram em apresentar estratégias que estimulassem o investimento privado em todas as fases da irrigação; orientar a produção para as oportunidades de mercado e redirecionar a participação do governo na atividade, gerar sinergia entre a iniciativa privada e as esferas governamentais, dentre outros. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2008).

Se tomarmos os dados de ocupação do final do século XX, vemos que, da totalidade da população ativa empregada no Brasil, quase 25% se concentram na agricultura (PNAD, 1999). A maioria da população ocupada no meio rural, todavia, está trabalhando na agricultura – 71% contra 29% em outras atividades (idem). Segundo esses dados do PNAD organizados por Graziano da Silva e Campanhola (2000), entre 1992-1997, a tendência é de um aumento da população rural não agrícola, fenômeno que precisa ser analisado qualitativamente nas diversas regiões para que se possa entender o seu significado como processo social em desenvolvimento.

Os agrotóxicos são produtos químicos sintéticos usados para matar insetos ou plantas no ambiente rural e urbano. No Brasil, a venda de agrotóxicos saltou de US\$ 2 bilhões para mais de US\$7 bilhões entre 2001 e 2008, alcançando valores recordes de US\$ 8,5 bilhões em 2011. Assim, já em 2009, alcançamos a indesejável posição de maior consumidor mundial de agrotóxicos, ultrapassando a marca de 1 milhão de toneladas, o que equivale a um consumo médio de 5,2 kg de veneno agrícola por habitante.

As vendas brasileiras em dólar americano perfizeram o total de US\$8,488 bilhões em 2011 contra US\$7,304 bilhões em 2010, com aumento de 16,2%. Por sua vez, se transformadas em valores de reais, estima-se que as vendas do setor apresentaram, em 2011, aumento de 11,1% em relação a 2010, em função da valorização do real.

Segundo estimativas feitas pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – SINDAG, considerando o câmbio médio, o setor faturou R\$14.070 milhões em 2011 (contra R\$12.668 milhões no ano precedente), assim distribuídos: inseticidas, R\$4.903 milhões; herbicidas, R\$4.570 milhões; fungicidas, R\$4.903 milhões; acaricidas, R\$191 milhões; e outros, R\$576 milhões.

Para Oliveira (2002) o Estado atuou estimulando setores competitivos da agricultura, principalmente daqueles voltados para a exportação, enquanto que aquelas culturas destinadas para a alimentação dos trabalhadores vão sendo abandonadas.

Com tudo isso, foi fácil a conquista da hegemonia do modo de produção capitalista via mecanização da agricultura monocultora dos latifúndios, a utilização constante de insumos agrícolas e também a inserção dos complexos agro industriais no campo. A junção desses fatores vão contribuir para o aumento da produção, melhora da qualidade e também redução do custo de produção voltada prioritariamente para a exportação.

Nesse contexto adverso, o camponês que possui uma pequena propriedade de terra, não é dono dos meios de produção que permitem aumentar a produção e diminuir o custo do cultivo, não dispõe de assistência técnica e com isso, ele precisa pegar dinheiro emprestado para financiar os custos de sua produção.

Entendemos por campesinato a categoria analítica e histórica, constituída por poli produtores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em

rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão de obra familiar. Trata-se do investimento organizativo da condição de existência desses trabalhadores e de seu patrimônio material, produtivo e sociocultural, variável segundo sua capacidade produtiva (composição e tamanho da família, ciclo de vida do grupo doméstico, relação entre composição de unidade de produção e unidade de consumo). Por esses termos, a forma de alocação dos trabalhadores também incorpora referências de gestão produtiva, segundo valores sociais reconhecidos como orientadores das alternativas de reprodução familiar, condição da qual decorrem modos de gerir a herança, a sucessão, a socialização dos filhos, a construção de diferenciados projetos de inserção das gerações.

Para Marx (1968) o trabalho criador de valor é o trabalho socialmente necessário, executado segundo as condições médias vigentes da técnica, destreza do operário e intensidade do esforço na realização da tarefa produtiva. O padrão é o do trabalho simples, ao qual o trabalho complexo (ou qualificado) é reduzido como certo múltiplo dele.

Ele faz uma distinção entre trabalho e força de trabalho. O trabalho não é senão o uso da força de trabalho, cujo conteúdo consiste nas aptidões físicas e intelectuais do operário. Sendo assim, o salário não paga o valor do trabalho, mas o valor da força de trabalho, cujo uso, no processo produtivo, cria um valor maior do que o contido no salário. O valor de uso da força de trabalho consiste precisamente na capacidade, que lhe é exclusiva, de criar um valor de grandeza superior sua própria.

Os assim denominados pela ortodoxia acadêmica das Ciências Econômicas, “agentes econômicos” da agricultura familiar, ou pequena agricultura como já também é chamada, diferem do grande empresário rural, não pelo tamanho da propriedade medida em hectares cultivados (ou não), mas pelos valores sociais e pela lógica social, econômica e política que os norteia, que é outra. Eles podem ver e valorizar a terra que lhes esta cotidianamente perto, diversamente do grande empresário que se relaciona com a terra pela mediação da renda fundiária, de uma abstração. O pequeno a vê como mediação e condição de um modo de vida, pode ver nela a poesia e vida pulsante que nela há. Vê também na perspectiva do valor de uso. O grande empresário a vê como instrumento de uma relação racional de interesse, uma relação fria, seca e puramente instrumental. Vê na perspectiva do valor de troca que pode produzir.

Segundo Oliveira (2002) o Estado atuou estimulando setores competitivos da agricultura, principalmente daqueles voltados para a exportação, enquanto que aquelas culturas destinadas para a alimentação dos trabalhadores vão sendo abandonadas.

É notório destacar no modo de produção capitalista a mecanização dos latifúndios, a utilização constante de insumos agrícolas e também a inserção dos complexos agro industriais no campo. A junção desses fatores vão contribuir para o aumento da produção, melhora da qualidade e também redução do custo de produção voltada prioritariamente para a exportação. Nesse sentido, o camponês que possui uma pequena propriedade de terra, não é dono dos meios de produção que permitem aumentar a produção e diminuir o custo do cultivo, não dispõe de assistência técnica e com isso, ele precisa pegar dinheiro emprestado para financiar os custos de sua produção.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO CAMPO (MONOCULTURA, CULTIVO INTENSIVO E O AGROTÓXICOS, NEOCOLONIALISMO E NOVAS TERRITORIALIDADES

Os modelos e teorias científicas construídos sobre os pilares do racionalismo cartesiano, mecanicismo newtoniano e iluminismo kantiano, tornaram-se insuficientes para dar conta de uma série de novos problemas gestados a partir de seus próprios fundamentos. Usando a terminologia de KUHN (1991), diríamos que se trata de uma nova crise de paradigmas e que as características da nova crise podem apontar para uma questão ainda mais complexa: o problema pode não estar nos paradigmas, mas na validade da existência de paradigmas. Para Scocúglia (1997), a crise seria “de” e não “dos” paradigmas. Se a crise é de paradigmas não é simples prognosticar, no entanto, é possível garantir que não se trata de um simples mal-estar provocado por alguns impasses no universo da ciência moderna. Trata-se mesmo de uma crise que atinge diversos constituintes da modernidade.

Paradoxalmente, é por causa do avanço da ciência moderna que surgiu sua crise, pois, “a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço no conhecimento que ele propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda.” (SANTOS, 2010a, p. 41)

O século XX se inicia com as descobertas dos agroquímicos, mas o processo de crescimento vertiginoso de artificialização da agricultura europeia, norte americana e mundial, somente ganhou impulso com fim da Segunda Guerra Mundial, marcando a

difusão do paradigma da chamada revolução verde nos extensos espaços de produção agrícola. Tal modelo agrícola perverso se caracteriza pela adoção de insumos químicos, agrotóxicos e adubos sintéticos; a mecanização; a monocultura como estratégia de desenho do agroecossistema; a biotecnologia, com o desenvolvimento de sementes modificadas, o uso intensivo da irrigação; a concentração de terras, possibilitando amplas áreas de monocultivos, entre outras (GLIESSMAN, 2009).

De acordo com o que desenvolveu BORSOI et al.(2014, p.91):

A Revolução Verde, que ocorreu entre os anos de 1940 a 1970, com a mecanização rural, irrigação e uso de fertilizantes e agrotóxicos, bem como a seleção de sementes mais produtivas, cresceu três vezes a produção de grãos em países desenvolvidos. O impacto da humanidade sobre do planeta, que começou um crescimento acelerado de dez mil anos atrás, com a descoberta da agricultura e o aumento da produção de grãos foram reguladas pela alta taxa de mortalidade em epidemias e guerras (Pinotti e Santos, 2013).

E continuou a análise do processo histórico, nesses termos:

Assim, após o final da II Guerra Mundial, a partir da década de 50, quando se iniciou a chamada Revolução Verde, foi possível observarem-se profundas mudanças no processo tradicional da produção agrícola, bem como nos impactos dessa atividade sobre o ambiente e a saúde humana. Novas tecnologias, muitas delas baseadas no uso extensivo de agentes químicos, foram disponibilizadas aos agricultores aumentando a produtividade através do controle de doenças e proteção contra insetos e outras pragas (Ribas e Matsumura, 2009).

Nos últimos 50 anos, o mundo perdeu cerca de 1/3 de sua cobertura florestal. Apesar de a floresta tropical fornecer 42% da biomassa vegetal e do oxigênio, 600.000 hectares de florestas mexicanas são destruídos anualmente e as empresas multinacionais controlam hoje o direito de abate de 12 milhões de hectares da floresta amazônica. Um quinto da humanidade já não tem hoje acesso à água potável (SANTOS, 2005, p.24).

No Brasil, a difusão do pacote tecnológico importado da revolução verde, que foi concebido para outras realidades geoambientais e ecossistêmicas dos países europeus e dos EUA, tem como marco a década de 1960, em que os indicadores de uso de agroquímicos, mecanização agrícola e expansão da modernização na base técnica (com a criação de centros e institutos de pesquisa), e conservação das estruturas sociais, com manutenção da estrutura fundiária, assimetria das relações de poder, apropriação do financiamento público, por parte dos médios e grandes produtores, sob a égide dos governos autoritários do regime militar, que silenciaram as vozes oponentes e resistentes, como foi o que aconteceu com as Ligas Camponesas que haviam surgido no final dos anos 1950.

De acordo com que escreveu pesquisadores como Velasco e Capanema (2006) e Peixoto (2009), durante o Regime Militar na década de 1960 o setor de agroquímicos

foi beneficiado por grande liberalidade regulatória, inexistência do controle da toxicidade e início da produção de organossintéticos em substituição aos produtos inorgânicos. Dessa época até meados da década de 1980 ocorreu significativo aumento do consumo de herbicidas, em decorrência da modernização da agricultura; produtos organossintéticos tornaram-se prevalentes e a legislação, mais restritiva. Somente em 1985, no início da chamada Nova República é que foi proibido o emprego dos organoclorados na agricultura. Desde então, com o aumento da preocupação relativa aos efeitos dos agroquímicos sobre a saúde e o meio ambiente, os produtos tenderam a tornar-se mais específicos. Esse foi um período de fusões e aquisições de empresas e de introdução de processos biotecnológicos nessa indústria.

Segundo Raffestin (1993, p. 94), “as empresas multinacionais são responsáveis pela mobilidade da população, podendo causar diversas consequências em determinadas regiões, inclusive a desterritorialização”. O autor afirma, ainda, que “não há uma territorialidade da unidade de produção, mas somente a localização temporária que explora vantagens, como mão de obra barata e incentivos fiscais do governo”.

Esse fenômeno se verificou em vários locais, em diversos setores econômicos que foram alvo da chamada “Guerra Fiscal” dos 1990, quando os tais incentivos fiscais e creditícios se encerraram. Para um determinado Estado conseguir uma concessão formal de alguns benefícios tributários ligados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – (ICMS), como a isenção de tributos, a proposta deve ser aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), órgão colegiado que reúne os secretários da Fazenda dos Estados e do Distrito Federal, e que regulamenta a concessão destes benefícios por meio de Resoluções aprovadas pela maioria dos membros do pleno do conselho. Como estes benefícios tendem a ser rejeitados pelos membros dos outros Estados que perderam arrecadação com a possível saída de empresas ou de comércio de mercadorias e a prestação de serviços, foram criadas outras práticas de benefícios que mascararam a concessão de as isenções fiscais e que proporcionam resultados semelhantes, mas que não são classificadas como benefícios fiscais. O benefício mais utilizado são os financiamentos de longo prazo, que, na prática, são recursos públicos transferidos para as empresas, os quais equivalem a uma proporção dos valores pagos de ICMS pela empresa beneficiada. Em alguns casos, os Estados não cobram juros ou correção monetária pelo financiamento.

Isenções fiscais e tributárias concedidas, até hoje, ao comércio destes verdadeiros venenos contra a vida biológica em geral. Foi por meio do Convênio ICMS

100/97, que o Governo Lula concedeu a redução de 60% da alíquota de cobrança do ICMS para todos agrotóxicos. Além disso, o Decreto 6.006/06 isenta completamente da cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os agrotóxicos fabricados a partir de uma lista de dezenas de ingredientes ativos (incluindo alguns altamente perigosos como o metamidofós e o endossulfam, que recentemente foram banidos pela Anvisa). Além disso o Decreto 5.630/05 isenta da cobrança do Programa de Integração Social/

Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno dos erroneamente chamados ‘defensivos’ agropecuários classificados na posição 38.08 da NCM e suas matérias-primas”. A posição 3808 da NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) compreende produtos diversos das indústrias químicas como inseticidas, fungicidas e herbicidas.

Além das isenções federais, há as isenções complementares determinadas por alguns estados. No Estado Ceará a isenção de ICMS, IPI, COFINS e PIS/PASEP para atividades envolvendo agrotóxicos chega a 100%, desde o ano de 1997, durante o segundo Governo Tasso Jereissati, que manteve uma sintonia fina e direta com as diretrizes políticas neoliberais do primeiro governo FHC, do qual era e é correligionário, no PSDB.

O caráter político, ecológico e econômico do território da Chapada do Apodi representa aspectos de forte interesse neste trabalho. Raffestin (1993) ao discutir as dimensões de poder já apontava para diversas inclinações sobre a territorialidade e o território, no sentido a ser concluído, o espaço geralmente ganha novos contornos de poderes políticos, sejam eles formalizados ou não, que refletem diretamente na divisão social e territorial do trabalho (que diz respeito às diferenças econômicas que se apresentam nas diversas regiões do mundo, e também entre cidades e estados de uma mesma nação. Ou seja, cada território, ou região, pode produzir determinado produto da cadeia e contribuir para o desenvolvimento da economia) que os territórios assumem ao se inserirem cada vez mais nas redes de comércio econômico, sejam estas redes de abrangência microrregional, estadual, regional, nacional ou internacional.

Dessa forma, Raffestin deu uma importante contribuição ao estudo do território, ao discutir a noção de territorialização, desterritorialização e reterritorialização: [...] Segundo este autor, esses processos ocorrem de forma imbrincada, principalmente, devido a fatores econômicos, em linhas gerais, territorialização implicaria um conjunto

codificado de relações, enquanto que a desterritorialização seria, antes de tudo, o abandono do território, podendo também ser interpretada como a extinção dos limites, das fronteiras. Reterritorialização seria o retorno ao território, podendo ocorrer sobre qualquer coisa, do espaço ao dinheiro (SAQUET, 2007, p. 78)

Em um sentido mais amplo, a territorialidade de um lugar específico, ou único o planeta, se expressa pelo conjunto de mecanismos inseridos a um território. A cultura das pessoas, as normas e as relações de poder que geram condições suficientes às intenções de investimentos. Dessa forma, o papel da territorialidade se traduz na formação de processos identitários locais, considerando sua dinamicidade, pois os elementos que a constituem (o homem, o espaço) são susceptíveis de constantes variações no tempo e hoje essas variações são muito rápida por conta da aceleração da noção de tempo que os meios técnicos informacionais acarretaram a população mundial. Essa característica confere à territorialidade a possibilidade de vivências por intermédio de um conjunto de relações emergentes de um sistema tridimensional – sociedade, espaço, tempo. Além disso, “a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas em seu contexto sóciohistórico e espaço-temporal” (RAFFESTIN, 1993, p. 162)

As corporações oligopolistas que controlam o mercado dos agrotóxicos, na área da alimentação, o domínio se dá através do comércio varejista, reunindo três grandes transnacionais – a Nestlé, com 26%, vindo atrás as empresas Coca Cola e Pepsi. Na área dos fertilizantes, o controle está dividido entre a holandesa Bunge, Yara e Mosaic. Um dado importante acerca do mercado dos fertilizantes no Brasil, no começo da década de 1990, empresas estatais como a Fosfertil e Ultrafertil mantinham o controle desse segmento. Com a abertura econômica patrocinada pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello e levada adiante pelos sucessores, as empresas transnacionais vinculadas ao agronegócio encontram no Brasil espaço fértil para expandir seus negócios, aproveitando as vantagens oferecidas pelo Estado mediante subsídios fiscais.

Com essas políticas neoliberais do início dos anos 1990, abriram-se as portas para que companhias estrangeiras conquistassem os mercados e os governos municipais, estaduais e federal de praticamente todo o Brasil, passando a terem status de poder capaz de influenciar os poderes legislativos e executivos na regulação de leis menos restritivas, especialmente no que tange a comercialização de fertilizantes e agrotóxicos.

Diversos estudiosos sobre o assunto, e optando pela leitura do território a partir do desenvolvimento desigual e combinado do sistema do capital, como Trotsky

(2000), Löwy (1998), e Mandel (1980), conclui-se que as políticas voltadas à difusão de um modelo de desenvolvimento e modernização, pelo Estado, beneficiaram as classes dominantes, permitindo o pleno desenvolvimento do capital no campo, em detrimento da racionalidade camponesa e dos trabalhadores rurais que veem a terra como possibilidade de reprodução social – por meio do trabalho.

No Estado do Ceará, o processo de modernização conservadora se intensifica na década de 1990, com a emergência do Governo das Mudanças, tendo à frente o empresário governador Tasso Jereissati, em consonância com o modelo de desenvolvimento neoliberal que se instaurou desde o início da década com a vitória de Collor de Melo e ampliada com a abertura econômica do governo Itamar Franco (1992/1994), que articulou a candidatura do seu ministro da Fazenda FHC, quando se difundiram, programas, projetos e ações voltadas à implantação de um modelo agroexportar e monocultor no espaço agrário cearense, conformadores do chamado *agrohidronegócio* nos perímetros irrigados das grandes bacias hidrográficas do Estado, como a do Acarau, Curu, Jaguaribe.

Diversos estudos compravam que é um erro apostar na monocultura vinculada a modelo do agronegócio, por que o resultado é a destruição da biodiversidade e plantação de um só produto em enormes extensões de terra, com a eliminação das matas e florestas, cria as condições favoráveis ao que os técnicos e pesquisadores da área chamam de pragas (que são animais que reproduzem rapidamente, primeiro por que destruíram seus habitats, onde havia um relativo equilíbrio entre predadores e presas nas inúmeras cadeias alimentares, segundo por essas enormes plantações são um enorme e quase inesgotável fonte alternativa de alimentação), que na verdade são manifestações normais de um ecossistema reagindo a uma agressão. As empresas produtoras de agrotóxicos comemoram o surgimento das ditas pragas, para venderem seus produtos para com isso, faturarem bilhões e bilhões de dólares anualmente no nosso país vendendo esse tipo de substância e alimentando essa cultura de que a solução é usar mais e mais veneno.

Inúmeras pesquisas realizadas por pesquisadores do Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade – Núcleo TRAMAS, têm demonstrado que no cultivo da fruta abacaxi, que produzida na Chapada do Apodi, são utilizados mais de 18 princípios ativos diferentes de agrotóxicos para o combate de cinco pragas. Depois de alguns anos, a própria empresa desistiu de produzir abacaxi porque, ainda que com o uso dos venenos, ela não conseguiu controlar as pragas. Então é um modelo que, em si

mesmo, é insustentável, é autofágico. As empresas vêm, degradam o solo e a saúde humana e vão embora impunemente. Fica para as populações locais aquilo que alguns autores têm chamado de herança maldita, que é a doença, a terra degradada, infértil e improdutiva.

Com a expansão do agronegócio na Chapada do Apodi muitos problemas foram desencadeados, dentre eles a destruição de comunidades rurais, a exemplo da Comunidade do Tomé que fica localizada a Km 69 da sede do município de Limoeiro do Norte, com a inserção de uma empresa transnacional do ramo do melão, abacaxi e banana. Esse fenômeno é decorrente da territorialização do capital naquela comunidade, promovendo a degradação da natureza e alterando as relações entre os sujeitos sociais e seus territórios, historicamente constituídos. A comunidade que era formada por cerca de 70 famílias, restou na atualidade, apenas quatro, que são constantemente atingidos pela degradação do agronegócio.

O PORQUE DA CRIAÇÃO CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA E A INCLUSÃO DA CHAPADA DO APODI NESTA LUTA

Discurso de que os agrotóxicos resolveriam o problema da fome (aumento a produção de commodities, não a segurança alimentar não convence e ilude mais os camponeses e camponesas que sofrem a mais de uma geração as consequência em seus corpos e qualidade de vida, os danos que esses venenos têm causados.

Atualmente mais de 50% da produção de soja usa agrotóxicos e tendência é aumentar para novas áreas que serão queimadas e desmatados para dar lugar a extensas plantações monocultoras. Essa é uma verdadeira herança maldita que as futuras gerações poderão receber se continuarmos sob o domínio nocivo do monocultivo de agrotóxico.

Esse novo modelo de irrigação significa a empresarialização dos projetos de irrigação públicos, que passou para a iniciativa privada a condução dos empreendimentos agrícolas e a gestão dos perímetros de irrigação, segundo SOARES (2002), uma vez que o desenvolvimento almejado não se concretizou. Em função de dificuldades de gestão e de financiamento, os problemas técnicos se avolumaram, pois não considerou as diferenças sociais e culturais dos beneficiados, que se endividaram junto aos financiadores, e descapitalizados tiveram que desistir de seus lotes e passar para os empresários.

Dessa forma, o projeto propiciou a oferta de porções do espaço semiárido com grande potencial de acumulação do capital para grandes empresas nacionais e multinacionais, consideradas por SOARES (2002, p.103) como “ilhas de prosperidade” financiadas com recursos públicos, ironicamente situadas num dos maiores bolsões de miséria do país, pois,

os objetivos de instalar grandes empresas e desenvolver uma agricultura irrigada voltada para a exportação, tendo a fruticultura tropical a atividade principal, articulados ao desenvolvimento do agrobusiness, representam bem o processo de territorialização do capital monopolista. Tem-se, portanto, um processo de redefinição geográfica que pode significar um direcionamento de todos os instrumentos de política agrícola do Estado para a fruticultura tropical, relegando a segundo plano a produção de grãos voltados para o mercado regional e nacional, além de mudanças no padrão policultor das unidades de produção familiar (SOARES (2002, p.105).

A segunda etapa do projeto, com área de 2.500 ha destinada aos lotes empresariais, embora não tenha sido iniciada oficialmente, encontra-se embargada pela Justiça devido a invasões por diversas empresas, após a expropriação dos pequenos produtores do referido perímetro. Em 2002, o DNOCS assume definitivamente a responsabilidade técnica do projeto, redefinindo em alinhamento com a Secretaria de Agricultura do Estado o processo produtivo e a comercialização da produção, ampliando posteriormente a inserção de empresas pela aquisição de 3.267 ha de terras, entre os quais 1.337 relativas a áreas anteriormente desapropriadas dentro do polígono do projeto.

A expansão do capital ameaça, em primeiro lugar, a visão ordenada do mundo que é própria do camponês, sua concepção totalizadora da vida. O capital ameaça porque impõe a separação entre o trabalhador e seus meios de vida, porque “coisifica” (grifo meu) as relações sociais, porque acoberta a solidariedade entre situação social e consciência social, porque impõe o descompasso entre a compreensão e a ação, porque fragmenta a vida e a compreensão do viver, porque impõe o estranhamento do homem em relação a si mesmo e ao seu mundo. (MARTINS, 2006, p. 109)

Nesse aspecto, diante da concepção de economia sustentável que o governo brasileiro tenta incutir no imaginário social, na defesa de uma alimentação mais saudável e nutritiva, esconde-se uma política perversa e terrorista, dominada por setores agroquímicos, que vêm introduzindo a venda casada de sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos.

O argumento utilizado para justificar a formulação e implementação de políticas de estímulo à transgenia refere-se à escassez de alimentos em face de forte demanda populacional. O problema, no entanto, não está na escassez, e sim na forma

como é distribuído o alimento, onde se privilegiam os países mais ricos, que absorvem maior parcela do que é produzido globalmente. Com isso, o combate à fome e à pobreza extrema exige enfrentamento de suas causas profundas, que estão na forma como tais sociedades foram organizadas, divididas em classes, uma que detém a maior parcela das riquezas produzidas, e outra, que congrega a base da pirâmide social, refém das políticas assistencialistas dos governos e condicionada à dependência da classe dominante. No caso brasileiro, o problema da fome e da miséria está vinculado ao modo como a propriedade agrícola está constituída, controlada por grandes corporações do agronegócio, pautadas numa matriz agrícola baseada na monocultura de exportação.

Está mais que comprovado que quem produz alimentos que mata a fome dos/das brasileiros/as é a agricultura familiar. No ano de 2008, mais de 50% dos agrotóxicos consumidos no Brasil foi nas plantações de soja. Essa soja é em grande parte exportada para ser transformada em ração animal e subsidiar o consumo europeu e norteamericano de carne. Então isso não significa alimentação para povo brasileiro, significa concentração de terra, redução de biodiversidade, contaminação de água, solo e ar e contaminação dos trabalhadores e das famílias que vivem, infelizmente, no entorno desses empreendimentos monocultores que jogam venenos sob suas cabeças. Além das enormes perdas para os ecossistemas, o cerrado, a caatinga e até mesmo o amazônico, que está sendo invadido pela expansão da fronteira agrícola.

Castro (2005, p. 95), assim complementa ao dizer que: “relações de poder supõem assimetrias na posse de meios e nas estratégias para o seu exercício, e o território é tanto um meio como uma condição de possibilidade de algumas destas estratégias”. O território é, desta forma, a arena dos interesses e das disputas dos agentes sociais.

O Brasil é vergonhosamente o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa. O brasileiro consome 5,2 quilos de veneno por ano. Além dessa posição internacional negativa, a agricultura brasileira alcançou números nada admiráveis e orgulháveis: em 2011, as vendas de agrotóxicos no país alcançaram cerca de R\$ 14 bilhões, um aumento de mais de 72% entre 2006 e 2012, e o consumo médio por hectare saiu de 7 para 10,1 quilos, num salto de 43,2%. Desde 2008, o Brasil ocupa essa primeira posição no consumo mundial, quando ultrapassou os Estados Unidos. Atualmente, é responsável pelo consumo de 1/5 dos agrotóxicos produzidos no mundo e, entre 2000 e 2010, enquanto

o mercado mundial de tais produtos subiu 93%, o mercado brasileiro cresceu 190%. Comemorando, certamente estão as 130 empresas produtoras de defensivos agrícolas que atuam no país.

Como aponta o Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO a avaliação dos agrotóxicos é restrita, pois desconsidera os efeitos crônicos e a exposição múltipla e a baixas doses. Mesmo quando se trata de Ingredientes Ativos (IA) definidos como medianamente ou pouco tóxicos, os estudos são realizados a partir de análises em animais ou in vitro e que analisam a exposição a um IA, sendo, portanto limitados. Trata-se de um equívoco científico e ético subordinar a proteção a saúde a um indicador como a DL 50 - que se baseia apenas na concentração de um IA suficiente para matar 50% das cobaias ignorando efeitos crônicos e subagudos sobre a saúde. Além de extrapolar os resultados obtidos a partir de experimentação em animais para os humanos levando em conta apenas a massa corpórea desconsiderando, portanto as diferenças biológicas entre as espécies. É um cálculo de concentração baseado na química inorgânica em contraste com a saúde que é uma condição de determinação complexa. Não existem doses seguras para impedir doenças como câncer, malformação congênita e hipersensibilidade.

O caso mais grave que aconteceu na Chapada do Apodi que está relacionado ao cultivo de frutas baseado modelo monocultor agroexportador, que utiliza muito agrotóxico via pulverização aérea, foi a morte do agricultor-camponês e ambientalista José Maria do Tomé (conhecido como Zé Maria do Tomé, sua comunidade que vive ameaçada), no dia 21 de abril de 2010. Ele foi sumariamente executado de maneira violenta com 25 tiros de espingarda e o mandante do crime, já descoberto pela polícia foi, João Teixeira Júnior, proprietário da empresa Frutacor. Zé Maria Defendia o fim da pulverização aérea na Chapada do Apodi e denunciava a contaminação das águas pelo veneno utilizado nas plantações de fruticultura irrigada. Além de lutar pela reapropriação dos agricultores nas terras entregues ao agronegócio

CONCLUSÃO

A demanda para o controle biológico de pragas tem aumentado mundialmente em resposta à tendência de produção agrícola, emprego de métodos menos agressivos ao meio ambiente, visando à agricultura sustentável e à produção de alimentos com menor ou nenhuma quantidade de resíduos de agrotóxicos. É importante que seja levado em consideração que o registro desses produtos, que são da maior importância para a modernização da nossa agricultura, recebe tratamento diferenciado no Decreto nº 4.074,

de 2002, e deve ser priorizado, já que são produtos que contribuem para a redução dos custos e dos impactos ambientais da produção agrícola. Tendo em vista o potencial de controle de pragas por meio de técnicas alternativas, a crescente demanda por alimentos, com menor contaminação de resíduos, e a contínua elevação dos custos e restrições à utilização de produtos agrotóxicos tradicionais, há um nicho de mercado expressivo para o uso do controle biológico. Uma vez que esses produtos são considerados eficientes e menos poluentes, nota-se um aumento das pesquisas nesse setor, o que viabiliza maior variabilidade de marcas comerciais e indicações de uso, e ampliação mercadológica. Com esse cenário, é possível identificar muitas culturas no Brasil que demonstram tendência à aplicação do controle biológico, entre elas a de cana-de-açúcar e a de maçã.

A utilização de agrotóxicos pareceu, na maioria dos casos, tentar maximizar a eficiência econômica e aumentar a produtividade rural, trazendo benefícios socioeconômicos adicionais. Porém, assumindo como verdadeira a relação inversa entre eficiência econômica e justiça socioambiental, seria necessário que algumas comunidades aceitassem disposição a aceitar certa quantidade de risco socioambiental adicional ocasionado pela utilização de agrotóxicos (Veiga, 2007). A transição para uma agricultura agroecológica deve ser entendida como um processo gradativo em que diversas dificuldades deverão ser enfrentadas, uma vez que o agricultor, seja ele o grande produtor, seja o agricultor familiar, sente-se seguro com os agrotóxicos. Não deve ser deixado de lado que qualquer estratégia produtiva que o agricultor adote deve primar por maximizar a produção, de forma a atender as demandas da subsistência e do mercado e garantir alguma lucratividade. Caso contrário, fracassaremos novamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, M. A. da S. **Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil: o caso do setor automotivo**. 2001. 111 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- BORSOI, A., DOS SANTOS, P. R. R., TAFFAREL, L. E., JÚNIOR A. C. G. **Agrotóxicos: histórico, atualidades e meio ambiente**. Acta Iguazu, Cascavel, 2014, v.3, n.1, p. 86-100, 201.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII - o tempo do mundo**. São Paulo: Martins Fontes. v.3. 1996b.
- CAMPANHOLA, C., GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000. (4 vols.)
- Carneiro, F F; Pignati, W; Rigotto, R M; Augusto, L G S. Rizollo, A; Muller, N M; Alexandre, V P. Friedrich, K; Mello, M S C. **Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. ABRASCO, Rio de Janeiro, abril de 2012. 1ª Parte. 98p.
- CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 15-101.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- COELHO, N. C. **70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001)**. Revista de Política Agrícola, Brasília, ano 10, p.1-59, jul./set. 2001. Edição especial
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009
- GRAZIANO DA SILVA, J. F; CAMPANHOLA, C. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local**. In: Clayton Campanhola; José Graziano da Silva. (Org.). O novo rural brasileiro: políticas públicas. Jaguariúna/SP, 2000, v. 4, p. 61-91.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LIMA, Luiz Cruz (org). **Reestruturação socioespacial: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica**. São Paulo: Annablume, 2006.
- LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Outubro, n. 1, 1998.
- MANDEL, Ernest. **Trotsky: um estudo da dinâmica de seu pensamento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MARTINS CBG, Andrade SM, Paiva PAB. **Envenenamentos acidentais entre menores de 15 anos em município da Região Sul do Brasil**. Cadernos Saúde Pública. 2006; 22(2):407-14.
- MARTINS, José de Souza. **Não há terra para Plantar neste verão (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência. A questão política no campo**. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. O Processo de Produção Capitalista. Livro 1, V.1**. Rio de Janeiro: Edit. Civilização Brasileira, S.A., 1968. (versão digital).
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **A irrigação no Brasil: situação e diretrizes** / Ministério da Integração Nacional -- Brasília: IICA, 2008.
- MORENO, Nahuel. **Lógica marxista y ciencias modernas**. México D.F. : Xólotl, 1981.
- NASCIMENTO, S. P. **Guerra fiscal: uma avaliação comparativa entre alguns estados participantes**. Rev. Economia Aplicada [online], v.12, n.4, p. 677-706, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/101590/S141380502008000400007>.
- NOVACK, George. **Understanding History: Marxists essays** 3 ed. Nova York: Pathfinder, 1980.
- NOVACK, George. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. São Paulo: Rabisco, 1988.
- KUHN, Thomas. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- TROTSKY, Leon. **A revolução russa**. São Paulo: Informação, 1989.
- _____. **A revolução permanente**. 2ª edição. São Paulo: Kairós, 1985.
- _____. **La teoría de la revolución permanente (compilación)**. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000.

- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- PERIUS, K. C. G. **A concessão de incentivos fiscais estaduais e a nova lei de responsabilidade fiscal no federalismo brasileiro**. São Leopoldo: Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, 2002
- SYLOS-LABINI, Paolo (1956) **Oligopólio e progresso técnico**. São Paulo: Abril Cultural, 1984
- SANTOS, B. S. **A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum. A ciência o direito e a política na transição paradigmática**. Vol. 1; 5 ed. São Paulo, Cortez, 2005.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. 2. ed., São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- SENE, Eustáquio de. **Globalização e Espaço Geográfico**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- SCOCUGLIA, A. C. **Crise de paradigmas, história e educação**. In: A história das idéias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1997, p.111-172.
- SILVA, L. **Histórico da regulamentação dos agrotóxicos**. 2007. Texto para discussão. ANVISA: Brasília, 7p, 2007.
- VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. **Reestruturação Socioespacial do Ceará: os desdobramentos da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú**. Fortaleza, 2010. 188 págs. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

ANÁLISE DA CONCENTRAÇÃO DA TERRA COMO MODELO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE

LOVATO, Deonice Maria Castanha- UNEMAT

e-mail: deonicec@yahoo.com.br

GT 4: Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

RESUMO

Este estudo tem como objeto de análise a dimensão da propriedade de terras no Brasil buscando estabelecer a relação com o ordenamento territorial na Amazônia mato-grossense com o objetivo de identificar a expansão capitalista no processo de ocupação das novas regiões no Brasil a partir dos anos de 1970. Justifica-se este estudo pelas necessidades de infundir a discussão das bases históricas da concentração da terra, a partir das exigências postas pelo capital em determinados momentos, bem como os conflitos fundiários gerados. O procedimento metodológico teve as seguintes etapas: primeiro foi realizada uma revisão bibliográfica de autores, artigos, documentos oficiais, teses e dissertações que abordam o tema da concentração fundiária no Brasil e no Estado de Mato Grosso. Em seguida, realizou-se a pesquisa empírica com base na entrevista semiestruturada com proprietários de estabelecimentos rurais para entender o processo de exclusão do pequeno proprietário nas colonizações empreendidas em Mato Grosso. A pesquisa, na medida em que permitiu entender o processo de ocupação da região, possibilita-nos ilustrar que as grandes empresas agropecuárias contaram com todo apoio do Estado em que se concretizou o predomínio da grande propriedade como modelo de ordenamento territorial para a região da Amazônia mato-grossense.

Palavras-chave: Concentração da terra, Amazônia mato-grossense, Ordenamento territorial

Curriculum Vitae:

Possui graduação em História e Geografia pelas Faculdades Adamantinenses Integradas (1984), Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Fátima de Sul (1993), Especialização em Coordenação Pedagógica pela UFMT (2012) e Mestrado em Educação pela UFMS (2003). Atualmente aposentada pela rede estadual do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministrou aulas em cursos de graduação e pós-graduação na área da Educação, História e Geografia. Atualmente pesquisa as relações socioculturais e a dinâmica produtiva da agricultura familiar no Território Portal da Amazônia.

Introdução

Com base no estudo da migração para a Amazônia mato-grossense, este trabalho tem como objeto de análise a dimensão da propriedade de terras no Brasil buscando estabelecer a relação com o ordenamento territorial na Amazônia com o objetivo de identificar a expansão capitalista no processo de ocupação das novas regiões no Brasil a partir dos anos de 1970.

Estabeleceram-se como objetivos: a incorporação da região como expansão da fronteira capitalista; o processo histórico da concentração fundiária; identificação dos conflitos fundiários na Amazônia; formação das grandes empresas agropecuárias; e a recriação do espaço reordenado em um território tendo a terra como o bem mais concentrados.

A partir da pesquisa bibliográfica, foram levantados dados com base na entrevista semiestruturada realizada junto às populações das comunidades rurais, analisando-se sua exclusão no acesso a terra, os conflitos pela posse da terra e a manutenção do latifúndio como modelo de ordenamento territorial predominante na Amazônia.

Este estudo é parte de uma pesquisa em andamento sobre a dinâmica da agricultura familiar no Território Portal da Amazônia, em que no recorte do campo empírico verificou-se a presença de grandes empresas agropecuárias como modelo de desenvolvimento regional.

Considerações históricas da concentração da terra no Brasil

A expansão da fronteira amazônica teve como característica marcante a concentração da propriedade, cuja contradição de uma oferta abundante de terras livres

em que milhares de famílias iriam constituir pequenas e médias propriedades, ocorreu um modelo de domínio pela posse da terra nas mãos dos grandes proprietários.

Historicamente a concentração da terra faz parte da política econômica desenvolvida no Brasil desde os primórdios da colonização portuguesa. Desde a criação das capitanias hereditárias, depois a concessão das sesmarias, contemplado para os homens brancos, senhores de escravos. Os escravos e mestiços afro-brasileiros ou indígenas não tinham direito a terra e dessa maneira conforme afirma Martins (1980, p. 64), “foram esses os primeiros posseiros”.

Em 1850, a Lei de Terrasⁱ instituiu um novo regime de propriedade no Brasil, que de acordo com Martins (1980, p. 65), “tem vigência até hoje, embora as condições sociais e históricas tenham mudado muito desde então”.

Pode-se compreender que a Lei de Terras instituiu no país o cativo da terra, pois para adquiri-la somente mediante a compra.

Ao longo do tempo, consolidou-se no país uma oligarquia patrimonial latifundiária e conservadora, em que sempre tiveram todo o respaldo moral e financeiro por parte do Estado.

Um país que tem como marco de ocupação a concentração de terras produziu o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST, na luta por justiça pela posse da terra em detrimento do latifúndio opressor.

Para situarmos a tendência concentradora em relação às propriedades rurais os dados são apresentados na Tabela 5 a seguir.

Tabela 1 – Brasil: Dimensão fundiária baseada em módulos ruraisⁱⁱ – 1996

Classificação	Imóveis (%)	Área (%)
Minifúndio	62,2	7,9
Pequena propriedade	26,9	15,5
Média propriedade	8,0	19,9
Grande propriedade	2,8	56,7

Fonte: INCRA – Sistema Nacional de Cadastro Rural - Atlas Fundiário Brasileiro/1996

Os dados constantes na Tabela 1 mostram que as propriedades maiores representam o menor número de imóveis e ocupam a maior parte da área do país, em detrimento das propriedades menores, que ocupam uma ínfima área e constituem o

maior número de imóveis, revelando assim a tendência concentradora da grande propriedade rural nas mãos de um número reduzido de proprietários.

O amparo legal da grande propriedade ocorreu com o Estatuto da Terra de 1964, pois apresentava uma dualidade, de um lado, sustentava a necessidade de alteração da estrutura fundiária do país, eliminando o minifúndio e o latifúndio, além de apoiar uma unidade produtiva de natureza familiar e moderna; de outro lado, apoiava a necessidade de instrumentos de fomento à empresa rural, independente do seu tamanho.

Por meio do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964), (p. 19), foi feita uma classificação das propriedades de acordo com suas dimensões, tendo por base a noção de módulo rural. Segundo o INCRA, módulo rural é “uma área explorável por um conjunto familiar equivalente a quatro pessoas adultas, correspondendo a mil jornadas anuais, absorvendo toda a força de trabalho em face do nível tecnológico adotada naquela posição geográfica e, conforme o tipo de exploração”.

A partir do Estatuto, o conceito latifúndio passou a ser definido em duas situações: a) latifúndio por dimensão: todo imóvel com área superior a 600 vezes o módulo rural médio fixado pela região. b) latifúndio por exploração: todo imóvel cuja dimensão não exceda aquela admitida como máxima pela empresa rural, tendo área igual ou superior à dimensão do módulo da região, mas que seja mantida inexplorada em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou que seja deficiente ou inadequadamente explorada, de modo a violar-lhe a classificação como empresa rural.

O Estatuto da terra e as grandes empresas agropecuárias

De acordo com o Estatuto da Terra, esse documento estava legitimava a existência de grandes empresas agropecuárias, conforme Martins (1980, p. 71-72) afirma:

A rigor, o Estatuto abre uma possibilidade para corrigir a estrutura fundiária brasileira e atenuar os efeitos concentracionistas do nosso regime de propriedade. Essa possibilidade estaria na ocupação de áreas pioneiras, das novas áreas, sobretudo através dos projetos de colonização que poderiam absorver os excedentes populacionais do campo. A verdade, porém, é que na prática essa única alternativa foi posta de lado. A política de incentivos fiscais concedidos às empresas para que se estabelecessem na Amazônia serviu para intensificar brutalmente a tendência concentracionista da propriedade da terra.

Nesse sentido, o Estado capitalista investiu na região Amazônica redefinindo a organização do espaço em seu reordenamento territorial ligado às necessidades de socialização preponderante à acumulação do grande capital.

Assim, o Estado atua de modo a beneficiar o grande capital como aponta Correia (1986, p. 66):

O Estado age espacialmente de modo desigual, à semelhança da grande corporação. Beneficia certas frações do capital: faz-se presente através de empreiteiras, algumas delas transformadas em grandes empresas. A abertura de estradas, o seu asfaltamento, a cobrança e a transferência espacialmente desigual de impostos, as leis de uso do solo geradoras do zoneamento urbano são, entre outros exemplos, o modo do estado capitalista interferir.

A pressão do latifúndio na Amazônia assenta-se no estímulo a grande produção agrícola voltada para a exportação, no caso a soja e na pecuária bovina de corte.

Em reportagem da revista *Veja* (fev. 2004), esse processo pode ser verificado da seguinte forma: primeiro chega à madeireira, depois o gado e segue depois com a soja. Essa dinâmica econômica ocorre na grande propriedade no seguinte círculo reprodutivo, conforme pontua a revista *Veja* (2004, p. 66): “com a adaptação da soja para plantio em zonas tropicais, o agricultor compra as pastagens de pecuária. Com o dinheiro, o pecuarista compra terras exauridas por madeireiros. O madeireiro avança sobre terras devolutas...”

Na medida em que as terras da Amazônia consistiram em objeto de valor ou especulação imobiliária, pode-se verificar que conforme pontua Picoli (2004, p. 59), “o projeto de ocupação amazônica promovido pelo governo efetivou na prática a expansão capitalista da última fronteira brasileira com fins de acumulação. A expansão foi através das rodovias federais e da estrutura oferecida pelo Estado”.

No caso da expansão do capitalismo na Amazônia, a partir de 1970 pode-se verificar a atuação do Estado na exploração e ocupação da região, promovendo a valorização da terra, ou seja, a acumulação do capital.

Nas áreas da fronteira amazônica, os preços das terras de acordo com a revista *Globo Rurais* (2003, p. 6) “subiram até 400%”, e a tendência é de valorização em alta. Conforme a revista, as terras tiveram grande valorizaçãoⁱⁱⁱ devido estarem localizadas em “regiões que têm boa adaptação para a agricultura, além de oferecerem condições favoráveis ao desenvolvimento de negócios agropecuários”.

Segundo a revista Globo Rural (2003, p. 6), as regiões do Mato Grosso que tiveram o maior potencial de valorização foram: Colíder, Aripuanã, Pontes e Lacerda, Vila Rica, Barra do Graças e Alta Floresta.

Dessa forma, o Estado mais do que promoveu a expansão do capitalismo na Amazônia, como também concedeu financiamentos a grupos de grandes monopólios econômicos nacionais e estrangeiros sob o sofisma do desenvolvimento do Brasil. Nesse contexto, é conveniente a expressão de Pinto (1991, p. 17) “o Estado nacional: padrao da Amazônia”.

Com isso, Martins (1997, p. 88) esclarece que,

O governo militar socializou os custos da ocupação capitalista da Amazônia, transferindo para toda a sociedade o preço da não realização de uma reforma agrária, isto é, a opção por um modelo concentracionista de propriedade e não por um modelo distributivista, este último reivindicado nas pressões sociais anteriores ao golpe de Estado. O sentido dessa opção estava no próprio fato de que a classe dos proprietários de terra e as oligarquias tradicionais de base fundiária foram uma importante base social de sustentação do golpe de Estado e do regime militar.

Revestindo-se como soluções frente a uma política econômica assentada na pressão do latifúndio, preponderância às culturas de exportação e as novas relações de trabalho no campo, principalmente no Sul e Sudeste do país, refletindo a problemática questão da terra sem alterar substancialmente a estrutura agrária.

Nesse contexto, a questão ambiental assume uma importância sob o ponto de vista da relação que se estabeleceu com o ambiente encontrado e sua transformação em curso.

A moderna colonização na Amazônia centrou-se em sua maioria em torno de projetos agropecuários, porém, trouxe problemas da exploração mineral, fundiária, ambiental e social.

Nas últimas décadas, ocorreu um direcionamento econômico e político com base no modelo de ocupação das terras e de exploração do meio ambiente. Com isso, intensificou a exploração dos recursos naturais com o investimento de grandes projetos, ou seja, o desmatamento da Amazônia foi permitido e incentivado. Sato (1997, p.85) analisa que “o alto custo para ocupar a Amazônia causou prejuízos ao colono e à Nação brasileira”.

Conforme explicita Cavalcanti e Mansur (1999, p. 108),

A etapa do desmatamento consiste em: “Primeiro, o fazendeiro contrata uma madeireira para arrancar o mogno de suas terras”. Depois, vende outras árvores nobres. A motosserra abre grandes clareiras na mata. Alguns fazendeiros mandam cortar também as madeiras brancas, usadas na fabricação de compensados e tábuas para a construção civil. Quando a floresta está esgotada, o fazendeiro dá o golpe final. Acende tochas feitas com pneus velhos e bota fogo. A mata arde por alguns dias. No momento em que o fogo se apaga, só resta cinza e poucos troncos teimosos fincados como palitos na paisagem calcinada. À primeira chuva, o fazendeiro semeia o capim.

Em relação à devastação ambiental, destaca-se a expansão das monoculturas, pois de acordo com Peres e Coutinho (2004, p. 67), “a área plantada com o grão no Mato Grosso aumentou 400% desde 1990”, em que se pode verificar que as terras amazônicas são ocupadas primeiro com o madeireiro que avança sobre terras devolutas com a extração de árvores nobres e em seguida vendem a terra ao pecuarista. Este promove o desmatamento e forma pastagens para gado de corte. Em seguida vem à lavoura, com a adaptação da soja o agricultor compra as terras do pecuarista. Dessa maneira, o madeireiro vai avançando para frente, seguindo vem o pecuarista e depois o agricultor e o ciclo se repete.

Nesse sentido, o problema como salienta Peres e Coutinho (2004, p. 69), “é que a soja acaba financiando o pecuarista e este o madeireiro, que é incentivado a ir sempre mais para o norte, aumentando a área desmatada”.

Com relação ao capital, pretendemos apresentar sua categoria na ótica da interpretação materialista da história. É a partir da categoria de capital que podemos compreender a expansão da Amazônia. Na verdade, foi a lógica do capital que impulsionou esse processo de expansão.

Dessa forma, Alves (2004, grifos do autor) define,

Num primeiro momento, poderíamos dizer que o capital não é **coisa**, mas uma **relação social** que toma a forma de **coisa**. Vejamos o que isto significa. Primeiro, o capital é **relação social de produção** voltada para a acumulação de valor através da produção de mercadorias. Assim, o objetivo do movimento do capital é a acumulação ampliada de riqueza abstrata, de dinheiro. Este fazer mais-dinheiro se dá através da produção de mercadoria.

Alves (2004, grifos do autor) explicita que,

O capital não é apenas as **relações sociais** de produção baseadas na **propriedade privada e divisão hierárquica do trabalho**, que pressupõe a expropriação do trabalho vivo e a instauração do trabalho estranho, mas é o próprio **movimento** de valorização do valor. Assim, daquela fórmula geral D-

M-D, o capital não é o D ou o M, mas é o próprio movimento de auto-valorização do valor. O capital é este **movimento**, as próprias condições sócio-históricas e os pressupostos estruturais deste movimento de valorização automática.

Eis a regra básica de que o capital se apropriou na Amazônia, cujo movimento está pautado na contínua expropriação e acumulação através dos próprios mecanismos sociais de organização.

Portanto, a expansão da última fronteira brasileira está intrinsecamente ligada aos motivos socioeconômicos a partir dos anos 70, pelas políticas governamentais com medidas e programas de incentivo, como por exemplo: a construção de grandes rodovias para o Norte e Centro-Oeste, políticas de colonização, políticas de créditos agrícolas, estratégias que tinham como objetivos de evitar conflitos agrários e garantir a atuação do grande capital na agropecuária.

Política fundiária do Estado de Mato Grosso

Com relação ao Estado de Mato Grosso, a política fundiária apresentou descentralização do governo central com a Constituição de 1891, como afirma Siqueira (2002, p. 228), foi “o momento em que a união abria mão do controle das terras em nome dos Estados federativos, ou seja, caberia a eles, a partir dessa data, determinar sobre a questão fundiária”.

Pode-se dizer que, a partir da primeira lei de terra em Mato Grosso conforme destaca Siqueira (2002, p.228), em “16 de novembro de 1892, sancionada pelo presidente do Estado Manuel José Murtinho”, surgiu o fortalecimento do poder local nas mãos dos grandes proprietários de terras e ocorreu um acelerado processo de venda de terras devolutas.

De acordo com Siqueira (2002, p. 232), o primeiro Código de Terras de Mato Grosso foi promulgado em 1949, com o governo de Mato Grosso Fernando Corrêa da Costa, em que incrementou a venda das terras devolutas com o objetivo de ocupar os espaços vazios do Estado, mediante corrente migratória.

Para legalizar a propriedade das terras mato-grossenses foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso – CODEMAT, em 1970, com o objetivo de organizar a regulamentação dos documentos das terras e finalmente, para

dar conta da regularização das terras criado em 1975 o Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT.

Historicamente a ocupação do Estado de Mato Grosso se deu com base na grande propriedade rural, pois a implantação da infra-estrutura para a ocupação de áreas consideradas ‘vazias’, aliada a concessão de incentivos fiscais, manteve a base na grande propriedade rural, algumas com raras exceções.

A Tabela 2 demonstra a situação fundiária em Mato Grosso:

Tabela 2 - Mato Grosso: situação fundiária

Área em hectares	Número de imóveis	Área ocupada
Até 100 ha	71,2%	8,7%
De 100 a 10000 ha	16,6	14,5
Mais de 1000 ha	12,2	76,8

Fonte: Secretaria de Planejamento – SEPLAN/MT e Secretaria da Agricultura e Assuntos Fundiários – SAAF/MT, 1994.

Conforme a tabela acima, podemos verificar que a concentração da terra no Estado de Mato Grosso exerce grande predominância.

A distribuição fundiária é assim observada por Passos (1998, p. 65-66):

O caso mais extremo é o de Mato Grosso, onde os pequenos agricultores com menos de cem hectares representam 70% do total dessa classe, mas cultivam apenas 3% da terra, enquanto 7% de proprietários, com mais de mil hectares, possuem 84% da área cultivada. [...] Esse padrão reflete-se claramente nas estatísticas sobre propriedade nas zonas de fronteira mais antigas, onde a terra está se tornando tão concentrada como em todo o resto do país.

De acordo com a análise das estatísticas do INCRA, com base no recadastramento de 1992, Alves Júnior (2003, p. 23), apresenta os seguintes resultados da estrutura fundiária de Mato Grosso: “a) os minifúndios e pequenas propriedades variam entre 0,05% a 65,1% da área cadastrada; b) as propriedades médias variam entre 1,5% a 43,7% da área cadastrada; e c) as grandes propriedades variam entre 14,3% a 96,8% da área cadastrada”.

Pode-se considerar que de acordo com Alves Júnior (2003, p. 30),

Ao planejar a ocupação dos espaços ‘vazios’ do Estado de Mato Grosso, os órgãos planejadores adotaram o modelo da grande propriedade como base, com exceção dos projetos de colonização desenvolvidos pelo INCRA. Isso se materializa na política governamental de vender grandes áreas a particulares no intuito de que esses as colonizassem, ou implantassem grandes projetos agropecuários. Na área de influência da SUDAM, diversas empresas receberam incentivos fiscais para colonizarem ou implantarem projetos agropecuários.[...] diversas empresas adquiriram vastas extensões de terras no estado, e como resultado, temos grandes latifúndios, que ainda hoje não são explorados, mas servem apenas para a especulação imobiliária. Em algumas dessas grandes extensões de terras foram implantados projetos de colonização. Também estão presentes a colonização oficial, desenvolvida pelo INCRA, que muito atuou na área norte do estado.

De acordo com Müller (1989, p. 59), o que tem ocorrido é “o empobrecimento da maioria dos pequenos proprietários, bem como dos arrendatários e parceiros”, processo que só pode ser compreendido segundo o autor, pela “conexão entre a agricultura e o papel do Estado como capitalista financeiro, sustentado na existência de grandes capitais em operação na agricultura”.

Conflitos fundiários na Amazônia

Quanto aos conflitos gerados pela estrutura fundiária, convém destacar o período de 1974 a 1983, o alastramento da violência no campo por todo o território brasileiro, conforme afirma Oliveira (1994, p. 38), na medida em que,

A Amazônia com mais de 50% das terras, passa a concentrar a maior parte dos assassinatos no campo. Nesse período, o Pará, Maranhão e o extremo norte de Goiás vão representar a região mais sangrenta do país. Assim, se somarmos a estas áreas o estado de Mato Grosso, vamos verificar que há uma coincidência entre esta área explosiva, e a área de maior concentração de projetos agropecuários incentivados pela SUDAM.

Nesta luta entre jagunços^{iv} e posseiros, na tentativa destes últimos de garantirem um pedaço de terra, o que os grandes proprietários, em geral, grileiros, não têm permitido. O uso da violência generalizou-se nas fronteiras, conforme ressalta Oliveira (1994, p. 48) que “o ano de 1985 revela a concentração dos assassinatos no campo, sobretudo na região da Amazônia”.

De acordo com Oliveira (1994, p. 64),

O processo de “legalização” das terras griladas ocorre da seguinte forma: “junta-se à documentação para aquisição de terras devolutas dos estados, duas certidões sempre negativas da existência, naquela terra a ser titulada, de índios ou posseiros. [...] Depois dos documentos, na grande maioria falsos, o órgão competente dos estados (Institutos de Terras) expede os títulos de propriedade requisitada, sem que ninguém, nem mesmo os técnicos que assinaram as plantas de localização tenham estado lá”.

Na consolidação dos grandes projetos e latifúndios na Amazônia, os pequenos agricultores e posseiros vão sendo expropriados. Em muitos casos, essa situação acaba por gerar forte tensão, conduzindo até os assassinatos.

Segundo Gonçalves (2004, p. 1), a partir de um levantamento junto à Comissão Pastoral da Terra^v – CPT, os conflitos no campo em 2003, “revela dados de uma nova face da violência no campo. O Centro-Oeste, paraíso do agronegócio, apresenta o mais alto índice de violência em relação a outras regiões brasileiras”.

Diante ao poderio dos grandes proprietários, os trabalhadores rurais embora sindicalizados a partir de 1963, com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, outra frente de movimentos sociais no campo surgiu a partir de 1985, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST, cujos acampamentos e invasões de propriedades têm se constituído em uma nova forma de luta pela terra.

As pressões do MST para o assentamento de famílias sem terras, a região amazônica apresentou geograficamente favorável em dois aspectos: primeiro, aliviava as tensões dos sem terras em outras regiões do país^{vi} e, segundo, amenizava os conflitos já existentes pela posse da terra na fronteira amazônica.

Considerações finais

Ao se abordar o tema da expansão da fronteira capitalista na Amazônia foi possível compreender a configuração do espaço a partir de um ordenamento territorial que privilegiou e contemplou as grandes propriedades em detrimentos dos pequenos proprietários.

Dessa forma, o presente estudo pretendeu contribuir com a discussão em torno da estrutura fundiária na Amazônia, levando em consideração a análise da concentração da terra.

Verifica-se que a região da Amazônia mato-grossense por promoveu a expansão de grandes propriedades e acumulação do investimento de grandes empresários urbanos do Sul e Sudeste na compra de terras. Ao mesmo tempo, gerou no âmbito da colonização a formação de pequenos trabalhadores rurais ora na condição de proletários ora na pequena produção familiar.

A ausência da apreensão do particular com a totalidade da questão no movimento que o capital realiza no espaço territorial promove um reducionismo teórico e a ocultação de correlação entre as forças sociais antagônicas. Por isso, recuperar o movimento histórico concreto é fundamental para o entendimento das necessidades colocadas pelo modo de produção capitalista em sua atual fase, que atua para legitimar a acumulação do capital.

Pode-se entender a região amazônica e a atuação do Estado em sua ocupação como um processo inerente ao momento histórico do capitalismo, que cria contradições com o desenvolvimento das forças produtivas e essas contradições por sua vez, exigem uma necessidade posta pelo capital.

Portanto, o ordenamento territorial da Amazônia mato-grossense esteve condicionado a uma expansão capitalista que privilegiou a grande propriedade e promoveu o empobrecimento dos pequenos proprietários.

Notas

¹ A partir da Lei de Terras de 1850, durante o imperador D. Pedro II, a aquisição de terras só poderia ser realizada mediante a compra. Um meio para excluir pobres e futuros ex-escravos de possuir a terra.

² A partir do Estatuto da Terra o conceito latifúndio passou a ser definido em duas situações: a) latifúndio por dimensão: todo imóvel com área superior a 600 vezes o módulo rural médio fixado pela região. b) latifúndio por exploração às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou que seja deficiente ou inadequadamente explorada, de modo a violar-lhe a classificação como empresa rural. Para o INCRA é a definição em hectares dos imóveis rurais e apresenta variação em cada município de acordo com as condições físicas de cada região.

³ A questão da valorização da terra relaciona-se não com a terra em si e sim a renda que a terra proporciona. Essa renda é efetivada com a incorporação do trabalho realizado.

⁴ Os jagunços ou pistoleiros estão a serviço dos grandes proprietários de terras.

⁵ Criada em 1975, a Comissão da Pastoral da terra, sob coordenação da Igreja Católica da linha da Teoria da Libertação, solidária na defesa aos trabalhadores sem terras.

^{vi} No trecho da rodovia MT 208, entre os municípios de Nova Monte Verde e Alta Floresta, visitei alguns assentados da desapropriação da fazenda Mogno. Constatei pessoas vindas dos estados da Bahia, Minas Gerais, Paraná e Goiás.

Referências

ALVES JÚNIOR, Gilberto Torres. O planejamento governamental e seus reflexos na estrutura fundiária de Mato Grosso. **Revista Caminhos de Geografia** 4(9)17-30, jun.,2003 .

ALVES, Giovanni. Curso de Extensão Universitária à Distância. **Curso Virtual: Trabalho e globalização**. Aulas 1- 2 -3. Marília: UNESP, 2004.

CAVALCANTI, Klester e MANSUR, Alexandre. Carrascos da mata. In: Revista Veja. São Paulo. ed. 1592. p. 108-115, abr.. 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. O agronegócio da morte. Disponível em:
<http://www.sintufsc.ufsc.br/jornal>. Acesso em: 02 jun. 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Estatuto da Terra**. Campo Grande - MS, 1964.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas do campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

PASSOS, Messias Modesto dos. **Amazônia: teledetecção e colonização**. São Paulo: UNESP, 1998.

PERES, Leandra e COUTINHO, Leonardo. O paraíso cercado e ameaçado. In: Revista Veja. São Paulo. p. 64-72, fev. 2004.

PICOLI, Fiorelo. Amazônia: do mel ao sangue. Sinop: ed. Fiorelo, 2004.

REVISTA Globo Rural. Investimento para ninguém botar defeito. São Paulo. p.6. abri. 2003.

REVISTA Veja. O paraíso cercado e ameaçado. São Paulo. p. 64-73, fev. 2004.

SATO, Michele. O desenvolvimento. In: **Cadernos do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos.** Ecodesenvolvimento. Cuiabá: EdUFMT, p. 61-95, 1997.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais.** Cuiabá: Entrelinhas, 2002.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

O GRANDE SERTÃO DO NORTE DE MINAS GERAIS: MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS E ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA¹

Thaís Luz² – PPGAS/UFG

tatadlbs@hotmail.com

Grupo de trabalho 4 - Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e
Conflito

RESUMO: Este trabalho aborda os processos vividos pelo Norte de Minas Gerais pós década de 1950, relacionando-os com o modo de vida do Bairro Rural Sagrada Família. Inúmeras foram as mudanças econômicas que aconteceram no Sertão do Norte de Minas Gerais a partir da segunda metade do século XX. Essas mudanças explicitadas em nível regional, só foram possíveis a partir de um movimento engendrado nacionalmente que visava mudanças na base técnica da produção agrícola. Situamos a migração e a apropriação do Programa Bolsa Família, pelos moradores do Sagrada Família, como efeito a esse processo e como estratégia de permanência no Sertão.

SERTÃO: NORTE DE MINAS GERAIS

Quase todo mundo tinha medo do sertão; sem saberem nem o que o sertão é. Sertanejos sabidos sábios. Mas o povo dali era duro, por demais.³

O Norte de Minas Gerais possui oitenta e nove municípios de áreas e densidades populacionais variáveis. Esta variedade comporta, por exemplo, municípios com menos de vinte mil habitantes, enquanto outros passam dos quatrocentos mil. De outra maneira, há municípios com população rural superior à população urbana e vice-versa. De acordo com dados do IBGE, no Norte de Minas 52,80% da população dos municípios permanece no meio rural e vive da agricultura tradicional. Este sertão norte-mineiro também é conhecido como Região Mineira do Nordeste.

¹ Estes escritos fazem parte da minha dissertação de mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), sob a orientação da professora Dr.^a Eli de Fátima Napoleão de Lima pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com o título: “Voos da espera e da esperança: O Bairro Sagrada Família e as estratégias de permanência no Sertão Norte-mineiro”.

² Doutoranda em Antropologia Social - PPGAS/UFG. Mestre em Ciências Sociais - Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRRJ. Bacharela em Ciências Sociais – UNIMONTES. Pesquisadora do Opará – Grupo de estudos e pesquisas sobre comunidades tradicionais do Rio São Francisco/CNPq.

³ (ROSA, 1964, p. 190).

Sobre esta grande região Paula (2003) afirma, a partir de dados da Fundação João Pinheiro, que é composta por três regiões distintas: a) a Bacia do São Francisco, que engloba sete unidades da federação⁴; b) o Vale do São Francisco, abrangendo parte da região Nordeste, uma parte do Polígono das Secas e uma parte da região Sudeste; c) o Semiárido Brasileiro, que compreende o Polígono das Secas. Segundo a autora, a formação do Norte de Minas se deve “*á expansão da pecuária bovina e a disponibilidade de terras livres*” (p. 03).

MUDANÇAS ECONÔMICAS NO NORTE DE MINAS GERAIS

Na época da mineração, durante o séc. XVIII, o Norte de Minas Gerais era fornecedor de alimentos para a região das Minas. Mas, somente com a ferrovia instalada em seus territórios no séc. XX, que a região teve contato com o Brasil em geral e povoou terras novas. Para que possamos trazer à tona as atuais estratégias de permanência de povos do/no Norte de Minas é necessário uma reconstrução das mudanças sociais e econômicas que aconteceram no Brasil nos últimos 60 anos (ou mais além) atingindo diretamente a região a estudada.

Na maioria dos casos, a migração, entendida aqui como os deslocamentos realizados por indivíduos que saem do seu lugar de origem temporariamente ou não, partindo geralmente em busca de trabalho que possibilite uma situação econômica diferente daquela que tem no seu lugar, é a alternativa a essas mudanças.

Segundo PAULA (2003), é no pós década de 1960, com influência da Revolução Verde, que os ciclos econômicos dão lugar à modernização agrícola, mantendo a concentração de terras e continuando a fomentar a migração campo-cidade. A busca por trabalho, as diferenças econômicas regionais, a concentração de terra e tantos outros motivos fazem com que permanecer no campo seja quase impossível para os camponeses⁵.

No auge dos anos de 1960/1970 o “milagre econômico” na economia urbana e a revolução verde atuando sobre a ocupação e emprego no campo, fizeram com que os lavradores do Nordeste mineiro buscassem os destinos urbanos na região Sudeste. Os trabalhadores eram requisitados para um mercado que exigia pouca escolaridade, dispensando capacitação prévia e registros anteriores na carteira de trabalho. As décadas de 80 e 90 são marcadas pela intensificação da urbanização brasileira. (PAULA, 2003, p.28)

Todavia, existe uma superioridade da produção capitalista, advinda da industrialização, em relação à produção familiar, o que faz com que a economia camponesa, oriunda da produção centrada na família e que busca a satisfação das suas

4 As sete unidades da Federação são: Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal, Pernambuco, Goiás, Alagoas, Sergipe.

5 Não entrarei aqui nas discussões da propriedade do termo, discussão essa já largamente debatida no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. Refiro-me a lavradores pobres, caipiras, tabaréus, ribeirinhos, cuja atividade primordial se relaciona com a agricultura de subsistência.

necessidades sem perder o equilíbrio entre produção e consumo, passe por uma crise. O motor da economia de mercado, que é a economia capitalista, visa a geração de excedente e o lucro, a economia, dita, camponesa não se ajusta a esse mecanismo. O mundo rural que o camponês habita é heterogêneo e busca o equilíbrio entre as relações do / no campo. Em “As formas de solidariedade” (1969), Antônio Candido nos apresenta outra marca diferenciadora do mundo rural, o espírito de união presente na cultura caipira⁶, no qual a necessidade de ajudar determina a formação de laços de reciprocidade e a estrutura do lugar, *“cujos limites e funcionamento (...) em que ordenam as relações básicas da vida caipira, rudimentares como ele, é um mínimo social, equivalente no plano das relações ao mínimo vital representado pela dieta”* (p.54); Esse mínimo vital e social descrito por Candido diz respeito à importância que devemos dar ao estudo da alimentação nos grupos sociais, pois junto com ela veremos a cadeia que gera as relações humanas no grupo. Com o impacto da expansão econômica capitalista a vida do caipira sofre mudanças que o faz buscar novas alternativas de vida, um novo ajuste a essa realidade. Queiroz (1963) afirma que existem três modalidades da situação da agricultura de subsistência frente à economia comercial que seriam: *“a) persistência, em áreas muito pouco atingidas por esta última forma de agricultura; b) decadência, quando com esta coexiste na mesma área; c) revitalização, quando a área, antes bafejada pelo progresso econômico se viu por ele desertada”* (p.95). Trabalhos atuais têm demonstrado a ocorrência diferenciada dessas situações encontradas também no Bairro Rural a que este trabalho se dedica.

Foi a partir da década de 1950 que começaram a surgir agressões aos modos de vida tradicionais e ameaças de desorganização ecológica e cultural no Norte de Minas Gerais. A política estatal de valorização e incremento dos complexos agroindustriais foi, e é, fator de expulsão das populações tradicionais.

Como é fato conhecido, a modernização que o campo brasileiro passou, causou degradação ambiental e social. Social, pois, com a concentração de renda e de propriedade privada, cresceu o número de pessoas expulsas do campo por não terem mais onde reproduzir seu modo de vida e por não terem sua mão de obra incorporada na atividade agrícola emergente.

Por modernização da agricultura se entende basicamente a mudança na base técnica da produção agrícola. É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores

⁶ Utilizo aqui o termo caipira trazido na literatura de Antônio Candido no sentido de afirmar que os sertanejos moradores do Bairro Sagrada Família se assemelham a esse caipira por possuir a mesma formação dos laços de reciprocidade/estrutura do lugar similar.

importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos, etc), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. É uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir. (KAGEYAMA, 1990, p.113)

Esse processo de modernização desencadeou a industrialização da agricultura, fazendo com que a indústria passasse a ditar regras também para os aspectos rurais da vida urbana e para a gestão do meio-ambiente.

Já na década de 1960 não se visualiza o caminho inverso a essa modernização/industrialização da agricultura, principalmente com o surgimento das primeiras ideias e esboços dos complexos agroindustriais que viriam a ser a máxima da especialização no/do campo.

A agricultura, então, passa a seguir os padrões dos Complexos Agroindustriais (CAIs), que por sua vez segue padrões determinados pelas políticas estatais. Ou seja, por trás da consolidação dos CAIs estava o Estado com a criação e definição de uma série de medidas no setor econômico-político visando a expansão do parque agroindustrial. O CAI se firmou como diretriz na produção agropecuária, que tinha como objetivo maior impulsionar a economia (acumulação de capital) e o desenvolvimento do país. O crédito rural aqui assume papel principal e foi o Estado quem criou e financiou as condições para transformação da base técnica (econômica e social) da agricultura

É nesse cenário que o Norte de Minas, enquanto região de cerrado, ganha atenção do governo brasileiro com a criação de diversos planos e programas que dispunham de incentivos para ocupação do território com atividades agropecuárias, vistas como a chave da porta para o milagre na economia nacional.

Todavia, em 1950 se iniciou uma crise no segmento de financiamento. Com a criação do Sistema Nacional do Crédito Rural - SNCR, em 1965, e a Reforma do Sistema Financeiro, essa crise foi superada e assim foram estabelecidas as bases que assegurariam parte dos recursos captados pelos bancos sendo orientada para o setor agrícola. Nessa perspectiva, 10% dos depósitos à vista dos bancos comerciais destinaram-se-iam a empréstimos para agricultura.

Com o Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970/74) e no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974/79) foram pensadas as medidas para desenvolver as áreas de cerrado incorporando-as ao desenvolvimento da economia nacional, via setor agrícola. Medidas essas que giravam em torno de disponibilidade de crédito para incremento do campo.

Kageyama (1990) afirma que com a implantação do SNCR a disponibilidade de crédito aumentou 329% e que pós-1979 houve uma retração desses índices. Nesse contexto o cerrado é visto como um negócio próspero para o Brasil.

Essa expansão da fronteira agrícola às ditas novas terras não levou em consideração a população ali existente. Os olhos estavam voltados apenas para o potencial das terras planas do cerrado e seus chapadões. no Triângulo Mineiro, Brasil Central, Alto Jequitinhonha, Piauí, Sudoeste baiano e Alto-Médio São Francisco, todos inseridos nos novos rumos da expansão agrícola (RIBEIRO, 2010). No que toca à ocupação do cerrado, o governo criou medidas especiais para incentivar sua ocupação e simultânea produtividade.

Quando essas atividades começaram no Alto-Médio São Francisco, as chapadas de gerais foram privatizadas por empresas de pecuárias, reflorestamento e carvoejamento; as baixas úmidas foram sistematizadas, irrigadas e plantadas; a terra fértil da mata seca foi em grande parte transformada em pastagens de capim brachiara ou andropogon. Empresas adquiriam, ou grilavam, grandes áreas de gerais, terras comuns de agricultores tradicionais, e cercavam outros tantos milhares de hectares de terras, se assenhorando das chapadas e encantilando – conforme o dizer local - os lavradores na estreita faixa que ficava entre a margem dos córregos e o começo das chapadas.” (RIBEIRO, 2010, p.31)

A primeira mudança expressiva no Norte de Minas Gerais foi a sua incorporação à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A SUDENE foi idealizada por Celso Furtado e instituída no ano de 1959 no governo presidencial de Juscelino Kubitschek, foi criado um Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – CODENO que formulou seu I Plano Diretor.

A SUDENE visava colocar em prática ações que atraíssem investimentos do setor privado para as regiões atingidas pelas secas. O Norte de Minas Gerais se tornou, assim, região de dupla investida não só por fazer parte da Região Mineira do Nordeste recebendo incentivos da SUDENE, mas também por suas áreas de cerrado promissoras.

O crédito rural é visto como uma alternativa aos dispendiosos custos da moderna produção agrícola que se vale de defensivos e maquinário para potencializar a produção. Modernização e crédito caminham juntos. Segundo Graziano da Silva “*são os incentivos governamentais – via crédito privilegiado a juros reais negativos – que tornam os baixos salários recebidos pelos trabalhadores rurais relativamente mais caros que seus substitutos, como as máquinas e os defensivos químicos, especialmente herbicidas*” (1980:125-6). O primeiro programa de crédito agrícola voltado para regiões do cerrado foi um programa piloto em nível regional que serviu de modelo para ações e

medidas e serem implantadas nacionalmente, no ano de 1972 é criado o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados – PCI.

Com o sucesso do PCI foi elaborado e colocado em prática o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO, compreendendo doze áreas prioritárias que iam para além de Minas Gerais chegando também no Centro Oeste⁷.

Com essa iniciativa o cerrado entra para o ranking nacional com produção expressiva de café, soja, sorgo e trigo. As mudanças foram desde o uso e trato da terra até o financiamento da produção. De acordo com SALIM (1986, p. 324) “*os cerrados participavam com cerca de 40% da produção nacional de arroz, 16% de milho, 18% de feijão, 36% de rebanho bovino e 24% de suíno*”.

Logo após esse programa, o governo brasileiro faz (mais) acordos com o Japão no ano de 1979 e juntos colocam em prática o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, visando o investimento nas regiões Centro-Oeste e Norte. “*A estratégia proposta era a criação de grandes unidades agrícolas, com sólido suporte empresarial, ao lado de fazendas de pequeno e médio porte, fundamentados no sistema de operação cooperativista*” (SALIM, 1986, p. 326). Tais investimentos na agropecuária e infraestrutura visavam favorecer a competitividade das variedades agrícolas no cenário internacional. Além desses incentivos o setor de infraestrutura também se beneficiou recebendo os esforços necessários para escoamento da produção. Já no ano de 1982 é implantado o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação – PROFIR que surge para aumentar e viabilizar a produção de grãos, em especial, o trigo.

Contudo, diferentemente da “crença” do governo, as terras do Norte de Minas não eram despovoadas e essas ações provocaram altos índices de êxodo rural. As intervenções reguladoras do Estado tornaram possível o “sucesso” do parque industrial de processamento de produtos agropecuários.

A tecnologia agrícola difundida no País durante a década de 70 conduziu-se a resultados muitas vezes satisfatórios em termos de elevação da produtividade do trabalho e da produtividade física; no caso de algumas culturas, concorreu para um agravamento de problemas sociais e ecológicos. Dentre os sociais, ressaltam-se a elevação da concentração fundiária, a expropriação de pequenos produtores inclusive de alguns dos que se modernizaram, a redução substancial de ocupações mais estáveis, a elevação da sazonalidade do trabalho e, como consequência, a precipitação de um movimento populacional a partir do campo, responsável por um virtual despovoamento

7 Três em Minas Gerais, duas em Mato Grosso do Sul, duas em Mato Grosso e cinco em Goiás, assim definidas: (...) Estado de Minas Gerais: Triângulo Mineiro (ao longo da BR-365, entre Patrocínio e Anápolis); Alto Médio São Francisco (limitada pelos rios Paraopeba, São Francisco e das Velhas, de Sete Lagoas até Pirapora). (SALIM, 1986, p.315-17)

das áreas rurais mais desenvolvidas. É necessário mencionar também que esta tecnologia agrícola não apenas tem exigido um sistema de crédito subsidiado para sua incorporação, como tem acarretado, em geral, um balanço energético desfavorável (consome mais energia do que aquela que produz) e pressões sobre o balanço de pagamentos por ainda fundar-se a importação de energia e insumos. (SALIM, 1986, p.336)

Nesse contexto, inúmeros são os casos de luta pela terra no Norte de Minas, comunidades e povos estão à mercê dos grandes proprietários e latifundiários desses cerrados. Torna-se necessário, então, refletir sobre tais conflitos, expropriações e mudanças dos modos de vidas que surgiram após essas ações governamentais na região, lutas no sentido de se conservar elementos que possam garantir que esse território abrigue e alimente as gerações futuras, sem que seus direitos sejam violados e sua tradição e cultura desrespeitadas.

De acordo com PAULA (2003), é a partir deste ponto, a ocorrência dos conflitos, que podemos relacionar a estrutura fundiária concentrada ao fluxo migratório rural regional. A pecuária trouxe riqueza e prosperidade para alguns e desigualdades sociais e econômicas para muitos, e com a industrialização tem-se um crescimento significativo da população urbana.

SÃO FRANCISCO-MG: O BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA

O município de São Francisco surgiu no século XIV, é terra de Antônio Dó, sertanejo que viveu grandes embates com a polícia local, constantemente referenciado nas obras de Guimarães Rosa. A luta pela terra sempre circundou a história de São Francisco, a região foi conquistada por disputa entre bandeirantes e índios uma vez que era considerada favorável para o estabelecimento da pecuária extensiva, para o comércio e o transporte fluvial. Nessas terras, o jagunço é figura corriqueira, visto como uma espécie de guarda-costas que luta defende os interesses dos fazendeiros.

Atualmente São Francisco possui uma população de 53.828⁸ habitantes. É um lugar culturalmente rico, onde o artesanato, a pesca e a religiosidade, marcam profundamente as suas manifestações e festas populares, acima de tudo, estas categorias definem e constroem a identidade do sujeito dali que migra. NO caso do bairro Sagrada Família não houve planejamento por parte do poder público local, os relatos dos moradores apontam uma ocupação desse território dando-se por vários motivos não administrativamente controlados: fuga de enchentes, despejo de algum outro bairro que ficava na região central da cidade e cujas casas foram “tomadas” (categoria êmica) pela prefeitura, além de conflitos pela terra travados com donos de fazendas na redondeza do bairro, entre outros do mesmo tipo.

8 Dados populacionais do IBGE. Censo 2010.

Em meados da década de 1970, surgiram as primeiras famílias no lugar que viria a ser o bairro Sagrada Família. No ano de 1979, marcado pelas maiores enchentes das beiras do Rio São Francisco, mais famílias se instalaram ali.

...a formação do bairro Sagrada Família, na região leste de São Francisco, pode vir confirmar uma “profecia”, deste município, do final do século XIX. Em 1.897, o Presidente da Câmara Municipal e Agente Executivo de São Francisco, Coronel Jacinto Augusto de Magalhães, legitimou padrões para futuras construções da cidade, e destinou a região leste para moradia e construção das famílias pobres. (...) a enchente foi o fator contribuinte para a concretização desta profecia excludente, preconceituosa e depreciativa. (...) Com isso, nota-se que o bairro já se constitui com elementos depreciativos impregnados sobre os moradores que povoariam este local (SILVA, 2008, p56).

Os moradores tiveram ajuda do padre Vicente Euteneur,⁹ responsável pela paróquia local que os auxiliou na organização e ocupação do lugar. Foi através de mutirão que as casas foram construídas.

A casa que a gente morava era simplesmente um quarto, uma sala e uma cozinha pequena. Era de tijolo mesmo, porque foi um padre que fez na época. Porque a gente morava no bairro Bandeirante, mas eles despejaram a gente porque *precisava*¹⁰ daquelas terras e *despejou* o povo de lá, lá *chamava-se* papelão, porque as casas eram realmente muito precárias. As que não eram de papelão, eram de enchimento. A nossa, lá, era de enchimento. Ai quando eles despejaram, despejaram a gente pra cá. A gente ficou morando aqui numas barracas que o exército trouxe, moramos bem um tempo. Aí um padre, um santo padre, começou a fazer uns barracos pra gente. Eu lembro, a gente tudo pequenininho tendo que ir lá no rio pegar água, e juntava todo mundo num mutirão: menino com tamborzinho, gente com tamborção, *enchia os tambor* de uma casa, depois enchia o tambor de outra casa, era um mutirão até encher tudo. (Izilda, 37 anos, moradora do Bairro Sagrada Família, Outubro/2012)

O mutirão, nas palavras de Candido (1964) seria o ato ou a solução para a falta de mão-de-obra nos grupos isolados;

(...) consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, ficção etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho (CANDIDO, 1964)

O diferencial desse mutirão é que a forma de pagamento não é em dinheiro. O que move essas pessoas é uma consciência moral em relação ao outro, é a troca de favores (dádiva, reciprocidade) que é constante entre os camponeses que vivem da agricultura familiar e não dispõe de mão-de-obra suficiente para dar conta do plantio e demais atividades. As decisões fazem parte da coletividade do grupo, “a religião, política, lazer, tudo serve de ocasião para agrupamentos e reuniões, e as próprias

⁹ Nascido na Alemanha no dia 09 de junho de 1930, num povoado de nome Riacho verde. Chegou a São Francisco em, 1965, sendo pároco em 1971. Fundador do bairro Sagrada Família.

¹⁰ Optei por manter os registros das variações lingüísticas de meus interlocutores para resguardar, o mais possível, a integralidade de sua oralidade. Todavia, no texto escrito apresento-as em formato itálico, mesmo procedimento que adoto para as categorias êmicas e quaisquer outras palavras de língua estrangeira.

questões familiares transbordam do núcleo para se tornar problemas que interessam à comunidade toda” (Queiroz, 1963, p.58).

Os religiosos da paróquia de São Jose que estavam à frente desses mutirões auxiliando nas construções dessas casas em uma região fora do perímetro urbano, um terreno rodeado de pequenas e médias fazendas e margeado pelo prédio das Indústrias Alimentícias Itacolomy – ITASA¹¹.

Popularmente o bairro Sagrada Família é conhecido na cidade como ITASA, pelo fato de se encontrar nas redondezas do que um dia foi a Indústria da Nestlé que manteve-se ativa até meados da década de 1990; hoje o prédio dá lugar a uma Escola Municipal. Com o passar dos anos e com o crescimento do número de famílias naquele bairro surgiram algumas ruas que lentamente estão sendo asfaltadas. O acesso ao bairro é precário, possível, somente, por duas avenidas que foram recentemente pavimentadas, uma é conhecida como Avenida Perimetral e a outra, trata-se a verdade, da BR MG 161 que liga os municípios de Januária e de São Francisco.

Agora que esse bairro cresceu, teve muitas doações de lotes aqui. Aqui cresceu muito! Aqui precisa de um posto policial, de um posto de saúde, de um hospital bom. Aqui, pra mim, eu acho que precisava também de uma lotação, porque fica muito longe do centro da cidade. São Francisco está ficando grande, mas não tem envolvimento de nada. (Domingos, 36 anos, morador do Bairro Sagrada Família, Maio/2013)

A maioria das ruas do bairro é de *terra solta* (categoria êmica), muitas delas são pouco iluminadas. O deslocamento das pessoas, na maior parte das vezes, é realizado com bicicletas ou a pé, uma minoria pontual possui algum veículo automotivo. O relato do morador Domingos rememora os tempos iniciais da atual estrutura do bairro:

Antes tudo era roça. Aqui era roça nesse bairro. Aqui era tudo roça. Tinha até onça aqui. Bicho de caça tinha muito! Eu sempre morava aqui. Aqui tinha *pau preto* (categoria êmica que nomeia determinado tipo de árvore da flora local), pra lá você não via uma estrada, era só mato. A velha mais velha aqui do bairro tem mais de cem anos e conversa numa boa pela idade, 103 anos ela tem. E tem seu Zé Preto que é mais velho e conhece muitas coisas, mora ali pra lá de uma *casenga* (categoria êmica que quer dizer casebre). Tinha uma *casenga* aqui que era onde eu morava antes. Quando eles fez isso aqui tudo eu lembro. (Domingos, 36 anos, Maio/2013)

Segundo relatos dos moradores a *luz* (aqui considero o termo como categoria êmica por significar o fornecimento de energia elétrica para as residências, contudo, a palavra “luz” em muitos outros lugares do Brasil também significa o que aqui quer dizer) e a iluminação pública só “apareceram” (termo dos próprios moradores) depois do ano de 2002. Com isso o número de famílias residentes no bairro cresceu consideravelmente. O único espaço de lazer que os moradores possuem é a quadra

¹¹ Essa empresa fundada em 1980 foi comprada pela Nestlé em 1983.

poliesportiva construída pela prefeitura, apesar de apresentar-se em condições precárias para o uso, uma vez que a construção foi danificada pelas chuvas e intempéries. Esta quadra poliesportiva está localizada nas proximidades da Igreja Católica, do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, do posto de Estratégia de Saúde da Família – ESF/Sagrada Família (implantado e gerenciado pela Secretaria Municipal da Saúde), também, e por fim, do Clube Campestre da Associação Atlética do Banco do Brasil cujo acesso é restrito a seus sócios o que, invariavelmente, exclui a comunidade no qual está circunscrito, sem contudo nela inserir-se, uma vez que a população não participa das suas atividades de lazer. Ao andar pelas ruas do bairro Sagrada Família encontramos casas simples, separadas em geral por cercas de arame ou, em alguns casos, de muros baixos. É importante entender esse processo de ocupação para a compreensão e análise da construção da identidade das pessoas que dotaram de significados o lugar em que moram. Entendo esta identidade a partir do conceito proposto por Oliveira¹² (1976, p. 4) no qual ela se configura como bidimensional: contempla o aspecto pessoal (individual) e o social (coletivo). Ambos os aspectos dialogam entre si, o que nos permite tomá-los como dimensões de um mesmo e inclusivo fenômeno, situado em diferentes níveis de realização.

A identidade social aparece, pois, como uma atualização do processo de identificação e pressupõe a noção de grupo. É um reflexo da identidade pessoal (...). Conferir identidade a grupos requer a eleição de aspectos que lhes concedam individualidade e os destaquem frente a outros grupos; consiste em ressaltar suas características. (WANDERLEY; MENEZES, 1997, p. 19).

No Bairro Sagrada Família a migração temporária tornou-se um meio pelo qual as pessoas ganham seu sustento sem abandonar o seu lugar de origem, nessa migração, porém, os símbolos, os discursos e as práticas sociais se consolidam na memória e nas representações sociais vinculadas ao território e ao lugar. Em consonância com esta minha observação de campo Diegues (2001) cita Redfield para afirmar que a cultura das sociedades camponesas não é autônoma, pois para se manter como tal, a cultura camponesa requer contínua comunicação com outra cultura.

O bairro Sagrada Família tem características reconhecidas no dizer e no fazer dos moradores, nesse contexto possui uma tradicionalidade demonstrada em seus padrões de cultura singulares e na reafirmação dos seus valores. Dessa forma, aplicam-se a estas pessoas as afirmações de Diegues:

Os camponeses, segundo Firth (1950), ainda que dependam fundamentalmente do cultivo da terra, podem ser pescadores, artesãos, extrativistas, segundo as estações do ano e a necessidade de obtenção de

12 OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976.

dinheiro para suas compras na cidade. (...) Culturas tradicionais nessa perspectiva, são as que se desenvolvem dentro do modo de produção da pequena produção mercantil (Diegues, 1983). Essas culturas se distinguem das associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transforma em objeto de compra e venda (mercadoria). Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes. Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de território que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar (Godelier, 1984). Essa porção da natureza fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também: 1 - Os meios de subsistência; 2 - Os meios de trabalho e produção; 3 - Os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, os que compõem a estrutura determinada de uma sociedade (relações de parentesco etc). (DIEGUES, 2001).

No Sagrada Família as condições de acesso à saúde, educação e lazer são precárias, as difíceis condições financeiras e a falta de emprego e renda aproximam as pessoas que vivem no lugar e fomentam a realização das migrações. Os modos de vida são diversos, mas os sonhos são os mesmos: o aumento da renda para melhorar a vida da família e sua permanência no lugar. Melhorar a vida, para os entrevistados, muitas vezes é poder ter uma casa organizada com espaços definidos, ou ter a certeza de que os filhos terão acesso à educação para obter uma formação profissional que lhes assegure proteção contra o sol, é, ainda, a possibilidade de se adquirir artigos como fogão, geladeira, televisão, antena parabólica, motocicleta, micro-ondas ou um computador.

É o *arrumar serviço* que move essas famílias, o trabalho é um valor de vida que dá possibilidades. Muitos daqueles que partem, retornam, e muitos dos que ficam vivem para esperar a volta daqueles que saíram para a *lida* (categoria êmica que significa o trabalho do dia-a-dia).

TRABALHO E MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA

A experiência da migração reverbera, não só naquele que migra, mas também na família do migrante que fica no lugar de origem. Desse modo, minha percepção da migração no bairro Sagrada família é a de deslocamentos realizados por indivíduos que saem do seu lugar temporariamente, este fato ocorre com frequência no Norte do estado de Minas Gerais. A migração é vivida como meio de sobrevivência e também como resistência. Assim, cabe neste trabalho a adoção da concepção de migrante de SILVA (2008), na qual o migrante é também um fruto das relações sociais de produção.

Para melhor pensar esta perspectiva da produtividade vale considerar que a modernização decorrente do pós - 1930 brasileiro, teve seus primeiros anos marcados pela expansão industrial na qual o valor da produção industrial do país ultrapassou o das

safras agrícolas. Segundo Werneck Vianna (1978), a revolução pelo alto diz respeito ao fato de o Estado encabeçar a modernização no país ascendendo os interesses da indústria “na nova configuração estatal”. Assim, o caso do Brasil é visto singularmente, pois, o setor de agro-exportação que à época era mais bem estruturado que outras indústrias, foi desalojado.

Pode-se, então, inferir que o fenômeno migratório está envolvido em processos e relações sociais muitas vezes invisíveis nos números divulgados pelas instituições de pesquisa. Este fato ratifica a necessidade de se pensar o fenômeno migratório por meio dos relatos das pessoas que se encontram inseridas nestes processos.

Complexificando a questão, vê-se em Paula (2009) uma reflexão na qual a categoria migrante é marcada pelo caráter imaginário do pertencimento ao lugar de origem e à família, fazendo assim com que a identidade desse migrante possua uma dinâmica na forma como encara os diversos movimentos que realiza. As reflexões dessa autora, assim como as nossas, encontram aporte teórico em “A natureza do espaço” de Milton Santos (2006), no que tange a compreensão do ir e vir das pessoas do sertão e suas resistências. Nesse sentido, destacamos o viver comum reproduzido em diversos aspectos como as posturas adotadas no trabalho, os comportamentos em casa ou em outros lugares.

É necessário, ainda, diferenciar os tempos e espaços vividos no contexto da vida social dos sujeitos migrantes, sempre pensando em seu lugar de origem e nos seus lugares de destino: as chegadas e as partidas e os vários níveis que esse deslocamento implica. Assim o migrante é, não só fruto do seu lugar de origem, mas também das influências do mundo em que vive e com que convive. Santos (2006) nos apresenta esse mundo como sendo um aglomerado de possibilidades, no qual nos encontramos em tempos de mudanças proporcionados pela mobilidade dos indivíduos.

Os sertanejos de que trata esse trabalho hoje migram pensando em garantir a produção de vida para suas famílias e em melhorar seu futuro, sempre tendo como referência aquilo que foi vivido e que faz parte do seu passado. O lugar onde hoje é o bairro rural Sagrada Família está localizado a poucos metros das margens do Rio São Francisco e passou a existir após um esforço coletivo que se identificou com aquele lugar, com as possibilidades de ali reproduzir seu modo de vida, o que nos leva a refletir sobre território e territorialidade, aqui considerados no mesmo sentido tomado por LITTLE (2002) no qual a territorialidade é um movimento de uso e ocupação de um lugar que faz daquele lugar o território de alguém ou de um grupo. Esta reflexão sobre

territorialidade compreende e reconhece a realidade sociocultural presente na comunidade construída no bairro, onde os embates sociais, culturais e econômicos modificam as relações com o lugar, bem como os modos de vida dos sujeitos que partem e dos sujeitos que ficam, todavia, o sentimento de pertencimento ao rio e à região não deixa de existir.

A migração temporária, como se vê, vai para além da pessoa que realiza o movimento, ela também se caracteriza pelo universo social em que está inserida, de região para região, de lugar para lugar, de um tempo a outro. As lógicas da temporalidade se alteram de acordo com a mudança dos cenários, “migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais” (MARTINS, 1986, p. 45). Essa migração tornou-se o meio dessas pessoas ganharem seu sustento sem abandonar o seu lugar de origem.

Andar pelo Bairro Sagrada Família na busca de me reconhecer enquanto pesquisadora daquele lugar, mas, acima de tudo, daquelas pessoas, foi um processo lento que com o apoio de algumas agentes de saúde pude vivenciar, uma vez que a minha referência e a minha presença naquelas ruas eram diretamente vinculadas a aquelas que me introduziram naquele universo de histórias de vidas interconectadas. Assim, ao analisar a arquitetura daquelas casas pude notar enormes semelhanças. Todas são simples, feitas de tijolos e telhas de amianto (algumas poucas com telhas coloniais), eram somente rebocadas em sua maioria (sem pintura), separadas por cercas de arame, ou, em alguns casos, por um muro baixo. Casas totalmente muradas e pintadas existem, mas, muito poucas no bairro. Nos relatos dos moradores em entrevistas e conversas informais me foi revelado que apenas nos últimos trinta anos puderam melhorar a construção de suas casas que anteriormente eram construídas de adobe. Algumas pessoas conseguiram a casa por doação da Igreja Católica, outros, por doação de anônimos e até mesmo por mutirões realizados ano após ano pelos moradores do bairro. Foi muito comum nas casas visitadas a ausência do marido e dos filhos jovens adultos que foram trabalhar nas *firmas*, termo utilizado para tratar das fazendas de grandes lavouras.

Um morador do bairro conhecido como *Seu* (Sr.) Pedro Verde, de 60 anos, relata que desde a sua época de solteiro ele saía de São Francisco, às *cegas*, procurando trabalho nas fazendas que tinham grandes lavouras e monoculturas e que ofereciam oportunidades de trabalho braçal, fosse na colheita, no plantio ou no roçar da terra -

processo de limpar o terreno em que acontecerá o plantio -. Assim, também seu sogro, filhos, genros e sobrinhos, todos sobreviveram, e alguns ainda sobrevivem, principalmente do dinheiro arrecadado nos trabalhos nas *firmas*.

Seu Pedro, a todo momento, bendiz com um “Graças a seu Deus”, o fato de ainda existirem os trabalhos nas *firmas* que “é sofrido”, mas sustenta as esposas, os filhos e velhos que permanecem no bairro. O motivo das saídas, como já apontado, é o fato de que a cidade não incorpora homens e mulheres em idade produtiva para o trabalho no setor de serviços, na agropecuária ou na indústria. *Seu Pedro* afirma, ainda, que sua profissão é, e sempre foi a de pescador, mas como hoje há poucos peixes e muitos pescadores, ao contrário de antigamente quando havia muitos peixes e poucos pescadores, lhe foi necessário partir para outras *labutas* e outros serviços. Hoje *Seu Pedro* já não migra mais, voltou a viver de suas atividades de pesca e de benefícios de programas sociais. Passei várias tardes com ele (*Seu Pedro*) e Dona Altamira, sua esposa, andando por casas, participando de rodas de conversa nas quais homens e mulheres relatavam as histórias de vida de suas famílias que, muitas vezes, coincidem umas com as outras.

Seu Pedro e Dona Altamira tem um filho, que é encarregado de campo na empresa chamada ADF, localizada na região de Cristalina em Goiás, esta empresa transporta mais de cinco ônibus por ciclo da lavoura de batata. Com Izilda, esposa do Darlan, outro encarregado de campo, colega do filho de *Seu Pedro* na ADF, consegui entender o que esse trabalho de encarregado de campo significa na prática. Segundo Izilda, e também outros jovens trabalhadores da ADF que conheci, há pouco mais de dez anos o encarregado de campo era chamado de *gato*, uma pessoa que chegava até o município para recrutar interessados em trabalhar nas *firmas*. Esse *gato*, então, recebia pra ir até o lugar e organizar uma *turma* de pessoas que vai viajar para o trabalho. Com as primeiras mudanças das empresas, há alguns anos atrás, esse *gato* saiu de cena dando lugar ao chamado fiscal, que também recrutava os grupos de pessoas para trabalhar em *firmas* e fiscalizava seu serviço nas lavouras. Com as últimas mudanças e a modernização dessas empresas o fiscal passou a ter carteira de trabalho assinada e passou, então, a ser nomeado, com o título da categoria constante em sua carteira de trabalho, ou seja, encarregado do campo. Sua função, todavia, é a mesma de seus antecessores, o *gato* e o fiscal, ir até sua cidade ou lugares que conheça, selecionar pessoas que vão trabalhar na *firma* sob sua fiscalização no campo. As *turmas*, agora chamadas de equipes, que são recrutadas pelo encarregado são de 80 a 100 pessoas,

caso o trabalhador não *saia* como o planejado é sua, do encarregado, a responsabilidade de fazer com que ele, o trabalhador, volte pra casa ou desempenhe sua atividade de acordo com as normas exigidas pela empresa.

Assim, o encarregado de campo ocupa um lugar de poder no bairro, pois os jovens precisam dele para conseguir trabalho nas *firmas* e estar em boas equipes de trabalho¹³, além disso, essa distinção do cargo reverbera também na posição que a família do encarregado ocupa na sociedade local¹⁴. As melhores casas do bairro, na visão dos próprios moradores, são dos encarregados do campo, a casa deles tem muro alto e pintado, é de alvenaria. Seus filhos permanecem no município para estudar.

Curiosamente, durante minhas idas a campo nunca fui recebida por um encarregado de campo, as informações que tenho foram relatadas por suas esposas e familiares. No bairro Sagrada Família tomei conhecimento da existência de três encarregados de campo, e também de uma mulher, da família de *Seu Pedro Verde*, cujo título dado pelas pessoas do lugar é o de *gato*, e que trabalha para *firmas* da plantação de alho dentro do próprio bairro. Um jovem de 24 anos que preferiu não se identificar, relatou-me que, surpreendentemente, desde o final de 2012 passaram a recrutar trabalhadores nas terras de quilombos pertencentes ao município de São Francisco, porque quase todos os trabalhadores do bairro já estavam no *trecho*¹⁵ trabalhando pra outra *firma*.

Izilda nos relata que quando se casou com seu marido, Darlan, ele já se sustentava com o trabalho temporário nas *firmas* e passou, então, a manter a nova família com o mesmo trabalho.

Eu casei com 21 anos. Foi tão interessante, assim, que meu marido, depois que a gente namorou bastante, ele foi embora e ficou fora daqui cinco anos, ele foi morar lá no estado de Goiás. Ficou cinco anos pra lá. Aí ele voltou pra cá e a gente reatou e com um ano de namoro nos casamos. Aí, agora nesse mês, dia 27 de outubro de 2012, a gente faz 15 anos de casado. E estamos juntos graças a Deus! Quando nos casamos, foi meio complicado. A gente foi morar na casa de minha mãe, minhas coisinhas ficaram encaixotadas porque a gente foi morar na casa de minha mãe. A gente até conseguiu um barraco aqui, mas bem precário. As portas eram de caixote, tive que vender uma bicicleta que eu tinha de solteira pra colocar água e luz no barraco. Mas, assim, as portas de caixote, as telhas eram precárias, você não podia olhar pra cima que caia farelo dentro do seu olho. Eu já tinha uma menina e estava grávida do meu segundo filho. E meu esposo sempre nessa vida de viajar. Quando a gente reatou pra casar ele já viajava a trabalho nas *firmas*. Mas, antigamente não era assim confortável em ônibus não, era em *pau de arara*

¹³ Uma boa equipe de trabalho é aquela em que sua composição é feita por homens que tem, na visão do empregador, bom desempenho no campo, eles plantam e colhem quantias significativas por dia.

¹⁴ Registro, nesse sentido, o fato de que muitos de meus interlocutores, ou seja, pessoas que se autorizavam a narrar a vida do lugar, são de famílias que ocupam esse lugar de poder.

¹⁵ Como já pontuei em nota de rodapé anterior, seguir o trecho é como as pessoas da região se referem ao ato de sair do município e ir em direção a outros lugares para trabalhar e garantir renda para sustentar sua família.

mesmo. Era viajar pra trabalhar nas firmas em colheita e plantação. Às vezes esses *pau de arara* vinha com um baú e quando você abria lá dentro *estava* as tábuas atravessadas que eles iam viajar lá *sentado*. Era tudo irregular. Mas graças a Deus, lá melhorou bastante. (Izilda, 37 anos, moradora do Bairro Sagrada Família, Maio/2013)

Assim, nos relatos das mulheres do bairro a manutenção e a melhoria da casa coincidem com a transformação do fiscal/*gato* em encarregados de campo e com a melhoria das condições e valorização do trabalho dos seus maridos e pais.

Nos últimos vinte anos a saída para o trabalho temporário só acontece em grupo; nenhum dos moradores sai mais *às cegas* à procura de um emprego. Somente em meados da década passada os trabalhos passaram a ter o conforto do ônibus regular, do uso de uniformes, de calçados e bonés apropriados para o trabalho, assim como a existência de roupas de cama e colchões instalados nos alojamentos agora construídos para abrigar as centenas de trabalhadores arrebanhados por essas empresas. Os migrantes do bairro já tem destino certo, vão para a colheita da batata na empresa ADF Comercial¹⁶, ou vão para o plantio e colheita do alho em São Gotardo.

Outra mudança nas condições de trabalho aconteceu na relação com à forma de negociação de trabalho, a maioria dos empregados agora tem contrato de trabalho assinado que regulamenta as condições de trabalho e as formas de pagamento, sem mencionar o seguro para acidentes que acontecem durante o trabalho. Mesmo com essas modificações apenas uma minoria possui carteira assinada, que garante o salário até em períodos de pausa do trabalho na lavoura. Contudo, as condições de trabalho não são as melhores. Muitos trabalhadores não usam equipamentos de segurança afirmando que eles diminuem a agilidade do serviço, o que, ao final do contrato diminui seu bom rendimento e seu salário, com esta mesma preocupação os trabalhadores realizam longas jornadas diárias com pausa apenas para as refeições e sem um controle efetivo destes excessos e insegurança.

Na visão dos que partem, a introdução das máquinas nas lavouras tem diminuído as opções de trabalho e as formas de manipulação da terra e do alimento tem causado alguns problemas de saúde.

O plantio e colheita da batata e alho, que são os produtos alimentícios que mais empregam moradores do bairro Sagrada Família no trabalho temporário de lavouras. O plantio do alho acontece nos meses de março e abril. A colheita do alho acontece do mês de junho ao mês de setembro. Geralmente entre os meses de outubro e novembro

¹⁶ Empresa produtora de alho, batata e cebola em Cristalina-GO, cuja sigla ADF não possui significado divulgado. Tanto a razão social da empresa, quanto o nome fantasia são representados por ADF. Os trabalhadores supõem que seja uma referência a um grupo de Agricultores do Distrito Federal.

alguns trabalhadores voltam para as fazendas para cortar o alho que vai para a câmara fria e será utilizado no próximo plantio. O plantio da batata é feito pelas máquinas no mês de outubro ao mês de dezembro; os trabalhadores temporários vão para a colheita que ocorre entre os meses de fevereiro a setembro.

Em ambos os contratados, tanto para plantio quanto para colheita, trabalham 45 dias diretos, aí o prazo vence e é acertado com cada um os valores referentes ao rendimento do seu trabalho: no plantio eles recebem por metro quadrado plantado e na colheita recebem por caixa coletada¹⁷.

Feito o acerto os contratados voltam pra casa e descansam por uma semana; após o descanso eles retornam para a lavoura e trabalham mais 45 dias, recebem o acerto salarial e descansam mais uma semana em casa. É sempre assim até vencerem todos os prazos de colheita e plantio.

	ALHO	BATATA
JANEIRO	-	-
FEVEREIRO		COLHEITA
MARÇO	PLANTIO	
ABRIL		
MAIO	-	
JUNHO	COLHEITA	
JULHO		
AGOSTO		
SETEMBRO		
OUTUBRO	COLETA E PREPARO DO ALHO PARA PRÓXIMO PLANTIO	PLANTIO (ESTE É FEITO PELAS MÁQUINAS)
NOVEMBRO		
DEZEMBRO	-	

QUADRO 1 – Calendário do plantio/colheita de alho e batata.

O GRANDE SERTÃO E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO ESTRATÉGIA PARA/DE PERMANÊNCIA

¹⁷ Os entrevistados tiveram dificuldades em informar o valor que recebem por metro quadrado plantado ou por caixa de alimento coletado. Não consegui ter acesso aos contratos para verificar os valores, pois os mesmos ficavam nas mãos dos encarregados de campo. Mas é consenso da comunidade que o valor não passa de R\$0,50 (cinquenta centavos).

No Bairro Sagrada Família, durante o trabalho de campo, nas diversas situações, os entrevistados mencionavam de uma forma ou outra o quanto era importante na família receberem principalmente o Bolsa Família.

Agora não ele [o marido] tá pra firma, eu já compro minhas coisinhas, minha bolsa família foi aprovada também. Bolsa família não é muito difícil não. Eu pedi esse ano e consegui. O bolsa família ajuda uns quase duzentos reais. É uma ajuda boa. Aqui todo mundo tem bolsa família. Eu tenho o cartão cidadão pra pegar o bolsa família, e como eu tenho um menino na escola eu já recebo mais um pouco. Aqui a maioria dos maridos vai tudo pra firma. Dá pra criar os filhos assim. A mulher tem que lutar, o marido faz falta mas quando chega com o dinheiro né é outra coisa... (Jaqueline, 23 anos, moradora do Bairro Sagrada Família, Outubro/2012)

Eu viajo e faço uma feira grande e deixo aqui, aí minha mulher recebe o bolsa família, que já é uma ajuda. Quando foi agora ela arrumou um emprego na prefeitura de meio período, ficou onze anos só trabalhando dentro de casa. (Domingos, 36 anos, morador do Bairro Sagrada Família, Maio/2013)

Nas falas dos entrevistados existem duas marcações: o tempo de antes e o tempo de agora. A marcação de diferença entre um tempo e outro se dá com a implementação dos programas sociais: luz para todos, água para todos, bolsa escola, bolsa gás e, especialmente, o bolsa família.

No tempo de antes os trabalhadores iam para as lavouras, ficavam distantes de casa entre 60 e 90 dias, não havendo como fazer contatos para obter notícias da família, poucos conseguiam se comunicar por cartas. As famílias que permaneciam no sertão compravam alimentos básicos (arroz, feijão, farinha, macarrão, óleo, açúcar) utilizando-se de crédito nos mercados do bairro. Passados entre 30 e 40 dias após o início da viagem dos maridos, as mulheres não conseguiam mais comprar no mercado porque precisavam quitar o débito já adquirido. Esse débito, porém, só era quitado quando o marido voltava das *firmas* com o dinheiro do seu trabalho. Como os trabalhadores não podiam mandar o dinheiro pra casa por vários fatores, entre eles o fato de que alguns trabalhadores só recebiam seu acerto no dia de voltar pra casa, outros não tinham alguém de confiança para transportar o dinheiro, eles passaram a contar com a ajuda de caminhoneiros que saíam da região em que estavam trabalhando com destino ao sertão norte-mineiro. Assim, muitos trabalhadores mandavam para suas famílias sacos de arroz, feijão, farinha e até mesmo latas que continha ovos embalados em areia.

O tempo de agora, por sua vez, é marcado por uma segurança proveniente do Bolsa Família. No período em que os migrantes estão na lavoura a família consegue manter-se em seu lugar com alimentos e remédios, não só pela compra a crédito mas também pelo suporte financeiro que o programa oferece.

No quadro abaixo, procurei exemplificar com dados do (MDS) a incidência do PBF em Minas Gerais e em São Francisco-MG.

INDICADORES DE BENEFICIARIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE MINAS GERAIS E DE DOIS MUNICÍPIOS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO		
INDICADORES	MINAS GERAIS	MUNICIPIOS DO ALTO MEDIO SÃO FRANCISCO
		SÃO FRANCISCO-MG
Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIARIAS	449.642	7.261
BOLSA FAMÍLIA – MONTANTE EM BENEFICIOS (R\$)	52.488.913,00	980.326,00
POPULAÇÃO	19.597.330	53.828

QUADRO 2 – Indicadores de beneficiários do Programa Bolsa Família de Minas Gerais e de São Francisco-MG.

A incidência do PBF no estado de Minas Gerais é de aproximadamente 6,9% da população do estado. No que tange ao o município de São Francisco essa porcentagem aumenta mais que cinco vezes que o nível estadual. De acordo com os dados disponibilizados pela base do MDS, o PBF, em São Francisco-MG, atinge cerca de 40,5% da população. Nota-se que as políticas públicas, *a priori* compensatórias, funcionam nesse momento na comunidade pesquisada, Sagrada Família, como um mecanismo de garantia e de permanência das famílias no Bairro. Muitos são os homens e mulheres que deixaram de migrar em função dos benefícios dos programas sociais, muitas mulheres migravam com seus companheiros e agora ficam nas comunidades para manterem os filhos na escola, garantindo, assim, o direito aos benefícios dos programas.

Ainda assim, a migração é uma realidade dura no sertão ribeirinho sertanejo, canaviais, produções agrícolas, indústrias de calçados e outras continuam criando rotas para os norte-mineiros. No bairro Sagrada Família as pessoas seguem migrando em grupos, conduzidas pelo moderno encarregado de campo. Rotas, caminhos e destinos fazem o homem ribeirinho sertanejo e vão modificando os lugares, o rural e o urbano.

O município de São Francisco-MG reflete, assim, vários processos estratégicos que seus moradores criam para permanecerem em seu território. A migração temporária tornou-se um dos importantes meios para essas pessoas se sustentarem sem, efetivamente, abandonar seu lugar de origem, ela é uma estratégia de manutenção do

território tradicional. Assim como as apropriações do PBF, esta migração tornou-se também uma estratégia de permanência. Mesmo entre o ir e vir da cidade para o campo e do campo para cidade as pessoas procuram se afirmar como tradicionais do lugar.

O cotidiano dos moradores se dá com a manutenção da casa e é permeado pelo sonho do trabalho, posto que o município não absorve a todos no mercado de trabalho, o que provoca a migração. Os moradores, estão como que à margem da sociedade, de certo modo isolados e distantes dos centros comerciais e urbanos. Os moradores se unem em prol da resistência e a migração se dá enquanto estratégia de manutenção da vida em suas diversas esferas. Essa permanência no Bairro Sagrada Família é intencional, eles querem estar em São Francisco-MG, se pudessem não iriam embora, sequer iriam trabalhar em lavouras tão distantes.

As modificações do campo e da cidade introduzem novas formas de contextualização do campo na cidade, provocando a mobilidade espacial de milhares de famílias que, sem muitas esperanças no campo, seguem para a cidade em busca de algo que não sabem bem onde encontrar, sabem, porém, que não podem aguardar no bairro rural. Incessantemente, permanecem chegando e partindo a procura de trabalho para, de alguma forma, viver. Normalmente, não escolhem ocupações. Assim, o espaço se transforma através da prática dos homens que são totalmente alienadas ao capital, através da ideologia de uma sociedade urbana, mundializada, tecnificada e ilusoriamente “promissora”. (CLEPS; PAULA, 2008, p.02).

A vida, a luta, o estar e o permanecer no lugar fazem parte da história desse mesmo lugar que, como as águas do rio que margeiam a comunidade, seguem sendo símbolo de força, de correnteza. O que permanece é o desejo de garantir que seu território abrigue e alimente as gerações futuras, sem que seus direitos sejam violados e sua tradição e cultura desrespeitada.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Elicardo Heber Almeida. “Povos” de Santana: condições de vida e mobilidade espacial no Norte do estado de Minas Gerais. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro-RJ.
- CÂNDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Livraria Duas Cidades, 1971.
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2001.
- KAGEYAMA, Angela *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa *et al.* (orgs.), *Agricultura e políticas públicas*. Brasília, IPEA, (Série IPEA, 127), 1990, p. 113-223.
- LITTLE, P. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade”. Série Antropológica 322. Brasília: UNB, 2002.
- MARTINS, José de Souza. O voo das Andorinhas: Migrações temporárias, in: Não há terra para plantar neste verão: o Cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis, Vozes, 1986.
- PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. Integração dos migrantes no mercado de trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais: “A Esperança de Melhoria de Vida”. 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2003.

- ____. Viver Sertanejo, criar lugares: diásporas dos sujeitos rurais no Norte de Minas Gerais. *Geografia* – UFU, Uberlândia, 2009.
- ____. Travessias... Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais. 2009. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2009.
- ____, et al. A região Mineira do Nordeste. XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Rio de Janeiro. 2006.
- ____, CLEPS, J. Migrações campo-cidade: os diferentes enfoques interpretativos. Minas Gerais, 2008.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães. História dos Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- SALIM, C. A. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. In: Cadernos de Difusão. Rio de Janeiro, 1986.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço - Técnica e Tempo. Espaço e Emoção. 4ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. Cad. CERU, São Paulo, v. 19, n. 1, jun. 2008. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-45192008000100012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 maio 2012
- SILVA, Valmiro Ferreira. Uma Enchente, Uma História, Um Povo: A formação do Bairro Sagrada Família Em São Francisco MG. São Francisco: 2008. UNIMONTES (monografia).



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

Forças que (des)atam: estudo sobre a participação de trabalhadores rurais assentados em uma cooperativa de Ribeirão Preto – SP

Thainara Granero de Melo¹ (Universidade Federal de São Carlos) e Rosemeire Aparecida Scopinho² (Universidade Federal de São Carlos)
thainaragm@gmail.com, scopinho@ufscar.br
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)
GT 4 - Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

Resumo

O problema da participação em cooperativas de trabalhadores rurais assentados têm sido estudado sob diferentes perspectivas, porém os resultados não são consensuais. De todo modo, a literatura mostra que há uma ordem de fatores que contribuem para a falta de participação real dos trabalhadores nestas organizações, especialmente porque o acesso às políticas públicas da agricultura familiar está condicionado à criação de cooperativas ou associações. O objetivo deste estudo foi investigar as formas de participação de trabalhadores rurais em uma cooperativa localizada no Assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto – SP, por meio dos sentidos atribuídos por eles ao trabalho. A pesquisa qualitativa, realizada por meio da abordagem de estudo de caso, foi construída em três momentos: o levantamento teórico/bibliográfico/documental, as observações das reuniões da cooperativa e entrevistas semiestruturadas com dez cooperados, e dois mediadores – um do MST e um do serviço de assistência técnica. A análise se deu pela triangulação entre as diferentes fontes de informações. Predominava a participação do tipo instrumental, produzida por uma conjunção de forças psicossociais que reforçavam as dependências institucionais e simbólicas do grupo. Por outro lado, a cooperativa cumpria a função de pertencimento para os sujeitos, mas sem ligação com a participação real na organização. Estas diferentes forças revelaram que o modo como as políticas de desenvolvimento rural têm sido pensadas e praticadas no país traduzem uma crise de sentido da participação, posto que a desproporcionalidade entre as vivências do cotidiano dos trabalhadores e o cooperativismo institucionalizado tem como pano de fundo o controle político da pobreza e a reafirmação de interesses hegemônicos no mundo rural.

Introdução

A participação é tema recorrente quando se fala em processo organizativo para o trabalho associado e nos últimos anos tornou-se a palavra de ordem dos grupos, segundo

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGPsi/UFSCar).

² Professora Associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (DPsi/UFSCar).

Guareschi (2001). Dentre os seus diferentes sentidos possíveis, seja em organizações autogeridas ou heterogeridas, o que significa falar de participação em cooperativas de assentamentos rurais de reforma agrária? Desde a década de 1980, quando o cooperativismo foi institucionalizado nas políticas de assentamentos rurais de reforma agrária recente, a academia tem investigado como ele desenvolve-se nesses espaços: trata-se de um tipo de cooperativismo autêntico, comprometido com os princípios da democracia participativa? Ou que apenas reproduz o modelo de cooperativismo tradicional e típico do rural brasileiro, cujas origens estão relacionadas aos interesses dos grandes produtores capitalizados? A literatura que trata deste problema não é consensual. Há posicionamentos mais otimistas quanto ao potencial de participação dos trabalhadores rurais assentados e outros que concebem as cooperativas como retrato dos mecanismos institucionais de controle político desta população, sem que para isto sejam promovidas mudanças na estrutura fundiária do país. Neste caso, o estudo da participação é ainda mais complexo, pois o assentamento é uma unidade espacial de especificidades que comporta disputas entre as diferentes concepções sobre agricultura, reforma agrária e cooperativismo existentes na história brasileira e é neste campo de contradições que os sujeitos buscam ressignificar as suas experiências de trabalho e de vida.

Por mais que nos últimos anos tenham proliferado os estudos sobre cooperação e cooperativas no mundo rural ainda não são claros os mecanismos psicossociais que atuam para configurar o problema da participação dos trabalhadores. A Psicologia brasileira ainda não se apropriou com profundidade do rural como objeto de estudo, motivo pelo qual apostamos que a articulação entre conceitos da Psicologia Social do Trabalho e da Psicossociologia, por exemplo, pode contribuir para esclarecer os arranjos singulares de participação e os sentidos atribuídos às diferentes formas de trabalho a partir da análise do cotidiano dos processos sociais em curso nas organizações de trabalho associado na sua relação com os condicionantes históricos, políticos e ideológicos, em todos os seus níveis de realidade, desde o institucional, passando pelo organizativo e pelos aspectos de ordem afetiva e relacional (BARUS-MICHEL, 2004). A investigação dos sentidos atribuídos pelos trabalhadores rurais assentados ao trabalho cooperado pode explicar o modo como eles participam do processo decisório das cooperativas, bem como contribuir para o esclarecimento dos mecanismos que atuam na divergência entre o modelo organizativo da cooperação institucionalizado e a dificuldade de participação nestas organizações.

Neste artigo apresentamos um estudo cujo objetivo foi o de investigar as forças psicossociais que atuam nas formas de participação dos trabalhadores rurais assentados em cooperativas. Estudamos o caso de uma cooperativa localizada no Assentamento Mário Lago,

localizado em Ribeirão Preto, estado de São Paulo, considerado emblemático pois a organização sofria com a baixa participação de seus associados, em que pelo menos a metade do quadro social estava inativo, composto de cooperados que participavam pouco ou que nunca haviam participado economicamente da organização; e apenas 10% dos associados compareciam às reuniões para participar do processo de tomada de decisões. O contexto econômico e político de Ribeirão Preto, em que a hegemonia do agronegócio coexiste com a pobreza nas periferias da cidade e nos assentamentos da região, tornava a relação dos trabalhadores com a cooperativa ainda mais complexa dado que eles saíram das periferias para ocupar terras em busca de segurança e melhores condições de vida, mas ainda sofriam com a falta de condições mínimas para sobreviver no assentamento, tendo que recorrer a diferentes estratégias de trabalho fora dele.

A pesquisa empírica, conduzida pela perspectiva qualitativa de Minayo (2001), foi construída por três momentos distintos e complementares: o de levantamento teórico/bibliográfico/documental, o de realização de observações das reuniões da cooperativa e o de realização de entrevistas semiestruturadas com dez cooperados e dois mediadores institucionais do assentamento: um representante do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra – responsável pela ocupação da área e que coordenou o processo organizativo do Assentamento Mário Lago – e um agente de assistência técnica e extensão rural (ATER) – o profissional de referência que acompanhou cotidianamente, durante muitos anos, as rotinas da cooperativa e dos assentados, prestando orientações a respeito da produção e comercialização. Das observações registradas nos diários de campo foi estabelecido como critério de seleção dos entrevistados a participação, em maior ou menor grau, tanto das reuniões quanto da comercialização da produção com a Cooperativa. As entrevistas foram encerradas quando o critério de saturação foi atingido e as informações deixaram de ser complementares. Todos os entrevistados foram indicados pelo presidente, que foi o informante-chave por conhecer mais profundamente o funcionamento da Cooperativa. As entrevistas semiestruturadas seguiram um roteiro prévio, no qual foram abordadas questões sobre a trajetória de vida dos assentados antes e depois do assentamento, o histórico de participação na cooperativa, as motivações para ser cooperado, as relações com o grupo de associados, a percepção de vantagens e desvantagens em ser cooperado, o tipo de produção desenvolvida no lote e a relação com a cooperativa, a participação nas reuniões, as semelhanças e diferenças entre o trabalho assalariado e o trabalho cooperado, as projeções para o futuro da cooperativa e a relação com os movimentos sociais.

A análise se deu pela triangulação das diferentes estratégias de levantamento de informações. Encontradas relações entre as fontes, esses conteúdos foram sistematizados por

meio de uma listagem de categorias ou eixos temáticos que permitiu identificar padrões de relacionamento e de repetições entre os dados. Foram elencadas três categorias de combinações grupais, definidas pelas formas de participação dos cooperados: (1) *coesão – participação – comercialização*; (2) *coesão – comercialização*; e (3) *dispersão*; e quatro categorias que sintetizaram os sentidos que os trabalhadores davam à Cooperativa: (a) *econômico*; (b) *laboral*; (c) *afetivo*; e (d) *político*. As relações que se estabelecem entre essas diferentes categorias de sentidos e formas de participação permitiu refletir sobre o problema da participação dos trabalhadores rurais assentados na Cooperativa analisada.

Sobre participação em cooperativas de trabalhadores rurais assentados: um olhar psicossociológico

Antes de apresentarmos os principais resultados dos estudos que discutem a participação em cooperativas de trabalhadores rurais assentados, é importante entender as diferenças conceituais entre a participação em formatos organizativos autogeridos e heterogeridos. Guareschi (2008), Singer (2000) e Veronese (2009) destacaram os diferentes sentidos possíveis para o conceito de participação, que tem acompanhado as mudanças do trabalho ao longo dos séculos. Falar de participação nestes diferentes modelos organizativos implica, para os autores, considerar que o seu mais alto grau de realização seria possível na autogestão, pois esta carregaria potencial emancipatório por demandar que os trabalhadores aprendam a participar coletivamente. Por meio dessa vivência os sujeitos criariam novas subjetividades que potencializariam a emergência de uma cultura de participação.

Lima (2011) considera que o discurso da participação na autogestão tem sofrido um refluxo ao alinhar-se cada vez mais a um tipo de participação semelhante ao modelo empresarial e heterogerido. Para este autor, estes formatos incorporam, ao menos parcialmente, o trabalho empreendedor como a nova roupagem das cooperativas. O discurso da participação, utilizado como estratégia de engajamento dos trabalhadores, passou a ter uma visão cooptada e assumiu significado de adaptação do trabalhador à imprevisibilidade do trabalho, à necessidade de responder com eficiência às exigências do mercado, cuja flexibilidade justifica propostas de trabalho precárias, sendo de responsabilidade do sujeito saber adaptar-se à elas.

Esta crise de sentido da participação aparece desde os projetos políticos do Brasil, segundo Dagnino (2004). O contexto brasileiro passa por uma crise discursiva em relação à participação, fruto do que a autora chama de “confluência perversa” entre projeto neoliberal e projeto democratizante. O sentido de participação no projeto neoliberal é privatista e individualista, destituído do significado político e coletivo e apoia a solidariedade como

comportamento moral para tratar questões como desigualdade social e pobreza. Por outro lado, veicula-se também no projeto democratizante um sentido de participação restrito à gestão pública, próximo do modelo gerencial e empreendedorista de administração, que também se contrapõe ao sentido político da participação. Os deslocamentos desses sentidos de participação em ambos os projetos produzem efeitos que não são imediatamente evidentes e que, mesmo de natureza antagônicas, são veiculados por mecanismos institucionais semelhantes, que obscurecem as diferenças e reduzem as contradições inerentes aos discursos.

Do ponto de vista dos trabalhadores, estudos como o de Azambuja, (2007), Dal Magro e Coutinho (2008), Oliveira (2007) e Rosenfield (2003) mostraram que as vivências nestes empreendimentos têm diferentes sentidos possíveis, que nem sempre correspondem ao tipo de participação genuína em todos os processos decisórios da organização, tal como é preconizado pelo modelo da autogestão. Os resultados destes estudos dão indícios para entender que a discussão sobre os limites que separam uma cooperativa do tipo “autêntica”, fiel aos princípios autogestionários, de uma cooperativa que reproduz o trabalho heterogerido e o discurso empresarial são imprecisos. Não só pelos diferentes discursos e sentidos da participação, como também pelas condições concretas que os trabalhadores têm para participar dessas organizações. Muitos destes problemas também foram identificados nas cooperativas em assentamentos rurais, especialmente em relação às dificuldades dos trabalhadores na gestão, na participação e na construção de um sentido do trabalho em maior conformidade com os princípios e valores da autogestão.

Há um conjunto de entraves de ordem objetiva e subjetiva, já constatados pela literatura (BARONE E FERRANTE, 2010; COSTA E BERGAMASCO, 2003; D’INCAO E ROY, 1995; LEITE et al, 2004; SABOURIN et al, 2007; SCOPINHO, 2012; ZIMMERMANN, 1994) que podem explicar o problema da participação dos assentados rurais em cooperativas. Destacamos, entre os aspectos objetivos, a falta de infraestrutura dos assentamentos, os gargalos da comercialização e o baixo retorno financeiro destes empreendimentos. Quanto aos fatores de ordem subjetiva, os estudos apontam que as trajetórias de migração, a sucessão de vínculos enfraquecidos entre os sujeitos que carregam a marca da exclusão, as disputas internas, os sentimentos de incerteza e desconfiança também podem comprometer a permanência e a participação nas cooperativas. As experiências de convívio social trazem outra perspectiva de organização da cooperação e estabelecem um choque com a cultura de trabalho dos sujeitos, que viveram grande parte da vida em atividades assalariadas. Para acessar recursos como linhas de crédito, por exemplo, as cooperativas devem enquadrar-se em uma série de requisitos e a

ausência de condições estruturais para atendê-los representa desânimo e frustração para os trabalhadores.

De acordo com Scopinho (2012), a falta de participação real dos trabalhadores repercute, objetivamente, na dificuldade de profissionalização da gestão e de inserção no mercado, geralmente mantendo essas organizações dependentes das políticas disponibilizadas pelo Estado. Do ponto de vista subjetivo, compromete os laços de confiança já muito fragilizados em função das constantes frustrações pelas quais os assentados passam antes e após a conquista da terra. Em razão disso, os sujeitos permanecem estabelecendo relações de cooperação informal, definidas por critérios de afinidade, e rejeitam o cooperativismo institucionalizado porque ele não ter correspondência com a realidade dos assentamentos.

É este conjunto de constrangimentos culturais, econômicos e institucionais que os sujeitos buscam manobrar (GAULEJAC, 2001) e, para isto, o grupo tem função fundamental pois pode oferecer o suporte afetivo que contribui para que o sujeito possa enfrentar um universo carregado de contradições, segundo Enriquez (2001). O grupo participa de um constante jogo sutil de adaptações, alianças e estratégias de cooperação que são necessários para dar sentido à existência na organização e de seu sistema de regras e valores no cotidiano (PETIT E DUBOIS, 2000). No entanto, quando estes mecanismos tendem a faltar, os vínculos sociais tornam-se fragmentados e a participação do sujeito no grupo é ameaçada. Barus-Michel (2004) explica esse fenômeno pois, cada vez mais, os sujeitos aderem a um grupo pela força da necessidade econômica e pela imposição das leis do mercado. Essas relações fundamentam-se na desconfiança, em que o outro, *a priori*, é considerado concorrente, parasita ou perseguidor. Para esta autora, estes sentimentos comprometem as negociações cotidianas e as construções dos laços sociais e da coesão grupal. Logo, se não há base segura de convivência e de projeção para o futuro, as relações de competição e desconfiança dificilmente são rompidas para a construção de uma participação real.

Por isso, Guareschi (2001) define ser importante conhecer como os sujeitos se relacionam e estabelecem laços entre si e com a organização, se a constituição do grupo é precedida ou não de uma “amarração conjunta”. Barus-Michel (2004) considera a análise das relações de poder fundamental para compreender como o grupo se relaciona, pois os vínculos possuem caráter dinâmico e podem ser construídos de diferentes maneiras, ora fragilizados ora muito coesos, podendo modificar-se conforme os seus membros adquirem maior ou menor poder. Os indicadores de poder podem estar na expressão ou no silenciamento dos conflitos que podem provocar crises e a falta de participação. A autora dá como exemplo a invocação do discurso de coletividade que pode ser um mecanismo de ocultação das diferenças e de

manutenção do poder. Por esse motivo, a confrontação entre as normas, os arranjos do cotidiano e os afetos do grupo são importantes para estudar o problema da participação pois, de acordo com a autora, quanto mais os três níveis estiverem em conformidade, mais os sujeitos poderão se expressar nas práticas do cotidiano e encontrarão mecanismos benéficos que garantam a sustentação afetiva e coletiva do grupo.

A partir desta perspectiva foi possível neste estudo dirigir o olhar para uma organização que, teoricamente, está pautada em valores da autogestão e do cooperativismo que, não necessariamente, encontram conformidade com o sentido dado aos sujeitos ao trabalho e à organização. Mesmo sendo valores oriundos de lógicas organizativas distintas, contraditórias e conflitivas, eles inscrevem-se na estrutura formal e revelam as formas de funcionamento real da organização.

Sentidos do trabalho e formas de participação: o caso de uma cooperativa de trabalhadores rurais assentados

O Assentamento Mário Lago faz parte do antigo território da Fazenda da Barra, reconhecido legalmente para fins de reforma agrária em 2007 após um longo processo de luta motivada pela sucessiva degradação ambiental da área. Formalizado na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), o que implica na adoção da agroecologia e da cooperação como matrizes produtivas e organizativas com objetivo de aliar produção de alimentos à conservação dos recursos naturais, os lotes não são de propriedade individual dos assentados, pois o PDS prevê a concessão de uso coletivo da terra. Isso significa que a gestão do assentamento passa, necessariamente, pela regulação do Incra e de outros agentes institucionais. O PDS da Barra abriga 467 famílias que estão divididas em quatro núcleos, cada qual representado por movimentos sociais e projetos organizativos próprios, sendo um destes núcleos o Assentamento Mário Lago. Outra característica peculiar deste território é sua proximidade com o perímetro urbano de Ribeirão Preto, a 10 km do centro da cidade, o que facilita o deslocamento diário de muitas famílias.

As bases produtivas do agronegócio tensionam a existência de um assentamento rural no contexto da região de Ribeirão Preto, segundo Ferrante, Barone e Duval (2006). Para os autores, a intensa disputa de interesses e de capital influencia não só as negociações das políticas de desenvolvimento rural na região, como também tem impactos substanciais nas experiências dos assentados com o cooperativismo.

A primeira experiência dos trabalhadores do Assentamento Mário Lago com o cooperativismo ocorreu por meio da comercialização da produção com o Programa de

Aquisição de Alimentos (PAA). Este programa cria mercados institucionais de compra pública de alimentos da agricultura familiar que são destinados à rede socioassistencial. A Cooperativa estudada foi fundada em 2009 por um grupo de 23 assentados, com a finalidade de participar do PAA, cujo acesso também está condicionado à organização dos trabalhadores em cooperativas. Um dos traços diferenciadores deste grupo era o compartilhamento da religião evangélica, o que criava um modo de relacionamento peculiar com o MST, pois muitos valores religiosos eram refratários às condutas do Movimento, como o engajamento político com partidos políticos e movimentos sociais de esquerda.

Na época de realização do estudo, a Cooperativa não possuía sede própria e funcionava com sede provisória na casa do presidente. Havia um barracão cuja construção estava inacabada e uma unidade de processamento de alimentos, que não funcionava por falta de licença da vigilância sanitária municipal que questionava a qualidade da água oriunda de poço artesiano. Apesar de estar sob uma área de recarga do Aquífero Guarani, os lotes mais distantes dos cursos d'água careciam de abastecimento de água para a produção nos períodos de estiagem. A Cooperativa também dispunha de um caminhão para o recolhimento dos produtos que eram comercializados com os mercados institucionais. O quadro social era composto por 147 cooperados, 51% de titulares mulheres e 49% homens, que trabalharam nas mais diversas ocupações antes de serem assentados ou que ainda permaneciam assalariados.

As pressões exercidas pelos planos objetivo e institucional resultam em dinâmicas que precisam ser decifradas, segundo Barus-Michel (2004). O contexto econômico, social, as crises e as políticas de mercado articulam-se ao modo de participação dos sujeitos e as tomadas de decisões, cujas posições nem sempre são aparentes. Para a autora, o desânimo e a apatia dos sujeitos podem revelar um esgotamento que é produzido, principalmente, no plano dos constrangimentos estruturais da organização. Por isso a necessidade de desvelar as prescrições formais que regulam o cotidiano organizacional.

Vimos que a composição institucional da Cooperativa era formada por um conjunto de prescrições do Estado, fosse pela modalidade do assentamento ou pela inserção nos mercados institucionais, como o PAA. Este conjunto de políticas fazem parte de um determinado modelo de desenvolvimento rural que adota premissas como qualidade de vida, inclusão social, produção agroecológica e participação política, que deverão ser objetivadas por meio de formatos organizativos autogestionários como cooperativas e associações. Logo, o estatuto da Cooperativa estava em conformidade com tais exigências e formalmente estava caracterizada como um empreendimento de caráter autogestionário, não sendo, portanto, um formato organizativo escolhido espontaneamente. Estes elementos já davam indícios de que os

estruturantes institucionais da organização nem sempre encontravam correspondência com as condições objetivas que os sujeitos tinham para realizá-los, como no caso das relações de participação.

A carga burocrática e administrativa exigida pelo formato cooperativista tornou-se um problema para a Cooperativa à medida que todo o trabalho da gestão concentrou-se nas exigências de prestação de contas à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), órgão que regulava a participação das cooperativas no PAA, o que deixou a organização dependente deste Programa e comprometeu a busca por outras estratégias de inserção no mercado. Por isso, a dependência econômica do PAA, a burocracia do programa e seus constantes atrasos no repasse dos pagamentos foram descritos pelos entrevistados como os principais motivadores para que o trabalho no assentamento ficasse em segundo plano e fosse substituído pelo assalariamento na cidade.

Também o contexto político da região de Ribeirão Preto atuava como estrangulamento estrutural da cooperativa, mencionado por um entrevistado em relação aos privilégios com que o agronegócio tem sido tratado pelos governantes: “(...) chega uma cooperativa aí do agronegócio se apresenta em algum lugar, ela é aplaudida, o próprio governo abre as portas para ela, para tudo. Agora, e se vamos nós?” (Entrevistado 4). A falta de compromisso do poder municipal com os assentados também foi descrito pelos entrevistados como desmotivador para a participação na Cooperativa.

Estas diferentes relações com as instituições de referência da Cooperativa implicavam em algumas condutas e no modo como os sujeitos negociavam a participação no cotidiano da organização. Por isso, quando verificamos o que estava formalizado e o que realmente funcionava em relação à participação dos sujeitos na organização, observamos que as divisões dos cargos no Conselho de Administração cumpriam mera formalidade pois, na prática, as funções eram acumuladas pelo presidente. Mesmo o coordenador técnico, que trabalhava há alguns anos com a Cooperativa, afirmava desconhecer os membros que ocupavam formalmente estes cargos.

As reuniões serviam como um dos canais oficiais de comunicação do grupo, mas, segundo Petit e Dubois (2000), quando os seus desdobramentos permanecem principalmente nas redes informais de relacionamento, a comunicação fica comprometida. As reuniões, em que poucos cooperados participavam, funcionavam apenas como um momento de transmissão de informações e decisões já tomadas pelo presidente. Tais ausências reforçavam a carga de trabalho centralizada no dirigente que, por sua vez, percorria todas as casas para recolher assinaturas e dar informações quando as reuniões é que deveriam ser o verdadeiro espaço para

que isto ocorresse. Esta era uma das evidências de que a participação era apenas simbólica, e não real. Os entrevistados relatavam sentir-se despreparados para lidar com as exigências organizativas da Cooperativa, o que era realimentado pela ausência de participação e pelo desconhecimento sobre o cotidiano da organização. Se, por um lado, esta relação conferia comodidade aos cooperados, por outro, havia a desvantagem de concentrar todas as informações no presidente, que tanto podia tomar as decisões que achasse mais adequadas quanto também sofria com a sobrecarga de tarefas. Criava-se um círculo vicioso pois os cooperados entendiam que as responsabilidades pela organização eram apenas do presidente, que também não descentralizava o trabalho da gestão alegando o desinteresse dos associados.

Em razão da comodidade, os entrevistados descreveram sentirem-se autônomos em relação ao trabalho, pois assim poderiam dedicar-se apenas às atividades realizadas no lote ou na cidade. No entanto, esta mesma comodidade criava entraves determinantes para a sobrevivência da cooperativa, pois pressupunha uma espécie de hierarquia invertida na qual um deveria trabalhar pelo coletivo. Esta relação não só enfraquecia o grupo como também alimentava a dependência econômica da organização dos mercados institucionais, pois o presidente era considerado pelos cooperados o único capaz de conduzir as questões burocráticas exigidas pelo PAA restando-lhe pouco tempo para explorar outros canais de escoamento da produção.

O comprometimento da vida econômica da organização também fomentou uma divisão interna do grupo pelo critério de produtividade, entre os que produziam e comercializavam e os que não produziam e não comercializavam por meio do PAA. Apesar disso, para a Cooperativa era interessante manter um quadro grande de cooperados, mesmo que formalmente, para facilitar a participação em projetos e acessar linhas de crédito. Portanto, esta suposta autonomia que apareceu no discurso dos entrevistados era bastante emblemática da falta de correspondência entre prescrição e realidade, entre cooperação institucionalizada e cooperação informal, regulada por comodidades que em um primeiro momento foram vantajosas para os cooperados, mas criou relações de dependência que passaram a ser um entrave para o desenvolvimento da cooperativa e uma das principais razões do afastamento dos trabalhadores.

A dimensão institucional e formal também era perpassada por uma dimensão relacional que contava a história da Cooperativa e de sua identidade no sistema social, como as filiações religiosas, socioculturais e ideológicas. Os pertencimentos, para Petit e Dubois (2000), determinam clivagens e grupos de afinidades, e incluem os comportamentos imprevisíveis ou as adaptações que se referem às estratégias dos trabalhadores para responder às pressões da organização. Neste caso, pertencer à Cooperativa significava a possibilidade de desvincular-se

da imagem de “sem-terra”, conforme descreveu uma das entrevistadas: “A gente se sente mais respeitado, onde a gente chega e fala ‘é da Cooperares’ já tem outra [...] A cooperativa é algo para nos fortalecer” (Entrevistada 2). Os sujeitos tentavam ressignificar por meio da organização a imagem de assentado vinculada no imaginário social à miséria, exclusão e violência, que ainda era atrelada ao assentamento: “Na cidade as pessoas julgam muito os produtos da gente ‘ah, eu não vou comprar porque se eu comprar eu vou ajudar um sem-terra.’ A gente sabe que tem esse preconceito até o dia de hoje” (Entrevistada 3).

Para Gaulejac (2006), uma conjunção de fatores, objetivos e subjetivos, produzem a estigmatização da pobreza, especialmente em um contexto social individualista no qual a competição e a excelência são exaltadas em prejuízo daqueles que não se ajustam a este padrão. Para o grupo estudado, havia uma complexa burocracia exigida na forma de documentos que cumpriam função de controlar os investimentos públicos, como também de legitimar a seleção daqueles que realmente mereciam acessar os programas. Conforme destaca o autor, todo o processo burocrático que se desenrola para o acesso às políticas públicas pode ser considerado uma relação de violência, uma sucessão de desprezos por aqueles considerados “gente de bem” e pelas instituições, e que se acumulam em função da pobreza estar atrelada no imaginário social à desqualificação e, especialmente no caso estudado, à criminalização da luta pela terra. Por isso, além da instituição impor a necessidade do sujeito provar que é merecedor do benefício, mesmo que este seja seu direito, este deverá mostrar-se disposto a inserir-se entre os “bons trabalhadores”, que respeita a legalidade ainda que toda uma ordem de constrangimentos inviabilizem as mínimas condições de vida.

Era necessário considerar que a conquista da terra também conferiu um sentido material e simbólico de segurança aos sujeitos. Uma das entrevistadas, por exemplo, trabalhava na cidade e poderia viver na casa da sua mãe que ficava ao lado do seu local de trabalho. Ela retornava todos os dias para o assentamento: “[...] eu acho que na cidade você acaba indo no movimento deles, parece que você tem a obrigação de estar em um patamar. Aqui não, a vida é muito mais simples” (Entrevistada 7). Como lembra Gaulejac (2006, p. 108) “[...] frente a essas feridas, o sujeito busca salvaguardar sua unidade, conservar, apesar de tudo, uma imagem aceitável de si mesmo. Este é o sentido de seu combate pela dignidade”. Mesmo não trabalhando no campo, o fato de residir no assentamento conferia pertencimento a este espaço, que comportava significados que iam além da função produtiva da terra.

Apesar de cumprir função de pertencimento e reconhecimento, a dimensão coletiva da Cooperativa aparecia como retórica nos discursos dos entrevistados, embora se referissem a “cooperativa do povo” em alguns momentos, ela era vivida pelo grupo como a “cooperativa do

presidente”. Esta dinâmica foi importante na compreensão da indiferenciação entre presidente e organização, em que vida pessoal e trabalho misturavam-se não apenas no espaço físico de sua casa-sede da cooperativa, mas especialmente na dimensão subjetiva. Um dos elementos da coesão grupal mantinha-se pelo papel desempenhado por esta figura, que conduzia a cooperativa por meio de comportamentos valorizados pelo grupo: *“É por causa da honestidade, só por isso. A cooperativa é uma coisa que é como uma família dentro de casa”* (Entrevistada 3).

A organização espacial da Cooperativa foi outro elemento de análise, uma vez que a arquitetura pode revelar o que Barus- Michel (2004, p. 138) descreve como “espírito da casa”. Segundo a autora, os diferentes pertencimentos dentro da organização podem confundir o que é do sujeito e o que é do outro. O presidente personalizava os valores enaltecidos pelo grupo, criando um imaginário coletivo em que Cooperativa e presidente eram concebidos como uma coisa só. Para Lévy (2001) a fusão da identidade do líder com a organização tem como efeito a atualização da coesão e da adesão maciça às restrições e prescrições. A intensa confiança no presidente, que cumpria um papel de liderança carismática no grupo, pois concentrava além de conhecimento para gerir a cooperativa, características morais muito valorizadas pela religião evangélica. A falta de participação também revelou-se como desconfiança em relação aos sistemas sociais, dado as sucessivas frustrações e projetos mal sucedidos que os sujeitos já tiveram ao longo do tempo. O grupo fechava-se no presidente e acomodava-se a ele que tinha sido um dos poucos a não romper com o sistema de valores e de condutas apreciadas pelo grupo.

E qualquer questionamento de mudança dessa condição era sentida como ameaça à continuidade da Cooperativa, como afirmou uma das entrevistadas: “[...] se o [presidente] sair da presidência da cooperativa, eu saio também. Eu sai de outra cooperativa para vir para cá só por causa do [presidente]” (Entrevistada 3). A sacralização de uma determinada situação no grupo pode resultar em uma “pane” no funcionamento da organização, pois a ausência de questionamentos engessa a possibilidade de contestação, de reajuste do grupo em função das circunstâncias. “A mínima palavra [...] é sentida como um golpe intolerável, e como uma ameaça para o conjunto das ideias e das crenças que servem de fundamento ao edifício” (LÉVY, 2011, p. 134). Uma aparente solidez conferida pelo estatuto familiar à organização pode ocultar falhas e contradições que fragilizam o grupo, como as relações de dependência do núcleo familiar e um certo imobilismo dos demais membros.

Por isso, afetivamente a Cooperativa cumpria função de pertencimento, mas que não tinha ligação com o trabalho dos sujeitos, e sim com a possibilidade de ressignificar a imagem socialmente desvalorizada de pobreza e de sem-terra, uma possível forma de identificação com

a saída da condição de exclusão e de violência. Outro elemento que compunha tal pertencimento eram os valores identificados na organização e que eram exaltados pelo grupo. Neste caso, os valores eram personificados pelo presidente.

Estes padrões de participação instrumental, os pertencimentos e os valores que compunham a dinâmica da Cooperativa foram organizados em categorias. Levamos em consideração que a organização informal dos grupos pode compartilhar valores e sentidos semelhantes ou conflitantes, pois nem sempre os grupos de pertencimento estão ligados à organização. A organização formal da Cooperativa pautava-se em valores e princípios do cooperativismo que eram distintos dos valores que organizavam o grupo informalmente.

Foi possível identificar nos elementos empíricos alguns padrões de participação do grupo, que optamos por chamar de combinações grupais. Combinações porque não se tratam de subgrupos propriamente ditos, mas sim combinações que se referiam as diferentes formas que os sujeitos participavam da organização e aos sentidos que atribuíam ao trabalho. A divisão interna da organização nestas combinações grupais indicava que a dinâmica da Cooperativa não se restringia às disposições formais previstas em estatuto, pelo contrário, as negavam ou as ajustavam de acordo com as relações de confiança e comodidade.

Todos os cooperados participavam da Cooperativa de modo instrumental. O que caracterizava os diferentes arranjos informais na organização eram as relações de produção/comercialização, a frequência nas reuniões e os vínculos de confiança no presidente. Assim, identificamos três tipos de combinações grupais: (1) *coesão – participação – comercialização*; (2) *coesão – comercialização*; e (3) *dispersão*.

A primeira combinação, *coesão – participação – comercialização*, referia-se ao grupo dos primeiros cooperados que organizaram a fundação da Cooperativa e que estabeleciam relações de intensa confiança com o presidente, bem como possuíam afinidade e partilhavam de valores comuns da religião. A forma de participação era manifestada pela presença frequente dos cooperados nas reuniões e na regularidade de entrega dos produtos para os mercados institucionais.

Na segunda combinação, *coesão – comercialização*, os sujeitos também partilhavam os mesmos valores e intensa confiança em relação ao presidente. Contudo, a forma de participação aqui se restringia à entrega de produtos para a comercialização por meio da Cooperativa. Os entrevistados justificavam não ser necessário participar das reuniões, pois o presidente tomava as melhores decisões pelo grupo.

O terceiro grupo, de *dispersão*, não possuía relação de coesão aparente com os outros dois grupos. Isto porque, embora fosse um grupo que compartilhava dos mesmos valores, esta

relação era difusa, pois alguns destes sujeitos já haviam saído do quadro de cooperados e retornaram, ou comercializavam a produção para outras cooperativas dentro ou fora do assentamento. A produção no lote estava em segundo plano e era entregue à Cooperativa esporadicamente. Em outros casos, não havia o que comercializar posto que a produção da família estava restrita ao autoconsumo. Esta combinação aproximava-se de um tipo indiferente, em que o pertencimento à organização cumpria função secundária e pouco importante, uma função “muda”, segundo Rouchy e Desroche (2005). A Cooperativa não cumpria função econômica ou fazia parte dos projetos de futuro dos cooperados. A falta de água para produzir, o assalariamento e outras razões de ordem pessoal eram determinantes para que estes projetos de trabalho estivessem fora da Cooperativa. Eram estratégias adaptativas encontradas pelos sujeitos para lidar com as insuficiências do assentamento e da organização. Para este grupo, se havia alguma ligação com a organização, esta decorria exclusivamente do compartilhamento de valores da religião.

Para a primeira e a segunda combinações, o terceiro grupo era visto como divergente e que, por ser improdutivo, era um entrave para a resolução de problemas que dependiam da anuência de todos os associados. Também a possibilidade de perda do presidente causava temor pela possível desfragmentação e descontinuidade da Cooperativa, caso ele deixasse de assumir tal função. Estes dois grupos estavam ligados não só pela religião, mas também pelo conhecimento técnico do presidente que se convertia em ganhos para a comercialização da produção e pelo sentido de pertencimento e restauração da identidade. Possivelmente, mesmo se não houvesse a Cooperativa, eles estabeleceriam relações de cooperação informal e ajuda mútua, independente da formalização da organização.

Foram identificadas outras quatro categorias que sintetizavam os sentidos que os trabalhadores davam à Cooperativa: (a) *econômico*; (b) *laboral*; (c) *afetivo*; e (d) *político*. Um dos principais sentidos atribuídos pelos sujeitos à Cooperativa era o *econômico*, pelas vantagens e desvantagens ligadas à comercialização do que eles produziam. Para todos os grupos, a cooperativa era vista como um canal que facilitava o escoamento da produção pela inserção no PAA. Participar da cooperativa significava comercializar ou não a produção. Por isso, para todos os grupos, a dimensão da participação estava ancorada ao sentido econômico.

Outra categoria de sentido identificada relacionava-se ao modo como os sujeitos entendiam o trabalho na Cooperativa, chamada de sentido *laboral*. Os cooperados entendiam o trabalho na Cooperativa como objeto de responsabilidade do presidente em função do seu conhecimento e das características pessoais que inspiravam confiança, embora soubessem que a organização formal previa que outros membros assumissem cargos na gestão. Também porque

ainda entendiam o trabalho referenciado no assalariamento e na heterogestão, embora muitos rejeitassem este modelo. Portanto, os sentidos atribuídos ao trabalho estavam fora da Cooperativa pela separação entre gestão do trabalho e gestão da organização. A gestão do trabalho estava relacionada às atividades individuais no lote ou às atividades assalariadas na cidade e a gestão da Cooperativa cabia apenas ao presidente. Mesmo a autonomia que os cooperados sentiam em relação à Cooperativa não tinha relação com os processos de trabalho autogeridos, como a democracia e a participação, mas sim com a comodidade da gestão estar sob os cuidados do presidente. A verdadeira autonomia que os sujeitos sentiam no trabalho estava relacionada ao trabalho individualizado no lote, pois era neste espaço que eles podiam controlar seu próprio tempo sem a interferência direta de uma chefia, noção de autonomia esta que é típica das relações de trabalho do camponês. O sentido *afetivo* referia-se aos significados que eram atribuídos à Cooperativa como fonte de identificação e pertencimento, pela tentativa dos sujeitos de se desvincularem da imagem socialmente desvalorizada do assentamento e também pelos valores religiosos, divergentes dos valores do movimento social. Os sujeitos buscavam construir na Cooperativa um sentido de pertencimento e de identidade que sustentasse os valores religiosos e as condutas apreciadas, como a honestidade e a idoneidade, além de uma identidade que os diferenciase da imagem estigmatizada da pobreza e da criminalidade, que também era reforçada pela maneira com a qual os órgãos institucionais os tratavam com negligência e desconfiança.

Finalmente, uma quarta categoria de sentido foi identificada: o *político*, que se referia aos sentidos atribuídos ao papel político da Cooperativa e que era divergente do sentido preconizado pelos princípios autogestionários. Para os entrevistados a função política não aparecia como papel da Cooperativa, nem mesmo para aqueles que tiveram história de militância. O sentido político, neste caso, era negativo e os sujeitos o relacionavam ao papel do MST. Apesar deste estranhamento com o Movimento, o fato de haver um “fechamento informacional” sobre este conflito, nos termos de Machado (2002), a relativização da crítica ao MST indicava que os sujeitos reconheciam o papel do Movimento na luta pela terra, cuja mobilização foi fundamental para construção do assentamento. Os que participavam de modo disperso também entendiam a Cooperativa como um instrumento econômico, cujo sentido de trabalho era externo a ela, sem relação com a função política e sem sentido afetivo, pois os seus vínculos estavam ancorados em pertencimentos externos à Cooperativa.

O projeto político era indiferente para os trabalhadores que optaram por se associar à Cooperativa, por ser a única opção econômica possível. De algum modo ela representava segurança em um ambiente marcado por incertezas e, conforme afirmou Rosenfield (2003, p.

22) a relação com o coletivo “(...) dá-se sob forma de subordinação, uma vez que a cooperativa autogerida lhes aparece como ‘tábua de salvação’ e não como um projeto”. Contudo, esta segurança diluía-se à medida que o PAA atrasava a liberação dos pagamentos e que a sobrevivência dos cooperados era comprometida. A burocracia do Programa repercutia no enfraquecimento desta única fonte de referência e sobrevivência.

Para os dois primeiros grupos os mesmos sentidos eram compartilhados, pois os sujeitos estabeleciam algum tipo de relação com a cooperativa, mesmo que instrumental, e a organização retornava como base identitária e de pertencimento aos sujeitos. Porém, para o grupo da dispersão, por não haver qualquer relação de participação, os sentidos eram produzidos de modo difuso porque estavam desvinculados da organização.

Os cooperados compartilhavam de um mesmo campo de valores que não eram do cooperativismo e da autogestão. O sentido atribuído à Cooperativa era articulado por estes diferentes elementos, pelas vivências e negociações dos sujeitos dentro do grupo em relação às regras e prescrições institucionais e também pelos valores e identificações por meio dos quais construíam diferentes modos de participar da organização. A instrumentalidade da participação pode ser explicada pela falta de correspondência entre o modelo organizativo que foi pensado e imputado aos sujeitos, os sentidos atribuídos ao trabalho e à Cooperativa, e os valores que davam alguma coesão ao grupo.

Apesar de cada combinação referir-se aos diferentes modos com os quais os sujeitos participavam, todas elas estavam atravessadas pelo mesmo campo de valores da religião evangélica. Estes eram os valores que tanto alimentavam a dimensão relacional da Cooperativa, quanto estavam personificados no líder carismático. Suas condutas, valores e conhecimentos davam a sustentação da gestão do empreendimento e produziam um imaginário social sobre a Cooperativa.

Maciel (2009) reconhece que as relações afetivas que são estabelecidas entre familiares, grupos de afinidade e entre pessoas da mesma religião produzem uma lógica de economia moral, de ajuda mútua e cooperação informal. Portanto, não há um projeto organizativo que corresponda ao estatuto da organização, ao menos em termos dos valores. Essa talvez seja a maior lacuna que deixa em evidência o caráter compulsório do modelo formal adotado pela Cooperativa e das estratégias construídas pelos assentados diante dos constrangimentos.

Não havia correspondência entre as regras da organização prescrita no estatuto e as práticas cotidianas dos cooperados, pois estes criaram uma dinâmica adaptativa e de alianças dentro do grupo que, ancorada na confiança e na comodidade, tinha como eixo central os valores religiosos personificados na liderança carismática do presidente. Portanto, a falta de

legitimidade da regra de participação podia se dar tanto pela compulsoriedade do formato organizativo, quanto pela dinâmica de relacionamento do grupo e dos valores que eram compartilhados.

Considerações Finais

Os problemas identificados no processo organizativo da Cooperativa não só corroboraram os achados da literatura como também reforçaram a opinião de que o modo como as políticas de desenvolvimento rural têm sido pensadas e praticadas no país reproduzem um cooperativismo típico e ocasional diante das necessidades dos trabalhadores de acessarem as políticas públicas em busca de recursos financeiros. A organização da rotina dos sujeitos para cumprimento das condicionalidades mostrou que não havia alteração estrutural das condições de trabalho e de vida dos sujeitos. Também os sentidos atribuídos à cooperativa não tinham ligação com o sentido de trabalho institucionalizado pelas políticas públicas e inspirado nos valores da autogestão.

Por outro lado, a cooperativa cumpria papel simbólico de dignificar estes trabalhadores, cujas trajetórias de vida sempre foram marcadas pela exclusão. As redes de confiança suavizavam os impactos da pobreza e das relações de dependência com os mercados institucionais, mas os assentados ainda sentiam-se fragilizados por não conseguirem manter uma produção de subsistência que poderia materializar a condição de produtor rural e reforçar os laços de reciprocidade. Portanto, as desproporções entre as forças psicossociais se davam nos três níveis: no institucional, pelo projeto de cooperativismo e de desenvolvimento rural; no organizacional, pelas condições concretas de efetivação desse projeto; e no relacional, pelas diferentes estratégias que os sujeitos encontram para enfrentar esses constrangimentos, tensionar as contradições dos outros níveis e negociar entre si o modo como essas prescrições seriam executadas, e que são sustentadas por outros valores que não os da autogestão.

Se os sentidos refletem os modos de viver e de existir dos grupos, bem como revelam as relações de poder estabelecidas entre os sujeitos, ficou claro o porquê de todo este esquema de forças referentes ao processo organizativo da Cooperativa estar relacionado a outros valores e modos de participação que não os preconizados pela autogestão. O seu funcionamento estava em conformidade com o modo como os sujeitos davam sentido ao trabalho e ao significado que a organização tinha na vida deles.

O assentamento rural é uma realidade complexa porque comporta significados que vão muito além do espaço produtivo da agricultura. Quando o cooperativismo é eleito como política principal dos assentamentos de reforma agrária, não se problematizam os conflitos agrários e as

condições dos trabalhadores de acesso aos direitos, pois entende-se que a inserção produtiva no mercado é que atuará para minimizar os impactos da exclusão social desses sujeitos. O acesso às políticas, nas condições em que ocorre, reforça o caráter individualizante e não garantem o exercício real da cidadania pelos sujeitos. Produzem subjetividades autoreferenciadas, em que o sujeito é a referência tanto por sua situação de pobreza quanto para cumprir com requisitos para garantir os seus direitos. No caso estudado, esta relação era ainda mais contraditória pelo contexto econômico e político de Ribeirão Preto, pois o assalariamento na cidade era estratégia de reprodução da vida, como também seus atrativos eram maiores em relação ao que o assentamento oferecia. A coexistência destas duas realidades evidenciava a ambiguidade entre a identidade de trabalhador rural assentado e a de assalariado urbano.

Do ponto de vista teórico, o estudo também evidenciou a dificuldade de ter um modelo teórico de referência para pensar as relações de trabalho nos assentamentos. Apesar de já existir um campo de estudos do cooperativismo dos assentamentos rurais, os modelos que respaldam as pesquisas também são insuficientes para considerar toda a complexidade deste universo ou propor saídas muito diferentes das estratégias já ensaiadas pelos próprios trabalhadores. Por isso esta investigação pode ter como contribuição reforçar a necessidade da Psicologia Social do Trabalho em ampliar e consolidar a compreensão dos sujeitos que vivem e trabalham no mundo rural.

Referências

AZAMBUJA, L. R. Os sentidos do trabalho autogerido: um estudo a partir dos trabalhadores de cooperativas de economia solidária. Porto Alegre, 2007. *Dissertação* (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos Rurais em São Paulo: Estratégias e Mediações para o Desenvolvimento. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 755-785, 2010.

BARUS-MICHEL, J. *O sujeito social*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2004.

BERGAMASCO, S. M. P. P. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, L. *et al.* (Org.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP, 1994, p. 225-236.

CARVALHO, H. M. *A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil*. Curitiba: NEAD, 1999.

COSTA, C. M. O.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Processo de Organização da Produção em Assentamentos Rurais no Brasil: A Fazenda Pirituba/SP. In:

- BERGAMASCO, S. M. P. P. *et al.* (Org.). *Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. São Paulo: INCRA, 2003, p. 125-156.
- DAL MAGRO, M. P.; COUTINHO, M. C. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 4, p. 703-711, out. 2008.
- D’INCAO, M. C.; ROY, G. *Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- FABRINI, J. E. As cooperativas nos assentamentos de sem-terra. *Revista de Geografia*, v. 1, n. 18, p. 7-16, 2003.
- FIAMENGUE, E. C. Histórico dos assentamentos. In: WHITAKER, D. C. A. (Org.). *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002, p. 173-184.
- FIGUEIREDO, G. C.; PINTO, J. M. R. Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 3, p. 562-571, 2014.
- FIRMIANO, F. D. *O Padrão de desenvolvimento dos agronegócios e a atualidade histórica da reforma agrária*. Araraquara, 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho.
- GAULEJAC, V. Psicossociologia e sociologia clínica. In: ARAÚJO, J. N. G.; CARRETEIRO, T. C. O. (Orgs.). *Cenários sociais e abordagem clínica*, São Paulo: Escuta, 2001, p. 35-48.
- _____. *As origens da vergonha*. São Paulo: Via Lettera, 2006.
- GUARESCHI, P. *Prefácio*. In: SILVEIRA, A. F. *et al.* (Orgs.). *Cidadania e participação social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 1-4.
- LEITE, S. *et al.* *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- LÉVY, A. *Ciências clínicas e organizações sociais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- MACIEL, M. C. O individual e o coletivo nos assentamentos: entre o ideal e o real. *Retratos de Assentamentos*, n. 12, 2009, p. 217-242.
- MARTINS, J. S. *O Sujeito Oculto (Ordem e transgressão na reforma agrária)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- OLIVEIRA, F. Os sentidos do cooperativismo de trabalho: as cooperativas de mão-de-obra à luz da vivência dos trabalhadores. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 75-83, 2007.

_____. Os sentidos do cooperativismo: entre a autogestão e a precarização do trabalho. São Paulo: LTr, 2014.

PETIT, F.; DUBOIS, M. *Introdução à psicossociologia das organizações*. Lisboa: Editora Piaget, 2000.

ROSENFELD, C. L. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. *Civitas*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 395-415, 2003.

ROUCHY, J. C.; DESROCHE, M. S. *Instituição e mudança: processo psíquico na organização*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SABOURIN, E. Enfoques anti-utilitaristas e pós-coloniais aplicados a economias e sociedades camponesas. *Realis Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais*, n. 3, p. 78-100, 2013.

SCOPINHO, R. A. *Processo organizativo de assentamentos rurais: trabalho, condições de vida e subjetividades*. São Paulo: Annablume Editora, 2012.

VERONESE, M. V. Subjetividade, Trabalho e Economia Solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 84, p. 153-167, mar. 2009.

ZIMMERMANN, N. C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. *et al.* (Org.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP, 1994, p. 205-224.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

SABERES E FAZERES DOS POVOS CERRADEIROS NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Natalia Lucas Mesquita¹; Marcelo Rodrigues Mendonça²- IESA/UFG

natalia-mesquita@hotmail.com; ufgmendonca@gmail.com

Grupo de Trabalho GT4: Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e
Conflito

RESUMO

O trabalho tem o objetivo de refletir sobre a influência das relações de gênero na (re)construção da identidade dos povos cerradeiros na contemporaneidade. Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados foram: Revisão da literatura sobre a temática; Pesquisa de campo em Assentamentos de Reforma Agrária de Goiás/GO e realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres camponesas dos Assentamentos visitados. Os povos cerradeiros mantêm uma relação de simbiose com Cerrado. Todavia, a relação com esse bioma-território, tem sido ameaçada pelo movimento do capital através da modernização da agricultura, principalmente, a partir da década de 1970. Em razão desse movimento, os povos cerradeiros foram expulsos de seu ambiente de reprodução, o que provocou uma ruptura de saberes e fazeres adquiridos através da vivência com Cerrado. Apesar disso, através dos movimentos sociais, como Movimento dos Sem Terra (MST), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) etc., tem sido observado a (Re)Existência desses povos, que ao terem acesso, novamente, à terra, (re)produzem os saberes e fazeres cerradeiros. Goiás/GO, com 23 Assentamentos de Reforma Agrária, é um exemplo dessa (Re)Existência. Essa (re)produção, por sua vez, ocorre através de uma divisão sexual do trabalho, característica da estrutura patriarcal em que está organizada a sociedade, sendo a mulher uma das principais responsáveis pela manutenção e preservação da cultura cerradeira, através da produção de alimentos e cultivo de plantas em seus espaços de reprodução.

Palavras-chaves: Povos Cerradeiros. Identidade. (Re)Existência. Gênero.

REFLEXÕES INICIAIS

¹ Mestranda em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG) e estudante do curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, regional de Catalão da Universidade Federal de Goiás.

² Professor Doutor nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG).

O município de Goiás/GO, composto por 23 Assentamentos de Reforma Agrária, é expressão territorial da luta pela (Re)Existência dos povos cerradeiros, diante do processo de modernização da agricultura.

Ao falarmos de povos cerradeiros, não nos referimos a todas as pessoas que nasceram em estados cujo bioma Cerrado é predominante. Conforme explica Pelá e Mendonça (2010, p. 54)

[...] Povos Cerradeiros se referem aos sujeitos sociais trabalhadores/produtores que historicamente viveram nas áreas de Cerrado e constituíram formas de uso da terra a partir das diferenciações naturais-sociais experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, que denotam relações sociais de produção muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas práticas socioculturais.

Ao pensarmos nos *povos cerradeiros*, devemos considerar, então, as diferenças e desigualdades contidas na sua constituição, pelo modo como vivenciam o espaço do Cerrado, e por isso, precisamos considerar, conforme observa García (2004), o gênero, já que este influencia a forma como as pessoas experimentam o mundo, como interagem com os outros e, também, quais oportunidades e privilégios são oferecidos e negados.

Diante disso, este trabalho será direcionado pela seguinte problemática: Qual a influência das relações de gênero na (re)construção da identidade dos povos cerradeiros na contemporaneidade?

Os procedimentos metodológicos adotados foram: Revisão da literatura sobre a temática; e pesquisa de campo e realização de entrevista semiestruturada com uma mulher camponesa do município de Goiás/GO³.

O artigo está organizado, além das *reflexões iniciais*, *reflexões finais* e *referências*, em quatro seções: A relação entre os aspectos socioculturais dos povos cerradeiros e as características naturais do Cerrado; Uso e ocupação do Cerrado na contemporaneidade e os impactos sobre os povos cerradeiros, e; A (Re)Existência dos povos cerradeiros em Goiás; A influência das relações de gênero na (re)construção dos saberes e fazeres da população cerradeira.

³ A reflexão segue as perspectivas da pesquisa qualitativa, portanto não buscou-se uma grande quantidade de entrevistas e sim a qualidade das informações obtidas. Foi entrevistada uma (01) mulher camponesa, de assentamento rural localizado no município de Goiás/GO.

A RELAÇÃO ENTRE OS ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DOS POVOS CERRADEIROS E AS CARACTERÍSTICAS NATURAIS DO CERRADO

O homem, desde os primórdios, tem uma relação de dependência dos recursos ofertados pelo meio natural. Nas regiões de Cerrado, onde o processo de ocupação iniciou-se a cerca de 12 mil anos, com os povos indígenas, eles sobreviviam “[...] praticando a agricultura, a horticultura, a caça, a pesca etc. [...]” (MENDONÇA, 2004, p. 278).

Como Mendonça (2004), Rigonato (2005, p. 69) ao falar sobre comunidades tradicionais do nordeste goiano, nos mostra a importância do cerrado para as populações, ao observar que “[...] a interação existente com a coleta de plantas, de ervas medicinais, de frutos e de madeira sinaliza o Cerrado como um componente fundamental da própria sobrevivência das populações residentes.”

É através dessa interação com a natureza que essas populações desenvolveram/desenvolvem sua cultura e identidade e se organizam social e espacialmente.

Diante disso, ao pensarmos os aspectos socioculturais dos povos cerradeiros bem como sua espacialidade, devemos conhecer as características do Cerrado enquanto bioma.

O Cerrado é um bioma, que originalmente cobria, aproximadamente, 2 milhões de quilômetros quadrados do território brasileiro, o que representava quase $\frac{1}{4}$ do país (OLIVEIRA, 2014). Sua área, de acordo com Oliveira (2014), incluía todo o estado de Goiás e o distrito Federal, parte do Tocantins e do Mato Grosso do Sul, o centro e o sul do Mato Grosso e do Maranhão, o oeste da Bahia e de Minas Gerais, o noroeste de São Paulo, o sul do Piauí e uma faixa em Rondônia. Ainda, segundo o autor, de maneira disjunta, ocorria no Paraná, no norte de São Paulo, e também como enclaves em meio à Caatinga e na Floresta Amazônica.

Em termos de biodiversidade, o cerrado é considerado um dos 25 *hotspots*⁴ de biodiversidade do mundo (PINTO e DINIZ FILHO, 2005). Para se ter uma ideia da rica biodiversidade do Cerrado, este possui, aproximadamente, 10 mil espécies de plantas, das quais 4.400 são endêmicas, representando 1,5% de toda a flora mundial,

⁴ Segundo explica Pinto e Diniz Filho (2005, p. 118) esse conceito “[...] foi criado tendo em vista a escassez de recursos direcionados para conservação, com o objetivo de apresentar os chamados “pontos quentes”, ou seja, locais para os quais existe maior necessidade de direcionamento de esforços, buscando evitar a extinção de muitas espécies, e que ao mesmo tempo estão altamente ameaçados por ações antrópicas.”

e; 1.268 espécies de vertebrados, dos quais 117 são endêmicas, representando 0,4% de todos os vertebrados terrestres do mundo (PINTO e DINIZ FILHO, 2005).

Essas espécies são utilizadas de diversas formas pelos povos cerradeiros, com o mínimo impacto sobre o ambiente. Para se ter uma ideia, segundo estudos de Pires e Santos (2000 *apud* Rigonato, 2005, p. 67), ao falarem da biodiversidade do cerrado eles destacam que “as estimativas apontam que no Cerrado, existem cerca de seis mil espécies de árvores muito utilizadas na produção de artesanato, uso medicinal e alimentício, além de outros usos e 800 espécies de aves, além de 780 das 3000 espécies de peixes já descritas.”.

Através da dinâmica existente entre relevo, solo, clima e altitude, são formadas as diversas paisagens naturais que compõem o cerrado, ou, as fitofisionomias. Essas fitofisionomias interferem tanto na espacialidade das populações como também no aproveitamento das espécies do cerrado, já que estas variam de acordo com aquelas.

As fitofisionomias são classificadas de diferentes formas pelos estudiosos desse bioma, dependendo da escala de observação e do objetivo do estudo. Para Ribeiro e Walter (2007), há onze tipos principais de fitofisionomias, enquadradas em formações florestais, formações savânicas e formações campestres (Figura 01).



Figura 01- As fitofisionomias do bioma Cerrado. **Fonte:** Ribeiro e Walter (2007).

Em relação ao relevo, o Cerrado, especialmente no estado de Goiás, possui extensas áreas planas ou suavemente onduladas (OLIVEIRA, 2014). O clima subtropical é caracterizado por duas estações bem definidas, sendo uma chuvosa e outra seca.

De modo geral, os solos do Cerrado são deficientes em nutrientes, mas ricos em ferro e alumínio (CHAVEIRO e CASTILHO, 2007). Essas características influenciam no que é produzido pelos povos cerradeiros, por exemplo.

Por fim, cabe falarmos da água. O Cerrado é considerado a caixa d'água do Brasil (CHAVEIRO e CASTILHO, 2007; CAMPOS FILHO, 2010), sendo o berço de importantes bacias: a Araguaia/Tocantins, a Paranaíba e a do São Francisco.

Como já assinalamos, as características físicas do cerrado influenciam os aspectos socioculturais de seus povos. Todavia, em razão da modernização da agricultura tem sido observado uma mudança das condições naturais do Cerrado ocasionando uma ressignificação dos saberes e fazeres dos povos cerradeiros.

USO E OCUPAÇÃO DO CERRADO NA CONTEMPORANEIDADE E OS IMPACTOS SOBRE OS POVOS CERRADEIROS

Conforme apontado anteriormente, o Cerrado é detentor de uma rica biodiversidade que influencia a espacialidade e cultura dos povos cerradeiros.

Todavia, atualmente essa biodiversidade encontra-se muito ameaçada pela nova divisão do trabalho e pela territorialização do capital na agricultura moderna, desde as últimas décadas do século XX e início do XXI (RIGONATO, 2005).

Segundo estudos sobre o estado de Goiás e o Distrito Federal, Oliveira (2014, p. 329 - 330) observa que

A situação contemporânea da cobertura vegetal [...] é verdadeiramente preocupante, na medida em que se observa que a maior parte das terras foi incorporada por atividades econômicas e os remanescentes da vegetação original restaram, na sua maioria, como fragmentos pequenos e dispersos, incapazes de preservar a biodiversidade natural.

Para se ter uma ideia da dimensão do impacto sobre a vegetação do cerrado, ocasionados pelo movimento da agricultura moderna, em 2002 o Projeto de Identificação de áreas Prioritárias para a Conservação em Goiás (PDIAP) constatou que as áreas de Cerrado que antes cobriam cerca de 55% do território goiano e do Distrito Federal, foram reduzidas para cerca de um terço (OLIVEIRA, 2014).

Essa redução da vegetação original do cerrado, vem se intensificando cada vez mais. Ainda segundo Oliveira (2014), baseado na atualização do mapeamento feito pelo PDIAP em 2002, entre aquele ano e 2010, continuou a ocorrer uma retração da vegetação do cerrado, dando lugar as pastagens e lavouras (Figura 02).

Assim, se por um lado a expansão da monocultura vem favorecendo a balança comercial brasileira, também tem afetado sensivelmente o ecossistema e as

populações locais que perdem conhecimentos acumulados ao longo de muitos anos através da interação com o cerrado (ALMEIDA, 2003).

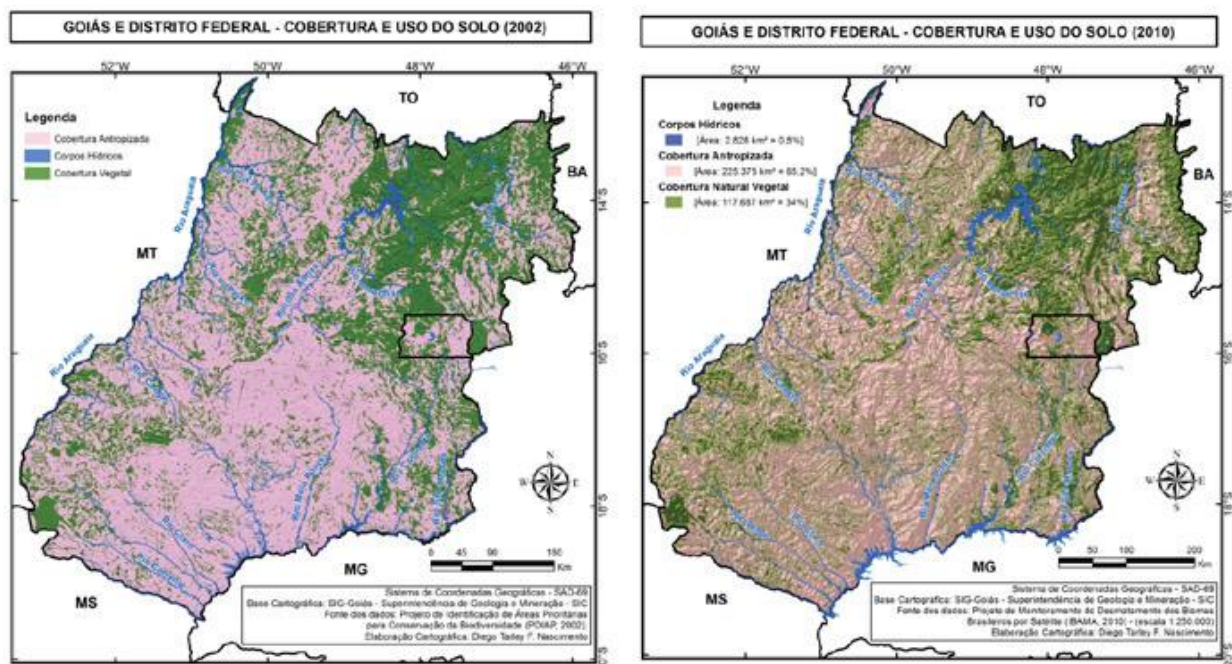


Figura 02: Mapas de cobertura vegetal e uso do solo no estado de Goiás e Distrito Federal, nos anos de 2002 e 2010. **Fonte:** Oliveira, 2014.

Conforme observa Chaveiro e Castilho (2007, p. 2)

O ímpeto transformador deixou rastros em seu território. O forte efeito do desmatamento, as mudanças das vazões de suas ricas bacias hidrográficas, a extinção de espécies de sua fauna e flora, a alteração de corredores ecológicos, a diminuição da população de peixes, a alteração do clima, etc., trouxe, junto, uma mudança na cultura dos POVOS CERRADEIROS [...].

Como exemplo da alteração do clima, os povos já observam os impactos, conforme destaca Rigonato (2005, p. 84, *grifo do autor*)

[...] alguns pequenos agricultores (mais idosos) afirmam que “as coisas vêm mudando”, isto é, o início das chuvas e da estiagem no Cerrado “já termina em outros dias do ano” (sic). Essas alterações no clima ocasionam perdas de plantio e de alimentos na lavoura e, conseqüentemente, impulsionam a instabilidade do ciclo produtivo tradicional e a falência da renda familiar.

Diante disso, cabe conhecermos as origens e os agentes do processo de modernização da agricultura que ocasionou boa parte das modificações das condições naturais, e também culturais, do Cerrado.

A modernização da agricultura no estado de Goiás ocorreu de forma mais intensa a partir da década de 1980, sendo respaldado pelos discursos de que as áreas do cerrado eram áreas vazias, como lembra Cleps Júnior (1998) e Mendonça (2004), desconsiderando a trajetória histórica e cultural construída pelos povos cerradeiros (MENDONÇA, 2004).

Além disso, outro argumento era de que os solos desse bioma eram improdutivos e portanto demandavam a utilização de tecnologias, como sementes melhoradas, insumos, etc., para produzir, mascarando as verdadeiras intensões de um capital necessitado de novas áreas para aumento da produção e expansão de seu território.

Um dos principais agentes da modernização da agricultura no cerrado foi o Estado, sendo suas ações iniciadas já na década de 1930, com a política de integração do governo Vargas, colocando como prioridade nacional, a ocupação do centro-oeste (PELÁ e MENDONÇA, 2010).

Conforme Pelá e Mendonça (2010, p. 61)

A apropriação e ocupação do Cerrado ocorre de maneira planejada e com interesses e funções políticas e econômicas bastante definidas. O projeto, no âmbito regional, buscava articular as regiões produtivas do estado de Goiás, principalmente às suas regiões sul e sudoeste e, no âmbito nacional, adequar o país a um novo ritmo de produção capitalista.

Ainda segundo os autores, a viabilização do projeto de ocupação das áreas de cerrado requisitou estratégias de ordem espacial, dentre as quais se destaca a construção de Goiânia (1937), o Plano de Metas de JK (1956-1961), a construção de Brasília (1960), e outros.

Também, não podemos esquecer do *Programa de Desenvolvimento dos Cerrados* (POLOCENTRO) e do *Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados* (PRODECER), que segundo Inocêncio (2010), são os que assumem mais importância no estudo sobre o processo de modernização da agricultura no Cerrado.

Além desses programas, o *Crédito Rural* teve uma função especial, já que foi responsável pelo apoio financeiro a uma grande maioria de produtores rurais, para a incorporação das novas tecnologias à produção.

Esse movimento de modernização da agricultura no Cerrado, conforme explica Chaveiro e Barreira (2010, p. 21) “[...] nada mais é que uma operação que visava transformar o uso do Cerrado da economia baseada na troca simples para inseri-lo numa lógica de uma economia diretamente afeita à troca acumulada capitalista.”.

Para tanto, algumas ações foram demandadas, dentre as quais destacamos a exclusão dos camponeses e pequenos produtores rurais (povos cerradeiros) do processo, através da expulsão de suas terras, falta de acesso as políticas de incentivo à modernização, negação de seu conhecimento e menosprezo de sua cultura, o que provocou, conforme destaca Pelá e Mendonça (2010), uma mudança tanto nas estruturas materiais quanto nas imateriais que compõe o Cerrado.

Apesar disso, conforme explica Chaveiro (2005, p. 53):

[...] é necessário sintetizar que a modernização apesar de ser avassaladora e hegemônica não erradicou a tradição; e que essa embora resistindo não se impõe. Mesmo que não imponha, ora converge, ora conflita, ora se adapta aos novos signos modernizantes. De tal modo que a modernização é incompleta, mas hegemônica; e que hegemônica ao relacionar com a tradição, possui especificidades que singularizam os lugares do cerrado goiano e reformula os símbolos que percorrem o cérebro do homem sertanejo.

Assim, conforme bem disse Chaveiro (2005), o paradigma da agricultura moderna não erradicou a tradição, e encontrou a resistência de um povo que defende o Cerrado como um território de reprodução da vida.

A (RE)EXISTÊNCIA DOS POVOS CERRADEIROS EM GOIÁS

Os povos cerradeiros não assistiram estáticos ao processo de desterritorialização, buscando na resistência formas de existir. Essa resistência, ou (Re)Existência, que adotaremos aqui e vai de encontro a proposta de Pelá e Mendonça (2010) se manifesta de diversas formas, sendo uma delas a organização de movimentos sociais.

A (Re)Existência é

[...] um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo. (PELÁ e MENDONÇA, 2010, p. 54)

Conforme os autores,

[...] as (Re)Existências são ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária, na luta contra a construção desenfreada e injustificada dos empreendimentos hidrelétricos que expulsam milhares de famílias de seus lugares de existências, na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento. (PELÁ e MENDONÇA, 2010, p. 54)

A luta por terra e Reforma Agrária é um exemplo desses movimentos de (Re)Existência que garantem aos povos cerradeiros o acesso à terra novamente e sua reprodução social.

No estado de Goiás o processo de luta por terra e Reforma Agrária tem início na década de 1980. Conforme Souza (2012, p. 83) “o processo de luta pela terra, nesse estado, iniciou-se em 1986 no município de Goiás, com a territorialização camponesa, a partir da formação do assentamento Mosquito, com 43 famílias, e com o assentamento Acaba Vida, no município de Niquelândia, com 72 famílias”.

O município de Goiás/GO é um importante exemplo das lutas por terra no estado, sendo que essas ganharam força a partir da década de 1980, como ressaltam Souza et. al. (2009).

Segundo os autores (2009, p. 08, *grifo dos autores*), embasados em pesquisa realizada com os assentados do município, a “luta pela terra nessa região é intensificada quando os trabalhadores rurais se despertam para uma interpretação da realidade desigual e injusta, o que os leva a refletir e a lutar pela ‘*quebra das correntes*’ como dizem alguns dos assentados.”

Segundo explica Souza (2012, p. 30)

A luta pela terra, no município de Goiás, se consolidou mediante o assentamento do Mosquito que acampou nas terras da [...] família Berquó. Passando por um período de luta, muitas famílias ficaram em acampamentos na fazenda Mosquito, iniciando o processo de formação dos assentamentos, no município de Goiás até chegar à atual formação[...].

Atualmente, Goiás/GO possui 23 assentamentos de reforma agrária. Esses assentamentos atendem, conforme dados da Superintendência Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a, aproximadamente, 641 famílias.

É diante desse novo arranjo espacial e territorial dos povos cerradeiros em Assentamentos de Reforma Agrária que buscaremos compreender a influência do gênero sobre os saberes e fazeres dos (novos) povos cerradeiros, na seção que segue.

A INFLUÊNCIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA (RE)CONSTRUÇÃO DOS SABERES E FAZERES DA POPULAÇÃO CERRADEIRA

A vivência do cerrado a partir das relações de gênero

Os espaços não são vivenciados da mesma forma pelos sujeitos que os produz, seja ao considerarmos os aspectos sociais, culturais, econômicos etc..

Tendo em vista que este é produto do trabalho⁵ (Lefebvre, 2006), podemos afirmar também que ele não é produto de uma ação homogênea em que todos os agentes atuam da mesma forma. Conforme explica García (2004) a produção do espaço é a produção da própria vida, portanto, é permeada pelas ações competentes a cada sujeito em suas práticas diárias.

Conforme explica Almeida (2014, p. 10)

A organização social do espaço, a produção e a reprodução do espaço aparecem [...] mediatizadas pela condição masculina ou feminina. O pertencimento a uma ou outra determina o espaço a ocupar: O espaço físico, o espaço político, o espaço de relações, o espaço econômico. Determina, também, as condições de uso deste espaço.

O gênero, assim, é um importante conceito que devemos considerar ao pensarmos a vivência do cerrado pelos povos cerradeiros em um contexto de (Re)Existência que é cotidiana e se expressa nas práticas em sua posse.

O conceito de gênero foi criado para demonstrar a construção histórica da feminilidade e da masculinidade. Conforme explica Scott (1995) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais que se baseiam nas diferenças percebidas entre os sexos e ao mesmo tempo uma primeira forma de significar as relações de poder.

Diante disso, Herrera (2013) explica que a agricultura de base familiar encontra-se fortemente marcada por uma divisão sexual do trabalho, em função de suas raízes históricas, que apontam diferenciações entre homens e mulheres.

⁵ Entendemos trabalho conforme Thomaz Júnior (2005, p. 41) que o reconhece como “[...] expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu *ir sendo* ou em seu *vir a ser* está inscrita a intensão ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem.”

Esse fato pode ser comprovado, por exemplo, na resposta da entrevistada quando questionada sobre o que é “ser mulher” e “ser homem”, demonstrando que os/as assentados/as ainda reproduzem essa estrutura. A definição de *Maria*⁶ vinculou-se aos papéis de gênero.

Segundo ela é difícil fazer uma definição, atualmente, já que as mulheres desempenham tarefas masculinas e os homens também desempenham tarefas femininas. Por outro lado, ela afirma que as mulheres pensam e se preocupam mais com o bem estar da família e dos filhos e os homens são mais desapegados.

Essa definição de *Maria* tem relação com a construção histórica da sociedade sobre as características femininas e masculinas, conforme lembra Medeiros (2010, p. 18): “Desde que nascem, mulheres e homens são tratados de forma diferenciada, sendo que dos homens se exige um comportamento agressivo e racional, e das mulheres ações que demonstrem sensibilidade e emoção”.

Em outra resposta é possível visualizar melhor a divisão sexual do trabalho no campo, conforme destacou Herrera (2013). Perguntamos à *Maria* se existem funções específicas das mulheres e dos homens no campo. Segundo ela, “*a mulher cuida da casa, do quintal, das criações (galinha, porco)*”. Já o homem é responsável por “*tirar leite, cuidar do gado, cuidar da pastagem e da roça, colher os alimentos plantados na roça.*”

A partir daí, notamos não somente que há uma divisão sexual do trabalho nas parcelas dos assentamentos, como uma divisão sexual do espaço ocupado na terra, que se distingue entre o reprodutivo (espaço da mulher) e o produtivo (espaço do homem).

Conforme explica García (2004, p. 80-81) ao falar dos assentamentos rurais que pesquisou para desenvolver seu trabalho de doutorado, a “separação entre trabalho produtivo e reprodutivo por gêneros se traduz na divisão espacial do assentamento, onde o espaço público, da roça, do futebol, do boteco, da militância, é masculino e o privado, feminino, a casa e o lote.”

Essa divisão, por sua vez, é fruto de uma estrutura patriarcal que inferioriza a mulher. Conforme lembra Mesquita (2013, p. 89)

A família no patriarcado se fundamenta na dominação e exploração do homem sobre a mulher. No qual, o pai possui todos os direitos, sua autoridade é inquestionável, e como chefe de família exerce poder

⁶ Com o objetivo de preservarmos a identidade da entrevista atribuímos nome fictício.

sobre todos que estão sob sua dependência ou influência. E à mulher cabe um papel secundário, submisso, vive sob a dominação masculina, seja na esfera de domínio do pai, do marido, do proprietário.

A autora ainda explica que

A organização da sociedade com base no patriarcado definiu quais os espaços que devem ser ocupados por homens e quais devem ser ocupados por mulheres, sendo que aos primeiros é reservada a esfera pública e produtiva e às mulheres a esfera privada e reprodutiva. (MESQUITA, 2013, p. 104)

Além disso, o trabalho da mulher é invisibilizado e negado. As atividades exercidas por elas são vistas, conforme Herrera (2013) baseada em Brumer (2004), como extensão de suas atribuições de mãe e esposa.

Maria nos mostra a interiorização dessa ideologia. Perguntamos à ela se há diferença entre “ser mulher da cidade” e “ser mulher da roça”. Segundo ela a diferença estava em que a mulher da cidade era mais independente porque tinha a possibilidade de trabalhar, já a mulher da roça não tinha como trabalhar, portanto era dependente do marido.

O conceito de trabalho está vinculado a concepção capitalista de venda da mão de obra para obtenção de dinheiro e, portanto, para ela não receber remuneração significa não trabalhar. Apesar disso, segundo dados de Faria (2009) as mulheres do campo trabalham cerca de 28,2 horas por semana, sendo mais que as mulheres da cidade, e *Maria* é uma representante que mesmo nas horas “vagas” dedica-se ao artesanato e reproduz um conhecimento adquirido em sua família.

Assim, conforme bem observar Almeida (2014, p. 11)

[...] a mulher enfrenta duras horas de trabalho, sobretudo no meio rural. Além disso, ela compartilha das preocupações familiares quanto à renda necessária para adquirir produtos industrializados; e, em suas poucas horas desocupadas busca “o que fazer” com seus conhecimentos e habilidades transforma sua casa em “fabriqueta de doces, de bebidas, produtos derivados do leite, bordados, costura, artesanato.

Maria, ainda ao diferenciar a mulher da roça, fala: “Na roça tem que cuidar de galinha, de porco, do quintal. As vezes tem que fazer comida no fogão de lenha. As vezes tem de ajudar o marido nas funções dele, por exemplo, levar comida na roça, ajudar a consertar cerca, apartar vaca. Cuida dos filhos, da casa.”

A partir da sua fala, podemos identificar outra característica da desvalorização do trabalho feminino, quando por exemplo fala que as vezes “*tem de ajudar o marido nas funções dele*”. A mulher no campo “mesmo quando realiza atividades voltadas para o fim produtivo da agricultura, designadas geralmente como ‘masculinas’, [...] é vista como uma ‘ajudante’ e normalmente recebe baixa remuneração (ou mesmo nenhuma remuneração) por seu trabalho.” (HERRERA, 2013, p. 02).

Os saberes e fazeres dos povos cerradeiros a partir das relações de gênero

É nesse cenário de divisão sexual do trabalho e do espaço, bem como desvalorização do trabalho feminino, que os saberes e fazeres dos povos cerradeiros são reproduzidos pelas mulheres e pelos homens.

As mulheres tem um papel especial, visto que é no quintal, seu espaço de reprodução, que, conforme destaca Almeida (2014), as experiências, as práticas dos saberes e a vida acontecem. Segundo a autora (2014, p. 12) é no quintal que “a mulher, sobretudo, reproduz seus conhecimentos com as plantas, seja plantas medicinais ou alimentos”.

Esses saberes, por sua vez, encontram-se comprometidos em razão das mudanças no cotidiano de muitas mulheres assentadas que se veem compelidas a transitarem entre o campo e a cidade para acompanhar os/as filhos/as, que na falta de escolas no campo que acompanhem seu grau de ensino, precisam mudar para os centros urbanos.

Considerando essa realidade, vista em Goiás/GO, pedimos *Maria* para descrever seu cotidiano, quando presente no campo: “*Levanto, faço café da manhã, cuido dos bichos que tem pra cuidá, arrumo a casa, faço almoço, arrumo cozinha do almoço, lavo roupa e quando sobra tempo vejo novela, faço crochê*”. Perguntamos a ela em que momento cuidava das plantas, se as tivesse: “*Tenho umas plantinhas. Tem uns dois coqueirinhos, umas orquídeas. Poucas*”.

Apesar das poucas plantas, as espécies cultivadas por *Maria* são nativas do cerrado e demonstra que apesar das adversidades, ela preserva traços culturais dos povos cerradeiros.

Esses traços são expressos de diversas formas, conforme destaca Rigonato (2005, p. 65) ao falar sobre as populações tradicionais do nordeste goiano:

As heranças sociais, culturais e étnicas destas populações tradicionais são manifestadas de diferentes maneiras: nas formas de utilização das fitofisionomias, no preparo das plantas, no emprego de plantas, no uso da terra e, em rituais e festas organizados pelas pessoas do/no cerrado. A relação entre o uso do Cerrado e os habitantes estabelecem com este bioma torna-se um marco identitário das populações tradicionais.

Diante disso, para compreendermos sua relação com o cerrado questionamos sobre o que era esse bioma. Para *Maria* o cerrado era um local onde haviam árvores retorcidas, além de ser improdutivo (“*A terra é fraca*”). Perguntamos se havia diferença na vegetação e ela afirmou que não: “*É tudo igual*”.

Apesar disso, ela demonstra conhecimento sobre as fitofisionomias ao contar os locais onde determinadas frutas são encontradas, por exemplo, o cajuzinho que é encontrado no campo.

Ela destaca como frutas típicas do cerrado: *Pitomba, mangaba, cagaita, murici, cajuzinho, mama-cadela, araçá, guapeva, gravatá, araticum*. Apesar de conhecer, ela afirmar não consumir essas frutas no seu cotidiano e que não possui nenhuma dessas espécies em sua posse. O Cerrado é concebido por ela como algo distante de sua vivência e das paisagens que compõe sua parcela.

Apesar disso, em seu quintal há espécies como caju, goiaba, que são consumidas em forma *in natura*, em sucos e doces pela família.

Ao ser questionada sobre o uso de medicamentos, ela afirmou que não/nunca fazia uso de plantas do cerrado, para essa finalidade. Apesar disso, demonstrou conhecimento sobre o potencial de algumas plantas: “*A Quina serve para abrir o apetite, a Sangra D’água para machucado, a Mama-cadela como depurativo do sangue, o Barú é anti-inflamatório e é antirreumático, a casca de veludo branco para gastrite, chá de folha de caju para dor de barriga e chá de flor de lobeira para tosse*”.

Sobre o potencial madeireiro, segundo *Maria* quem tinham conhecimento era o marido, pelo maior contato: “*Homem que sabe sobre isso, porque eles mechem mais, porque eles que pegam para fazer cerca, curral*.”

Aqui, torna-se evidente a divisão sexual do espaço e a influência sobre os saberes e fazeres dos povos cerradeiros. Embora a mulher tenha um papel especial para a preservação dos saberes tradicionais em razão do espaço que ocupa e de suas funções no campo, o homem também detém conhecimento sobre o Cerrado, conforme nos mostra *Maria*.

Também, segundo ela, é o homem que tem conhecimento sobre a produtividade dos solos, porque lida mais com ele. Apesar disso, em diversas respostas ela demonstra conhecimento sobre o assunto: *“Onde a terra é produtiva você vê capim e outras plantas.”*, *“No cerrado não dá muita coisa porque a terra é fraca. Tem muita pedra.”*, *“A horta é plantada onde tem mais terra. Mas tem que colocar esterco, adubo.”*, *“Cajuzinho dá em lugar onde a terra é mais ruim. Geralmente dá no campo.”*.

Ao ser questionada sobre o plantio de horta, ela afirma que na época da chuva não é bom, demonstrando o conhecimento que adquiriu na observação da adaptação das plantas às estações seca e chuvosa, características da região do domínio de Cerrado.

Ainda na questão da horta, perguntamos se havia dia certo para semeadura. Segundo ela *“os mais velhos falam que tem época, de acordo com a lua. Mas eu não sei. Se for pra eu plantar, planto independente da lua.”*.

Essas respostas demonstram que *Maria* conserva o conhecimento adquirido na sua vivência com o Cerrado e que resiste, de alguma forma, aos paradigmas do capital que, conforme destaca Primavesi (2012), promove um “emburrecimento” do agricultor que é impelido a acreditar na sua falta de conhecimento.

A partir desses apontamos, podemos perceber que apesar de uma mudança dos aspectos materiais e imateriais do Cerrado em razão da modernização da agricultura nessas áreas, os saberes e fazeres dos povos cerradeiros continuam preservados, apesar das ressignificações ocasionadas, o que é natural já que as sociedades estão circunscritas pelos tempos e espaços.

Os saberes e fazeres dos povos cerradeiros também são influenciados pelas relações de gênero, e se por um lado, estão circunstanciadas pelo “ser mulher” e “ser homem”, por outro também denunciam as relações de poder que organizam o campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Cerrado, atualmente, encontra-se extremamente ameaçado pela racionalidade capitalista que o vê como uma mercadoria e despreza seus sentidos e potenciais. Essa situação, como vimos, tem refletido sobre as riquezas materiais e imateriais desse bioma-território.

Diante disso, o primeiro alerta que fica é o de que é necessário uma reversão rápida dessa situação sendo, talvez, o primeiro passo a proposta de uma reflexão sobre o ambiente que queremos e que ações são necessárias para alcançar esse ambiente.

Como pudemos constatar, a mulher é de suma importância na preservação dos saberes e fazeres dos povos cerradeiros na contemporaneidade, apesar de viverem sob os domínios de uma estrutura patriarcal que invisibiliza sua importância e a impede de agir de forma integral sobre o espaço.

Nesse sentido, uma dessas ações para a preservação da identidade cerradeira está na ruptura das assimetrias de gêneros, já que elas interferem de forma direta sobre os saberes e fazeres sobre o Cerrado, e também porque a valorização da mulher é uma necessidade histórica negligenciada pelo paradigma da modernidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. Cultura ecológica e biodiversidade. **Mercator**- Revista de Geografia da UFC, n. 3, 2003. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/166/133>>.

_____. **A Mulher Rural Assentada nos Espaços da Casa e dos Quintais**: Troca de Saberes sobre Agroecologia, Economia Social/Criativa e Saúde no Vão do Paranã - GO. Projeto de Extensão. Goiânia: UFG/IESA, 2014.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. Um olhar geopolítico sobre a água no Cerrado: apontamentos para uma preocupação estratégica. In: In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Dênis. (orgs.). **Cerrados**: perspectivas e olhares. Goiânia, Editora Vieira, 2010.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Símbolos das paisagens do Cerrado goiano. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. (Org.). **Tantos Cerrados**: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 47-62.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. Cartografia de um pensamento de cerrado. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Dênis. (orgs.). **Cerrados**: perspectivas e olhares. Goiânia, Editora Vieira, 2010.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CASTILHO, Denis. Cerrado: patrimônio genético, cultural e simbólico. In: **Revista Mirante**, vol. 2, n.1. Pires do Rio - GO: UEG, 2007.

_____. Por uma análise territorial do cerrado. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Dênis. (orgs.). **Cerrados**: perspectivas e olhares. Goiânia, Editora Vieira, 2010.

CLEPS JÚNIOR, João. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado**: o caso do triângulo mineiro. 1998. 291p. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro (SP). 1998.

HERRERA, Karolyna Marin. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. In.: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2013.

FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu; POULIN, Richard. Desafios do livre mercado para o feminismo. São Paulo: SOF, 2005. p. 11-38.

GARCÍA, María Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**. Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. 224p. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente (SP). 2004.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **As tramas do poder na territorialização do capital no cerrado: o PRODECER**. 2010. 270p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia (GO). 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

MEDEIROS, Rejane. O combate à violência a partir da auto-organização das mulheres e da agroecologia. In: Action Aid Brasil. **Mulheres e Agroecologia: Sistematização e experiências de mulheres agricultoras**. Rio de Janeiro-RJ, 2010.

MENDONÇA, Marcelo Mendonça. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudoeste Goiano**. 2004. 457p. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente (SP). 2004.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de. **O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás**. 2013. 134p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás. Catalão (GO). 2013.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. Chapadões Descerrados: Relações entre vegetação, relevo e uso das terras em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 34, n. 2, 2014. p. 311-336.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Mendonça. Cerado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Dênis. (orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia, Editora Vieira, 2010.

PINTO, Mirian Plaza; DINIZ FILHO, José Alexandre Felizola. Biodiversidade no Cerrado. . In.: ALMEIDA, Maria Geralda de. (Org.). **Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 115-128.

PRIMAVESI, Ana Maria. Agroecologia: práticas e saberes. In: MENDONÇA, M. R. (Org.). **Agroecologia: práticas e saberes**. 2. ed. Catalão: Gráfica modelo, 2012.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. **Tipos de vegetação do bioma Cerrado**. EMBRAPA, 2007. Disponível em: <

http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_23_911200585232.html>. Acesso em: 23/01/2015.

RIGONATO, Valney Dias. A dimensão sociocultural das paisagens do Cerrado goiano: o distrito de Vila Borba. . In.: ALMEIDA, Maria Geralda de. (Org.). **Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 63-96.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOUZA, Francilane Eulália de. **As “geografias” das escolas no campo do município de Goiás: instrumentos para a valorização do território camponês?**. 2012. 380p. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente (SP). 2012.

SOUZA, Francilane Eulália. *et. al.*. Do assentamento Mosquito ao assentamento Serra Dourada: lutas pela conquista e permanência na terra no município da cidade de Goiás. In.: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por uma Geografia do Trabalho** (Reflexões Preliminares). Revista Tamoios, UERJ, v. 1, n.1, 2005.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

SOBRE QUITANDAS, FEIRAS LIVRES E SUPERMERCADOS: A TRAJETÓRIA DO ALIMENTO NO CONTEXTO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Kedma de Andrade Nogueira

kedmanogueira@gmail.com

Fundação Capes

Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito (GT 4)

Esta pesquisa bibliográfica expõe sobre o que se pode chamar de reprodução do capital no meio urbano e rural através da institucionalização das feiras de alimentos- lócus de tradições rurais e urbanas no processo de compra e venda de alimento e idéias. Importante frisar que a intenção não é mais enxergar as dicotomias destes espaços, mas sim à complementação dos ambientes que cruzam experiências culturais e principalmente conflitos no plantar, colher e vender. Para refletir sobre esta questão, considera-se importante apresentar os conceitos de rizoma da filosofia de Deleuze e Guatarri, assim como o processo de *devir* dos sujeitos. Por se tratar das feiras que acontecem na rua, compreende-se ser fundamental entender a rua e suas diversidades de uso deste lugar como um espaço público e comum, assim como apresentado por David Harvey. O tempo de análise dessa pesquisa tem como foco a Reforma Pereira Passos, no começo do século XX, mas apresenta também os reflexos dessa reforma e o modo de reprodução do capital sobre a cidade e o campo desde então no Brasil. Sendo assim, esta pesquisa propõe discutir os processos de ocupação da rua desde ‘quitandas’ oriundas da cultura popular, passando pelo processo de feiras deliberadamente organizadas e legitimadas pelo Estado capitalista, e finalmente identificando a notória chegada de supermercados internacionais no país, que comercializam além de alimentos, as ideologias da cultura dominante nos países “em desenvolvimento” desde o pós-guerra, muito bem representada pelo agronegócio, por exemplo. Vale ressaltar que a categoria desenvolvimento será criticamente exposta no trabalho como invenção universalmente aceita, dando destaque a sua influência colonizadora sobre os países do norte.

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Mestranda em Geografia pela UFES. Pesquisadora na graduação pelo Núcleo de estudos em movimentos e práticas sociais (NEMPS) da UFES. Pesquisadora autônoma da organização não governamental ISER (Rio de Janeiro) realizando pesquisas em escolas no interior e na capital do Espírito Santo.

A expansão da cidade e o alimento na reprodução do capital

“Distinções anteriores que faziam sentido – entre o urbano e o rural, a cidade e o campo- tornaram-se irrelevantes nos últimos tempos” (HARVEY, 2014, p. 249). A partir de uma perspectiva marxista, David Harvey busca entender o processo de urbanização capitalista, fruto de respostas às crises tão freqüentes que perpassam a produção do capital no Brasil e no mundo. A idéia principal apontada por Harvey, primeiramente é que o capital passa por diversas crises e utiliza de métodos já conhecidos para superá-las. O autor propõe que a *urbanização* desempenha um papel particularmente ativo e fundamental em absorver as mercadorias excedentes que os capitalistas não param de produzir em sua busca incessante pela mais-valia (HARVEY, 2014). “É um padrão que se repete há muito tempo” escreve Binyamin Appelbaum, “os norte americanos se recuperarem das recessões construindo mais casas e enchendo-as de coisas” (apud Harvey, 2014, p. 107).

O autor expõe ainda que a reprodução do capital passa por processos de urbanização de inúmeras maneiras, mas nada que aconteça sem contradições inerentes ao modo de produção capitalista. A reprodução do capital na cidade transforma o valor de uso - valor dos bens pela sua utilidade-, em dinheiro. Ruas, alimentos, bebidas e etc, são possibilidades de extração de dinheiro, ou ainda, uma possibilidade de uma imensa acumulação de mercadorias. Desta forma, a dominação de classe pode ser vista em toda expansão da urbanização:

a urbanização do capital pressupõe a capacidade de o *poder de classe capitalista* dominar o processo urbano. Isso implica a dominação da classe capitalista não apenas sobre os aparelhos de Estado, como também sobre populações inteiras- seus *estilos de vida*, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos, suas visões de mundo. Não se chega facilmente a esse nível de controle, se é que se chega. A cidade e o processo urbano que a produz são, portanto, importantes esferas de luta política, social e de classe. (HARVEY, 2014, p.114, grifos meus).

No desenvolvimento do capital, ao reproduzir a urbanização, é necessário, ainda, atentar para um conceito importante, segundo Harvey: o espaço comum e público. O desenvolvimento e apropriação desses espaços não acontecem naturalmente. Harvey

expõe que o espaço na sociedade capitalista, não necessariamente é comum apenas por ser público. “O comum, inclusive – e particularmente-, quando não pode ser cercado, pode ser vendido, mesmo não sendo uma mercadoria em si” (HARVEY, 2014, p. 146). O comum pode sofrer ameaças,¹ e é tratado como algo relativo, e dependente das intenções das grandes empresas, por exemplo, no processo de urbanização e reprodução do capital.

Harvey é categórico ao afirmar que a reprodução do capital se dá nas ruas. Não apenas por apropriação de bens comuns, mas também pela intenção direta de fabricar um estilo de vida, fabricar um “público” que será desejável por todos.

Antes do surgimento dos carros, porém, as ruas geralmente o eram- um lugar de socialização popular, um espaço para as crianças brincarem. Contudo, esse tipo de comum foi destruído e transformado em um espaço público dominado pelo automóvel (estimulando as administrações urbanas a tentar recuperar alguns aspectos de um comum anterior “mais civilizado”criando espaços exclusivos para pedestres, cafês nas calçadas, ciclovias, miniparques como espaços de lazer etc). Mas essa tentativa de criar novos tipos de comuns urbanos podem ser facilmente capitalizadas. Na verdade, podem ser projetadas justamente com essa finalidade. (HARVEY,2014, p. 146)

A trajetória do alimento, desde quitandas, passando por feiras livres e chegando a supermercados é percebida nesse processo de urbanização e incorporação ou fabricação direta de um estilo de vida. A modernização do consumo de alimentos surge em diversas cidades no Brasil. Gilmar Jesus apresenta, dentre outras correntes de pensadores, as noções de modernização e modernidade urbana que se aplicam às intervenções que diversas cidades brasileiras sofreram a partir de meados do século XX. Pode-se perceber como exemplo, a Reforma de Pereira Passos², que propunha melhorar o fluxo de veículos na cidade e elitizar o centro do Rio de Janeiro. A ação teve grande impacto na vida da população mais pobre que residia no centro da cidade, influenciando

¹ Um bom exemplo de ameaça aos bens comuns, dos espaços aos elementos naturais, é a apropriação das sementes por grandes empresas, como a Monsanto que propõe em acordos com Federações de agricultores, para fins de dominação.

² Sob o argumento da higienização da cidade do Rio de Janeiro, a gestão Pereira Passos em quatro anos deu seqüência a um plano que já havia sido iniciado anos antes com a derrubada de alguns cortiços (como o célebre Cabeça-de-Porco). Nesse período inúmeros moradores do Centro receberam ordens de despejo, e seus cortiços foram postos abaixo para a construção de avenidas, praças e novos edifícios. Disponível em <http://portalarquitetonico.com.br/a-reforma-urbana-de-pereira-passos-no-rio-de-janeiro/> Acesso em 22 de outubro de 2014.

para além das ruas, a cultura local, a partir do momento que apresentava um novo modo de se relacionar com o espaço comum da cidade (JESUS, 2005). A reforma representou para a trajetória do alimento um marco de transformação do uso comum dos espaços da cidade, das ruas e praças em um espaço público de compra e venda no formato de feiras livres, institucionalizado pelo Estado, e ordenado como necessário.



Exemplo do que podia ser visto séculos atrás no Brasil. “Kitandas” com alimentos sendo vendidos no espaço urbano, nas ruas, por mulheres negras comerciantes. Fonte <http://minioficinadesonhosprojetos.blogspot.com.br/2013/01/projeto-nos-os-imigrantes.html>

O surgimento das feiras livres no RJ foi uma espécie de higienização do espaço, da cultura de consumo de alimentos, e da forma das pessoas se relacionarem com o mesmo, pensar o espaço é uma forma de demonstração da preocupação do poder. As feiras livres foram criadas em 1904 e representaram a culminância de um crescente processo de intervenções sobre as estruturas herdadas da cidade colonial, apaga a construção histórica e coloca no seu lugar: princípios de beleza, disciplina e limpeza. Foi uma “fúria civilizadora” que cercou o comércio de rua que já existia, porém, encontrava-se desregulado e sujo aos olhos de Pereira (JESUS, 2005). O autor cita as “populares quitandas³”, presentes na cidade brasileira desde o início do período colonial. Segundo ele, as ruas tinham predominância de mulheres negras, acoradas ou dispendo de tabuleiros, situadas em pontos comuns, com o intuito de venda de produtos da pequena lavoura, da pesca e produtos feitos em casa.

³ Palavra africana oriunda do Quimbundo “*kitanda*”. Significados: 1 Mercado, praça, lugar onde se compra e se vende. 2Lojinha ambulante. 3 Lugar onde se vendem frutas, verduras, ovos etc. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/quitanda%201031845.html> Dicionário de português online. Acesso em 10 de Abril de 2015.

Após a criação das feiras livres, a rua se transforma em um “espetáculo organizado, sua disposição geométrica, cada feirante devidamente enquadrado com sua numeração e seu lugar precisamente demarcado, os horários de início e término vigiados rigorosamente pelo policiamento” (JESUS, 2008, p.11). Por volta de 1920, as feiras livres começam a se expandir no varejo. Algumas feiras reuniam “mais de quinhentos feirantes num único dia, os feirantes passam a pagar elevados impostos em valores que podiam ultrapassar os de estabelecimentos comerciais fixos” (Jesus apud Silva, 1936:13) o que se mostrava de grande valia inclusive para o Estado. A feira no Brasil que antes ocorria apenas domingo e feriados hoje se constituem como uma

Modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos. Herança em certa medida da tradição ibérica (também de raiz mourisca), posteriormente mesclada com práticas africanas, está presente na maioria das cidades brasileiras, sobretudo naquelas com população superior a 300 mil habitantes (excetuando-se obviamente o Plano Piloto da capital federal, Brasília, pautado em princípios urbanísticos singulares (JESUS, 2008, p. 4)



Exemplo de Feiras Livres em Curitiba-PR. Fonte:
<http://curitibanoticias.xpg.uol.com.br/localcuritibaeconomia-feirantes-se-preparam-para-a-copa-do-mundo-em-curso-da-prefeitura.html>

As mudanças políticas na apropriação do espaço guinaram no contexto político e econômico mundial do pós-guerra que influenciou diretamente países como o Brasil. “Mais especificamente em 1949, na candidatura do presidente Truman, os Estados Unidos formulam uma campanha política em nível global e criam um emblema que guiaria a sociedade a partir de então: o desenvolvimento” (ESTEVA, p. 59).

A palavra desenvolvimento começa a abarcar um sentido de mudança direcionada a um crescimento, envolvendo a perspectiva da passagem de uma condição simples para complexa, do inferior para o superior. Indica que o país está “progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável.” (quem fala) A partir do momento em que foi formalizado o desenvolvimento como meta necessária, conseqüentemente, os outros países estavam condenados a ter um guia economicamente correto para seguir e se espelhar e isso indicaria que os países estavam de fato evoluindo (ESTEVA, p.64). Mas a questão é que mesmo que “seguida à risca, essa concepção conduziria a dissolução da própria noção de desenvolvimento, no momento em que ficasse evidente a impossibilidade de impor um modelo cultural único no mundo inteiro (ESTEVA, p. 71). “O resultado desse desenvolvimento, na verdade, foi uma perda tremenda de diversidade, a simplificação generalizada da arquitetura, do vestuário e de objetos do uso cotidiano; o eclipse das linguagens, costumes e gestos variados” (SACHS, p.15).

Há dois acontecimentos importantes no mundo do alimento no pós-guerra. A chamada revolução verde e a expansão dos supermercados no mundo. Altieri (2004, p. 7) introduz seu clássico *Agroecologia* com uma breve explicação do que acontecia no pós-guerra, e que trouxe uma série de mudanças importantes na alimentação dos sujeitos:

Na segunda metade do século XX, vários países latino-americanos engajaram-se na intitulada Revolução Verde, um ideário produtivo proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial, cuja meta era o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, assentando-se para isso no uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização.

Seguida a essa produção desenfreada de alimentos com insumos químicos, os supermercados se expandem por todo o Brasil, principalmente nas capitais. Grandes estabelecimentos mais coerentes com o “american way of life⁴” e com o “moderno sistema urbano -pautado na automobilidade- contando com decisivo apoio governamental. Os supermercados crescem em ritmo acelerado, formando em uma década, grandes cadeias de lojas, com atuação inclusive no exterior”. (JESUS, 2008, p. 7). O alimento que antes era negociado e consumido diretamente com o produtor em

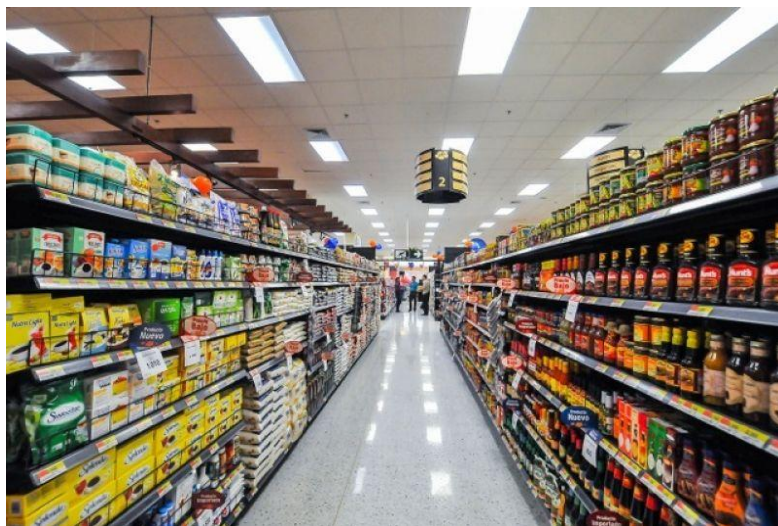
4 Expressão muito utilizada para demonstrar um “jeito americano de viver”. Outra tradução é: “estilo de vida americano. Fonte: translate.google.com.br

espaços comuns, - seja nas quitandas ou em feiras livres-, agora começa a ter lugares específicos para consumo. Os supermercados trouxeram, mais uma vez, um novo formato para o comum, não mais de espaço público e sim privado, com proprietários nacionais e internacionais com sua rede de contatos ligados a outras grandes empresas. Os supermercados desta forma efetivam um distanciamento do comprador com o produtor, os vendedores são em sua maioria de grande escala, o que impulsiona o comprador a não saber onde seu produto se origina, os pequenos agricultores perdem, desta forma, seu espaço de produção.

É válido ainda destacar que os impactos do “desenvolvimento” existiram ainda no próprio processo de alimentação da população, que não será adentrado neste trabalho, pois merece atenção especial apenas para esta temática, mas que será ressaltado por sua importância, conforme Altieri (2004, p.8) quando mostra seu vínculo com a crise no processo de desenvolvimento, sendo assim, a

discussão sobre a “crise alimentar” mundial, com vários argumentos em debate e uma hipótese “de fundo” na cabeça de muitos: se uma crise alimentar existe é porque existiria também uma **crise do padrão de desenvolvimento imposto** à agricultura nos últimos quarenta anos. Ainda que se ostente o aumento espetacular da produtividade nesses anos em alguns cultivos e atividades agropecuárias, fato é que as mencionadas crises geram problemas e impasses que gradualmente começam a ganhar *momentum*, indicando crescentes dificuldades de manutenção do padrão produtivo “moderno” implantado no período pós-guerra. (grifos meus)

Harvey fala sobre esse processo como fabricação de um estilo de vida em prol da reprodução desacelerada do capital, a mais-valia é absorvida principalmente na metrópole, na construção de espaços que não são utilizados por todos, mas sim pelos detentores de poder monetário. MOURA (2009, p. 26) afirma que a origem da formação dos arranjos urbano-regionais está conjuntamente relacionada ao processo de metropolização. No caso brasileiro, esse processo pode ser associado à industrialização, e ao rápido crescimento econômico e estrutural na base produtiva; à elevada imigração sobre centros urbanos já constituídos; e “às economias de aglomeração, favorecidas pela dotação de infra-estruturas e pelo aperfeiçoamento dos meios de deslocamentos.” Os supermercados estão presentes nesse processo de construção de infra-estruturas que dessem o suporte necessário para a aglomeração das grandes cidades: são limpos, iluminados, com segurança privada garantida, com temperatura amena e com alimentos de marcas variadas, dando a impressão de que se está no melhor lugar para se consumir.



Exemplo de supermercado. Banco de fotos da internet. Fonte:

<http://imgarcade.com/1/supermercado/>

Alguns dados são apontados na pesquisa de Guivant sobre a expansão do mercado varejista no Brasil e o investimento estrangeiro neste setor (2003, p.6)

A partir dos anos 90 também se observa no Brasil um processo de concentração do setor varejista, junto com uma maior participação de capital estrangeiro. Em 1994 as 20 maiores redes de supermercados do Brasil representavam 56% do faturamento total dos supermercados. Desse percentual, as empresas com participação de capital externo representavam 16%. Em 2001, as 20 maiores já dominavam 75% das vendas do setor, e o capital estrangeiro avançou de 16% para 57% (www.abrasnet.com.br, abril 2003).

Sobre o alimento orgânico

Guivant apresenta ainda dados sobre o crescimento dos supermercados com foco na produção de alimentos orgânicos no mundo e indica que

o papel destacado dos supermercados no setor de orgânicos deve ser contextualizado à luz do papel que os supermercados na década de 90 têm assumido em geral no abastecimento de alimentos. Em 2001 as vendas da Wal-Mart totalizaram US\$ 218 bilhões, ultrapassando a Exxon-Mobil no título da maior empresa mundial em vendas. Wal-Mart tem atualmente mais de 3 mil lojas nos Estados Unidos e mais de 1 mil na América do Sul, América Central, Ásia e Europa (GUIVANT, 2003, p.5)

Neste contexto de apropriação do espaço comum e do desenvolvimento de quitandas, feiras livres e supermercados, os consumidores não são apenas afetados como se reconstroem como sujeitos ativos no consumo dos alimentos, criando perfis específicos que são hoje objetos de pesquisas das agências de publicidade. Numa interessante

abordagem sobre o crescimento do consumo de alimentos orgânicos através dos supermercados, Guivant (2003) diferencia dois tipos de consumidores deste nicho de mercado que vem crescendo nos últimos anos. Ela diferencia os consumidores fregueses proveniente das feiras livres e dos supermercados. Segundo a autora, Guillon e Willequet (2003) já haviam identificado os consumidores nomeando-os de: “Ego-trip” e “Ecologic-trip”. Os primeiros, com grande crescimento no início dos anos 90, estariam presentes nas decisões dos indivíduos a se preservar (por exemplo, segurança quantitativa e qualidade sanitária dos alimentos) e a se promover de acordo com seu ambiente: beleza, saúde e forma. E o segundo representa um estilo de vida que é uma procura de contato simbólico entre o consumidor e o produtor e se traduziria num consumo mais sistemático junto com atividades não alimentares em contato com a natureza ou diversas atividades sociais. “Mesmo neste caso, devemos ter cuidado de não idealizar este consumidor” (MACNAGHTEN, 2003 apud GUIVANT, 2003, p.16).

A trajetória do alimento e seu desenvolvimento não só influenciou o consumidor, como também vêm influenciando diretamente a produção. O fato é que os pequenos agricultores são colocados à margem do consumo de alimentos sendo intensamente substituídos por supermercados. Assim como apresenta Harvey (2011, p.48) esse processo não é novidade, ou ilusório.

Existem todos os tipos de truques em que o grande capital pode abater o pequeno (a regulação estatal que é particularmente pesada para as pequenas empresas leva a uma maior centralização do capital). A despossessão dos pequenos operadores (lojas de bairro ou agricultura familiar) para abrir caminho para as grandes empresas (cadeias de supermercados e agronegócio), freqüentemente com a ajuda de mecanismos de crédito, também tem sido uma prática de longa data.

A cidade não é apenas um lugar de reprodução do capital, é também palco das diversas singularidades, e possibilidades de inovações culturais, políticas e sociais. O espaço urbano é o lócus de produção do valor, construído nas fábricas, e no cotidiano dos diversos tipos de trabalho, dos ambulantes e dos feirantes, por exemplo. Os indivíduos que fazem parte da cidade estão a todo o momento construindo esse processo, que não é estagnado, mas fluido e aberto para novas possibilidades.

A cidade e a produção de novas ações: um exemplo das manifestações de 2013 no Brasil

Pode-se enxergar como uma caricatura real o anúncio de que serão os movimentos da classe operária, os agentes de vanguarda nessa missão de aclamar o direito à cidade, e a tudo que é produzido pelos trabalhadores na cidade. Nas versões revolucionárias e ortodoxas marxistas, essa vanguarda conduz à luta de classes pela ditadura do proletariado em que o Estado e as próprias classes deixariam de existir. De fato, seria redundante afirmar que novamente as coisas nunca funcionariam desse modo (HARVEY, 2014). Neste sentido, Harvey aponta que o conceito de trabalho precisa se renovar, evoluir da definição restrita às modalidades industriais para o terreno mais amplo do trabalho vinculado à produção e reprodução de uma vida cada vez mais urbanizada. Os que transportam os alimentos para a cidade, por exemplo, são tão importantes quanto os que cultivam. Os que cozinham os alimentos antes de serem comidos, inclusive os ambulantes e vendedores de rua, também agregam valor a esse alimento antes que seja digerido. “Distinções anteriores que faziam sentido – entre o urbano e o rural, a cidade e o campo- tornaram-se irrelevantes nos últimos tempos” (HARVEY, 2014, p. 249).

Destaca-se aqui, que a “metrópole é também locus da geração de demandas, campo simbólico e espaço de lutas políticas e dos estratos sociais para consumo coletivo e inserção no mercado de trabalho. É o campo da diversificação produtiva coletiva” e é neste espaço que se reconstroem também as formas de compreender o trabalho, produzi-lo e reproduzi-lo. (MOURA, 2009, p.31)

Segundo Harvey a cidade é o espaço das contradições, dos confrontos, dos encontros, das revoltas e das revoluções. Ao fazer a cidade o homem refaz a si mesmo. Nas manifestações de 2013, o Brasil foi palco do povo se reapropriando do bem comum, as ruas. Zanotelli (2014) mostra algumas características desse movimento no Brasil. O autor apresenta que este não é um movimento institucionalizado, burocrático, e por isso pegou todos os jornalistas e comentaristas de surpresa. A polícia se tornou feroz para controlar e impedir as manifestações. Mas o povo retomou o espaço comum, neste caso as ruas de todo o país, contestando a ordem estabelecida.

David Harvey trata das manifestações que se espalharam pelo mundo no ano de 2013, ocorreram nas ruas, e sem nenhum sinal de serem agregadas por trabalhadores de fábricas, pelo contrário, não havia uma só definição de quem estava nas ruas. O autor

afirma que as várias alternativas anti-capitalistas precisam lutar para abolir o “poder da lei capitalista do valor na regulação do mercado mundial. Isso requer a abolição da relação de classe dominante que sustenta e impõe a eterna expansão da produção e a realização da mais-valia” (HARVEY, 2014, p.229). A desigualdade, portanto, é justamente a consequência da existência dessas classes, com distribuições assimétricas de poder, junto com o eterno crescimento desacelerado que exerce uma pressão destrutiva tão imensa sobre as relações sociais e os ecossistemas globais (HARVEY, 2014).

O município de Vitória⁵, também foi palco destas manifestações. “Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande numero de municípios” (IBGE, 2008, p. 11). Vitória está dentro das estatísticas das manifestações que aconteceram no Brasil. Sendo assim, sobre dados gerais, o Ibope lançou algumas informações importantes:

78% dos problemas mais citados pelos manifestantes era a saúde, 55% era segurança, 52% educação, e no geral, 77% das pessoas mencionaram a melhoria dos transportes como principal razão dos protestos. (IBOPE, apud ZANOTELLI, 2014, p. 193)

Zanotelli (2014, p. 192) mostra ainda “70% estavam empregados, mais do que 34% ganhavam até um salário mínimo, 30% ganhava entre dois e três salários mínimos. 71% dos manifestantes estavam no seu primeiro protesto, 53% tinham menos de 25 anos”. É possível afirmar que a alimentação está diretamente ligada à saúde, dado apontado pelo Ibope como principal questão apontada pelos manifestantes. Outra relação permitida é que os produtores de alimentos aparentemente não estavam nas manifestações, pois grande parte dos participantes eram trabalhadores assalariados, como pode ser visto nos dados.⁶ Neste mesmo contexto, entre Janeiro de 2014 e Janeiro de 2015 temos um crescimento significativo de 51,7% de adesão da produção de alimentos orgânicos por parte dos agricultores brasileiros⁷. Será possível afirmar, em uma escala reduzida a

⁵ De acordo com os novos dados do IBGE, Vitória-ES é capital regional A. Portanto, Vitória, não é considerada uma metrópole, as regiões de influência abrangem como pode ser visto principalmente o estado do Espírito Santo e o sul da Bahia. Já as conexões externas se dão principalmente com as metrópoles Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Salvador (IBGE, 2008).

⁶ Cabe ressaltar que se fala aqui de uma maioria de participantes. Os movimentos do campo que manifestaram conjuntamente não representam para os dados, uma parcela significativa.

⁷ Notícia completa disponível em: <http://www.agrosoft.com/br/numero-de-produtores-organicos-cresce-517-em-um-ano/economia/> Acesso em: 20 de Março de 2015.

cidade de Vitória, por exemplo, que esta preocupação com a saúde apontada pelos manifestantes, junto à crescente adesão de agricultores ao modelo de produção de orgânicos tem se tornado uma micro-resistência, por parte dos consumidores e produtores de alimentos, a um estilo de vida alimentar dominante? E sobre as feiras específicas de alimentos orgânicos que vem crescendo no Brasil⁸, não estarão os produtores ocupando as ruas com barracas para “manifestar-se” contra a produção de alimentos envenenados?

Horizontalidade e *devir*

A trajetória do alimento no processo de desenvolvimento do capitalismo representa como a cidade, as ruas, o espaço comum e público são afetados pelo capital, assim como os sujeitos envolvidos, seja consumidor ou produtor. Mas é necessário compreender como se dá a livre ação dos sujeitos, mobilizações sem partido, sem um sindicato específico, manifestações “independentes” que ocupam o mesmo espaço de reprodução do capital: as ruas. Através desses pontos de criação, de potencialidades, e de possibilidades no *devir*, tão importantes na compreensão da filosofia Deleuziana, pode-se compreender melhor os grandes movimentos espontâneos que acontecem na metrópole, lócus das manifestações sociais, culturais e políticas humanas.

Os processos do *devir* compõem o que se compreende como indivíduos, atravessando-os, a partir de eventos, de canalização da energia vital, de dar forma a algo que está em movimento contínuo- em potência- nos homens. O espaço, portanto, é o próprio pensamento, o espaço é estruturado na cabeça, o pensamento humano se torna o cruzamento de várias territorialidades e de várias temporalidades. Não existe fora e dentro. Não há um limite fixo, ele é uma matéria animada, constituído de dobras que constroem um dentro. “O pensamento que vem desse fora e compõe o dentro dos sujeitos, o impensado, o duplo, o Outro, o longínquo é, ao mesmo tempo, também o mais próximo e o mesmo” (ZANOTELLI, 2014, p. 24). Desta forma, a cidade é lócus também da criação das subjetividades, assim como exposto por Moura (2009, p. 30):

A metrópole expressa um novo tipo de civilização, repleto de subjetividades que interagem nos processos estruturadores do espaço urbano e tornam

⁸Notícia completa disponível em: <http://www.idec.org.br/em-acao/em-foco/mapa-de-feiras-organicas-cresce-340-em-dois-anos> Acesso em 15 de Maio de 2015.

indissociáveis o material e o simbólico, o concreto e o abstrato, numa mesma dinâmica urbana. Engendra um contexto favorável, senão um verdadeiro dispositivo de produção, como afirma Bourdin (2007), pois é nesse espaço- o maior, o mais intenso, o mais aberto- que se cria a civilização dos indivíduos, um movimento permanente, sem fronteiras precisas.

Destacam-se aqui Gilles Deleuze e Felix Guattari, pois a forma de se pensar não linear destes autores como um sistema aberto, um Rizoma⁹, expande com maiores oportunidades e possibilidades de criação, o que se pode chamar de ciência e da busca do saber. Ao contrário da forma de pensamento verticalizada, os Rizomas são formas de pensamento que não tem uma frequência temporal única, uma direção correta, não é uma linha, mas sim um “entre dois”. Sendo assim, “encontraremos na filosofia de Deleuze e Guattari elementos para ultrapassar as dicotomias objeto/sujeito, natureza/técnica, homem/natureza. Essa vontade de ir para além da dicotomia é a aventada nas ciências e saberes. (ZANOTELLI, 2014, p. 19). Leia-se, no conceito de “máquina abstrata ou diagrama” que “a partir dessa concepção, os autores constroem um sentido que ultrapassa a dicotomia “natureza e sociedade” ou ‘natureza e cultura’, ‘natureza e linguagem’ etc” (ZANOTELLI, 2014, p. 74). São compreensões, portanto, para além do fixo, do vazio, de dualismos ou dicotomias. O espaço assume, assim como aponta Zanotelli, (2014, p. 25) “o sentido movente da matéria em sua relação com os cristais de tempo”. Algo que está em constante movimento, sendo ultrapassado e influenciando o todo. Da mesma forma pode-se repensar o próprio conceito e o processo do pensamento, pois segundo Deleuze, (apud ZANOTELLI, 2014, p. 25) “filosofia não é filosofia da história, nem filosofia do eterno, mas intempestiva, sempre e só intempestiva, isto é, “contra esse tempo, a favor, e assim espero, de um tempo por vir”. Mostra-se, portanto, uma possibilidade de um espaço dentro do tempo, um espaço não linear, não cartesiano.

O desenvolvimento da cidade pode ser explicado, através do ponto de vista do indivíduo agindo no seu meio social. Isso não quer dizer culpabilizar ou centralizar a ação dos sujeitos sobre a cidade e nem tampouco explicar o desenvolvimento da sociedade capitalista. Entretanto, apresenta bases para compreender o potencial que cada ser humano traz de acordo com suas vivências, e que pode contribuir no desenvolvimento de novas ações.

9 O conceito de Rizoma na botânica pode ser encontrado no dicionário como: “s.m. Botânica. Caule longo, horizontal e subterrâneo”. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/rizoma/> Acesso em 5 de dez de 2014

“É que segundo Simondon, o indivíduo não é uma simples substância tal como pensada pelo monismo, nem tampouco uma mera síntese entre a forma e a matéria tal como pensada pelo hilomorfismo, visto que ambos ignoram a individuação, isto é, o processo por meio do qual as singularidades pré-individuais (a energia vital) atualizam-se em indivíduos ao modo de seres individuados. (MODENESI apud ZANOTELLI, p. 56)

Considerações finais

Falar da trajetória do alimento na reprodução do capital é retomar os caminhos que foram feitos nas ruas, com o desordenado, com o povo e o comum, com o público e com o que se tornou privado- de uma elite específica. É perceber que este espaço não é ocupado apenas pelas grandes empresas de carro, alimento, roupas e etc. Há algo em torno do espaço que ainda precisa ser explorado, tanto teoricamente quando no cotidiano de vivências.

Os sujeitos que vivenciam as crises do capital e sofrem diretamente as consequências de estar à margem na sociedade, não estão satisfeitos com esse modo de viver apresentado e seguido pela maioria- vide grandes manifestações. Afirmar que há um método para acontecer essa mudança não parece ser o caminho, assim como afirmar que o caminho de mudar é impossível. Falar de transformação desta forma parece possível, “quando a impossibilidade é ela mesma impossível, ou, se preferirem, quando um acontecimento sintético revela a impossibilidade de mudar como impossibilidade de viver” (IASI apud ZANOTELLI, 2014, p.186).

As ruas são ocupadas diariamente, porém, a maior proporção dessa rua é ocupada por carros. Quando se está trafegando com outro veículo não há respeito, seja uma bicicleta, ou qualquer outra forma de trafegar, inclusive como pedestre. Mas esta barreira é ultrapassada quando acontece uma manifestação com mais de três milhões¹⁰ de pessoas nas ruas, e também em atos cotidianos como, por exemplo, atravessar lentamente a faixa de pedestres delimitando que aquele espaço existe por direito e será usado sempre que necessário. O autor fala ainda sobre uma interessante perspectiva da “teoria do cupim” que precisa ser fomentada. A idéia é de corroer os apoios institucionais do Estado.

10 “Sabe-se que o número foi muito mais elevado, inúmeras cidades não foram computadas.” (Zanotelli, 2014, p. 185)

Assim, Harvey (2014, p. 224) afirma que o “Estado pode ‘declinar’ à medida que movimentos de oposição de diferentes tipos – ocupações e fábricas, economias solidárias, movimentos coletivos autônomos, cooperativas agrícolas etc.- adquirem impulso na sociedade civil.”

Não há esgotamento de idéias, mas sim novas formas de pensar o que está aí, nas ruas, nas praças, e ocupando espaços tidos como públicos, mas governados por empresas. As diversas formas reproduzidas pelo capital, de agir, se alimentar, interagir com a comunidade, são constantemente apropriadas por empresas, e pelo bem do crescimento desenfreado de multinacionais, pelo dito desenvolvimento. As manifestações de Rua no Brasil e no mundo mostraram, todavia que o povo não desiste e luta para retomar posse dos bens comuns. A rua já ocupou para negociar seus alimentos produzidos. Pois da forma que está organizada a distribuição de riqueza e poder, a desigualdade social tenderá à barbárie, e o povo só terá migalhas para continuar sobrevivendo. Do jeito que está só restam prateleiras de supermercados para escolher entre as grandes marcas, qual o alimento que se deseja comprar, alimento este que estará impregnado de venenos e lucros de grandes empresas.

Bibliografia

ALTIERE, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

IBGE. Regiões de influencia das cidades. 2007. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/arquivos/regic_28.pdf Acesso em 19 de Out de 2014.

GUIVANT, Julia, S. **Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip**. 2003.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In. SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito a cidade a revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: boitempo, 2011.

JESUS, Gilmar Mascarenhas, Dolzani Miriam C. S. **Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea**. Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 2,

n. 2 Ago 2008 p.72-87 [file:///C:/Users/usuario/Downloads/4710-18001-2-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/4710-18001-2-PB%20(4).pdf)
Acesso em 21 de Out de 2014.

JESUS, Gilmar. Ordenando o espaço público: a criação das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro. **Revista eletrônica de Geografia y ciências sociales, Universidad de Barcelona.** Vol. IX, núm. 194 (62), Ago de 2005. <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-62.htm> Acesso em 22 de Out de 2014.

MOURA, Ana Rosa. Arranjos urbanos-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba, 2009.

SACHS, Wolfgang. Introdução. In. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis: Vozes, 2000

ZANOTELLI, Claudio Luiz. **Geofilosofia e Geopolítica em Mil Platôs.** Vitória: EDUFES, 2014.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

A Resistência da agricultura tradicional ao modelo do agronegócio em São João do Oeste, Distrito de Cascavel-PR.

Sergio Ricardo Aurélio Pinto¹, Universidade Estadual do Centro Oeste; Karla do Rosário Brumes², Universidade Estadual do Centro Oeste.
sergiollau@hotmail.com; kbrumes@hotmail.com
GT 4: Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito.

Resumo

O presente resumo é resultado de pesquisas relacionadas ao enfoque das transformações que o distrito de São João do Oeste, pertencente a cidade de Cascavel, na Região Oeste do Paraná tem sofrido devido a expansão do agronegócio pelas monoculturas da soja e do milho. Este local passou a sofrer uma transformação socioeconômica, principalmente pela presença do agronegócio pela monocultura da soja, bem como, através das empresas agrícolas. O distrito de São João do Oeste foi um dos primeiros lugares a serem ocupados por imigrantes procedentes do Paraná Tradicional e sulistas. A vinda destes imigrantes é marcada desde o final do século XIX, os quais, eram atraídos como uma forma de pretexto da legitimação territorial brasileira em detrimento das ocupações anteriores das obras argentinas, de capital inglês. No entanto, estes imigrantes vinham com expectativas de conseguirem comprar uma terra e, assim, delas viverem como agricultores. Como metodologia de pesquisa adotada na realização deste trabalho, procurou-se realizar trabalhos de campos, visitando e entrevistando moradores descendentes destas famílias e que ainda permanecem vivendo na área rural desta localidade. Além disso, também procurou-se visitar e entrevistar ex-moradores, que agora se localizam na cidade de Cascavel, a fim de coletar informações necessárias a esta pesquisa. Estas entrevistas foram em forma de conversas informais, preferindo, assim, deixar os entrevistados mais confiantes e desinibidos para exporem suas experiências de vida e seus conhecimentos do que ocorreu neste lugar. Também pode-se visitar estabelecimentos e instituições, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Museu de Imagem e Som (MIS), a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), a Caritas e outros lugares que pudessem disponibilizar mais dados referentes a este trabalho. Pode-se, então, que logo após as obras a ocupação realizada foi realizada por uma grande maioria de imigrantes de origem ucraniana, polonesa, italiana e alemã, os quais realizaram a atividade do extração do mate, seguido da retirada da madeira de araucárias e, junto, a agricultura familiar de subsistência. No entanto, os processos de grilagem, de madeiras e da modernização agrícola causaram

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP, professor do Estado do Paraná, discente do Programa de Stricto Senso em Geografia pela Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná. Membro do Grupo de Pesquisa Redes, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES).

² Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, com mestrado e doutorado pela Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, com pós-doutorado pela Universidade de Lisboa, docente na Universidade Estadual do Centro Oeste.

profundas transformações sócioterritoriais, expulsando os agricultores sobre força de capangas contratados para coagir, ameaçar, usar de violência para que estes agricultores saíssem de suas propriedades e, então, pudessem apropriarem-se destas. Estes agricultores se viram forçados a vender suas terras por baixo valor ou, simplesmente, eram desapropriados e, logo, se viam obrigados a migrar para outras áreas, entre elas para a área urbana de Cascavel. A entrada do agronegócio gerou inúmeras mudanças que afetaram, principalmente, os pequenos agricultores, que foram fragilizados e desapropriados. A partir destas alterações sociais e econômicas, a agricultura familiar foi gradativamente substituída pela expansão e concentração latifúndio monocultor, como o da soja e do milho transgênico. Atualmente, ainda há um forte esforço do Estado para ampliar as relações capitalistas relacionadas ao agronegócio, como por exemplo, através das amostras que o Show Rural impõe como modelo de produção agrícola para os agricultores. Muitos pequenos e médio produtores agrícolas são convencidos a modernizarem suas propriedades, por meio dos discursos e de propagandas que diversas empresas rurais realizam nestas feiras agrícolas e, também, por meio de outros meios como os meios de comunicação. Desta forma, uma vez convencidos de que devem se modernizar para aumentar suas produtividades, realizam financiamentos, colocando em risco a posse da terra como garantia de pagamento e, mediante ao não pagamento, suas terras são desapropriadas. No entanto, mesmo que ainda haja uma forte coação contra a permanência destes agricultores em favorecimento do agronegócio, mesmo assim, ainda existem aqueles que conseguem manter modelos de produção agrícolas tradicionais. Muitos destes modelos, como os faxinalenses e a existência de agricultura familiar, acabam gerando um espaço heterogêneo na paisagem rural. Os faxinais e a agricultura familiar possuem formas organizacionais de produção e de trabalho antagônicas àqueles que estão em sua volta e que tentam apropriá-los de todas as formas. Estes modelos tradicionais esforçam-se em não aderir às investidas do capital para não desorganizá-los e, deste modo, fragilizá-los. Embora alguns tenham aderido técnicas mais modernas, ainda permanecem com suas características de agricultura familiar. Além disso, alguns destes agricultores familiares, mesmo que não seja de forma majoritária, tem aderido a multifuncionalidade. Este trabalho, apenas esforça-se em debater temas que aqui estão apresentados e, espera-se poder contribuir com diálogos e respostas de possíveis lacunas existentes.

Introdução

Este trabalho irrompe das investigações a respeito da presença dos brasiguaios em Cascavel-PR³, na qual pôde-se identificar, que parte destes sujeitos são descendentes de antigos agricultores do Distrito de São João do Oeste. A partir desta constatação, verificou-se que muitos destes, ao retornarem, se destinaram para esta área rural, onde tentam permanecer através da agricultura familiar e engajados em movimentos sociais pela luta de terras.

Ao tomarmos conhecimento destas informações, percebemos que no passado, algumas destas famílias sofreram desapropriação ou em detrimento ao processo de

³ A pesquisa sobre os brasiguaios em Cascavel é relacionada ao tema da dissertação de mestrado, na qual procura-se investigar os conflitos identitários e a formação de territorialidades destes sujeitos ao retornarem do Paraguai.

grilagens, ou por não terem resistido o avanço do processo de modernização da agricultura e, entre outros motivos, migraram para o Paraguai, atraídos pelas vantagens que acreditavam serem relevantes, como o valor do imóvel rural e da proximidade com seus familiares.

Estas e outras informações que aqui trazemos neste trabalho, resultaram-se de conversas informais realizadas com membros destas famílias de agricultores que moram na área rural distrito de São João do Oeste, na cidade de Cascavel e no assentamento rural desta localidade⁴.

Mediante ao contato com estas famílias, percebemos que ainda a modernização da agricultura onde podemos lhes causa insegurança de permanência nesta área rural e, neste sentido, este trabalho pretende identificar as consequências do processo de modernização agrícola para a agricultura familiar neste distrito rural.

Outro dado importante que averiguamos, é que a maioria destes agricultores são descendentes de ucranianos, poloneses, italianos e alemães provindos do Paraná Tradicional, o que nos parece justificar a presença de algumas propriedades possuírem algumas das características dos sistemas tradicionais, como os faxinais.

Em meio a presença predominante do latifúndio monocultor, modernizado no cultivo da soja e do milho transgênicos, há a permanência destas famílias em pequenas, médias propriedades e nos assentamentos rurais, que sobrevivem da agricultura familiar, ou em pluriatividades e multifuncionais.

Compreendemos que as similaridades dos modelos de produção agrícola e do modo de vida destes sujeitos, presentes nestas propriedades, as quais se opõem com as atividades monocultoras que ali predominam, geram territorialidades distintas e conflitantes.

Desenvolvimento

Os primeiros indícios de que houve a presença de não índios na Região do Oeste do Paraná remonta o século XVI, cujo momento, Wachowicz (1988) nos relata que, em as disputas territoriais e a dizimação dos índios, ocasionadas pela formação das colônias espanhola e portuguesa.

No entendimento deste mesmo autor, que o interesse pela ocupação desta região, só vai ocorrer em detrimento a presença das obras, que segundo este autor e Steca e

⁴ Além do contato com estes sujeitos, também realizar visitas em repartições públicas que nos pudessem ampliar as informações necessárias, como o Museu de Imagem e Som, (MIS) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Prefeitura Municipal.

Flores (2002), Colodel (2003), Gregory (2012) a presença destas companhias argentinas e inglesas, ameaçavam a soberania do Império brasileiro, pois estas companhias demarcavam territórios, ocupando-os para extração da madeira e da erva-mate. Ainda nestes autores, vemos que, como forma de legitimar o território, as forças militares do Brasil, localizadas em Guarapuava, deslocaram-se em direção à fronteira Oeste, a fim de expulsar as obrajes, dando início da "Marcha para o Oeste".

Por estes autores, percebemos, então, que desde o final do século XIX, mas principalmente, nas primeiras décadas do século XX, as primeiras trilhas no Oeste do Paraná, surgiram em detrimento das obrajes⁵, seguidas pelas aberturas realizadas por militares, integrando o Paraná Tradicional, a Região dos Campos Gerais à fronteira Oeste, onde em 1888, fundaram a Colônia Militar⁶.

Com a vinda dos militares, Wachowicz (1988), Lopes (2002), Colodel (2003) e Lazier (2004) ressaltam que muitos imigrantes, descendentes de poloneses, ucranianos, alemães, italianos, moradores do Paraná Tradicional, dos Campos Gerais e do norte de Santa Catarina, também se deslocaram, acompanhando os militares em direção ao Oeste. Este fluxo migratório se intensificou constatamos que, logo estes percursos foram utilizados por militares providos de Guarapuava, cujo objetivo eram de expulsarem as obrajes, ocuparem, legitimarem e protegerem a fronteira Oeste dos países vizinhos. Para eles, estes militares abriram trilhas, que logo formaram estradas de Guarapuava até a fronteira Oeste, onde fundaram a Colônia Militar em 1888.

É neste íntimo que as primeiras ocupações se iniciam e, logo, marcariam a formação da cidade de Cascavel. Em Sperança (1992), podemos verificar que Cascavel está relacionada a um entreposto da obraje Domingos Barthe, onde, em uma ocasião, um grupo de pessoas encontraram um ninho de cobras cascáveis, dando o nome ao rio e, assim, sendo uma referência de parada para viajantes que vinham do Paraná Tradicional, dos Campos Gerais e de Santa Catarina.

Para Sperança (1992) os caminhos e estradas abertas de Guarapuava ao Oeste, permitiram que muitos moradores fizessem esta migração. Entre eles, Sperança,

⁵ Steca e Flores (2002) e Colodel (2003) nos esclarece que, na verdade, as áreas de atuação das obrajes se estendiam até nas proximidades de Guarapuava, onde em todo território, trabalhadores servis, chamados de "mensus", indígenas paraguaios, argentinos e brasileiros, sobre péssimas condições, abriam trilhas, coletavam a erva-mate, extraíam madeira e direcionavam aos pontos de estocagem e, posteriormente, levados até os portos no rio Paraná, para serem transportados até a Argentina e, então, para a Inglaterra.

⁶ Podemos compreender através de Sperança (1992), Silva (1995), Torres (2003), Colodel (2003) e Steca e Flores (2008) que a história de Foz do Iguaçu, se origina desta Colônia Militar, que em 1910 torna-se Vila Iguaçu e somente em 1914, se emancipa de Guarapuava e, assim, torna-se Foz do Iguaçu.

menção Augusto Gomes de Oliveira, que adquire terras e passa a arrendá-las a estes primeiros imigrantes.

No entendimento de Sperança Gomes aproveita-se da passagem de muitos imigrantes e que precisavam parar para descansar para abrir uma pousada e mercearia em 1895. O lugar era o encontro estratégico de vários caminhos que se cruzavam, vindos de Santa Catarina, da Região do Paraná Tradicional e Campos Gerais, dando início a um povoado, primieramente chamado de "*A Encruzilhada*" ou "*Encruzilhada dos Gomes*". Um destes imigrantes que arrenda terras de Gomes, seria José Silvério de Oliveira, mais conhecido como "Nho Jeca"⁷, o qual em 1938 passa a liderar o comércio local. Ambos são considerados os pioneiros de Cascavel, sendo apresentados como aqueles que ofereceram oportunidades para os viajantes de permanecerem no local.

Nas afirmações de Zaar (2001), Colodel (2003), Torres (2003) e de Lazier (2003) a fim de nacionalizar a fronteira Oeste e torná-la produtiva, o Estado incentivou a Marcha para o Oeste, impulsionando muitos imigrantes⁸ à migrarem para o Oeste do Paraná. Em Colodel identificamos dois momentos importantes de entrada de imigrantes na Região Oeste.

Para ele o primeiro momento se efetivou, como já afirmamos anteriormente, pela entrada de imigrantes provindos do Paraná Tradicional e, o segundo momento, um fluxo mais intenso a partir dos anos de 1960 através de empresas colonizadoras⁹, que adquiriam terras com o auxílio dos governos Federal e Estadual a fim de revendê-las para imigrantes que continuavam vindo do Paraná Tradicional, mas, agora,

⁷ Podemos verificar em Sperança (1992) e em Dias *et. al* (2005) que 1928 "Nho Jeca", 1928 José Silvério de Oliveira, refúgio-se nesta região, pois temia crendo que inospilidade do lugar lhe traria segurança. Sperança (1992) esclarece que José Silvério de Oliveira temia represálias dos adversários políticos em Laranjeiras do Sul, onde morava e lugar que atuou durante as campanhas eleitorais a favor da Aliança Liberal, tendo como candidato Getúlio Vargas e que perderam as eleições para Júlio Prestes. Mesmo após o Golpe de Estado em 1933, responsável pelo exílio de Prestes, José Silvério de Oliveira preferiu permanecer na Encruzilhada dos Gomes. Nestes autores, ainda vemos que a Encruzilhada dos Gomes emancipa-se em Foz do Iguaçu em 1957, primieramente com o nome de Aparecida dos Portos. Nome indicado pelo monsenhor Guilherme Maria Thiletzek, que recusava a referência popular pelo nome de Cascavel, por acreditar que associava à serpente do livro de Gêneses e, portanto, que era amaldiçoada. Em Dias *et. al* constatamos o registro de criação de Cascavel, pela Lei nº 79, de 15 de setembro de 1957, (DIAS *et. al*, 2005, p. 63).

⁸ Podemos compreender através de Sperança (1992), Colodel (2003), Torres (2003), Lazier (2004) e Dias *et. al* (2005) que os fluxos de imigrantes sulistas e provenientes do Paraná Tradicional e dos Campos Gerais aumentaram em decorrência da abertura da rodovia BR-35, hoje a BR-277.

⁹ Entre estas empresas colonizadoras, que Tschá *et. al* (2010) cita, estão: Industrial Madeireira Rio Paraná, mais conhecida como Maripá, Rio Paraná, Pinho e Terras e a Norte do Paraná.

principalmente sulistas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Colodel (2003) ainda esclarece que além de sulistas, também houve a entrada de imigrantes paulistas, mineiros e nordestinos.

Estes imigrantes traziam consigo, muito mais do que seus poucos bens, com seus carros de bois, suas carroças, suas famílias, na verdade, traziam consigo seus sonhos e desejos de possuírem uma terra, torná-la produtiva e ali viverem. No entanto, vemos em Myskiw (2002) e em Torres (2003) que os conflitos agrários e as disputas políticas sempre marcaram o Oeste do Paraná, como os conflitos de posseiros e a criação do Estado do Iguaçu em 1957.

Para Torres, um dos motivos do Estado ter incentivado a vinda de imigrantes como forma de assegurar a ocupação, legitimando definitivamente a região. O papel do Estado e das empresas colonizadoras eram de realizar propagandas e promessas a respeito das características do lugar, apresentando-o como favorável à inúmeras possibilidades, desde a extração da madeira, como no cultivo agrícola em solo fértil.

Com base nos trabalhos produzidos por Zaar (2001), Lopes (2002), Colodel (2003), Steca *et. al* (2002), Torres (2003), Rippel (2005), Gregory (2008), Tschá *et. al* (2010) e Dezordi (2014), nos cientificamos que entre os elementos que motivavam aqueles imigrantes do Paraná Tradicional, dos Campos Gerais e sulistas vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estavam o desejo de adquirirem uma propriedade e torná-la produtiva, mas também houve um forte apelo promovido pelo Estado. Em tais autores podemos perceber, também, que os imigrantes eram atraídos e envolvidos no ciclo da erva-mate, seguido da madeira e, neste íterim, no preparo da terra para cultivo agrícola de subsistência.

Em Myskiw (2002), Fabrini (2003) e Ross (2010) notamos a presença constante de grileiros de terras, com a ação de jagunços, que invadiam as propriedades destes imigrantes agricultores, desapropriando sobre a força violência.

Por volta de 1940 em diante, o Estado do Paraná adotou as mesmas políticas de modernização da economia agrícola do Governo Federal e, em Laubstein (2011), vemos que estas medidas de modernização agrícola, se efetivaram mediante ao avanço do sistema capitalista.

Podemos considerar, através de Laubstein (2011), Romero (2012) e Serra (2013), que desde o início da modernização da agricultura brasileira, sempre atendeu aos interesses do capital estrangeiro, pois este se faz presente através de suas empresas,

serviços e produtos, ou seja, a modernização da agricultura brasileira está subordinada ao modelo daqueles que dominam o mercado global.

Concordando com Romero (2012), o autor explica que o projeto de modernização da economia teve um caráter impositivo, atendendo os interesses do capital, que compreende a produção agrícola através da sua racionalidade, ou seja, a modernização da agricultura consolida a dominação do sistema capitalista no espaço rural, o qual é considerado como meio de reprodução do capital. Como resultado ao avanço deste modelo, há a fragilização do pequeno e médio produtor agrícola mediante a imposição do capital que desconfigura o seu modo de produção e de vida.

Mendonça (2005) e Bonnal *et. al* (2012) nos revelam vemos que estas mudanças trazidas pelo capital, fragilizaram e desapropriaram muitos daqueles que sobreviviam do trabalho rural, bem como, muitas famílias propriedade que mantinham a agricultura familiar. Para eles, estas consequências são resultados da expansão capitalista do agronegócio e da concentração do latifúndio monocultor, como o da soja, um modelo de produção, que no entendimento deles, recebeu o apoio do Estado.

A partir disso, o Estado realizou inúmeras obras de infra-estrutura na região, como metas de modernização¹⁰ da economia, que desorganizaram o modo de vida destes agricultores, desapropriando-os. Como nos destaca Zaar (2001):

Os projetos estatais desenvolvidos a partir da conjuntura política e econômica nacional e internacional foram determinantes neste processo migratório que se efetivou em vários momentos. Dentre deles os mais significativos, encontram-se os momentos da colonização a partir da década de 1940, da modernização agrícola a partir de 1960 e da construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu na década de 1970, ZAAR (2001, p.1).

A partir dos estudos de Pifeer (1997), Zaar (2001), Torres (2003), Colodel (2003), Peris e Lugnani, (2003), Lima *et. al*, (2004), Mendonça (2005), Rippel (2005), Araújo (2008), Tschá, *et. al* (2010), Bonnal *et. al* (2012) e Dezordi (2014) percebemos que o desenvolvimento dessas estratégias políticas, de modernização da economia, sobretudo na agricultura e em obras de infra-estrutura, como rodovias, a construção da usina hidrelétrica de Itaipu e outras obras, geraram um grande fluxo migratório externo e interno, rural e urbano, desruralizando e, ao mesmo tempo, urbanizando a Região

¹⁰ Compreendemos através de Torres (2003) e Rippel (2005) que as políticas de modernização da economia agrícola, oferecidas pelo Estado, abrangiam serviços de créditos para as fases da produção agrícola, que abrangiam desde o preparo da terra para o cultivo agrícola, até o processo agroindustrial. Ou seja, o Estado passou a oferecer créditos financeiros, como também permitiu surgir empresas que financiassem a aquisição de maquinários agrícolas, implementos e insumos agrícolas, em empresas de serviços, silos, transporte, no processamento agroindustrial e no seu comércio.

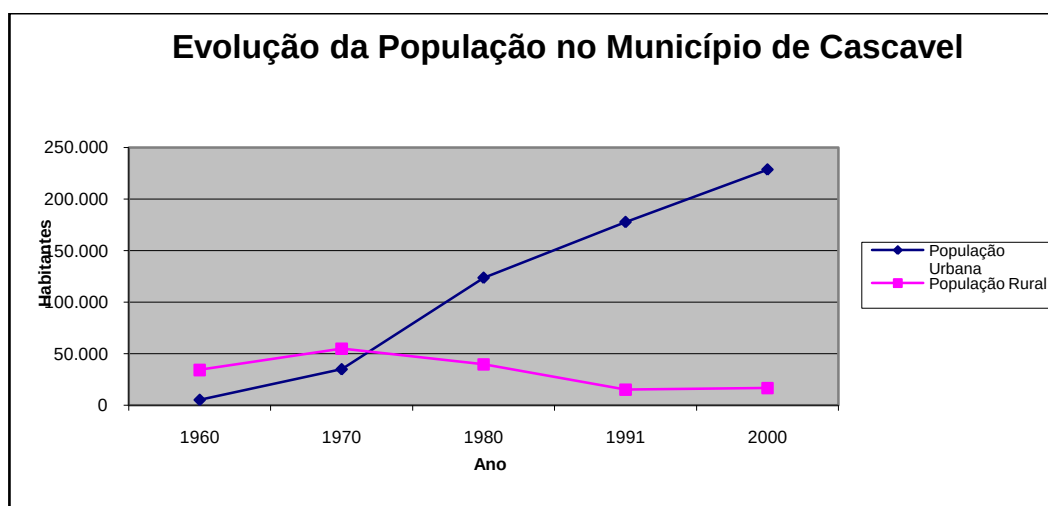
Oeste do Paraná. Muitos destes imigrantes se viram forçados a migrarem para as cidades desta região¹¹, como a cidade de Cascavel (Gráfico I).

Ao procuramos compreender a dinâmica migratória que estes agricultores novamente enfrentavam, agora, devido a estes processos de modernização impostos pelo capital e pelo Estado, vemos em Zaar (2001), ALBUQUERQUE (2005), Ferrari (2009), Pinto e Tristoni (2010), Fabrini (2012) que muitos destes imigrantes se viram atraídos a migrar para o Paraguai¹².

Em Tschá *et. al* (2010) temos:

No entanto, com o processo de modernização agrícola, a partir da década de 1970, houve uma alteração na capacidade de absorção e manutenção de mão-de-obra no campo, o que resultou numa forte queda de imigração para a Região. Esse fato gerou diversos problemas sociais e provocou, a partir de 1980, um declínio substancial nas condições socioeconômicas, resultando num movimento de expulsão de pequenos proprietários... (TSCHÁ, *et. al*, p. 5, 2010).

Gráfico 1 – População urbana e rural do município de Cascavel



Fonte: IBGE (2004), extraído do Perfil Municipal de Cascavel (2006).

O gráfico auxilia compreender o que Tschá *et. al* (2010) afirmar que a população da Região Oeste do Paraná teve um grande aumento populacional a partir dos anos de 1970. Vemos aqui, que o mesmo ocorreu em Cascavel, onde, a partir desta data, se

¹¹ Tschá *et. al* (2010) observa que nesta Região, entre o período de 1950 à para 1970, a população passou de 114.255 habitantes para 631.702, um aumento de 517.447 e, posteriormente, até o ano 2000, a população recebeu 873 mil habitantes em 40 anos. Para estes autores, o processo de urbanização na Região foi intenso, permitindo, que de 1980 à 1990 surgissem 27 novos municípios. Araújo (2008), associa à Cascavel, como uma cidade pólo regional, devido seus serviços prestados, o que lhe justifica ser a segunda cidade com maior crescimento da Região Oeste, com 80% de 1970 a 2000. Entre suas justificativas, é que isto se deve à construção da Itaipu em 1974.

¹² Para Zaar (2001), Ferrari (2009) e Pinto e Tristoni (2010), estes fluxos migratórios para o Paraguai foram resultados de medidas e acordos bilaterais entre Brasil e Paraguai, durante o Regime Militar, no qual o Paraguai deveria oferecer menor valor pelo imóvel rural, atraindo estes brasileiros, em troca de favores e obras estruturais.

verifica a intensificação do o crescimento gradativo da população na sua área urbana e, ao mesmo tempo, o decrescimento da população na área rural.

Neste mesmo entendimento, Araújo (2008) justifica que um dos motivos para crescimento populacional de Cascavel a partir de 1970, se efetua devido a inserção de indústrias e empresas relacionadas ao agronegócio, como silos, frigoríficos, laticínios, alimentícias, de comércio de maquinários agrícolas e outras empresas¹³. Para esta autora, Cascavel torna-se um pólo econômico regional, atraindo mais pessoas, através dado estabelecimento de algumas obras e de serviços prestados à toda Região, como a Estrada de Ferro do Oeste do Paraná (FERROESTE), o Aeroporto Municipal, as BR-277 e BR-467 e outros.

Muitas destas empresas instaladas em Cascavel, como as cooperativas passaram a desempenhar um papel decisivo na organização de muitos agricultores. Muitas vezes, contrário ao que era para ser em relação à sua natureza.

Na concepção de Fleury (1983) as cooperativas, eram para atuar como "...uma associação de pessoas que se rege por três princípio básicos: propriedade cooperativa, gestão cooperativa e repartição cooperativa." Ou seja, a cooperativa seria um mecanismo de oportunidade para facilitar os cooperados a sobreviverem às inseguranças oferecidas pelo capital. Seguindo o mesmo raciocínio, Keil e Monteiro (1982) e Singer (2002) descreve o cooperativismo como um modelo de integração de produtores à um modelo socioeconômico mais justo, autônomo de proprietários e de poder concentrado, no qual todos os cooperados teriam direitos igualitários de atitudes e de participação democráticas, de atitudes de solidariedade.

Freury (1983) ainda nos mostra que os cooperados não seriam os donos do capital produzidos por elas, mas sim proprietários em comum, e, deste modo, o poder das decisões de sua administração estaria em seus associados e os custos de beneficiamento e os lucros obtidos seriam justamente oferecidos conforme a participação de cada associado.

No entanto, o que era para servir para o fortalecimento dos cooperados de forma igualitária, na verdade, em muitas vezes, estas cooperativas desviaram o seu caráter inicial e passaram a se comportar como uma empresa. Ao associarem ao capital, deixando se der cooperativas, tornando-as em cooperativas agroindustriais, alteraram a

¹³ Em Khun *et. al* (2006)¹³ no trabalho destes autores, observa-se que a grande maioria das empresas instaladas em Cascavel, são relacionadas ao agronegócio, algumas relacionadas a estocagem de grãos ou alimentos, na produção de produtos de derivados, frigoríficos, laticínios, laboratórios de análises, financiadoras, cooperativas e outras.

sua função, bem como a natureza de seus associados. Uma vez capitalizados, se tornam diferentes uns dos outros pelo acúmulo de capital, logo, proporcionando maior poder de decisão àqueles que se tornaram dominantes.

Uma vez que as cooperativas venham a inserir em relações mais competitivas, suas relações passam a ser semelhantes as demais empresas, de competitividade, fortalecimento, produção, faturamento, etc.

Em Pereira e Souza (2013), compreendemos que o interior de muitas destas cooperativas se tornaram empresas capitalistas disfarçadas, que hora exigem leis e benefícios, mas que não atendem a sua essência de cooperativismo com os seus cooperados, os quais, muitas vezes, são submetidos à precarização do trabalho e à péssimas condições socioeconômicas.

Podemos presumir através de Silva (2002) que o avanço da lógica do capital sobre o cooperativismo, gera um processo de subordinação da renda da terra ao capital industrial e financeiro, o que nosso entendimento, muda a natureza da cooperativa e gera desigualdades conflitantes entre seus cooperados.

A partir destas inserções, acreditamos que tanto as cooperativas agrícolas, como as demais empresas agrícolas, assim como, os atravessadores, agem unidos à empresas bancárias, à prestadoras de créditos aos produtores rurais que os fragiliza e os torna credores destas instituições financeiras.

Neste raciocínio, podemos compreender que por todas estas ações que aqui debatemos, resumem-se em interesses político-econômicos, os quais realizam constantes investidas do capital no campo, que geram mudanças socioeconômicas para os pequenos e médios agricultores. Entendemos, ainda, que estas mudanças criam uma relação de dependência destes sujeitos, levando-os ao endividamento, obrigando-os a venderem suas propriedades agrícolas, ou parte delas, a fim de pagarem suas dívidas.

Para Magalhães (1996) e Piffer (1997), o endividamento destes agricultores, os forçaram em desfazerem-se de suas propriedade e contribuiu negativamente para que esta população migrasse para as cidades.

A partir disso, vemos que a ampliação do capitalismo agrário ganhou forças e gerou fortes transformações sócio-territoriais, devido a modernização agrícola, pela presença da monocultura da soja e por estas empresas agrícolas, ou seja, pelo avanço do agronegócio. Como já explicitamos, a partir disso, constata-se que estes fatores determinaram que fluxos migratórios desta população do campo se direcionassem para a cidade provocando sérias transformações no espaço rural e urbano, beneficiando

principalmente, a expansão do latifúndio e da monocultura da soja no espaço rural e a especulação imobiliária no espaço urbano.

Compreendendo que as inserções até o momento nos mostra que o espaço rural experimenta negativamente as transformações impostas pelo capital ao modo de produção agrícola e no modo de vida destes sujeitos, vemos que tais transformações no espaço rural está relacionado ao conceito de ruralidade. Para Carneiro (1997), este conceito, deve ser entendido como constituinte do movimento histórico e que nos permite considerar as representações de uma materialidade socioterritorial destes sujeitos e de seu modo de vida, trabalho e cultura, presentes na realidade rural.

Em Laubstein (2011) a ruralidade é inerente as transformações históricas que o rural e suas características estão sujeitas. Para ele, toda alteração que estas transformações, produzem novas ruralidades, com novos significados relacionados a esta conjuntura. Um exemplo disso pode ser trazido quando pensamos como o rural foi visto, utilizado e vivenciado no início da modernização da agricultura e como ele é concebido atualmente, diante do surgimento de novas atividades econômicas não agrícolas e, conseqüentemente, da emergência de novas políticas, econômicas e sociais que atuam sobre o rural.

A partir destas considerações, neste momento, procuraremos avançar nas das relações opostas entre o agronegócio e a agricultura familiar que o município de Cascavel passou a enfrentar desde 1940, mas principalmente, como vimos, após 1970.

Como já mencionamos através de Myskiw (2002), Fabrini (2003) e Ross (2010) em toda Região do Oeste do Paraná, sempre houve a presença de grileiros de terras, que sobre violência, desapropriavam agricultores familiares. Atrelado a esse processo, vimos também, através de Pifeer (1997), Zaar (2001), Torres (2003), Colodel (2003), Peris e Lugnani, (2003), Lima *et. al*, (2004), Rippel (2005), Mendonça (2005), Tschá, *et. al* (2010), Bonnal *et. al* (2012) e Dezordi (2014), que a modernização da economia agrícola e da Região Oeste, promoveram um forte êxodo rural em direção das fronteiras com o Paraguai e, principalmente, para as áreas urbanas desta Região.

Neste sentido, o agronegócio, com o apoio do Estado, se amplia e se fortalece gradativamente, enfraquecendo e colocando em risco a permanência das pequenas e médias propriedades agrícolas, com propostas de produção agrícola opostas aos do agronegócio, predominante na paisagem do Distrito de São João do Oeste.

Entre as ações do Estado, que já especificamos, primeiramente atraiu imigrantes sulistas através de parcerias com empresas de colonização para ocupar e legitmar o

território; posteriormente agiu oferecendo subsídios financeiros para empresas agrícolas do agronegócio, a fim de ampliar a produção no modelo da modernização agrícola e que, além disso, o Estado também está inserido no processo de desapropriação de muitos pequenos e médios produtores rurais, os quais foram induzidos à acreditar que deviam se modernizar para ampliar a produção e, deste modo, subtraíam dívidas por realizarem empréstimos, perdendo a única garantia que tinham: a terra.

Além das propagandas de televisão, dos atravessadores, cooperativas e empresas agrícolas que usam os artifícios dos discursos com elementos informativos objetivos e subjetivos de que é necessário se modernizar para ampliar a produtividade, há também as feiras agrícolas com a parceria do poder público local Municipal e Estadual.

Um forte apelo de convencimento que ocorre em Cascavel ocorre na grande feira de agronegócio "Show Rural Coopavel", organizado em parcerias com várias empresas agrícolas, com o apoio dos governos Municipal, Estadual e Federal, onde estas empresas expõem estandes apresentando inúmeros atrativos de que "modernizar é bom".

Desde das apresentações de shows musicais com cantores famosos, ou da presença de pessoas reconhecidas no mundo dos negócios, das comunicações, da televisão que servem como estratégias de encantamento à quem os presencia. Além disso, é oferecido palestras e orientações realizadas por uma equipe multidisciplinar composta por vários profissionais, ou por exposição de vídeos informativos, com apresentação de diversos serviços, equipamentos, produtos e maquinários e, ainda, exposições de modelos de propriedades rurais com características de um modelo de produção moderno à inúmeras atividades agrícolas.

O visitante recebe todas as informações que lhe possa convencer a aderir ao modelo proposto pelos diferentes estandes e empresas e, ali mesmo, consegue realizar o financiamento para adquirir o serviço ou produto exposto relacionados ao quem de mais avançado nas novas tecnologias modernas.

Neste sentido, depreendemos que estas feiras, assim como os discursos que elas e outros recursos utilizados pelo capital e pelo Estado, impõem estrategicamente seus interesses àqueles agricultores que ainda tentam resistir seus modelos tradicionais de produção agrícola de modo de vida. Deduzimos, ainda, que estas ações combinam forças à favor daqueles que detem o poder político e econômico, os quais desconfiguram os modelos de produção agrícolas tradicionais, pelo poder de

convencimento. Isto é, estes pequenos e médios proprietários, que ainda permanecem com características tradicionais, são convencidos à realizarem empréstimos, pondo sua propriedade como garantia e, que ao endividarem-se, sofrem desapropriação, beneficiando a concentração fundiária na Região.

Mesmo com toda esta aparelhagem do capitalismo agrícola, com o apoio do Estado, ainda existem propriedades que se opõem a esta lógica dominante e majoritária em São João do Oeste, na quais ainda permanecem com os modelos de produção agrícolas trazidos por seus antepassados, que transmitiram para as atuais gerações e que esforçam-se em não adeirem às investidas do capital.

Além de permanecerem com os modelos trazidos por seus antepassados, alguns procuram na multifuncionalidade e na pluratividade meios para permanecerem na terra.

Entre as formas tradicionais que encontramos, estão a existência de faxinais trazidos pelos imigrantes de origem ucraniana, oriundos do Paraná Tradicional e dos Campos Gerais, como na propriedade do senhora Chastalo¹⁴ e da família Milla¹⁵. Zdebisk¹⁶.

A origem dos faxinais é compreendida por Barreto (2011) como senso resultante de dois elementos. Para ele, em primeiro, pela presença dos caboclos no Paraná Tradicional e nos Campos Gerais, que já desenvolviam culturas de subsistência no interior das florestas de araucárias e de campos no século XIX. Com a chegada dos imigrantes europeus, no final do século XIX e início do século XX, houve um crescimento demográfico mais intenso com a entrada destes novos sujeitos. Este aumento populacional exigiu uma maior racionalidade dos recursos naturais locais e,

¹⁴ Célia Chastalo, chegou com seus pais Pedro Chastalo e Oiça Mikelina Chastalo e irmãos em 1940 como posseiros, ocuparam terras, que posteriormente, pagaram por elas. Célia conta, que na época, tiveram que abrir picadas e a viagem demorou três meses de duração. Quando chegaram, derrubaram a mata, construíram um paiol para morarem perto de uma sanga, onde crivam animais e cultivavam de tudo um pouco. A mesma narra que sempre havia a chegada de novas famílias, mas que o medo dos grileiros fazia muita gente vender por um preço baixo as terras, já preparadas e já quitadas. Em detrimento à ação de grileiros, a família se desfez da propriedade e resolveu voltar à cidade de Guamiranga-PR. No entanto, alguns de seus irmãos, já casados, permaneceram em outras propriedades que conseguiram ocupar e pagar. Entre vindas e idas, de Guamiranga à Cascavel, nos anos de 1980 retornam, primeiramente morando no campo, depois, decidem morar na cidade e, então, recentemente, conseguiram reaver as terras através de seu genro. Na propriedade, cultivam produtos de subsistência, como legumes, feijão, milho, frutos e criam animais como nos faxinais.

¹⁵ Em respeito à decisão dos familiares, só apresento o sobrenome. Esta família, também relata a ação dos grileiros no passado e dizem terem presenciado assassinatos na por volta de 1950. Em sua propriedade, cultivam produtos de subsistência, criam animais e mantém os faxinais.

¹⁶ João Zdebisk, conta que quando chegou com seus irmãos de pais, Iaroslau Zdebisk e Maria Zdebisk, de Ponta Grossa em 1950, já haviam moradores e que em 1958, seus pais sofreram invasões de madeireiros para tirar toras de araucária e no mesmo ano, jagunços de um governador (prefere não mencionar o nome), invadiram e se apropriaram de 20 alqueires.

então, aquele conhecimento caboclo de produzirem em meio a vegetação nativa, foi assimilado pelos imigrantes, que adaptando-se neste modelo, implementaram técnicas de produção trazidas por eles.

Para Bertussi (2010) de modo geral, os faxinais se baseiam, então, pelas técnicas de produção de subsistência cabocla, que incorporou ao longo do tempo, com a entrada destes imigrantes de origem ucraniana, polonesa e alemães, o uso de ferramentas e de técnicas para o cultivo e criação de animais. As lavouras, que antes eram abertas, passaram a ser protegidas por cercas comunitárias e os animais, criados soltos em territórios contínuos. Toda estrutura existente nos faxinais, como estradas, pontes, cercas recebem manutenção dos seus faxinalenses. Cada faxinal recebe o nome das famílias de imigrantes ou de caboclos.

Além das características dos faxinais presentes nestas propriedades em São João do Oeste, encontramos atividades associadas a multifuncionalidade e pluratividades, como a criação de apicultura, doces e legumes em compota e de psicultura.

Para Souza *et. al* (2010) a multifuncionalidade está relacionada a uma possibilidade para que muitos pequenos produtores agrícolas, consigam permanecer na terra, mediante ao avanço da modernização da agricultura, que os exclui do campo.

Para Baumel e Basso (2004) e Schneider (2013) pluratividade é caracterizado por atividades sociais e econômicas, agrícolas e não agrícolas, as quais são alternativas de garantia da reprodução social destes no campo, ou seja, é uma possibilidade para que muitos agricultores possam ampliar a renda e, assim, permanecerem no campo.

Em Vergues (2013) podemos entender que, entre atividades multifuncionais, estariam a possibilidade de associar a produção agrícola com atividade ligadas ao meio ambiente, mais sustentáveis, agroecológicas, de educação ambiental, como alternativa de turismo ecológico, ou rural. No entanto, tanto a pluratividade como a multifuncionalidade são criticadas por Verges (2013) que, para ela, são ainda suscetíveis a poder do capital, pois mesmo que seus discursos sejam em defesa ao meio ambiente, na manutenção da cultura do campo e na segurança das famílias rurais com o auxílio de um crédito rural, ainda sim, não oferece condições mínimas para que estes possam sobreviver no campo em meio a presença à concentração fundiária.

É a partir destas observações que apresentamos as propriedades agrícolas das famílias Milla, Zdebski, Chastalo e Schimiloski, todas localizadas no Distrito de São João do Oeste em Cascavel.

Embora haja em todas estas propriedades se a agricultura familiar, algumas possuem diferenças, como nas propriedades Milla, Zdebisk e Chastalo que, além dos produtos de subsistência e da criação de animais em sistemas de faxinais, nas quais cultivam feijão, milho, mandioca, hortaliças, horticultura, criação de aves, gado leiteiro e de corte só para consumo próprio, também extraem o pinhão e a erva-mate. Nas propriedades Zdebisk e Chastalo, é possível encontrar atividades de piscicultura, criação de porcos e de apicultura, também para consumo familiar e, quando há excedentes, comercializam com o comércio local, para supermercados ou feirantes,

Já no pré-assentamento da família Schimiloski, trata-se de uma propriedade "São João"¹⁷, onde desenvolvem culturas de alternância de mandioca, milho, feijão, batata, hortaliças e criação de animais para consumo. Parte da produção destas propriedades abastecem o comércio local, mas a grande parcela é, realmente, para o consumo destas famílias e que também ajudam seus familiares que moram na área urbana de Cascavel.

Considerações finais

Ao analisamos a história da ocupação de Cascavel, localizado no Oeste do Paraná, nos deparamos com histórias de famílias imigrantes, que se deslocaram para esta Região, acreditando poderem possuir a garantia de sobrevivência de suas famílias pela posse de terras.

Entre a ação de jagunços em grilagem de terras, ou pelos projetos de modernização da economia, sobretudo, da agrícola, a Região recebeu inúmeras obras estruturais, como a Itaipu. Além disso, as investidas do capitalismo agrário, com o apoio do poder público, beneficiaram o agronegócio em desfavorecimento destas famílias rurais.

Em consequência a estes fatores, percebemos em toda Região Oeste do Paraná, um movimento muito forte do êxodo rural, que protagonizou a diminuição da população do campo e, por consequente, a urbanizando da Região.

Ao analisarmos o município de Cascavel, identificamos vários elementos que nos permitem entender que o espaço rural deste município, em especial a área que delimitamos, o distrito de São João do Oeste, sofreu e ainda sofre, investidas do capital que passam a ser organizadores deste espaço em favorecimento do agronegócio local.

¹⁷ Este pré-assentamento desde 1999, em uma área de 400 alqueires que pertenciam a família Rimafra e a União, no momento ainda está em andamento para legitimação das 18 famílias assentadas. Trata-se de terras que no passado foram griladas e parte destas terras tornaram-se da União por desapropriação por dívida.

Seja através da grilagem de terras no passado e a modernização da agricultura, muitas famílias foram desapropriadas de suas terras. No entanto, mesmo que ainda haja fortes ações político econômicas, como no "Show Rural", para convencer as famílias rurais a modernizarem suas propriedades mediante a financiamentos que os endividam, para posteriormente os desapropriarem pela montante de dívidas, ainda assim, há famílias rurais que retornaram para o campo, mesmo sendo desapropriadas pela grilagem ou pela modernização agrícola, há famílias que lutam pela Reforma Agrária, há famílias que permanecem com seus sistemas tradicionais de produção agrícola, com os faxinais e pela agricultura de subsistência familiar.

Apesar da presença majoritária e dominante do agronegócio em São João do Oeste, ainda podemos identificar a resistência de famílias rurais neste local.

Referências

- ALBUQUERQUE, José L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais. A migração brasileira em Fortaleza.** Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, 2005.
- ANDRADE, Manoel C. **Agricultura & Capitalismo.** São Paulo, 1979.
- ARAÚJO, Maria da P. A região no contexto da economia paranaense. **In: Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná.** (Org.) PERIS, A. F.; EDUNIOESTE, Cascavel, 2008, v.2 p. 103-107.
- BARRETO, Marcelo. Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná. **In: Terra Plural.** V. 5, nº 2, pp. 249-253, jul/dez. 2011.
- BERTUSSI, Mayra, L. **Liberdade para criar: um estudo etnográfico sobre os sentidos da territorialidade tradicional e do criadouro comunitário em uma comunidade de faxinal no Paraná.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.
- BAUMEL, Adriana; BASSO, Luis C. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. **In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge, L. (Orgs.) Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar.** Guarapuava -PR: Ed. UNICENTRO, 2004.
- BONNAL, Philippe.; CAZELLA, Ademir. A.; DELGADO, Nelson. G.; Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro. **In: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales.** Universidad de Barcelona. Vol. XVII, Nº 1002, 30 de noviembre de 2012. ISSN: 1138-9796.
- CARNEIRO, Maria J. Ruralidade: novas identidades em construção. **In: XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural.** Natal, agosto, 1997.
- COLODEL, José, A. 1960. **Obrajes & Companhias Colonizadoras, Santa Helena na História do Oeste Paranaense 1960.** Santa Helena, Prefeitura Municipal, 1988.
- COLODEL, José, A. Cinco séculos de histórias. **In: PERIS, A.F. (Org.). Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná.** Cascavel: EDUNIOESTE, p. 29-75, 2003.

- DEZORDI, Maurício. Migração, fronteiras e identidades: a ideologia do progresso, na colonização do Oeste do Paraná. **In: Revista Cantareira**. Ed. 19, jul-dez. 2003.
- DIAS, Caio S.; FEIBER, Fúlvio N.; MUKAI, Hitomi; DIAS, Solange I, S.; **Cascavel: um espaço no tempo. A história do planejamento urbano**. Cascavel: Sintagma Editores, 2005.
- FABRINI, João E. Campesinato e agronegócio na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. **In: Boletim DATALUTA - NERA**. Presidente Prudente, nº 59, pp.2-8, 2012.
- FERRARI, C. A. **Dinâmica territorial na (s) fronteira (s): Um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná – Paraguai**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, 2009.
- FERREIRA, João Carlos V. **O Paraná e seus municípios**. Cuiabá, 1999.
- FLEURY, Maria T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.
- GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial. Migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2008.
- GREGORY, Valdir. Obrajes nos sertões do Paraná: Exploração, trabalho e fronteiras. **In: Revista Ideação. Projeto Saber**. Vol. 14, nº 1, 2012
- GUIMARÃES, Alberto P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. 1ª edição. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- KEIL, Ivete M.; MONETIRO, Silvio T. Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina. São Leopoldo (RS), 1982. **In: Plataforma Democracia**, São Leopoldo-RS, agosto de 1982.
- KUHN, S. L.; ROCHA JUNIOR, W. F. da; STADUTO, J. A. R. Contratos do agronegócio: O caso de Cascavel, PR. **In: Revista GEPEC**. Vol. 10, Nº 2, pp. 118-133, Jul/dez 2006.
- LAUBSTEIN, Fernanda. C. A ruralidade ontem e hoje: uma análise do rural na contemporaneidade. **In: Revista Aurora**, Nº 8, ano, pp. 92-102, Agosto de 2011, ISSN: 1982-8004.
- LAZIER, Hermógenes. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história**. Francisco Beltrão, GRAFIT, 2º ed., 2004.
- PIACENTI, Carlos A; LIMA, Jandir. F. de; PIFFER, Moacir; ALVES, Lucir R. A localização e as mudanças da distribuição do PIB nos estados da região sul (1970-1998). **In: Congresso brasileiro de economia e sociologia rural (SOBER)**, Cuiabá: SOBER, 2004. p. 1-6.
- LOPES, Sergio. **O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.
- MAGALHÃES, Marisa. V. **O Paraná e as migrações: 1940 a 1991**. Dissertação de Mestrado –Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996 p. 232.
- MARQUES, Marta I. M. O conceito de espaço rural em questão. **In: Terra Livre**. São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.
- MARTINS, José de S. **Expropriação e violência (a questão política no campo)**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MEIRE, Joisy A. P.; SOUZA, André B. de. Cooperativismo ou capitalismo disfarçado? Uma breve análise das cooperativas agrícolas em Roraima. **In: RARR- Revista de Administração de Roraima**. Ed. 3, vol. 1, pp. 59-81, 1º sem-Boa Vista, 2013.
- MENDONÇA, Marcelo R.; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A discussão agricultura camponesa x agricultura familiar e as perspectivas políticas para a reforma agrária. **In:**

Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

MYSKIW, Antonio M. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste paranaense (1961/66)**. Dissertação de mestrado em História Social. UNIOESTE, 2002.

PERIS, A. F.; LUGNANI, A. C. Um Estado sobre o eixo Cascavel-Foz do Iguaçu, na Região Oeste do Paraná. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº 104, p. 79-102, jan.-jun. 2003.

PIFFER, Moacir. **A dinâmica do Oeste paranaense: sua inserção na economia nacional**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

PINTO, Sergio Ricardo A.; TRISTONI, Rejane H. P. Estigmatização e construção de identidades territorial e cultural – Caso Nancy. In: **II Seminário Nacional em Estudos da Linguagem**. 2010.

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**. Tese de Doutorado em Demografia - Universidade de Campinas, São Paulo, 2005.

ROMERO, Juan. Lo rural y la ruralidad en América Latina: categorías conceptuales en debates. In: **Psicoperspectivas**, v. 11, nº 1, pp.8-31, 2012.

ROSS, Djone. As lutas camponesas no Estado do Paraná e os modelos da "Reforma Agrária" brasileira. In: **GEOGRAPHOS. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Uniersidad de Alicante**. Quito-Ecuador: Ed. Flacso - Serie FORO.Vol. 4, nº 31, pp. 1-18, 2 de enero de 2013.

SCHNEIDER, Sergio. A pluratividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: **GRAMMONT, Hubert Carton de; MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1º ed. Quito-Ecuador: Ed. Flacso - Serie FORO, V. 1, pp. 132-161, 2009.

SERRA, Elpídio. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. In: **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.8, nº 16, pp.6-37, ago, 2013.

SILVA. Sebastião F. **Na trilha dos pioneiros. Local, Foz do Iguaçu**. Editora Gráfica Elza LTDA, 1995.

SILVA, Tânia P. da. Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST. In: **Terra Livre, São Paulo**, nº 19, pp.229-242, jul/dez. 2002.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Osmar T. de; BAGOLIN, Izete P.; CORONOA, Hieda Maria. P.Corona. A publicização do campo: políticas agrícolas e de desenvolvimento frente às múltiplas funções do espaço rural. In: **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 2010: 193-219.

SPERANÇA, Alceu. A. **Cascavel: a história**. Curitiba-PR: Lagarto:1992;

STECA, Lucinéia C. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. (Orgs)

STECA, Lucinéia C. e FLORES, Marinéia D. Ed. UEL. Londrina, 2002.

SUZUKI, Julio C. Geografia Agrária: gênese e diversidade. In: **MARAFON, Gláucio J. RUA. João e RIBEIRO, Miguel A. Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

THOMAS, Junior Antonio. As correntes teóricas na geografia agrária brasileira (uma contribuição à crítica teórica sem a prioris). In: **Revista Terra Livre**, v.2, n.35, p.35-52, jul-dez, 2010

- TSCHÁ, Olga da C. P., RIPPEL, Ricardo; LIMA, Jandir F. de. Transformação produtiva, industrialização e migração no Oeste do Paraná. **In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Caxambu - MG, de 2010. p.1-18.
- TORRES, Raymundo N. Paraná: Encruzilhada de Caminhos. **In: Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**. Curitiba: IHPG, v.1. 2003. p.29-38.
- VERGES, Nivea M. Multifuncionalidade rural: da teoria eficiente à prática ausente. **In: Revista GEOGRAPHOS - Revista Digital para Estudiantes de Geografía Y Ciencias Sociales**. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante. Quito-Ecuador: Flacso - Serie FORO V. 4, nº 47, 11 de marzo de 2013.
- WACHOWICZ, Ruy. C. **História do Paraná**. Curitiba: Editora, 1988.
- ZAAR, Mirian. H. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: A trajetória dos “brasiguaios”. Barcelona - Espanha, **Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**. nº 94 (88), 01/ 08/ 2001.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

OS AKRĀTIKATÊJÊ: DA “MONTANHA” Á TI MÃE MARIA

Ribamar Ribeiro Junior¹ – IFPA/CRMB

ribamar.sociologo@gmail.com

GT 4: “Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito”

O presente trabalho contribui para compreender as estratégias de reprodução social e econômica dos *Akrātikatêjê*, que resiste diante de uma diversidade de impactos, desde seu antigo território da “montanha” em Tucuruí e na Terra Indígena Mãe Maria, junto com os demais grupos Gavião: *Parkatêjê* e *Kyikatêjê*. É neste território que são impactados pela abertura da rodovia PA 70 (hoje BR 222); a construção do linha da Eletronorte; a construção da Ferrovia Carajás-Itaqui pela Vale e mais recentemente as ameaças de sua duplicação. A pesquisa aborda os aspectos importantes dessa trajetória, levando em consideração o papel do Estado no processo de dominação, desterritorialização através da ELETRONORTE. O trabalho também nos revela com clareza as disputas e conflitos que vão sendo identificados neste processo de resistência. Para tanto, é necessário refletir aspectos de sua reprodução na luta pelo território. A reposição da “montanha” permite a eles serem o que são. Seus sonhos, suas festas, seus alimentos, estabelecer suas redes de relações e (re)significar sua identidade. A luta indígena pelo reconhecimento e pelo direito é uma luta histórica, que no modelo de sociedade que nós temos ultrapassa tudo isso. E no caso da TI Mãe Maria, o acentuamento de conflitos clareia essa visão de como foram submetidos a mudanças irreversíveis em suas culturas e organização socioeconômica. Portanto, a condição dos *Akrātikatêjê* desde a expulsão da “montanha” em Tucuruí, foi se reorganizar em um processo de intensa luta, liderado por *Paiaaré*, que teve grande êxito ao se apropriar de estratégias, que aprofundou a resistência deste grupo, ao lutar no âmbito jurídico por seu território, convergindo com a questão da luta pela via judicial, marcando um novo contexto histórico da luta indígena no Brasil.

¹ Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais, Especialista em História da Amazônia; Especialista em Educação do Campo, Agroecologia e Questões Pedagógicas; Professor do Campus Rural de Marabá do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará; No IFPA faz parte da coordenação do Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio dos Povos Indígenas do Sudeste Paraense.

1. Introdução

Algumas pesquisas vêm recorrentemente acentuando a necessidade de compreender o processo de reprodução social e econômica dos *Akrãtikatêjê*. Visando contribuir para tal debate, analisamos neste trabalho a partir dos conflitos e disputas como as estratégias de resistência fortalecem o processo de reprodução social dos *Akrãtikatêjê*. Para tanto, se faz necessário apresentar alguns elementos do contexto histórico e refletimos melhor de que maneira a luta nesta diversidade se torna um dos principais componentes da trajetória da identidade *Akrãtikatêjê*.

Neste sentido, os *Akrãtikatêjê* um dos grupos dos “Gavião do Oeste”, que se distribuíram, ao longo de sua história, dispersos no interior do Maranhão e ao longo das margens do rio Tocantins até chegar ao Pará, situados em toda região do baixo e médio Tocantins. Nimuendaju (1946) distinguiu os diferentes grupos em razão de sua localização, conforme a posição que ocuparam o território em meados do século XIX (ARNAUD, 1975). No entanto, isso é questionado por outros estudiosos como Azanha, (op. cit., p. 6) ao afirmar que nem todos os grupos classificados por Curt Nimuendaju como Timbira ocuparam este território por ele delimitado. Azanha reforça a ideia de que a “expansão dos grupos Timbira” é o resultado do processo das cisões. Conforme citação abaixo:

(...) podemos falar em expansão dos grupos Timbira: ela aparece como resultado do processo de cisão, _que por sua vez não é nada mais que um processo de diferenciação_ em que um grupo se distingue de outro (na dupla acepção deste termo: se separa e se destaca como singularidade no separar-se) para reproduzir, à sua maneira (AZANHA, p.16, 1983).

Vale ressaltar que, nessa trajetória, muitos grupos foram designados pelos não índios como “Gavião”; acredita-se que além da utilização dos adornos, pinturas, contribuíram para essa denominação, que se popularizou com os relatos dos viajantes que também observavam a fama de valentia deste indígenas.

2. Desterritorializando e reterritorializando: O contexto do sudeste do Pará

Na região sudeste do Pará a grilagem de terras foi um instrumento violento de apropriação das terras indígenas, dos camponeses na Amazônia; ela fortaleceu a frente agropecuária com apoio do Estado, através da SUDAM, implantando os projetos agropecuários e a exploração de recursos naturais em grande escala.

O deslocamento compulsório de indígenas e camponeses tem sido objeto de reflexão científica porque, de maneira geral eles foram vítimas de um processo violento, pois não foram ouvidos, mas foram forçados a se fixarem em outras áreas e recomeçar seus modos de vida, isso se reflete naquilo que se passou a definir de desterritorialização. Pois eles foram arrancados de seu território. Haesbaert (2007) conceitua da seguinte forma:

Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, ou melhor, nossos processos de territorialização (para enfatizar a ação, a dinâmica), estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, "multiterritorial". (HAESBAERT, 2007 p. 19)

Isso nos faz refletir de que o autor propõe que ao mesmo tempo que há um processo de desterritorialização, também há uma reterritorialização, e desta forma a forte dominação sobre os povos indígenas, os coloca em condições desfavoráveis de vida e provocou mais uma intensa disputa territorial, com perdas simbólicas profundas para o grupo. Para Almeida (1996, p. 475) o deslocamento é a “supressão arbitrária do território e os constrangimentos impostos na chamada desocupação colidem frontalmente com os interesses vitais dos atingidos”. Nessa perspectiva os *Akrātikatêjê* e cerca de cinco mil famílias camponesas foram forçados a sair de suas terras em função da inundação provocada pela construção da UHE Tucuruí (MAGALHÃES, 1996). Por outro lado, novos empreendimentos também provocaram uma desterritorialização destes sujeitos. De forma distinta dos camponeses devido aos componentes étnico na construção da identidade e da concepção de território.

A construção da rodovia PA 70 (hoje BR 222), proporcionou uma vultosa ocupação por parte de posseiros migrantes e de comerciantes particulares de castanha (FERRAZ, 1998). Os agentes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) coordenaram um sistema de exploração econômica, transformando os indígenas em mão de obra coletora de castanha, através de um mecanismo de submissão conforme destaca a autora abaixo:

[...] a manipulação da distribuição da renda da castanha, através do sistema de pagamento de "comissões" aos líderes pelos agentes locais da Funai, passou a gerar maior insatisfação entre os Gaviões. Por outro lado, a obrigatoriedade do trabalho na castanha, durante seis meses por ano e mediante um esforço físico acentuado para a obtenção de bens que haviam se tornado indispensáveis, impedia a realização de atividades tradicionais, como os cerimoniais de longa duração [...] (FERRAZ, 2000).

A comercialização da castanha colocou os “Gavião” diante de uma questão sobre como é viabilizada a dominação sobre eles. A sua expressão alude à grande insistência com que lhes eram apresentados argumentos persuasivos por parte dos agentes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), uma prática antiga que correspondia a sua política indigenista, que para o caso dos “Gavião”, foi se materializando com a instalação dos postos de atração, mesmo antes de sua chegada à Terra Indígena Mãe Maria.

Se no passado a ocupação desse território estava restrita aos grupos étnicos, com a presença dos não Índios ela passa a se configurar com nova estrutura social e política. Hébette (2004, p. 50) ao analisar sobre o processo de ocupação mais recente da região sudeste paraense, destaca que “a história de ocupação da região tocantina é, ao mesmo tempo, a história de sua desocupação, a história da fixação de certos grupos humanos mediante a expulsão de outros”.

É nesse bojo de ocupação, desocupação e expulsão dos territórios que os três grupos, contatados, a partir do final da década de 1950, *Parkatêjê*, *Kyikatêjê* e *Akrãtikatêjê* são compulsoriamente transferidos pelos agentes tutelares do Estado para a Terra Indígena Mãe Maria, a partir de meados da década de 1960 (ARNAUD, 1976).

Nesse processo violento de desterritorialização os “Gavião” se afirmam com sua identidade, ganhando visibilidade e, posteriormente, interagindo com a vida urbana, tanto pelo fato de a terra indígena estar situada próxima a área urbana de Marabá, como também pela compreensão que vão tendo ao estabelecer as alianças necessárias para superar suas dificuldades.

Assim, podemos verificar que a construção de uma identidade coletiva é possível não só devido às condições sociais de vida semelhantes, mas, também, por serem percebidas como interessantes e, por isso, é uma construção e não uma inventabilidade histórica ou natural (BEZERRA... et al. 2007, p.120)

Assim, os “Gavião” fazem sua história a partir das suas condições de existência e (re) existindo em meio a intensos conflitos com Estado, Eletronorte, Vale, castanheiros, “grileiros” e, mesmo, com os missionários que aparentemente se colocavam apoiadores de suas lutas. A partir da análise dessa aliança no processo de dominação se cria diferentes estratégias construídas a partir da relação estabelecida com diversos atores sociais, comerciantes, instituições públicas e privadas que vão

permeando as relações e assim os indígenas vão ocupando cada vez mais lugar na história.

O deslocamento compulsório de indígenas e camponeses tem sido objeto de reflexão científica porque, de maneira geral eles foram vítimas de um processo violento, pois não foram ouvidos, mas foram forçados a se fixarem em outras áreas e recomeçar seus modos de vida, isso se reflete naquilo que se passou a definir de desterritorialização. Pois eles foram arrancados de seu território. Haesbaert (2007) conceitua da seguinte forma:

Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, ou melhor, nossos processos de territorialização (para enfatizar a ação, a dinâmica), estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, "multiterritorial". (HAESBAERT, 2007 p. 19)

Isso nos faz refletir de que o autor propõe que ao mesmo tempo que há um processo de desterritorialização, também há uma reterritorialização, e desta forma a forte dominação sobre os povos indígenas, os coloca em condições desfavoráveis de vida e provocou mais uma intensa disputa territorial, com perdas simbólicas profundas para o grupo. Para Almeida (1996, p. 475) o deslocamento é a “supressão arbitrária do território e os constrangimentos impostos na chamada desocupação colidem frontalmente com os interesses vitais dos atingidos”. Nessa perspectiva os *Akrãtikatêjê* e cerca de cinco mil famílias camponesas foram forçados a sair de suas terras em função da inundação provocada pela construção da UHE Tucuruí (MAGALHÃES, 1996). Por outro lado, novos empreendimentos também provocaram uma desterritorialização destes sujeitos, conforme mostramos no quadro 1 no capítulo anterior. De forma distinta dos camponeses devido aos componente étnico na construção da identidade e da concepção de território.

3. Da montanha: Os *Akrãtikatêjê* e sua resistência e a chegada à TI Mãe Maria

O território tradicional dos *Akrãtikatêjê* era conhecido como “montanha”, uma vasta extensão de terras, aproximadamente três mil e seiscentos hectares, que foi reconhecida pelo Estado, em 1945, através do Decreto nº 252 de 09/03/1945; posteriormente essa terra foi desapropriada para a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, pelo Decreto nº 78.659 de 01/11/76, sem considerar os direitos que os

indígenas tinham sobre o seu território. Após este decreto de nº 78.659 de 01/11/76, a FUNAI providenciou a retirada dos *Akrâtikatêjê* apoiada numa base legal, mesmo sendo “esvaziada” desde 1970 com a remoção de muitos de seus integrantes, entretanto, *Paiaré*, liderança dos *Akrâtikatêjê* resiste a essa ação jurídica violenta e decide permanecer em Tucuruí.

Essa posição o coloca no meio de um complexo jogo de disputas internas, pois a liderança dos *Parkatêjê* havia concordado com o deslocamento e continuava negociando com a ELETRONORTE em nome dos “Gavião”, e externa já que a pressão da empresa era para obriga-lo a aceitar as condições jurídicas impostas pelas instituições oficiais da sociedade nacional. A ELETRONORTE não reconhecendo os direitos indígenas argumentado por *Paiaré* sobre suas terras, se impõe de forma legítima e autoritária em relação a esse líder indígena. Essa legitimidade estará fundamentada tanto na concordância de *Krôhokrenhum*, o líder dos *Parkatêjê* quanto na ação da FUNAI. *Paiaré* estava só! Mesmo assim buscou negociar, em meio à pressão e ameaças da ELETRONORTE sem muito sucesso, a empresa investe suas estratégias para que *Paiaré* desista da ação de compras de novas terras.

Esse processo é analisado por Ferraz (1998) da seguinte maneira:

O caráter sigiloso das tentativas de negociação, os diferentes interlocutores e os apelos à autoridade eram comumente utilizados como instrumentos de pressão conjunta dos agentes da FUNAI e da Eletronorte que insistiam em indenizar *Paiaré* individualmente pelas “benfeitorias” existentes na área da “montanha”, com a aquisição de um lote urbano ou uma “casa com móveis em Tucuruí e o pagamento do restante em dinheiro”, como diziam, segundo *Paiaré*. Em 1977, hospitalizado com pneumonia, *Paiaré* foi persuadido pelo advogado da agência tutelar regional a assinar um termo de indenização no valor de sete mil cruzeiros. A sua permanência na área, contudo, provocou ameaças marcadas por violência pelos agentes da empresa (e empreiteiras). (FERRAZ, 1998, p.134-135)

Essa medida extremamente violenta por parte da empresa constitui o poder exercido pela instituição sobre a autoridade dos *Akrâtikatêjê*, utilizada pelo advogado da FUNAI para induzir *Paiaré* a assinar um “contrato de compra venda” da área pela ELETRONORTE, onde era outorgados todos os direitos inerentes a benfeitorias existentes sobre o imóvel, cujo valor da operação, na época, foi de setenta e dois mil e setecentos e setenta cruzeiros, pago em cheque que se justificava com o recebimento de um lote urbano já que a ação não considerava o grupo, mais apenas *Paiaré*.

Somente no início dos anos oitenta os últimos remanescente do grupo chega a Terra Indígena Mãe Maria e vão morar aldeados juntos com os *Parkatêjê*, reiniciando uma nova jornada articulados com os demais grupos. Acontece que o território em

questão, é o da “Montanha”. Entretanto para a ELETRONORTE, as negociações teriam que ser sempre feitas com a participação de *Krôhokrenhum*, liderança dos “Gavião”. Na verdade a empresa sempre desconheceu a estrutura de organização social dos “Gavião”, seus grupos e subgrupos e suas formas de vida no e pelo território. O não reconhecimento dessas características indígenas está em consonância com seus objetivos de “desenvolvimento” da região, assim suas estratégias para atingir seus objetivos se voltavam inclusive para alimentar as rivalidades entre os “Gavião”, a começar pelo reconhecimento da liderança *Krôhokrenhum* e não de *Paiafé*, pois esse representava um empecilho aos objetivos da ELETRONORTE.

Uma nova luta se inicia a partir de 1989 com o ingresso da ação judicial; essa luta se constitui na disputa territorial entra em cena no âmbito da justiça, e acelerado pela nova Constituição Federal (1998) que, pela primeira vez, admitia os direitos indígenas coletivos e concedia o direito de postular em juízo. Essa ação judicial requeria da ELETRONORTE o direito da área da “montanha” em igual tamanho. O líder *Paiafé* se impõe enquanto líder, adota uma defesa de seu grupo, e o grupo vai se adotando de estratégias junto as entidades de defesa dos direitos humanos e assessorias de movimentos indígenas.

O documento da ação judicial proposta pelos *Akrâtikatêjê* contra ELETRONORTE, em setembro de 1989, apresenta uma “Ação Ordinária de anulação de ato jurídico”, contra três atos praticados pela ELETRONORTE.

O primeiro ato foi o decreto federal nº 78.659 de 1º novembro de 1976, de declaração de utilidade pública para fins de desapropriação da área que seria inundada pelo lago de Tucuruí, incluindo a “terra da Montanha”, antiga aldeia da turma dos *Akrâtikatêjê*. Por este ato perderiam todo o seu território, tudo que foi construído de forma coletiva pelo grupo, sua relação com rio e com a floresta, seu lugar de produção de cultura e suas cosmologias.

O segundo ato foi adquirir as benfeitorias do *Paiafé*, depois de estar ciente de que a terra “desapropriada” havia indígenas, e aproveitando do momento em que *Paiafé* estava internado em um Hospital em Tucuruí.

O terceiro ato é uma escritura pública de transferência de direitos, um negócio jurídico realizado entre alguns indígenas e a ELETRONORTE sem a presença de *Paiafé*.

Enquanto o processo corria pela justiça, outra estratégia de reprodução do grupo foi organizar em 2009, a formação sua própria aldeia, a *Akrâti*, que na língua Jê-Timbira

quer dizer “montanha”, localizada no km 15 da rodovia BR 222, dentro da Terra Indígena Mãe Maria. Com isso, saiam da liderança dos *Parkatêjê* e com sua própria aldeia poderiam fazer suas próprias reivindicações e continuar a luta pelo seu território na justiça.

No relato a seguir *Paiaré* expressa o que se está fazendo na aldeia, as estratégias que vem sendo utilizada para garantir a reterritorialidade do seu povo:

[...] aqui nós somos pouquinho já tô pondo homi diferente não era pra tá o homi diferente trabalhando porque o povo novo não quer mais aprender trabalhar.. o povo é brincando esportiva aquela [] para ele é bom, mas pensar em trabalho, mostrar trabalho, mostrar o que ele pensa pra futuro, não pensa esse povo o jovem não pensa assim, a gente pegar essa pessoa, eu tô pegando particular pá cuidar á planta e na roça tá sendo bunita tem quem domina e quem limpa o açaí, açaí tem mil plantado aqui, misturado com outra natureza e a gente ta sonhando de tudo, um projeto nosso de tudo... (PAIARÉ, 2013)

O “povo” é uma forma de *Paiaré* reafirmar a autonomia desejada em relação as demais, no entanto é o mesmo “povo”

Nesse processo buscam da Vale seus direitos com as compensações para fazer algo em prol do grupo. Esse movimento, liderado por *Paiaré*, tem permitido a elaboração de diálogo com a Vale através dos Termos de Compromisso para investimentos na agricultura e, assim, estruturar a aldeia com uma produção econômica sustentável. Cobram da Vale por que estão na TI Mãe Maria, e nesta área indígena muitos impactos foram causados também pela Vale, com a construção da estrada de ferro e agora com a tentativa de duplicar a mesma ferrovia.

5. Considerações Finais

Estudos sobre o campesinato e os grupos indígenas na Amazônia analisam como a ocupação da região é marcada por uma profunda violência sobre as condições de existência e reprodução social destes grupos sociais e étnicos. Neste sentido, reforça os estudos na região que José de Souza Martins abordou numa interpretação marxista do desenvolvimento do capital na Amazônia. refletindo sobre as condições objetivas de existência do campesinato. Para esse autor os conflitos pela posse da terra e pelo acesso aos recursos naturais entre os camponeses, indígenas e as oligarquias local, representada

por fazendeiros, e a chegada dos empreendimentos econômicos com o apoio do Estado, atingem diretamente as formas de vida das populações locais.

Com os Akrãtikatêjê a mudança para outra área ocorre após vinte e sete anos de convivência com os *Parkatêjê* e, ao mesmo tempo, de espera pelo julgamento da ação ordinária de anulação de ato jurídico – e agora pelo cumprimento da sentença proferida, em 2002, pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª. Região - destinada a obter o território de volta como forma de indenização da ELETRONORTE, enquanto empresa estatal que causou sérios danos com a construção da UHE Tucuruí. A área equivalente fora para viabilizar a aquisição de terras para o assentamento do referido grupo indígena.

Tudo isso reforça uma estratégia de reprodução social e econômica dos *Akrãtikatêjê*, após uma longa história do povo “Gavião” marcada por conflitos entre os grupos, não índios, órgãos do Estado e as empresas privadas a passagem pela avassaladora frente de expansão, que os obrigou em estabelecer novas estratégias nos processos de contatos, deslocamento para uma área onde pudessem “chamar de sua”, pois as terras indígenas demarcadas são da União, os índios só ganham o direito de nelas residir e fazer uso das riquezas, portanto, continua a luta, a resistência e a reterritorialização.

Refletir sobre essas interrogações é fundamental para entender as relações internas e externas estabelecidas pelo grupo com outros atores sociais a partir dos impactos, que já ocorreram em decorrência da construção da rodovia BR 222, linhas de transmissão da ELETRONORTE e da CELPA, Estrada de Ferro Carajás, e como vem ocorrendo com a ameaça da possibilidade da Hidrelétrica de Marabá, e a duplicação da ferrovia na Terra Indígena Mãe Maria.

Referencias Bibliográficas

ALMEIDA, A. B. W. Os **deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia do desenvolvimento**. In: Energia na Amazônia. (org) Magalhães, S. B; Brito R; Castro, E; Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi/UFPA/UNAMAZ, 1996

ARNAUD, E. **Os índios gaviões de Oeste: Pacificação e integração**. Publicações Avulsas nº 28. Belém, Museu Emilio Goeldi, 1975.

AZANHA, G. A **"Forma Timbira": Estrutura e Resistência**. São Paulo: Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 1984.

BEZERRA...et al. (org) Araujo, Frederico Guilherme Bandeira de, Costa, Rogério H, da: **Identities e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

FERRAZ, I. **De 'Gaviões' a 'Comunidade Parkatêjê': uma reflexão sobre processos de reorganização social.** Rio de Janeiro, RJ, (Tese de Doutorado) 1998.

_____, I. Fonte: Instituto Socioambiental | **Povos Indígenas no Brasil**, <http://piib.socioambiental.org/pt/povo/gaviao-parkateje/print>, Acessado em: 20/10/2012, 2000

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade: um debate.** GEOgraphia, Vol. 9, No 17, 2007.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** Belém: EDUFPA, 2004. v. 1, 2 3 e 4

MAGALHÃES, S. B. **O desencantamento da beira – reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela UHT.** In: Energia na Amazônia. (org) Magalhães, S. B; Brito R; Castro, E; Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi/UFPA/UNAMAZ, 1996.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

TRAÇOS DA TRAJETÓRIA SOCIAL E FORMAS DE RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO DO ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA EM AÇAILÂNDIA-MA DIANTE DE UM CONFLITO ECOLÓGICO.

Fabiano dos Santos Rodrigues

rodriguesaps@yahoo.com.br

Simone Contente

simonecontente@bol.com.br

GT 4: Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

RESUMO

O presente trabalho perpassa sobre parte da trajetória social da população que vive Projeto de Assentamento Califórnia no município de Açailândia, estado do Maranhão. O mesmo focaliza o estudo e análises de formas de resistência. Resistências essas que são construídas e mobilizadas em virtude de um conflito ecológico que a mesma vem ao longo dos tempos enfrentando e convivendo perante o avanço de grandes áreas com plantações de eucalipto em áreas ao entorno do assentamento e também de maneira geral de toda a região ao qual o mesmo em está localizado. Dentre estas formas de resistência estão formas de resistência estruturada e organizadas como a atuação ao longo do tempo do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), além de formas de resistência difusas e espontâneas que são formas de resistir e se rebelar, em virtude do conflito em questão, e que conseguem fugir do controle tanto hierárquico e imperativo do MST, quanto do controle de repressão legal e da repressão das empresas detentoras das grandes áreas de produção de eucalipto localizadas nas imediações do Assentamento Califórnia.

Fabiano dos Santos Rodrigues – Mestre em Ciências Sociais (UFCG), servidor do quadro permanente do Instituto Federal do Pará – Campus Marabá Industrial.

Simone Contente – Professora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

INTRODUÇÃO

A partir de meados dos anos 1950 principia na Amazônia um processo de modernização econômica por meio da implantação de grandes projetos de exploração mineral e produção de energia que provocaram grandes transformações relacionadas às dinâmicas sociais, econômicas e ecológicas para a região em especial no seu lado oriental. Uma destas transformações, no plano social, que ocorreu e tem ocorrido com bastante significância são os deslocamentos populacionais, sejam eles autóctones, de pessoas que já viviam na região e foram expulsos de terras que antes ocupavam e passaram a adensar as cidades, ou de migrantes que foram atraídos pelas expectativas e as euforias econômicas e sociais geradas por programas tanto de colonização, quanto pela propaganda oficial sobre tal processo de maneira geral, em especial na área de abrangência do PGC (Programa Grande Carajás). Dentre estes fluxos populacionais, evidentemente a maioria foi constituída de trabalhadores que se deslocaram para trabalhar nas obras de implantação e na operação dos grandes projetos como a EFC (Estrada de Ferro Carajás), o Complexo Portuário Itaqui- Ponta da Madeira em São Luis no Maranhão, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, e as montagens mecânico indústrias para a exploração do minério de ferro na Serra dos Carajás no Pará (HÉBETE, 2004). Nas imagens a seguir apresentamos a localização desta região que compreende parte dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins:



Imagem 01: Localização da área do PGC (Programa Grande Carajás)

Fonte: CPRM- Serviço Geológico Brasileiro

Então ao longo das décadas com todo este atrativo populacional em que tanto a absorção da força de trabalho pelos grandes projetos implantados e pelo alcance das políticas governamentais não foram capazes de garantir trabalho e condições de vida para boa parte desta população, que se compôs tanto daqueles que foram expulsos das terras que já eram ocupadas antes e que deram lugar a grandes latifúndios (CARNEIRO, 1997). Neste contexto, movimentos e organizações sociais como, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e os STR's (Sindicatos de Trabalhadores Rurais), tem protagonizado e organizado importantes processos de organização de parte dessa população que se estabelece na Amazônia Oriental, em especial na área de abrangência do PGC e uma das principais lutas e conflitos tem se dado em torno da disputa pela terra e por outros direitos sociais e ecológicos básicos. Apesar das condições adversas que esses atores sociais têm enfrentado algumas conquistas importantes também ao longo do tempo vieram, claro que a um custo social muito elevado inflacionado pela violência e a repressão de atores sociais que possuem interesses diversos destes e do próprio estado.

Os conflitos agrários em grande medida foram impulsionados em virtude desse excedente populacional que se formou e que durante as décadas de 1980 e 1990, com o fim das obras dos grandes projetos, viram as opções de trabalho diminuírem e serem disputadas ainda mais. Sem contar que novas relações de trabalho estabelecidas por meio dos grandes projetos, que exigiam uma qualificação profissional mais sistemática e acentuada, também agravaram o quadro das oportunidades de trabalho de boa parte dessa população, que vinha em grande medida de uma trajetória social familiar camponesa. Com todas essas condições, imposições e peculiaridades sociais, uma das alternativas pela busca de meios de sobrevivência, para parte desse contingente populacional disposto e espalhado pela área de abrangência do PGC, foi adensar as fileiras de movimentos sociais de luta pela terra (MARIN; EMMI, 1997).

Diante disso especificamente a pesquisa para a construção do presente trabalho se deu no município de Açailândia estado do Maranhão, município este que tem absorvido durante todo este período modernizante uma significativa parcela das mudanças ocorridas na área de abrangência do PGC. Sejam estas por comportar grandes projetos, fluxos migratórios, Projetos de Assentamento e conflitos inerentes a todos estes elementos. Açailândia fica localizada no cruzamento da rodovia Belém-Brasília e da BR-222, é um município cortado pela EFC.

Foi também nesse município maranhense que as lutas do MST, do STR de Açailândia acomodaram parte dos excluídos e desvalidos do processo de modernização econômico que então se materializava na área de abrangência do PGC para importantes processos de luta e disputa pela posse e acesso à terra. Estas lutas já eram comuns na região mais se intensificaram e se tornaram bem mais visíveis durante a década de 1990, especialmente motivados pela comoção social do Massacre de Eldorado dos Carajás e a organização e atuação mais sistemática do MST em áreas específicas localizadas dentro da área de abrangência do PGC (CARNEIRO, 1997). Dentre os projetos de assentamento coordenados pelo MST no município de Açailândia e que foram implantados durante a década de 1990, está o Projeto de Assentamento Califórnia.

Paralelo a essas lutas camponesas a produção de eucalipto em larga escala no eixo da EFC inicia-se fortemente a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, um dos grandes projetos desta natureza para a região foi com a criação da CELMAR (Companhia Celulose do Maranhão) que tinha por objetivo produzir celulose, contudo esse projeto não se concretizou e os ativos florestais da CELMAR, que era comandada pela CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), serviram para produzir carvão vegetal para o abastecimento dos fornos de uma siderúrgica de propriedade da CVRD, que em 2008 passou a ser denominada de Vale, em Marabá no Pará. A partir de meados de 2009 estas áreas passaram a serem controladas pela Suzano Papel e Celulose que desde 2013 opera uma fábrica de celulose na cidade de Imperatriz. Além desse projeto que se iniciou com a CELMAR existem também outras grandes áreas com plantações de eucalipto na área de abrangência do PGC como as do Grupo Queiroz Galvão, Sinobrás, Siderúrgica Viena e da Siderúrgica Gusa Nordeste. Estima-se que atualmente as áreas com plantações de eucalipto na área de abrangência do PGC, em especial no eixo da EFC, sejam de aproximadamente 250.000 ha (duzentos e cinquenta mil hectares) (RODRIGUES, 2014).

Nos últimos anos essa expansão se acentuou em virtude da escassez da matéria nativa para o suprimento energético de carvão vegetal para indústrias siderúrgicas e também com a chegada da Suzano Papel e Celulose. Evidentemente esse processo tem acarretado pressões a terras indígenas, assentamentos de reforma agrária e também a disputa por terras com outras atividades agropecuárias de grande porte como a soja e a pecuária bovina. Uma dessas áreas que tem enfrentado problemas e convivido com incertezas em virtude da expansão dessa atividade no eixo da EFC ao longo dos tempos é o Projeto de Assentamento Califórnia (RODRIGUES, 2013). Especificamente será

sobre este conflito e formas de resistência construídas pela população que ali vive ao longo de sua trajetória social que pretendemos apresentar nas próximas seções.

1. FRAGMENTOS DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA SOCIAL DO ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA: lutas e conflitos por meios e recursos para sobrevivência.

Oficialmente o Projeto de Assentamento Califórnia foi regularizado e oficializado, conforme relato de moradores e informações obtidas na unidade avançada do INCRA em Imperatriz, que posteriormente foram conferidas no DOU (Diário Oficial da União), em meados do mês de julho do ano de 1999, está localizado a quinze quilômetros do núcleo urbano de Açailândia, fica as margens da BR-010 e próximo ao eixo da EFC.

Obtivemos algumas informações por meio da fala de alguns moradores e assentados. Entre estes interlocutores e interlocutores estão a Dona Eva Maria uma assentada que participou da primeira ocupação da antiga Fazenda Califórnia. Ela nos relatou que antes de vir para a localidade em 1996 já era liderança comunitária em um bairro de Açailândia denominado de Vila Lobão e que colaborou no trabalho de base e na mobilização feita pelo MST para ocuparem a área. Durante muitos anos ela disse ter sido professora da escola do assentamento, mas que há alguns anos atrás deixou de lecionar e que estava se dedicando apenas a direção de uma das associações do assentamento, trabalho desta natureza que ela também disse ter feito durante toda sua trajetória na localidade.

Dentre outros informantes que colaborou de forma irrestrita com nossa pesquisa foi o Professor Andrade que é morador, mas que reside ali há muitos anos. Outro dos nossos vários interlocutores foi Zé Luis, a família de Zé Luis é assentada desde o início do assentamento, no entanto ele foi morar definitivamente na localidade somente anos depois, pois disse que foi durante um tempo seminarista e morava na cidade de Belém.

Destes três primeiros informantes apresentados até aqui, na fala de todos muitas informações foram corroboradas e convergentes sobre o processo de ocupação e constituição do Assentamento Califórnia, daí no relato abaixo parte do depoimento de um deles apenas que é Zé Luis:

A primeira ocupação da antiga fazenda, que era Fazenda Califórnia o nome mesmo, foi no dia 26 de março de 96 (1996), por umas duzentas e cinquenta famílias. Aí uns dias depois o pessoal foi despejado daqui pela polícia. Aí quando foi no mês de julho do mesmo ano, depois que as lideranças do MST

fizeram um trabalho de base nos bairros de Açailândia e também pelo ocorrido do massacre (Massacre de Eldorado dos Carajás), isso encorajou o pessoal, e aí voltaram pra cá mais ou menos umas oitocentas famílias, depois disso não teve mais despejos e o pessoal ficou até hoje. [...] Com as vistorias feitas pelo INCRA para a regularização da área e a criação do assentamento, ficou constatado que a área não assentaria as oitocentas famílias, só seria possível assentar cerca de duzentas famílias na área da antiga fazenda. As outras seiscentas famílias foram remanejadas para outra área onde foi criado o Projeto de Assentamento Açai (Zé Luis, morador e filho de assentados, 09.04.2013).

Para o Senhor Ozias, que é um assentado, quando ele veio ainda para o acampamento na antiga Fazenda Califórnia as áreas da circunvizinhança eram áreas de produção de gado e também se explorava madeira, pouco tempo depois ainda durante o ano de 1996 a CELMAR (Companhia de Celulose do Maranhão) passou a adquirir as áreas e a plantar eucalipto:

Quando eu vim pra cá em 96 (1996) o pessoal já estava aqui a uns dois a três meses, aí eu vim e me cadastraram. Mas pra morar de vez eu vim apenas em 2009 foi quando eu constituí outra família, a minha outra família nunca quis vim morar aqui e aí quando eu me separei vim de vez. Aí quando nós chegamos aqui em 96 logo começou a CELMAR a tomar conta de tudo, só que a gente não sabia quem era o dono ou a dona disso dizia que era da CELMAR chamava de CELMAR, mas quem cuidava aí era uma empresa que o pessoal usava um uniforme igual o da Vale que era uma empresa dela a Floresta do Rio Doce. Quando a gente soube que o INCRA ia mesmo assentar nós aqui, ainda correu um boato de que a gente iria ser assentado nessa área aí da frente e aqui a CELMAR ia planta eucalipto e emendar essas fazendas tudo que ficam aqui dos lados (OZIAS, Assentado, 07.04.2013).

A imagem a seguir mostra a localização do Assentamento Califórnia e mostram também aspectos da paisagem, em que as manchas verdes acentuadas são plantações de eucalipto:



Imagem 02: Localização e situação do Assentamento Califórnia.
Fonte: Google Earth

Como mencionado acima Projeto de Assentamento Califórnia evidencia que este é um espaço que em grande medida materializa parte de um processo histórico de luta em que conquistas pela posse da terra, que é um recurso natural fundamental para a reprodução da população que ali vive, agregado a ela também estão outros recursos e meios naturais como o solo, a água, o ar, a vegetação, dentre outros. Mais do que destes recursos naturais esta população também dependem da qualidade destes (ALIER, 2012)¹.

Diante de evidências de que há um conflito com motivações e dimensões que podemos entender como ecológicas e ecologistas entre a população do Projeto de Assentamento Califórnia e as empresas que ao longo do tempo tem detido a posse das áreas da circunvizinhança também há de existir relações de dominação e resistência inerentes a este conflito entre os atores sociais envolvidos. Diante disto pressupomos que são construídas e mobilizadas legítimas estratégias e instrumentos tanto para uma dominação como para formas de resistência. Perante os apontamentos históricos colocados percebemos que há diferenças sociais e econômicas muito acentuadas entre os atores sociais envolvidos neste conflito ecológico. Baseado nestes apontamentos, entendemos que não dá pra dizer que neste conflito a população do Projeto de Assentamento Califórnia tem tido e exercido alguma dominação sobre os imperativos de grandes grupos econômicos e essas empresas é que têm resistido e sido constrangidas pelas ações do outro ator social.

2. ALIANÇAS, INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS DA POPULAÇÃO DO ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA.

Abrigados em um espaço rodeado por imensas áreas atualmente pertencentes a Suzano Papel e Celulose a população do Projeto de Assentamento Califórnia evidentemente provida de menos recursos sejam materiais, sejam ideológicos, mas mesmo assim ao longo dos tempos não tem sido plenamente passiva diante deste processo de expansão da eucaliptocultura na Amazônia Oriental. As reações e as resistências sejam orgânicas ou não ao longo dos tempos tem sido recorrentes e importantes. Para obtermos uma compreensão da construção de formas de resistência

¹ Para Alier (2012) a luta de populações pobres contra o avanço da expansão das fronteiras de exploração dos recursos naturais, protagonizada por atores sociais do campo econômico são caracterizados como conflitos ecológicos distributivos.

pela população do Projeto de Assentamento Califórnia e entender estas como legítimas no seu sentido mais estrito, mesmo não estando em acordo com consensos e normas legais. Contudo, entendíamos que era necessário considerar e compreender estas resistências dentro de uma perspectiva ecológica e ecologista, pois se trata de um contexto de disputas pelo acesso, qualidade e posse de recursos e meios naturais. Para isso as orientações teóricas em especial de Alier (2012) sobre a tese do ecologismo dos pobres ou ecologismo popular, foram o que em grande medida que guiaram o nosso olhar e as nossas percepções para se pensar estas de forma legitimamente ecologizadas.

2.1. Estratégias e instrumentos legítimos de resistência ecologizada orgânicas e rígidas.

Ao longo dessa trajetória social parte das resistências da população do Assentamento Califórnia tem sido constituída a partir das diretrizes, orientações políticas e organizacionais do MST e que importantes ações e manifestações orgânicas diante da expansão da eucaliptocultura na Amazônia Oriental se fizeram sob a coordenação e liderança deste movimento ou que ele estivesse envolvido. Seja a ocupação da carvoaria da Fazenda Monte Líbano², sejam na construção de espaços de debates, campanhas e a publicação de documentos que apresentam uma posição lúcida, firme e também legítima do movimento perante tal questão.

Durante todo esse tempo o MST publicou dois importantes documentos colocando sua posição referente a questão da expansão da eucaliptocultura na Amazônia Oriental dentre eles “Amazônia em disputa: projeto do capital versus projeto popular”, e o manifesto “Estado e Campesinato na Amazônia: o debate sobre o Distrito Florestal de Carajás”.

Atuando nesta região, onde as questões ecológicas e ecologistas têm sido muito recorrentes e frequentes nas últimas décadas, seria o MST um movimento também ecologista? Diante das adversidades e da expansão da fronteira de exploração de minerais, da madeira e do eucalipto, conseqüentemente o mesmo com uma significativa base social e com um perfil político bem conhecido precisa diante dessas adversidades se posicionar e agir. Estes documentos, acima citados, nos ajudam a entender e em grande medida demonstram que historicamente o MST, que tem lutado por questões que

² Esta fazenda é uma das que se localizam próximas ao Assentamento Califórnia e foi ocupada por manifestantes no dia 08 de maio de 2008 em razão de problemas causados por uma carvoaria causava a população do assentamento.

durante muito tempo não foram conceituadas como estreitamente ecológicas ou ecologistas, como a questão agrária, tem trazido temas assim outrora conceituados para se somar as suas pautas tradicionais de reivindicação. Assim colocar as preocupações e as questões ecológicas e ecologistas nos objetivos e nos anseios de suas lutas. Consequentemente difundindo suas visões de mundo, seus discursos e ideias inerentes a tais questões.

Como uma organização nacionalmente constituída, os temas ecológicos e ecologistas tem sido recorrentes nas jornadas de lutas do MST e sido debatido pelo menos nas suas instâncias mais públicas. O exemplo tem sido as campanhas contra transgênicos, aos agrotóxicos e em defesa da agroecologia e da biodiversidade (ALIER, 2012). No plano da ação destacamos algo que se refere ao combate de monoculturas em especial do eucalipto que está relacionado à ocupação por mulheres da Via Campesina, organização também composta pelo MST, de uma área da empresa Aracruz Celulose na cidade de Barra da Ribeira no estado do Rio Grande do Sul no dia 08 de março de 2006, dia internacional da mulher, coincidência ou não, exatamente dois anos depois uma ação muito parecida a esta aconteceu na Fazenda Monte Líbano em Açailândia no estado do Maranhão e repercutiu também a nível nacional.

Obviamente não há surpresas em uma localidade em que há vínculos históricos com o movimento as estratégias e os instrumentos de resistência diante de conflitos sejam também orientados pelas diretrizes e por imperativos deste enquanto uma organização coletiva. Entretanto, ao mesmo tempo e no mesmo espaço que existem essas formas de resistência mais ligadas à atuação e posicionamentos do MST, há de existir também inúmeras outras relacionadas a estes conflitos que fogem dos imperativos, controle e orientações do mesmo. Provavelmente por não disporem de aportes de difusão de ideias, visões de mundo, nem legitimidades tão acentuadas e estarem relacionados em significativas assimetrias de poder em relação às empresas eucaliptocultoras, a mobilização de variadas formas de resistência têm sido significantes sejam orgânicas e estruturadas, sejam espontâneas e difusas.

Logicamente estas formas de resistência possuem diferenças e entendemos que basicamente as formas de resistência mais organizadas e agregadas em torno de uma organização coletiva que no caso aqui podemos pensar que na prática é o MST em grande medida objetivam, almejam transformações mais profundas ou como se denominam difusamente estruturais. Porém, as pessoas que compõem as bases e habitam os espaços vinculados historicamente ao movimento sejam organicamente,

sejam dispersamente, diante de necessidades imediatas e vitais, não suportam e nem podem esperar por estas profundas mudanças e resultados mais orgânicos e estruturais. Com isso indivíduos ou até pequenos grupos mobilizam, constroem uma infinidade de instrumentos e estratégias que às vezes fogem do controle e da repressão legal para suprirem predominantemente estas necessidades imediatas, sendo que parte destas estratégias e destes instrumentos também são formas de resistência. Porém pode haver casos que estas formas de resistência podem ser também mobilizadas para a luta mais orgânicas ou vice e versa, pois estas divisões são apenas elaborações teóricas e que na realidade talvez não ocorrerem desta forma tão rigidamente separada, mas foi uma forma de tentar organizar o que obtivemos em campo, organizar a sistematização e argumentação deste trabalho.

Feito estas considerações partimos para as subseções seguintes onde colocaremos elementos obtidos em campo e as nossas argumentações e interpretações necessárias para demonstrarmos ocorrências e manifestações destas legítimas formas de resistências ecologizadas no Projeto de Assentamento Califórnia.

2.2. Formas de resistências ecologizadas para a reprodução material de caráter mais difuso e espontâneo.

A partir dos apontamentos da pesquisa nos foi possibilitado pensar e interpretar formas legítimas de resistências ecologizadas, sejam rígidas e estruturadas ou difusas, dissimuladas e espontâneas, e que foram mobilizados e construídos ao longo do tempo pela população do Projeto de Assentamento Califórnia, podemos perceber e notar que a primeira manifestação deste tipo de resistência foi o próprio processo de ocupação da antiga Fazenda Califórnia, que anos depois deu origem ao referido assentamento. Isso porque tal processo possibilitou diretamente o acesso e o uso de recursos naturais que tem possibilitado a reprodução de aproximadamente duzentas famílias. Além de que a ocupação da referida área impulsionou quase que de imediato a alteração da forma de uso das terras vizinhas da área que primeiramente pertenciam a CELMAR, conforme colocamos acima em uma das falas do Senhor Ozias e também esta situação apareceu no relato de outro interlocutor que é o Senhor Reinaldo, este nos relatou que vive no assentamento desde a primeira ocupação em 1996 e inclusive trabalhou na construção das cercas de uma das fazendas que hoje pertencem a Suzano Papel e Celulose.

Pelos relatos essa alteração, que se materializou nas plantações de eucaliptos, foi na intenção de evitar que outros grupos de sem-terra ou posseiros motivados pelo êxito

da conquista do Projeto de Assentamento Califórnia pudessem ocupar estas áreas. Haja vista que esse processo ocorreu nos anos 1990, período de grande efervescência das lutas camponesas na Amazônia Oriental e essas alterações no que concerne ao uso de terras nessa região também foram percebidas por Monteiro (1998), tais modificações eram predominantemente na intenção dos proprietários ou daqueles que se diziam proprietários evitar tanto a ocupação por grupos camponeses ou pleitearem indenizações mais significativas junto aos órgãos fundiários. Vejamos abaixo trecho do relato de Reinaldo sobre tal situação:

A ocupação da Califórnia foi em 96, em março de 96 , aí acho que mais ou menos ficou 96. Em 97 acho que esse projeto começou a chegar lá por volta de 98 e foi rápido, logo eles tem dinheiro, chegou foi coisa assim de um ano, em mais ou menos um ano eles prepararam toda a cerca e em seis meses, no período que antecedeu as chuvas, eles prepararam o solo e arrocharam plantando eucalipto. E aí uma das coisas que levou aquilo dali primeiramente foi o medo do MST, que a ocupação na Califórnia foi monstruosa de muita gente e tudo e aí não ia demorar também pra ocupar aquelas áreas na frente não. Aí os antigos donos venderam logo as áreas. Depois disso todo ano foi só aumentando mais o eucalipto. (Reinaldo, morador, 24.04.2013).

Outro elemento percebido que nos é também permitido pensar enquanto uma forma legítima de resistência ecológica concerne ao uso e ocupação territorial na tentativa da população do assentamento diversificar as atividades agropecuárias nos lotes de produção que evidentemente segue a orientação que é muito difundida e defendida pelo MST que é o princípio constitucional da função social da terra, também do que tem sido recorrente em suas campanhas como a produção de alimentos. Sendo que a reprodução e manutenção de grande parte das famílias assentadas também dependem do desenvolvimento dessas atividades agropecuárias minimamente diversificadas e isso em grande medida independem das orientações ou não do movimento e de apelos ecologistas, pois é uma questão de sobrevivência para muitas das famílias que ali vivem.

Durante algum tempo a produção de carvão vegetal, que apesar de ser uma atividade de significativo dano ecológico (MONTEIRO, 1998), a mesma não era feita na pior das intenções no Assentamento Califórnia, mas sim como uma atividade paralela que aproveitava a matéria vegetal oriunda das derrubadas para a implantação de lavouras e pastagens, por outro lado agregava uma renda extra para as famílias assentadas e também foi uma importante frente de trabalho para moradores. Sem contar que serviços infraestruturais como a abertura e manutenção de estradas e o abastecimento de água nos lotes de produção dependiam e eram possibilitados por meio

de agentes dessa atividade, pois necessitavam manter a força de trabalho nos lotes de produção e também dependiam das estradas em boas condições de tráfego tanto para a mobilidade dessa força de trabalho, quanto para o transporte de lenha que se extraía e do carvão que ali se fabricava.

Tais elementos podemos em grande medida constatar por meio de observações feitas na área dos lotes de produção, em especial percebidas pelas más condições de conservação da estrada e também corroboradas nas falas de outros interlocutores como Seu Rui e do senhor Josa. Vejamos a seguir trecho das falas de Seu Rui e do senhor Josa:

Eu trabalhei num caminhão muitos anos aqui nessa estrada puxando lenha e carvão (...) a água o pessoal falava com os motoristas e eles traziam, aí pessoal pagava pra nós por cada tambor (...) Essa estrada quando tava muito ruim os comprador de carvão mandavam umas máquina pra consertar ou abrir onde não tinha (...) Depois que acabou a madeira pro carvão ficou pior porque nem o INCRA, nem a prefeitura manda arrumar (JOSA, assentado, 25.04.2013).

Tá tramitando no INCRA a mais ou menos uns quatro a cinco anos um projeto de 28 quilômetros de estrada. Mas, até agora nada (SEU RUI, assentado, 10.04.2013).

A ação estatal aprofundou ainda mais esse processo de supressão de áreas de mata nativa, sejam primárias ou secundárias, por meio dos financiamentos a projetos de implantação da pecuária bovina. A pecuária era atividade predominante na época de nossa pesquisa. Pelas falas do Seu Rui e do Senhor Ozias nos foi possível melhor elucidar e compreender o que observamos *in loco*, que nos lotes de produção as pastagens predominam na paisagem e como a pecuária se tornou atividade predominante ao longo do tempo no assentamento. Isto não ocorreu apenas pela vontade dos assentados, mas por um conjunto de políticas públicas, financiamentos e assistência técnica, que direcionaram boa parte dos esforços para que isso viesse a ocorrer. Na fala dos referidos interlocutores ainda aparece um elemento de organização cronológica da trajetória produtiva do assentamento, sendo que as atividades agrícolas predominaram num primeiro momento, passando depois por um período em que a produção do carvão vegetal era a principal atividade e depois a pecuária. Evidentemente que estas atividades principais não eliminaram outras, na época de nossa pesquisa havia uma coexistência de atividades agropecuárias no assentamento, como a produção de hortaliças, produção de mel e também cultivos agrícolas como milho e mandioca. Vejamos a seguir trecho de falas dos mesmos em que colocam estes elementos:

Quando a gente chegou aqui ainda tinha algumas áreas de mata, tinha muita área degradada também, porque a antiga fazenda eles tinham serraria e deixaram muita madeira serrada (...) o pessoal plantava muito arroz, milho, feijão faziam umas roças grandes e os carvoeiros compravam a madeira que era tirada pro pessoal colocar as roças, com um tempo a agricultura foi caindo, caindo e o pessoal passou a se dedicar mais a fabricação de carvão (...) Depois com a liberação dos créditos passaram a criar gado, hoje é o que mais tem aqui é criação de gado de leite. Tem umas plantações mais é coisa pouca (OZIAS, Assentado, 07.04.2013).

O pessoal tem até vontade, eu inclusive tenho vontade de fazer um projeto pra plantar milho, arroz, feijão, mas quando a gente vai num escritório de assistência técnica eles não fazem o projeto, não querem nem ouvir falar. Os gerentes dos bancos não querem arriscar e aí só liberaram e só libera um crédito se for pra criar gado de leite (...). Quando eu cheguei aqui por volta de 99, 2000, já havia sido liberado o PROCERA e aí depois liberaram uns PRONAF's mais a maioria dos projetos foi só pra criar gado e se não se adequar as manhas dos gerentes do banco nem pega (SEU RUI, assentado, 10.04.2013).

Devido ao ciclo de plantio, colheita e comercialização ser mais curto e demandar áreas menores, o cultivo de hortaliças também era feito por moradores que aproveitam áreas de quintais, lotes de moradia desocupados e áreas das imediações da rodovia BR-010 que são de controle do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). Outra situação que nos deteve bastante atenção foi quanto à utilização destas áreas do DNIT por um morador que não apenas cultivava hortaliças em pequenas hortas, mas mantinha lavouras mais ampliadas de milho, feijão, mandioca, dentre outros ao longo de aproximadamente dois quilômetros nas duas margens da rodovia nas proximidades da agrovila do assentamento. Tais situações em grande medida nos demonstram uma das diversas estratégias que famílias elaboram de meios de trabalho e de sobrevivência que independem de imperativos, permissões e da ação do poder público de forma mais incisiva e evidentemente fazendo uso de recursos naturais que são de posse e controle de outros entes legalmente instituídos, sendo assim também uma legítima forma de resistência ecologizada. Também em grande medida demonstram faces das contradições desse processo de desenvolvimento da região onde uma empresa, a Suzano Papel e Celulose, detém grandes áreas de terra e outras pessoas que vivem nesta mesma região precisam ser ousadas e ocuparem espaços, digamos que exóticos, para garantirem não lucros financeiros, mas recursos para sua sobrevivência.



Imagem 03: Parte de uma lavoura de milho numa área de domínio do DNIT entre a pista de rolamento da BR-010 e a Fazenda Teimosa da Suzano Papel e Celulose.

Fonte: Imagem feita pelos autores.

Outro arranjo ou estratégia relacionado a ocupação e uso do território e que deteve nossa atenção, pois em grande medida infringe normas legais estabelecidas, difusamente assimiladas e tem evidentemente relações diretas e estreitas em função da proximidade do assentamento e as áreas com plantações de eucalipto, essa estratégia é a apropriação difusa de madeira das áreas atualmente pertencentes à Suzano Papel e Celulose para a utilização diversa para o suprimento de necessidades cotidianas, sejam individuais, sejam coletivas. Um dessas situações possivelmente, pois não houve confirmação exata, foi a construção da base de sustentação de reservatórios para armazenamento e distribuição de água nos lotes de produção depois que um grupo de assentados por iniciativa própria resolveram e tiveram condições de perfurar poços e também fazer a rede de distribuição. Um de nossos interlocutores, Seu Rui, nos relatou que durante muito tempo procuraram tanto a Vale como a Suzano Papel e Celulose para ajudar eles neste projeto, contudo as mesmas nunca concretizaram as promessas feitas. Vejamos a seguir este trecho da fala do Seu Rui:

(...) Um tempo nós também procuramos a Vale, mas ela nunca disse e nem deu nenhum retorno. Já o pessoal da Suzano foi até lá ainda e disseram que iam dá as mangueiras pra fazer a distribuição pros lotes, mas depois sumiram e nunca mais apareceram também (Seu Rui, assentado, 10.04.2013).

Em todo assentamento observamos que é muito comum a utilização diversa de madeiras retiradas das áreas da Suzano Papel e Celulose, em especial eucaliptos, para a

construção de alpendres e para a utilização como antenas de televisão. Nas imagens a seguir veremos que demonstram estas situações:



Imagem 04: Reservatório de um dos poços construído pela iniciativa dos assentados.

Fonte: Imagem feita pelos autores.



Imagem 05: Alpendre sustentado por madeira de eucalipto

Fonte: Imagem feita pelos autores.

Essa prática em grande medida se demonstra como uma legítima forma de resistência ecológica que se justifica e legitima pelo senso e um sentimento moral de justiça, tendo em vista a ampla posse desse recurso pela empresa que em função da grandiosidade das suas plantações nem sente falta do que a população do assentamento extrai. Em grande medida há um modesto sentimento rebelde que possivelmente nutre motivam tal prática e também o dimensionamento de mecanismos de controle serem

muito irrisórios e ineficientes para coibir tal prática. Pelo que podemos notar que tal prática é amplamente difundida e que em algumas falas opinaram sobre o tal questão manifestando-se favorável desde que tal prática não acarrete para quem a faz, ganhos econômicos. Vejamos trecho das falas a respeito desta prática:

Um tempo tinha um pessoal que tirava madeira aí dessas áreas da Suzano pra vender, com isso eu não concordo, mas tirar pra fazer uma antena, arrumar uma cerca, não vejo problema é tanta madeira aí que isso nem faz falta pra empresa (SEU RUI, assentado, 10.04.2013).

A retirada desses eucaliptos isso sempre teve desde que eu cheguei aqui e as empresas nunca conseguiram controlar, o pessoal faz e nunca teve problema, logo isso aí é muito grande, a vigilância armada que eles têm não da conta de controlar (...) (OZIAS, Assentado, 07.04.2013).

Até agora demonstramos formas de resistência levando em conta mais os aspectos materiais, a partir do uso, do acesso de meios e recursos e das finalidades disto que tem sido basicamente para a sobrevivência básica da população do Projeto de Assentamento Califórnia. Como a subseção já está muito longa e ainda temos outras demonstrações dessas resistências a fazer, a seguir demonstraremos que para nós são mais relacionadas a um cunho político e também a ideias e visões de mundo. Evidentemente, as acima demonstradas não deixam de também ter um aspecto ideológico e também político.

2.3. Formas de resistências ecologizadas a partir de perspectivas ideológicas e políticas.

As legítimas formas de resistência ecologizada como um viés mais político pode atribuir às ações e manifestações diretas em que a população do Assentamento Califórnia liderou diante de problemas que durante sua trajetória enfrentou relacionado a ação das empresas proprietárias das áreas vizinhas. Em especial da Vale que fabricava carvão vegetal na Fazenda Monte Líbano e a fumaça produzida por esta carvoaria causava muitos danos. Segundo uma das nossas interlocutoras, que é a Dona Eva Maria, durante muito tempo foi muito difícil de viver em virtude da fumaça da carvoaria da Vale e dos danos que esta causava as pessoas que viviam e transitavam principalmente na agrovila do assentamento. Vejamos trechos da fala dela:

Em 2008 a gente viajou, apoiado pelo pessoal da Justiça nos Trilhos e outras ONG's internacionais pra São Luís fazendo denúncia nos órgãos competentes sobre o problema da carvoaria que tinha ali na área da Vale (...). Das oito associações que tem aqui no assentamento, a Santo Antonio foi a única que ingressou com processo contra a Vale (...) aí depois o pessoal ocupou lá fizeram uma manifestação e aos poucos foi parando a fumaça que sufocava nós aqui, era um fumaceiro que ninguém aguentava (...) os processos correm até hoje na justiça, a fumaça parou porque a Vale saiu daí e veio a Suzano,

mas os órgãos competentes parece que nunca deram importância (Dona Eva Maria 19.04. 2013).

A ação de ocupação da carvoaria da Fazenda Monte Líbano ocorreu exatamente no dia 08 de março de 2008, dia internacional da mulher e também exatamente dois anos depois de uma ação de mulheres em áreas com plantações de eucalipto da empresa Aracruz Celulose no estado do Rio Grande do Sul. Na semana que antecedeu a ação, foi realizada no Assentamento Califórnia um encontro de mulheres organizadas a nível estadual pelo MST do Maranhão, no dia do encerramento deste encontro ocorreu a ação onde foi aproveitado a presença e disposição de que cerca de 800 (oitocentas) pessoas, vindas de diversos lugares e pertencentes a diversas organizações e movimentos sociais.

Em virtude de incertezas dos resultados agrônômicos, biológicos, ecológicos, econômicos e sociais, que as plantações de eucalipto das proximidades do Assentamento Califórnia possam a causar ao longo dos tempos, podemos perceber que em virtude disto também são organizados ideias e repertórios científicos informais de conhecimentos em que a população de maneira geral tenta explicar, entender, criticar a expansão e a intensificação do eucalipto e seus processos inerentes. Tais conhecimentos e ideias evidentemente resultam das experiências vividas e de processos de assimilação de conhecimentos amplamente difundidos por movimentos sociais e ecologistas dentre eles os de que: *o eucalipto seca a terra, eucalipto não se come*³, *eucalipto é commodity*. Esses conhecimentos e ideais se manifestam e se tornam compreensíveis não por uma explicação estritamente científica, mas pelo que podemos perceber e compreender, esses são mobilizados e mantidos no repertório popular e coletivo principalmente diante de incertezas que se acentuam pelo silêncio das empresas e do poder público sobre a questão da expansão e do monocultivo do eucalipto⁴.

Elencamos este elemento como uma legítima forma de resistência ecologizada, devido às necessidades e situações que tem a população do Assentamento Califórnia teve de enfrentar e contra argumentar perante as empresas e órgãos do estado, que provavelmente os argumentos destes ainda não foram capazes de convencerem, muito menos eliminar formas de contestação e crítica da população referente ao processo de expansão da eucaliptocultura. Vejamos a seguir trecho das falas onde os interlocutores

³ Este foi o lema de uma campanha liderada pela CPT em meados dos anos 2006 a 2008.

⁴ Essas formas informais de elaboração de conhecimentos sobre o meio natural Alhier (2012) nos fornece uma ideia importante para compreendê-las que é a ideia de ciências pós-normal.

citam situações em que expressam esse repertório de conhecimento e de ideais e que demonstram o não convencimento pelos argumentos científicos, técnicos difundidos a respeito das plantações de eucalipto e processos inerentes a tal, além de pressuposições destes referentes a tal questão:

Nós estamos tentando através da associação uns projetos com a Suzano, porque ela diz que é sustentável, mas parece que ela sustenta somente ela mesma. (...) Esse eucalipto me preocupa muito que ele venha degradar a terra e futuramente o povo não produza mais alimentos. (...) A gente tem sentido que de uns tempos pra cá a terra ta enfraquecendo, o solo tá muito fraco, isso tá prejudicando também os animais e isso tudo eu acho que é por causa desse eucalipto. (...) (Dona Eva Maria, assentada, 19.04.2013).

A Vale dizia e agora a Suzano também diz que esse eucalipto é reflorestamento, como que é reflorestamento que eles vêm corta e vende? Isso aí é como uma mercadoria qualquer, se fosse reflorestamento plantava outros tipos de árvores e deixava aí crescer por conta (SEU RUI, assentado, 10.04.2013).

Para finalizar as demonstrações de legítimas formas de resistência ecológicas da população do Projeto de Assentamento Califórnia apresentaremos uma última. Esta resistência tem sido a articulação da população do assentamento, ou pelo menos de grupos internos, com organizações de redes, que têm enfrentado, debatido e promovido eventos referentes a questões e problemas envolvendo grandes empresas e comunidades que vivem ao entorno de grandes projetos no eixo da EFC. Uma dessas redes de articulação tem sido a rede Justiça nos Trilhos⁵, que tem agregado a esta movimentos sociais, sindicatos associações, dentre outros entes e assessorado político e juridicamente comunidades que tem enfrentado problemas inerentes a ação de mineradoras e siderúrgicas. Com estabelecimento desta aliança foi realizada a produção dos documentários Vale de Lágrimas I e Vale de Lágrimas II, que relata situações e problemas enfrentados pela população do Assentamento Califórnia quando a carvoaria da Fazenda Monte Líbano ainda estava em funcionamento. Tais documentários foram importantes ferramentas de divulgação dos problemas causados pelas atividades da mesma. A produção de mídias que utilizam meios digitais, como os documentários citados, as redes sociais e as páginas eletrônicas dos movimentos sociais e das redes de articulação, não deixa de ser também uma legítima formas de resistência ecológicas a medida que permitem difundir e publicizar informações referentes aos conflitos ecológicos em especial os ecológicos distributivos.

⁵ Para informações mais detalhadas ver: <http://www.justicanostrilhos.org/>.

CONCLUSÃO

Então diante de todos esses elementos e de todas as demonstrações daquilo que ousamos pensar, articuladamente com o nosso referencial teórico, em especial Alier (2012) e as situações empíricas, como legítimas formas de resistência ecológicas sejam elas formais e estruturadas ou difusas e espontâneas alguns pontos são comum entre todas as demonstrações colocadas acima. Dentre estes pontos comuns o uso de recursos e meios naturais para a sobrevivência básica e reprodução das pessoas e a defesa destes meios e recursos.

REFERÊNCIAS

ALIER. Joan Martínez. **O Ecologismo dos pobres**. Editora Contexto. São Paulo, 2012.

ASSIS, Willian Santos; CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. **O uso de carvão vegetal como fonte de energia para o parque siderúrgico de Carajás: controvérsias ambientais, sociais e econômicas**. Marabá, 1 ago. 2010.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas. **Anuário Estatístico da ABRAF, 2012**. Disponível em: http://www.abraflor.org.br/1enga/anais_enga_2012/eixos/1213_1.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

BRASIL. CPRM – Serviço Geológico Brasileiro. **Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil- PGLB: Marabá – folha SB .22-X-D, Estado do Pará, Maranhão e Tocantins**. Brasília: CPRM/DIEGDIG/DEPAT, 2001.

_____. Decreto de 05 de dezembro de 1996. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural constituído pelas “Fazendas Califórnia/Califórnia I e Divisor IV”, situado no Município de Açailândia, Estado do Maranhão, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 06 de dez. de 1996, Seç. 1, p.25980.

CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira: a EFCarajás e a propriedade da terra no Oeste Maranhense. In: COELHO, Maria Célia N.; COTA, Raymundo Garcia (Org.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA; Editora Gráfica Supercorres, 1997.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT); et. al. **Carta aberta do Seminário “Estado e Campesinato na Amazônia: o debate sobre o Distrito Florestal de Carajás”**. Marabá, 01 de set. de 2007.

HÉBETTE, Jean. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais: reflexões sobre a colonização em torno da rodovia Belém-Brasília. Belém, 2004. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2004.

MONTEIRO, Maurílio. Em busca de carvão vegetal barato: o deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia. **Novos cadernos NAEA**, Belém, v.9, n.2, p.55-97, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/67/128> Acesso em: 05 de maio de 2011.

_____. **Siderurgia e carvoejamento na Amazônia**: drenagem energético-material e pauperização regional. Belém: Escola Técnica Federal do Pará, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Amazônia em disputa**: projeto do capital x projeto popular. São Paulo: MST, 2009.

RODRIGUES, Fabiano dos Santos. **Formas de dominação e resistência em um conflito ecológico na Amazônia Oriental**. 148f. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

VALE de lágrimas I : vídeo. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=aYoRBTh7_4g. Acesso em: 15 de setembro de 2012.

VALE diz que MST invade fazenda no Maranhão. [S.l.], **Estadão**, 08 de mar. de 2008. Disponível em: www.estadao.com.br/noticias/nacional,vale-diz-que-mst-invade-fazenda-no-maranhao,136941,0.htm. Acesso em: 04 de set. de 2013.

AS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS CAMPONESAS FRENTE AO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO DO DENDÊ: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DA 4ª REGIÃO DE TOMÉ-AÇU/PA.

Noemi Diniz Sacramento, MAFDS/UFPA

diniz_noemi@yahoo.com.br

Gutemberg Armando Diniz Guerra, NCADR/UFPA

gguerra@ufpa.br

GT4: Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito.

Resumo

Este artigo é resultado dos esforços preliminares da pesquisa a ser desenvolvida para a elaboração da dissertação do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável - MAFDS, em curso de realização no Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará. As informações são provenientes da pesquisa realizada para o projeto de qualificação. A Região Amazônica, em particular o Estado do Pará, vem sendo intensamente influenciada por políticas governamentais como o Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis – PNPB, de apoio à expansão da dendeicultura. No contexto de políticas que propiciam o fortalecimento do agronegócio, agricultores familiares são incentivados por governo e empresas a firmarem contratos de integração à cadeia produtiva da matéria prima cuja finalidade é a produção de biodiesel. Contudo, existem agricultores familiares que, na contramão das políticas públicas, persistem buscando a consolidação de suas atividades e do seu modo de vida através da diversificação produtiva e da organização social e política. Apresenta-se neste artigo o esforço de coleta de dados, análise e reflexão para conhecer as estratégias utilizadas por agricultores familiares que fazem parte da Associação da 4ª Região de Tomé-Açu para permanecerem em suas terras, cujos arredores estão cercados por cultivos de dendê.

Palavras-chave: Dendeicultura; agricultura familiar; conflitos agrários; modernização da agricultura.

Formada em Agronomia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Analista de Desenvolvimento Rural do Governo do Estado do Amapá; Mestranda do Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável/UFPA.

Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (1991); Doutor em Sócio Economia do Desenvolvimento pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, França (1999); Professor vinculado ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará.

Introdução

A instituição de uma nova relação entre agroindústria e campesinato se intensifica no campo paraense, instituída por políticas de incentivos ao cultivo do dendê (*Elaeis guineensis*, Jacq.). Esta relação tem sido tema recorrente em pesquisas realizadas no Estado do Pará (ABRAMOVAY e MAGALHÃES, 2007; ALVES, 2011; BECKER, 2010; CRUZ, 2006; NAHUM e BASTOS, 2014; NAHUM e MALCHER, 2012; SAMPAIO, 2014). Para efeito desta pesquisa considera-se que para além de uma relação definitiva, há camponeses na Microrregião de Tomé-Açu que prosseguem com suas estratégias produtivas para permanecerem na terra e com o grau de autonomia produtiva e reprodutiva que lhes é peculiar.

Mendras (1984, p. 81) *apud* WANDERLEY (1996, p.5), considera que:

Toda história agrária pode ser analisada como uma luta dos camponeses pela posse total da terra, libertando-se dos direitos senhoriais e das servidões coletivas.

Já Nahum e Malcher (2012) consideram que a região esteja fadada a um processo de descampesinização propiciada pelo incentivo à firmação de contratos entre camponeses e o agronegócio para o cultivo de dendê, em que os camponeses serão destituídos de seus territórios e perderão, conseqüentemente, sua identidade associada a um campesinato Amazônico.

É fato que o incentivo para a integração de agricultores familiares ao agronegócio é um panorama visível no cenário atual, contudo é preciso levar em consideração a participação, ao longo da história, do campesinato como categoria profissional e política que se articula, seja em associações, sindicatos, família, comunidade, e que não se modela passivamente nem se abre a manipulações por agentes externos, sem questionamento ou resistência, como sugere Delma Pessanha Neves (1985, p. 139).

Considera-se que através de pesquisas sobre a importância das estratégias camponesas, seja possível indicar possibilidades de políticas públicas voltadas para os camponeses, especialmente para a Região Amazônica, que sempre teve políticas de incentivos para grandes empreendimentos agrícolas e pecuários (COSTA, 2000).

Para a realização desta pesquisa inicial, foram realizadas entrevistas não diretivas (MICHELAT, 1987, p. 191). As ferramentas para coleta de dados foram gravador, câmera fotográfica e caderno de campo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com ênfase em dados primários e secundários.

Considerações sobre o agronegócio do dendê

O dendezeiro (*Elaeis guineensis*, Jacq.), palmeira de origem africana, é considerado uma *commoditie*. Seu cultivo em solos brasileiros não é recente: segundo registros, as primeiras mudas chegaram ao Brasil ainda no século XVI, pelas mãos de escravos, em navios negreiros vindos da África. A Bahia foi o primeiro estado brasileiro a abrigar cultivos de dendezeiro (ALVES, 2007 *apud* ALVES, 2011).

No Pará, as primeiras mudas, trazidas da Bahia, foram plantadas em 1942 por Francisco Coutinho de Oliveira, num campo experimental do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Segundo Homma e Furlan Júnior (2001) citado por Alves (2011), em 1960 ocorreram os primeiros experimentos para o cultivo em escala agroindustrial, promovidos pelo Instituto Agrônomo do Norte (IAN) que em 1973 tornou-se Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental (EMBRAPA), em parceria com o *Institut de Recherche pour les Huiles et Oléagineux* (IRHO), da França.

Em solos paraenses a palmeira encontrou todas as condições edafoclimáticas favoráveis, além das extensas áreas propícias que o cultivo em escala agroindustrial requer (ALVES, 2011). A implantação do primeiro cultivo por uma agroindústria ocorreu na década de 70, com a Dendê do Pará/SA (DENPASA), sob forte aporte financeiro do estado, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (CRUZ, 2006).

Wilkinson (2008, p. 4) alega que a instalação das agroindústrias de capital internacional em território brasileiro, contaram com grandes incentivos governamentais na década de 1970, estimulados a estabelecer filiais em virtude da capacidade do capital internacional em atingir grandes mercados. “A década de 70 assistiu, portanto, a uma rápida consolidação de um complexo agroindustrial constituindo uma fração nova e decisiva do capital, mudando também a relação de forças dentro do bloco dominante” (WILKINSON, *Op. Cit.*).

Desde o início, a instalação de agroindústrias de palma de óleo no Pará contou com incentivos do governo. Este fato se acelerou a partir da criação do PNPB em 2004 e posteriormente com a criação do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP) em 2010 (MDA, 2014), que incentivam o estabelecimento desse setor econômico na região. Segundo Homma e Vieira (2012, p. 81):

O lançamento do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) no município paraense de Tomé-Açu, no dia 06/05/2010, trouxe mais um desafio

importante à produção agroenergética brasileira. Com a previsão do plantio de 350.000 ha de dendezeiros, surgiu a perspectiva de um novo ciclo econômico na Amazônia (p.81).

Com o surgimento desses programas é possível verificar um aumento significativo no número de agroindústrias que se instalaram na região. Sampaio (2014, p. 90) diz que a atuação das agroindústrias tem cunho puramente capitalista de produção no território e, que modificam suas atuações e seus sistemas produtivos de acordo com as dinâmicas e interesses econômicos e de mercado.

Quais são as alegações do governo no incentivo à agroindústria da palma de óleo na Amazônia? As iniciativas de fomento do governo à agroindústria para a produção de Biodiesel, os combustíveis derivados de espécies vegetais, surgiram com os indicativos de esgotamento e insustentabilidade do combustível fóssil (petróleo), além de se estruturar sobre um discurso de inclusão social (MDA, 2014).

Outro fator que permitiu o aumento do número de agroindústrias de palma de óleo foi o Zoneamento Agroecológico do Dendzeiro (ZAED), produzido pela EMBRAPA, que identifica áreas com condições para o cultivo do dendê.

Num conjunto amplo de medidas que fortalecem a implantação da agroindústria da palma de óleo, está também o processo de integração entre agricultores familiares e a agroindústria, através de contrato de parceria. Para Farina (1997) citado por Mengel e Aquino (2011, p. 2) a integração entre indústria e agricultores consiste em uma alternativa utilizada por empresas agroindustriais, com o objetivo de garantir uma parcela da matéria-prima necessária para manter o processo produtivo em funcionamento. Segundo Mengel e Aquino essa alternativa de aumento da produção não é recente.

Payés (1993) *apud* Mengel e Aquino (2001, p. 2) assevera que:

A ideia de integração compreende um vasto leque de situações. Todavia, de modo geral, este termo refere-se à exclusividade da garantia de compra da produção de determinados agricultores por parte de uma indústria. Às vezes, este compromisso de compra e venda é estabelecido por meio de contratos, em outras não.

Sampaio (2014, p. 95) ao realizar pesquisa sobre o processo de integração no caso da agroindústria de palma de óleo, considera que esse processo de formulação contratual entre o capital e o trabalho (agricultura familiar), tem criado um “ambiente de convergência de interesses econômicos, em função da realização do lucro e da dominação de relações de produção capitalista em diferentes níveis”.

Seguindo o pensamento de Wolf (1970), o que não deve ser esquecido é que “o camponês não realiza um empreendimento no sentido (puramente) econômico, ele sustenta uma família e não uma empresa”; sua terra é “tanto uma unidade econômica quanto um lar” (WOLF, 1970, p. 28). Basta declarar que as lógicas de produção são diferentes e que a agroindústria acaba tendo espaço privilegiado.

O que se verifica é que apesar do discurso do governo se firmar sobre a noção de desenvolvimento sustentável, de melhoria da qualidade de vida para os camponeses, há, visivelmente, o fortalecimento da agroindústria da palma de óleo na Microrregião de Tomé-Açu. Segundo Abramovay (2010), apesar dos discursos de desenvolvimento sustentável, que alia a noção de crescimento econômico à manutenção dos recursos naturais, o que se verifica para a Amazônia, ainda hoje, é que a produção de *commodities* tem sido considerada a vocação decisiva da região.

O engrandecimento dessa vocação foi fomentado ao longo da história, principalmente pelas esferas públicas de poder. Muitas políticas e estratégias governamentais e de empresas privadas estão permeadas de discurso de desenvolvimento sustentável, contudo o que se constata é a falta de coerência, o que retira o alcance estratégico de determinadas ações (ABRAMOVAY, *Op. Cit.*).

Todos os cinco municípios da Microrregião de Tomé-Açu possuem agroindústrias atuando em seus territórios (Tabela 1):

Tabela 1 Municípios da Microrregião de Tomé-Açu e Agroindústria de Palma de óleo.

MUNICÍPIOS	AGROINDÚSTRIAS DE PALMA DE ÓLEO
MOJU	AGROPALMA, BIOPALMA, PETROBRAS/GALP.
TAILÂNDIA	AGROPALMA, PETROBRAS/GALP
ACARÁ	AGROPALMA, BIOPALMA
CONCÓRDIA DO PARÁ	BIOPALMA, DENTAUÁ, PETROBRAS/GALP
TOMÉ-AÇU	BIOPALMA, PETROBRAS/GALP

Fonte SAGRI – PA (2014)

Observa-se que as políticas desenvolvidas pelo Governo geram o fortalecimento e abre premissas para a instalação de novas agroindústrias no espaço agrário local, apesar das afirmações governamentais de fortalecimento da agricultura familiar. O reflexo da expansão da agroindústria pode ser percebido mesmo para grupos

camponeses que não se integraram aos projetos de cultivo da palma, como é o caso dos agricultores familiares da 4ª Região de Tomé-Açu.

Segundo Abramovay e Magalhães (2007), o PNPB incentivou a formulação de vínculos sociais entre atores que não pertencem ao mesmo universo econômico, político e cultural. Mesmo os camponeses não integrados são, constantemente, assediados por funcionários das empresas para virarem “parceiros” das agroindústrias.

O discurso de inclusão social formulado no início dos debates sobre a produção de biodiesel em parceria com a agricultura familiar fazia uma comparação entre a criação de postos de trabalho na agricultura empresarial e na familiar, no qual a agricultura empresarial, em média, emprega um trabalhador para cada 100 hectares cultivados, enquanto que, na familiar, a relação é de apenas 10 hectares por trabalhador. Esses dados foram utilizados para demonstrar a importância de incluir a agricultura familiar na produção de biodiesel (HOLANDA, 2004, p. 23).

Para Becker (2010), apesar de constituir uma renda para os pequenos produtores que tem dificuldade para atuar isoladamente frente ao custo de implantação, a inclusão de agricultores familiares à cadeia do biodiesel, através dos contratos, cria um processo de dependência em relação às empresas, que impõem seus pacotes tecnológicos e demais regras de produção.

O dendê no contexto regional

A expansão do cultivo de dendê é um fenômeno visível na Microrregião de Tomé-Açu possível de ser percebida apenas com o olhar sobre as paisagens que conformam as margens das estradas que levam aos seus municípios (a microrregião de Tomé-Açu compreende os municípios de Moju, Tailândia, Concórdia do Pará, Acará e Tomé-Açu). Esta atividade gera a reconfiguração do espaço agrário paraense e agrava o processo de descampesinização (campo sem camponês), como sugerem Nahum e Bastos (2014, p. 471).

A expansão dos cultivos de dendê se fortalece através de políticas de incentivos dos governos federal, estadual e municipal, e vem influenciando a vida e a organização camponesa na região. Segundo Becker (2010), a criação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)¹ e do Selo Combustível Social (SCS), são

¹ As principais diretrizes do PNPB de acordo com MDA (2007) são:

- Implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social.
- Garantir preços competitivos, qualidade e suprimento.

instrumentos para incentivar o cultivo da palma na Amazônia, enfatizando a inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva, através de vantagens econômicas e fiscais para empresas que selem acordos com agricultores familiares.

O Governo Federal lançou o Selo Combustível Social, como um conjunto de medidas específicas, visando estimular a inclusão da agricultura familiar nessa importante cadeia produtiva, conforme Instrução Normativa nº 01, de 05 de julho de 2005. Em 30 de Setembro de 2005, o MDA publicou a Instrução Normativa nº 02 para projetos de biodiesel com perspectivas de consolidarem-se como empreendimentos aptos ao Selo Combustível Social (MME, 2014). O Selo Combustível Social garante às agroindústrias, principalmente e prioritariamente, incentivos fiscais como a redução de impostos e facilidade de acesso a créditos.

Abramoway e Magalhães (2007, p. 4), consideram que:

É a primeira vez que se organiza uma política em que o Estado cria condições para que parte importante da oferta de matéria-prima para uma determinada indústria venha de unidades produtivas que, sem esta intervenção, dificilmente teriam participação expressiva no mercado.

Agricultores familiares são incentivados a firmar contratos com a agroindústria, passando a integrar a produção da palma sob direcionamento da empresa integradora, transitando de um modelo de agricultura tradicional em que a família direciona a produção, para um modelo de agricultura orientado de fora do estabelecimento familiar.

Para Nahum e Malcher (2012),

[...] quando o camponês se associa à cadeia produtiva do dendê e participa da produção como mão de obra familiar, mesmo não sendo destituído do principal meio de produção, a terra, passa a produzir sob os designios do agronegócio, ameaçando a produção de subsistência e a sua autonomia enquanto camponês.

O PNPB prevê uma série de incentivos para as empresas que garantam a compra da produção da agricultura familiar, sem considerar os riscos que a integração impõe ao modo de vida camponês. A principal motivação do empresariado é o acesso ao selo combustível social, garantido pelo governo para empresas que integrem a agricultura familiar ao seu processo de produção.

Almeida e Marin (2010) chamam a atenção para um conjunto de medidas adotadas por empresários do agronegócio para incorporar novas áreas de terras aos seus empreendimentos, sem considerar as populações tradicionais que lá vivem há décadas. Nesse conjunto de “agroestratégias” (ALMEIDA e MARIN, *Op. Cit.*), há o desejo de

• Produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas.

reformulação e apoderamento do território amazônico, onde a elevação dos preços das *commodities*² gera um aumento da demanda por terras, o que acirra conflitos e pressões sobre territórios ocupados, mas não titulados.

As empresas avançam e espalham seus projetos sobre o território, o avanço dos cultivos agroindustriais sobre as áreas tradicionalmente ocupadas expõe as populações camponesas ao risco da perda de diversidade produtiva, do conhecimento construído e repassado oralmente, e o impacto direto na autonomia e sobrevivência camponesa.

O maior perigo na instigação dessa “modernização”³ avassaladora, que é ensejada pelos poderes públicos e privados, da agricultura, consiste na transformação cultural, na destruição dos conhecimentos tradicionais, adquiridos ao longo de séculos de aprendizagem e repassados de pai para filhos e, a consequente desarticulação da agricultura camponesa (TOLEDO, 2005).

Uma das grandes preocupações suscitada pelo avanço da economia capitalista no campo é se o resultado desse processo seria uma tendência à extinção próxima e definitiva das sociedades camponesas, ou se, ao contrário, estas sociedades conseguiriam resistir em meio à constante ameaça à sua reprodução (GODOI, MENEZES, MARIN, 2009).

A 4ª Região de Tomé-Açu

Durante viagem de cinco dias, realizada na disciplina Agroecologia e Sistemas Agroflorestais, promovida pelo Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS) do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR), cujo objetivo era aproximar os alunos da realidade encontrada na Região Nordeste Paraense, foi possível observar que apesar das políticas criadas pelo governo, os camponeses continuam criando estratégias para permanecerem em suas terras.

No dia 10 de Julho de 2014, visitou-se a Associação da 4ª Região de Tomé-Açu. Em entrevista realizada com um representante da Associação sobre seus projetos produtivos, foram relatadas as investidas de representantes das agroindústrias de palma

² “Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial”. (SANDRONI, 1999 p. 113).

³Segundo Escobar (2010), a noção ocidental de desenvolvimento, baseada no crescimento econômico, ganhou força a partir do discurso do presidente americano Harry Truman, que afirmava que para alcançar o desenvolvimento as nações mais pobres deveriam produzir mais, e somente iriam conseguir esse aumento da produção através de uma aplicação modernizante de conhecimento técnico e científico.

de óleo para que os camponeses se integrem aos projetos de cultivo. Para isso são acenadas possíveis vantagens econômicas, como a melhoria da renda, possibilidade de renda durante todos os meses do ano e estabilidade financeira; estes benefícios são pregados sob argumento de redenção financeira para quem vive à margem do “desenvolvimento”⁴.

Segundo Ploeg (2008), a prática agrícola pode desviar e ir em direção da integração e não da autonomia, criando novas identidades e padrões de vida no campo, se tomado a rigor esse modo de ordenamento dominante. O que ele chama de “império”, tende a marginalizar e destruir o campesinato juntamente com os valores que este traduz e produz. Tal marginalização, em se tratando dos projetos de integração com o agronegócio para a produção de dendê, é mascarada como uma política de desenvolvimento, que geraria recursos financeiros capazes de promover estabilidade ao homem do campo. Contudo, os camponeses associados à Associação da 4ª Região de Tomé-Açu persistem em manter os cultivos diversificados como estratégia de produção e de reprodução.

Para a realização da pesquisa foi escolhido o Município de Tomé-Açu, localizado na Mesorregião Nordeste Paraense e Microrregião de Tomé-Açu. A área total do município é de 5.145,361 Km²; a população estimada para 2014, seguindo as projeções do censo 2010, é de 59.795 habitantes; ao norte faz limite com os municípios de Acará e Concórdia do Pará; ao sul com o de Ipixuna do Pará; a leste com Tailândia e Acará e a oeste com Ipixuna e Aurora do Pará (IBGE, 2014).

Segundo Sampaio (2014: 25), a formação da população, da cultura e das atividades agrícolas de Tomé-Açu, foi substancialmente influenciada pelos imigrantes japoneses, que lá chegaram a partir de meados dos anos 1920 e, posteriormente, pelo cooperativismo, com a fundação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), em 1949, além da influência de colonos vindos de municípios da própria região, por nordestinos e sulistas.

No início da década de 1980 houve, naquele município, a reorganização sindical como indício da articulação camponesa no município, motivados pela expropriação de

⁴ Ao longo de muitas décadas ocorreu um esforço enorme para conceituar desenvolvimento ligando-o ao acúmulo de capital e, para garantir sua difusão através de conhecimentos obtidos por especialistas em centros responsáveis pela geração de tecnologias, estas inovações tecnológicas deveriam ser repassadas a todos os países do Planeta como um modelo redentor da sociedade (ESCOBAR, 2010).

terras causada pela chegada de fazendeiros vindos do Sul e Sudeste do Brasil. Naquele período as estratégias de permanência camponesa fora a organização sindical, fato este que culminou no assassinato do líder sindical Benedito Alves Bandeira, em 1984 (TONETTO, 2007).

No Município de Tomé-Açu, assim como nos demais da Microrregião de Tomé-Açu, é possível verificar a forte presença de cultivos de dendê em escala industrial e em pequena escala. A paisagem às margens das estradas são demonstrações da expansão dos cultivos da palma de óleo de dendê. Contudo, o município é conhecido pelo cultivo em Sistemas Agroflorestais - SAF's , pratica que teve início com os japoneses e se espalhou para os demais camponeses do município, transformando Tomé-Açu em referência nesse tipo de cultivo na Mesorregião Nordeste paraense.

Nesse universo, que compreende o território do Município de Tomé-Açu, optei por verificar as estratégias dos camponeses que fazem parte da Associação dos Produtores da 4ª Região de Tomé-Açu (Figura 1), que buscam a permanência em seus lotes através da diversificação da produção.

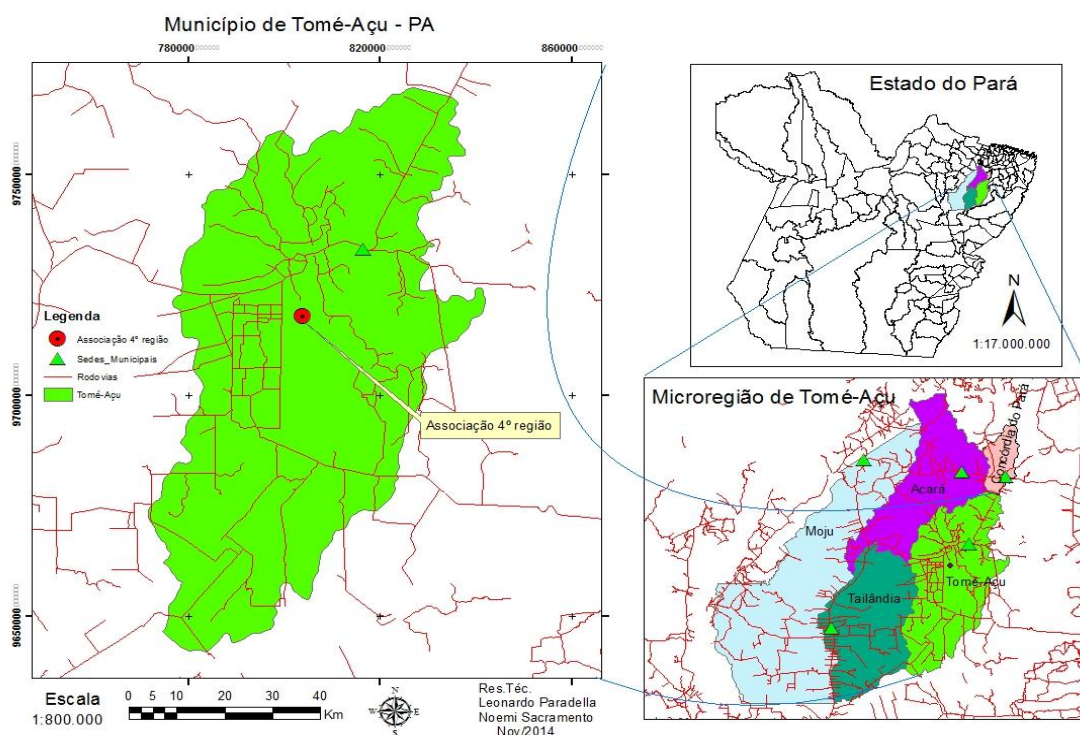


Figura 1 Mapa de localização da microrregião e Município de Tomé-Açu

Elaborado por Leonardo Paradella, 2014.

A Associação da 4ª Região surgiu em 1992, sendo oficializada em 1993, da união de várias comunidades com o único objetivo de acessar o crédito do FNO⁵ (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), para o cultivo de pimenta do reino, açaí, cupuaçu e criação de gado (cultivos não consorciados). O nome quarta região é uma herança da organização religiosa, no início da década de 90 do século XX quando a Igreja Católica agrupava as Comunidades Eclesiais de Base que ficavam próximas, em regiões. Posteriormente a divisão foi denominada de Setor e atualmente em Área, contudo a Associação permaneceu utilizando o nome de Região para se identificar.

Com o insucesso dos projetos financiados com crédito do FNO, devido à incidência de pragas e doenças, falta de assistência técnica e insumos, houve a saída de vários associados da Associação, restando por um período apenas cinco associados. O fortalecimento da Associação da 4ª Região de Tomé-Açu se deu a partir da firmação de convênio entre a associação, sob aporte financeiro concedido pela MITSUI Co & Ltda Fundação do Meio Ambiente, com a WRS (Wildlife Research Society⁶) e CAMTA, em 2009, para a diversificação dos cultivos. Em Novembro de 2014 eram são 20 associados, que representavam uma família cada um, de quatro comunidades diferentes: Parauá, Bom Jardim, Jamiq e São Raimundo Nonato (Anauerazinho).

O projeto financiou a construção de uma unidade demonstrativa experimental de cultivo diversificado, localizada ao lado da sede da Associação (Figura 2), a construção da sede da Associação e a compra de máquinas despulpadoras e embalagem a vácuo. A unidade serviu para que posteriormente todos os associados implantassem o cultivo diversificado em seus lotes, o que lhes permite ter produção durante todos os meses do ano e alimentação saudável, já que os cultivos são implantados seguindo o modelo de cultivos com baixo ou nenhum uso de insumos externos.

Nos lotes os cultivos diversificados seguem o modelo da parcela associativa, e as espécies comumente encontradas são: pimenta do reino (*Piper nigrum* L.), cacau (*Theobroma cacao* L.), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*. (Willd. ex Spreng.) K. Schum), acerola (*Malpighia emarginata* DC.), banana (*Musa sp.*), açaí (*Euterpe*

⁵ Os Fundos Constitucionais foram criados pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu em seu artigo 159, inciso I, alínea “c”, a obrigação de a União destinar 3% da arrecadação do IR (Imposto sobre a Renda) e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional (SUDAM, 2014).

⁶ Trata-se de organizações Japonesas sem fins lucrativos que atuam na região em virtude da relação com a CAMTA

oleracea), taperebá (*Spondias mombin* L.); castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*, H. B. K) e Mogno (*Swietenia macrophylla*), que servem de poupança para o futuro; e culturas anuais: melancia (*Citrullus lanatus*), milho (*Zea mays*), macaxeira (*Manihot sp.*) e mandioca (*Manihot esculenta* L.). Há, também, a criação de pequenos animais (galinhas, patos e suínos).



Figura 2 Cultivo diversificado em área da Associação da 4ª Região de Tomé-Açu.
Foto: SACRAMENTO (2014).

A área produtiva da Associação é trabalhada quinzenalmente por todos os associados, divididos em dois grupos. A renda da venda da produção é revertida no pagamento das despesas da Associação. O mutirão tem início às 7:00 da manhã, com pausa para o almoço e se os trabalhos não tiverem terminados, os serviços continuam a tarde. Em 2014, a WRS continuava em parceria com a associação através do pagamento de técnicos que dão suporte às atividades agrícolas desenvolvidas pelos agricultores associados.

Os Associados e as estratégias do agronegócio

Os associados estão localizados numa região que vem sendo intensamente integrada aos projetos de cultivo de dendê para a produção de biocombustíveis. Os agricultores associados estão sendo constantemente assediados por empresas, para integrarem-se aos projetos de cultivo de dendê.

De acordo com Toledo (2005), a simplificação da agricultura, com a implantação de monocultivos gera, como principal consequência, a destruição do saber

local, aquele de caráter empírico, transmitido oralmente e que é próprio das formas não industriais de apropriação da natureza. Segundo o autor, a agricultura moderna, especializada, trata com desdém o que é próprio das populações tradicionais.

Constatamos no diálogo⁷ com um associado, a tentativa da agroindústria em expandir suas áreas através da substituição dos cultivos diversificados pelo cultivo do dendê. As empresas fazem constantes visitas aos agricultores ressaltando as possibilidades financeiras que a integração ao projeto pode gerar. Para a presidente da associação, o trabalho com o dendê é difícil, “um cacho de dendê é muito pesado, e é muito trabalhoso e a gente não come dendê”. Segundo ela, as empresas propuseram o cultivo de mandioca nas entrelinhas do dendê, como forma de “diversificação produtiva”, no entanto este novo arranjo não reduz a penosidade⁸ do trabalho com o cultivo da palmeira.

A prática de cultivo intercalar funciona bem nos primeiros anos em que a cultura principal não compete em luminosidade, água e nutrientes com a mesma intensidade que na fase adulta, quando se inviabiliza, praticamente, este mecanismo de consorciamento.

Verifica-se que há um processo de negociação em que a agroindústria tenta se livrar da ideia de monocultivo propondo o consórcio com culturas intercalares, que só é possível nos primeiros anos. Após esse período a mandioca ou outras espécies não conseguem se desenvolver, em vista de fatores limitantes proporcionados pelo cultivo de dendê. Este consórcio serve também de argumento para a preservação da atividade produtiva para o consumo da família. Da parte dos produtores familiares, a opção pelo dendê não reduz a penosidade do trabalho, tampouco amplia as possibilidades de monetarização, diversificação e cobertura de riscos em casos de pragas, doenças e queda de preço.

Considerações em curso

Seria prematuro escrever considerações finais para este artigo, pois trata-se de uma pesquisa inacabada, de um esforço preliminar de análise, cujo produto final será exposto na dissertação de mestrado. Contudo, é possível indicar algumas considerações em curso sobre os agricultores associados na Associação da 4ª Região de Tomé-Açu,

⁷ Dialogo realizado no dia 10/07/2014, durante viagem da disciplina Agroecologia e SAF's.

⁸ Sobre Penosidade do Trabalho; Ver: CHAYANOV, A. V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas.**

em que se verifica como principal motivo do fortalecimento da diversificação produtiva como estratégia de permanência em suas terras, o fato de estarem organizados e de possuírem um discurso unificado.

Historicamente as políticas desenvolvidas para a Amazônia foram planejadas desconsiderando as especificidades locais, as características da população que depende dos recursos naturais e recursos imateriais para permanecerem em suas terras, pensando sempre numa perspectiva homogeneizadora. O PNPB pode ser um limitador da produção camponesa, desvalorizando suas trajetórias pessoais e impulsionando a economia patronal, representada pela agroindústria do dendê na região, mas esse fato não pode ser entendido como a extinção do campesinato, uma vez que: “os camponeses, nessas circunstâncias (avanço do capital), nem desaparecerão completamente, nem permanecerão como antes, nem se tornarão proletários rurais nos termos da teoria clássica do capitalismo” (SHANIN, 1980, p. 57 *apud* GODOY, MENEZES E MARIN 2009, p. 23).

Referências

- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento Sustentável: qual a estratégia para o Brasil? **Novos Estudos CEBRAP**, ISSUE 87. 2010. pp. 97-113.
- ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. **O acesso dos agricultores familiares aos mercados do biodiesel**: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais. Texto exp. na Conferência da Associação Internacional de Economia Alimentar e Agroindustrial (AIEA2), Londrina/PR, 22 a 27/07/2007.
- ALMEIDA, A. W. B. De. ; MARIN, R. A. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. Org. BOLLE, W; CASTRO, E; VEJMEKA, M. – São Paulo: Globo, 2010.
- ALVES, S.A.O. **Sustentabilidade da agroindústria de palma no Estado do Pará**. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luís de Queiroz”, 2011.
- BECKER, B. K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? **Confins**, São Paulo, n. 10, 2010. Disponível em: <http://confins.revues.org/6609>. Acesso em: 29 de Agosto. 2014.
- BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1946-28-junho-1996-435815-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 31/10/2014.

- CHAYANOV, A.V. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas. IN: GRAZIANO DA SILVA, J. F. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.133-163.
- COSTA, F.de A **Formação Agropecuária na Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA. NAEA, 2000. 355p.
- CRUZ, B. E. V. da. **Territorialização e organização espacial do Grupo Agropalma**. Dissertação (Mestrado) PPGE/UFPA. 2006. Disponível em: www.ufpa.br/ppgeo/arquivos/dissertacoes/2006/Benedito%20Valente.pdf. Acesso em: 06/11/2014.
- ESCOBAR, A. **Una Minga para el postdesarrollo**: lugar, medio ambiente y movimientos sociales em las transformaciones globales. Lima: Universidade Nacional Mayor de San Marcos. Peru. 2010.
- GOODMAN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, vol. 5, nº. 4. Out./dez. 1985. p. 31 – 56.
- HOLANDA, A. Biodiesel e inclusão social. Câmara dos deputados. **Série caderno de altos estudos**. Brasília; nº. 1, 2004. 200p.
- HOMMA, A.KO; VIEIRA, I.C.G. Colóquio sobre dendezeiro: prioridades de pesquisas econômicas, sociais e ambientais na Amazônia. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v. 8, n. 15, jul./dez. 2012.
- IBGE. **Cidades-histórico**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=150800&search=para%20tome%20acu%20infograficos%20historico>. Acessado em: 29/10/2014.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Biodiesel**. Disponível em: <http://portal.mda.br/portal>. Acessado em: 07/11/2014.
- MENGEL, A. A.; AQUINO, S. L. Integração produtiva na agricultura familiar: um debate sobre perspectivas de desenvolvimento. In: **II Conferência do Desenvolvimento** (IPEA), nº I, Anais... Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/chamada2011/pdf/area11/area11-artigo1.pdf>. Acessado em: 25/10/2014.
- MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. (Orgs.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Livraria e Ed. POLIS. 1987.

MME. Ministério das Minas e Energia. **Selo Combustível Social**. Disponível em: http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/menu/selo_combustivel_social.html.

Acessado em: 19/11/2014.

NAHUM, J.S.; BASTOS, C. Dos S.; Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, abr., 2014. p. 469-485.

NAHUM, J. S.; MALCHER, A. T. C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Confins**, São Paulo, n. 16, 2012. Disponível em: <http://confins.revues.org/7947>. Acesso em: 02 de Setembro. 2014.

NEVES, D. P. Diferenciação sócio-econômica do campesinato. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1985. Anpocs, Cortez Editora, 1985: 220-241.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização./ Tradução: PEREIRA, R. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

SAMPAIO, I. C. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no Município de Tomé-Açu (PA)**: efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Belém, PA, 2014.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SORJ, B.; POMPERMAYER, M. J.; CORADINI, O. L. **Camponeses e agroindústria**: transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.

SUDAM. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **FNO**. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/incentivo-a-investimentos/fundo-constitucional-do-norte-fno>.

Acessado em: 16/11/2014.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In.: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. 2008.

TOLEDO, V. La memoria tradicional: la importancia agroecológica de los saberes locales. LEISA. **Revista de Agroecología**. Abril. 2005.

TONETTO, S. **Poderão matar as flores, mas não a primavera**: a construção de Benezinho e Virgílio como símbolos de luta pela terra no imaginário social do campesinato da região guajarina. Monografia (Graduação). Universidad Politecnica

Salesiana Facultad de Ciencias Humanas y de la Educación. Quito - Ecuador Sub-Sede de São Luis/MA – Brasil. 2007.

WANDERLEY, M. N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX encontro anual da ANPOCS. GT 17. **Processos sociais agrários**. Caxambu, MG. Outubro. 1996.

WILKINSON, J. **O Estado, a agricultura e a pequena produção**. – Rio de Janeiro: Ed. On line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/WILKINSON_O_estado_a_angroindustria_e_a_pesquena_producao_FINAL.pdf. Acessado em: 18/11/2014.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Trad. SILVA, O.C.C. da. Rio de Janeiro: Ed. ZAHAR, 1970.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

AGRICULTURA FAMILIAR, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO RURAL: ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Irenilda Angela dos Santos(UFMT);Edir Vilmar Henig*(Univ. de Coimbra)

irepanta@gmail.com; edirhenig@hotmail.com

*CAPES

GT4- Camponeses e agronegócio: estratégias de reprodução e conflito

O presente artigo aborda os reflexos da construção da cidadania dos agricultores familiares frente ao agronegócio, com a certeza de que esta pode garantir não só renda e cidadania, mas também melhoria no campo da saúde humana e ambiental, rumo ao desenvolvimento sustentável. A trajetória da agricultura familiar mostra que esta inibe o êxodo rural, gera emprego e renda e através dela se pode conquistar cidadania e empoderamento. Abordamos como a agricultura familiar pode ser vista como alternativa frente ao agronegócio no estado de Mato Grosso, um estado marcado por latifúndios, sendo que a agricultura familiar traz como possibilidade a transformação social no meio rural e alternativa para segurança alimentar do país, sendo, portanto, uma atividade que depende de políticas públicas comprometidas com o setor. O desenvolvimento rural aqui é visto como um conjunto de ações e práticas que visam reduzir a pobreza em áreas rurais, estimulando processos de participação que vão gerar empoderamento aos habitantes rurais, tornando-os capazes de definir e controlar suas prioridades para a mudança, como já acontece em países como Portugal, França e Inglaterra, e nos Estados Unidos onde as propriedades rurais são de caráter familiar e seus proprietários buscam agregar valor à sua produção. Por fim, demonstramos que mesmo nos doze anos governo petista, a política de qualificação de assentamentos apresentou tímidas mudanças, que não atingiram as necessidades dos trabalhadores. O artigo teve como metodologia o debate teórico crítico para a construção da compreensão da realidade destes trabalhadores do campo e a construção histórica do agronegócio, que sempre recebeu apoio e suporte do estado brasileiro, desde a lei de terras em 1850.

Irenilda Ângela dos Santos, Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2004), é professora associada da UFMT, na graduação em Serviço Social e mestrado em Política Social. Áreas de interesse: Políticas Públicas, ambiente sustentabilidade, agricultura camponesa, políticas ambientais e desenvolvimento local. Ministra atualmente as disciplinas Serviço Social e questão ambiental e Serviço Social e questão Agrária, orientando seis mestrandos em Política Social, na UFMT e um doutorando, na UC- Universidade de Coimbra, Portugal.

Edir Vilmar Henig, Doutorando em Território, Risco e Políticas Públicas pela Universidade de Coimbra (Portugal), Mestre em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso. Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso (2008) e graduação em Ciências Contábeis. Experiência em agricultura familiar, Agroecologia, Questão Agrária, PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos, Políticas Sociais, Políticas Públicas. Atualmente desenvolve estágio sanduíche junto ao Istituto di Diritto Agrario Internazionale e Comparato (Firenze - Itália).

Introdução

A construção histórica do Brasil foi marcada por intensa expropriação de bens naturais, econômicos, sociais e culturais dos povos nativos, e com o decorrer dos tempos a forma de exploração sofre mutações, o que antes era enviado para a Coroa Portuguesa agora passa a engrossar os cofres da emergente elite brasileiras.

As terras passam a partir de 1850 a ter valor comercial, firmada através da Lei de Terras, e que teve clara intenção em favorecer os latifundiários, muitos deles já exerciam autoridade legislativa e executiva junto ao Estado, e em consequências trouxeram grandes dificuldades para os pequenos proprietários que tinham de seu pedaço de chão a única fonte de renda e garantia de manutenção social.

Desta forma a ocupação do solo brasileiro ficou extremamente concentrada, e as políticas de fiscalização impostas pela Lei de Terras se apresentavam falhas e ineficientes por vários quesitos, mas o principal deles era o de proteger aqueles que tinha a terra como forma de poder, e através do coronelismo mandavam e desmandavam nas instituições políticas, e se utilizavam da violência e da intimidação para conseguirem seus objetivos, de permanecer com a posse das terras e consequentemente com o poder que provinham delas.

Mas a luta dos pequenos produtores sempre houve, como forma de resistência às investidas dos coronéis, e a história conta fatos bárbaros de coerção, violência e ameaças por parte dos latifundiários, mas que bravamente, foram sendo superados pelos trabalhadores, e é certo que organizações e associações estes homens e mulheres contribuíram para que se conseguissem significativas conquistas nos campos dos direitos, e é nesta perspectiva que este trabalho se objetiva, ao louvar a brava trajetória dos pequenos trabalhadores rurais que através dos anos foram conquistando visibilidade política, social e econômica, como categoria.

O percurso do estudo é de caráter bibliográfico e documental, e tem como debate as diversas conquistas dos trabalhadores rurais, aliadas à efetividade de políticas sociais que promovam efetividade e eficácia, além da reforma agrária, como pontos chaves para que a agricultura familiar possa se manifestar como instrumento de emancipação humana no campo.

A Questão Agrária no Brasil

A questão agrária no Brasil não é recente, ao contrário, as disputas pelas terras brasileiras surgem com a chegada dos portugueses em solo indígenas, ao matar, ao escravizar, violentar os povos nativos, que com o passar dos séculos, deu lugar a novos

sujeitos na cena das disputas pelas terras férteis e ricas em minerais, banhada por muitos rios, espanhóis e holandeses juntaram-se aos portugueses e se embrenharam em guerras sangrentas. A trajetória da questão agrária¹ no Brasil é traçada pela intensa concentração da terra, expropriação e resistência dos trabalhadores rurais e de muitas discussões sobre o tema. Ao se levar em conta os pressupostos levantados por diversos autores, é possível verificar como essa questão resultante do processo histórico no Brasil, originou as grandes concentrações de terras e o início de um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente, que se arrasta através dos anos até nossos dias e conseqüentemente, torna-se mais um problema estrutural da sociedade brasileira. Isso quer dizer, que a questão agrária é histórica e também socialmente construída, ou seja, assume diferentes significados e configurações ao longo do tempo e emerge na luta de grupos sociais organizados, que expõem a realidade do campo e reivindicam cidadania por meio do acesso a terra (SOARES, 2009, p. 17).

Desde a descoberta das terras brasileiras para o povo europeu, o Brasil esteve marcada pelo poder do latifúndio e pelos desdobramentos desta realidade, como a exclusão e a violência praticada pelos modelos adotados pelo Estado na distribuição das terras, e pelos proprietários que se apossavam delas, ao expulsar as comunidades tradicionais, matar e violentar todos os que se opunham aos seus ditames para constituir a principal forma de manter e praticar o poder dos latifundiários, através dos séculos com base em modelos de exploração, ou não, das propriedades e estas, legitimadas pelo Estado.

As sesmarias estabeleciam a estrutura fundiária e a distribuição das terras no período colonial, conforme destaca Comparato (2008, p. 3), “[...] o rei, investido no domínio eminente de tais imóveis, decide impor o seu aproveitamento efetivo aos particulares, considerados meros titulares do domínio útil”, sob estas condições as terras continuavam em poder do Estado, e eram repassadas à população com a obrigação de cultivá-la. Torna-se latente a realidade portuguesa, bem diferente da brasileira, uma vez que o sistema de sesmarias fora criado para sanar à falta de viveres dos portugueses, problema que não era o caso brasileiro, que possuía potencial de produção de alimentos, mas lhe faltava população para produzir, e devido a falta de fiscalização por parte da coroa, que só permitia a posse mediante produção, acarretou na criação e manutenção de gigantescos latifúndios improdutivos, ou seja, as pessoas tinham a posse da terra,

¹ É uma expressão que representa o conjunto de questões relativas ao acesso, posse, uso, domínio, propriedade, estruturação e desempenho da função social da terra.

fato que era proibido pela coroa, mas que pela falta de fiscalização permanecia na mão de seus proprietários mesmo sem produção alguma.

Em 1822, o Príncipe Regente através de uma Resolução, suspendeu as sesmarias em todo o Brasil, o qual sofreu resistência dos latifundiários que tinham a posse das terras, que temiam por um enfraquecimento de seu poder político e econômico, pois a Inglaterra pressionava o Estado brasileiro a não utilizar o tráfico de negros africanos para serem escravizados no país. Por sua vez, a abolição trouxe consigo a Lei de Terras de 1850, claramente preocupada com os latifundiários, e demonstra um caráter compensador aos “danos” causados por esta, conforme segue:

O fim do tráfico permitiu a existência de investimentos em outras atividades econômicas (bancos, ferrovias, etc.), contribuindo para a adaptação da sociedade brasileira às exigências capitalismo. Portanto era necessário que o escravo deixasse de ser uma mercadoria rentável e que a terra assumisse esse papel o mais breve possível (ALBUQUERQUE FILHO, 2013, p. 1).

A regulamentação das terras fundamentadas na Lei de Terras, a partir da sua promulgação lhe agregou valor, passaram a se constituir bem de capital, e só poderia ser adquirida através da compra e venda, eliminou as concessões das sesmarias, como também a ocupação de posseiros com exceção das terras localizadas a dez léguas do limite do território, especialmente não ocupadas/cultivadas que eram tratadas como terras devolutas, e pertenciam ao Tesouro Nacional. Como marco inicial da questão agrária, tem-se:

[...] a questão agrária é característica do mundo contemporâneo. Ela surge com o desenvolvimento do capitalismo. Antes não existia a questão agrária. Ela surge em consequência ao obstáculo que a propriedade territorial e o pagamento da renda da terra representa para a reprodução ampliada do capital e da acumulação capitalista na agricultura. No nosso caso surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar para sujeitar o trabalhador livre ao capital proprietário da terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército industrial de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária, curiosamente, foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra. Portanto, entre nós, ela é a face escamoteada da questão do trabalho, que se manifesta na exclusão social (MARTINS, 1997, p. 34).

É importante destacar que a Lei de Terras fora apenas mais um processo de discussão dos grupos políticos que davam sustentação e legalidade ao Império, e sua

finalidade não tinha por objetivo alterar os interesses políticos e econômicos desta elite constituída por grandes latifundiários. A terra foi, e continuou sendo adquirida sem a fiscalização do Estado, através de falsificações de documentos, ameaças, violências, assassinatos de famílias inteiras, ao dizimar comunidades tradicionais e expropriação dos pequenos posseiros. A Lei de Terras apenas reforçou, reafirmou e estimulou ainda mais a tradição latifundiária brasileira, com raras exceções, jamais comprou um metro quadrado de terra. A Lei de Terras de 1850 possibilitou a base do novo modelo econômico, o capitalismo, que instituiu a propriedade privada da terra juridicamente, limitou sua obtenção por meio da compra e não mais da posse, o que trouxe a legitimação dos grandes latifúndios como forma de ocupação territorial, conforme destaca o Art. 11. da Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850, “os posseiros serão obrigados a tirar títulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por efeito desta Lei, e sem eles não poderão hipotecar os mesmos terrenos, nem aliena-los por qualquer modo”. A formação do capitalismo no Brasil teve como base a propriedade privada da terra e isso gerou a consequência à manutenção, com uma roupagem das antigas elites e de seu projeto de desenvolvimento, ocorrido devido um “pacto” modernizante entre a antiga e a nova elite brasileira, esta última oriunda da tradicional oligarquia rural. A Lei de Terras firmou o domínio político através das grandes propriedades de terras:

[...] por detrás da Lei de Terras, está a afirmação do poder político dos grandes proprietários. A Lei de Terras significou, na prática, a possibilidade de fechamento para uma via mais democráticas de desenvolvimento capitalista, na medida em que impediu ou, pelo menos, dificultou o acesso à terra a vastos setores da população. Ao mesmo tempo, criava condições para que esse contingente estivesse disponível para as necessidades do capital. É sob a égide da Lei de Terras, pois, que se processarão as transformações capitalistas no Brasil, cujo centro será sempre o privilégio da grande propriedade territorial (SILVA, 1978, p. 30).

Durante o desenvolvimento capitalista brasileiro, ou seja, no seu processo de expansão e concentração de renda, assim como, da equivalente ampliação da miséria e exclusão, criaram-se movimentos de luta, contra a expropriação e proletarização do homem no campo. Neste movimento de luta e resistência encontram-se os primeiros passos em direção a luta pela terra e pela reforma agrária, trazendo à tona as contradições do modelo capitalista e o questionamento da ordem instituída.

Após muitos governadores provinciais, prefeitos e demais cargos políticos serem ocupados, graças às alianças e favorecimentos oriundos das possessões e regulamentações fundiárias, a Revolução de 1930 propicia, pela primeira vez, depois de séculos a situação agrária começou a ter uma tímida mudança de direção, conforme

destaca Comparato (2006, p. 8),

dois decretos do governo provisório, datados de 1931 e 1933, puseram fim à prática de regularização da propriedade territorial pela via administrativa, exigindo doravante a transcrição do título de domínio no Registro Público, proibiram também o usucapião de bens públicos.

A reivindicação da reforma agrária, do mesmo modo, nasceu nos anos cinquenta como reivindicação dos setores esclarecidos da classe média urbana, de setores católicos conservadores e familistas, marcados por moderado e cauteloso empenho, de alguns setores católicos de esquerda e de uma fração das esquerdas laicas. Portanto, mais por um impulso ideológico e por motivação humanitária voltada para a solução das injustiças sociais do que, propriamente, por ser expressão de uma inadiável necessidade de mudança. Geralmente, as transições sociais lentas, como as nossas, tendem a chegar fora de hora à consciência dos setores médios desenraizados, que se sentem impelidos, não raro tardiamente, a radicalizar as mudanças para acelerá-las. (MARTINS, 1999, p. 37).

O enfrentamento dos camponeses pelo acesso a terra, é uma ação reivindicatória de direito pela terra e contra a expropriação. Desta reivindicação surgem as pressões pela realização da reforma agrária, envolvendo trabalhadores, e instituições que buscam na reforma agrária uma resposta para tantas questões agrárias geradas pelas contradições, bem como, políticas públicas pautadas na reorganização fundiária tão concentrada e excludente, tem garantido através da obtenção do acesso da terra a reprodução social dos trabalhadores.

O período de 1950 e 1960 foi cenário de crises econômicas, políticas e sociais que proporcionaram os debates científicos e de participação popular que buscavam direcionamento e soluções para estacar as graves anomias sociais que estavam presentes no seio da sociedade brasileira, e a questão agrária também estava em pauta, representada por grupos sociais que se uniam ideologicamente em torno da questão, grupos liberais, que também elaboravam suas teorias e contribuíram para o debate, mas convergiam no ponto que tratavam de uma reforma estrutural da questão agrária.

E neste sentido, Telles (2006, p. 139) destaca a importância do debate e que

isto está a depender da constituição de espaços públicos nos quais os diferentes possam se expressar e se representar em uma negociação possível; espaços nos quais valores circulam, argumentos se articulam e opiniões se formam [...], pois, a união entre as diferentes entidades que discutiam a questão agrária nem sempre convergia em todos os pontos, mas eram unânimes em defender a distribuição equitativa das terras, com a inserção da justiça social ao campo.

Esta afirmação destaca a interpretação do ser humano como sujeito de direitos, e de seu pertencimento na esfera política e da sociedade civil, tendo reconhecimento do Estado, sendo este um ambiente de disputas, inserindo aqueles que se encontram a margem do processo de desenvolvimento social agravado pela incidência de fenômenos naturais extremos, que no caso deste estudo destaca o caso dos agricultores que extraem da atividade agrícola seus viveres, como alvo de políticas públicas que contemplem suas

necessidades garantindo através destas o caráter de cidadão destes trabalhadores.

O enfrentamento dos camponeses pelo acesso a terra, é uma ação reivindicatória de direito pela terra e contra a expropriação. Desta reivindicação surgem as pressões pela realização da reforma agrária, que envolvem trabalhadores, e instituições que buscam no interior deste processo uma resposta às múltiplas questões agrárias oriundas de contradições, bem como, de políticas públicas pautadas na reorganização fundiária concentradora e excludente, ao garantir através da obtenção do acesso à terra a reprodução social dos trabalhadores. Uma avaliação da questão agrária do final dos anos de 1950 até meados da década de 1960 se evidencia que:

Do final dos anos 50 até meados da década de 60, a questão agrária e a bandeira da reforma agrária ganham dimensão nacional, saindo da escala local, como um problema inerente aos atores nela envolvidos, e tornando-se tema de discussão em diversas esferas como a econômica, a política, a social e a acadêmica. A reforma agrária se transforma, a partir daquele momento, numa questão política, despontando no cenário nacional o movimento das ligas camponesas, grupo social organizado em sindicatos e associações civis, que passou a disputar, inclusive como o Estado, um projeto de modernização do país (SOARES, 2009 p. 20).

A população rural expressiva e predominantemente pobre, leiga, e sem qualquer política pública que a alcançasse, contribuía diretamente na participação dos produtos agrícolas na receita de divisas, na potencialidade dos mercados rurais e na luta conflituosa pela terra explicavam a importância dada à problemática agrária. Surgem, neste contexto, importantes movimentos sociais que se organizavam no campo e na cidade como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) (1963) e a Liga Camponesa (1954) que acabaram na ilegalidade após o golpe militar (1964). Nesta perspectiva, a luta dos trabalhadores rurais se pautava na distribuição de terras através da desapropriação dos latifúndios e pelo alcance dos direitos trabalhistas ao campo. Mas, as divergências ideológicas da mobilização social e a organização do campesinato faziam com que diferentes entidades disputassem entre si projetos de reforma agrária, e em destaque estão: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), as Igrejas, a Liga Camponesa, e os Sindicatos Rurais.

Outras organizações de trabalhadores da agricultura também atuavam:

- i) União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) (1953-1964);
- ii) primeiros sindicatos de assalariados rurais, baseados na legislação para trabalhadores urbanos, em Itabuna (BA), Campos (RJ), Usina Barreiros (PE) e interior de São Paulo (1954);
- iii) Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master), no Rio Grande do Sul – influenciado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (1958-1963);
- e iv) um movimento de cunho pastoral da ala conservadora da Igreja Católica, criado para combater o comunismo no campo (1962-1964). (STEDILE, 1997, p.17).

Todas estas organizações e manifestações ecoavam a insatisfação popular

mediante as políticas e ações do Estado para com o setor, e passaram a incomodar as classes dominantes, embasadas na participação popular, a esquerda avançava e demarcava importantes conquistas para os trabalhadores rurais tais como a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em março de 1963, regulava as relações de trabalho no campo e, em 13 de março de 1964, a assinatura do decreto que previa a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras localizadas nas faixas de 10 km ao longo de rodovias, ferrovias e açudes construídos pelo governo federal. Por fim, no dia 15 de março de 1964, o então presidente da República João Goulart encaminhou uma mensagem ao Congresso Nacional com propostas de um conjunto de providências consideradas indispensáveis e inadiáveis para atender as velhas e justas aspirações populares, entre as quais, com realce, na reforma agrária. Logo depois aconteceu o golpe militar e o presidente foi deposto.

Com o Golpe Militar de 1964, instala-se no país um período de intensa repressão aos movimentos sociais, que pode ser classificado como um arranjo político entre as esferas dominantes do país, uma “associação” entre os militares que naquele momento compunham o governo, os grandes proprietários de terras, os industriais e o grande capital, que vê na modernização da agricultura uma oportunidade para bons negócios.

[...] diferentemente do que ocorreu em outras sociedades, não havia, na elite brasileira uma classe antagônica suficientemente forte e consciente de seus interesses e de suas oposições, como uma burguesia industrial ou simplesmente uma burguesia moderna, oposta aos interesses do latifúndio, que pudesse levar adiante reformas sociais que não afetassem opções políticas e ideológicas fundamentais (MARTINS, 1999, p. 74).

O regime militar, instalado com o golpe de Estado de 1964, deu, pelo menos numa primeira fase, a impressão de que iria enfrentar a questão agrária, que perdurava desde o início da colonização portuguesa, entre as razões apresentadas para o golpe, como não poderia deixar de ser, estava à reforma agrária. Esta implicava democratização do acesso à terra e ao poder, corroborado por Ferreira (2007, p. 158) ao destacar que

[...] em meio à repressão e aos atos institucionais –, surge a informação de que o governo estava preparando um programa de reforma agrária. Além disso, as notícias também diziam que para auxiliar na elaboração do que viria a ser o Estatuto da Terra [...].

Analista clássico do tema da questão agrária e das lutas camponesas é de consenso a explicação de que o Estatuto da Terra surgiu como manobra política do primeiro governo militar a fim de desmobilizar os movimentos sociais que ganharam força anteriormente e obtiveram expressivas conquistas no campo dos direitos sociais,

para aumentar o poder político, agradar as elites latifundiárias e como forma de legitimar o governo.

Ao se levar em consideração o olhar das populações pobres e sem-terra, com pouca terra ou com acesso precário a esta, o público da reforma agrária, as avaliações efetuadas sobre estes programas mostraram a ineficácia da ação do Estado em sanar seus problemas básicos, que desnuda a realidade do acesso precário a terra, a sua má distribuição, as falhas das políticas de financiamento, crédito, extensão rural, capacitação e assistência técnica, entre outros diversos obstáculos enfrentados pelos trabalhadores rurais, e as relações sociais predominantes nas áreas foram as principais causas apontadas para o tímido desempenho das intervenções. O Estatuto se revela assim como um instrumento poderoso de desmobilização e enfraquecimento das tensões sociais proporcionadas pelos processos de expropriação e acumulação do capital ao servir também como ferramenta importante na desestabilização dos conflitos, e garantir assim o desenvolvimento econômico alicerçados na progressiva e ampla penetração do capital agropecuário no modelo político então vigente, que impediu tensões que possam prejudicar aos interesses das elites dominantes.

Alguns dos principais aspectos do processo de transformação capitalista na agricultura capitalista, incentivados pelo governo militar de meados da década de 1960 ate o final da década de 1970, soaram como:

[...] formação de complexos agroindustriais com um elevado grau de concentração de produção e do capital pela difusão, da etapa da produção primária, de pacotes tecnológicos, concebidos exogenamente, intensivos em capital e com requerimento mínimo de escala econômica e produtiva, no marco do que se denomina 'evolução verde'. Por isso e inclusive por ter preservado, no essencial, o padrão existente de concentração fundiária, as modalidades induzidas por este processo na organização da produção e nas relações de trabalho se plasmaram em dois movimentos de signos contrapostos: ao mesmo tempo que se expandiu extraordinariamente a produtividade e a capacidade de produção agrícola em algumas regiões do país, aumentou notadamente a concentração de renda e a exclusão social no campo (GOMES, 1997, p. 7).

Não houve reforma agrária em lugar algum sem que ela gerasse impasse histórico, ou seja, de enfrentamentos entre classes dominantes e dominadas, movimento dialético independente de voluntarismo político, de grupos ou de pessoas, porém propiciam impasses com base no momento histórico e contradição social ao qual está inserida, ao seguir esta perspectiva o Estatuto da Terra surge como projeto de modernização da agricultura e do latifúndio que era visto como impedimento para a industrialização e o desenvolvimento do país.

Fundamentalmente esta transferência de terras beneficiou grandes proprietários – locais ou não e grandes grupos econômicos do Sul/Sudeste do país, que passaram a adquirir terras como forma

de investimento, principalmente na Amazônia. [...] Se as facilidades oferecidas pelo Estado atraíram para o setor agrário capitais os mais diversificados, a maneira como se deu a articulação entre a ação do Estado e os negócios privados criou, não propriamente uma aliança de classes, mas uma coalizão de interesses individualizados em torno dos negócios ligados a terra, envolvendo toda aquela gama de beneficiários dos estímulos estatais e membros da burocracia; através dela, a própria burocracia iria dar a questão agrária uma nova configuração e uma dimensão outra (PALMEIRA, 1994, p. 19).

O próprio golpe de Estado selara de vez, não só a modalidade de reforma agrária politicamente tolerável, mas também seu lugar limitado nas transformações históricas futuras, nos anos de 1970, com a modernização do modo de produção no campo promovida pela ação do Estado, na articulação entre agricultura e indústria, o que acarretou na diminuição dos postos de empregos no meio rural, bem como a integração do capital industrial e financeiro na agricultura, aliado aos grandes proprietários de terras, ao:

Exemplo bastante significativo para ilustrar as consequências políticas desta relação, no período que compreende a modernização da agricultura, é a discriminação das terras públicas. Entre 1970 e 1985, o INCRA discriminou, 126.581.645 hectares, sendo que aproximadamente 60 milhões deles foram regularizados e passados a particulares (MOLINA, 1998, p. 78).

Frente ao exposto, as apropriações das terras fomentadas pela expansão das fronteiras agrícolas especialmente para o Centro-Oeste brasileiro continuaram a favorecer a concentração das terras em grandes latifúndios e marginalizando os movimentos populares que lutavam por espaços físicos e políticos dentro do debate sobre a questão agrária brasileira.

Esta concentração de terras, como em toda acumulação de capital, trouxe problemas estruturais, e é importante destacar que estes não surgiram neste período, mas resultou de um processo sócio histórico causado pela formação dos latifúndios existentes desde o Brasil colônia e se agravam e se penduram até nossos dias, pois:

A elevada concentração da propriedade da terra e a desigual distribuição da propriedade dos recursos produtivos de origem industrial conformaram uma formação social capitalista no Brasil de forte exclusão social. Exclusão de massas significativas da população, não só do padrão de consumo e da qualidade de vida que se torna viável para estas elites e para as populações dos países avançados, mas também de condições mínimas adequadas de acesso à terra, ao trabalho, ao emprego, ao teto, à educação, à alimentação e à saúde (MOREIRA, 2000, p. 55).

Nas décadas anteriores a de 1980, motivada pela expansão da fronteira agrícola com forte orientação a produtividade em larga escala, os latifundiários foram priorizadas e beneficiadas pelo caráter paternal do Estado, provando de polpudos investimentos. Em relação à questão agrária e os seus sujeitos, as iniciativas do Estado ditatorial foram incipiente, quanto ao número de famílias assentadas, foram adotadas políticas sociais meramente compensatórias e com objetivo específico conforme se destaca:

Tais iniciativas, contudo, apesar de suas abordagens relativamente novas, vincularam-se a propósitos de manutenção do poder da elite dirigente e da garantia de altas taxas de crescimento econômico, seja tentando transformar cidadãos em clientes das políticas sociais - já que os direitos civis e políticos continuavam cerceados -, seja utilizando os próprios investimentos sociais como forma de aumentar a participação do trabalho na acumulação da renda nacional (PEREIRA, 2011, p. 141-142).

Nos anos de 1980 surge no Sul do país o Movimento dos Sem Terra (MST), que ganhou notoriedade nas décadas seguintes, através de um projeto de desenvolvimento nacional baseado no fim do latifúndio, e é através do enfrentamento direto com o Estado que os trabalhadores reivindicam o acesso a terra.

O surgimento e a difusão do MST, ao longo dos anos de 1980, representaram não somente a continuidade e mesmo o aprofundamento de certas características presentes nas demais organizações, mas também o estabelecimento de novas diretrizes de ação, principalmente no plano organizativo e no da constituição de instituições intermediárias, fundamentais para a interligação entre a formulação geral de demandas e construções políticas de demandantes, beneficiários imediatos dos processos de redistribuição de terra (BERGAMASCO; NORDER, 2008 p. 47).

A luta pela reforma agrária nos anos de 1980 começa com a mobilização política dos trabalhadores rurais e a identificação das áreas que seriam disputadas, levam em conta os atores governamentais e privados envolvidos na disputa. Não aceitar a postura governamental, valoriza a luta contra a marginalização social, e propiciam aos movimentos sociais o reconhecimento e a importância que lhes são atribuídas.

Tal período histórico (1965-1982) constitui-se com muita clareza na “idade de ouro” do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público. Mas é importante não eludir sua matriz agrária. (DELGADO, 2003, p. 99).

A questão chega à chamada Nova República sem muitas alterações na centralidade dos seus problemas, contornadas sim, por interesses políticos e fundiários, com a finalidade de acalmar os movimentos sociais, fato este que não muda com o governo democrático de Tancredo Neves, mas se alia às facções conservadoras que já influenciavam anteriormente a política e as ações voltadas para o setor, e continuam a buscar os seus próprios interesses na conservação e expansão dos latifúndios.

Embora, algumas alterações nas políticas agrárias e projetos fossem criados, a resistência por parte dos grandes latifundiários, em maio de 1985 foi elaborado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), conforme Ferreira (2005, p. 162),

..foram elaboradas 12 versões do plano; o processo foi altamente conflituoso e radicalizado; as forças conservadoras contra reforma, por meio da chamada União Democrática Ruralista (UDR), adquiriram expressão e pregaram o uso da força para resistir à reforma agrária, o plano proposto foi modificado varias vezes e aprovado em outubro do mesmo ano.

Em 1987, o governo cria o Instituto Jurídico das Terras Rurais (INTER), autarquia que substitui o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que criado pelo governo militar, na ocasião da criação do INTER, também foram instituídas diversas normas legais, leis, decretos e decretos-lei, que criaram restrições para processos de desapropriação, que contrariam o Estatuto da Terra; e em outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição, estabeleceu normas que significaram maior restrição para execução da reforma agrária.

Destaca-se o forte comprometimento do governo com os setores capitalistas agrícolas, que dificultou o acesso à terra a cada novo marco legal, transformou a vida dos trabalhadores rurais cada vez mais difíceis. As mudanças gerais ocorreram inúmeras vezes, porém, deixou-se da forma como estava, a fim de não alterar os interesses das elites dominantes.

Na década de 1980 o país passou por mudanças importantes nas políticas sociais, e neste sentido alcançando também os trabalhadores rurais com um sistema de proteção social para este setor a partir da Constituição de 1988; e há, simultaneamente, mudanças na agricultura brasileira com o fim da chamada modernização conservadora e ingresso no País no processo contraditório de liberalização da política agrícola.

A Assembleia Nacional Constituinte (ANC) fora instalada em ambiente de descrédito em relação a suas reais possibilidades de promoção da cidadania plena e da consolidação democrática para o campo, diversos fatores foram cruciais para a tal desconfiança, como não houve formação de constituinte exclusiva, mas sim em âmbito do Congresso, formada por deputados e senadores eleitos em 1986, somados ao ambiente econômico recessivo, a inflação assombrava o povo, com perdas salariais e desemprego crescente. Mesmo assim, a classe trabalhadora encontrava-se mobilizada para lutar por seus direitos, apresentava avanços nos campos dos direitos sociais, especialmente na seguridade social, nos direitos humanos e políticos.

Mas, no que tendiam às mudanças estruturais da sociedade brasileira depararam-se como destaca Behring e Boschetti (2010, p. 142), “com uma espécie de híbrido entre o velho e o novo: uma Constituição programática e eclética, que em muitas ocasiões foi deixada ao sabor das legislações complementares”. No que tange as discussões sobre sua futura formatação da questão agrária no espaço da ANC, os discursos foram sumariamente ofensivos e críticos em relação à política econômica e agrícola dos governos da ditadura, sobretudo, pela defesa intransigente da iniciativa privada, do direito de propriedade e pela diminuição da intervenção do Estado na economia.

As forças contrárias apresentaram-se no debate sobre a reforma agrária de forma coesa, mas o mesmo fato não aconteceu com seus antagonistas. As fragilidades políticas e organizacionais dos movimentos sociais rurais fizeram aflorar mais as divergências que as convergências (FERREIRA, 2005, p. 165).

O processo constituinte teve o mérito de proporcionar visibilidade aos que sempre foram contra a reforma agrária, os parlamentares impuseram forte tendência conservadora ao debate sobre a reforma agrária e a notoriedade de alguns destes, portadores de claro perfil ideológico conservador, e assim não se poderiam subestimar a imensa capacidade da classe dominante brasileira em ter sempre conseguido postergar as reformas sociais, em geral, e a reforma agrária, articular e mobilizar as forças políticas na defesa de seus interesses.

O debate que tinha como tema a reforma agrária foi fortemente polarizado, que de um lado, se encontravam os que se beneficiavam do Estado, pertencentes à elite dominante, que tinham por característica um histórico de injusta, e a concentração da terra e da riqueza deste país, em oposição estavam os que buscavam mudança radical na estrutura fundiária brasileira de modo a permitir o acesso à terra a milhões de famílias camponesas. Desta forma, o capítulo constitucional dedicado ao tema só poderia ter um dos seguintes resultados: manter o *status quo* e deixar tudo como estava ou promover reforma agrária ampla, massiva e de qualidade.

Ao não atender aos principais requisitos para democratizar o acesso à terra no país, a Constituição de 1988 contribuiu para perpetuar a injusta distribuição fundiária brasileira, o que favorecia justamente aqueles que não queriam abrir mão de qualquer fatia de seus privilégios: os latifundiários. E neste sentido, Nogueira (1998) destaca que a Constituição de 1988, não se tornou ideal para nenhum grupo nacional, a não ser os que já que tinham o domínio, o poder, expressavam as tendências societárias em particular, as elites políticas, de projetar o futuro com os olhos no passado, ou ainda de fazer história de costas para o futuro.

A modernização da agricultura foi, e ainda é, um fator de exclusão social, bem como a concentração fundiária. O crescimento das cidades, principalmente das metrópoles, impõe, cada vez com mais urgência, o controle relativo, senão total.

Os primeiros anos da década de 1990 passaram em branco no que diz respeito a reforma agrária, porque:

[...] não houve implementação de política fundiária: o programa de assentamentos foi paralisado; os assentamentos existentes foram abandonados; o Incra foi desarticulado pela reforma administrativa; as desapropriações ficaram bloqueadas pela falta de regulamentação dos dispositivos constitucionais; não ocorreu nenhuma desapropriação de terras por interesse social para fins de reforma agrária. O conflito no campo sofreu agravamento e cresceu o número de ocupações de terras improdutivas. A forte repressão do Estado aos movimentos sociais também

caracterizou o período (FERREIRA, 2005, p. 182, 183).

Com o *impeachment* de Fernando Collor de Melo, e a posse do novo Presidente Itamar Franco, a questão social no campo apresentava visível agravamento, com crescente número de ocupações e conflitos, o então Presidente nomeia ao comando do INCRA um esquerdista, Oswaldo Russo de Azevedo, que tentou realizar a quebrar da polarização político-ideológica montada pelas forças políticas conservadoras, especialmente os ruralistas. Pregou a paz no campo, prometeu a reativação do processo de assentamento e afirmou que havia condições políticas para tanto, projetou o assentamento de 80 mil famílias, mas forças políticas internas e externas do governo limitaram sua ação e pouco pode fazer, a medida que apenas cerca de 23 mil famílias foram assentadas.

O modo produção econômica no campo construído historicamente no Brasil, é centrado nas grandes propriedades de terra e na agricultura voltada às necessidades do mercado externo. Neste sentido a agricultura familiar aparece no cenário nacional, como oposição a este modelo de grande poder excludente, para atender os interesses do mercado interno, ao inserir os pequenos produtores a uma nova dinâmica de mercado agrícola, que renega a monocultura de exportação.

O agronegócio aparece, nesse contexto, como o herdeiro do histórico pacto conservador em torno do projeto da modernização técnica, e dá continuidade a uma política que ratifica e estende a renda fundiária e o processo de especulação de terras, com efeitos perversos à política de reforma agrária e às condições de ocupação da mão-de-obra no campo, aos empregos agrícolas e ao fortalecimento da economia familiar. (JACCOND, 2005, p. 76).

Em outra análise, mas no mesmo sentido, a sustentação dos latifúndios se traduz em concentração de renda, de riquezas, de poder político, e de controle das relações sociais naquele espaço. Tanto assim, que em diversas situações históricas, determinantes para os rumos que a sociedade e a economia do país tomariam, a detenção da terra foi fator decisivo, bem como o poder político que tinham e têm os donos de terras, ao influenciar e demandar ações do Estado a favor de si próprio. A contradição do capitalismo se destaca nas lutas pelo acesso a terra, onde a democracia brasileira jamais será alcançada se persistirem as concentrações de terras e os latifúndios, e neste sentido, a política de reforma agrária se faz necessária como garantidora do acesso à propriedade.

Portanto, o aspecto central da questão agrária refere-se aos níveis de concentração da propriedade da terra vigente no Brasil e às distorções no acesso ao trabalho que ela gera. A concentração de terra nas mãos de poucos proprietários determina um círculo vicioso que acaba impedindo o desenvolvimento de amplas parcelas da população, reproduzindo uma cadeia sequencial de miséria econômica, social, política e cultural

que se abate sobre o campo e a cidade (MOLINA, 1998, p. 2).

Os conflitos sociais existentes no país decorrem da situação histórica que as políticas públicas não foram capazes de reverter, neste sentido, o conceito de reforma agrária adotado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato, foi claramente compensatório e de padrão assistencialista, não apresentou mudanças significativas à concentração fundiária que sempre existiu no meio rural brasileiro, e os conflitos agrários expressam melhor do que qualquer outro fenômeno a falta de efetividade das políticas públicas e ao comprometimento do Estado para com esta parcela da população que acaba marginalizada e excluídas no processo de democratização do espaço rural.

O Estado praticamente ignora as reivindicações dos movimentos sociais, em especial o MST, e o desempenho destas autoridades somado à evidente má vontade da área econômica, comprovou que a meta de assentamentos para o primeiro ano de governo não seria alcançada, já que nesta época, a tensão no campo se agrava e multiplicavam-se as ocupações de propriedades improdutivas pelos sem-terra, e os massacres e marginalizações do movimento se iniciaram e na trilha deste raciocínio tem-se que:

É preciso entender que o desenvolvimento rural não pode ser tratado isoladamente. Não se pode aceitar que o desenvolvimento rural signifique apenas a modernização tecnológica e crescimento da produção. Desenvolvimento inclui distribuição e redução das desigualdades entre pessoas e entre regiões. (CARVALHO FILHO, 2009, p. 45).

O governo FHC continuou comprometido com os interesses dos grandes latifundiários, liberou financiamentos e incentivou a inserção de maquinaria que substitui a mão de obra, criou uma correlação entre a questão agrária, o trabalho e a questão urbana (terra/trabalho e terra/moradia) levaram também em conta, a relação com a cidadania que vai além de direitos básicos, atinge a inclusão do homem do campo aos mercados, e chega à clara conclusão de que não há desenvolvimento sem povo.

Em 1995 o governo lança a **Proposta para a Reforma Agrária**, que foi debatido no 3º Encontro Nacional do MST, realizado em maio de 1995, entre os itens discutidos estavam os seus objetivos e características, em que Stedile (2005, p. 210) enfatizava:

a implementação dessas mudanças implica necessariamente em que o Estado, com tudo o que representa de poder (executivo, legislativo, judiciário, segurança e poder econômico), seja o instrumento fundamental de implementação das propostas, mas, não houve e nem há interesses para que este modelo de agricultura se efetive e dê

condições aos pequenos agricultores de trabalhar a terra e dela extrair renda, capital para impulsionar seu cotidiano no campo.

O desenvolvimento rural é um processo progressivo em direção as novas tecnologias, dá origem aos mercados de *commodities*, através de uma série de intervenções realizadas através dos conhecimentos, trocas de tecnologias, recursos, impulsionando a sociedade para um mundo moderno, como contraponto ao pensamento marxista que atribui este movimento expansionista ao capitalismo mundial e às suas necessidades de novos mercados, para acumular novos excedentes constantemente, integrando diferentes países num processo de mundialização das economias.

A Reforma Agrária é uma necessidade urgente da sociedade brasileira [...] ela tem um potencial transformador, pois gera emprego e renda, garante a soberania alimentar e diminui o êxodo rural, por meio do acesso a terra. A reforma agrária é estratégica para um projeto de nação soberana. (CARVALHO, 2008, p.23).

Ellis (2000) é cuidadoso e refratário quanto à atribuição de um sentido teórico à noção de desenvolvimento rural, e prefere defini-lo como um conjunto de ações e práticas que visam reduzir a pobreza em áreas rurais, que visa estimular um processo de participação que empodera (empowerment) os habitantes rurais, tornando-os capazes de definir e controlar suas prioridades para a mudança destaca que em países europeus tais como Portugal, França e Inglaterra, e nos Estados Unidos as propriedades rurais são de caráter familiar, onde seus proprietários tentam de todas as formas de agregar valor à sua produção.

O governo Lula apresentava no seu horizonte político como uma esperança para os movimentos sociais ligados a terra, especialmente ao MST, que elaborou uma Carta que elucidava suas reivindicações junto ao Estado, no anseio de alcançar justiça social no campo, e cobrava empenho na efetivação dos compromissos firmados em campanha, e para tanto foram elaborado três documentos, que privavam pelos interesses da classe trabalhadora, e teve como proposta o Plano Nacional de Reforma Agrária; II Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula; e Carta entregue ao presidente pelo MST.

[...] com base em estudos, que há terra disponível para a reforma tanto improdutiva quanto devoluta; e que existe público para a reforma, isto é, demanda por terra – a demanda potencial estimada correspondeu a seis milhões de famílias e a demanda emergencial, composta por famílias acampadas, atingiu aproximadamente 180 mil famílias. Foi estabelecida a meta de assentamento de um milhão de famílias a serem beneficiadas no período 2004-2007 (FERREIRA 2010, p. 196).

O governo de Lula não aceitou a proposta e anunciou a adoção do II PNRA,

plano com pretensões muito menores, este, no entanto, ainda representou a esperança na concretização de uma política agrária aceitável, na reforma agrária que estava a ser posta em prática nada tinha a ver com a prometida reforma de caráter estrutural, muito ao contrário. A frustração das metas gerou descontentamento e desilusão entre os integrantes do movimento sem-terra e todos aqueles que votaram com expectativa de mudanças relevantes no campo, e as pretensões de implantar um processo de mudança no seu interior se definharam, vítimas de abandono, caíra em um discurso vago e sem objetividade.

Ferreira (2010, p. 203), ao fazer um comparativo entre os governos FHC com dados do ano de 2007 do governo Lula, desenhou o seguinte quadro:

[...] tanto no início de 2003 quanto no final de 2007, mais de dois terços dos projetos de assentamentos não tinham Plano de Desenvolvimento; em 2003, 42% dos assentados ainda não tinham obtido crédito de apoio inicial, percentual que é de 32,7% em 2007; 58% não tinham crédito para habitação em 2003, pouco reduzindo em 2007 para 40,7%; o déficit de abastecimento de água era de 93% em 2003, passando para 63% em 2007; 89% das famílias assentadas não eram atendidas por eletrificação rural em 2003, percentual que reduz bastante, porém ainda elevado, para 37%, em 2007.

A política de qualificação de assentamentos do governo federal apresentaram tímidas mudanças, mas não que atingiram as necessidades dos trabalhadores, e nem lhes trouxe a dignidade e justiça social. Continuou na contramão da história não tem conseguido acompanhar as ações de assentamento de famílias, e aos que estão assentados permaneceu com déficit de infraestrutura, e créditos para incentivar a produção e a melhoria de vida e fixa-lo a terra, lhes permitirem viver dos produtos da mesma e exercer a sua cidadania no campo.

Considerações Finais

As lutas constantes travadas pelos trabalhadores rurais ao longo dos anos têm apresentado avanços, apesar de tímida as conquistas aparecem, mas há ainda muito que ser feito.

Existe um conjunto de questões que ainda precisam ser resolvidas, como o caso dos milhares de famílias que ainda aguardam pela reforma agrária, e principalmente a desburocratização do acesso a financiamentos e créditos rurais, que tem se apresentado como um entrave para a efetivação de programas como o PRONAF, que exige garantias dos trabalhadores que são inviáveis ou até mesmo impossíveis de serem superadas.

Firmeza nas políticas públicas no que tange a parcerias com municípios e estados, que no caso de estados com forte presença do agronegócio, relegam à agricultura familiar pouco ou nenhum interesse no desenvolvimento da atividade,

mesmo quando dados estatísticos mostram que é esta modalidade de produção que garante produção de alimentos que compõe a cesta básica dos brasileiro, empregabilidade e distribuição de renda.

A busca por cidadania em um país de neoliberalismo crescente não tem sido fácil, pois além de buscarem políticas que ainda não estão postas, há de se lutar por aquelas que já foram concretizadas, mas que pelo interesse do capital tenta-se retirar dos trabalhadores.

A agricultura familiar é um mecanismo forte de produção e de prevenção de mazelas sociais, pois quando se mantém as famílias com bem estar social no campo, impede-se que favelas sejam criadas nos centros urbanos, minimizando a possibilidade da propagação da violência urbana. Os riscos sociais e ambientais nas cidades são reduzidos quando se investe na reforma agrária e em políticas que fortaleçam os laços dos trabalhadores rurais com a terra de onde retiram seu sustento. cremos que se o governo desde 1988, tivesse tido a decisão política de apresentar um plano real e não fictício de manutenção e permanência do homem na terra, através da reforma agrária e agricultura campestre, reforçaríamos a sustentabilidade ambiental, a segurança alimentar e principalmente, favoreceríamos a construção de real cidadania e trabalho digno a quem tira da terra seu sustento e promove a segurança alimentar do país. Porém, com o governo de FHC isso não aconteceu e nos 12 anos de governo do pt, os trabalhadores rurais ainda esperam pelas mesmas promessas, sem que haja na prática uma decisão real de políticas públicas para o campo da agricultura familiar.

O objetivo deste ensaio não é apresentar veredictos a respeito do tema, mas sim, fomentar o debate e acrescentar elementos que possam estabelecer a construção do conhecimento no que tange as questões rurais tão carentes de atenção do Estado brasileiro.

Referencias

ALBUQUERQUE FILHO, C. A. C. de. **A reforma agrária no Brasil**. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/1672/a-reforma-agraria-no-brasil#ixzz2aYddBv12>>. Acesso em: 11 out. 2013.

BEHRING, Eliane R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BERGAMASCO, Sonia Maria P. P.; NORDER, Luiz Antônio C. Assentamentos e assentados no estado de São Paulo: os debates e as categorias inerentes à constituição

- dos programas de reforma agrária. In: NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre RS: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- BRASIL. **Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1964. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- CARVALHO FILHO, J. J., Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária. In: LEITE, Sergio. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. P.195.
- CARVALHO, Carolina Delgado de. **Análise qualitativa de um projeto com uma família de agricultores no assentamento rural Fazenda Pirituba II**. 2008. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural)–Universidade Federal de São Carlos São Paulo, São Paulo, 2008.
- COMPARATO, F. K. A política agrária no Brasil. Disponível em: <<http://www.escoladegoverno.org.br/artigos/111-politica-agraria-brasil>>. Acesso em: 11 jul. 2013.
- DELGADO, Guilherme C.; A questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: IPEA 2003, p. 95.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000. DELGADO, Guilherme C.; A questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: IPEA 2003, p. 95.
- FERREIRA, B.; ALVES, F.; CARVALHO FILHO, J. J. de. **Constituição Vinte Anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas)**. Instituto de Pesquisa e Estudos Aplicados, 2010. 1 CD-ROM.
- FERREIRA, E. **Posse e propriedade: a luta pela terra em Mato Grosso**. 1984. 345 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade de Campinas. Campinas, SP. 1984.
- GOMES, G. M.; SOUZA, H. R.; MAGALHAES, A. R. **Desenvolvimento sustentável no Nordeste**. Brasília: IPEA. 1995. 377 p.
- JACCOND, L. **Questão social e política social no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.
- MARTINS, J. S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In. STÉDILE, J. P., (Org.) **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARTINS, J. S. **Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível**. Tempo Sociais - Revista de Sociologia, USP, São Paulo v. 11, n. 2, p. 97-128, out.

1999.

MOLINA, Monica Castagna. **A reforma agrária e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra: a reinvenção do futuro**. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Universidade de Campinas, Campinas SP, 1998.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 37 Brazilian Congress of Rural Economic and Sociology – Sober, 2000.

PALMEIRA, M. Burocracia, politica e reforma agraria. In: MEDEIROS, L. et al. (Org). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo, Unesp, 1994.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, José Graziano da Silva. **Estrutura agrária e produção de sustentabilidade na agricultura brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

SOARES, Maria da Graça de Oliveira. **Do latifúndio a reforma agrária: a diversidade social na construção do território – o caso do Projeto de Assentamento Santa Alice – Herval/RS**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária: 1946 – 2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TELLES, V. da S. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG: 2006.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

AGRONEGÓCIO: UMA ARTICULAÇÃO DO CAPITAL IMPACTANDO A PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE FORMOSA E ENTORNO

Cássia Betânia Rodrigues dos Santos¹

Flávio Murilo Pereira da Costa²

Universidade de Brasília

cassiageoterra@hotmail.com

fmpcosta@gmail.com

GT 4: Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

Resumo:

A paisagem do campo tem sofrido drásticas mudanças que tem alterado as dinâmicas no espaço rural e afetado diretamente a vida camponesa. A memória camponesa é um elemento importante para resgatar os fatores que tem levado a essas mudanças e identificar o quão atuante tem sido o agronegócio. Nesse cenário, este trabalho tem por objetivo geral identificar a percepção da comunidade camponesa que vivem e viveram no campo de Formosa em relação as consequências que a paisagem tem sofrido com a intensificação do agronegócio. No sentido de embasar teoricamente o estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica referente a literatura da área, na qual os principais aspectos que diz respeito ao campo, camponês, memória e agronegócio foram identificados. Posteriormente partiu para a pesquisa de campo que se realizou no ano de 2014 a partir do mês de Março na Secretaria de Cultura do Município de Formosa, no Museu dos Couros e também com aplicação de entrevistas em residências de camponeses que vivem no campo e na cidade de Formosa. Com as informações obtidas

¹ Graduação em Licenciatura pela Universidade Estadual de Goiás, atualmente Mestranda do PPG/MADER na Universidade de Brasília e Bolsista da CAPES.

² Engenheiro Agrônomo pela FCAV/UNESP - Jaboticabal, Mestrado e Doutorado em Agronomia pelo PPG/Fitotecnia da ESALQ/USP. Atualmente é Professor Adjunto II do quadro de professores da Faculdade UnB Planaltina (FUP), da Universidade de Brasília (UnB)

a partir desses passos seguidos, conclui-se como está a atual paisagem do campo do município de Formosa.

Palavras-chaves: Agronegócio. Camponês. Paisagem.

Introdução:

A presente pesquisa buscou conhecer e, refletir sobre a realidade do município de Formosa em relação às mudanças na paisagem principalmente aos aspectos rurais causados pela intensificação do agronegócio. A preocupação é averiguar quais as transformações (impactos positivos e negativos) que o município de Formosa veio passando em relação à intensificação do agronegócio na paisagem. Essas transformações foram apresentadas a partir de fotos, informações coletadas na Secretaria de Cultura e também de depoimentos dos camponeses que vivem como daqueles que viveram no campo do município de Formosa.

Portanto para elaboração e consolidação dessa investigação utilizamos do método histórico, crítico dialético com realização de pesquisa bibliográfica que teve início no mês de outubro do ano de 2013, e pesquisa de campo iniciada ainda em março de 2014 com a realização de entrevistas nos meses de setembro e outubro de 2014. A utilização das entrevistas foi um método importante porque teve o objetivo de resgatar a memória desses sujeitos que viveram e vivenciam o campo, avaliando o antes e o agora na paisagem, a partir da presença intrínseca do agronegócio.

Vale ressaltar que quanto aos referenciais bibliográficos inúmeros autores foram importantes, como Rodrigo Salomão Camacho (2013), Milton Santos (2012), Beatriz Sarlo (2007), Bernardo Mançano Fernandes (2004), Elio Garcia Duarte (2001) entre outros que direto ou indiretamente contribuíram para consolidação da presente pesquisa.

Como acontece com a maioria de outros municípios, Formosa inicia sua história como uma comunidade relativamente pequena, oriunda de hábitos de cultura camponesa. Já nessa época era evidente a presença de fazendeiros que vinham atraídos pela fertilidade da terra e do clima favorável para grandes plantações.

Hoje o município encontra-se urbanizado e mais povoado. Aquela pequena comunidade deu origem ao que Formosa é atualmente. Primeiramente é importante ressaltar que o respectivo município é predominantemente urbano, contendo cerca de 90.000 pessoas residentes na cidade, contra somente 8.000 vivendo no campo,

geralmente em assentamentos, na verdade, Formosa-GO é um município que se destaca pelo número de assentamentos que possui.

De modo geral pode se afirmar que Formosa, acompanhou o processo de modernização, as técnicas que se fazem úteis no dia a dia das pessoas tanto para economizar tempo, como para maior rendimento na produção, estão cada vez mais presentes, tanto no meio urbano como rural.

Todavia, é notório que apesar do campo, principalmente em tratando do brasileiro, esteja dominado pelos grandes capitalistas, o município de Formosa se destaca em decorrência de haver um número considerável de estabelecimentos de pequenos produtores, respectivamente assentados. Segundo os dados do IBGE em relação ao número no ano de 2006 foram registrados 772 estabelecimentos.

Em Formosa tem o cultivo de uma série de alimentos, inclusive lavouras em grande escala como a de arroz, milho, laranja, mandioca, feijão, cana de açúcar, soja, além da principal atividade pecuarista de criação de gado. Sobre essas informações conferimos nos sites do IMB – Instituto Mauro Borges, e o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, cabendo afirmar que a produção de arroz, cana de açúcar e soja se sobressai em relação às outras, o que já nos deixa evidente a respeito do agronegócio está ganhando e tomando com certeza o espaço, devido a essa concentração fundiária para cultivo de monoculturas e isso tem levado os impactos na paisagem do município de Formosa.

Neste contexto, este trabalho fará uma abordagem breve da evolução sobre a categoria utilizada nessa pesquisa. Trata-se da paisagem e respectivamente os sujeitos que atuam nela, os camponeses presentes na paisagem do campo ou da cidade do município de Formosa Goiás. Falamos na cidade pois além de ser um meio interligado ao campo, muitos dos sujeitos camponeses saíram das suas terras do entorno do município para morar e trabalhar na cidade. Também terá uma retrospectiva do agronegócio e seu desenvolvimento.

Por último é apresentado os resultados obtidos com os relatos e fotos, imagens coletados. A memória desses sujeitos que viveram e vivem o campo, são resgatadas. Enfim, com ela está toda uma vida marcada de sofrimento e luta, deixando para nós um rico legado de conhecimento que permite fazer reflexões/conclusões sobre a paisagem do campo de Formosa Goiás.

É importante esclarecer que não foi possível colocar as fotos e imagens coletados, pois se tratou de um trabalho bastante extenso, por essa razão aqui se

apresenta de forma mais sintética o que tem acontecido no meio e na vida dos camponeses que vivem em Formosa ou entorno.

Desenvolvimento

Nesse trabalho tomamos a categoria paisagem para realização das análises da pesquisa. É importante abordar que tanto o espaço como a paisagem são processados e constantemente transformados no decorrer da história respectivamente pela sociedade. Definir o que é paisagem não é uma tarefa difícil, mas é um condicionante um tanto que complexo. Grandes autores como Milton Santos já trabalhou com essa categoria, em alguns de seus livros, portanto, entendemos que “tudo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem”. (SANTOS, 1988, p. 21).

O estudo da paisagem na ciência geográfica não é recente, remonta ainda de estudiosos como Humboldt e outros naturalistas românticos. Estes geógrafos associaram “a paisagem, a porções do espaço relativamente amplas que se destacavam visualmente por possuírem características físicas e culturais suficientemente homogêneas para assumirem uma individualidade” (HOLZER, 1999, p.151, *apud* CASTRO, 2014, p. 02). Nessa perspectiva, o conceito paisagem pode receber um sentido natural ou humano dentro da Geografia. Isso quer dizer que a paisagem absorve diversas características de um dado meio, por isso podia-se organizar essas características nesses dois vieses, físico e outro social, tidos isoladamente.

Esses importantes autores da Geografia como Alexander Von Humboldt, Carl Ritter e Friedrich Ratzel utilizam o conceito de paisagem nos seus estudos, período em que ficou conhecido como da Geografia Clássica ou Tradicional, esses estudiosos apenas observavam e descreviam os lugares, exatamente como eles eram. É cabível ainda afirmar que a paisagem nos séculos XX era ligada a uma corrente positivista que a considerava como uma categoria estática.

Cabe abordar que o conceito paisagem passou por duas fases, sendo que uma no início do século XX e outra compreendendo ao final deste mesmo século. Castro (2014) afirma que a primeira dizia ser a paisagem um fator essencial para identificar a organização social daquele meio e a segunda voltada para refletir os aspectos globais na paisagem local tais como os meios tecnológicos de transporte e de comunicação.

Ainda nesse século XX a paisagem foi aos poucos perdendo espaço ressuscitando somente com a Nova Geografia Cultural, dessa forma a discussão sobre

paisagem “passou a ser revestida de novos conteúdos, devido a ampliação dos horizontes explicativos da disciplina com a incorporação de noções como percepção, representação, imaginário e simbolismo” (CASTRO, 2002 *apud* CASTRO, 2014, p. 02)

Falamos a partir deste momento a paisagem na perspectiva da Geografia Crítica, tida aí pelo geógrafo Milton Santos. Como está ligada tanto ao passado como ao presente, nessa circunstância a mesma revela a dinâmica que se sucede. "A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais" (SANTOS, 2002, p.107, *apud* CASTRO, 2014, p. 06). Milton Santos diferencia espaço de paisagem, dizendo que o espaço somente vem a tratar do presente e não do momento passado. “A paisagem guarda memória e recupera memória!” (GRATÃO, 2008, p. 487).

A visão é um dos principais sentidos para a observação da paisagem, porém não é o único. É por meio dos sentidos que criamos relações de afetividade com a paisagem. “O conceito de paisagem tem, tradicionalmente, um escopo mais específico ligado, primordialmente ao espaço abarcado pela visão de um observador.” (SOUSA, 2013, p. 43-4).

Claramente que quando falamos em paisagem não diz respeito somente a coisas, mas sim envolvem cores, movimentos, odores etc. em relação a todo esse aparato é que cabe ainda mencionar que cada indivíduo toma para si a sua própria paisagem, ou seja, todos acabam por criar uma paisagem diferente dos demais sujeito, é até aquilo que vê que experimenta. O geógrafo Milton Santos diz isso nas seguintes palavras

[...] tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista alcança. Não é apenas formada de volumes, mas também de cores, movimentos, atores, sons, etc. (1988, p. 61)

Essa mesma paisagem está submetida a mudanças muitas vezes realizada pelo ator que participa que interage a essa paisagem. “A paisagem ganha novas cores e matizes, novos elementos e é reproduzida de acordo com as necessidades humanas”. (CARLOS, 1999, p. 39). Como já colocado, a paisagem sofre interferências humanas. Nesse trabalho o foco é dado aos camponeses, uma comunidade que possui suas próprias características e que no decorrer da sua história tem lutado contra as mazelas do capitalismo que vive a partir da exploração concentrada nas mãos de poucos que

subordinam os demais, considerados mais fracos, impotentes e incapazes de gerar lucros seguindo ai um pensamento que está dentro do viés capitalista.

O capitalismo é mais um sistema econômico adotado pela sociedade. Claramente que ele gira em torno da burguesia e proletariado, lembrando que esta última classe geralmente é explorada, e em condições relativamente subalternas. O camponês sempre existira ainda quando não era esse modelo de economia. Porém é evidente que com a adoção do capitalismo na sociedade o espaço e cultura do camponês já não é mais o mesmo. Alguns estudiosos de hoje em dia relatam, fazem pesquisas voltadas em questões tais como: para onde vai o camponês, afirmam ainda o desaparecimento desse sujeito isso porque sempre “foi considerado como o “empecilho” para o desenvolvimento do país. Esse era também o sujeito que a oligarquia agrária, aliada a políticos, queria expulsar do campo para modernizá-lo por meio da introdução de novas técnicas agrícolas” (SOUZA, 2014, p.41).

Contudo, antes de darmos continuidade a essa outra categoria que é o campesinato presente nesse trabalho, é importante saber que

o campesinato como uma classe subordinada constituída de trabalhadores que, de posse de seus meios de produção, cultivam a terra com base no trabalho familiar, mantendo um vínculo parcial com o mercado e que possuem uma cultura e formas de organização específicas, diretamente ligados ao meio de vida rural (DUARTE, 2001, p.122).

O termo camponês como Duarte coloca é introduzido no Brasil. O respectivo termo é carregado de toda uma realidade da Rússia, pois antes mesmo se falava em caipira para se referir a esse sujeito. Caipira na verdade, é uma expressão pejorativa, que reflete um homem rústico, atrasado e tolo. Mas esse entendimento foi se perdendo, até começar a se falar em camponês, a partir das ações que esses próprios sujeitos foram desenvolvendo (lutas, manifestações) (DUARTE, 2001).

Tido toda essa breve abordagem afirma-se que, aquele homem que cria vínculos com as terras e que produz para viver nela é sim um camponês nato e ele está aí sobrevivendo as barbaridades do capital. Dessa forma falar que camponês precisa andar em maltrapilhos, ser analfabeto, e viver distante do que proporciona bem estar social é uma ideia um tanto equivocada. Ocorreram mudanças proporcionadas pela lógica do capital, os interesses desse sistema se modificaram e com ela toda a dinâmica mundial. Com a competitividade, a tecnologia se desenvolveu de maneira sem precedentes,

invadindo as casas, os comércios, enfim a cidade e o campo. O camponês também foi atingido, mas sua maneira de tratar a terra continua sendo a mesma, permanecendo assim como camponês.

Sendo assim, o campesinato é uma classe que se constitui de uma forma não – capitalista de economia, não sendo assim sujeitos bárbaros, reacionários, pré-políticos, pequenos – burgueses, miseráveis “saco de batata” resíduo feudais etc. (CAMACHO, 2013, p. 152).

A produção camponesa e a produção capitalista são dicotômicas entre si, pois enquanto um visa à satisfação em relação ao consumo familiar, o capitalista tende a vender sempre mais para geração de capital e reprodução do lucro com consequente crescimento.

Percebe ao longo da história da agricultura brasileira a concentração de terras, remontando ainda de um período colonial. A paisagem má distribuída dos campos, ainda prevalece, o que muda são os contrastes. Algumas transformações agrícolas foram marcantes para determinar a dinâmica do campo atualmente. Como nos coloca Guimarães (1982) um dos primeiros momentos em que se pensou que o latifúndio iria esvair foi com a abolição da escravatura, mas o que houve na verdade, foi o beneficiamento aos capitalistas de créditos e mão de obra farta provinda de várias regiões do globo, sujeitando a um trabalho miseravelmente desumano, tão quanto aquele já perpetuado com a escravidão. Já nesse período o que se plantava em grandes extensões ia abastecer outros países. Devido à grande demanda, foram surgindo necessidades tais como de aumento da produção, dessa forma novas técnicas passaram a ser introduzidas.

Foi no ano de 1970, época da ditadura militar que houve uma relativa modernização do campo com políticas que foram desenvolvidas exclusivamente para uma minoria (grandes proprietários da terra). Portanto já se nota que a modernização no Brasil sempre esteve, desde o início a favor dos que detinham algum capital.

Afinal a modernização da agricultura, fez com que aos poucos a paisagem do campo brasileiro ganhasse novos caracteres. Essa modernização que com tempo foi melhorando até chegar ao estágio atual de grande produção em pouco tempo, nos campos brasileiros, tem se denominado agronegócio. É o negócio que tem prevalecido, tomado o campo. Portanto a agricultura camponesa tem ao longo de todo esse tempo histórico, lutado por seus direitos e permanência na terra. Tem lutado para produzir

cultura, embora o negócio faça de tudo para inferiorizar, para retirar e subordinar o camponês.

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem. (FERNANDES, 2004, p.01).

No Brasil o agronegócio começou realmente se desenvolver a partir da década de 1970, passando a produzir respectivamente a soja e carnes. Foi nos estados do Rio Grande do Sul e na região Centro Oeste que teve a expansão na produção desses dois produtos para exportação interna e externamente.

Enfim o agronegócio extravasou por todos os campos brasileiros. A região Centro-Oeste, mais especificamente o estado de Goiás tem concentrado terras para produção principalmente de soja. A paisagem analisada a partir dessa dinâmica e conflitos entre agricultura e agronegócio foi centrado no município de Formosa e entorno. Formosa está situado no Centro-Oeste, Estado de Goiás, na mesorregião do Leste Goiano. Entre a latitude 15° 32' 14" Sul e longitude 47° 20' 04" W com área de 7.200 km², está distante a 272 km de Goiânia e 79 km de Brasília, dois polos principais para a compra e escoamento da produção do município de Formosa.

A paisagem de Formosa mudou drasticamente com o tempo, antes os sujeitos que aqui moravam tinham um determinado modo de vida, ligado extremamente ao campo, mas tudo isso foi se modificando, foram ganhando uma nova essência, uma nova dinâmica de organização, trabalho. Além de está bastante urbanizada, também percebe que o homem do campo, o sujeito camponês está lutando contra a grande concentração de terras que tem neste município. Existe muitos camponês em Formosa que estão alocados em forma de arrendamento, como caseiro ou ainda assentamentos, com dificuldades de se manterem, outros não, ou seja, alguns conseguem ir superando suas dificuldades mantendo uma vida parcialmente tranquila.

As mudanças da paisagem rural do entorno de Formosa serão discutidas e apresentadas a partir das imagens e relatos obtidos, embora não seja possível expô-los no trabalho. Por causa dos relatos, temos ai outra categoria base da pesquisa que é a memória de quem viveu e vive o campo de Formosa Goiás. A memória é fator essencial para que sejamos aceito na sociedade. Caso não a tenhamos simplesmente não existe a identidade do indivíduo para com um lugar, esse mesmo sujeito também não tem

capacidade de fazer a leitura da paisagem. Lembrando que “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade” (POLLAK, 1992, p. 204,). Enfim é com a memória que resgatamos o passado, buscando entender o presente.

Portanto a partir das entrevistas é que muito dessa memória foi resgatada, tornando assim possível realmente entender as dinâmicas que tecem hoje o campo do município de Formosa Goiás. Os sujeitos entrevistados foram os camponeses que relataram muitas de suas histórias, histórias estas que destrincha o passado da paisagem rural, para entendermos o presente imbuído respectivamente da intensificação do agronegócio. Percebe-se que todos os participantes da pesquisa ao relatarem sua vida, relataram com o sentimento de amor a terra, de orgulho, e também com o pesar de sofrimento. Foram entrevistadas cinco famílias que vivem no campo e cinco famílias camponesas que vivem no município. Lembrando que dos cinco entrevistados que vivem no campo, dois deles ainda vivem de empregado. Tanto as pessoas que vivem como aquelas que viveram no campo foram encontradas a partir da informação da Senhora Vera Pereira Couto, secretária da Secretaria da Cultura e camponesa que hoje vive na cidade. A Senhora Vera Pereira Couto, portanto, é uma das pessoas entrevistadas, que além de indicar/informar os demais sujeitos participantes da pesquisa (que viveram/vivem no campo) também pôde contribuir ao pronunciar sua visão/experiência camponesa que também possui do campo.

Percebe-se tanto a partir da informação conseguida em entrevista com a senhora Vera Pereira Couto, como através de outras conversas com os demais sujeitos participantes da pesquisa, que Formosa é um município que possui muitos assentamentos, são 17 assentamentos no total, mas também há grandes áreas atreladas ao agronegócio que claramente são bem maiores.

Quando foi se fazer o estudo do campo formosense, descobriu-se que para falar do mesmo teria que explicar que são campo em extremos diferentes e com paisagens distintas. O primeiro está localizado a Oeste no sentido indo para o Itiquira, onde nós temos como referência também o Vale do Paranã e o outro lado do campo de Formosa, localizado a Leste, no sentido Distrito do Bezerra e Cabeceiras Goiás.

Na paisagem do campo a Oeste no município de Formosa, tem o predomínio de pequenas propriedades (chácaras e assentamentos que vivem principalmente do comércio) local também onde tem a predominância da vegetação do cerrado. Essa região tem contrastes totalmente contrários do que pode ser percebido no campo a Leste

no município de Formosa, indo em direção ao Distrito do Bezerra e município de Cabeceiras Goiás.



Figura 01: Campo de Formosa, sentido ao Salto do Itiquira, muito preservado

Fonte: Software Google Earth.

Acessado 06 de Nov. de 2014

Na paisagem do campo a Leste, sentido ao Distrito do Bezerra e município de Cabeceiras, prevalece o predomínio de lavouras de soja e de milho principalmente. Na figura 02, observamos claramente como tem sido intenso o latifúndio nessa região. Na figura 03 percebe-se que o que tem de preservado está na área do Exército, ou seja, é uma imagem que reflete os limites entre a área do Exército preservado com esses grandes latifúndios, pelo qual tem suas terras em cultivo ou praticamente nuas, prontas para plantação em larga escala.



Figura 02: Latifúndios no campo de Formosa, sentido Distrito do Bezerra e Cabeceiras Goiás

Fonte: Software Google Earth.

Acessado 06 de Nov. de 2014



Figura 03: Limites entre o agronegócio e o exército do campo de Formosa, sentido indo para Distrito do Bezerra

Fonte: Software Google Earth.

Acessado em 06 de Nov. de 2014

O cerrado nessa área só não desapareceu por completo por causa da desapropriação feita pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para o Exército em 1973. Hoje o Exército tem poder sobre uma extensa área do cerrado de Formosa.

A maior fazenda, a Bom Sucesso, de 15 mil hectares, desapropriada por pouco mais de Cr\$ 1 milhão - cerca de R\$ 2 milhões, hoje valeria aproximadamente R\$ 50 milhões. O dono da fazenda Bom Sucesso, Washington Alvarenga, de 77 anos, dividiu o valor da indenização com a mãe e oito irmãos. Ficou com Cr\$ 123 mil (R\$ 223 mil hoje). O dinheiro foi usado na construção de uma casa que custou Cr\$ 345 mil na época. Mas ele relata casos mais dramáticos: *“Aquilo não foi vendido, foi tomado. Naquela época, morreu muita gente de desgosto. Alguns não receberam até hoje. Foi uma época difícil. Estávamos sob o regime militar, e você sabe muito bem o que eles faziam naquela época”*. (POVOS INDIGENAS NO BRASIL, 2003)

Anteriormente, antes da desapropriação dessa enorme área, as fazendas produziam principalmente para criação. O gado era a fonte econômica mais forte na época, pois se extraía dele o leite a carne, sua força de trabalho e era também meio de transporte. O couro de gado também era bastante valorizado, por essa razão que Formosa era conhecida como Formosa Couros.

Mas muita coisa mudou, hoje essa região está ocupada pela a área do Exército, e fazendo divisa com o mesmo tem as grandes propriedades em áreas que não foram apropriadas pelo Exército. Essas propriedades tecem suas dinâmicas em torno do

agronegócio. Haja visto que é forte o cultivo nessas atuais fazendas das grandes lavouras.

Como já foi exposto, o Leste do campo de Formosa, sentido ao Distrito do Bezerra ainda na BR-020 tem-se enquanto paisagem poucos assentamentos ou ainda chácaras que são as pequenas propriedades. O forte nesse lado do campo de Formosa é o agronegócio, que só não ganhou maiores escalas segundo os próprios camponeses entrevistados por causa da enorme área desapropriada para o Exército. É interessante colocar que além de ser uma paisagem com agronegócio muito forte, os poucos assentamentos visitados, como o projeto Bela Vista e Santa Cruz tem sido vítima da criação do agronegócio, alvo de sujeitos que estão interessados em comprar chácaras para ir aumentando a plantação, respectivamente de soja aplicando assim a paisagem ligada a ele. Esses sujeitos são gaúchos principalmente. Dentro do assentamento há sujeito que já possui 21 hectares, pois cada chácara é composta por 7 hectares, se ele já possui essa quantidade, significa que ele tem a junção de três chácaras, e segundo informações da própria comunidade ele está interessado em outras propriedades próximas que tem abundância de água.

O campo localizado no sentido ao Itiquira tem principalmente pequenas propriedades tanto de camponeses como de pessoas que vieram da cidade.

São os camponeses com a produção de horticultura. Esses camponeses na verdade conseguiram suas terras a partir de herança dos pais e, preferiram não vender e continuar vivendo por lá. Hoje alguns produzem alguma coisa para subsistência e venda como também dependem do trabalho fora. Temos uma das poucas propriedades que concentram mais terras nessa região, essas propriedades são voltadas exclusivamente para a pecuária. Contudo, o que tem sido forte é o comércio em muitas das chácaras que antes eram fazendas, mas que foram vendidas pelos camponeses que ganharam um pedaço de terra por meio de herança geralmente dos pais, mas como não se interessaram venderam com a perspectiva de melhorar suas condições na cidade de Formosa. Portanto o campo localizado no sentido ao Itiquira tem principalmente pequenas propriedades tanto de camponeses como de pessoas que vieram da cidade e que investem no comércio com bares e restaurantes. Aqueles que não quiseram sair do campo conseguido por herança familiar permanece com o trabalho na terra a partir da horticultura e ainda trabalha fora, pois afirmam que não dá para viver com o que é produzido na terra.

Considerações Finais.

Durante todo o desenvolvimento da pesquisa de campo e após uma ampla revisão bibliográfica a respeito do tema abordado, foram investigados em loco as dinâmicas da paisagem do campo a partir da percepção camponesa, obtida respectivamente a partir de sua memória. A entrevista contou com questões que permitiu identificar o tamanho da propriedade, a produção, sujeitos da paisagem no campo, e outras informações gerais necessárias a identificação da conjuntura de transformação da paisagem no município de Formosa para compreender as transformações presentes no campo. Para comprovar as informações foram coletadas fotos e imagens do Google Earth.

Este trabalho foi importante para entender as dinâmicas que o campo de Formosa tem sofrido a partir da intensificação do agronegócio. A partir dessa pesquisa pode se concluir afinal que a paisagem no campo de Formosa possui vários desfechos. A vida camponesa está sendo ameaçada constantemente isso é fato. Aqueles que ainda permanecem no campo, permanecem a partir de muita luta, do gostar que possui em relação a terra.

Foram expostas nessa última parte do trabalho as inúmeras consequências principalmente que o agronegócio tem proporcionado a paisagem do município de Formosa, que trata desde ao desmatamento do cerrado, a expulsão ou dependência do camponês em terras que não são suas de fato.

Enfim foi de grande valia realizar essa pesquisa, pois acredito que entender que Formosa é constituída hoje de uma paisagem que materializa dois campos, são poucos que sabem, principalmente em relação das dinâmicas que são formadas.

Conclui-se afinal que a paisagem do campo localizado a Oeste em direção ao Itiquira é onde mais tem assentamento e pequenas propriedades. Essa formação caracterizada por vários núcleos familiares nem sempre foi assim. Na verdade antes era um único núcleo familiar, ou seja, a fazenda voltada para pecuária, mas que foi dividida entre os filhos, por meio do que chamamos de herança. Muitos não quiseram sua parte e venderam para aqueles que queriam as terras. Esses sujeitos que compraram a propriedade não realizam hoje o trabalho na terra, mas o trabalho voltado para o turismo local (bares e restaurantes) nessa região. Deram origem a uma paisagem no campo marcada por estruturas construídas para atender a região turística. São várias chácaras que nós temos nessa região que foram vendidas dos filhos para os povos principalmente da cidade de Formosa que fizeram delas lugar de lazer com (restaurantes e bares).

Alguns desses filhos não quiseram vender e até hoje possuem suas chácaras. Não o quiseram porque gostam da terra, mas não conseguem viver somente e a partir dela, por essa razão trabalham fora, respectivamente nos condomínios do Itiquira que estão em Formosa Goiás ou por meio de outras atividades que sabem executar.

Enfim essa região é bastante turística, portanto as chácaras que não são voltadas ao comércio, têm a produção em pequena escala. A preservação do cerrado (fauna e flora) é perceptível. A região é realmente bastante verde, é o verde da mata, não é o verde da lavoura, que tanto se faz forte no campo a Leste do município de Formosa.

Portanto na região não há praticamente fazendas que hoje não sejam chácaras. É claro tem uma ou outra, mas voltadas para a pecuária, produção de leite principalmente. Esse fato é em decorrência das terras serem pouco favorável para plantação de cultivos. Isso pode ser um dos motivos que não atraiu o agronegócio para essa paisagem.

A paisagem do campo em direção Leste, sentido ao Distrito do Bezerra é totalmente diferente e impactante. Primeiro é importante ressaltar que a área de vegetação é relativamente menor se comparado o campo Oeste do município de Formosa. O cerrado que se constata a Leste é hoje área do Exército. Pequenas e médias propriedades são poucas predominando principalmente áreas extensas de lavoura de soja e milho. Dessa forma é fato que as terras dessa região têm sido severamente engolidas pelo predador chamado agronegócio. A concentração de terras como se sabe é muito grande ainda em nosso país, e a solução a ela encontrada trata se da Reforma Agrária. Contudo o agronegócio vem conseguindo no município de Formosa entrar em áreas que já ocorreram a Reforma Agrária. Falamos da criação do agronegócio no campo em direção Leste, sentido ao Distrito do Bezerra no município de Formosa. Portanto, o agronegócio vem ganhando maiores dimensões, e se fortalecendo. Essa intensificação do agronegócio é sentida tanto no campo como na cidade. A cidade de Formosa conta hoje com grandes empresas atrelada ao agronegócio entre elas estão a Pionner e a Syngenta.

Nessa região os camponeses que mais resistem são aqueles que conseguem se inserir nessa modernização do campo, também resistem camponeses que vivem a partir da forma assalariada. A Senhora Abadia Aparecida, camponesa do Projeto Bela Vista, vê a mudança da paisagem, mudanças que causam medo nela, pois a pecuária não tem sido tão forte como as grandes plantações, isso em decorrência das terras serem muito

férteis nessa região. Como a pecuária não se sobressai nas chácaras, a Senhora Abadia Aparecida está apreensiva com a possibilidade da venda da propriedade pelo seu patrão a aqueles interessados em aumentar as terras e poder-se beneficiar com a quantidade de água que a chácara possui para uma possível irrigação.

Como já foi colocado esse trabalho poderá dar seguimento, pois as mudanças que tem ocorrido na paisagem são dinâmicas constantes. A paisagem muda e com ela muda todo a sua essência. O campo de Formosa tem sofrido mudanças com o decorrer do tempo, o que tem provocado consequências tanto na vida do campo e da cidade desse município.

Referencias

CAMACHO, Rodrigo Salomão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. Tese de doutorado em geografia da FCT- UNESP de Presidente Prudente. 2013

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 4º edição, São Paulo. Editora Contexto, 1999.

CASTRO, Demian Garcia. **Significados do conceito de paisagem: um debate através da epistemologia da Geografia**. UERJ, p. 07, 2014.

DUARTE, Élio Garcia. **Manifestações camponesas em Goiás. Perspectivas para uma pesquisa**. História cultural. Revista Goiânia, vol. 6 jan./jun., 2001, p. 113-134.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agronegócio e Reforma Agrária**. Universidade Estadual Paulista, p. 05. 2004.

GRATÃO, Lúcia Batista Helena. **(Agri)cultura cerradeira e o agronegócio: olhar, alerta e grito de conservação**. In.__. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: editora: expressão popular, UNESP, 2008.

GUIMARÃES, P. A. **A revolução agrícola no Brasil**. In.__. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 p. 61 – 78.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SOUSA Michelle Louise; PACHECO, Rafael Araújo. **A influência da rodovia Belém-Brasília no processo de desenvolvimento das cidades do centro-norte de Goiás.** Revista Eletrônica Georaguaia. Barra do Garças-MT. V 3, n.2, p 246 - 262. agosto/dezembro. 2013.

SOUZA, Francilane Eulália de. **O campo, o camponês e a cidade: representações dicotômicas compartilhadas pela cultura de massa pelos alunos camponeses do município de Goiás – GO.** In.____. Educação do campo: descobrindo o futuro perto de casa. Gráfica e Editora Vieira, 2014.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

Dois modelos de desenvolvimento rural: agricultura familiar vs agronegócio

Laura Meneghel dos Santos¹, UFRJ/IE/PPED

msantos.laura@gmail.com

Bolsista CAPES

GT 4: Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

RESUMO: Nos anos 1990, a dinâmica sociopolítica do meio rural brasileiro – marcada historicamente por disputas entre grandes proprietários e setores marginalizados – estabeleceu uma oposição entre os conceitos de agronegócio e de agricultura familiar. Neste artigo buscou-se, de forma sucinta e com base em revisão bibliográfica, delimitar o contexto de consolidação dessas duas expressões e seus significados (ainda que reconhecendo a diversidade de opiniões e inexistência de consenso) com o objetivo de discutir estes dois projetos de desenvolvimento rural considerados contrapostos e que disputam recursos públicos: (i) o projeto neoliberal, associado ao agronegócio e à continuidade da modernização conservadora; (ii) o projeto alternativo, vinculado à agricultura familiar, de base democratizante e sustentável. Busca-se mostrar que no momento atual estes dois projetos de desenvolvimento rural, que seriam excludentes do ponto de vista ideológico, precisam coexistir, pois, a partir de diferentes perspectivas, ambos contribuem para o desenvolvimento do país.

Introdução

O desenvolvimento agrícola brasileiro dependeu fortemente do apoio governamental nas últimas cinco décadas. Nesse período, as políticas agrícolas ora contribuíram para a estabilidade da oferta de alimentos, em momentos de crise de abastecimento, ora colaboraram para a obtenção de superávits comerciais, em momentos de crise no balanço de pagamentos. O resultado foi a constituição de um setor agropecuário

¹ Mestranda da Pós Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Formada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Tem experiência na área de Economia do Bem-Estar Social e Políticas de Combate à Pobreza Rural.

moderno que faz do Brasil um dos principais países exportadores de insumos agrícolas e alimentos do mundo (RAMOS, MARTHA JR, 2010). Tal desempenho se apoiou no uso combinado e intensivo de insumos modernos, como máquinas e tratores, fertilizantes químicos e corretivos, controle químico de pragas e doenças, irrigação, sementes geneticamente modificadas e rações e suplementos alimentares. Esse modelo de produção agrícola, intensivo em capital e concentrador de terras, é geralmente associado ao avanço do agronegócio.

Historicamente, até os anos 1990 a política agrícola tratava os agricultores de médio e grande porte da mesma forma que os pequenos proprietários rurais. Com isso, os primeiros acabavam sendo os maiores beneficiados, pois, além de deterem melhores condições para acessar estes instrumentos, dedicavam-se às culturas de exportação – atividades fortemente estimuladas nas fases de desequilíbrio externo. Dessa forma, elevou-se ainda mais a concentração da renda e da terra no meio rural. Enquanto isso os pequenos produtores, agricultores familiares, indígenas, quilombolas, posseiros, seringueiros, que ficaram à margem do processo de modernização agrícola, lutavam para sobreviver em meio à pobreza rural, reivindicando políticas específicas.

Alterações neste quadro começaram a surgir com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em meados dos anos 1990, e se ampliaram significativamente nos governos petistas, com a elaboração de um variado aparato de políticas voltadas à agricultura familiar. Elas paulatinamente ajudaram a consolidar a concepção de que o espaço o rural não era apenas um lugar de produção agropecuária, mas também espaço de vida e trabalho, com uma rede de relações sociais e de representações específicas de pertencimento, de desejo ou projetos de vida, conformando paisagem cultural e ecológica que abarca uma grande biodiversidade que deve ser preservada pela sociedade (FERREIRA, 2002).

Este texto tem por objetivo, com base em pesquisa bibliográfica, apresentar e debater os fundamentos destes dois modelos de produção agrícola, assim como seus desdobramentos em termos de política pública, a fim de esclarecer a coexistência dos mesmos.

Agricultura familiar e agronegócio no Brasil

Os termos *agricultura familiar* e *agronegócio* surgiram inicialmente na literatura estrangeira (americana e europeia) e, principalmente na década de 1990, adquiriram no

Brasil significados específicos. O termo *agribusiness*, segundo Graziano da Silva (2010), foi utilizado na literatura norte-americana para enfatizar a crescente inter-relação setorial de agricultura, indústria e serviços observada desde o pós-guerra; no Brasil, porém, essa conotação foi influenciada por um processo histórico particular:

É importante destacar tanto na noção de *agribusiness* como na dos complexos agroindustriais que eles são os resultados de um processo histórico específico que define a sua conformação a partir de um duplo movimento: de dentro, pela ação das forças sociais, econômicas e políticas dos agentes que o integram; e, de fora, pela ação do Estado, por meio das políticas públicas e de suas agências, ao estabelecer relações particulares com os agentes anteriormente mencionados. Os complexos se tornam assim uma “orquestração de interesses” em torno de uma cadeia produtiva determinada qualquer; e o seu agregado, o *agribusiness*, uma aliança em torno dos interesses setoriais da agricultura com os distintos ramos da agroindústria a montante e a jusante (GRAZIANO DA SILVA, 2010, p.159).

Para esse autor, alguns agricultores familiares podem fazer parte do agronegócio e, portanto, a utilização desses termos como opostos seria resultado de *uma tentativa maniqueísta, em curso no país, de demonizar o agronegócio*.

De outra forma, segundo Sauer (2008), o termo agronegócio além de designar uma associação de diferentes etapas da produção (produção, processamento, armazenamento e distribuição), foi apropriado no Brasil para indicar tecnificação (entendida como uso de tecnologia moderna) e escala na agropecuária. Esse processo de apropriação se deu por iniciativa de grandes empreendimentos agropecuários, frutos da modernização agropecuária brasileira, materializando-se com a fundação da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) em 1993.

Nesse processo de apropriação, o uso corrente do termo “agronegócio”, no Brasil, expressa – ou deseja expressar – as atividades agropecuárias que utilizam técnicas de produção intensiva (mecanização e química) e de escala, o que gera aumento da produção e da produtividade. Desde o início, o seu uso deu-se em contraposição tanto à lógica latifundista, grandes extensões de terras utilizadas apenas como reserva de valor, como à da produção de subsistência, atividades agropecuárias de menor escala e com menos capital investido, ou seja, produtores “menos eficientes” e não plenamente, ou competitivamente, integrados ao mercado (SAUER, 2008, p.16).

Quanto ao termo “agricultura familiar”, teve origem também na década de 1990 em função de pesquisas² realizadas por equipes da Organização das Nações Unidas para

² Em convênio com o então Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Agricultura e Alimentação (FAO) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com foco em avaliações e indicadores socioeconômicos de assentamentos de reforma agrária e de outros segmentos associados à pequena produção. Ao destacarem a diversidade da produção familiar e o número de famílias envolvidas nessa modalidade de produção e gestão da propriedade, elas abriram espaço para a consolidação da noção de “agricultura familiar” no movimento sindical e nos espaços governamentais e acadêmicos (SAUER, 2008).

A maior complexidade social e política dos pequenos produtores, em termos de demanda e mobilizações, e o avanço da crítica (intelectual e política) ao modelo dominante de modernização, combinados com as grandes mobilizações nacionais, como os “Gritos da Terra” – que visavam influenciar o Estado e as políticas públicas – contribuíram para o fortalecimento e generalização dessa identidade (DELGADO, 2009).

Neste contexto, Navarro (2010) chama atenção para a importância da assinatura do Tratado de Assunção – que criou o Mercosul em 1991 – no processo de legitimação da agricultura familiar pelo Estado que, por pressão do movimento sindical, culminou com a criação do Pronaf .

Graças às pressões realizadas, o movimento sindical (especialmente a CONTAG³) foi aceito como participante legítimo nas discussões relativas à implementação do tratado, e suas propostas gradualmente encontraram espaço e eco nos âmbitos governamentais. Em particular, as propostas apresentadas foram reconhecidas como necessárias – e acabaram, muitas delas, incorporadas no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em julho de 1995 (NAVARRO, 2010, p.195).

É necessário sublinhar, como apontado por Wanderley (2003), a existência no Brasil de uma dificuldade do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria ‘agricultura familiar’, principalmente a partir da implantação do Pronaf. Para alguns, este conceito se confunde com a definição operacional adotada pelo referido programa, que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento. Para outros, agricultura familiar corresponde a uma camada de agricultores com capacidade de adaptação às modernas exigências do mercado, em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações.

³ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

A referida autora adota um tratamento mais analítico e menos operacional para o termo ‘agricultura familiar’, considerando-o um novo ‘personagem’ na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado modernos. Conforme Wanderley (1996), a agricultura familiar possui muitos traços camponeses: enfrenta os velhos problemas, nunca resolvidos e, fragilizada perante as condições da modernização brasileira, continua a contar, muitas vezes, com suas próprias forças.

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. Esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que fala Jollivet) na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão (WANDERLEY, 2003, p.48)

Para Sauer (2008), o uso dessa expressão tinha o objetivo principal de romper com noções relacionadas a certos setores rurais como a “pequena produção” ou a “produção de subsistência” (ou mesmo com a noção de produção camponesa), particularmente, *porque essas carregavam pré-noções de “ineficiência”, baixa produtividade (“pequeno produtor”) e não-inserção no mercado (produção apenas para o autoconsumo ou de “subsistência”)* (SAUER, 2008, p.20).

Em 2006, surge a primeira lei que fixa as diretrizes para o setor da agricultura familiar⁴. A Lei nº 11.326/2006 conhecida como ‘Lei da Agricultura Familiar’ determina os conceitos, princípios e instrumentos direcionados à formulação das políticas públicas destinadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Ela define quatro módulos fiscais e a contratação de até dois empregados permanentes como o limite máximo para um empreendimento familiar na agricultura brasileira. Determina que a mão de obra deve ser predominantemente da própria família e a maior parte da renda originada nas atividades da propriedade; a direção do estabelecimento também tem que ser feita por um membro da família. Também indica claramente como beneficiários os silvicultores, quilombolas, aquicultores, extrativistas e pescadores.

⁴⁴ Ela ratifica a categorização que já vinha sendo praticada pelo Pronaf.

Para Navarro (2010), a lei institui uma noção muito restritiva de agricultura familiar que não é capaz de demonstrar a imensa diversidade social e produtiva que caracteriza as regiões agrárias. Já Wanderley (2003) considera que mesmo sendo uma identidade “atribuída”, na maioria das vezes ela é incorporada pelos próprios agricultores e, diferentemente de outras denominações impostas de fora (por exemplo, agricultor de baixa renda), aponta para qualidades positivamente valorizadas (agricultor familiar é aquele que conhece de modo especial e detalhado a terra, as plantas e os animais que são seus e, por esta razão, sente-se comprometido com o respeito e a preservação da natureza) e para o lugar desse tipo de agricultura no próprio processo de desenvolvimento.

No que se refere ao debate sobre os conceitos de agronegócio e agricultura familiar, as opiniões são diversas e o consenso inexistente. O importante aqui é assinalar que, também no início dos anos 1990, a dinâmica sociopolítica do meio rural brasileiro – marcada historicamente por disputas entre grandes proprietários (setor patronal e suas entidades de representação) e setores marginalizados – estabeleceu uma oposição entre os conceitos de agronegócio e de agricultura familiar, transformando o conteúdo descritivo dos termos em conceitos definidores de sujeitos e ações sociais (SAUER, 2008).

Dois projetos de desenvolvimento rural

Esses “sujeitos” passaram a ser os principais protagonistas de dois projetos de desenvolvimento rural contrapostos que disputam recursos públicos: o agronegócio, associado ao projeto neoliberal de continuidade da modernização conservadora, e a agricultura familiar, vinculada ao projeto alternativo de desenvolvimento rural democratizante e sustentável.

É fundamental assinalar que a década de 1990 pode ser considerada um período crucial tanto para a continuidade do processo tradicional de exclusão e de dominação que tem acompanhado o padrão de relações economia-meio rural no Brasil, (...) quanto para a progressiva elaboração de uma visão alternativa acerca do significado do rural e do desenvolvimento rural sustentável e para a democratização das relações sociais e políticas no campo (DELGADO, 2009, p.23).

De acordo com Delgado (2009), a principal manifestação do projeto neoliberal para o rural e a agricultura foi o estímulo, por meio de políticas públicas e outros incentivos governamentais, ao aumento da produção para a exportação, de modo a possibilitar a

obtenção de crescentes superávits na balança comercial, com o objetivo de equilibrar a conta de transações correntes do balanço de pagamentos do país, prioridade política a partir da década de 1980, devido às instabilidades provocadas pelo endividamento externo, pela progressiva abertura da economia, pela vulnerabilidade conjuntural característica da liberdade de movimento dos capitais internacionais pós anos 1980, e pelo comportamento dos preços internacionais das commodities agrícolas.

A intensa complementaridade estrutural entre expansão do agronegócio e “ajustamento constrangido à globalização” passou, a partir do final dos 1990, a representar o principal papel a ser desempenhado pela agricultura na economia, segundo o projeto neoliberal. Essa opção de política deu ao agronegócio um caráter de “imprescindibilidade”, fortalecendo sua projeção e peso políticos diante do Estado e da sociedade, e aumentando sua presença política e sua exposição favorável na mídia. Tornou-se, então, portador da proposta dominante de desenvolvimento para a agricultura brasileira que, em sua essência, tenta atualizar para os tempos e para a ideologia da globalização o tradicional modelo de modernização da agricultura, concentrador, excludente e destruidor do meio ambiente, predominante desde a década de 1970. (DELGADO, 2009, p.27)

Contudo, como aponta Delgado (2012), os ganhos de produtividade das exportações de *commodities*, deixados a critério estritamente mercantil, tendem a se extinguir no tempo com a dilapidação paulatina dos recursos naturais não renováveis. Devido à redução da biodiversidade e expansão acelerada do uso de agrotóxicos, esse modelo de desenvolvimento rural baseado no agronegócio possui componentes de morbidade potencial, tanto ambiental quanto humana. Segundo o autor *esse arranjo não é sustentável em médio prazo, econômica e ecologicamente*. Na mesma linha de crítica, argumenta Favareto (2010) que continuar apostando na obtenção de ganhos econômicos de curto prazo por meio da expansão da moderna e rentável produção de *commodities* ao custo de um crescente descarte de trabalho, com o consequente impacto no mercado de trabalho e na composição das rendas das famílias tradicionalmente envolvidas com estas atividades, pode solapar as bases de uma das principais vantagens comparativas do país no longo prazo: sua biodiversidade e os serviços ambientais prestados pelos grandes ecossistemas.

Em contraposição a esse modelo perverso, com o fortalecimento político dos “sem terra” (principalmente através do protagonismo do MST) e dos “agricultores familiares”, iniciou-se a construção de um modelo de desenvolvimento rural alternativo fundado na agricultura familiar, no qual a reforma agrária é entendida como transformação política, econômica e social fundamental para a democratização do

campo. Conforme Gehlen (2004), o modelo familiar, se bem estruturado com políticas adequadas, é econômica e socialmente eficiente, preocupa-se com as questões ambientais, podendo ser considerado sustentável ou durável.

São imensas as vantagens comparativas da agricultura familiar, pois sua principal característica é a diversificação. A agricultura patronal, com suas levas de bóias-frias e alguns poucos trabalhadores residentes vigiados por fiscais e dirigidos por gerentes, engendra forte concentração de renda e exclusão social, enquanto a agricultura familiar, ao contrário, apresenta um perfil essencialmente distributivo, além de ser incomparavelmente melhor em termos sócio-culturais. Sob o prisma da sustentabilidade (estabilidade, resiliência e equidade), são muitas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária, devido à sua ênfase na diversificação e na maleabilidade de seu processo decisório. A versatilidade da agricultura familiar se opõe à especialização cada vez mais fragmentada da agricultura patronal (VEIGA, 1996, p.395)

A reforma agrária, neste contexto, aparece como um elemento fundamental para garantir a sustentabilidade econômica do desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar. A democratização do acesso à terra impacta positivamente na geração de empregos, reduzindo o êxodo rural, e na distribuição de renda, diminuindo a desigualdade e a pobreza no meio rural. Além disso, ao viabilizar a inclusão de parcela da população no circuito do mercado de produtores e de consumidores, a reforma agrária possibilita, por um lado, aumento da produção e, por outro, dinamização do desenvolvimento local. Assim, conforme Gehlen (2004), a reforma agrária seria legitimada porque responde a interesses gerais, não apenas dos assentados.

A luta pela terra, pela ampliação e consolidação da agricultura familiar camponesa, não aponta para o reforço de relações pré-modernas, e sim para avanços importantes na construção de um desenvolvimento sustentável. O fortalecimento e a viabilização da agricultura familiar camponesa, bem como a geração de empregos, no meio rural, implicam mudanças significativas no atual padrão de desenvolvimento, abrindo perspectivas para uma série de inovações que transcendem a mera modernização tecnológica. A sustentabilidade de alternativas de desenvolvimento importa em mudanças que resultam em melhoria das condições de vida da população rural (SAUER, 2008, p.66).

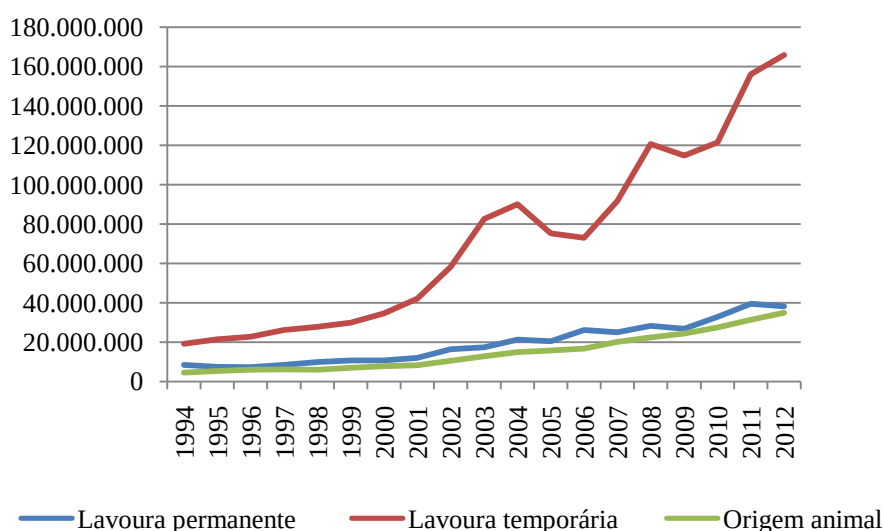
No que tange as políticas recentes para o setor, estudo de Delgado (2009) identifica na atuação do Governo Lula (2003-2010) tanto elementos que representam continuidades do governo com o projeto neoliberal para a agricultura, quanto atitudes e medidas que significam a abertura oportunidades para o avanço do projeto democratizante no meio rural. De um lado, a manutenção do papel estratégico do agronegócio para o ajustamento da conta de transações correntes da balança de pagamentos fez com que o

segmento preservasse seu peso e importância na economia e na política, de forma que o agronegócio conseguiu influenciar a decisão governamental de permitir o crescimento da produção de produtos transgênicos, impossibilitou a revitalização da reforma agrária e continua determinando a agenda de negociações comerciais internacionais sobre agricultura do Brasil. A Tabela 1 e o Gráfico 1, a seguir exprimem o desempenho favorável do setor agropecuário brasileiro a partir do final dos anos 1990 – o PIB do Agronegócio cresce de R\$ 749 bi para R\$907 bi (em reais de 2013) entre 1999 e 2004 e o valor da produção agropecuária cresce significativamente após 1999, com destaque para a produção da lavoura temporária. Ademais, conforme Delgado (2009, p.22), as exportações agrícolas brasileiras aumentaram de forma expressiva, passando de US\$ 20,6 bilhões em 2000 para US\$ 30,6 bilhões em 2003.

Tabela 1: Evolução do PIB do agronegócio brasileiro

Setores do Agronegócio	Valores em R\$ Milhões de 2013		
	1994	1999	2004
Total (A+B+C+D)	728.742	749.135	907.014
A) Insumos	64.976	72.272	101.298
B) Agropecuária	174.476	179.924	231.458
C) Indústria	244.730	245.638	281.616
D) Distribuição	244.561	251.301	292.641

Fonte: Cepea-USP/CNA



Fonte: IBGE (Base SIDRA)

Gráfico 1: Evolução do valor da produção agropecuária (em Mil Reais), Brasil, 1994-2012

De outro lado, o mesmo governo Lula montou um aparato governamental com políticas públicas mais consistentes e abrangentes de apoio à agricultura familiar e a outras populações e povos habitantes do meio rural (ver tabela 2), melhorou as condições de vida dessa população com políticas sociais e distribuição de renda, além de recriar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) – extinto pelo governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) – que relativizou as vantagens da agricultura voltada para exportação, priorizou a produção doméstica e valorizou a diversidade cultural e a agricultura familiar. Segundo Del Grossi (2010), entre 2003 e 2009, 759 mil famílias de agricultores familiares deixaram a condição de pobreza (definida de acordo com os critérios do Fome Zero⁵), o correspondente a mais de 4 milhões de pessoas. Esta foi a categoria ocupacional com maior redução do número de pobres.

⁵ Critério de linha de pobreza do Banco Mundial (US\$ 1,08 por dia), ajustado para os diferentes níveis regionais de custo de vida e pela existência ou não de autoconsumo.

Tabela 2: Políticas voltadas para a agricultura familiar criadas nos anos 2000.

Ano	Política	Objetivos
2003	Programa de Aquisição Alimentar (PAA)	Compra institucional de alimentos da agricultura familiar e distribuição para pessoas em situação de vulnerabilidade social, escolas e hospitais públicos, instituições de assistência social, formação de estoques.
2003	Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	Garante subsídios financeiros para a aquisição de materiais para a construção ou conclusão/reforma/ampliação de habitações em áreas rurais para agricultores familiares e trabalhadores rurais que se enquadrem no Pronaf e possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).
2004	Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)	Seguro multiriscos (cobre perdas provocadas pelo clima, doenças e pragas sem controle conhecido) dirigido exclusivamente aos agricultores familiares que contratam financiamentos no Pronaf. Garante todo o valor financiado de custeio e até 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado
2006	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF)	Assegura desconto no pagamento do financiamento às famílias que acessam o Pronaf Custeio e o Pronaf Investimento, em caso de baixa de preços no mercado no momento de liquidar as parcelas do crédito, mantendo assim a capacidade dos agricultores de quitarem seus débitos
2009	Lei 11.947	Altera o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e determina que 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser utilizados na aquisição de bens alimentícios provenientes da agricultura familiar.
2011	Plano Brasil Sem Miséria Rural	Se propõe a realizar a inclusão produtiva das famílias de agricultores rurais extremamente pobre a partir da articulação de ações do MDA e MDS (crédito de fomento a fundo perdido, doação de sementes, assistência técnica personalizada, Bolsa Verde)

Fonte: Elaboração própria com auxílio de Grisa e Schneider (2014)

O último Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE em 2006, ressaltou a importância da agricultura familiar no fornecimento de alimentos para o mercado interno, ou seja, na garantia da segurança alimentar no país, ao mostrar que os estabelecimentos da agricultura familiar produziam 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão (sendo 77,0% do feijão-preto, 84,0% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54,0% do feijão de cor), 46,0% do milho, 38,0% do café (parcela constituída por 55,0% do tipo robusta ou conilon e 34,0% do arábica), 34,0% do arroz, 58,0% do leite (composta por 58,0% do leite de vaca e 67,0% do leite de cabra), possuíam 59,0% do plantel de suínos e 50,0% do plantel de aves.

Apesar disso, a desigualdade entre a agricultura familiar e a patronal ainda é marcante no meio rural brasileiro, como mostram as tabelas 3 e 4 abaixo. Podemos observar que a agricultura familiar corresponde a quase 90% dos estabelecimentos agropecuários, onde trabalham quase 80% do pessoal ocupado no meio rural; no entanto, ela ocupa pouco menos de um terço da área e produz mais da metade do valor produzido pela agricultura patronal.

Tabela 3 – Dados dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar⁶ e patronal, Brasil, 2006

Distinção	Estab. agropecuários com agricultura familiar				Estab. agropecuários com agricultura patronal			
	Número	Em %	Área (em ha)	Em %	Número	Em %	Área (em ha)	Em %
Brasil	4.551.855	87,95	106.788.460	32,00	623.781	12,05	226.891.577	68,00
Norte	429.497	90,27	22.830.404	41,11	46.281	9,73	32.705.360	58,89
Nordeste	2.274.114	92,67	35.429.809	46,57	179.946	7,33	40.644.602	53,43
Sudeste	713.300	77,36	15.969.460	29,07	208.797	22,64	38.968.313	70,93
Sul	899.724	89,42	17.874.595	42,78	106.479	10,58	23.906.408	57,22
Centro-Oeste	235.220	74,09	14.684.192	13,94	82.278	25,91	90.666.894	86,06

Fonte: Base SIDRA (IBGE)

⁶ Dados agregados a partir da metodologia FAO/INCRA que considera como agricultor familiar : se quem dirigia o estabelecimento = produtor (titular) diretamente; ou produtor (titular) através de um capataz ou pessoa com laços de parentesco; ou produtores (no caso de explorações comunitárias), e Unidade de Trabalho Familiar (UTF) maior que a Unidade de Trabalho Contratado (UTC), e Área Total do Estabelecimento menor ou igual que a Área Máxima Regional por Região Geográfica (AREAM). Para mais informações sobre a metodologia FAO/INCRA, ver o relatório "O Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto", disponível em <http://www.faser.org.br/anexos/Retratodaagriculturafamiliar.pdf> acessado dia 08/10/2014. Em comparação com a metodologia de agricultura familiar do MDA/PRONAF, quando os dados são agregados a partir da metodologia FAO/INCRA os números da agricultura familiar sofrem uma leve elevação: os estabelecimentos em 2006 passam de 4.366.267 para 4.551.855 e a área dos estabelecimentos de 80.102.694 hectares para 106.788.460 ha.

Tabela 4 – Outros dados dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar⁷ e patronal, Brasil, 2006

Distinção	Estab. agropecuários com agricultura familiar			Estab. agropecuários com agricultura patronal		
	Valor total da produção (mil reais)	Financiamento (mil reais)	Pessoal ocupado	Valor total da produção (mil reais)	Financiamento (mil reais)	Pessoal ocupado
Brasil	59.222.203	6.088.832	13.048.252	104.764.092	15.305.160	3.519.953
Norte	5.501.252	349.054	1.456.124	3.640.485	361.918	199.525
Nordeste	13.842.933	862.137	6.716.706	15.375.718	1.626.223	982.432
Sudeste	11.782.653	909.895	1.871.291	41.096.757	5.324.935	1.411.758
Sul	23.908.216	3.420.824	2.413.436	20.017.926	2.928.972	507.009
Centro-Oeste	4.187.149	546.922	590.695	24.633.206	5.063.111	419.229

Fonte: Base SIDRA (IBGE)

As tabelas 3 e 4 evidenciam a existência de marcantes desigualdades regionais, fruto de especificidades geográficas e históricas, mas também de um processo de desenvolvimento concentrador e excludente. Praticamente metade dos estabelecimentos da agricultura familiar estão localizados no Nordeste, onde estão 50% do pessoal ocupado na agricultura familiar; esta região, porém, produz apenas 23% do valor produzido pela agricultura familiar. Enquanto isso, a região Sul abriga quase 20% dos estabelecimentos da agricultura familiar, produz 40% do valor produzido por esse segmento e abarca cerca de 56% do financiamento da agricultura familiar. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste produzem juntas mais de 80% do valor produzido pela agricultura patronal e concentram 87% do financiamento desse segmento (com maior relevância para região Sudeste em ambos). A região Centro-Oeste, por sua vez, se destaca por possuir a maior porcentagem regional de estabelecimentos da agricultura patronal (25,95%) que também ocupam a maior área (86%).

Considerações finais

Apesar de o governo realizar medidas de apoio aos dois projetos de desenvolvimento para o meio rural, é necessário destacar que os mesmos estão incorporados em dois

⁷ Vide nota de rodapé anterior.

Ministérios diferentes que disputam os recursos públicos destinados à agricultura e ao meio rural: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) vinculado aos interesses do agronegócio que concebe a agricultura como meio de exploração econômica e está associado à exploração intensiva de monoculturas; e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pelas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar que concebe a agricultura como um modo de vida que garante a sustentação dos agricultores e ao mesmo tempo dinamiza mercados capazes de alimentar as cidades por meio de uma exploração menos intensiva e diversificada (ZIMMERMANN, 2014).

De acordo com Navarro (2010), é um *óbvio nonsense manter duas políticas de financiamento à produção e dois ministérios criando políticas que pretendem disputar uma clientela (os produtores)*. Para o autor, as principais ameaças para os produtores estão em outros pontos da cadeia produtiva e, portanto, a competição entre eles não existiria. No entanto, não é possível admitir a inexistência de conflitos entre os agricultores, o qual já assumiu a forma de chacinas no passado. Por décadas, os pequenos produtores ficaram a margem das políticas agrícolas e foram excluídos do processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Assim sendo, não se pode minimizar a importância de um Ministério que defende os interesses de um segmento amplo, mas com pouco peso político como a agricultura familiar. Neste contexto faz sentido a hipótese levantada por Zimmermann (2014) de que os dois ministérios surgiram como alternativa acomodatória de governabilidade frente às divergências de projetos para a agricultura brasileira, dessa forma, institui-se uma clivagem no debate, e não há um profundo diálogo de projeto político para a sociedade e a agricultura nacional.

A ausência de um debate mais profundo sobre o desenvolvimento rural envolvendo todos segmentos rurais, em especial, o agronegócio e a agricultura familiar, representa um obstáculo ao combate à pobreza no meio rural. Afinal, mudanças estruturais que poderiam colaborar significativamente na redução da desigualdade nesse meio, como a reforma agrária, não são discutidas e acabam sendo esquecidas pelas políticas públicas em nome do apaziguamento das divergências. No atual quadro político, tendem a prevalecer os interesses da bancada ruralista (a Frente Parlamentar da Agropecuária tem mais de 200 membros entre deputados federais e senadores vinculados com o agronegócio).

Apesar dos agricultores familiares e outras comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores) terem conseguido resistir aos avanços do agronegócio, os mesmos não possuem força política (que no Brasil ainda é dependente significativamente do poder econômico) para promover a generalização do projeto democratizante no meio rural. Avanços nesse sentido possivelmente demandariam uma reforma política que coloque em xeque a dominância política do agronegócio.

Ainda assim, dado à intensificação das alterações climáticas, o aumento do desmatamento, a degradação dos solos, a poluição das águas e os crescentes riscos à biodiversidade e à saúde vinculados a práticas frequentemente realizadas nas grandes propriedades agropecuárias associadas ao agronegócio, é imprescindível repensar e debater sobre quais modelos de produção são capazes de fornecer não só alimentos para a população, mas também qualidade de vida. Contudo, é preciso tempo e estratégia para que uma visão mais progressista ocupe espaço de forma efetiva na sociedade.

De maneira que, dois projetos de desenvolvimento rural com propostas ideológicas opostas – um, concentrador de terras e de capital, iguala desenvolvimento rural a desenvolvimento agrícola enfatizando as funções da agricultura como fornecedora de alimentos, matérias-primas e divisas; outro considera que o meio rural não é só agrícola, destacando a importância da agricultura familiar no oferecimento de bens tangíveis e intangíveis, como a geração de emprego, desenvolvimento de sistemas agrícolas diversificados, serviços ambientais e preservação da paisagem e da cultura local – precisam coexistir. Pois, embora seja difícil conciliar políticas voltadas para o agronegócio e políticas voltadas para a agricultura familiar, na atual conjuntura socioeconômica desse país de capitalismo tardio (marcado por contradições sociais) e dependente (da exportação de commodities) atualmente não é possível prescindir de nenhum desses projetos de desenvolvimento. Se, de um lado, o agronegócio desempenha um papel importante na geração de divisas e equilíbrio das contas externas⁸, por outro lado, a agricultura familiar e a promoção de um desenvolvimento sustentável tornam-se fundamentais para a preservação da biodiversidade, a segurança e soberania alimentar do país e a redução da desigualdade rural. Consequentemente, divergências são desdobramentos intrínsecos nessas circunstâncias.

⁸ Ainda que esse equilíbrio seja instável, pois quanto maior a participação de produtos primários na pauta exportadora, maior a fragilidade da balança comercial.

Contudo, é preciso reconhecer que a agricultura familiar e o agronegócio não são blocos monolíticos: existem grande propriedades que realizam práticas agrícolas sustentáveis e agricultores familiares que fazem usos de defensivos químicos e produzem culturas de exportação. À medida que essa categorização se flexibiliza pode ser possível identificar mais complementariedades entre esses atores, o que facilitaria a construção de um diálogo na busca por um desenvolvimento rural amplo e sustentável social, ambiental e economicamente. Ao mesmo tempo, uma maior diferenciação desses grupos pode despontar em mais conflitos e essa parece ser a característica inerente do meio rural brasileiro.

Referências bibliográficas

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A redução da pobreza : de 44 milhões para 29,6 milhões de pessoas. In: **Fome Zero: A experiência brasileira**/ José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi; Caio Galvão de França (orgs.) ; – Brasília : MDA, 2010.

DELGADO, Guilherme C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Nelson G. Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional. Brasília: IICA/MDA, 2009. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/2036220256.pdf>, acessado dia 11/09/14.

ENGELMANN, Solange; GIL, Aldo. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. In: Revista Eletrônica do CEMOP, nº 02, setembro de 2012. Disponível em: http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/solange_e_aldo_duran.pdf acessado dia 02/10/14.

FAVARETO, Arilson. A expansão produtiva em regiões rurais – há dilema entre crescimento econômico, coesão social e conservação ambiental? In: **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas** / organizadores: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro.- Brasília : Ipea, 2010.

FERREIRA, Angela. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. In: Revista Estudos, Sociedade e Agricultura, nº18, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, maio de 2002

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. In: Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 18, nº2, São Paulo, abril/junho de 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: **A Agricultura Brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas / organizadores: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. Brasília : Ipea, 2010.

NAVARRO, Zander. A Agricultura Familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: **A Agricultura Brasileira** : desempenho, desafios e perspectivas / organizadores: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. Brasília : Ipea, 2010.

RAMOS, Simone Yuri; MARTHA JÚNIOR, Geraldo Bueno. Evolução da política de crédito rural brasileira. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2010. (Documentos/Embrapa Cerrados, ISSN 1517-5111, ISSN online 2176-5081; 269).

SAUER, Sérgio. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Texto para discussão 30 – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

VEIGA, José Eli. A agricultura familiar e sustentabilidade. In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 13, nº3, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17- Processos Sociais Agrários, Caxambu, MG. Outubro 1996. Disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf> acessado dia 10/10/2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, nº21, Rio de Janeiro, outubro/ 2003.

ZIMMERMANN, Silvia. O Brasil Rural: democracia, participação e conflito. **Carta Maior**, 04/10/2012, disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Brasil-rural-democracia-participacao-e-conflito/4/31927> acessado dia 11/10/2014.

DA BELA VISTA AOS PONTOS DE VISTA: LUTA PELA TERRA E NA TERRA A PARTIR DE UM ASSENTAMENTO NA PARAÍBA.

Vilson Cesar Schenato (IFPB)¹

vil_son@yahoo.com.br

Mércia Rejane Rangel Batista (UFCG)²

mercia.batista1@gmail.com

GT 4 – Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

No presente artigo buscou-se ressaltar a capacidade de agência (GIDDENS, 1989; PLOEG, 2008) e resistência (WANDERLEY, 2003^a; MENEZES & MALAGODI, 2009) dos que lutam pela terra e para continuar nela, ao operarem com a dialética entre a moral camponesa e as escolhas futuras, entre os iguais e os desiguais, entre coletivos e individuais, entre identidades e diferenças estabelecidas com os “outros” a partir do Assentamento Bela Vista (Esperança - PB). A metodologia conjugou a observação participante, entrevistas orais e o diário de campo. Por meio do recurso à memória, foi possível acessar as identidades reconstruídas e (re) significadas de acordo com as “lutas” do passado e do presente, naquele espaço social e simbólico que gerou novas dinâmicas, alterando o território (HAESBARTH, 1997) e suas teias de relações sociais. Foi importante notar que a luta pela terra não é feita por pessoas com identidades totalmente diaspóricas (HALL, 2003); ela é feita por meio da resistência em se efetivar um projeto orientado por uma economia moral camponesa (THOMPSON, 1998; SCOTT, 1976; 2002). Isto fica claro no caso estudado, onde os *posseiros-rendeiros* se envolveram no processo de luta social motivados por um senso de justiça, reivindicando o direito costumeiro sobre a terra de que estavam sendo “expulsos”. A resistência permitiu mudar suas identidades de *posseiros* para *assentados*, chegando à propriedade privada e definitiva da terra, reconhecendo-se enquanto *agricultores*. Manejam uma economia moral camponesa, que lhes dão subsídio para agirem socialmente e para resistirem, lançando mão de estratégias várias para continuar na terra e para *escapar da seca*, ao passo que pleiteiam políticas públicas e participam dos jogos sócio-políticos locais, que ultrapassam os limites do assentamento.

PALAVRAS-CHAVE: Identidades. Resistências. Assentados. Campesinato.

1. Introdução

A luta pela terra não é feita por pessoas com identidades totalmente diaspóricas (HALL, 2003) nem totalmente desenraizadas; ela é feita por meio da resistência em se

¹ Professor de Sociologia do Instituto Federal da Paraíba e Doutor em Ciências Sociais (UFCG).

² Professora de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (PB) e Doutora em Antropologia Social (UFRJ).

efetivar um projeto orientado por uma economia moral camponesa. No caso dos assentamentos rurais, sabe-se que seus participantes não são de pessoas que ficavam perambulando até serem assentadas. Suas trajetórias sociais são compostas por experiências como a de migrações em busca de terra para trabalhar, de trabalhos rurais ou urbanos, ou seja, mais do que a possibilidade de ocupação, dentre outras questões, valorizam o trabalho familiar na terra.

Isto fica claro quando olhamos para a história dos *posseiros-rendeiros*, organizados coletivamente através da mediação da Comissão Pastoral da Terra – CPT/PB, e que se envolveram no processo de luta social, motivados por um senso de justiça e reivindicando o direito costumeiro sobre a terra de que estavam sendo “expulsos”.

A partir da pesquisa no Assentamento Bela Vista, localizado na cidade de Esperança, na Paraíba, tivemos acesso às narrativas que hoje compõem a história e demarca bem a percepção de que a luta daqueles *posseiros* foi impulsionada por injustiças cometidas com relação ao direito costumeiro sobre a terra. Por mais que não tivessem a titulação da terra emitida pelo Estado, dando respaldo aos mesmos enquanto donos dos “chãos” cultivados, tradicionalmente ocupavam e usavam aqueles solos, que eram acessados por intermédio de relações sociais desiguais e assimétricas com o “patrão” e dono da fazenda.

A legitimidade de apropriação daquele território se dava pelos costumes, com a referência a uma economia moral (THOMPSON, 1998) que regia as relações de dependência entre os *moradores*, *posseiros-rendeiros* e o dono da então Fazenda Bela Vista. Portanto, o costume de cultivar aquelas terras e pagar renda para o proprietário era assegurado por relações baseadas em um contrato moral entre as partes (*idem*, 1998).

As mudanças sociais impulsionadas pelo capitalismo na Inglaterra fizeram com que Thompson, ao estudar as classes “de baixo”, percebesse como estas reagiam aos processos violentos de destituição dos direitos costumeiros. Um dos casos analisados por Thompson (1998) foi o dos cercamentos, que dificultou a vida dos camponeses, aumentando os aluguéis das terras e diminuindo a disponibilidade das mesmas para lavrarem. Os cercamentos foram um longo processo, iniciado no século XVI e intensificado no século XVIII, com a constituição de um mercado de terras em detrimento dos direitos de uso tradicional da terra.

Sabe-se que as mudanças sob a dominação capitalista nem sempre foram aceitas de forma pacífica e cômoda, pelos camponeses. As revoltas em torno da posse da terra indicam, de forma mais pública e expressa, a resistência ao avanço de concepções e práticas orientadas pela racionalidade do mercado capitalista, pelo *dinheiro* e pelo *poder*. No caso da Bela Vista, os *posseiros* resistiram abertamente à expulsão das terras que cultivavam há anos e até mesmo décadas e que, ao serem bem-sucedidos, numa conjuntura favorável, contassem esta história com ênfase distinta.

No desenrolar dos processos sociais, a capacidade de agência (GIDDENS, 1989; PLOEG, 2008) e de resistência dos camponeses (WANDERLEY, 2003^a; MENEZES & MALAGODI, 2009) mudam não só os seus destinos, mas também os fazem participar de diferentes jogos sociais, que os permitem agirem no coletivo, na defesa de seus direitos e interesses. Podem trabalhar no coletivo em um dado momento e, em outro, com o assentamento já em processo de consolidação, acionam micro resistências, associadas a conflitos sociais que dividiram o assentamento, culminando na disputa entre duas associações que aglutinavam as famílias e que se identificavam entre si. Em outra ocasião, aqueles *assentados* puderam voltar-se a se *unir* para acessar créditos fundiários, por exemplo.

O campesinato, aqui em foco, mudou suas identidades de *posseiros* para *assentados* até chegarem à propriedade privada e definitiva da terra, reconhecendo-se, atualmente, enquanto *agricultores*. Percebe-se que manejam uma economia moral camponesa (THOMPSON, 1998; SCOTT, 1976; 2002), que lhes dá subsídio tanto para agirem socialmente, como para resistirem, lançando mão de estratégias várias para continuar na terra e para *escapar da seca*, ao passo que pleiteiam políticas públicas e participam dos jogos sociais e políticos locais que ultrapassam os limites do assentamento.

2. De *posseiros-rendeiros* a *assentados*: a luta para continuar na Bela Vista.

A área de 70 (setenta) hectares, onde hoje é o Assentamento Rural Bela Vista, era uma fazenda com o mesmo nome, localizada no município de Esperança - PB, ficando aproximadamente três quilômetros da região central da cidade.

A antiga Fazenda Bela Vista tinha como dono Valdemar Cavalcante, fiscal da Receita Estadual da Paraíba que, de acordo com os próprios *assentados*, arrendava suas

terras para mais de trinta *rendeiros botarem roçado* pagando a *terça*³, onde produziam para o seu próprio sustento ao plantarem feijão, milho, macaxeira, mandioca, fava, batata-doce, batatinha, dentre outros cultivos.

Alguns *posseiros-rendeiros* estavam há quase três décadas trabalhando naquela terra, reconhecidos como futuros donos até mesmo pelo “patrão”, que zelava pelos laços de confiança e lealdade ali construídos. Seu Valdemar Calvalcante era tido como uma pessoa “muito boa”, um “bom patrão”, nos termos estudados por Lygia Sigaud (2004), que não explorava os arrendatários, tal como os demais *patrões* da região, cobrando em torno de, no máximo, quinze por cento da produção. Seu Valdemar prometia, para aqueles, as terras ficariam para eles, tudo na base da confiança e do acordado verbalmente:

Aqui tinha um velho que era dono da propriedade, ele era um caba velho bem paciente, era até crente. Ele era uma boa pessoa. O nome dele era Valdemar Cavalcante. Aí o caba olhando pra ele, ele era amigo deles, mas era uma pessoa boa. Aí ele dizia: olhe, vocês se preparem, que eu vou vender aquilo ali pra vocês. Era mesmo que nem um [Assentamento do Crédito Fundiário] Carrasco hoje, fazer aquelas áreas tudinho e vender pelo banco, pra gente ficar pagando. A gente tinha que comprar. Eu vendo aquelas áreas pra vocês, a propriedade[...] Avisou, pra ajeitar de comprar, aí aparece esse Zé Oi de Boi, e passou a perna em nós tudinho (Raymundo Ferreira, agricultor, 56 anos).

No final do ano de 1986, o referido proprietário, Valdemar Calvalcante, que nunca havia se indisposto com os arrendatários, ficou adoentado e faleceu. A viúva e os filhos herdeiros resolveram vender a propriedade sem nem mesmo comunicar aos arrendatários sobre a venda; estes, por sua vez, tinham interesse em ficar naquelas terras, nem que fosse mediante a compra parcelada.

A fazenda foi comprada por José Monteiro Jr.⁴, que também era chamado de Zé Oi de Boi⁵, que saiu ainda jovem de Esperança - PB, mas era conhecido de todos.

³ Ou 1/3 do que colhiam, para o dono da fazenda.

⁴ José Monteiro Júnior, conhecido também por Zé Oi de Boi, era nascido e criado naquelas redondezas e resolveu, ainda na sua juventude, se aventurar pela Bahia. Lá, segundo versões sobre a sua vida ouvidas entre os pesquisados, o mesmo “ficou rico na mão grande, tomando terra dos outros”. Se, para alguns empresários de Esperança-PB, ele era um *empreendedor*, para os *assentados* o seu enriquecimento rápido teria sido fruto ações por meios ilícitos. O seu retorno seria explicado, pelos *assentados*, não como de quem *venceu na vida* e volta para sua terra natal com dignidade, mas, devido a certos problemas com a lei, ele teria migrado para o estado de Rondônia, onde continuou e intensificou a prática de *grilagem* de terras, que já vinha praticando na Bahia, com o auxílio de pistoleiros. Em Rondônia, de acordo com os

Retornou à cidade já com meia-idade, mas com dinheiro para ostentar aos seus conterrâneos e para comprar o imóvel colocado à venda pelos herdeiros de Valdemar, sem considerar o pacto moral ali tradicionalmente estabelecido.

O significado do apelido “oi de boi”, ou olho de boi, é o mesmo daquele que tem “olho grande”, ou seja, que é movido por um sentimento intenso de inveja com relação ao que os outros possuem materialmente ou, mesmo, a vida que levam e até a felicidade demonstrada. É o mesmo que “olho ruim” e “mau olhado” e a pessoa que o possui, por meio da inveja, estaria em ligação direta com o mal, emanando uma “energia negativa” a quem ela dirige o seu “olhar”. Para tanto, existem alguns adereços que se coloca na frente da casa, uma planta como a arruda, ou alho pendurado na sala de visitas, ou ainda uma “ponta” (chifre) de vaca na cerca.

No Nordeste brasileiro, os apelidos podem ser elogiosos, para aqueles com quem se tem proximidade e respeito. Para um “igual”, pode destacar alguma característica que sobressai na pessoa. Há aqueles apelidos que demarcam as diferenças e podem ser atribuídos para realçar uma característica negativa da pessoa. No caso de Zé Oi de Boi, serviu como um apelido que circulava entre os *posseiros-rendeiros*, somando-se a outras situações humorísticas, como imitações, piadas com os que estão em situação de dominação, servindo de sedimentação e de “mística” entre os dominados, com base na resistência atribuída aos discursos ocultos dos mais *fracos* que podem, em determinadas situações, vir à tona (SCOTT, 1990).

Com o impasse com os herdeiros de Valdemar, a terra, ocupada pelos *moradores* e *rendeiros*, ficou abaixo do preço de mercado. O comprador via, ali, um negócio lucrativo já que, seguindo o seu histórico anterior de ações violentas, expulsaria, com facilidade, aquelas famílias, não fosse a resistência das mesmas.

Os *moradores* e *rendeiros* ficaram sabendo que a fazenda havia sido vendida no momento em que o novo proprietário resolveu reuni-los, para comunicá-los que queria a terra *limpa*, sem ninguém em cima, pois sua intenção não era de continuar com as “terras de trabalho”, mas sim “terras de gado” (GARCIA JR., 1983)⁶.

assentados pesquisados, Zé Oi de Boi vai sofrer ameaças de morte, devido a suas ações violentas, *tomando terra dos outros* e isto motivaria o seu retorno, para comprar a Fazenda Bela Vista.

⁵ No decorrer do artigo foram utilizados nomes e apelidos fictícios.

⁶ Atualmente, a terra para criar gado gera certa aversão nos *assentados*, uma vez que o gado escapa e “invade” os outros pequenos lotes (com aproximadamente 3,5 ha cada), destruindo plantações. No passado o gado foi também usado pelo *grileiro* para expulsar os *rendeiros* dos seus roçados.

O novo proprietário por meio de um advogado e através do STR de Esperança, acertou um acordo com os *moradores* e *rendeiros* que receberiam indenização pelas plantações no valor de mil cruzeiros por cada hectare plantado, e teriam até setembro de 1988 para colher suas lavouras e, em seguida, deveriam deixar a fazenda.

Numa época em que estava sendo elaborada a Constituição de 1988, mas em que ainda era válido o Estatuto da Terra (1964), apesar de seu viés conservador, neste Estatuto constava a respeito da posse da terra como usucapião ou, mesmo, de que a preferência para a compra seria dos arrendatários interessados⁷. No entanto, os *posseiros-rendeiros*, não sabendo de seus direitos, acataram o acordo, na expectativa de que se foi *botado no papel* e registrado em cartório, seria honrado.

O *acordo de boca*, reforçado pelo *papel escrito*, não evitou a violência da expulsão praticada pelo novo proprietário da área, José Monteiro Junior que, no mês seguinte, queria a terra desocupada, utilizando-se de práticas que impossibilitassem a continuidade da vida cotidiana das famílias naquelas terras. O próprio advogado que o defendia e era conhecido entre os *rendeiros*, classificou-o como *louco*, abandonando a sua defesa, já que este retirou o conflito da esfera jurídica e quis resolver a sua maneira, por meio do código da violência.

Este código foi partilhado, ainda, por senhores de terras da região, em um mundo social em transformação, quando a dominação tradicional dos *donos* em relação aos *moradores* entrou em declínio, com a chegada de um novo quadro legal, garantidor de direitos aos trabalhadores rurais, através da expansão das organizações camponesas (GARCIA JR. 1989). De acordo com o Garcia Jr. (1989), depois do ETR - Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que estende os direitos dos trabalhadores urbanos aos rurais e do Estatuto da Terra (1964), que permite desapropriações e regula as relações de parceria, arrendamento e de *posseiros*, foi possível acalmar os conflitos sociais no campo.

Decorrente disto se instaura um novo quadro jurídico e institucional, que dá abertura para aplicar a lei nas relações *morador-senhor*, permitindo aos *moradores* buscar a alternativa jurídica como forma de melhorar o padrão de vida ou, mesmo, de

⁷ No Estatuto da Terra (Lei nº 4504 de 30 de novembro de 1964), ver: Art. 15 - “A implantação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social”; Arts. 17 e 18, sobre a desapropriação por interesse social e Art. 92, que fala da preferência de compra do parceiro ou do arrendatário, em caso de venda do imóvel.

manter o já existente, em termos materiais. A busca da lei, além disto, aparece no horizonte dos moradores como:

[...] meio de resposta a um relacionamento desfavorável com um patrão: tornava-se possível ir à justiça para impedir um patrão de expulsar os moradores sem indenizações, ou obter compensações monetárias no momento das dispensas (GARCIA JR. 1989, p. 82).

Zé Oi de Boi tentou evitar o acesso aos roçados cercando-os e, posteriormente, destruindo-os, com o gado nas plantações. Ele destruiu algumas das habitações provisórias, que os *rendeiros* construíam no período de plantio dos roçados e, além disto, teria feito ameaças de morte e um dos *pistoleiros* de Zé Oi de Boi teria ferido, à bala de espingarda calibre 12, um dos arrendatários. Os *assentados* enunciam tais fatos como um diferencial daquele assentamento em relação aos demais da região. A violência com arma de fogo sofrida e o seu enfrentamento faz com que se sintam, ainda hoje, como participantes de uma épica heróica, narrando e valorizando o fato de os *fracos* terem vencido os *fortes*.

A luta pela terra da Fazenda Bela Vista teve como seu estopim desencadeador, a morte de um dos arrendatários, cujas plantações eram cuidadas com todo zelo e simbolizavam o sustento seu e de toda a sua família, para um ano todo. Ao tomar conhecimento de que foram destruídas pelo trator da prefeitura, a mando do “novo” proprietário, com o intuito de fazer cercas para o seu gado; o referido *rendeiro* teve um ataque cardíaco e veio a óbito. Este episódio teve um efeito simbólico, pois a leitura foi de que esta morte foi fruto da violência praticada, ou seja, um assassinato.

Assim, a morte de um dos “seus” foi o que incendiou os demais, que ainda continuaram a resistir e lutar. Ali viviam 32 famílias, mas, devido às ameaças e violências cometidas pelo proprietário, só restaram 17.

Depois desta morte, a revolta contra Zé Oi de Boi foi ainda maior, levando os arrendatários a decidir lutar pela continuidade naquele território, mesmo cientes do comportamento violento do novo proprietário que, no entanto, não foi suficiente para dispersá-los.

Foram as mesmas 17 famílias que resolveram acampar e que enfrentaram, inclusive, o despejo efetuado pela polícia, depois de o novo “proprietário” pedir liminar de reintegração de posse.

O despejo da polícia chamou a atenção de parte da população urbana de Esperança, que foi até o local para assistir àquele “drama” da vida real, ao passo em que reforçavam as opiniões negativas a respeito daquela mobilização social.

Contudo, essas famílias continuaram a resistir, contando com o apoio da CPT-PB, através de Padre Anacleto Cruz, que auxiliava, com outras lideranças, as organizações camponesas em outras cidades paraibanas. Interessante destacar que, na luta da Bela Vista, alguns *rendeiros* eram seus parentes.

São várias as versões, inclusive, a respeito de quem entrou em contato com a CPT-PB, de quem teve maior participação e de quem foi “essencial” na luta. Cada *assentado-sitiante* que participou da luta se vê como agente principal, imprescindível para que o desenrolar dos fatos culminasse na compra da terra pelo Estado.

Se as organizações camponesas nos anos anteriores à ditadura militar (1950/1960) tiveram apoio do PCB (Partido Comunista do Brasil) e da esquerda comunista, esta não conseguiu monopolizar sua influência, que entrou em concorrência com a Igreja Católica que, desde o começo da década de 1960, interveio para que os trabalhadores rurais não fossem representados pelos comunistas, ao passo que, estimulou a criação de sindicatos rurais a partir de então. Católicos e comunistas tentavam colocar em prática os dispositivos da legislação trabalhista, criando sindicatos de trabalhadores rurais e expandindo “[...] uma oferta múltipla e diversificada de instrumentos de representação de camponeses e trabalhadores rurais, [instaurando-se] um novo terreno de concorrência entre as diversas instituições políticas e ideológicas” (GARCIA JR., 1989, p. 81).

É neste contexto que devemos entender a atuação da Igreja Católica junto aos camponeses paraibanos, ressaltando-se que, a partir de fins da década de 1970, ganha força a ala progressista, através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e da CPT, seguindo os preceitos da Teologia da Libertação. O apoio da Igreja Católica aos *rendeiros*, no caso da Bela Vista, foi imprescindível para continuarem resistindo e organizados coletivamente. Eles contavam até, com o apoio de padres e de seminaristas vindos da diocese de Guarabira (PB). Estes ajudavam a organizar e promoviam cânticos, poesias e discussões políticas, a fim de motivar os *posseiros-rendeiros* a continuarem lutando. O *assentado* Ezequiel Ferreira lembra que um dos gritos nos protestos que incentivava mais ainda a ação coletiva era “enquanto os latifundiários querem guerra, nós queremos terra!”. Ezequiel ainda tem gravados, em sua memória, os versos e músicas que os incentivavam a seguir resistindo:

Só tenho enxada e título de eleitor / Para votar em seu Fulano educado / Que nada faz pelo pobre agricultor / Que não tem terra pra fazer o seu roçado / Este país é do tamanho de um continente / E não tem terra para o homem da mão grossa / De Norte a Sul, de nascente à poente / Ele vai à procura de um lugar pra fazer roça (Ezequiel Ferreira, agricultor, 47 anos).

A classe roceira e a classe operária / Ansiosas esperam a Reforma Agrária / Sabendo que ela dará a solução / Da situação que está precária / E que na miséria ninguém viveria / A produção já aumentaria / Quinhentos por cento até na pecuária (Ezequiel Ferreira, agricultor, 47 anos).

Após o despejo, os *posseiros-rendeiros*, retirados pela polícia, acamparam na beira da estrada, próximo à Fazenda Bela Vista. Ali ouviam muitos insultos de transeuntes, que eram pessoas providas da cidade ou, mesmo, agricultores que por ali passavam, sendo que apenas alguns poucos compreendiam a situação e concordavam com a atitude dos *posseiros-rendeiros*.

O acampamento próximo à Fazenda demandada não surtiu o efeito esperado. Sentiram necessidade de partir para uma ação mais pública, que tornasse expressiva a reivindicação dos seus direitos e, deste modo, foram buscar justiça em frente ao Fórum de Esperança - PB.

Entretanto, na narração da história que é feita, se diz que a cidade de Esperança - PB havia lhes “dado às costas”, referindo-se a empresários, políticos e ao poder judiciário. Com relação ao judiciário, podemos vê-lo enquanto um espaço de tensões, mas que pode pender em favor dos interesses dos donos de terras e não colaborar para o encaminhamento de reivindicações democráticas.

Após discussões, rituais lúdicos, entonações de cânticos político-religiosos e outras socializações políticas coordenadas por membros da CPT-PB decidiram, coletivamente, partir para o STR, que não havia tomado posição frente ao conflito, com receio do comprador da Bela Vista. Cabe destacar que aquele STR nunca foi *combativo* e atuante em questões que envolvessem conflitos fundiários.

Ao recorrerem ao STR de Esperança, lhes foi negado auxílio de antemão. Recorreram então à Igreja e o padre Ribamar lhes atendeu, passando os contatos da CPT da Paraíba. A Igreja, em toda a Paraíba, tem um papel importante na socialização política, na organização e no apoio logístico à luta pela terra.

A luta pela conquista da terra na fazenda Bela Vista, de certo modo, reflete outros casos semelhantes na história social do campesinato, presente em diferentes

regiões do país, atualmente. Aquele que detém o poder econômico se configura como proprietário, desconsiderando as famílias que ali estavam, há décadas. Seu intuito é de expulsá-las da terra, tentando deslegitimá-las de seus direitos, estigmatizando-as e utilizando de violência simbólica e física, visando garantir seus interesses e desacreditando os interesses das famílias que viviam daquela terra.

Tanto da população urbana como da rural, de Esperança, era comum ouvir opiniões, nos bares que frequentavam, de que eram “ladrões de terras”. O estigma (GOFFMAN, 1988) era evidente, inclusive entre agricultores vizinhos e, até mesmo, em trabalhadores *alugados*, que achavam que as famílias não tinham direito, pois estavam ferindo o direito de propriedade e, portanto, eram *ladrões de terras* alheias.

A marca deixada pela estigmatização, embora enfraquecida, não se apagou ao longo dos anos. Após três anos *assentados*, ainda se ouvia, nos bares, comentários parecidos, o que dificultou a solidariedade externa ao assentamento, com os agricultores vizinhos. Alguns, que eram muito “patronais, não entendiam a nossa luta aqui” (Antenor Brito, agricultor-assentado, 56 anos).

3. Da Bela Vista aos pontos de vista

O cientista político James Scott, em alguns de seus trabalhos (SCOTT, 1990; 2002), nos fala que a resistência cotidiana não se opõe à resistência coletiva, muitas vezes as “armas dos fracos” podem estar em consonância com a resistência organizada por meio de ações coletivas, de movimentos sociais dos trabalhadores.

O fato é que tanto a CPT, no Estado da Paraíba, como o MST em todo o Brasil e, mais recentemente, com atuação em território paraibano, levam a pensar que a resistência, em diversos casos está, principalmente, em não aceitar a migração para o “Sul” ou para a cidade, visto que, as alternativas geralmente são para trabalhar em empregos precários, devido ao movimento tão discutido da globalização, geradora de desigualdades sociais, desempregos em massa e precarização do trabalho, dentre outras mazelas sociais.

Na Paraíba, em muitos casos ainda, a manutenção da posse da terra se dá de forma subordinada à grande propriedade e envolve diversas resistências cotidianas e de negociação com o “dono/patrão”; dentre elas, destaca-se a deferência teatralizada.

Pode-se dizer que os *posseiros* da Bela Vista resistiram muito mais, ao resolverem ficar onde já viviam, do que muitos outros *agricultores*-trabalhadores rurais, que batem em retirada. Alguns, inclusive participantes do MST, que precisaram sair dos

lugares em que se identificavam, onde moravam e trabalhavam e construíram redes de relações sociais, migraram para outros locais, no intuito de obterem acesso à terra, perdendo ou redefinindo os vínculos sociais com seus lugares de origem.

Na fazenda Bela Vista a luta daqueles *posseiros* foi para ficarem não só na região onde nasceram e se criaram, ou seja, onde são “filhos da terra”; foi, fundamentalmente, de resistência para ficarem na mesma terra em que trabalhavam e cujos significados e sentidos a ela atribuídos estão ligados ao sentimento de pertencimento, que denota não só o processo de identificação camponesa, mas também territorial.

A identificação enquanto *posseiros* sinaliza a resistência, reforçada pela legitimidade moral, devido à precedência de trabalharem na terra antes da chegada do comprador com seus jagunços. A respeito disto, Martins (1980) vai falar que os produtores familiares têm uma relação com a terra que é justificada através do trabalho, é uma “terra de trabalho” para sustentar a família, que se opõe à “terra de negócio”, que é utilizada para especulação, para explorar o trabalho dos *outros*, ou seja, entendida enquanto um território do capitalista.

São regimes diferentes de propriedade, a terra legitimada pelo trabalho entra em constante conflito com a “terra de negócio”, pois o capitalista visa o lucro ou visa a valorização da terra, através da especulação imobiliária. De acordo, ainda, com Martins (1980), a terra é entendida, pelos produtores familiares, como um “bem comum”; no entanto, para os capitalistas, a terra é uma mercadoria monopolizada pela classe dos que podem pagar por ela. No entendimento dos produtores familiares (entre estes os *posseiros*), a terra é um bem divino, que pertence a todos, sendo que, na concepção do campesinato, a validade da posse da terra se dá pelo trabalho: “só é legítima a posse porque baseada no seu trabalho. É o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Este direito está em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista” (MARTINS, 1980, p. 61).

A não aceitação de “bater em retirada”⁸ (ou das propostas diversas que lhes eram feitas para outros lugares, mesmo que próximos do município) significava a negação da perda do território material e simbólico, construído ao longo dos anos.

⁸ Ao todo, a fazenda Bela Vista, no início da luta, tinha 34 *posseiros-rendeiros*; restaram apenas 17. Após a conquista da terra pelos que lutaram, os que desistiram tentaram, via STR de Esperança, adentrar na terra conquistada. A tentativa de pegar “carona” na luta foi fortemente rechaçada por aqueles que ficaram e lutaram, chamando quem abandonou a luta de *posseiros-covardes*; por parte destes últimos, houve ameaças de adentrar no Assentamento, o que se constitui numa afronta aos que tiveram coragem de

A saída significaria a desterritorialização (HAESBART, 1997) da terra e das relações sociais ali construídas, além de perder o acesso à cidade e os benefícios que tal proximidade lhes trazia.

Perderiam, além disto, os vínculos sociais que ficaria, no máximo, na memória, nas recordações de um lugar onde, além de reproduzirem socialmente ao *botarem roçados*, eram lugares de sociabilidades várias, como os jogos de futebol; os momentos de lazer no jogo de cartas aos domingos e as caçadas pelas matas; as idas aos sábados, até mesmo a pé, para fazer a feira e conversar com os amigos da cidade; as buscas de *lavagens*⁹ e as vendas de produtos para os comerciantes intermediários e comerciantes da cidade. Do mesmo modo, aqueles que, além de agricultores, possuem “profissão”¹⁰ seriam impossibilitados de realizarem suas atividades fora do lote.

Se, por um lado, os *posseiros-rendeiros* buscaram o apoio da Igreja, Zé Oi de Boi, por outro, fazia questão de atormentá-los, espalhando que teria parte com o demônio e fixando uma placa com o escrito “Recanto do Inferno”, na casa grande da Fazenda Bela Vista. Para aqueles agricultores, que tinham como aliados a Igreja, talvez isto significasse uma luta do “bem contra o mal”, mas para o comprador, era mais uma forma de tentar amedrontá-los, na tentativa de fazer desistirem da terra. Se Zé Oi de Boi foi relacionado ao diabo, os *posseiros* estavam do lado de Deus ao lutarem com o apoio dos padres da CPT, numa luta com o entendimento de que a terra é um bem divino, que deveria ser para sustentar as famílias, negando a “terra de especulação” e de criação de gado, numa luta entre o direito à vida digna contra o “cativeiro” (VELHO, 1995) promovido pela expropriação e exploração capitalista.

lutar. O impasse foi resolvido com a aceitação da oferta de terras no distrito rural de Massabiéle; eram terras secas, sem água e distantes do centro urbano de Esperança-PB, o que fez com que todos, com o tempo, vendessem seus lotes. O fato do STR – Esperança ter sido omissos inicialmente na luta e, posteriormente, buscar gerar tensões entre os que continuaram e os que desistiram, foi lembrado por alguns e, embora sejam outros dirigentes, serviu para a generalização de que o sindicato não cumpre seu papel de defesa dos interesses dos trabalhadores.

⁹ A *lavagem* é composta de restos de comida humana, materiais orgânicos coletados nas casas da *rua*, que iriam para o lixo, mas que são separados pelos moradores e coletados pelos *assentados*, para servirem de alimento para os porcos.

¹⁰ Interessante notar que, para os mesmos, devido talvez à falta de reconhecimento social da identidade de agricultor, por ser um trabalho e atividade pesada é, muitas vezes, desqualificada no imaginário social brasileiro, como lugar do atraso, do trabalho braçal, de sol a sol, fazendo com que tal identidade não seja vista como profissão. Possuir profissão é, além de ser agricultor, ser, por exemplo, pedreiro, mototaxista, professora ou mesmo comerciante. Trabalhar *alugado* para os outros também não é considerado profissão, mas sim um *bico* para se conseguir dinheiro para se *fazer feira* nos sábados.

A relação entre as crenças, de um lado, é ter um que assume a identidade do mal, dizendo pertencer ao diabo e, do outro lado, os que acreditam na “força” do bem, se dizendo estar com Deus. Conquistar a terra não é, apenas, nesta situação descrita, uma questão de necessidade, mas, acima de tudo, uma questão de justiça e merecimento, por meio do trabalho enquanto valor moral, garantindo a honestidade e a honra da família.

Com a vitória dos *posseiros*, que tiveram o apoio da Igreja Católica, a placa “Recanto do Inferno” foi substituída por “Recanto da Esperança”, designando um lugar em que a terra tão sonhada poderia trazer a esperança de melhores condições de vida para o futuro daquelas famílias.

De fato, esta terra era um território de esperança (MOREIRA & TARGINO, 2007), onde a agricultura familiar camponesa venceu frente à atividade pecuarista que seria ali desenvolvida, caso o comprador tivesse êxito na expulsão dos *moradores* e *rendeiros*. Até hoje, os *posseiros-rendeiros* interpretam que Zé Oi de Boi não era pertencente a Deus e muitos acreditam que ele tinha parte com o diabo:

Pertencente a Deus que ele não era, era muito perverso e carrasco. Fez muita ruindade com o povo (Ezequiel Ferreira, 47 anos, agricultor e trabalhador alugado).

Aí ele botou na casa grande, recanto do inferno (risos) e botou um desenho do capeta com capa. Pra aquele homem Deus não existe, o que valia era o poder e o dinheiro e pronto, tá entendendo? Foi para provocar e pra fazer medo. Mas ninguém ficou com medo, porque você tá com Deus, você não tem medo do cão. Sabe porque? Por que Deus é maior do que o cão. Nem assusta. (Ênio Soares Silva, 62 anos, agricultor e pedreiro).

O perfil de *grileiro*¹¹, que andava com pistoleiros, não podia ser relacionado a Deus, na visão dos *posseiros* da Bela Vista. No caso, Deus e o “bem” estariam do lado deles e tinham a esperança de que, se a “justiça dos homens” falhasse, a “justiça divina” seria feita.

O mal está relacionado com a categoria do “cativeiro”, ou a volta do mesmo, na excelente análise, feita por Otávio Velho (1995) sobre estes temas, entre as comunidades camponesas da Amazônia, onde muitos daqueles camponeses têm origem social nordestina. A *besta-fera*¹² da Amazônia era a forma que representava o avanço do

¹¹ *Grileiro* é um termo, no Brasil, que designa quem falsifica documentos para, de forma ilegal, tomar posse de terras devolutas ou de terceiros.

¹² O termo *besta-fera*, ou *satanás dos infernos*, pode ser usado para fazer alusão às práticas da classe dominante, dos bancos, da economia capitalista, dos que são “de fora” e o predomínio do dinheiro mediando as relações sociais (VELHO, 1995). No caso do Bela Vista, é comum o *satanás dos infernos* ser

capitalismo sobre as terras dos *posseiros*, a chegada do cativoiro, a perda da autonomia e a imposição de ter que trabalhar para os “outros” para sobreviver.

Um dos valores importantes, que consta na economia moral local, entre os camponeses, é o valor da autonomia. Este valor serve para pensar a condição humana enquanto busca da liberdade, que está diretamente relacionada a uma vida digna e, também, enquanto um direito humano universal. A ausência de autonomia e liberdade no seu extremo significa o *cativeiro*, tornando-se sujeito a um senhor ou um *ser obrigado* a um patrão, condição para uma vida infeliz, aproximada daquela que os escravos levavam.

Uma *vida de inferno*, causada por patrões carrascos, que podem ser comparados a soldados da *besta-fera*. A crença no retorno da besta-fera pode ser vivida como algo real e o medo do seu retorno (VELHO, 1995) se sobrepõe ao receio de perder a terra (e, conseqüentemente, a identidade), a autonomia e de ter que enfrentar uma vida de incertezas, inclusive com relação à sobrevivência da família.

3.1 Reprodução social, solidariedades e conflitos

A narrativa não deixa de existir e eles não perdem o poder de narrar suas histórias, que são re-significadas, na própria luta pela terra (MORAES & SILVA, 2006) e, igualmente, na luta pela continuidade da reprodução social na terra onde, permanentemente, se relacionam com os “outros” e reconstroem, nas interações cotidianas e, perante os desafios do dia-dia, suas identidades.

Narrar partes das lutas, mesmo para aqueles que não se envolveram diretamente nelas, é uma forma de se legitimar, naquele espaço, por ser da família dos que lutaram, distinguindo-se de *compradores* de lotes que vieram posteriormente.

substituído por outro xingamento, como *filho da puta*, traduzindo um sentimento de raiva e apontando a frieza com que, por exemplo, os funcionários dos bancos tratam quem está endividado. Assim, o xingamento é feito para alguém “de fora” da comunidade, mas não só isto; é feito, também, para aquele que não é capaz de entender a realidade dura de quem enfrenta a seca e não faz questão nenhuma de ajudar, usando da frieza burocrática. É a ameaça de voltar ao cativeiro e perder a terra para o banco, que diz que “o banco não quer terra, o banco quer dinheiro e vai leiloar a sua terra” (Assentado Antenor Brito, 56 anos). Isto é um tormento para as suas almas, lhes tirando o sono, procurando solução de como quitar os débitos. Se o medo se tornasse realidade, isto seria o retorno para uma situação de subordinação a um patrão, tornando-se “obrigados” e dependentes do mesmo, seria a perda de suas identidades e de suas almas.

Entre os próprios *assentados*, foram perceptíveis as disputas em torno de quem é mais legítimo naquele espaço social e simbólico (BOURDIEU, 1990). Quem está mais autorizado a falar pelo grupo? Quem detém maior autoridade e poder de decisão?

Dentro daquele território em transformação, renovaram-se significados, pois ali já não era território subjugado por um *patrão*, nem território de luta pela terra. No entanto, nos fluxos sociais diários (GIDDENS, 1989) do presente, o histórico de como era a vida anterior ao assentamento influenciou, diretamente, sobre como os lotes seriam divididos e quem teria direito à terra.

Não bastava ser *morador* ou *rendeiro*, ou ter *botado roçado* na Fazenda Bela Vista; para se legitimar naquele espaço, era preciso ter participado da luta. Deste modo, a participação nas mobilizações coletivas, ocupações e protestos, em Esperança e João Pessoa, pesaram mais do que terem sido, apenas, *moradores* e *rendeiros*.

Não era somente o direito costumeiro, mas para, além disto, propor-se a lutar para ficar na terra. A participação na luta, deste modo, influiu diretamente nas decisões acerca de quem teria direito à terra e, mais do que isto, pôde ser usado para legitimar-se no território, frente àqueles que participaram menos, ou que não participaram, mas que casaram com quem participou ou quem adentrou naquele território posteriormente, mediante a compra.

Para se chegar à terra, este é o preço que se paga: algum tipo de sofrimento, uma espécie de calvário, uma cruz que deveriam carregar até alcançarem a graça ou a recompensa almejada.

A identificação comum da luta travada no passado é acionada, em diversos momentos mais recentes e do presente, para traçar uma fronteira entre aqueles que participaram e aqueles que não participaram da luta, no interior do assentamento e para além das fronteiras daquele território. Trata-se de confrontar com a forma pela qual se chegou ao acesso à terra, em outros assentamentos da região, tal como o Assentamento Carrasco, fruto da compra pelo Crédito Fundiário.

Nas relações entre identidades e diferenças (HALL, 2005), as identidades são negociadas nas interações sociais com o “outro”, mesmo estas negociações são orientadas por uma economia / ordem moral camponesa (THOMPSON, 1998, WOORTMANN, 1990) que é, ao mesmo tempo, restritiva e facilitadora das práticas sociais cotidianas. O diferente estabelece as fronteiras sociais para a identidade dos agentes sociais; estes, por sua vez, podem fazer a diferença (GIDDENS, 1989) e isto pode ser perceptível na capacidade de construir relações solidárias e conflituosas,

tanto para reivindicar direitos, como no interior do próprio grupo. Ou seja, aquele com quem me identifico e vejo como aliado pode estar fora do grupo a que pertenço e, por outro lado, o “outro” não precisa, necessariamente, ser alguém de fora, mas pode estar no interior do próprio grupo (GUPTA & FERGUSON, 1992).

No trabalho de campo, notei conflitos entre famílias e, mesmo, no interior de uma mesma família; percebe-se que, muitas vezes, solidariedade e conflito podem coexistir nas relações sociais. As tensões internas a um mesmo grupo aparecem no assentamento Bela Vista, a partir da dissolução do “roçado comunitário”, com a divisão entre as famílias e a criação de duas associações no assentamento.

O “roçado comunitário” significava a continuidade da resistência coletiva. Uma das justificativas para continuarem plantando coletivamente era produzir para a associação *tirar projeto*¹³ e continuar as negociações em prol de políticas públicas que viabilizassem o assentamento. Mas, além disto, havia o receio de que, uma vez Zé Oi de Boi tendo perdido a batalha final, ele e seus pistoleiros podiam querer retornar. Trabalhar coletivamente era uma maneira de se protegerem de possíveis ataques, fossem eles imaginários ou reais.

A ideia inicial era funcionar como uma cooperativa, em que os resultados da produção seriam apropriados pela Associação, que retornaria em benefícios para a coletividade das famílias do assentamento. No entanto, tão logo o trabalho coletivo na terra se iniciou, começaram, igualmente, os desentendimentos e as desavenças.

Depois de um ano, nenhuma das duas Associações conseguia *tirar projetos*. Os técnicos do INTERPA (Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba) atribuíam o insucesso das duas Associações à desunião dos *assentados*, que somente poderiam acessar crédito e políticas públicas federais se tivessem uma organização coletiva mínima.

Consequentemente, com as duas Associações, o grupo, enquanto coletividade organizada para continuar reivindicando direitos, negociar políticas públicas e fazer pressão sobre o poder público local, acabou se enfraquecendo, falhando consideravelmente na relação com os agentes externos necessários para a viabilização do assentamento (NEVES, 1999).

¹³ *Tirar projetos* é um termo local, muito usado entre os *agricultores*, quando se referem à capacidade da liderança política da Associação de conseguir projetos que auxiliem na viabilidade produtiva e sustentável do assentamento. Os projetos são *tirados* por intermédio dos agentes externos: Estado, Ongs, Sindicato Rural. O termo *tirar* é utilizado em atividades cotidianas do *sítio*, tal como *tirar ração* para os bichos, *tirar leite*, *tirar pasto*.

Para lembrar aqui James Scott (1990, 2002), pode se dizer que eles estavam se utilizando de micro-resistências cotidianas, direcionadas para as famílias discordantes, das duas Associações. Havia resistências de ambas as partes, entre eles mesmos, que minavam uma organização coletiva e uma resistência direcionada para viabilizar o Assentamento, com reivindicações aos poderes institucionais. Neste caso, os *fracos* estavam se digladiando entre si e esquecendo os *fortes*.

Quando ficaram, ambos os lados, sabendo de um empréstimo maior com o PRONAF já em fins da década de 1990, sentiram a necessidade de, ao menos, teatralizar certa “união”. Pois a Associação que incluísse todos do mesmo assentamento teria maior força para mesma. “Foi quando os membros do outro lado, conversando, se acertaram e aí se ajuntamos e veio um projeto maior, para fazer cercas, reformar casa, plantar capim” (Luzia Soares Silva, 59 anos, aposentada).

A *reunificação*, na verdade, não foi do mesmo jeito que antes dos conflitos. Depois de tais desentendimentos, nunca mais a confiança foi a mesma, pelo menos não a mesma que tinham quando lutavam pela terra e estavam unidos por um só objetivo, partilhavam da mesma comida, cantavam, rezavam, trabalhavam e lutavam juntos.

Não só nas relações entre vizinhos, mas no interior de uma mesma família a solidariedade não é sinônimo de igualdade e harmonia do grupo. Uma mesma pessoa que *ajuda*, em algum momento pode criticar e ser criticada em outro. *Ajuda* não está destituída de relação de poder e, por vezes, quem recebe critica quem o ajudou, ainda mais quando se questiona certo papel social de pai e provedor ou, então, quando se percebe que a *ajuda* vem como tentativa de subordinação entre desiguais, em termos de condições sociais e econômicas.

Portanto, as solidariedades, a circulação de *ajudas*, nem sempre são realizadas sem uma forma de constrangimento ou sentimento de vergonha, por parte daquele que as recebe, principalmente se a ajuda questiona um papel que possui um conjunto de expectativas partilhadas socialmente como, por exemplo, o papel de *pai de família*. De tal modo que, apesar de transparecer que há ajuda por parte do filho, o *pai de família* sente-se constrangido em dizer que é o filho, com uma ocupação melhor que a dele, quem mantém a casa e, ainda, socorre nos momentos de seca, com a compra de água ou, então, para ampliar o *barreiro*.

Os enfrentamentos diversos para garantir a reprodução social camponesa não param, no momento da luta. Mas após a conquista da terra, o assentamento aqui analisado reflete a realidade de muitos outros assentamentos Brasil afora, apresentam

dificuldades para seus membros se tornarem produtores agrícolas autônomos (NEVES, 1999).

Dentre estas dificuldades, podemos destacar: 1) dívidas contraídas com os bancos e o insucesso em quitá-las, devido a fatores diversos mas, principalmente, por não disporem de terras suficientes para haver produção excedente, que gere “ativos” que possibilite honrar as dívidas; 2) como consequência dos endividamentos, houve o receio de fazer novas dívidas, por parte dos agricultores ou, mesmo, por parte dos bancos, que se negavam em fornecer novos créditos; 3) ligado a isto temos, também, a venda do direito dos lotes, que é a desistência em continuar como *assentados* e *partir* para novos rumos, outras itinerâncias. Tais vendas mudam as relações internas entre os assentados, na medida em que o “comprador” não se identifica com o restante do grupo ou possui projetos distintos dos demais assentados, chegando a ser, inclusive, um “outro” que visa acumular lotes e reconcentrar a terra, a exemplo do empresário que comprou quatro lotes no Assentamento Bela Vista (Esperança – PB).

As desistências e as saídas da terra, que podem ser denominadas de “expulsões”, não são novidades nos assentamentos, podendo ser entendidas como novas itinerâncias (SILVA, 2004; 2006) e a “escolha” em “vender” o direito pode estar relacionada com diversos fatores; em síntese, podemos destacar: os já citados endividamentos e a falta de informações com relação ao direito à posse do lote cujo titular está endividado; a ausência de incentivos para produzir; a falta de solidariedade de parentes e vizinhos, dentro e fora do assentamento; os conflitos sociais internos e a falta de reconhecimento social dos *assentados*, dentre outros.

4. Considerações Finais

É importante notar que as lutas travadas, de forma coletiva ou no cotidiano vivido, são pautadas em referenciais ligados aos repertórios culturais locais, a uma economia / ordem moral camponesa que orienta escolhas, em meio a condicionamentos que permitem continuidades e descontinuidades do campesinato aqui estudado. Isto se dá no diálogo com as diferenças, com os diversos “outros”, seja a nível micro social e local, seja até o “outro”, provindo da esfera do mercado orientado pelo espírito capitalista que os ameaça, inclusive, de se tornarem explorados em relações de trabalho, ou por atravessadores ou, ainda, de expropriação da terra que possuem. Tais ameaças são reais e refletem, concretamente, o acesso ainda precário à terra nos assentamentos, que limita a realização do projeto camponês orientado pelos valores morais da terra, trabalho, família e autonomia.

Assim, sem condições adequadas para (re) produzirem, eles não conseguem, nem ao menos, serem reconhecidos enquanto “fortes”, o que os torna dependentes de recursos públicos por vezes mediados por relações clientelísticas e, ainda, de relações de subordinação, em alguma medida, àqueles que são tidos como “fortes”. Contudo, ainda lutam, lançando mão de diversas estratégias de resistência que visam à continuidade na terra, mesmo que acessada precariamente.

A solidariedade entre *agricultores*, por meio de articulações sindicais com *agricultores* de outros municípios, por meio de trocas e compartilhamento de sementes, plantas, técnicas e experiências de como manter-se nas terras, nos períodos de forte estiagem, têm ganhado força, nos últimos anos. Alguns destes agricultores são do Assentamento Bela Vista e conseguem visualizar que, por meio de soluções de como “escapar” da seca conseguem, igualmente, “escapar” dos “favores” daqueles que não perdem uma chance de lhes deixarem “obrigados”.

5.Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. Espaço Social e Poder Simbólico, In: **Coisas Ditas**. 1ª edição, Ed. Brasiliense São Paulo, 1990.

GARCIA JR., Afrânio Raul. **Terra de Trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

_____. **O Sul: caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Marco Zero: São Paulo, 1989.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: nota sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GUPTA, A. & FERGUSON, J. Além da “Cultura”: Espaço, Identidade e a Política da Diferença. In **Cultural Anthropology**, Volume 7, número 1, 1992.

HAESBART, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. EDUFF: Niterói, 1997.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidade e mediações culturais. Editora da UFMG, Belo Horizonte, 2003.

_____. **A Identidade Cultural na pós Modernidade**. Editora DP&A. Rio de Janeiro, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação & Violência**: a questão política no campo. Coleção Ciências Sociais – Série Linha de Frente. Ed. Hucitec, São Paulo, 1980.

MENEZES, M; MALAGODI, E. **Os camponeses como atores sociais**: a perspectiva da autonomia e da resistência. Campina Grande, 2009. (Versão preliminar de circulação na pesquisa IPODE). Disponível em http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/ipode_35.pdf> Acesso em 13/06/2013.

MOREIRA, E. & TARGINO, I. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. In: **Revista Nera** – ISSN: 1806-6755, Ano 10, nº 10 – Janeiro/Junho de 2007.

NEVES, Delma Pessanha. Assentamento Rural: Confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro nº 13, out. 1999, pp. 5-28.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Editora da UFRGS, Porto Alegre: 2008.

SCOTT, James C. **The Moral Economy of the Peasant**. Rebellion and subsistence in southeast Asia. New Haven. Yale University, 1976.

_____. J. C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México: Ediciones Era, 1990.

_____. J.C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan/jun. 2002 (p. 10-31).

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra**: experiência e memória. Ed. Unesp: São Paulo, 2004.

_____. Experiência e memória na bagagem dos caminantes da terra. In: **Teoria & Pesquisa** 49 Ufscar, São Carlos-SP, jul.- dez, 2006.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELHO, Otávio Guilherme. **Besta-fera: recriação do mundo**: ensaios críticos de antropologia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 250p.

WANDERLEY, M.N.B. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, José de Souza. (org.) **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Editora da UFRG: Porto Alegre, 2003a. 203-246

WOORTMANN, Klaas. **“Com Parente Não se Negueia”**: O campesinato como Ordem Moral. Anuário antropológico/87. Editora Universidade de Brasília / Tempo Brasileiro, 1990.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO SETOR SUCROALCOOLEIRO: AS IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

João Vitor Senna Barbosa Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Fabiane Santana Previtali Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Cílson César Fagiani Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Sérgio Paulo Morais Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

E-mails: jsennabarbosa@yahoo.com.br

fabiane.previtali@gmail.com

moraissp@yahoo.com.br

cilsoncf@netsite.com.br

CNPq

FAPEMIG

GT 4: Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

RESUMO: Este artigo é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica em andamento, cujo objetivo é mostrar o impacto da reestruturação sucroalcooleira sobre o trabalhador do setor, no triângulo mineiro, onde se mostrará as usinas de Minas Gerais que aderiram à mecanização e se abordará sobre o caráter excludente da mesma, uma vez que os cursos oferecidos pelas usinas visando à formação do trabalhador privilegiam trabalhadores com certa formação escolar em detrimento dos analfabetos. Será discutida também a questão do trabalhador migrante, onde será evidenciado o porquê este indivíduo sai de sua terra natal e vem para o triângulo mineiro e como é recebido quando aqui chega. E por fim será abordado o regime de trabalho canavieiro análogo ao escravo.

Palavras- chave: sucroalcooleira, mecanização, reestruturação, triângulo mineiro, excludente, migrante, trabalho, escravo.

Curriculum Vitae: João Vitor Senna Barbosa é graduando em História pela Universidade Federal de Uberlândia, discente do nono período e bolsista Iniciação Científica do CNPq (2014-2015) no projeto de pesquisa: Reestruturação Produtiva, Trabalho e Educação: um estudo sobre o setor sucroalcooleiro na Região do Triângulo Mineiro a partir da década de 1990, coordenada pela professora Dra. Fabiane Santana Previtali.

Fabiane Santana Previtali é adjunto II na Universidade Federal de Uberlândia. Pós doutora com apoio CAPES na Universidade Nova de Lisboa. Possui graduação em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, é coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e sociedade - GPTES/UFU.

Sérgio Paulo Morais é professor adjunto quatro na Universidade Federal de Uberlândia, possui graduação em História na referida Universidade, mestrado em História na Universidade Federal de Uberlândia, coordenador do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História e Trabalho (NUPEHCIT). Possui experiência em História especificamente em História do Brasil com ênfase em estudos voltados a temática do trabalho.

Cílson César Fagiani. É doutorando em Educação (PPGED/FACED/UFU), bolsista Fapemig. Doutorado Sanduíche na Universidade Nova de Lisboa com apoio CAPES (2013 – 2014). Possui graduação, bacharelado e licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos e mestrado em Agronomia, Microbiologia do Solo pela Escola de Agricultura Luiz de Queiróz.

Introdução

Nos anos 2000 o setor sucroalcooleiro no Triângulo Mineiro como também em outras partes do Brasil tem passado por uma nova reestruturação produtiva. Com isto a colheita manual da cana de açúcar tem sido substituída pela mecanizada, onde o discurso sustentado pelos capitalistas sucroalcooleiros é que se pretende humanizar o trabalho canavieiro, entretanto o que se constata é que o discurso capitalista é bem diferente da prática, pois esta reestruturação se mostra excludente e continua mantendo

o trabalhador em ritmo de produção análogo ao escravo, fato evidente na lista cuja divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego neste ano.

A dissertação de mestrado: *Qualificar é preciso? Um estudo sobre a política de qualificação profissional em unidades sucroalcooleiras do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba*, mostra que em determinada empresa, mais de 80% dos trabalhadores são excluídos do programa de qualificação levado a cabo pela usina

A pesquisa mostra que mais de 80% dos trabalhadores rurais canavieiros especialmente aqueles que possuem baixa escolaridade e migram constantemente não tem sido contemplado pelo programa de qualificação profissional desenvolvido pelo grupo. O programa foi direcionado para trabalhadores jovens e com experiências urbanas de trabalho, tornando a qualificação profissional pela qual passaram apenas uma certificação de habilidades que já possuíam. Neste sentido o discurso sobre a qualificação profissional dos cortadores de cana apresenta-se mais como uma retórica do setor, do que uma ação para minimizar o desemprego.

(MARQUES, 2012, p.9)

Dentro da discussão sobre o setor sucroalcooleiro, outro ponto que se mostra problemático é a questão do trabalhador migrante, que na tentativa de dar uma vida melhor para a sua família, deixa a sua terra natal, geralmente o nordeste do país e se deslocam para o sudeste. Entretanto ao chegar aqui são vítimas de preconceito e a melhoria de vida acaba se transformando em uma utopia. Ao longo do trabalho conceituaremos de maneira mais aprofundada este trabalhador.

No que diz respeito a aspectos econômicos o triângulo tem se tornado importante polo do mercado sucroalcooleiro, ocupando posições de destaque na produção e moagem da cana de açúcar. No que diz respeito a produção, as empresas introduzem uma série de mudanças organizacionais visando a tecnologia no processo produtivo que será discutido ao longo do trabalho.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, baseada em mapas, tabelas do IBGE e demais materiais desenvolvidos pelo próprio pesquisador tendo abordagem quantitativa e qualitativa. A pesquisa problematiza o setor sucroalcooleiro a partir da década de 1990. Os dados documentais são de 2015.

Breve histórico da produção canavieira no Brasil

No Brasil, o cultivo da cana de açúcar se inicia nos primórdios da colonização portuguesa, no século XVI, segundo Furtado (apud PREVITALI, FRANÇA, FAGIANI, 2012, p.152) a região nordeste apresentava condições climáticas e de solo favoráveis ao plantio desta cultura agrícola. Sendo assim, valeu-se da mão de obra escrava para o plantio da cana de açúcar em grandes proporções. Pelo fato do açúcar ter grande aceitação por parte dos europeus, a cana tornou-se a principal mercadoria de exportação no Brasil Colonial, sendo altamente lucrativa para os colonizadores.

Devido ao sucesso econômico trazido pela cana, no século XIX o setor passa por uma reestruturação visando à modernização.

No final do século XIX, a modernização da indústria do açúcar foi fundamentada na política de garantia de juros, nos empréstimos públicos e na isenção tarifária na importação de equipamentos. O principal objetivo era aumentar a escala produtiva, reduzindo os custos de produção. (Idem p.152)

Desta forma, a cana que no século XVI era uma economia agrícola, a partir do século XIX passa a ser industrial, contando com uma rede de fornecedores espalhados pelo Brasil e com engenhos centrais. De acordo com Queda (apud PREVITALI, FRANÇA, FAGIANI, 2012, p.153), a existência destes engenhos marca a “ruptura” entre a fase agrícola de produção e a entrada na fase industrial. Entretanto grande parte dos produtores de cana não dispunha de capital suficiente para passarem para a nova fase, permanecendo, portanto na fase anterior de produção.

A separação das atividades agrícola e industrial iniciou uma série de conflitos entre fornecedores de cana e industriais, que envolviam os valores a serem pagos pela cana, o volume de produção, a garantia de compra da cana-de-açúcar, entre outros aspectos. As disputas de poder eram especialmente presentes no norte fluminense e na Região Nordeste, onde a cana-de-açúcar era uma cultura secular. (Idem p.153)

De acordo com Silva (apud PREVITALI, FRANÇA, FAGIANI, 2012, p.154) a política do Próalcool levada a cabo pelo governo na década de 1970, foi grande catalisador para a expansão do álcool no país, neste período o álcool entra no mercado

como combustível, já que o petróleo dava sinais de crise. Desta forma com o auxílio das políticas estatais e do setor privado, o setor sucroalcooleiro passou a ser competitivo.

Em meados da década de 1980, com o início da desregulamentação da economia sucroalcooleira, as empresas implementaram um processo de reestruturação produtiva em decorrência das mudanças no cenário político econômico nacional e internacional. A partir de então, a reestruturação do setor passou a ser orientada, principalmente, pelas demandas do mercado externo e comandada pela introdução de novas tecnologias de produção e de organização, inspiradas no chamado modelo japonês de qualidade total. (TRUZZI, PREVITALI, 2012 p.154).

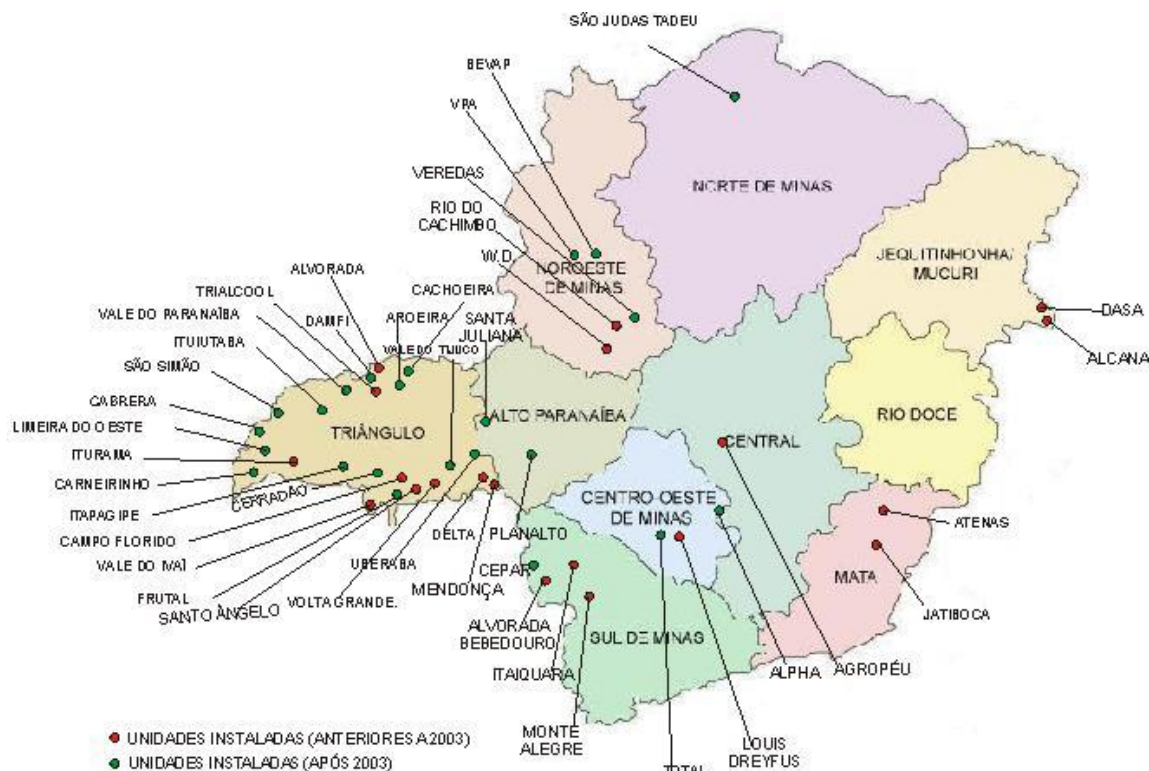
A entrada de novas tecnologias provocou uma nova reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro, ocasionando grandes mudanças para o trabalhador do setor que para permanecer no mercado, teve de se qualificar. Há usinas que oferecem cursos de qualificação em parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), entretanto através da pesquisa observamos que a qualificação é excludente, pois privilegia aqueles que possuem mais estudo, em sua maioria os jovens.

Sendo assim, observamos que a cana-de-açúcar faz parte da economia do Brasil, desde o período colonial, quando ainda não se entendia este território como nação, pode-se afirmar que foi a primeira cultura agrícola a mover as relações comerciais do país, e no presente século XXI, continua sendo importante elemento a movimentar a economia do Brasil que é o maior produtor de cana do mundo, seu derivado, o etanol é um combustível com preço acessível e junto às demais fontes de energia renováveis é visto como substituto ao petróleo. Entretanto nem tudo é um mar de rosas, a exemplo o trabalho análogo ao escravo que ainda hoje persiste.

Perfil da Produção sucroalcooleira no Triângulo Mineiro

De acordo com dados disponíveis no sítio da Nova Cana (2015), o estado de Minas Gerais possui 43 usinas em funcionamento, o mapa abaixo mostra a localização de cada uma delas.

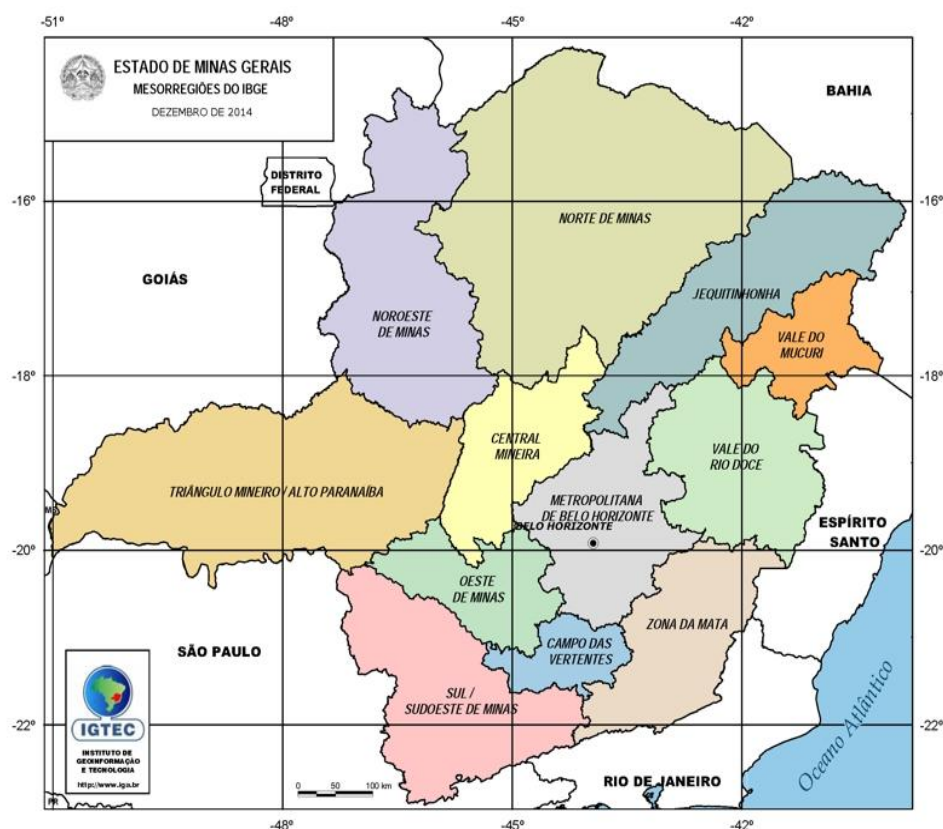
Mapa 1: localização das usinas no estado de Minas Gerais (2011)



Fonte: SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS (2012).

Das 43 usinas, 23 estão instaladas no Triângulo Mineiro, ou seja, 53% das usinas estão situadas nesta região do estado. Mostrando o potencial do estado para o setor sucroalcooleiro esta região considerada a mais próspera é onde estão localizadas as principais indústrias de Minas Gerais, cuja produção é voltada para o setor alimentício, madeireiro, sucroalcooleiro, de fumo e fertilizantes, “[...] de 2001 a 2011, o PIB do agronegócio saltou de R\$ 65,8 bilhões para R\$ 11.87 bilhões, salto de 80,4%%. No mesmo período a participação do estado no agronegócio nacional aumentou de 9,5% para 12,4%” MINAS GERAIS (apud PREVITALI, FRANÇA, FAGIANI, 2012 p.157). Além das atividades acima citadas, a pecuária é muito forte na região, sobretudo na cidade de Uberaba, onde ocorre os principais leilões de gado no Brasil. O mapa abaixo nos situa em relação a localização geográfica do triângulo.

Mapa 2: localização do Triângulo Mineiro-2015



Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais (2015).

A tabela abaixo mostra o ranking dos municípios produtores de cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro

Tabela 1: Ranking dos municípios produtores de cana-de-açúcar na safra 2011/2012.

Posição	Município
1º	Uberaba
2º	Frutal
3º	Campo Florido
4º	Ituiutaba
5º	Araguari
6º	Uberlândia

Fonte: Elaboração própria, a partir do IBGE (2015)

Apesar do crescimento profícuo do setor sucroalcooleiro nesta região, ainda há muito que melhorar no que diz respeito às condições de trabalho. Infelizmente o trabalho canavieiro continua a ser análogo ao escravo, onde o trabalhador é submetido a jornadas extensas obrigado a produzir cada vez mais, aliado a estes problemas há mais um que é a mecanização, por trás do discurso de melhores condições de trabalho, preservação ao meio ambiente, há a exclusão do trabalhador, uma vez que os programas de capacitação oferecidos pelas usinas privilegiam trabalhadores jovens que tiveram maior oportunidade de estudo, em detrimento dos mais antigos que não tiveram oportunidades de estudo e por este fato, tem dificuldade de se inserirem no setor.

Reestruturação Produtiva do Trabalho: a mecanização

O debate sobre a mecanização é antigo, começou a ser discutido na década de 1980, quando as indústrias sucroalcooleiras fizeram inovações tecnológicas se inspirando no modelo taylorista de produção. Entretanto devido à falta de mão de obra especializada, a mecanização foi adiada. A partir de 2000, o discurso de preocupação com o meio ambiente bem como com o da necessidade de se humanizar o trabalho canavieiro fizeram com que esta questão retornasse com força total e, desta forma, este processo começou a ser posto em prática pelas usinas. No entanto, a mecanização não tem beneficiado o trabalhador, pois continua a ser submetido a condições de trabalho degradantes.

De acordo com Scopinho (apud MARQUES 2012, p.48)

No corte manual, o rendimento depende da agilidade e destreza do trabalhador e a forma de pagamento por produção é utilizada para intensificar o ritmo de trabalho. No corte mecanizado, o ritmo de trabalho é intensificado pelo uso da máquina, o que permite remunerar por tempo e não mais por produção.

A ânsia por produzir mais a fim de receber maior salário, leva estes trabalhadores há trabalharem o tempo máximo que conseguem, elevando ao máximo seu desgaste físico se mental. Além disto, como dito acima, a mecanização não tem trazido tantos benefícios aos trabalhadores, como o discurso oficial sustenta. Os operadores de colheitadeiras são submetidos a radiação solar excessiva, má iluminação durante a noite, são sujeitos a picadas de animais peçonhentos, problemas de ordem física decorrentes

do mau posicionamento no interior das máquinas, bem como o desgaste mental devido a grande concentração que deve ser exercida na operação da máquina aliada a pressão por produzir ao máximo.

A mecanização fez com que as usinas do Triângulo Mineiro realizassem uma parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) para o oferecimento de cursos de aperfeiçoamento dos trabalhadores. Das 43 usinas existentes nesta região do estado, a pesquisa contatou 24, desse total apenas seis realizam treinamento junto ao SENAR como se vê na tabela abaixo.

Tabela 2 : Usinas do triângulo mineiro que têm parceria com o SENAR.

Usina	Município
Carneirinho (atual Coruripe)	Carneirinho
Usina Frutal açúcar e álcool S.A (atual Bunge)	Frutal
Usina Cerradão	Frutal
Usina Itapagipe (atual Bunge)	Frutal
Usina Coruripe	Coruripe

Fonte: Elaboração própria

O treinamento oferecido por estas usinas é direcionado ao setor agrícola e de agrotóxicos, entretanto este processo de mecanização levado a cabo pelas usinas nos leva ao seguinte questionamento: qual o benefício que ela traz ao trabalhador?

Com a acelerada inovação tecnológica, em particular a crescente mecanização da colheita da cana, tem ocorrido uma menor necessidade relativa de força de trabalho e um aumento da capacitação requerida dos trabalhadores. Cada colheitadeira introduzida substitui de 80 a 100 trabalhadores no corte de cana, dependendo de seu tipo, provocando a perda de uma grande quantidade de postos de trabalho, e agravando assim a situação de um segmento de trabalhadores com perfil relativamente baixo de escolaridade e capacitação, e com poucas chances de obter empregos de melhor qualidade. Com a maior mecanização e com a extensão do período das

safras, a sazonalidade dos empregos vem também diminuindo na lavoura da cana. Muitos desses trabalhadores migram temporariamente para regiões canavieiras no período de colheita. Na condição de principal polo sucroalcooleiro do País, o estado de São Paulo absorve os maiores contingentes de trabalhadores migrantes temporários. [...] As ações previstas no Compromisso Nacional procuram justamente consolidar e ampliar as melhores condições de trabalho na lavoura da cana-de-açúcar e enfrentar o impacto da mecanização sobre o nível de emprego. (COMPROMISSO NACIONAL PARA APERFEIÇOAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CANA-DE-AÇÚCAR, 2009 apud MORAIS 2013 p.4)

Desta forma fica evidenciado que a mecanização é só um discurso capitalista de garantia da melhoria das condições de trabalho, pois como visto acima, ela estimula o desemprego já que a máquina substitui o serviço de grande contingente de trabalhadores. Uma questão que se levanta quando se estuda a mecanização é: há fiscalização sobre as condições de trabalho? Pois no início de 2015, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), divulgou a tabela da lista suja com empresas de diversos setores que mantém ritmo de trabalho análogo ao escravo, e o setor sucroalcooleiro é um deles, abaixo divulgamos a lista com as respectivas usinas que mantém esta prática desumana.

Tabela 3: Lista das usinas que mantêm trabalho análogo ao escravo.

Ano	UF	Empregador	Estabelecimento
2012	MT	Alcopan Álcool do Pantanal Ltda	Área de colheita de cana de açúcar no município de Poconé/MT.
2012	AL	Usina Taquara	Fazenda Mônica- Zona rural de colônia Leopoldina/AL.
2009	PE	Usina Salgado S.A	Engenho Califórnia- zonal rural Escada/PE.
2011	RJ	Tocos Agrocanavieira S.A	Fazenda Sertão- zonal rural Campos dos Goytacazes/RJ.
2009	MT	Zihuatanejo do Brasil açúcar e álcool S.A	Destilaria Araguaia- Rod. MT 413, Fazenda Gameleira, zona rural, Confresa/ MT.
2008	MG	Agrisul Agrícola Ltda.	Área de colheita de cana de açúcar no município de Fronteira/MG.
2009	MG	Destilaria Alpha	Área de cultivo de cana de açúcar- Rod. MG 260, s/n, km 39, zona rural, Cláudio/MG.
2008	AL	Laginha Agroindustrial	Fazenda Laginha- margem direita do rio mandaú- zona rural, União dos Palmares/AL.
2012	TO	Joari Bertoldi	Fazenda Santa Maria- Rod. TO 080, km 140, zona rural, Marianópolis/TO.
2008	PE	Manuel Ernesto Lima Alvim Soares Filho	Engenho Cocula III- zona rural, Ribeirão/PE.
2008	MG	Alvorada do Bebedouro	Destilaria Alvorada do Bebedouro- zona rural, Guaranésia/MG.

Fonte: Elaboração própria a partir do MTE (2015).

É lamentável como após 127 anos da abolição da escravidão os capitalistas do setor sucroalcooleiro continuaram mantendo ritmo de trabalho análogo ao escravo que consiste em péssimos alojamentos, má alimentação, endividamento, o que desumaniza o trabalhador, para atender o interesse do capital. De acordo com Fernandes e Lourenço (2010) o setor sucroalcooleiro parece se inspirar na escravidão ao explorar os trabalhadores, entretanto esta exploração se traveste em políticas modernas que a primeira vista parece beneficiar o trabalhador, mas que de fato se constitui em novos métodos de exploração e alienação.

Ainda dentro da discussão sobre a qualificação do trabalhador para o trabalho mecanizado, o discurso de que a mecanização qualificará o trabalhador é utilizada pelo capitalista para de certa forma, iludir o trabalhador, pois de acordo com MARX(apud MORAIS, 2013 p.8) o emprego da tecnologia gera desemprego, uma vez que a máquina efetua o trabalho de um grande contingente de trabalhadores, desta forma concluímos que este processo de modernização não se preocupa em nenhum momento com o bem estar do trabalhador na execução do seu trabalho, mas o objetivo dos usineiros é o alinhamento as propostas internacionais e capitalistas visando maior competitividade.

A Força de trabalho migrante

O migrante é aquele trabalhador geralmente vindo da região nordeste do país, que vem para o sudeste não por vontade própria, mas para garantir sobrevivência digna a sua família, entretanto quando aqui chegam são vítimas de todo o tipo de preconceito por parte da população da cidade em que irão viver.

Em Ituiutaba, 87% dos trabalhadores migrantes são do Piauí e vem para a cidade para trabalharem nas usinas Triálcool e Vale do Paranaíba. Na sua terra natal são pequenos camponeses que labutam em pequenas terras de propriedade familiar e que no período de safra migram para a região do Triângulo para auxiliar a família. Ao chegarem aqui são estereotipados de invasores. (SANTOS, SILVA et al, 2013 p.3).

Mais do que migrantes temporários, há um definido universo social da migração temporária. Mais do que trânsito de um lugar para o outro, há transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir - é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições

como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em lugar nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegarnunca. (Idem, 2013 p.10).

Desta forma, a migração impede o indivíduo de construir relações sociais sólidas, visto que a maior parte do tempo vive fora de seu local de origem. Para estes sujeitos a migração é a “luz no fim do túnel” para obtenção de bens de consumo tais como: moto, televisão, até a realização de sonhos mais profundos como casamento, etc. (PINHEIRO, 2013, p.102). Sendo assim, este fenômeno pode ser comparado ao êxodo rural ocorrido no Brasil na década de 1.960 e início da de 1.970, quando os camponeses vinham para a cidade em busca de uma vida melhor.

Ao chegar à cidade onde irão trabalhar e neste caso, Ituiutaba estes trabalhadores são vítimas de preconceito por parte da população local, apontados como os culpados pelos problemas sociais do município. Só o fato de serem nordestinos os inferioriza (Idem, 2013 p.13). Contudo, o preconceito ou *bullying* não é o único problema que estes migrantes sofrem. Há também o problema dos alojamentos, que muitas vezes não tem estrutura necessária para abrigar estas pessoas.

O desrespeito à condição humana do trabalhador se revela também através da precariedade da moradia. Quando não é nos alojamentos construídos e mantidos pelas próprias agroindústrias em suas terras, são barracos nas periferias pobres das cidades que abrigam esses migrantes. Em muitos casos são muitos trabalhadores praticamente amontoados em pequenos espaços, em condições de higiene extremamente precárias. Alimentação de má qualidade, muitas vezes eles mesmos têm que cozinhar. (SANTOS, SILVA et al apud OLIVEIRA, 2013, p.14).

A situação precária dos alojamentos evidencia o desrespeito à vida humana que há por parte dos que intermediam a contratação destes trabalhadores. Não basta o sofrimento de ter de sair de sua terra natal, deixar o contato com a família e a cultura nativa. Ao chegarem não têm moradia e alimentação de qualidade para usufruírem. Aliado a estes problemas ainda há a rotina de trabalho extenuante nas usinas.

Os migrantes nordestinos são os preferidos pelas usinas, pois além de serem habituados ao serviço pesado, o fato de terem pouco estudo faz com que não se voltem

contra o patrão, desta forma são fáceis de serem controlados. (Idem apud Iamamoto, 2013, p.105). Tal situação perdura, pois não há forte organização da força sindical que se volte contra o poder dos usineiros.

Considerações Finais

Concluimos que, o setor sucroalcooleiro tem trazido para o século XXI o trabalho escravo sob nova roupagem, que aparece travestido em compromissos que dizem favorecer o trabalhador, mas que no fundo, o aliena e o expropria cada vez mais, transformando-o em vítima da exploração do capital. Fica evidenciado também que o processo de mecanização qualificará o trabalhador em número pouco expressivo em relação ao contrário gerará contingente de trabalhadores braçais.

E, por fim, concluimos que as políticas de desenvolvimento social necessitam ser melhoradas no nordeste, pois desta forma não haverá necessidade destes trabalhadores deixarem o contato com a família e amigos e virem para um lugar onde são vítimas de toda a sorte de preconceitos e injustiças.

Referências

PREVITALI, S.F (et al.): Trabalho, educação e reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 2012

MORAIS, SP. SD. **Deveriam os cortadores de cana-de- açúcar se qualificar? Modificações e permanências no trabalho agroindustrial no triângulo mineiro.**

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 50 (especial), p. 172-192, mai2013.

Disponível em:

<http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/index.php/histedbr/article/view/5479> Acesso em: 12 Jan. 2015.

SANTOS JC. et al. **cotidiano dos trabalhadores temporários cortadores de cana na cidade de Ituiutaba- MG.** *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research médium, Ituiutaba, v.4, n.2,p. 633-649, jul./dec.2013.* Disponível

em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/brazilangeojournal/article/view/23345>. Acesso em: 12 Jan. 2015.

F,L. **Exploração do Trabalho no corte de cana : breves apontamentos do Senhor de Engenho à Agroindústria canavieira do século XXI**. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000112010000100027&script=sci_arttext. Acesso em : 18 Mai.2015.

PINHEIRO, Nataly de Souza. **Trabalhadores migrantes no corte da cana-de-açúcar: precarização e exploração do trabalho**. João Pessoa, 2013. Disponível em: http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3422. Acesso em: 14 Mai. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. 2015. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=31&search=minas-gerais>. Acesso em: 17 Mai.2015.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – 2015. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/geografia/5669-localizacao-geografica/69551-a-localizacao-geografica/5146/5044>. Acesso em: 12 Mai.2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO- MTE. 2015

NOVA CANA- 2015. Disponível em: <http://www.novacana.com/usinas-brasil/sudeste/minas-gerais/>. Acesso em: 12 Mai. 2015.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <http://www.siamig.com.br/cache/Documentos/perfil.pdf>. Acesso em: 17 Mai.2015



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

Comunidade Quilombola do Cedro: Resistência e Conhecimento Etnobotânico

Jesiel Souza Silva¹-Instituto Federal Goiano

Grupo de Trabalho GT4: Camponeses e Agronegócio: Estratégias de
Reprodução e Conflitos

A ocupação acelerada do cerrado tem resultado num intenso processo de urbanização e refletido diretamente no modo de vida de algumas comunidades rurais. As áreas de comunidades quilombolas, que antes eram territórios isolados, tem sofrido com este processo de expansão das cidades. Este trabalho tem como objetivo analisar as modificações sofridas pela Comunidade Quilombola do Cedro em Goiás, causadas pela expansão da Cidade de Mineiros e as estratégias de resistências desta comunidade frente as investidas do latifúndio e a produção em larga escala. A constituição do Centro Comunitário de Plantas Medicinais do Cedro vem desde 1998 servindo como uma estratégia para manutenção do conhecimento etnobotânico existente na comunidade e possibilitou atender a demanda da região próxima a comunidade, com remédios populares. Através das plantas medicinais são produzidos xaropes para combater anemia, antialérgicos, expectorantes, garrafadas para combater diversos tipos de infecções, gastrites, úlcera, alergia, antibióticos, xampu, xaropes, pomadas, soluções tópicas cicatrizantes, comprimidos para tratamento de vermes, dentre outras. Fundada por ex-escravos no ano de 1885 como uma forma de resistir política, social e culturalmente à escravidão, a comunidade do Cedro, localizada na região Sudoeste de Goiás, foi reconhecida como comunidade de Remanescente de Quilombo em 2005. Esta pesquisa foi realizada em unidades familiares da comunidade, através de pesquisa bibliográfica, observação, questionários e entrevistas. Um dos fatores que contribui para a continuação e sobrevivência desta população é o grande conhecimento e domínio sobre os recursos naturais da área onde está localizada, preservando um valioso conhecimento sobre plantas medicinais.

1. Introdução:

Formados principalmente ao longo dos séculos XVIII e XIX, os quilombos são os maiores símbolos de resistência frente ao sistema escravocrata que perdurou no território brasileiro por muitos anos. Os quilombos eram sociedades político-militares,

¹ Bacharel e Licenciado em Geografia; Especialista em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Agrícolas; Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural; Doutorando em Geografia (UnB); Docente na área de Extensão Rural no Instituto Federal Goiano, Campus Rio Verde.

que surgiram de movimentos que proclamavam a queda do regime escravocrata (SIQUEIRA, 1995, p. 3). A fuga era uma das formas de resistência ao sistema escravocrata vigente, que muitas vezes resultava na união de escravos formando os quilombos (ANDRADE, 1997).

Os quilombos foram uma das maiores expressões de lutas organizadas no Brasil em resistência ao sistema colonial – escravista, agindo sobre questões estruturais, em distintos momentos históricos – culturais do país, sob a liderança de africanos escravizados e/ou seus descendentes no Brasil (SIQUEIRA, 1995). Eles constituíam e se espalharam pelo território brasileiro, traziam consigo duas práticas insurrecionais: uma relacionada à ocupação da terra, que era realizada fora do padrão estatal da compra e venda ou mesmo da sucessão hereditária e a segunda “que guarda relação com o próprio questionamento do regime servil e que contribui para a sua derrocada” (MELO, 2006, p. 3)

Além do tamanho e estrutura interna, os quilombos variavam na forma e origem, ocupando em muitos lugares as fazendas, onde permaneciam até serem desalojados (MOURA 1983). O isolamento existente na localização dessas comunidades fazia parte de uma estratégia de sobrevivência e que garantiu a permanência de grupos organizados com tradições e relações territoriais próprias, formando uma identidade étnica e cultural específica. Porém, o que caracterizava o quilombo eram a resistência e autonomia e não o isolamento, a homogeneidade étnica ou a fuga da escravidão. Eram necessários para os quilombos se imporem e se exporem para resistir e sobreviver à dinâmica sócio-econômica do mundo que os circundava (PASSOS, 2007).

Após a abolição do sistema escravocrata, pouco mudou na vida dos ex-escravos em relação às condições materiais de existência, sendo essas em muitos casos, semelhantes com as dos cativos. Porém juridicamente, os ex-escravos passaram a ter autonomia sobre o seu trabalho, não sendo preciso a fuga para dominar sua força de trabalho (FIABANI, 2007). Alguns quilombos permaneceram ativos, mantendo a sua dinâmica socioeconômica, dando origem as comunidades quilombolas, espalhadas por todo o território brasileiro, apresentando uma concentração significativa nas regiões Norte e Nordeste.

No estado de Goiás, existem várias comunidades quilombolas. Uma das mais conhecidas são os Kalungas, quilombolas que estão localizados nas proximidades da Chapada dos Veadeiros nos municípios de Cavalcanti, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. Porém em outras porções do estado de Goiás existem comunidades

quilombolas que luta para se manter na e da terra. Estas comunidades criam estratégias de sobrevivência frente ao modelo fundiário concentrador e conservador e lutam principalmente para terem seus territórios reconhecidos e respeitados.

Uma destas comunidades é a Comunidade do Cedro, fundada por escravos no ano de 1885 e formada por 48 famílias, sendo 35 delas consideradas descendentes de quilombo, que lutam principalmente para manter as suas características culturais.

A comunidade do Cedro mantém práticas centenárias trazidas pelos seus ancestrais do continente africano, possuindo fortes laços culturais, tradições, relação com o trabalho na terra e formas de produção, envolvendo técnicas agrícolas, formas de manejo do solo, formas de plantio, se constituindo em uma íntima relação com o ambiente em que está inserida, a partir do desenvolvimento de técnicas conservacionistas e utilização racional dos recursos naturais. Suas ações se configuram em estratégias de resistência quilombola na (re)produção e manutenção da vida, da terra, do território, da agrobiodiversidade e no fortalecimento das comunidades rurais.

Desta forma, o objetivo principal deste estudo é entender a forma com que o conhecimento tradicional etnobotânico contribui para as estratégias de resistência frente à pauperização imposta pelos processos de modernização agrícola na região Sudoeste de Goiás.

2. Metodologia:

Na metodologia desta pesquisa buscou-se o estudo de caso, considerando os aspectos preconizados por Rodrigo(2008) e Gil (2002) que permitem uma análise em profundidade dos processos e das relações entre os mesmos, o que possibilitou a definição de quatro fases que são apontadas por Gil (2002): a) delimitação da unidade de estudo; b) coleta de dados; c) seleção, análise e interpretação dos dados, e d) elaboração de relatório. Para coleta de dados utilizou-se procedimentos qualitativos e quantitativos, como: observações, análise de documentos, entrevista formal e informal, aplicação de questionários, registro fotográfico, etc. Para coleta de dados foram utilizadas amostras não probabilísticas.

Durante o período de coletas de dados foram feitas entrevistas formais e informais de natureza individual e/ou coletiva. As entrevistas informais eram realizadas principalmente com o objetivo de conhecer as pessoas da comunidade, familiarizar-se com alguns termos, fazendo parte também do processo de observação.

Todas as informações obtidas através das entrevistas foram anotadas no caderno de campo e/ou gravadas. As entrevistas formais foram realizadas a fim de buscar informações contidas na fala dos atores sociais, enquanto sujeitos-objeto que vivenciam a realidade estudada, levantando assim, dados relativos à moradia, modo de vida, formação sócio-espacial, saúde, educação, valores, cultura, atitudes e opiniões dos sujeitos entrevistados. A abordagem foi feita diretamente nos domicílios, sempre contando com a compreensão, disponibilidade e boa vontade dos entrevistados.

Outros dados secundários foram obtidos através da literatura e de alguns Institutos e órgãos de pesquisa, dentre eles: Instituto Nacional de Geografia e Estatística - IBGE, Secretaria Estadual de Planejamento – SEPLAN, Fundação Cultural Palmares, Instituto Nacional de Reforma Agrária, Prefeitura Municipal de Mineiros, Agência de Desenvolvimento Regional de Goiás – AGDR, Agência Goiás e outras fontes que se tornaram confiáveis; etc.

3. Comunidades Quilombolas e Conhecimento Etnobotânico

Apesar de nos últimos anos os estudos das comunidades quilombolas ter conquistado espaços nas universidades e na sociedade, elas ainda sofrem frequentemente com as pressões de especuladores imobiliários, de latifundiários monocultores e até mesmo por ações do governo. Isso mostra que a luta além de ser pela manutenção e reconquista de seus territórios, ela também é, para continuar existindo, preservar uma identidade sociopolítica e manter sua memória ancestral.

Após a Lei Área a forma de resistência negra não mais se materializa nas fugas isoladas, nos suicídios, nas rebeliões, nos abortos ou nas revoltas organizadas contra os senhores; mas na sua luta e nas mais diversas ações de fortalecimento da população quilombola, na luta pela garantia dos seus territórios, na garantia de sua identidade.

As comunidades criam estratégias de resistência frente aos problemas diários que ameaçam a sua continuidade de sua identidade, memória e território.

Um das grandes riquezas destas comunidades é o conhecimento tradicional etnobotânico que estas comunidades detêm. A etnobotânica aborda a forma como diferentes grupos humanos interagem com a vegetação (AMOROZO, 2002). Para Baldini e Silva (2007) atualmente a etnobotânica aborda o conhecimento sobre os recursos vegetais entre as mais diferentes sociedades, sendo uma ferramenta importante

para conhecer, proteger e conservar recursos naturais, em função da biopirataria e dos processos de degradação.

O conhecimento e utilização que estas comunidades detêm em relação às plantas, se configuram em muitos casos como um processo de resistência frente às pressões sofridas. Além disso, em muitas comunidades rurais, sejam quilombolas ou não, espalhadas pelo país, o conhecimento e a utilização de plantas medicinais representam a única opção de tratamento de enfermidades, em razão do restrito acesso aos programas de saúde.

As comunidades remanescentes de quilombo caracterizam em sua maioria pelo grande vínculo com o meio em que ocupam, observando grande grau de preservação da biodiversidade. Elas sobrevivem da agricultura de subsistência, com uma agricultura baseada na mão-de-obra familiar, assegurando os produtos básicos para o consumo. Para completar a renda familiar, são criados animais de pequeno porte, como, galinhas, porcos, patos e cabritos (VICENTE, 2004).

A intensa relação entre seus moradores e o meio onde estas comunidades estão inseridas é em função do fornecimento de inúmeros recursos que a natureza dispõe a elas, sendo elemento fundamental na sua sobrevivência. Esta relação gerou um conhecimento que permitiu o fortalecimento destas comunidades criando resistências frente às ameaças da expropriação da terra, da força de trabalho, da perda do território e da terra, etc.

Este conhecimento tradicional destas comunidades em grande parte foi trazido do continente africano, enquanto outros foram descobertos por elas no Brasil ao longo dos anos, mediante vários experimentos.

A ligação das comunidades quilombolas com o passado não se dá pelo isolamento geográfico e nem pela homogeneidade física e biológica de seus habitantes, mas pela manutenção de práticas de resistência e reprodução do seu modo de vida em um local determinado.

O Brasil nas últimas décadas tem assumido sua dívida social secular para com as comunidades tradicionais. Essas comunidades, em sua maioria localizada na zona rural, ainda vivem sem acesso aos bens mínimos da vida social como moradias dignas, água potável, energia elétrica, educação e saúde de qualidade. Muitas vezes a legislação não favorece e os passos são lentos. Atualmente várias comunidades são marginalizadas por segmentos refratários da sociedade brasileira e pela mídia que representa os interesses destes. Após muitos séculos de opressão e resistência os quilombolas saem da posição

da invisibilidade social, do silenciamento e da grilagem de suas terras para um período de luta por paz, cidadania e dignidade (PASSOS, 2007).

No Brasil cerca de 4,5 milhões de pessoas fazem parte de comunidades tradicionais, ocupando 25% do território nacional (BRASIL, 2006), e detêm de 15 a 20% da biodiversidade mundial, sendo que além deste acervo, o Brasil possui também rica diversidade cultural e étnica, resultado de um acúmulo considerável de conhecimento e tecnologias tradicionais, passados de geração a geração, se destacando o vasto acervo de conhecimento sobre manejo e uso de plantas medicinais (BRASIL, 2005), sendo que apenas uma pequena parcela desta foi estudada.

O contato dessas populações com sociedades nacionais e as modificações introduzidas nas formas de vida dessas populações, estão fazendo com que exista o abandono ou inadequação das antigas estratégias de manejo local e muitas vezes levam à exploração abusiva dos recursos naturais devido ao aumento da densidade populacional humana, e/ou à inserção na economia de mercado (AMOROZO, 2002).

Mesmo com diferentes abordagens e ênfases, a partir de pontos de vista diversos, tanto a Ciência, quanto o Saber Local, são sistemas de conhecimento que, trabalhando em conjunto, trazem resultados mais férteis do que se realizados em separado. O conjunto desses conhecimentos é de extrema importância para lidar com o complexo problema do uso e conservação dos recursos biológicos (AMOROZO, 2002).

4. A Comunidade do Cedro e Conhecimento Etnobotânico

4.1. Os Cedrinos e a Resistência

A cerca de 6 quilômetros da cidade de Mineiros se localiza a comunidade quilombola do Cedro nas coordenadas de 17° 34' 17" S e 52° 35' 14" W, com aproximadamente 790 metros de altitude, na microrregião Sudoeste do Estado de Goiás. Mineiros possui uma população de 48.329 habitantes e densidade demográfica de 5,34 hab./km², com uma taxa geométrica de crescimento no período de 2000 a 2008 de 2,49% (SEPIN, 2009).

Nesta região há uma predominância de monoculturas latifundiárias, principalmente de soja, milho e algodão. Assim, rodeada por área dominada pela produção em larga escala, a comunidade do Cedro, resiste e hoje é um grupo social centenário, constituído em sua maioria por negros, descendentes de escravos, que se reconhecem como portadores de uma identidade baseada na mesma origem e numa

cultura comum distinta dos demais grupos circunvizinhos. Os cedrinos resguardam traços da cultura africana, como ocupação de espaço, laços de parentesco e vizinhança, relação de compadrio, lealdade e solidariedade.

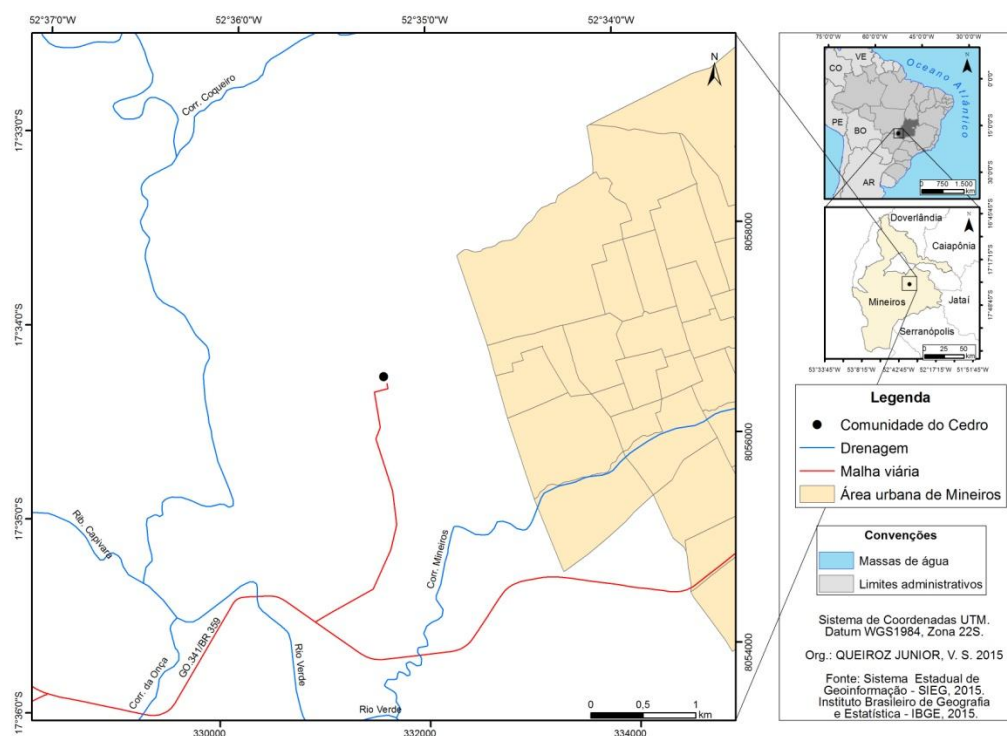


Figura 1: Mapa de Localização da Comunidade do Cedro

Os fortes impactos sofridos pela comunidade causados pelo avanço da cidade sobre sua área ocasionou mudança na estrutura da ocupação da terra, onde foi destinado um lote individual a cada família.

Com a proximidade da zona urbana e as mudanças ocorridas no Sudoeste de Goiás, principalmente após a década de 1970, os cedrinos passaram a ter uma dependência maior da cidade. Nas últimas décadas, em razão da falta de proteção dos territórios quilombolas, a área de expansão urbana tem adentrado às terras de Cedro. Esta expansão levou também à venda de muitos lotes e à imigração da população jovem para o centro urbano, fazendo a comunidade sofrer um decréscimo populacional entre os anos de 1977 e 1997.

Quem hoje visita a comunidade do Cedro pode perceber que as residências em sua maioria construídas com tijolos, contam em grande parte com televisões e geladeiras. Nas residências dos quilombolas é comum ainda a presença de candeias, instrumento que foi deixado de lado de lado em algum ponto das residências com a chegada da eletrificação rural.

Apesar de estar localizada a poucos quilômetros de Mineiros, a comunidade ainda sofre com questões básicas relacionadas a falta de saneamento básico. A comunidade do Cedro foi reconhecida como comunidade quilombola em 2005. O processo de reconhecimento dos territórios quilombolas é um meio de saldar parte do débito social da sociedade e do Estado para com a população negra, escravizada no passado sendo que atualmente uma parte significativa ainda vive em condições de discriminação e marginalização.

O território cedrino é um espaço físico, mas também político, econômico e simbólico. São nestes territórios de lutas, de construção de identidade quilombola, que ocorrem os conflitos e disputas por áreas cobiçadas pela monocultura latifundiária como a soja e milho e ao mesmo tempo pela especulação imobiliária para abertura de áreas de expansão urbana. Este território constitui um legado material e imaterial de resistência para manter seu modo de vida, sua cultura, sua resistência.

Apesar de todas as mudanças ocorridas no território cedrino, Ioris e Pio (1999, p. 16), afirmam que “as famílias que permanecem na comunidade conjugam uma série de atividades como meio de sustentação de vida”. Os cedrinos apresentam práticas de resistência na manutenção de reprodução de seu modo de vida com forte vínculo com a terra e intensas relações familiares e se organizam em torno da Associação dos Moradores da Comunidade do Cedro, fundada em 1994 e que responde pela parte política da comunidade. A formação da Associação dos Moradores do Cedro significou uma importante etapa na organização da comunidade, sendo uma das exigências para o processo de reconhecimento de suas terras.

A terra para a comunidade do cedro representa a sua sobrevivência como grupo étnico, tendo um valor sagrado que liga seus moradores a sua origem ancestral “Chico Moleque” (BAIOCCHI, 1983).

Os quintais das propriedades mostram uma extensa variedade de produtos e se constituem ao redor das residências em uma associação de espécies florestais, perenes, anuais, medicinais, agrícolas, ornamentais e de criação de animais, em um espaço comum sem organização, sendo algumas espécies somente como adubo verde e proteção do solo. Nos quintais os cedrinos cultivam uma grande variedade de produtos para obter uma produção balanceada ao longo do ano, refletindo a necessidade básica de cada família.

Os cedrinos praticam uma agricultura baseada na mão-de-obra familiar com uma preocupando com a poluição e conservação do Cerrado, onde se percebe uma

especificidade cedrina na forma de lidar com a terra e com o meio onde eles estão inseridos. Nas plantações os cedrinos seguem o calendário agrícola local e regional baseados nas condições do tempo e clima da região, fatores que influenciam na produtividade. Vários moradores do Cedro utilizam formas sustentáveis também na produção animal. Entre as formas de manejo animal, está o combate à mosca do chifre com ervas e a utilização de vermífugo animal através de raízes de algumas plantas medicinais.

A horta é o espaço onde principalmente as mulheres plantam, cuidam e colhem; esse espaço é mantido sempre nas proximidades das residências, onde é comum encontrar, quiabo, jiló, repolho, batatinha, alface, rabanete, cenoura e beterraba. O comércio da produção ocorre sem a presença do atravessador, sendo feita por meio da venda direta ao consumidor na feira livre em Mineiros e na própria propriedade.



Figura 4: Roçado Cedrino
Autor: Jesiel Silva



Figura 5: Roçados Cedrino
Autor: Jesiel Silva

Nos cuidados dos roçados é dispensada uma gama de trabalho, desde o plantio até a colheita, principalmente com a limpeza do local com frequências diárias. Geralmente as sementes e as mudas de algumas espécies, como a mandioca, são obtidas na própria propriedade. A troca de sementes entre os vizinhos e parentes são muito comum, diminuindo a compra de sementes e mudas, quase inexistente no Cedro.

Algumas famílias, além de manter suas propriedades no Cedro mantêm também residências na cidade, trabalhando para terceiros ou até mesmo para os filhos morarem e estudarem durante a semana. Percebe-se que a falta de assistência técnica é um entrave ao desenvolvimento da comunidade.

4.2. O Centro de Plantas Medicinais do Cedro

A medicina popular cumpre um papel muito importante e fundamental na vida dos moradores da comunidade do Cedro. Baiocchi (1983) afirma que como em todo o

Brasil rural, a medicina popular cedrina apóia-se em recursos farmacopéicos e em recursos mágico-religiosos. A prática do conhecimento tradicional etnobotânico cedrino é uma forma de materialização da resistência negra frente ao processo de exclusão, discriminação racial e ao preconceito a que são submetidas as comunidades quilombolas.

Em 1998, foi construído na comunidade o Centro Comunitário de Plantas Medicinais do Cedro, com o objetivo de aumentar os trabalhos com fitoterápicos que estavam sendo realizados dentro da comunidade, a fim de que mais pessoas tivessem acesso a esses medicamentos e desde então serve como uma estratégia para manutenção do conhecimento etnobotânico existente na comunidade e que possibilitou atender a demanda da região próxima à comunidade, com remédios populares.

No Centro são produzidos através das plantas medicinais xaropes para combater anemia, antialérgicos, expectorantes, garrafadas para combater diversos tipos de infecções, gastrites, úlcera, alergia, antibióticos, xampu, xaropes, pomadas, soluções tópicas cicatrizantes, comprimidos para tratamento de vermes, dentre outras.

Financiado pelo Programa de Pequenos Projetos – Fundos Para o Meio Ambiente Mundial (PPP/GEF), o Centro foi inaugurado em 1º de novembro de 1998, sendo este espaço constituído de: um horto de plantas medicinais e uma mini-farmácia para manipulação de medicamentos que possibilitou a partir de 1999, atender a demanda da região com remédios populares.

A distribuição desses medicamentos se dá conforme a necessidade de cada família e o excedente é comercializado para as pessoas “de fora” da comunidade na própria farmácia de manipulação e em feiras locais e regionais. Além de servir os cedrinos, os remédios servem a cidade de Mineiros e até outras cidades da região.

No Centro de Plantas Medicinais do Cedro são produzidos xaropes para combater a anemia, antialérgico, expectorante, garrafadas para combater diversos tipos de infecções, gastrite, úlcera, alergia, antibióticos, xampu, xaropes, pomadas, soluções tópicas cicatrizantes e comprimidos para tratamento de vermes, dentre outras doenças. Ao todo são mais de 75 formas de medicamentos por meio de plantas medicinais que são produzidos. As plantas mais utilizadas pela comunidade na produção de medicamentos é a sucupira (*Bowdichia* sp.) barbatimão (*Stryphnodendron adstringens*), mentrasto (*Ageratum conyzoides*), tanchagem (*Plantago major*) e velame (*Macrosiphonia velame*).

A manipulação de medicamento no Centro de Plantas Medicinais do Cedro se dá em processo de produção passando pelas seguintes etapas: observação do ambiente, coleta, seleção, lavagem, corte, secagem, embalagem, manipulação, envasamento, armazenamento, distribuição e/ou comercialização. Os cuidados existentes nestes processos desde a observação até comercialização são para manter a continuidade das espécies e para que sejam produzidos medicamentos de qualidade, sendo necessário ter atenção especial na lavagem, coleta, secagem, local e modo de armazenamento da matéria-prima e produto acabado, existindo uma sequência a ser seguida com cuidado para obter um bom medicamento.

O processo todo se inicia na observação da área de coleta, sendo que as plantas devem estar pelo menos dez metros das rodovias e estradas e longe das plantações que utilizam agroquímicos a fim de não haver contaminação no vegetal.

Depois de selecionada a área é feita a coleta, respeitando toda uma técnica de manejo: horário, quantidade de espécie, extração, modo de coletar raiz, folhas, além de utilizar os galhos, que têm os mesmos princípios ativos do caule, evitando assim o corte da planta e conseqüentemente a sua morte. O óleo é retirado com um pequeno furo na árvore por meio de um trado e uma mangueira pequena e ao final o pequeno furo é coberto com argila ou óleo de copaíba para a planta se recompor. A coleta de plantas é feita somente onde existem três ou mais plantas de uma mesma espécie. No caso das raízes não são coletada toda a raiz da planta, ficando parte para rebrotar. Todas estas práticas visam manter as espécies no ambiente onde as plantas são coletadas.

A comunidade busca trabalhar sempre com plantas da região, pois ao ser retirada do seu local e levada para outra região, a planta perde a energia que é o fator principal do remédio para os cedrinos.

Após a coleta, é feita a seleção do material, descartando assim, algumas raízes e folhas que estão com algum problema, utilizando somente as folhas, raízes e galhos saudáveis e saudáveis. No caso das folhas, sem nenhum furo. As partes descartadas são depositadas em um local e depois incorporadas ao solo. Logo após é feita a lavagem do material coletado e selecionado, sempre com muito cuidado para manter os princípios ativos das plantas. Cada planta tem seu horário para ser colhida. Algumas antes das seis, outras depois das nove e outras depois das onze horas. As plantas que têm cheiro, como hortelã, alfavaca, manjeriço; devem ser colhidas antes das seis da manhã, em razão do óleo descer para a raiz ao receber a incidência do sol. Essas plantas ou folhas sendo

colhidas em outro horário têm o perfume, mas não o princípio ativo medicinal, que é o óleo.

As raízes devem ser colhidas depois de meio dia, pois é onde o sol já incidiu sobre a planta e o princípio ativo já está na raiz. As cascas do caule e galhos devem ser colhidas entre nove e dez horas da manhã, pois é o período que o princípio ativo está nesta parte da planta.

A limpeza das plantas é feita com cuidado para não perder o remédio que está presente em determinadas partes. Para isso deve-se utilizar uma vasilha com água, pegar as partes mais limpas possíveis na hora da coleta, passar pela água e já seguir para a fase do corte.

Após o corte, o material vegetal vai para a secagem. Todo material é secado a sombra e em algumas exceções, ao sol antes das 10 horas. Depois da secagem o material é embalado, manipulado, envasado e comercializado na própria farmácia. Além de medicamentos produzidos na farmácia do Centro de Plantas Medicinais, são produzidos doces de diversas qualidades em uma cozinha construída, própria para a fabricação desses.

Esse trabalho vem oferecendo à comunidade uma alternativa eficaz no tratamento de doenças, por meio de medicamentos de boa qualidade e preços acessíveis à população. A produção desses medicamentos e doces é uma alternativa para a geração de renda para a própria comunidade. O dinheiro gerado com a comercialização desses medicamentos é depositado na conta da associação e empregado na manutenção do laboratório, como compra de materiais, pagamento de energia, e viagem e cursos para as pessoas da comunidade.

Com apoio técnico da organização não governamental ambientalista Conservação Nacional (CI-Brasil), essa comunidade selecionou as áreas mais adequadas para realizar a coleta de plantas medicinais. Com isso, a comunidade está capacitada na realização de inventários florísticos/fitossociológicos para realizar a coleta de uma forma sustentável. A Comunidade do Cedro faz parte da Articulação Pacari, uma rede formada por grupos comunitários que trabalham com plantas medicinais do Cerrado nos Estados: Goiás, Minas Gerais, Tocantins e Maranhão. Recebe o apoio do IIEB/PADIS- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável, da Fundação Emas e da Oreades Núcleo de Geoprocessamento.

Mesmo a medicina moderna se desenvolvendo em grande parte do mundo, a OMS, reconhece que existe grande parte da população dos países em desenvolvimento

que depende da medicina tradicional para a sua atenção primária, sendo que 80% utilizam práticas tradicionais nos seus cuidados básicos de saúde e 85% destes, utilizam plantas em suas preparações terapêuticas. A OMS reconhece a importante contribuição da medicina tradicional na prestação de assistência social, principalmente às populações que têm pouco acesso aos sistemas de saúde. Essa organização ainda solicitou que seus estados-membros intensifiquem a cooperação entre praticantes da medicina tradicional e da assistência sanitária moderna, especialmente ao emprego de remédios tradicionais na eficácia científica demonstrada, reduzindo os gastos com medicamentos e ainda sugeriu que os medicamentos tradicionais sejam aproveitados plenamente e que os produtos naturais, principalmente os derivados de plantas, “poderiam conduzir ao descobrimento de novas substâncias terapêuticas” (BRASIL, 2005).

5. Considerações Finais:

Um dos fatores que contribui para a continuação dos quilombos, garantindo a sobrevivência dessa população é o grande conhecimento e domínio sobre os recursos naturais das áreas onde estão localizados. Geralmente estas comunidades preservam um valioso conhecimento sobre plantas medicinais. Conhecimento este que vem, ao longo dos anos, se constituindo em um importante fator socioeconômico das comunidades rurais, repassado de geração em geração.

O território cedrino, representa um território de luta, resistência e reivindicações contra um sistema extremamente excludente. Nesse território as pessoas têm uma forte relação com o lugar. Esse é um lugar de disputa e luta pela sobrevivência sua e de seus antepassados, onde ao longo dos anos se estabeleceu uma forte relação com terra, que poderá se perder com a saída de grande parte dos cedrinos.

O conhecimento repassado de geração a geração poderá se perder à medida que a urbanização da cidade se aproxima do Cedro, pois Veiga Júnior (2007), salienta que a urbanização e a migração da população rural para as cidades, levam a perda de conhecimento sobre as plantas medicinais. Isso se dá em razão do distanciamento das plantas, pois nas cidades as áreas onde as plantas possam ser reconhecidas e coletadas, são cada vez menores; e também por falta de interesse no aprendizado de suas propriedades. Desta forma, o conhecimento secular, acumulado ao longo dos anos vai se perdendo.

Na farmacopéia cedrina há indicações de plantas para fins terapêuticos, adquiridas pelo contato com outras comunidades, principalmente após a constituição do Centro de Plantas Medicinais do Cedro. O Centro de Plantas Medicinais do Cedro vem oferecendo à comunidade uma alternativa eficaz no tratamento de doenças através de medicamento à base de plantas medicinais. A construção do Centro de Plantas medicinais do Cedro é uma das estratégias na construção da autonomia quilombolas em espaços geográficos e sociais marginalizados historicamente.

Porém outras ações devem ser desenvolvidas na comunidade para construir uma autonomia necessária para resistir os problemas advindos da falta de políticas públicas para os territórios quilombolas. Deve-se estimular a criação de espaços que possibilitem compartilhar o saber local entre os mais jovens e os idosos a fim de garantir a manutenção desta grande riqueza cedrina: o conhecimento etnobotânico. Porém a perda da biodiversidade vai afastando aos poucos as pessoas do contato com a flora, levando a restrição ao uso terapêutico das plantas.

Uma das maiores dificuldades para a continuidade dos trabalhos do grupo é a falta de plantas medicinais, em função da grande devastação que está ocorrendo no Cerrado nos últimos anos e consequentemente no entorno da comunidade do cedro, devido à produção de grãos em larga escala. Por outro lado, destaca-se a importância da comunidade para a preservação e recuperação de parte da biodiversidade do Cerrado, ou seja, o resgate do conhecimento etnobotânico e o seu uso em medicamentos realizados pela comunidade têm contribuído para a conservação da biodiversidade do Cerrado, em uma região onde é cada vez maior a devastação dos recursos naturais.

6. Referências

AMOROZO, M. C. M. A perspectiva etnobotânica e a conservação de biodiversidade. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BOTÂNICA DE SÃO PAULO**, XIV, Rio Claro: UNESP, 2002. 2p.

AMOROSO, M.C.M. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio do Leverger, MT, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v.16, p.189-203, 2002.

ANDRADE, T. (Org). **Quilombos em São Paulo: Tradições, direitos e lutas**. São Paulo: IMESP, 1997.

BAIOCCHI, M. de N. **Negros de Cedro: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás**. São Paulo: Ática, 1983.

BALDINI, K. B. L.; SILVA, J. G.da. Avaliação Etnobotânica de Plantas Aromáticas e Madeiras do Parque Nacional do Itatiaia com vistas à Conservação: resultado preliminar. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, VIII., 2007, Caxambú-MG. **Anais...** Caxambú: Sociedade de Ecologia do Brasil, 2007. p. 1 - 2. CD-ROM.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Cerrado: programa cerrado sustentável**. Brasília: Secretaria de Biodiversidade e Floresta, 2006.

BRASIL. Fome Zero. **Comunidades tradicionais ocupam um quarto do território nacional**. 2006. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/comunidades-tradicionais-ocupam-um-quarto-do-territorio-nacional>>. Acesso em: 22 out. 2009.

BRASIL 2005. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília.

FIABANI, A. O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo-RS: Unisinos, 2007. v. 1, p. 1 – 10.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IORIS, E. (coord.) **Plantas Medicinais do Cerrado: Perspectivas Comunitárias para a Saúde, o meio Ambiente e o Meio sustentável**. Anais do Workshop de Plantas Medicinais do Cerrado. Mineiros-GO: , Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior. 260 p., 1999.

IORIS, E; PIO L. Projeto Centro Comunitário de Plantas Medicinais. In: IORIS, E. (coord.) **Plantas Medicinais do Cerrado: Perspectivas Comunitárias para a Saúde, o meio Ambiente e o Meio sustentável**. Anais do Workshop de Plantas Medicinais do Cerrado. Mineiros-GO: , Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior. 260 p., 1999.

MELO, M. A. B. de. **Quilombo: da insurreição à propriedade constitucional**. 2006. Disponível em: <http://www.tj.rj.gov.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/artigos/direi_const/quilombos_insurreicao_propriedade.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2008.

MOURA, C. E. M. de. **A travessia da Calunga Grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil**. São Paulo: EDUSP - Imprensa Oficial do Estado, 2000.

MOURA, C. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global Editora, 1983.
_____. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Salvador: Afro-Ásia, 1983.

PASSOS, F. J. dos. **Quilombolas e a Reflexão sobre ações afirmativas na UESB**. Associação dos Docentes da UESB. Outubro de 2007 . Disponível em: <<http://adusb.org.br/downloads/especiais/Quilombolas.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2008.

RODRIGO, J. **Estudo de Caso: fundamentação teórica**. Editora Vestcon. Brasília, 2008.

SEPIN - Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. **Ranking dos Municípios Goianos – 2007**. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás - Goiânia, 2007. Disponível em:

SEPPIR- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - (São Paulo). **Quilombos no Brasil**. Disponível em:
<http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/copy_of_acoes/>. Acesso em: 22 jan. 2009.

SIQUEIRA, M. De L. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Plamares**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

VEIGA JÚNIOR, V. F. 2007 Estudo do consumo de plantas medicinais na Região Centro-oeste do Estado do Rio de Janeiro: aceitação pelos profissionais de saúde e modo de uso pela população. **Rev Bras. Farmacognosia**. 18:308-313.

VICENTE, J. P. Os Remanescentes de Quilombo do Vale do Ribeira no Sudoeste de São Paulo: piora na situação socioeconômica e de saúde? In: **Revista Pediatria**, Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina (USP). v.26.2004. p.63-5



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

O DESAFIO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PEQUENOS MUNICÍPIOS – A PERSISTÊNCIA DA TRADIÇÃO DIANTE DA MODERNIDADE EM CRISTAIS PAULISTA (SP).

Almir de Paula e Silva¹

Este trabalho se apresenta como uma proposta de estudo sobre a agricultura familiar praticada em pequenos municípios. Como ela pode contribuir para o desenvolvimento dos pequenos municípios face o empobrecimento de pequenos agricultores que terminam por abandonar o campo para viverem na cidade em busca de emprego. Esse é um reflexo da redução dos investimentos em políticas sociais, fazendo com que haja uma maior concentração de renda.

O texto propõe mostrar que a agricultura familiar pode ser um fator de fortalecimento dos pequenos municípios na medida em que ao fixar o homem ao campo, reduz o desemprego e consequentemente a exclusão social. As políticas voltadas para a agricultura familiar, como linhas de crédito, a introdução de novas técnicas de gerenciamento no campo e a reestruturação de pequenas propriedades podem fazer com que deixem de produzir somente para o sustento da família se torne propriedades com uma maior produção e a partir disso se torne uma geradora de renda e propulsora do desenvolvimento nesses pequenos municípios.

A proposta em questão aborda o município de Cristais Paulista localizado na microrregião de Franca, estado de São Paulo. O estudo do município é resultado de uma pesquisa de mestrado, tendo como tema central o pequeno município e as relações estabelecidas com o meio rural. O objetivo do trabalho é ir além do que foi pesquisado até então e analisar a realidade do município no que diz respeito à agricultura familiar. Cristais Paulista se constitui por quatorze bairros rurais, muitos originados da primeira metade do século XIX. As pequenas propriedades são predominantes no município, se ocupando da produção cafeeira e leiteira, sendo as maiores fontes geradoras de renda. Observa-se uma grande diferença entre as propriedades rurais, no que se refere aos investimentos tecnológicos, existem aquelas em que estão tendo altos investimentos gerando um aumento da produção e aquelas que ainda vivem

¹ Mestre em Sociologia – Unesp de Araraquara (SP). Membro do NEA (Núcleo de Estudos Agrários) - Unesp de Rio Claro (SP). E-mail: almirps05@hotmail.com.

ainda de forma rústica respondendo por uma importante parcela da produção do município. Serão estudadas como essas formas e técnicas tradicionais de se produzir se comportam diante de novas técnicas e como essas podem contribuir na melhoria e aumento da produção e consequentemente no desenvolvimento do município. Serão utilizados os estudos sobre agricultura familiar, desenvolvidos por Maria de Nazareth Baudel Wanderley, enfatizando as rupturas e permanências no campo e a atuação dos atores presentes no meio rural brasileiro.

A AGRICULTURA FAMILIAR E O HOMEM DO CAMPO

Além de apresentar a agricultura familiar em alguns aspectos quantitativos como a localização geográfica, valor e quantidade da produção, tamanho da propriedade em território nacional, regional e local, o trabalho pretende enfatizar o debate dentro da perspectiva do agricultor familiar ou o homem do campo e trazer questões materiais e imateriais presentes dentro das unidades produtivas, analisando o modo de vida, o modo como se faz e os valores, que se manifestam por meio de interações que ocorrem dentro das propriedades, quanto fora delas, na luta para manter suas condições de reprodução sócio-econômica e cultural.

Apesar da agricultura familiar não ser um tema recente, atualmente surgem novas significações que necessitam uma compreensão mais detalhada de suas práticas.

Ainda é comum a associação que se faz entre o agricultor ou produtor rural com o atraso, herança de tudo aquilo que representou o rural nos últimos séculos convivendo com um modo de vida urbano e industrial. Há uma construção social, em que se atribui ao homem do campo valores pejorativos ou depreciativos destituindo-o de qualquer valor moderno ligado ao espaço urbano.

Nesse momento temos que destacar a trajetória do agricultor familiar, que foi de extrema importância na história do Brasil, pois são eles os produtores de alimentos do país, inicialmente os índios, depois os escravos, mestiços, imigrantes, tendo esses homens grande importância para a economia brasileira (ALTAFIN, 2007).

O camponês sintetiza diversas práticas de produção familiar no Brasil, caracterizando-se por uma produção com base na policultura, se aproximando sempre do ambiente natural o qual está inserido, além de produzir para o sustento e a gestão familiar do trabalho. Em relação a imagem do camponês, Abromovay (1997, p. 74) descreve “alguém que vive em condições muito precárias, que tem um acesso nulo ou muito limitado ao sistema de crédito, que conta com

técnicas tradicionais e que não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos e competitivos”.

Mesmo que no Brasil ainda há discussão a respeito do conceito da agricultura familiar e não se chegue a um consenso, podemos afirmar que ela é um instrumento de desenvolvimento sócio-econômico do país.

As contribuições para o debate sobre o conceito de agricultura familiar vêm de várias correntes e Altafin (2007), apresenta duas delas: “a que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. A outra seria a que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas” (ALTAFIN, 2007, p. 1).

A segunda corrente parece ser mais plausível do que a primeira, pois esta não leva em consideração as raízes históricas do conceito, considerando o agricultor familiar, um sujeito moderno e recente. Segundo (Altafin, 2007, p.1), “(...) as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade”.

Contribuindo para o conceito presente na segunda corrente, Wanderley (1999), diz que o agricultor familiar, apesar de apresentar características modernas, “(...) guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que ‘enfrentar’ os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças” (WANDERLEY, 1999,p, 52).

Mesmo divergindo sobre as características da agricultura familiar, há alguns pontos em comum entre os pesquisadores sobre os princípios que a definem, como a unidade de produção, em que a terra, o trabalho e a família se relacionam.

Em relação à esses fatores, Lamarche (1993), em sua obra, reafirma também um conceito que aglutina estes fatores, quando diz que “a exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1993, p. 15).

O conceito de agricultura familiar oficial alia os critérios de tamanho da propriedade, mão de obra familiar predominante e a maior parte da renda gerada na propriedade e a gestão familiar. A lei diz que:

“(...) agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I. não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II. Utilize

predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III. Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV. dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (BRASIL, 2006).

Segundo Altafin (2007), “(...) o uso do termo ‘agricultura familiar’ no Brasil se refere a um amplo guarda-chuva conceitual, que abriga diversos tipos e situações, não apenas entre as regiões, mas dentro de cada estado, de cada município ou de um território” (ALTAFIN, 2007, p. 15).

Carneiro (1999, p. 327), em sua classificação, indica que seja “(...) voltada para análise dos processos sociais, centrada na identificação da lógica de reprodução social e nas diferentes estratégias sociais implícitas”. Essa classificação consideraria dois aspectos: a tradição e a trajetória das propriedades familiares.

Carneiro (1999), ainda ressalta que para entendermos a unidade de produção familiar, não devemos nos restringir à sua dinâmica econômica, pois o seu sucesso, advindo de renda e produtividade, não significa necessariamente uma melhoria ou bem-estar social e cultural, principalmente se esse sucesso estiver atrelado à exploração do trabalho ou a desagregação de laços de solidariedade.

É importante destacar que a agricultura familiar para as famílias que vivem no campo, é importante sua produção para o mercado, mas envolve também aspectos culturais e sociais, de forma a preservar sua identidade como o homem do campo.

Santos (1995, p. 5 e 6), descreve como é esse modo de gerenciar uma propriedade.

“(...) É o administrador do empreendimento, responsável pelos rumos estratégicos, guiando a enxada na leira da roça. É a bateção do feijão para o almoço de hoje e o pensamento no aumento do patrimônio de amanhã”.

O trabalho pretende trabalhar a agricultura familiar baseada em relações interpessoais e de trabalho, sempre pautado no modo de vida do homem do campo. Mesmo buscando trabalhar o conceito por essa visão, veremos como a agricultura familiar se apresenta em pequenos municípios, ressaltando a falta de autores que discutem o assunto. O que faremos é uma introdução de como a agricultura familiar pode contribuir para que o pequeno município de alguma forma se beneficie desse segmento.

A AGRICULTURA FAMILIAR EM PEQUENOS MUNICÍPIOS

O setor industrial em qualquer pequeno município não consegue alavancar o seu desenvolvimento, enquanto o comercial que geralmente tem uma participação maior na economia local acaba por agregar os setores urbanos, mas também o setor rural. Assim sendo, percebemos que somente o setor urbano não consegue realizar o desenvolvimento desses pequenos municípios, apesar de que no imaginário de seus habitantes, esse desenvolvimento só virá com indústrias e eles próprios conhecedores do local, não conseguem visualizar um desenvolvimento vindo do campo.

A agricultura familiar tem e terá grande importância como fonte de geração de renda, e propulsora do fortalecimento da economia local e também de resolver a questão do desemprego, além de ser ela estratégica na geração de alimentos para o país.

O grande entrave em qualquer projeto de desenvolvimento em pequenos municípios e no nosso estudo de caso não é diferente, há a urgência e necessidade de estabelecer técnicas de gerenciamento (produção, planejamento financeiro, controle do orçamento), que significa aumento de produtividade e redução nos custos da produção, o que geralmente não será uma tarefa fácil, pois o agricultor mantém ainda técnicas rústicas guiadas pelo conhecimento empírico e intuitivo, mantendo a tradição familiar.

CRISTAIS PAULISTA: INOVAÇÃO EM UM LOCAL DE TRADIÇÃO

O município de Cristais Paulista situa-se no nordeste do Estado de São Paulo,. A uma distância de aproximadamente 417 Km da capital do estado, 108 Km de Ribeirão Preto e 22 Km de Franca, interliga-se com estes dois últimos centros pela Rodovia Cândido Portinari, a principal via de acesso à cidade – SP 334.

Cristais Paulista está localizado numa das regiões mais ricas e urbanizadas do Estado de São Paulo e muito próximo a um grande centro regional que é Franca, um importante pólo do setor calçadista e também não muito distante de Ribeirão Preto, outro grande pólo do agronegócio nacional e se encontra num ponto de ligação entre o Estado de São Paulo e Minas Gerais.

O município escolhido como objeto de estudo é relevante pela característica de apresentar uma área urbana pequena em relação à área total e consequentemente uma porcentagem maior de população rural em relação à própria microrregião e também ao estado.

Possui um cenário agrícola predominante na economia local e há no município a possibilidade de desenvolvimento do turismo rural, já presente em algumas propriedades rurais. Além disso, notam-se elementos presentes no meio rural importantes para o estudo como os costumes, uma infra-estrutura simples, administração familiar, festas religiosas e certa tradição que vem dos primeiros moradores da região.

Ao fazer um resgate de sua história, nos é colocado um desafio, que é tentar desvincular em alguns momentos a sua história da história de Franca, da qual foi distrito por vários anos, enfatizando suas peculiaridades e estabelecendo as relações sócio-econômicas do local.

Em pequenos municípios as pessoas ainda se apegam as tradições, carregando consigo uma cultura, que se faz sentir nas relações sociais dos habitantes, com suas festas, atividades culturais. Esse conjunto de elementos retrata a identidade social da localidade, que traz elementos do campo para a cidade, ou seja, as ruralidades, que conforme Moreira e Gaviria (2002) expressa a junção entre as noções de rural e identidade social.

O modo de vida do habitante de Cristais Paulista estabelece vínculos com o campo, pois, é freqüente encontrar entre seus habitantes os que possuem propriedades rurais, chácaras de lazer, ou visitam a área rural em finais de semana. Na maioria das vezes encontra-se pessoas que trabalham e moram no campo ou somente trabalham no campo e moram na cidade, por ter acesso fácil a produtos e recursos não encontrados no campo. É comum encontrar no comércio da cidade estabelecimentos pertencentes a filhos de proprietários rurais ou do próprio proprietário, sendo de qualquer forma o capital vindo do campo, investido no setor urbano. Como não existe escola rural, os alunos do campo estudam na cidade, fortalecendo ainda mais os vínculos entre campo e cidade, que segundo Carneiro (1998), a ruralidade não se apresenta como oposição a urbanidade, mas como um processo de reestruturação de hábitos locais, construídos por meio da relação entre o campo e a cidade.

Ainda encontramos na cidade estabelecimentos comerciais de baixa profissionalização, contribuindo para permanência de relações de trabalho e trocas monetárias com bases familiares, como por exemplo, supermercados, cujas relações de trabalho ocorrem no interior da família, onde o filho tem como herança o estabelecimento, e trabalha com o pai, não possuindo nenhum funcionário. É notório em alguns estabelecimentos a inexistência de cartões de débito/crédito e o uso da “ficha” para a venda de produtos. Enquanto no campo, encontramos situações em que as relações de trabalho, controle da produção, o uso de tecnologias são fortemente baseadas na racionalidade técnica.

Temos aqui o dualismo posto à população das pequenas cidades: a falta de perspectiva de manutenção econômica, juntamente com a ineficiência da estrutura urbana, sofrendo

influência do modo de vida rural, construindo uma cultura rica, profunda conhecedora da natureza e vivendo uma relação forte de parentesco e de vizinhança. Na cidade de Cristais Paulista, as relações de vizinhança se sobressaem às de parentesco.

Ressaltamos que há uma interação entre valores urbanos e rurais entre os moradores das pequenas cidades, havendo até uma valorização do rural nessa relação. Não podemos negar que o morador do campo ao migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida (fala-se aqui principalmente de necessidades econômicas e educacionais), faz com que elementos urbanos se insiram na sociedade rural. Um aspecto que diferencia o habitante desses pequenos centros daqueles das grandes cidades.

Um importante elemento para iniciarmos a caracterização do espaço rural em Cristais Paulista é o clima predominante no município. Observa-se que as temperaturas oscilam entre 15°C. e 35°C., com média de 26°C. Com uma precipitação pluviométrica em torno de 1.600 mm e 1.800 mm., ocorre uma quantidade maior de chuvas nos meses de outubro à março e apresentando meses mais secos entre abril e setembro. Tem-se então um clima temperado com inverno seco.

A altitude varia entre 690 a 1062 metros em relação ao nível do mar, fazendo com que o município apresente duas regiões distintas, que influenciarão decisivamente na produção agrícola. Uma região de altiplano, com altitude entre 900 e 1.062 metros com topografia levemente ondulada e plana e outra região com altitude variando entre 690 e 850 metros, com a mesma topografia.

A hidrografia de Cristais Paulista é representada pela oitava região hidrográfica do Estado de São Paulo, que pertence à Bacia Sapucaí-Mirim/Grande, juntamente com outros 21 municípios e cinco distritos. O município de Cristais Paulista é membro do Comitê dos municípios da Bacia Hidrográfica do Sapucaí-Mirim/Grande, fazendo parte do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (MBH), Município Verde Azul e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). O município conseguiu em 2009 a melhor colocação no Projeto Município Verde Azul² da Secretaria do Meio Ambiente entre todos os municípios da região e ficou em 32º no ranking estadual em 2010. Os corpos d'água principais são o ribeirão dos Cristais, ribeirão Pouso Alto, ribeirão Canoas, ribeirão Mococa e ribeirão das Pratas.

² O governo do Estado de São Paulo lançou em 2007 um projeto ambiental, o "Município Verde", posteriormente alterado para o "Município Verde Azul". O objetivo é descentralizar a política ambiental, ganhando eficiência na gestão ambiental e valorizando a base da sociedade. O projeto propõe 10 Diretivas Ambientais que abordam questões ambientais prioritárias a serem desenvolvidas, orientadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente. As 10 Diretivas são: Esgoto Tratado, Lixo Mínimo, Recuperação da Mata Ciliar, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Habitação Sustentável, Uso da Água, Poluição do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho de Meio Ambiente.

Com relação ao solo do município, temos a ocorrência de dois tipos: o cambissolo (predominante 75%) e o nitossolo (20%) e neossolo (5%).

Segundo dados do LUPA e da Secretaria Municipal da Agricultura, o uso e ocupação do solo/cobertura vegetal mais freqüentes no município são: o cultivo de pastagem, para atividades de pecuária; pastagem natural; mata nativa: vegetação natural; cultura: podemos incluir a área de cultura permanente, o café e as de cultura anual, tais como o milho, a soja e aquelas denominadas de semi-perenes como a cana-de-açúcar que foi introduzida no município a partir de 2000 em áreas menos férteis do município. Conta-se com uma área urbanizada: compreende a área edificada do município de Cristais Paulista, incluindo áreas de uso misto e industrial, novos loteamentos e chácaras.

Cristais Paulista se constitui também por vários bairros rurais, como Água Limpa, Angolas, Areias, Bálsamo, Borda da Mata, Cachoeira, Caetetu, Chave da Taquara, Califórnia, Faquinha, Limeira, Pouso Alto, Santa Lúcia e Sapé, muitos deles datam da primeira metade do século XIX.

Outros núcleos habitacionais surgem na área rural como Água Viva, Recanto Morada dos Sonhos, Recanto Ouro Verde e Recanto Terra Brasil e também condomínios perimetrais de chácaras.

Com relação à estrutura fundiária do município, 68,4% dos produtores possuem área menor que 51 ha e são classificados como pequenos produtores, em sua maioria caracterizando-se como agricultores familiares, conforme tabela 1.

Tabela 1 - Estrutura fundiária – Cristais Paulista - 2008

Área (ha)	Nº. De propriedades	Área (ha)
0 a 20	187 (33,7%)	2.293,9 (06,12%)
20 a 50	193 (34,7%)	6.319,9 (16,85%)
50 a 100	82 (14,7%)	5.720,9 (15,26%)
100 a 200	57 (10,2%)	7.881,9 (21,02%)
200 a 500	27 (04,8%)	8.169,3 (21,79%)
500 a 1000	07 (01,2%)	4.885,3 (13,03%)
1000 a 2000	02 (0,36%)	2.223,5 (05,93%)
Total	555	34.494,70

Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário Plurianual 2010.

Nota: Dados extraídos de LUPA, 2008.

O crescimento inicial de Cristais Paulista está intimamente ligado à criação de gado e à cultura do café juntamente com a ferrovia se caracterizando como uma economia rural.

O município sempre se caracterizou pelas atividades agropecuárias. As propriedades rurais exploram em sua maioria a criação de gado e a produção de café. Algumas se destacando pela produção de cafés finos, como por exemplo, a fazenda Bom Retiro que lançou uma marca especial produzida para clientes como Pão de Açúcar, Grupo Viena, Carrefour e Walmart. Segundo levantamento censitário de produção agrícola do Estado de São Paulo (LUPA, 2008), a área do município ocupada com culturas totaliza 13.375 ha. As principais atividades produtivas da agropecuária no município são hoje, a pecuária leiteira e de corte e o café.

O setor agropecuário ganha importância nos pequenos municípios devido à dinâmica das relações sociais que propicia devido às atividades e ocupações agrícolas. Para Abramovay (1999) devido ao peso das atividades agropecuárias no campo, “elas terão durante muito tempo (...) um peso determinante”. Quando analisamos o meio rural de Cristais Paulista, os resultados apontam também para o que diz Wanderley (2001), quando afirma que apesar dos fatores de crise que têm atingido a agricultura (...), ela permanecerá por longo tempo, sendo a atividade principal e a fonte para criar alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização.

O município de Cristais Paulista participa também do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PPA) do governo federal desenvolvido em parceria com o município, como parte de uma política pública de segurança alimentar e nutricional. As ações do programa consistem em valorizar o homem no campo, a agricultura familiar, incentivar o produtor rural em relação à produção e venda de seu produto, com verbas do governo federal e municipal.

A região sempre apresentou excelentes condições para a cultura do café, em virtude de alguns fatores, como o clima, a altitude, a precipitação, o solo e principalmente à baixa umidade no período de maturação dos grãos e colheita. A qualidade do produto e a produtividade estão acima da média do país, como citado anteriormente.

O café destaca-se como o principal produto agrícola da região e do município. É a principal atividade sócio-econômica. Tem uma função social relevante devido as suas características em relação à demanda de mão de obra e demais serviços. Basicamente a economia de Cristais Paulista se fortalece na renda oriunda da cafeicultura.

Atualmente a pecuária leiteira, mesmo sendo tradicional está em decadência em um município que já foi um dos grandes produtores, principalmente os pequenos produtores que não possuem grande capacidade de investir, além de fatores como baixa produtividade, pouca união entre os produtores locais e falta de uma política para o setor. Como consequência desse fato,

os produtores de leite acabam migrando para outras atividades e até mesmo vendendo suas propriedades.

Ainda pode ser considerada significativa na economia do município, apesar dessa perda de espaço, até porque ela demanda mão de obra durante o ano todo e contribui para fixar o homem ao campo. Enquanto na cafeicultura a mão de obra é em grande parte volante e diarista, na pecuária leiteira o trabalhador reside na propriedade.

Na pecuária de corte encontramos o mais baixo nível tecnológico, mesmo com a propagação que tem no município, tratada de forma bem rústica pelo produtor, encontrando nela somente um meio de ocupação de áreas, não aproveitando o espaço que possui.

Devido à estrutura fundiária com alta porcentagem de pequenas propriedades essa atividade se limita às poucas grandes propriedades do município, que de maneira geral é explorada no sistema extensivo.

Quando se pensa no desenvolvimento local, procura-se alternativas econômicas viáveis de se realizar, buscando gerar emprego e renda. No nosso estudo de caso, o leite se apresenta como uma grande oportunidade, pois tem a possibilidade de manter os pequenos produtores rurais no campo e em sua atividade rural e também a produção do leite "*in natura*", proporcionando o desenvolvimento de uma cadeia, tem o leite como elemento central e produz seus derivados, como o queijo, o requeijão e demais produtos que contribuirão para a expansão de setores produtivos, tanto locais como regionais.

A produção de leite é baseada numa estrutura de pequenas propriedades rurais, que nos dias de hoje passam por problemas de produção e de gerenciamento, pelos baixos índices de produção, tanto em nível nacional, quanto local. Apesar de não ser a principal fonte de renda de pequenos produtores rurais, essa atividade geral uma fonte renda estável (PUDELL; RUPPENDTHAL, 2005).

Nesse cenário há uma perspectiva que o setor de pecuária leiteira pode se tornar o grande fator de desenvolvimento dos pequenos municípios e no nosso estudo, o município de Cristais Paulista. O grande desafio nesse município para que se adotem políticas para a manutenção do pequeno produtor rural em sua atividade, incluindo linhas de crédito, programas educativos, novas técnicas de gerenciamento, planejamento, visando o aumento da produção e redução dos custos, fazendo com que a propriedade familiar se torne a principal fonte de renda e de desenvolvimento para o município, é a resistência desses pequenos produtores em se inserirem nessa lógica de produção, pois eles ainda mantêm uma tradição como modos de fazer, e de gerenciais que herdaram de seus antepassados, o que torna um obstáculo difícil de ser superado.

Essa nova lógica de inovação tecnológica que busca solucionar questões e problemas relacionados à produção e ao crescimento econômico, o “que impede que se leve em consideração o capital intelectual acumulado e o conjunto de representações e práticas sociais do dos sujeitos, cuja trajetória de vida está no meio rural e na tradição, sobretudo se são da agricultura familiar” (MEDEIROS, 2008, p. 102).

A produção dos agricultores familiares nesse município apresenta algumas características que se enquadram em um modelo baseado em práticas tradicionais, mas que ao mesmo tempo, não se restringe à ela, aceitando a incorporação de técnicas modernas.

Mas essa aceitação não é de forma alguma pacífica, está permeada por resistências e uma submissão incompleta. Medeiros (2008), confirma que “o agricultor mantém práticas da tradição, como a ordenha manual, mas adere a outras de padrões modernos, como o tanque de expansão”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em se tratando de uma proposta de trabalho, apesar de ter-se um estudo sobre o município de Cristais Paulista, no que se refere ao estudo sobre o homem do campo e a agricultura familiar nesse município, ele ainda está em andamento e a pesquisa para ser realizada. O que propomos para discussão no trabalho é resultado de leituras sobre o tema e parte de pesquisa empírica resultante da dissertação de mestrado realizada no estudo desse local.

Analisando a propriedade, produção e a inserção do mercado, apesar da influência de práticas modernas sobre as tradicionais, não houve ruptura dos pequenos produtores com a maneira tradicional de realizar a rotina de trabalho. O gerenciamento das propriedades obedece também uma racionalidade própria de homem do campo, não significando ignorância, mas sim, o seu próprio entendimento de como as coisas funcionam.

Enfim, o trabalho pretende aprofundar a análise de permanência e ruptura das práticas do homem do campo que ainda permanecem vivas no meio rural e de que forma isso se torna um empecilho para que a agricultura familiar contribua para a própria sobrevivência desse homem e para o desenvolvimento e crescimento econômico do local ao qual está inserido.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. *São Paulo em Perspectiva* – Abr/jun, vol. 11, nº 2, p. 73-78. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1997/Agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 18/12/2012.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma agrária* – revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Brasília, n. 1, v. 28, jan./ago., 1999.

ALTAFIN, Iara. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Disponível em: <<http://www.agroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>>. Acesso em: 13/12/2012.

BRASIL (2006). *Lei 11.326, de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C.; BRUNO, R.; MOREIRA, Roberto José. (Orgs.). *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, PP. 323-344, 1999.

FERREIRA, Célia Regina Caetano. *Como o agricultor familiar pode conseguir e manter o financiamento rural e como se dá a relação com os bancos*. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em <<http://mda.gov.br/saf/arquivos/1137912740.doc>>. Acesso em: 30/11/2012.

CRISTAIS PAULISTA (SP). Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente. *Plano municipal de desenvolvimento agropecuário* – Plurianual 2010. Cristais Paulista: SAMA, 2010.

GAZETA DE CRISTAIS. *Em revista Cristais Paulista*. Cristais Paulista (SP), setembro de 2005. Disponível em: < <http://pt.calameo.com/read/0004022014c1f2a74cb17>>. Acesso em: 23 jul. 2009.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*, vol. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MEDEIROS, Sonise dos Santos. *Representações e práticas tradicionais diante da inovação tecnológica: dimensões socioambientais do caso da pecuária bovina de leite*. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

MOREIRA, Roberto José. GAVIRIA, Margarita Rosa. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade Taquari. *Estudos sociedade e agricultura*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 47-72, abr. 2002.

PUDELL, Valmir; RUPPENTHAL, Janis Elisa. A agricultura familiar, como propulsora do desenvolvimento nos pequenos municípios brasileiros. In: *XII SIMPEP*. Bauru, 2005.
SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Edusp, 2008.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. *Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008*. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (Org.). *¿Una nueva ruralidad em America Latina?* Buenos Aires: CLASCO, 2001. Disponível em: <[://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2009.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

DATALURE - BANCO DE DADOS DAS LUTAS E RESISTÊNCIAS ÀS POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO TERRITORIAL NO VALE DO JAGUARIBE – CEARÁ

Francisco Antonio da Silva¹; Alan Robson da Silva² (Universidade Estadual do Ceará)
francisco.antonio@uece.br; alan.silva@aluno.uece.br

Programa de Iniciação Científica (IC/UECE)

GT 4: Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

Resumo

O trabalho é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido nas regiões do Baixo e Médio Jaguaribe, no Estado do Ceará, que objetiva realizar o levantamento de documentação referente aos conflitos por terra e água decorrentes da modernização territorial empreendida pela União e o Estado do Ceará, através da instalação dos projetos de Irrigação Jaguaribe-Apodi (nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré), Tabuleiro de Russas (Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova) e as obras hídricas Barragem de Figueiredo (em Iracema) e Açude Castanhão (Alto Santo). O trabalho pretende colocar em evidência os problemas socioambientais decorrentes da instalação dessa infraestrutura que visa o estabelecimento das condições necessárias para o desenvolvimento do agronegócio e ampliar a presença do capital no campo, através do incentivo ao hidronegócio, o que nos permite problematizar o modelo de desenvolvimento empreendido pelo Estado. Nossa hipótese central é que este processo de modernização do território vem acompanhado da ampliação e acirramento dos conflitos por terra e água. A expropriação e expulsão dos camponeses de seus locais de moradia e trabalho, assim como a contaminação das águas e dos solos pelo uso indiscriminado de agrotóxicos são alguns dos resultados da intervenção do poder público e das grandes empresas agrícolas. A documentação coletada está sendo organizada em um banco de dados com o propósito de disponibilizar à comunidade acadêmica e a sociedade civil, de maneira geral, um acervo documental que atualmente encontra-se disperso em inúmeros trabalhos acadêmicos, instituições públicas e meios

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Curso de História e coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Universidade Estadual do Ceará. Coordena o subprojeto *A Formação da Consciência Histórica: articulações entre metodologia e prática no ensino de História*, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

² Estudante do Curso de História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), da Universidade Estadual do Ceará, Campus de Limoeiro do Norte. Bolsista do Projeto de Iniciação Científica (IC-UECE) intitulado *Nos escombros do passado: levantamento e catalogação de fontes das lutas e resistências às obras de modernização territorial nas regiões do baixo e médio Jaguaribe, Estado do Ceará (1985-2014)*.

de comunicação, que servirá de base para a análise crítica dos conflitos agrários e socioambientais nas regiões do Médio e Baixo Jaguaribe.

Palavras-Chave: Banco de Dados; Conflitos Socioambientais; Políticas Públicas; Campesinato.

1 O BANCO DE DADOS E ÁREA DE ABRANGÊNCIA

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Walter Benjamin, *Sobre o Conceito de História*.

O Banco de Dados das Lutas e Resistências à Política de Modernização Territorial no Vale do Jaguaribe – Ceará (DATALURE) é o resultado de um projeto de pesquisa selecionado na Chamada Pública de Seleção nº 19/2014 para o Programa de Iniciação Científica IC/UECE – 2014/2015. Tem como objetivo realizar o levantamento e catalogação de fontes/documentos que revelam os projetos, as experiências, as lutas e resistências das populações atingidas pelas políticas de modernização territorial nas regiões do baixo e médio Jaguaribe, para que não se perca esse passado de lutas, resistências, opressão e utopias e possibilite a elaboração de um acervo documental que contribua para fornecer pistas e elementos para a construção de futuras narrativas que tenham nessas experiências, esperanças, frustrações e sofrimentos acumulados seus fundamentos.

O projeto de pesquisa que deu origem ao DATALURE, intitulado *Nos escombros do passado: levantamento e catalogação de fontes das lutas e resistências às obras de modernização territorial nas regiões do baixo e médio Jaguaribe, Estado do Ceará (1985-2014)*, teve como foco o levantamento e catalogação de fontes/documentos referentes aos conflitos por terra e água decorrentes da modernização do território nas regiões do Baixo e Médio Jaguaribe, interior do Estado do Ceará, centrado nos projetos de Irrigação Jaguaribe-Apodi (localizado nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré), Tabuleiros de Russas (nos municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova) e nas obras hídricas Barragem de Figueiredo e Açude Castanhão (ambos localizados no município de Alto Santo).

Em trabalho anterior (SILVA e SILVA, 2014), demonstramos que as regiões do Baixo e Médio Jaguaribe têm passado por um intenso processo de modernização territorial iniciado no final da década de 1980 com a implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, localizado na Chapada do Apodi (municípios de Quixeré e Limoeiro do Norte), na fronteira entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Já em 1995 teve início a construção do Açude Castanhão, o maior açude público para múltiplos usos do Brasil, que levou à submersão da cidade de Jaguaribara, depois de 10 anos de luta e resistência à construção dessa obra.

Com a garantia do fornecimento de água para a irrigação o DNOCS deu início às obras da segunda etapa do Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas, outra obra que vem causando sérios conflitos na região, especialmente pela destruição de comunidades tradicionais do município de Russas, como Lagoa dos Cavalos e Peixe, além da expropriação camponesa que resulta na desorganização da produção e das formas de organização social. Segundo Nunes (2014, p. 2), a primeira etapa desse projeto teve fins dos anos 1980 “desapropriando uma vasta área, onde se localizavam 22 comunidades”. Entre 2003 e 2004 tem início a segunda etapa que trouxe “consigo novas desapropriações e maiores investimentos, fazendo com que o perímetro começasse a operar de forma mais efetiva, inclusive com a chegada de grandes empresas do agronegócio”.

Na primeira etapa do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas foram desapropriadas as comunidades de Lagoa Salgada, Massapê de Fora, Massapê de Dentro, Lagoa da Várzea, Sussuarana, Paraíba, Povoado do Marí, Canafístula de Baixo, Baixio dos Azuis, Sítio Córrego Vinte e Um, Córrego dos Estácios, Germana, Açude dos Venâncios, Córrego Salgado, Tanquinhos, Lagoa da Roça, Umari, Iracema, Capece, Liberdade, Baixio Verde e Lagoinha (NUNES, op. cit., p. 2).

Outro projeto polêmico que também tem causado transtornos às comunidades camponesas foi a construção da Barragem de Figueiredo, que também desapropriou e desalojou muitas comunidades tradicionais da região, seguindo o *modus operandi* da intervenção estatal no que diz respeito a violações de direitos das populações nessa região estratégica para a expansão do capital.

E a história em seu eterno retorno. Desta vez são comunidades camponesas dos municípios de Potiretama e Iracema. Mas na década de 1990 uma cidade foi realocada

no mapa, Jaguaribara, com a construção do Açude Castanhão, cuja barragem localiza-se no município de Alto Santo. Outras comunidades camponesas como Lagoa dos Cavalos, Sussuarana, Peixe e Bananeiras no município de Russas, enfrentam os processos simultâneos de desalojamento e expropriação, pois o simples realocamento não garante as condições de reprodução da existência, como demonstraram a Nova Jaguaribara³ e tantas outras populações realocadas pelo país, que não conseguem reorganizar suas estruturas de existência, nem mesmo nos padrões mínimos de reprodução das sociabilidades anteriores, que já eram consideradas “atrasadas” pela *intelligentsia* nacional.

Parece pouco significativo o elenco desses casos. E parece, pelo menos para a maioria da população do Vale do Jaguaribe, no Estado do Ceará, diante do progresso e do desenvolvimento decorrentes do processo de modernização da infraestrutura hídrica e das condições de acesso à terra ou sua propriedade. Afinal de contas o que essa população atrasada representa em termos de desenvolvimento para a região?

Se utilizarmos a dimensão da visibilidade social ou identitária os camponeses não terão espaço na história da formação social do Vale do Jaguaribe, tendo em vista o culto à colonização europeia e a seus descendentes. A história dos vencedores está registrada nos esquemas de comportamento e interpretação do mundo, barreira castanhesca ao curso das ideias, como o rio encontra seu algoz⁴.

³ “Jaguaribara, hoje, se encontra sob as águas da barragem do Castanhão. O Município localizava-se 57 a 283 km de Fortaleza e era acessado pela BR 116, ou pela CE 262 (SDU, 1996); ligava-se por uma estrada municipal a Jaguaretama através de uma passagem molhada no rio Jaguaribe. O Município possuía uma área de 731 km², limitava-se ao norte com o Município de Alto Santo, ao sul com Jaguaribe, ao leste com Iracema e ao oeste com Jaguaretama. Jaguaribara situava-se à margem direita do rio Jaguaribe” (BRAZ, 2011, p. 87). Em julho de 2001 foi feita a cerimônia de entrega de chaves da nova cidade. Segundo a autora “Nova Jaguaribara, cidade construída para receber a população deslocada compulsoriamente do Município que foi submerso, foi projetada com casas padronizadas, ruas e calçadas geometricamente definidas dentro de uma lógica urbana. A cidade possui saneamento básico; as casas foram construídas com recuos laterais, frontais e nos fundos, possibilitando a circulação de ar e iluminação natural; são dotadas de instalações elétricas, telefônicas, hidráulicas e sanitárias. A cidade é a primeira planejada no Estado do Ceará com cobertura total de serviços de saneamento básico” (BRAZ, op. cit., p. 59).

⁴ A metáfora relaciona-se ao açude Castanhão, que barra o rio Jaguaribe nos limites das regiões do Médio e Baixo Jaguaribe, no município de Alto Santo, no Estado do Ceará. O rio Jaguaribe percorre um trajeto aproximado de 633 km, desde as suas nascentes na Serra da Joanhina – no Município de Tauá – até a sua foz no Oceano Atlântico. Sua bacia drena uma área correspondente a 48% do Estado do Ceará – beneficiando 81 municípios – perfazendo um total de 72.043 km². A mesma, por ser muito grande e heterogênea, foi dividida em 5 regiões hidrográficas: Alto Jaguaribe, Salgado, Banabuiú, Médio Jaguaribe e Baixo Jaguaribe.

Como o rio, barrado em diversos cenários geográficos, inalcançados pela percepção dos sujeitos vencidos como o “anjo da história”, as lutas são territoriais. Os vencidos travam uma luta por seus territórios que, no final das contas, acaba na comemoração dos adversários. Mas persistem, como persiste o adversário. Esse, no singular para expressar a força hegemônica daqueles que decidem os rumos da história baseados nos princípios do progresso.

Atualmente as comunidades camponesas e seus aliados, alguns impensáveis há algumas décadas, como o curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará⁵, apresentam uma realidade que contradiz e se opõe às forças hegemônicas do progresso.

Por cerca de uma década a população do município de Jaguaribara resistiu à construção do Açude Castanhão, luta na qual se envolveu o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e o Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC). Os vestígios dessa luta estão registrados em diversas pesquisas acadêmicas, artigos científicos, arquivos audiovisuais e na Casa da Memória de Jaguaribara⁶.

⁵ O Departamento de Saúde Comunitária da Universidade Federal do Ceará, através do Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade (TRAMAS), desenvolve trabalhos de extrema relevância na região do Baixo Jaguaribe sobre os efeitos do uso de agrotóxicos na saúde das populações dos municípios que sediam as grandes empresas nacionais e estrangeiras de produção de produtos agrícolas para exportação. O TRAMAS é coordenado pela professora Raquel Rigotto, cujo trabalho tem articulado diversos pesquisadores e comunidades camponesas da região e resultou em diversos trabalhos como o [Dossiê dos Perímetros Irrigados: Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido](#), além de inúmeros artigos científicos e orientações de trabalhos acadêmicos.

⁶ Ver de BRAZ, M. M. A. Jaguaribara e Nova Jaguaribara: lutas políticas entre Estado e sociedade. In: Maria do Socorro Vasconcelos. (Org.). **Educação e Liberdade**. Fortaleza-CE: Brasil Tropical, 2004; **Águas para o Ceará**: experiências de trabalhadores a partir da construção do Complexo Castanhão. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2011; **Nova Jaguaribara**: Representações sobre o modo de vida urbano. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Fortaleza, UFC, 2005; Ação Popular no contexto da construção da barragem do Castanhão: um resgate dos movimentos sociais. In: Anais. **Encuentro Latinoamericano de Ciencias Sociales y Represas**: Salvador: EDUFBA, 2008; BORGES, Manfredo Cássio de Aguiar. **A face oculta da barragem do Castanhão**. Em defesa da engenharia nacional. Fortaleza: Imoppec, 1999; CAVALCANTE, Antonio Sérgio Montenegro. **Nova Jaguaribara**: De uma ação mitigadora a uma cidade planejada. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – UECE: Fortaleza, 2006; FREIRE, E. S. Memória de Velhos e Historicidade Oral em Jaguaribara, CE: A Luta de um Povo contra o Dilúvio da Oficialidade. In: **49ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, 1997, Belo Horizonte. Anais da 49ª Reunião Anual da SBPC e Resistindo contra as águas: Jaguaribara/Ceará e suas memórias. In **Estudos de História**. Franca, v.5, n.1, 1998, p. 155 – 168; IMOPEC. **Jaguaribara, resistindo e Vivendo**. Dez anos de luta do Castanhão. Fortaleza: Imoppec, 1995; LIMA, Francisco Pardaillan Farias Lima. **Castanhão**: do sonho à realidade. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda.,

Quanto aos projetos de irrigação Jaguaribe-Apodi e Tabuleiros de Russas há uma vasta literatura, que coloca em evidência os conflitos socioambientais e a nova configuração do território e das condições de vida das populações camponesas diante dos processos de expropriação⁷. O primeiro tem ganhado destaque nacional em virtude

2007; MONTE, Francisca Sylvania de Sousa. **O uso e controle das águas no processo de modernização do estado do Ceará**: o caso da barragem Castanhão. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, 2005; NASCIMENTO, Maria Anezilany Gomes do. **“Nem parece o tempo que vocês jogavam biriba na calçada”**: o lugar em Nova Jaguaribara. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – UECE: Fortaleza, 2003; SILVA, Vicente de Paulo da. **Destruição e reconstrução simbólica em tempos de modernização**. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana) - USP: São Paulo, 1995; PEROTE, Lícia Tereza Rodrigues. **Jaguaribara**: a cidade submersa. História de uma cidade planejada no sertão do Ceará. Dissertação de Mestrado. Campinas: PUC Campinas, 2006; SILVA, Francisco Isac. **Jaguaribara de Santa Rosa**. Fortaleza: IMOPEC, 1999 e **O sertão que virou mar**. Fortaleza: Premium, 2007; SILVEIRA, Edvanir Maia de. **Naufrágio de uma cidade**: história da resistência da população da cidade de Jaguaribara à sua submersão pela construção da barragem Castanhão. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho: Franca – SP: 2000.

⁷ Ver ALEXANDRE, S. F. **Estudo dos agravos à saúde dos trabalhadores expostos a agrotóxicos no agronegócio do abacaxi em Limoeiro do Norte – Ceará**. 2009. 250 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)– Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009; ALVES, Maria Odete. **Mercado, arame e estado**: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará./Maria Odete Alves. (Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. Brasília, 2012; ARAÚJO, R. L. de. **Organização espacial e questão ambiental**: o caso da cidade de Limoeiro do Norte – Ceará. Fortaleza: UFC, 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente); BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **A fruticultura no Nordeste semiárido**: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho. 2012. 376p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012 e **Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste**. 2008. 259p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008; BRAGA, Lara de Queiroz Viana. **Agronegócio cercando agroecologia**: modo de vida e conflito socioambiental em comunidades agrícolas de Tabuleiro de Russas, Ceará. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011; BRISSAC, S. **O Projeto de irrigação Tabuleiro de Russas e seus impactos nas comunidades situadas na área**. Nota Técnica n. 05/09. Fortaleza, 2009; CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo. **Modernização da agricultura e urbanização em Limoeiro do Norte**: transformações socioespaciais. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004; COSTA, R. E. B. **Modernização agrícola conservadora e as alterações socioespaciais no distrito de Lagoinha- Quixeré (CE)**. Limoeiro do Norte-CE. 2006. 74 f. Monografia (Especialização em Meio Ambiente) – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2006; Denise de Souza Elias. (Org.). **O Novo Espaço da Produção Globalizada**: o Baixo Jaguaribe (Ce). Fortaleza: Funece, 2002 e Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA** (UNESP), Presidente Prudente (SP), v. 1, n.8, p. 29-51, 2006b; ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Org.). **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**. 1 ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006^a; FREITAS, Bernadete M. C. **Marcas da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi**: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 181p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010. Da mesma autora ver também Expansão da fronteira agrícola capitalista e disputas territoriais na Chapada do Apodi, Ceará. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Uberlândia (MG), 2012; BARBOSA, W. C. C.; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. A questão dos agrotóxicos na Chapada do Apodí-Ce: análise da legislação e implicações à saúde e ambiente. In: **XVII Encontro Nacional de Geógrafos**, Belo Horizonte, 2012; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho; ALMEIDA, D. G. Impactos socioambientais da modernização da agricultura no território da Chapada do Apodi. In: **XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**, 2010, Porto Alegre; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho; VASCONCELOS, Tereza Sandra Lóiola; LIMA, Luiz Cruz. Modernização da Agricultura no Ceará e implicações socioterritoriais no Baixo Jaguaribe e Acaraú. In: **X ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDOS GEÓGRAFOS**, 2009, Campina Grande-PB, p. 475-478; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho; LIMA,

das pesquisas do TRAMAS - Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade – da Universidade Federal do Ceará, e da morte do líder comunitário e ambientalista José Maria Filho, assassinado com 25 tiros no dia 21 de abril de 2010, cujos acusados como mandantes são grandes empresários da fruticultura instalados no projeto. A morte do líder comunitário, conhecido como Zé Maria do Tomé, mobilizou uma série de movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a Via Campesina e sindicatos de trabalhadores rurais, Cáritas Diocesana e as paróquias de Limoeiro do Norte e Quixeré, resultando na formação do Movimento 21, que reúne movimentos sociais, Igreja Católica, professores da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, campus da Universidade Estadual do Ceará, e Instituto Federal de Educação Tecnológica, ambos localizados em Limoeiro do Norte.

É preciso ressaltar também o papel desempenhado pelo Ministério Público Federal, através da Procuradoria da República no Município de Limoeiro do Norte, que tem acolhido as denúncias e reivindicações das populações que vivenciam problemas socioambientais na região, mediando os conflitos ambientais entre as empresas do agronegócio, o Estado e as populações atingidas. A Rede Nacional de Advogadas e

Luiz Cruz. A metamorfose do espaço da Chapada do Apodi e suas repercussões socioterritoriais. In: **VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE**, 2009, Curitiba; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho; LIMA, Luiz Cruz. O "novo" e o "velho" modo de produção agrícola na Chapada do Apodi. In: **Semana dos Geógrafos do Ceará**, 2008, Fortaleza; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho; CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo. Modernização da Agricultura e Desterritorialização de Produtores Familiares na Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte-Ceará. In: **IV Seminário do Dia do Geógrafo**, 2007, Fortaleza. Atuação, Formação e Legitimação do Geógrafo na Sociedade. Fortaleza: EdUECE, 2007; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho; RIGOTTO, Raquel Maria. Recriação e resistência camponesa e a questão dos agrotóxicos no contexto de subordinação da renda da terra ao capital no Ceará. In: **VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária, VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, I Jornada de Geografia das Águas**. João Pessoa-PB, 2013;; MARINHO, Alice M. C. P. **Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe – CE: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente**. Tese (Doutorado em Saúde Pública). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010; MUNIZ, Alessandra Maria Vieira. **Reestruturação produtiva e trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe: mudanças, permanências, desafios e tendências**. 2004. 318f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004; PERES, Frederico, MOREIRA, Josino Costa, LUZ, Claudio. Os impactos dos agrotóxicos sobre a saúde e o ambiente. In **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, Mar. 2007; PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo [et. al.]. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciência e Saúde Coletiva** (Impresso), v. 18, p. 3213-3222, 2013; RIGOTTO, Raquel et al. **Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos**. Documento síntese dos resultados parciais da pesquisa. Fortaleza: UFC: Tramas, ago. 2010; RIGOTTO, Raquel. **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Ed: UFC. Fortaleza. 2011; SOARES, H.S. Elementos para uma geografia histórica do baixo Jaguaribe: as transformações do espaço agrário regional. **Revista Propostas Alternativas** do Instituto da Memória do Povo Cearense. Fortaleza, pp. 5-10, 2000.

Advogados Populares (RENAP), também tem exercido um papel muito importante no acompanhamento e denúncias dos conflitos e injustiças ambientais.

A barragem de Figueiredo foi apresentada pelos governos federal e estadual como um empreendimento essencial para o combate às secas e de incentivo à agricultura irrigada, garantindo, ao mesmo tempo, água para consumo humano nos municípios de Alto Santo, Ererê, Iracema, Pereiro e Potiretama e a irrigação de propriedades agrícolas na Chapada do Atanásio e no Baixo Jaguaribe. No entanto, as contestações ao empreendimento o acompanharam desde o início, sendo formada inclusive a Comissão dos Atingidos pela Barragem do Figueiredo, que reúne cerca de 300 famílias da localidade de Lapa, no município de Potiretama, distrito de São José dos Famas, Assentamento Boa Esperança e localidade de Água Nova, em Iracema. Segundo Cassundé et. al. (2012, p. 6), “Os moradores denunciam o descaso do poder público em relação aos processos de indenização e reassentamento das famílias, a construção de suas moradias, espaços de convivência e de agricultura familiar”, resultando na piora da qualidade de vida das populações atingidas, tendo em vista que “muitos agricultores foram expropriados de suas áreas de vazantes, campos de pastagens, campineiros e demais adiaforos que permitiam a sobrevivência das famílias e de seus rebanhos” (CASSUNDÉ [et. al.], op. cit., p. 27).

Os projetos hídricos de barragens e açudes evidenciam impactos ameaçadores ao ambiente e a população atingida (casos da barragem de Figueiredo e Açude Castanhão), assim como os projetos de irrigação têm causados danos como doenças não transmissíveis ou crônicas, piora na qualidade de vida, insegurança alimentar, contaminação por agrotóxicos (comunidades no entorno e inseridas nos projetos de irrigação, solo, água superficial e subterrânea e vegetação).

1.1 HOSPEDAGEM E ESTRUTURA DO BANCO DE DADOS

O DATALURE está organizado em forma de repositório digital hospedado no servidor da Universidade Estadual do Ceará, no site <http://www.uece.br/datalure>, no qual é feita uma apresentação geral do projeto de pesquisa que deu origem ao mesmo e uma descrição geral do banco de dados, conforme a imagem abaixo:

Figura 1: Página inicial do site do Datalure.

A página inicial do site do banco de dados é dedicada à publicação de notícias de interesse do projeto como eventos, apresentação de trabalhos e temas relacionados aos conflitos socioambientais.

No menu *Serviços* localiza-se o repositório digital do banco de dados e as orientações aos usuários. O repositório digital é constituído das seguintes pastas: Artigo, Ata, Cartilha/Manual, Diagnóstico, Dissertação/Tese, Dossiê, Entrevista, Institucional, Laudo, Mapa, Monografia, Notícias, Relatório, Reportagem, Vídeo/Documentário e Outros. Depois da etapa de levantamento dos documentos é elaborada uma ficha de descrição e comentário de cada documento com as seguintes informações: título, tema/assunto, autor/instituição, local/data, palavras-chave, tipo de documento, suporte do documento, referência bibliográfica, link para acesso ao documento original, descrição do documento, observações relevantes e responsáveis pela elaboração da ficha.

Essas

informações oferecem ao usuário uma visão ampla do documento a ser consultado e são disponibilizadas nas respectivas pastas do repositório digital.

Figura 2: Estrutura do DATALURE

A sessão seguinte do trabalho discutirá alguns dos temas catalogados no banco de dados e a relação dos mesmos com o contexto mais geral da política e da economia, com enfoque na expansão do capital na região e as violações de direitos decorrentes.

2 AS “RUÍNAS DO PROGRESSO” NO VALE DO JAGUARIBE

Os problemas e conflitos socioambientais recentes na região do vale do Jaguaribe, desencadeados por políticas públicas de modernização do território através da instalação de infraestrutura hídrica e projetos de irrigação, não podem ser compreendidos fora do contexto da expansão do capitalismo e do capital em todas as dimensões da vida humana.

Para começar é importante observarmos que há dois problemas centrais ao falarmos em expansão do capitalismo. O primeiro é que sem os cuidados necessários corre-se o risco de sermos redundantes, pois o modo de produção capitalista é auto-expansivo, uma máxima de sua tendência histórica. A necessidade de perpetuar a reprodução do capital faz do capitalismo um sistema social existente apenas sob condições expansivas. Karl Marx destacou a tendência histórica de mercadificação e monetarização crescente, seja de produtos do trabalho humano ou não (HUNT; SHERMAN, 1992).

O segundo problema é que ao referir-se à expansão do capitalismo não se quer dizer que se expanda apenas em espaços nos quais já existem relações capitalistas de produção. A reprodução do capital pode ocorrer inclusive em formações sociais não-capitalistas, como foi o caso do período colonial brasileiro, no qual internamente o escravismo era a marca maior na produção, no entanto, a lógica agrária e escravista da economia brasileira se encontrava submetida internacionalmente aos imperativos do capitalismo nascente (PRADO JR, 2006), principalmente pelo “trato de escravos”. Segundo Alencastro (2000, p. 29), “o trato negreiro não se reduz ao comércio de negros: extrapola o registro das operações de compra, transporte e venda de africanos para

moldar o conjunto da economia, da demografia, da sociedade e da política da América portuguesa”.

Então o que queremos dizer quando nos referimos à expansão do capitalismo? Nossa pesquisa tem como cenário as comunidades camponesas localizadas na região do baixo e médio Jaguaribe, onde os projetos de modernização trouxeram consigo diversos conflitos socioambientais, envolvendo por um lado o Estado (governos federal, estadual e municipais) e, por outro, as comunidades vítimas das violações de direitos (violações de direito à participação política, à terra, ao território e aos direitos culturais, à água, ao meio ambiente, ao trabalho e à saúde).

Nesse contexto falar em expansão do capitalismo significa falar na expansão das relações capitalistas de produção, cujos principais elementos são a separação dos trabalhadores camponeses de seus meios de produção, principalmente a terra, o assalariamento, a subjugação da terra às relações capitalistas de produção, a mercadificação e a monetarização crescente das relações sociais.

Na região do baixo e médio Jaguaribe as iniciativas de expansão das relações capitalistas são realizadas tanto pelo Estado como pelas empresas do agronegócio, respectivamente. A partir das últimas décadas do século XX houve no Estado do Ceará uma reestruturação produtiva, visando, principalmente, incluir a região nos novos parâmetros socioeconômicos da economia global (QUITILIANO; LIMA, 2008). Foi durante a inserção do Estado cearense na economia global que o vale do Jaguaribe se tornou uma região atraente ao capital nacional e estrangeiro.

Assim, foram priorizados os espaços de vocação natural, onde a união entre recursos naturais e humanos propiciavam a implantação de empreendimentos industriais. A grande disponibilidade de luz solar e de terras agricultáveis, incentivos fiscais, a disponibilidade de água através do rio Jaguaribe e seus afluentes e de uma vasta e barata mão-de-obra, tornou o vale do Jaguaribe uma região propícia às atividades agroindustriais.

Como forma de garantir a oferta de água para os novos empreendimentos foi instalada na região uma mega infraestrutura hídrica, composta de açudes, barragens, eixos de integração (como o Canal da Integração e o Canal do Trabalhador que ligam diretamente o rio Jaguaribe e o Açude Castanhão à região metropolitana de Fortaleza). Além disso, também se encontra em andamento o Projeto Cinturão das Águas, uma obra

de integração de 12 bacias hidrográficas de todas as regiões do Estado do Ceará, a partir da Transposição do Rio São Francisco, cobrindo uma área de 1.300 km.

As obras de infraestrutura hídrica conferiram ao Ceará o melhor sistema de gerenciamento hídrico do Brasil. A disponibilidade hídrica veio a somar com a disponibilidade de terras proporcionada pelos perímetros irrigados construídos pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Assim, a reestruturação socioespacial verificada no Ceará a partir dos anos de 1987, com o primeiro Governo das Mudanças, de Tasso Jereissati (1987 – 1991), reorientaram a economia cearense para atrair investimentos e empreendimentos nacionais e estrangeiros. Nesse contexto as comunidades camponesas passaram a ter suas práticas de trabalho e subsistência afetadas diretamente por empreendimentos do Estado ou da agroindústria.

Tal cenário tem provocado diversos conflitos nos últimos trinta anos entre as populações locais, em sua grande maioria composta por pequenos produtores familiares e os empreendimentos agroindustriais e do Estado. A região do baixo e médio Jaguaribe se destaca no volume de conflitos devido à quantidade de empreendimentos, principalmente, pela construção do Açude Castanhão, com capacidade de mais de 6 bilhões m³ de água e devido a instalação de perímetros irrigados como o Jaguaribe/Apodi e Tabuleiro de Russas. Em todos estes casos o Estado foi agente central no remanejamento das famílias camponesas expropriadas para a construção destes empreendimentos.

Mais que conflitos por água e terra a região do baixo e médio Jaguaribe é marcada pela luta e resistência de milhares de famílias camponesas que reivindicam, para além do direito ao acesso à terra e à água, a possibilidade de continuarem existindo sob o modo de subsistência camponês, preservando seus hábitos e costumes.

Em 2013 diversas famílias de pequenos agricultores acabaram por ocupar o canteiro de obras do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, o que seria a culminância de longo processo reivindicatório contra os acordos descumpridos pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Os mais de 200 agricultores pressionaram pelo cumprimento do reassentamento de 120 famílias que moravam no local onde foi instalado o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas e das 45 que residiam no entorno da

Barragem do Figueiredo, localizado em Alto Santo, previsto nos Termos de Ajuste de Conduta (TAC), assinados no Ministério Público Federal.

Até então o DNOCS havia reassentado menos da metade das famílias e sem qualquer infraestrutura como água, energia elétrica, cisternas de placa ou possibilidades de subsistência, como acesso à terra, além de não terem recebido o auxílio mensal e cestas básicas previsto no TAC. As demais famílias não reassentadas, pela situação de abandono e descaso, encontravam-se abrigadas em casas de familiares, amigos e comunidades vizinhas.

Em outubro de 2013 cerca de quinhentos manifestantes, pequenos agricultores e famílias, ocuparam a CE - 138, que liga o município de Iracema a Alto Santo. O ato foi direcionado ao Estado, representado pelo DNOCS, órgão responsável pela desapropriação de mais de duzentas famílias de comunidades rurais dos municípios de Iracema e Potiretama para a construção da barragem de Figueiredo, no leito do rio Figueiredo, afluente do rio Jaguaribe. A obra foi financiada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e segundo o governo do Estado, possibilitaria a criação de diversos empregos diretos na piscicultura, na manutenção de projeto irrigado de fruticultura na região e no abastecimento humano e industrial de diversos municípios da região.

Além da insatisfação pela perda de suas residências e comunidades os manifestantes reclamaram do descaso do DNOCS com as famílias desalojadas. Famílias de comunidades rurais como Lapa (Potiretama), Distrito de São José dos Famas, Assentamento Boa Esperança e localidade de Água Nova (Iracema), formaram uma comissão para representar as famílias atingidas pela barragem de Figueiredo, reclamando a demora do órgão em pagar as indenizações às famílias desapropriadas, acusando o Estado ainda de descaso com as famílias desalojadas, colocando estas em residências precárias, sem água ou luz elétrica, fazendo com que jovens e crianças da comunidade se deslocassem cerca de 20 Km para terem acesso à escola básica, situação bem diferente de antes quando os jovens tinham acesso à escola nas próprias comunidades.

Como já citado, não são apenas as ações do Estado produtoras de conflitos na região, os empreendimentos agroindustriais compõem uma das principais frentes de conflitos locais. A maior parte das instalações agroindustriais encontra-se nos

perímetros irrigados instalados na região, como é o caso do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, no quais se verifica um extenso processo de luta de famílias camponesas pelo direito a lotes de terras destinados às famílias de pequenos produtores e que se encontravam em parte sob o uso ilegal de grandes empresas agrícolas, culminando na ocupação da segunda etapa do Perímetro Irrigado Jaguaribe/Apodi em maio de 2014, ato organizado por mais de mil famílias de pequenos produtores da região e do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), com o apoio de diversas entidades, movimentos sociais e instituições, como Cáritas diocesana de Limoeiro do Norte, Faculdade de Filosofia D. Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE, Universidade Federal do Ceará (UFC) e Movimento 21.

Foram nas mediações do Perímetro Irrigado Jaguaribe/Apodi que ocorreu em 21 de abril de 2010 o assassinato do líder comunitário e ambientalista José Maria Filho, conhecido como Zé Maria do Tomé, por residir na comunidade rural de Tomé, município de Limoeiro do Norte – CE. O crime foi motivado pela forte militância de Zé Maria contra o uso indiscriminado de agrotóxicos na Chapada do Apodi, área de localização do Perímetro Irrigado Jaguaribe/Apodi e várias comunidades rurais.

O uso indiscriminado de agrotóxicos na região tem sido um dos principais catalisadores de conflitos e a temática tem sido observada e denunciada por diversos órgão e entidades como o Ministério Público Federal, Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Núcleo TRAMAS da Universidade Federal do Ceará, Movimento 21 (criado como forma de protesto e continuação da luta contra o uso abusivo de agrotóxicos encabeçada por Zé Maria do Tomé), além de entidades como o Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador do Ceará (CEREST), que tem denunciado os altos índices de morte por contaminação de agrotóxicos na região. Os índices elevaram-se na região após a instalação de empresas agrícolas segundo estudos da própria entidade (AUMENTAM casos..., 2008) .

A reestruturação produtiva verificada no Estado do Ceará como já citado, tem visado atrair investimentos nacionais e internacionais, oferecendo os recursos naturais do estado para empreendimentos do gênero agrícola. Uma das formas de incentivo ao agronegócio no estado tem sido a política de isenção total de impostos para o comércio e uso de agrotóxicos, o que tem tornado esta prática abusiva e de extrema dificuldade de fiscalização.

Em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a professora do Departamento de Saúde Comunitária da Universidade Federal do Ceará (UFC), Raquel Maria Rigotto, comunicou que em 2008, o Brasil foi campeão no uso de agrotóxicos, existindo cerca de 470 ingredientes ativos registrados, distribuídos em 1.079 produtos comercializados (AUDIÊNCIA chama..., 2010).

Além da agroindústria, a reestruturação produtiva levada a cabo pelo Estado do Ceará permitiu o estabelecimento de outros tipos de investimentos nas regiões do baixo e médio Jaguaribe, sendo que em muitos casos esses empreendimentos encontram-se fora das áreas de atuação direta do Estado, como os perímetros irrigados ou mesmo distante das margens do rio Jaguaribe.

A partir de 2001 a empresa Ypióca Agroindustrial Ltda, atual Agropaulo Agroindustrial S/A, deu início a aquisições de terras no município de Jaguaruana – CE, culminando em 2013 com aproximadamente 8.000 hectares distribuídas nos municípios de Jaguaruana, Russas, Itaiçaba e Palhano. A empresa inaugurou em 2009 uma de suas mais modernas usinas no município de Jaguaruana onde produz etanol.

Mas a expansão das relações capitalistas de produção, catalisadora de diversos conflitos por água e terra na região do vale do Jaguaribe, não se resume apenas às atividades agroindustriais. O grande acúmulo de capital financeiro por parte dos bancos levou a uma fluidez de crédito disponível a diversas camadas da população rural a partir do primeiro Governo Lula (2003 – 2006) (DIEESE, 2014). No entanto, a disponibilidade de crédito só garante um emprego produtivo deste sob condições adequadas, como disponibilidade de água, terra, capacitação técnica, mão-de-obra, etc.

O que se verificou principalmente em municípios do baixo Jaguaribe mais próximos à costa foi uma confluência entre a expansão da atividade da carcinicultura, que no Ceará cresceu cerca de 2.000% a partir de 2001 (IBAMA, 2005), e a fluidez de crédito verificada a partir de Governo Lula, levando a massificação da atividade na região do baixo Jaguaribe.

Segundo o diagnóstico da atividade de carcinicultura no Ceará, realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA)⁸, a prática da criação de camarão em

⁸ O diagnóstico da atividade de carcinicultura no Estado do Ceará foi realizado para atender “ao mandado de intimação no 300/2004, acompanhado da decisão liminar proferida nos autos da Ação Civil Pública processo no 2003.81.00.0024755-5, promovida pelo Ministério Público Federal, que trata das atividades

cativeiro requer enorme quantidade de água, sendo que a atividade concentra-se em áreas de mangue e às margens de rios ou em terrenos de várzea com grande disponibilidade subterrânea de água.

São muitos os efeitos socioambientais causados pela carcinicultura. No Brasil, no entanto, o forte apoio do Estado não levou em conta as experiências “catastróficas” do sudeste asiático, segundo reconhece o próprio diagnóstico. Em municípios como Aracati – CE verifica-se diversos conflitos decorrentes das atividades da carcinicultura. A prática desta atividade se mostrou extremamente danosa às comunidades rurais, uma vez que, dentre outros impactos, ela leva à salinização ou mesmo a extinção de poços artesianos, necessários ao consumo e a pequena produção das famílias camponesas.

Em 2005 as comunidades de Porto do Céu e Cabreiro, em Aracati, denunciaram no Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe (CSBHB) os conflitos existentes nas comunidades com carcinicultores da região, acusados de provocarem através da prática da criação de camarão em viveiros a salinização dos poços que supriam as comunidades. Em casos como o da comunidade Porto do Céu o conflito se deu também no âmbito judicial. Acerca deste conflito foi denunciado ainda agressões e ameaças realizadas pelos carcinicultores a integrantes de uma comissão formada pelo próprio Comitê para acompanhar o caso, chegando haver agressões físicas, além da ameaça de morte.

Moradores da comunidade rural do Cumbe, também em Aracati, foram ameaçados de morte por consequência de conflitos com produtores de camarão, segundo denúncia realizada e registrada em ata da quinta reunião extraordinária do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe. Segundo denúncia ainda, o mangue estaria sendo destruído durante a noite, o que dificultava a fiscalização da expansão irregular da carcinicultura por parte dos órgãos ambientais (ATA da 5ª reunião extraordinária..., 2011).

São diversos os conflitos proporcionados pela expansão das relações capitalistas de produção nas regiões do baixo e médio Jaguaribe atualmente causando, além dos conflitos já citados, uma série de outros impactos e danos às comunidades rurais e

de carcinicultura desenvolvidas na Zona Costeira e nos terrenos de marinha no estado do Ceará” (IBAMA, op. cit., p. 6).

costeiras, como por exemplo, a instalação de empreendimentos turísticos ao longo do litoral, afetando diretamente diversas comunidades de pescadores.

Em torno dos conflitos por terra, água, uso indiscriminado de agrotóxicos, carcinicultura e de empreendimentos turísticos tem levado a articulação de diversas organizações populares e movimentos sociais na região, tornando-a uma ampla frente de conflitos diretamente associados à expansão do capitalismo em detrimento das populações rurais e costeiras, requerendo da universidade um papel de protagonismo na sistematização da compreensão crítica deste contexto histórico.

3 O “ANJO DA HISTÓRIA” DARÁ ÀS COSTAS AO VALE DO JAGUARIBE?

A partir da segunda metade do século XX uma série de autores brasileiros, como Alberto Passos Guimarães, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Manuel Correia de Andrade, Otávio Guilherme Velho, Ciro Flamarion Cardoso, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, Otávio Ianni e Antonio Cândido entre outros realizaram um esforço conceitual e empírico para desenterrar dos escombros da história o campesinato brasileiro.

Clifford Welch (2009) considera os trabalhos realizados por esses autores como “estudos clássicos brasileiros sobre o campesinato”, cuja importância reside no fato de que: a) dão conta das temáticas que surgiram a partir dos anos de 1960 e 1970 que registravam um movimento de redescoberta do campesinato, sendo resignificada enquanto classe social; b) por outro lado, a situação e a condição do campesinato estiveram sempre em contestação, por não se enquadrarem no modelo de desenvolvimento pensado pelos reformistas e pelos setores hegemônicos da época e, c) essa contestação se dava em função do modelo de desenvolvimento não considerar a presença de uma classe portadora das características do campesinato como: forma particular de tratar o solo, produzir alimentos, sustento da família e a reprodução social, segundo um modo de vida diferente.

O campesinato, nas interpretações correntes do período, era visto como uma categoria esquecida, espúria, em processo de diferenciação social, em direção a uma das classes polares do capitalismo, como sinônimo do atraso, da fragilidade política e da

dependência. Acrescia-se a essas fragilidades a noção da ineficiência econômica, técnica, resultante do seu tradicionalismo e aversão ao risco (WELSH, 2009:23).

Mais de meio século depois esse diagnóstico continua a orientar os enfrentamentos da questão camponesa e da questão agrária. Dessa vez, com táticas e estratégias de enfrentamento que não se baseiam apenas na ocultação dos camponeses e suas condições de vida como ocorreu durante quase toda a história social do campesinato brasileiro. Essas estratégias se baseiam na apropriação material dos recursos do território – terra e água, de apropriação técnica, a partir dos processos produtivos, e de apropriação cultural ou simbólica (RIGOTTO, 2012), através da produção e difusão de sentidos para a reterritorialização do lugar na perspectiva do capital.

Diante desse cenário partimos da hipótese de que a tendência de expropriação dos territórios camponeses tende a se expandir, tendo em vista a intervenção do Estado brasileiro no desenvolvimento de políticas públicas que beneficiam o agronegócio, através de incentivos os mais diversos e a instalação de uma infraestrutura hídrica que garante as condições para expansão do capitalismo no campo.

Nesse cenário cabem algumas reflexões à guisa de conclusão sobre a relação entre progresso/desenvolvimento e justiça social. O “anjo da história”, uma figura criada por Walter Benjamin a partir da observação da pintura *Angelus Novus*, de Paul Klee, revela a concepção de história que nos anima nesse trabalho. Na tese 9 do texto *Sobre o conceito de história*, o autor observa que o quadro

Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história parece ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e a dispersa em nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irreversivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso” (BENJAMIN, 1987:226).

Ruínas e progresso, uma relação que a humanidade carrega em sua história que se aprofundou nos três últimos séculos com a instituição das civilizações industriais. A regra para o progresso é a destruição – de pessoas, territórios, natureza e o que mais

estiver nesse campo particular da história. Desenvolvimento, sinônimo de progresso, é outro corolário dessa relação. Expropriação e espoliação constituem o *modus operandi* das forças do progresso. Desqualificação e ocultação dos sujeitos sociais - e de suas condições de existência - que se colocam à margem ou contra o progresso marcam as ações dessas forças e constituem os elementos básicos dos discursos.

As realidades, objetos e sujeitos sociais que não se enquadram na ideia de progresso linear têm um lugar reservado: as ruínas e os escombros do passado, um amontoado heterogêneo de possibilidades e esperanças, que só poderá ter visibilidade se reconstruirmos sua existência. Os rastros, os indícios e as pegadas constituem a possibilidade de redenção desses sujeitos e suas condições de existência. Daí a necessidade de compreendê-los como arquivos ou documentos, com potencial de resgatar das ruínas e escombros do passado alternativas para o futuro.

Na tese 2 Benjamin aborda o tema da redenção do passado. Para ele as novas gerações têm uma responsabilidade não apenas sobre o presente e o futuro, mas também sobre o passado, pois este “traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem nas vozes que escutamos, ecos das vozes que emudeceram? (...) Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está a nossa espera” (BENJAMIN, 1987, p. 223). Então, quem nos espera? Os vencidos, os derrotados. Como diz Benjamin, “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (idem, p. 23).

É nessa perspectiva que esperamos contribuir para o resgate dos vencidos e dos derrotados. O DATALURE toma para si o papel de arquivo dos vencidos na expectativa de possibilitar a construção de narrativas alternativas e talvez outras possibilidades de futuro.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Ata da 5ª Reunião Extraordinária do Comitê da Sub-bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe. Limoeiro do Norte: 2005. 3 p. Disponível em: <

<http://www.csbhbj.com.br/wp-content/uploads/2005/05/5REBJ18052005.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

AUDIÊNCIA chama atenção para o uso inadequado de agrotóxicos. **Combate Racismo Ambiental**, 23 mai. 2010. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2010/05/23/ceara-audiencia-chama-atencao-para-o-uso-inadequado-de-agrotoxicos/>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

AUMENTAM casos de câncer. **Diário Do Nordeste**, Fortaleza, 05 mai. 2008. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/aumentam-casos-de-cancer-1.724704>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In **Obras Escolhidas**, Vol. 1, 3ª ed.: São Paulo, Brasiliense, 1987. pp. 222-232.

CASSUNDE, J. R. O.; MAIA, A. S.; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. Conflitualidade e Contradições na Construção Barragem do Figueiredo-Ce. In: **XVII Encontro Nacional de Geógrafos**, 2012, Belo Horizonte. Entre escalas, poderes, ações, geografias.

Datalure [recurso eletrônico]: Banco de dados das lutas e resistências às políticas de modernização territorial no Vale do Jaguaribe / Organização de Francisco Antonio da Silva e Alan Robson da Silva. – Dados eletrônicos. – Fortaleza: UECE; FAFIDAM, 2015. Disponível em: <<http://uece.br/datalure>>.

DIEESE. **A evolução do crédito na economia brasileira 2008-2013**. Nota Técnica, Número 135, maio de 2014.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 2 ed. Tradução de Leonardo Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1985.

HUNT, E. K.; SHERMAN, H. **História do pensamento econômico**. Petrópolis: Vozes, 1992.

IBAMA. **[Diagnóstico da carcinicultura no Ceará]**. [Fortaleza]: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, 2005.

NUNES, Rogério Maciel. A implantação do Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas no contexto das políticas de modernização no Ceará (1986-2003). In **Anais do XIV Encontro Estadual de História do Ceará**. Limoeiro do Norte: ANPUH-CE, 2014. Disponível em: < http://uece.br/eventos/eehce2014/anais/trabalhos_completos/103-9144-30072014-192826.doc>. Acesso em: 21 mai. 2015.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

QUINTILIANO, Aridenio Bezerra; LIMA, Luiz Cruz. **Reestruturação socioespacial do Ceará: ações do Estado**. Fortaleza: EDUECE, 2008.

RIGOTTO, Maria Raquel; PESSOA, Vanira Matos. Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais. In **Rev. Bras. Saúd. Ocup.**, São Paulo 37(125): 65-77, 2012.

SILVA, Alan Robson da.; BRITO, Lúcia Helena de. O processo atual da expansão da indústria no Estado do Ceará e as comunidades locais. In **Anais do XIV Encontro Estadual de História do Ceará**. Limoeiro do Norte: ANPUH-CE, 2014. Disponível em: <http://uece.br/eventos/eehce2014/anais/trabalhos_completos/103-9614-10082014-192810.docx>. Acesso em: 21 mai. 2015.

SILVA, Francisco Antonio. **Nos escombros do passado: levantamento e catalogação de fontes das lutas e resistências às obras de modernização territorial nas regiões do baixo e médio Jaguaribe, Estado do Ceará (1985-2014)**. Fortaleza: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UECE, 2014. Projeto de pesquisa selecionado na Chamada Pública de Seleção nº 19/2014 para o Programa de Iniciação Científica IC/UECE – 2014/2015.

SILVA, Francisco Antonio; SILVA, Alan Robson. Levantamento e catalogação de fontes das lutas e resistências às obras de modernização territorial nas regiões do Baixo e Médio Jaguaribe-Ceará. IN **XX Encontro de Pesquisadores**. XIX Semana Universitária da UECE. Fortaleza, 25 a 28 de novembro de 2014.

WELSH, Clifford Andrew [et. al.]. Introdução aos estudos clássicos brasileiros sobre o campesinato. IN **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1/organização Clifford Andrew Welch... [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. pp. 23-42.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E SAÚDE EM ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA

Caroline Cristiane de Sousa. Marcia Hespanhol Bernardo. PUC – Campinas.

carolinecspsi@gmail.com / marciahespanhol@hotmail.com

Agencia Financiadora – CAPES

GT 4: Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa de doutorado realizada em um assentamento de reforma agrária, localizado no interior do estado de São Paulo. Neste município, foram assentadas 96 famílias que, apesar de conquistarem seu direito de acesso à terra, ainda enfrentam grandes dificuldades para permanecer no assentamento e sobreviver do trabalho rural.

O objetivo da pesquisa foi identificar a relação entre a organização produtiva e social dos trabalhadores rurais assentados e o processo saúde-doença neste contexto específico. Com este objetivo abordamos como as contradições do mundo do trabalho no contexto atual afetam a saúde dos trabalhadores rurais assentados. As informações obtidas por meio das observações em campo confirmam que os aspectos sócios econômicos interferem diretamente na organização produtiva e social destes trabalhadores, uma vez que o processo de trabalho não é apenas composto pela técnica, mas também pelas dimensões política, econômica e afetiva. Apesar de não estar na condição de assalariado, o trabalhador rural assentado também está integrado ao mercado, visto que, além de ser agricultor, é também quem planeja/organiza e comercializa sua produção. Portanto as condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores rurais assentados são muito similares às dos trabalhadores assalariados, ou seja, o conflito capital trabalho se reproduz também neste contexto, afetando a saúde destes trabalhadores. Além disto, foram identificados os fatores de desgaste específicos ao território onde se localiza o assentamento, como a possível contaminação decorrente da proximidade ao aterro sanitário municipal e o fato de que os lotes estão cercados por cana-de-açúcar, sendo frequentemente atingidos pela pulverização aérea.

Caroline Cristiane de Sousa – Mestre em Psicologia e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC - Campinas pelo Grupo de pesquisa Trabalho no contexto atual: estudos críticos em Psicologia Social.

Marcia Hespanhol Bernardo – Coordenadora do Grupo de pesquisa Trabalho no contexto atual: estudos críticos em Psicologia Social e docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC - Campinas.

Introdução

Este trabalho apresenta resultados preliminares da pesquisa de doutorado intitulada “Trabalho e saúde: a perspectiva do trabalhador rural assentado” desenvolvida no grupo de pesquisa “Trabalho no contexto atual: estudos críticos em Psicologia Social”, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da PUC-Campinas. O objetivo desta pesquisa foi identificar a relação entre a organização produtiva e social dos trabalhadores rurais assentados e o processo saúde-doença neste contexto específico. Com este objetivo e, a partir de uma visão sócio histórica, abordamos como as contradições do mundo do trabalho no contexto atual afetam a saúde dos trabalhadores rurais assentados. Ao abordar a relação entre o trabalho rural e a saúde, pretendemos também identificar quais as possibilidades de intervenção que o próprio trabalhador rural assentado possui sobre esses aspectos, ou seja, em que medida ele tem autonomia em seu processo de trabalho que lhe permita amenizar os agravos à sua saúde.

O contexto no qual foi realizada a pesquisa é formado por um conjunto de assentamentos, denominados Área I, II, III e IV, localizados no município de Araras-SP, que fica a 172 km da capital. A área onde foram assentadas 96 famílias pertencia à antiga FEPASA e foi destinada à reforma agrária após a negociação entre o Sindicato dos Trabalhadores rurais de Araras e Região (SINTRÁ) e o Governo do Estado de São Paulo, ficando a cargo do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) a demarcação das terras e a assistência técnica prestada aos assentados.

Para a realização desta pesquisa partiu-se do pressuposto de que, ao passarem da condição de assalariados e se tornarem assentados, estes trabalhadores, em alguma medida, poderiam ter maior autonomia no processo produtivo e consequentemente, transformar positivamente a relação entre o trabalho e o processo saúde/doença. Desta forma, durante a pesquisa tentou-se compreender como as condições de trabalho neste contexto afetavam a saúde destes trabalhadores. Entretanto, como foi possível observar durante o trabalho de campo, além da organização produtiva, a organização social também se mostrou determinante para a manutenção das condições de saúde no assentamento. Desta forma, além da análise sobre os impactos da organização produtiva sobre a saúde, foi incluída também a questão da (des)articulação coletiva entre os assentados e seus desdobramentos.

Em consonância com os objetivos da pesquisa, consideramos que, no universo das possibilidades da abordagem qualitativa, o **método etnográfico** foi o que melhor pôde orientar o desenvolvimento do estudo realizado, pois permitiu compreender como as pessoas constroem e dinamizam processos sociais, como se dão os modos de expressão da subjetividade e a articulação entre as esferas micro e macrosociais. A importância da etnografia, portanto, foi possibilitar a compreensão dos processos sociais, sem a pretensão de construir leis universais ou teorias do comportamento humano que reduzem a complexidade dos processos sociais cotidianos (Hammersley e Atkinson, 1994; Sato, 2001 observados durante a pesquisa).

Com o intuito de apresentar os aspectos que atuam diretamente sobre a forma como estes/as trabalhadores/as organizam sua produção, como se organizam coletivamente e como estes processos interferem em sua saúde/doença, iniciaremos o debate com a discussão sobre o conceito de saúde e sua relação com o trabalho no contexto atual. Em seguida serão abordadas questões específicas sobre o trabalho rural e as principais formas de agravos à saúde presentes no cotidiano destes/as trabalhadores/as. Concluímos com uma reflexão sobre qual a relação entre o processo saúde/doença e a organização social e produtiva no contexto específico onde foi realizada a pesquisa e de que maneira estes/as trabalhadores/as atuam na transformação e na manutenção desta realidade social.

Relação trabalho/saúde

Para discutir a relação entre o processo saúde/doença e a organização social e produtiva considerou-se necessário iniciar o debate problematizando o que se entende por saúde. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a saúde não mais como a simples ausência de doença, mas como o completo bem-estar físico, mental e social. Entretanto, considerando as contribuições de Laurell e Noriega (1989), são discutidas as limitações desta concepção de saúde que se apresenta demasiadamente abstrata e, de certo modo, inatingível, já que os processos de saúde/doença não são estáticos e não há um estado perfeito ou ideal a ser alcançado. Diferente disso, o processo saúde/doença, como afirma Dejours (1986), caracteriza-se mais pela possibilidade de manter o movimento em busca de um equilíbrio entre as necessidades e desejos humanos.

Na busca por soluções para enfrentar os problemas decorrentes da relação trabalho-saúde, Laurell e Noriega (1989), defendem uma nova perspectiva de saúde,

ênfatizando a necessidade de compreender o processo saúde-doença para além de sua dimensão biopsíquica, mas, sobretudo, como produto da complexidade dos processos sociais contemporâneos. Desta forma, a análise da relação entre o trabalho e o processo saúde-doença está orientada por duas questões centrais: a compreensão de como se estrutura o trabalho no sistema capitalista e quais as consequências deste processo para o coletivo de trabalhadores.

Além disso, é importante ressaltar que, sendo dinâmico e atravessado pelas contradições sociais, o processo biopsíquico humano é capaz de transformar-se de acordo com a realidade sócio histórica, não há possibilidade de definir uma condição de saúde ideal, isolada do contexto social, nem mesmo estabelecer uma “noção de normalidade a-histórica concebida como o estado ideal a ser alcançado” (Laurell e Noriega, 1989, p. 116).

A compreensão da relação saúde-doença enquanto processo social possibilita a análise da historicidade dos determinantes sociais, fisiológicos e psíquicos para cada coletivo humano. Permite estabelecer o nexu biopsíquico como a materialização dos desdobramentos dos processos históricos e sociais na corporeidade humana. Nesse sentido, Alessi e Navarro (1997) explicitam que esta abordagem, denominada medicina social latino-americana, diferencia-se da medicina tradicional, pois tem como objetivo compreender o nexu biopsíquico como um processo complexo. Para tanto, utiliza uma metodologia que permite construir conceitos que possibilitam captar esta complexidade. A análise dos processos de trabalho a partir da perspectiva da medicina social latino-americana tem importante contribuição para a saúde do trabalhador ao propor novas categorias para a compreensão da relação trabalho e saúde. A categoria “carga de trabalho”, por exemplo, é utilizada para conceituar a mediação entre o trabalho e o desgaste no coletivo de trabalhadores, ou seja, a relação entre os **elementos técnicos e sociais** que constituem o processo de trabalho e que afetam negativamente os trabalhadores, gerando um **desgaste**.

Com base nestes pressupostos e, a partir das experiências em campo, foram levantadas algumas questões importantes sobre a relação entre organização social e produtiva e o processo saúde/doença no assentamento pesquisado. Para contextualizar a discussão, serão apresentados alguns dados a respeito da relação entre trabalho e saúde, bem como as principais formas de agravo á saúde no meio rural.

Saúde do trabalhador rural

A complexidade do trabalho rural expõe cotidianamente os/as trabalhadores/as a vários fatores que podem trazer agravos a sua saúde. Já na década de 1980, Ribeiro & Lacaz (1984) ressaltavam que, embora não houvesse estatísticas precisas no Brasil a respeito dos acidentes e doenças no campo, os danos causados à saúde destes trabalhadores poderiam ser comparados aos índices da construção civil e da indústria petroquímica. Peres (2009) confirma esta afirmação ao trazer dados da Previdência Social de 2006 indicando que “o número de acidentes de trabalho no processo produtivo da cana-de-açúcar ultrapassou o da construção civil, setor que, historicamente, liderava no país o ranking desse tipo de acidente” (p. 1999).

Ainda de acordo com Ribeiro & Lacaz (1984), a precariedade dos meios de transporte de trabalhadores rurais, a exposição ao sol e ao frio intenso, o risco de ataque por animais peçonhentos e a maior propensão a contrair doenças infecciosas e parasitárias são as principais fontes de adoecimento e acidentes de trabalho no meio rural. Também são comuns os acidentes provocados por máquinas, ferramentas de trabalho e intoxicação por agrotóxicos e fertilizantes. É importante ressaltar, ainda, que o uso de insumos agrícolas não afeta apenas a saúde dos trabalhadores rurais, mas a população em geral, contaminando o solo, a água e os alimentos. De acordo com Leite et al (2004), além de todos estes fatores, a desnutrição por alimentação inadequada atinge grande parte dos/as trabalhadores/as rurais e suas famílias.

Observamos, na revisão de literatura, estudos como os de Fehlberg et al. (2001), Seifert e Santiago (2009), Alessi e Navarro (1997) e Peres (2009) que abordam a temática da saúde do trabalhador rural a partir da problematização das condições precárias de trabalho por eles enfrentadas cotidianamente. Alguns destes estudos tratam especificamente de trabalhadores/as rurais assalariados/as, ou seja, contratados (formal ou informalmente) para a prestação de serviços por períodos determinados, que correspondem ao plantio, colheita, safra ou, mesmo, para atender demandas específicas de cada contratante.

Em contrapartida, encontramos também estudos sobre a saúde do/a trabalhador/a rural assentado/a, como de Alvaides e Scopinho (2013), Santos & Hennington (2013) e Scopinho (2010), que enfatizam a importância das diferentes formas de organização do cotidiano de trabalho para a prevenção dos agravos à saúde destes/as trabalhadores/as.

Esses estudos indicam que, no caso dos integrantes de assentamentos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a concepção de saúde está diretamente relacionada à possibilidade de organização coletiva e participação política, bem como à valorização de práticas populares de saúde e do autocuidado (Santos, 2011). Essas pesquisas enfatizam o impacto positivo nas práticas de saúde dos assentados a partir da participação no MST, principalmente pela concepção de saúde veiculada pelo movimento. De acordo com Santos e Hennington (2013):

O MST considera uma concepção de saúde abrangente, que envolve a relação indivíduo-sociedade-natureza, valorizando a organização política, a preservação ambiental, as práticas de saúde populares e a medicina tradicional. Com isso, busca incentivar alternativas próprias de enfrentamento dos problemas de saúde, ao mesmo tempo em que preza pelos princípios organizadores do Sistema Único de Saúde (SUS) (p. 1596).

Portanto, segundo os autores, o trabalho nos assentamentos do MST tenderia a produzir menos agravos à saúde por ser menos penoso e mais autônomo, uma vez o que o movimento tem a cooperação e a solidariedade como princípio organizativo da vida e do trabalho.

De todo modo, é importante ressaltar a influência que fatores externos aos assentamentos têm sobre a organização produtiva e a saúde dos/as assentados/as, como as condições climáticas, a possibilidade de diálogo com o Estado, o acesso a financiamentos, a inclusão ou não em programas de incentivo à agricultura familiar, entre outros.

Considerando que a possibilidade de participação efetiva, tanto no planejamento, quanto na execução das atividades laborais são apontados como aspectos positivos para a saúde dos coletivos de trabalhadores em geral, avaliou-se que o estudo sobre a relação trabalho-saúde a partir da perspectiva do trabalhador rural assentado poderia trazer importantes contribuições para o debate acerca deste tema. Especialmente por tratar-se do estudo de um contexto que não tem o atravessamento do movimento social organizado, mas que possibilita o surgimento da mobilização coletiva destes atores sociais.

É importante destacar que, no caso dos/as trabalhadores/as assentados/as, por haver uma aproximação com a experiência de trabalho camponês, de forma que algumas condições de trabalho adversas provenientes do modelo de organização produtiva capitalista – como a precarização, fragmentação de operações, intensificação das atividades e do ritmo de trabalho – podem ser menos significativas neste contexto,

visto que o trabalhador possui maior autonomia sobre a organização produtiva, reconhece o produto de seu trabalho e pode ver sentido nas atividades que realiza.

Por se tratar de uma forma diferenciada de organização do trabalho, se comparado ao trabalho rural assalariado, pode-se dizer que, para o/a assentado/a, a relação entre o trabalho e a saúde também tende a ter características distintas. A relação positiva ou negativa entre trabalho e saúde, de acordo com Sato (1996), depende diretamente do controle que cada trabalhador/a possui sobre seu processo de trabalho. Sato (2002) ressalta, ainda, que a prevenção de agravos à saúde dos trabalhadores passa pela possibilidade de planejar ou replanejar cotidianamente a forma como o processo de trabalho é organizado. Quando o/a trabalhador/a tem esta possibilidade, organiza o tempo e o espaço de modo a minimizar aspectos que causem algum dano à sua saúde.

Todavia, apesar de terem a posse da terra e participarem tanto do planejamento quanto da execução das tarefas, esses/as trabalhadores/as sofrem com a falta de recursos para manutenção das atividades produtivas em suas terras. Scopinho (2012) ressalta que essa falta de recursos nos assentamentos está relacionada às diversas dificuldades que os assentados acumulam em sua trajetória de vida, pois muitos buscam participar de um movimento social em favor da reforma agrária principalmente para fugir da pobreza e da violência das periferias urbanas.

Neste contexto, a manutenção da produtividade agrícola vai além da necessidade de um lote de terra enquanto espaço e substrato para o trabalho. Requer, também, acesso a financiamento e subsídios para viabilizar a atividade produtiva, como equipamentos agrícolas, ferramentas, sementes/mudas, maquinário para fazer a regularização do solo (química e física), irrigação, etc. Além disso, é importante considerar que o trabalho no campo se caracteriza por uma rotina intensa de atividades desenvolvidas para o manejo da terra, a manutenção de culturas diversas e a criação de animais variados, que compõem um sistema complexo e interdependente (Gemma, Tereso & Abrahão, 2010).

Portanto, questões como as condições do solo, condições climáticas, tecnologia necessária para a produção, acesso a financiamento, condições de escoamento da produção e relação com o mercado consumidor podem ser determinantes no sentido de possibilitar ou impedir o alcance da situação necessária para que essa organização de trabalho possa diminuir os agravos à saúde desses/as trabalhadores/as.

A partir destas observações, acreditamos que, apesar de exercer uma atividade bastante distinta do que se faz em uma linha de montagem, por exemplo, o/a trabalhador/a rural assentado/a também sofre as consequências da reestruturação

produtiva e da precarização do trabalho em virtude do contexto macroestrutural no qual está inserido. Ou seja, ele/a também é afetado/a pelas contradições do sistema capitalista. Assim, a articulação política para compreender e interferir nesse contexto se faz fundamental para os/as assentados/as.

Vale destacar ainda que, historicamente, a configuração do contexto rural, no Brasil, é marcada por violentos conflitos e pela luta social no campo reivindicando a democratização da terra. Isto porque, de acordo com Leite et. al. (2004), a reforma agrária ainda não teve efeito significativo sobre a estrutura fundiária do país, que manteve a atividade agrícola concentrada na monocultura de exportação, intensificando a desigualdade e a exclusão no campo. Esse processo gerou intensa industrialização do meio rural, sem o devido planejamento e discussão sobre os impactos sociais do agronegócio (Leite e Dimenstein, 2013). A entrada das empresas transnacionais foi facilitada e até incentivada pelo governo, contribuindo com a expulsão dos/as trabalhadores/as rurais do campo e a introdução de novas tecnologias de cultivo que geraram danos sociais e ambientais. O foco das intervenções do Estado esteve, portanto, na potencialização da produção agrícola e não no desenvolvimento do meio rural e seus/as trabalhadores/as (Tomaz Jr., 2001), impondo a adaptação da natureza às necessidades da produção.

Os frequentes conflitos no campo e a constante instabilidade que diversos/as trabalhadores/as enfrentam no processo de luta pela terra também constituem importantes agravantes para a saúde.

A discussão sobre a reforma agrária, a importância dos assentamentos rurais, a proteção ao meio ambiente, portanto, tem importância fundamental no que diz respeito à análise da relação entre o trabalho rural e o processo saúde/doença.

Caracterização do campo de pesquisa

O contexto onde foi realizada a pesquisa está localizado no município de Araras, em uma área conhecida como Horto Florestal Loreto, região que está muito próxima aos bairros da zona leste do município, a maioria composto por casas populares, proveniente de programas de habitação e com alta densidade populacional. Além da proximidade com a cidade é importante ressaltar que, este conjunto de assentamentos, também faz fronteira com o aterro sanitário da cidade e com a plantação de cana-de-açúcar que abastece uma usina de açúcar e álcool localizada no mesmo município. A

produção canavieira é a principal atividade econômica da cidade de Araras que tem 77% de seu território destinado à atividade agropecuária, sendo que, deste total, 53% é ocupado com o cultivo de cana-de-açúcar (Andrade, 2013).

Apesar de serem interligados geograficamente, cada área do assentamento tem características muito distintas, pois foram constituídas em diferentes períodos históricos, por diferentes tipos de trabalhadores e com uma diminuição significativa da área total e da área proporcional por lote na última área.

As áreas I e II foram criadas concomitantemente em 1984, nas quais foram assentadas 6 e 14 famílias respectivamente, em lotes que tinham área em torno de 11 a 13 ha. De acordo com Itani (2007), este foi um dos primeiros assentamentos criados a partir de terras públicas no Estado de São Paulo. As primeiras famílias assentadas eram formadas por trabalhadores da zona rural da cidade que tinham vínculo com o SINTRA, sindicato que coordenou, junto ao ITESP, as negociações a respeito da quantidade de famílias a ser assentada em cada área e a divisão dos lotes. Desta forma, nas Áreas I e II foram assentadas famílias que possuíam uma história de vida e trabalho ligada à terra. Como aponta Andrade (2013), 53,3% das mulheres e 73,3% dos homens eram pequenos/as agricultores/as ou assalariados/as rurais.

Na área III, criada em 1998, foram assentadas 46 famílias em lotes de aproximadamente 6 ha. Esta área tem características distintas das duas primeiras, principalmente em virtude do modo como se deu sua ocupação, na qual houve um período de acampamento antes da demarcação de terras. Nas áreas I e II chegou a haver um movimento de ocupação realizado por trabalhadores/as rurais que não permaneceram ali e que, posteriormente, foram assentados no município de Sumaré - SP. Portanto, os/as trabalhadores/as que acamparam nestas áreas não foram assentados/as ali. Em contrapartida, na área III, foram os/as moradores/as do bairro próximo ao assentamento que se mobilizaram para ocupar a área e ali permaneceram acampados durante o período de negociação com o Estado, que se estendeu por aproximadamente um ano. Neste período, de acordo com o relato dos/as próprios/as assentados/as, vivenciaram uma experiência intensa, na qual chegaram a criar uma cozinha comunitária e normas de convivência coletiva. Sobre este período, os relatos revelam muitas dificuldades, mas também estão marcados pela experiência de sentimento de coletividade, de lutas comuns e criação de laços de solidariedade.

A área III também se diferencia pelo histórico de trabalho dos assentados, onde somente 21,7% das mulheres e 16,7% (Andrade, 2013) dos homens estavam

trabalhando no campo, como assalariados ou como pequenos agricultores no período que precedeu a ocupação. As atividades mais comuns entre os homens eram as de metalúrgico, pedreiro, pintor e mecânico. Entre as mulheres muitas eram empregadas domésticas, vendedoras autônomas ou metalúrgicas. Apesar da diversidade de ocupações identificadas entre os/as assentados/as, todos/as com os/as quais se teve contato durante a pesquisa relataram ter história de vida ligada ao trabalho ou moradia no campo.

Já a área IV tem características de um loteamento urbano (Montovanelli, 2012), no qual foram assentadas 30 famílias. Criada em 2005, se caracteriza pela área do lote ser significativamente menor que as demais e por fazer fronteira com uma rua asfaltada. Os lotes da área IV possuem apenas 1 ha e os/as assentados/as também são do bairro próximo ao assentamento. Como nas demais áreas, também há histórico de vida relacionado ao trabalho na terra, principalmente como assalariados rurais, sendo que uma parte significativa deles/as é composta por aposentados/as.

A produção agrícola nos lotes, em geral, é marcada pelo cultivo de subsistência, como hortaliças, feijão, milho, mandioca, além da criação de animais de pequeno e grande porte, como aves, porcos e bovinos. Observa-se que grande parte dos lotes produz hortaliças como principal fonte de renda, tanto para venda no bairro quanto para fornecedores, como alguns mercados da cidade.

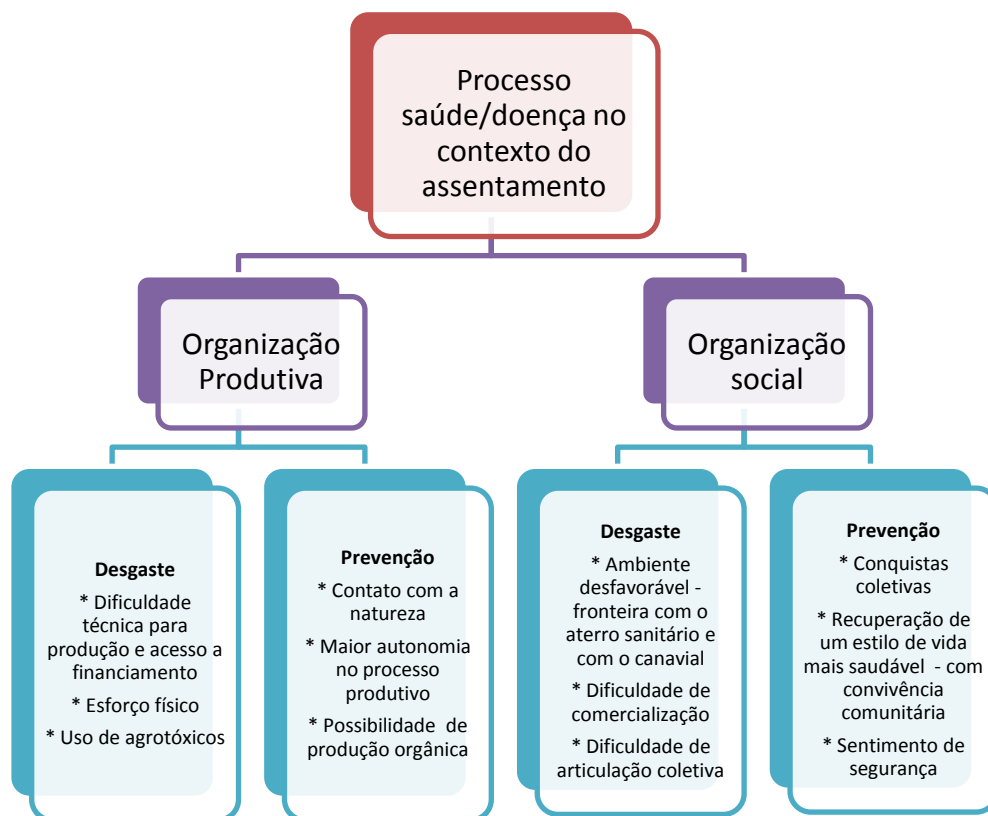
No assentamento não há ligação com qualquer movimento social de luta pela terra, questão que dificulta a articulação coletiva entre os/as assentados/as das diferentes áreas que o compõe. Apesar disto, o SINTRA ainda é uma referência para o assentamento, que também conta com o apoio do ITESP para questões técnicas e ainda para a articulação entre eles. Somente após quatro anos do início dos assentamentos I e II, foi criada a Associação dos assentamentos, que sofreu algumas transformações e não é a mesma que existe hoje. A “Associação de Agricultores Familiares dos Assentamentos Rurais de Araras - Terra Boa” foi criada posteriormente, em 2003 e atualmente é uma das formas de organização política entre os/as assentados/as. Por meio da associação, os trabalhadores rurais podem negociar diretamente com a prefeitura, com o ITESP, com a Conab e outras instituições, colocando pautas importantes relativas às necessidades do assentamento e participando ativamente no orçamento participativo da cidade.

Outro aspecto importante sobre as relações estabelecidas entre o assentamento e seu entorno é sua localização geográfica. Ele se localiza na zona leste do município,

amplamente conhecida na cidade pela concentração de imigrantes do Nordeste do país e pela amplitude de conjuntos habitacionais de casas populares que a caracterizam. Além de ser relativamente distante do centro da cidade, essa região é estigmatizada pelos moradores das outras regiões como sendo perigosa e foco de criminalidade e tráfico de drogas. Embora os mesmos fenômenos ocorram em outras regiões da cidade, a questão da violência costuma ser relacionada aos moradores dos bairros da região e, conseqüentemente, também aos assentados.

Relação entre saúde e organização social e produtiva no assentamento

O trabalho de campo foi desenvolvido entre setembro de 2013 a agosto de 2014 e, posteriormente, de fevereiro a maio de 2015. Neste período foram realizadas visitas ao assentamento, acompanhamento de reuniões da Associação Terra Boa, acompanhamento da entrega dos produtos para o PAA, realização de grupos com os assentados/as e entrevistas individuais. As visitas foram realizadas semanalmente, com duração aproximada de três horas e as observações foram registradas em diário de campo, além das gravações de áudio realizadas na ocasião das entrevistas. Neste processo, foi possível observar alguns aspectos importantes para a compreensão da relação entre o processo saúde/doença e a organização social e produtiva no assentamento. O quadro abaixo sintetiza as principais fontes de desgaste e prevenção aos agravos à saúde identificados no assentamento.



A seguir estes aspectos serão apresentados separadamente, para melhor discussão de cada um deles.

A questão da articulação coletiva para o processo saúde/doença

Na fase inicial da pesquisa foi possível ter acesso principalmente a questões relacionadas à organização social dos/as assentados/as, pois a proximidade com a associação e seus representantes trouxe muitas informações sobre como se dava a articulação coletiva na instância de representação política do assentamento. Neste período foram realizadas observações e também grupos, momentos nos quais foram compartilhados aspectos positivos e negativos decorrentes da organização coletiva do assentamento. Desta forma, foi possível identificar que a dificuldade de articulação tornou-se um grave problema entre eles/as, pois o desgaste dos laços de solidariedade dificultou a troca de conhecimento sobre a organização produtiva e, sobretudo, interferiu na capacidade de estabelecer parcerias para a comercialização de produtos. Além disto, o enfraquecimento da representação política também prejudica a capacidade

de negociação e reivindicação de questões importantes junto à prefeitura ou a o governo do Estado.

Durante a primeira fase da pesquisa identificou-se que, a função central da associação era a busca pela organização coletiva para acessar programas do governo federal como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou outros programas de incentivo à agricultura familiar. O PAA, por exemplo, foi, neste período, uma importante fonte de complementação de renda para os assentados, que estavam realizando a primeira entrega para o programa. A questão da organização coletiva para a operacionalização do programa se mostrou crucial durante o período de observação em campo, visto que esta foi realizada justamente no momento em que poucas pessoas assumiam a frente da associação e buscavam fortalecer a coletividade entre os assentados, além de tentar construir um espaço que facilitasse a comercialização e a representação dos assentados perante o poder público, o mercado e a sociedade em geral.

A importância da articulação coletiva apareceu diversas vezes no contato com pessoas que estão na liderança da Associação Terra Boa. Chico, um dos entrevistados, aponta como sente-se afetado, tanto negativa como positivamente, pelo seu trabalho na associação. Ao falar sobre os impactos para sua saúde decorrentes do trabalho que realiza na associação deixa claro que há um desgaste:

É, essa parte da organização (...) como a gente hoje tá na liderança aqui do assentamento a gente pode falar que isso traz um desgaste físico bastante, por que quanto a você tentar organizar o pessoal você encontra muita dificuldade né. E hoje (...) a gente sabe que pra gente conseguir um desenvolvimento dentro do assentamento tem que estar organizado. Consegue melhores coisas, melhores é... projetos, melhor desenvolvimento dentro do assentamento. Então é desgastante você tentar organizar isso. Mas vamos ver com o tempo né, o tempo é a razão de todas as coisas né? (Chico – assentado e uma das lideranças da Associação Terra Boa).

Em contrapartida, salienta que esse desgaste é superado quando sente a colaboração dos companheiros e quando o produto de seu trabalho tem algum reconhecimento:

A facilidade de você resolver os problemas é (...) você ter os companheiros do lado participando junto na, nas conquistas, nos projetos que vem. Então isso aí é um bem estar, facilita entendeu? (...) E daí a gente, é desgastante né, pra conseguir essas coisas. Mas também, por outro lado é, eu digo assim, você desgasta, desgasta, pra você conseguir, mas quando você consegue a alegria é tanta de você ver a coisa acontecer que aquilo que você desgastou já ficou pra trás. Então acho que é uma reposição né de de... (risos). Repõe, é. Você vê as coisas dando certo. Então, é a avaliação que eu faço sobre a saúde no, na gente, nesse meio de vida que nós levamos aqui. É, só positiva, eu vejo tudo positivo (Chico – assentado e uma das lideranças da Associação Terra Boa).

Chico coloca como sente o desgaste na tentativa de buscar companheiros/as que contribuíssem para a articulação entre os assentados, pois sente que há certo isolamento na condição de membro da diretoria da associação. Enfatiza que, se houvesse maior participação de outro/as assentados/as sua carga de trabalho seria menor.

Contudo, apesar de vários esforços, a representatividade da associação ainda é restrita, sendo que questões importantes como a proximidade do assentamento ao aterro sanitário e a possibilidade de contaminação não chegam a ser discutidas.

Por outro lado, o discurso no assentamento é muito marcado pela qualidade de vida que se tem no meio rural. Além da recuperação de um estilo de vida que permite maior contato com a natureza, a convivência ali também proporciona um sentimento de segurança entre eles/as.

Eu falo assim, rapaz, aqui é um lugar que você pode soltar as crianças, brinca, na cidade não tem isso não, como é que você vai deixar um molequinho do jeito que tá as coisas hoje em dia, né? Solto pra rua? (...) É duro, não é fácil não... Eu acho que é, já é um lugar sossegado né, mais sossegado, muito, você deita na cama não tem aquela barulheira né, fala a verdade! É você trabalha durante o dia você deita na cama sabe que você vai dormir, vai descansar mesmo. Na cidade é, é difícil né, é barulho de bateção, bar perto, essas coisas (Antenor, assentado).

Os relatos revelam que o sentimento de segurança e de tranquilidade são aspectos muito positivos para os/as assentados/as, que se dizem muito satisfeitos com o estilo de vida que encontram no assentamento, apesar de todas as contradições inerentes a este contexto.

Sobre o controle do processo de trabalho e seus efeitos para a saúde

Em se tratando da organização produtiva, foram destacados vários aspectos importantes. A partir do contato inicial que esclarecia a intenção de pesquisar a relação entre trabalho e saúde, foram destacadas algumas questões como o trabalho pesado/braçal e suas consequências para o desgaste do corpo, a exposição ao sol, os problemas de coluna e as “preocupações” com o trabalho (referindo-se à saúde mental). A seguir serão analisados alguns dos principais aspectos identificados durante o trabalho de campo.

Apesar de possuir estabilidade no que se refere à posse da terra, cada assentado/a possui condições materiais de produção muito distintas. Inicialmente há que se considerar a história de vida e de trabalho de cada um/a. De fato, alguns já eram

pequenos agricultores na região e já possuíam alguma experiência tanto com atividades agrícolas. Outros anteriormente eram trabalhadores/as rurais assalariados/as e tinham pouca ou nenhuma experiência com o cultivo, administração de recursos necessária para conduzir o trabalho no lote. Muitos nunca tiveram oportunidade de participar do planejamento das atividades que executavam, visto que o trabalho assalariado é marcado pela dissociação entre planejamento e execução das atividades. Sobre esta questão, Chico fala sobre as **dificuldades estruturais** enfrentados por eles/as:

Mas é diferente, porque a pessoa quando ele é, ele trabalha no, na fazenda, ele trabalha na agricultura, mas tem um administrador que administra tudo para ele. E quando ele vem no lote dele, ele é o administrador. Então ele ali vai ter que ver o que a terra precisa, o que é que ele vai plantar, como que ele vai produzir, qual a melhor forma de produzir e depois tem que ser o comerciante. Por que ele vai comercializar aquilo também, então ele tem que aprender a administrar o seu, o sítio, como produzir, como fazer e depois tem que aprender comercializar. Entendeu? Então tudo é, o agricultor quando eu falo que ele faz milagre é ele faz mesmo entendeu, sem recurso, muitas vezes a pessoa vem, já não tem uma situação financeira é... tem um apoio assim do governo do Estado né, no caso do assentamento é estadual então você tem um apoio do governo do Estado, mas não é aquele apoio que você, que você consegue fazer uma estrutura né. (Chico – assentado e uma das lideranças da Associação Terra Boa).

Nesta fala, Chico indica as nuances existentes entre a organização do trabalho rural assalariado, heterodeterminado e a experiência no assentamento, onde o trabalhador assume um papel que nunca desempenhou, e para o qual não tem a estrutura adequada. O apoio do governo por meio da concessão de terras é importante, mas, de acordo com sua vivência, sabe que a reforma agrária começa com a democratização da terra, porém é muito mais ampla.

Desta forma, a falta de maquinário e, principalmente de água, afeta a organização do processo de trabalho em cada lote. Darci explicita as dificuldades que enfrenta cotidianamente em virtude da falta de estrutura adequada:

Uma horta né, no caso que tô mexendo ai no canteiro, se chover breve também já vou começar a plantar é. E esse ano, daqui pra frente, vai começar as atividades de mexer com a as plantações né. E roça né, no caso o milho. É, colheu o milho eu já vou começar a plantar a mandioca. É, não a mesma rotina da mercadoria, por que se não a terra não dá tempo pra fortalecer né? (Darci, assentado e produtor orgânico).

Nesta fala, ele diz sobre as limitações estruturais, mas também sobre as limitações do trabalho com a terra, enfatizando a diferença entre o trabalho com uma simples “mercadoria” e o manejo do meio ambiente. Ao ser questionado sobre o comprometimento de seu trabalho em virtude da falta de água, ele é categórico ao afirmar que deixa de produzir muitas coisas por falta de condições para irrigação:

Ah sim, deixa, deixa (de produzir). Deixa por que, se eu tenho água na, por exemplo agora esses canteiros que eu tenho batido eu já tinha, eu já estava colhendo a... as verduras e no momento eu não... parei por causa de... essa seca né essa seca muito intensa aí então travou todo mundo que, principalmente as minas de água que tem por aí já secaram né (Darci, assentado e produtor orgânico).

Sobre a organização do tempo e do espaço visando minimizar os agravos à sua saúde, Antenor descreve suas atividades diárias como totalmente definidas por ele e seu genro, com quem divide as tarefas:

(quem organiza o trabalho) É a gente mesmo né. É eu, meu genro também ajuda um pouco né. Então é nós mesmos, a gente mesmo (...) Eu planto mais, mandioca, plantei mandioca, plantei um pouco de feijão, banana, é um pouco de cada coisa. Plantei um pouco de abacaxi também, um pouco de cada coisa a gente vai plantando. Vai formando. É, eu tô rodeando muda agora né vou, vou esparramando assim, vou jogando, vou aumentando mais né (Antenor, assentado).

Apesar das limitações estruturais que atingem os assentados de forma geral, a descrição que Antenor faz sobre sua rotina de trabalho, é marcada pela possibilidade de decisão sobre o que será plantado, é marcada pela diversidade do que cultiva, pelo movimento de “ir formando” as plantações. Curiosamente ele continua com uma comparação impressionante com a rotina que ele diz ter vivido antes de ser assentado:

Trabalha por que, que nem diz a moda do outro né, o pobre tem que trabalhar por que precisa né... Levantar cedo, picar o cartão não é fácil não né? Não é fácil não. Ah (aqui) é mais sossegado, né, mais tranquilo né, sossegado. Você trabalha, chega uma hora você tá cansado e fala: “eu vou parar”. Não tem, como diz a moda, não tem ninguém que comanda né! (risos) Agora a gente tá trabalhando assim de empregado é diferente né, tem que cumprir o horário certo e, né, não é fácil não. (Antenor, assentado)

Darci também fala da possibilidade de adequar o processo de trabalho às suas necessidades, limitando o esforço físico:

Então é, assim, quando é braçal, eu não vou fazer esforçado com o corpo físico né. No caso aí já tem assim. É... o tratorista, eu pago, entendeu, e a pessoa vem, é... bater os canteiros, né, prepara a terra né. Eu não vou tombar a terra na enxada né! Eu vou por o trator, o trator vai cuidar e a única coisa que eu vou fazer, eu só vou roçar o capim, mas os que são leve, por que os que são pesado, é embaixo do trator né? É pra não prejudicar a, o corpo né? É. (...). Né, tanto assim, aqui eu sou livre, tô aqui eu sou livre. Sou livre do ar, do trabalho, eu sou o patrão de mim mesmo. Eu que cuido, né. Então, jamais sair daqui, vender pra você ser empregado? Não. Não vira, não penso assim, jamais. Não tem dinheiro que pague né (Darci, assentado e produtor orgânico).

O uso de **agrotóxicos** no assentamento também foi um tema relevante no que diz respeito à possibilidade de minimizar os agravos à saúde. Ainda no início da pesquisa perguntei a Waldemar, uma assentado que realizava entregas para o PAA, se havia no assentamento alguma preocupação com a produção agroecológica. Ele disse que sim, mas, como todos os outros com os quais conversei, ele deixou claro que essa preocupação tinha um limite, que era o da produtividade. Como Santos e Hennington (2013) afirmam, o trabalhador, nestas circunstâncias, deixa de lado a saúde para alcançar metas de produção.

Entretanto, em outras conversas com o próprio Waldemar e outros assentados sobre a questão do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, foi relatado que o uso desses produtos no assentamento é restrito, pois muitos não utilizam esses recursos por dificuldade de acesso a eles e não por uma preocupação com o meio ambiente e/ou com sua própria saúde.

A possibilidade de produzir de maneira mais compatível com os ciclos naturais e com recursos menos agressivos pode ser uma forma de repensar as práticas cotidianas e retomar alguns princípios que eram importantes quando muitos destes agricultores tiveram seu primeiro contato com o trabalho rural. Darci comenta que a produção agroecológica já era praticada por seus pais e avós, e hoje as pessoas acham que é uma coisa nova:

Não! Para mim não era novidade! Por que são coisas que meu pai já cultivava essas coisas assim entendeu? Nós não tinha conhecimento de é... Essas coisas, não tinha conhecimento. Então é uma coisa que já vem dos meus avós, dos meus pais e eu já praticava aqui na terra e só que eu não tinha o conhecimento. (Darci, assentado e produtor orgânico).

Esta já era uma prática comum para ele, por isso, quando vieram visitar sue lote para fazer a fiscalização da certificação como produtor orgânico, se surpreenderam com a forma como estava desenvolvendo a agricultura orgânica espontaneamente. Sua certificação foi imediata e ele acha engraçado. Ao contar sobre sua experiência com a produção orgânica, ele descreve a praticidade do aproveitamento de recursos que tem em seu próprio lote e como isso faz com que economize com produtos químicos e também com que facilite no reaproveitamento de materiais sem desperdícios ou geração de resíduos: “Não, eu não uso. Eu não uso já tô é com orgânico né, mexendo, eu não posso usar mais nada que é químico daqui, nada, nada. A não ser o esterco da criação e... e compostagem” (Darci, assentado e produtor orgânico). Portanto, mesmo da perspectiva econômica pode-se dizer que a agricultura orgânica é mais interessante para

ele. Com isso, ele mostra uma tendência à valorização de práticas tradicionais de agricultores mais experientes, mais sensíveis aos ciclos da natureza e suas necessidades para manter o equilíbrio entre a produção e a conservação dos recursos que oferece.

Entretanto, apesar de enfatizar todas as vantagens da produção orgânica, ele reconhece que ainda há alguma dificuldade em alcançar a mesma produtividade, no mesmo tempo que a agricultura convencional:

Porque ela não fica aquela mercadoria de qualidade né, ela fica, pra chegar o tempo dela. Ela, então ela é mais vagarosa, mais “demorosa”. Ai vem, pra quem mexe com produto químico ela é rapidamente, ela evolui muito rápido né. (Darci, assentado e produtor orgânico).

Mesmo considerando as limitações da produção orgânica, Darci persiste na defesa desta forma de cultivo, pois tem clareza acerca de que é uma alternativa viável para a prevenção de adoecimentos. Darci é um dos únicos assentados que possui certificação de produtor orgânico no assentamento. Ao falar sobre o uso de agrotóxicos como agravante para a saúde dos trabalhadores rurais enfatiza as diferenças entre a produção orgânica e a convencional para ele:

Tem (diferença). Assim, quem trabalha com orgânico ele tem a vida mais saudável né. A saúde, quem mexe com, com... produto veneno, tóxico com certeza no futuro ele vai ter seus problemas, principalmente câncer né. Ah, uma coisa que mais vai sugerir no ser humano é o câncer né. Principalmente, tanto no alimento quanto no trabalho dele né, que ele tá respirando (Darci, assentado e produtor orgânico).

É importante salientar que este posicionamento é muito particular e foi observado apenas com relação a este assentado, que já é um produtor orgânico certificado. De todo modo, durante a pesquisa foi possível observar que esta é uma questão pela qual todo/as demonstraram interesse, apesar de deixarem claro que não adotam este modo de produção por limitações técnicas (já que não têm experiência com a produção orgânica) e também pelas limitações estruturais acima citadas. Além disso, por fazer fronteira com o canavial, alguns lotes também podem ser atingidos pela pulverização área, ou seja, outra fonte de contaminação que pode inviabilizar a produção orgânica.

Considerações Finais/discussão

Apesar de não possuírem controle sobre muitos aspectos que influenciam diretamente a organização de seu trabalho, os resultados da pesquisa apontam que, para estes/as trabalhadores/as assentados/as, é possível replanejar suas atividades cotidianas a fim de minimizar os agravos à sua saúde. Apesar da dificuldade de gestão do processo produtivo (quando não se possui experiência anterior para tanto), a unidade entre a concepção e execução do trabalho oferece a estes/as trabalhadores/as a possibilidade de adequar as tarefas realizadas ao seu tempo. Portanto, ainda que esta forma de organização do trabalho possa ser menos rentável, ainda é avaliada por eles/as como positiva.

Como afirma Sato (2012), o controle e a possibilidade de replanejamento do trabalho são fundamentais para a prevenção de agravos à saúde dos/as trabalhadores/as. Desta forma, mesmo considerando aspectos externos ao assentamento e que, efetivamente, há fatores importantes que estão fora do controle dos/as assentados/as, observamos como a experiência deles/as é marcada pela tentativa de replanejamento do trabalho em busca da manutenção de sua saúde. Como Chico colocou muito bem, o trabalho pode ser desgastante, mas este desgaste não é contínuo e se alterna com momentos de fortalecimento individual e coletivo.

Referências

- Alessi, N. P. & Navarro, V. L. (1997). Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(Supl. 2), S111-S121. Acesso em: 13/04/2014. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1997000600010&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0102-311X1997000600010.
- Alvaides, N. K. & Scopinho, R. A. (2013). De sem-terra a sem-terra: memórias e identidades. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 288-297. Acesso em: 05/04/2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000200006&lng=en&tlng=pt.
- Andrade, F. R. P. (2013). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos Assentamentos Rurais de Araras/SP. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.
- Dejours, C. (1986). Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 54 (4), 7-11.
- Fehlberg, M. F. Santos, I. & Tomasi, E. (2001). Prevalência e fatores associados a acidentes de trabalho em zona rural. *Revista de Saúde Pública*, 35(3), 269-275. Retrieved March 31, 2014, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102001000300009&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0034-89102001000300009.
- Froehlich, J. M.; Monteiro, R. C. & Pereira, A. G. (2011). Desafíos de la sostenibilidad en el medio rural brasileño. In: Cruz, F. *Desarrollo Rural y Sostenibilidad: Estrategias y Experiencias en España y Brasil*. Palencia: Asociación País Románico.
- Gemma, S. F.; Tereso, M. J. & Abrahão, R. F. (2010). Ergonomia e complexidade: o trabalho do gestor na agricultura orgânica na região de Campinas - SP. *Ciência Rural* (UFSCar. Impresso), pp. p. 1-8.
- Hammersley, M. & Atkinson, P. (1994). *Etnografía: métodos de investigación*. Barcelona: Paidós.
- Itani, M. (2007). Araras: Um estudo da interface rural-urbana dos assentamentos rurais no estado de São Paulo. In: M. L. Gitahy, & J. T. Lira, *Cidade: impasses e perspectivas*. Annablume/FUPAM.
- Laurell, A. C. & Noriega, M. (1989). *Processo de produção e saúde. Trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec.
- Leite, J. F. & Dimenstein, M. (2013). *Psicologia e contextos rurais*. Natal: UFRN.
- Leite S. P. et. Al. (2004). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP.

Montovanelli, D. F. (2012). Quintais agroecológicos: sala de aula informal para capacitação formal. As experiências do assentamento rural Araras 4. Dissertação - Universidade Federal de São Carlos. Araras - SP.

Peres, F. (2009). Saúde, trabalho e ambiente no meio rural brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(6), 1995-2004. Retrieved April 04, 2014, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000600007&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S1413-81232009000600007.

Ribeiro H. P. & Lacaz, F. A. C. (1985). De que adoecem e morrem os trabalhadores? São Paulo, SP: DIESAT.

Santos, J. C. B. & Hennington, E. A. (2013). Aqui ninguém domina ninguém: sentidos do trabalho e produção de saúde para trabalhadores de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Cadernos de Saúde Pública*, 29(8), 1595-1604. Retrieved March 31, 2014, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013000800012&lng=en&tlng=pt. 10.1590/0102-311X00096612.

Santos, J. C. B. (2011). “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e as relações entre saúde, trabalho e ambiente em um assentamento rural no estado do Rio de Janeiro”. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro.

Sato, L. (1996). Trabalho e Saúde Mental. In Central Única dos Trabalhadores (Org.), *Saúde, meio ambiente e condições de trabalho: conteúdos básicos para uma ação sindical*. São Paulo: CUT.

Sato, L. (2002). Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. *Cadernos de Saúde Pública*, 18 (5), 1147-1157.

Scopinho, R. A. (2010). Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(Supl. 1), 1575-1584.

Scopinho, R. A. (2012). *Processos Organizativos de Assentamentos Rurais. Trabalho, condições de vida e subjetividades*. São Paulo: Annablume.

Tomaz Jr., A. (2001). Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil (uma contribuição à "Leitura" Geográfica do Trabalho). *Revista Pegada*, Vol. 2, No 1. Acesso em: 17/05/2013. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewArticle/773>

Seifert, A. L. & Santiago, D. C. (2009). Formação dos profissionais das áreas de ciências agrárias em segurança do trabalho rural. *Ciência e Agrotecnologia*, 33(4), 1131-1138. Retrieved March 31, 2014, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-70542009000400026&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S1413-70542009000400026.

O EXTRATIVISMO DE FRUTOS DE MIRITI COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO RIBEIRINHA NO INVERNO AMAZÔNICO

Fagner Freires de Sousa¹ (NCADR/UFPA); Flávio Bezerra Barros² (NCADR/UFPA);
Camila Vieira-da-Silva³ (IFPA)

sousa.ffreires@gmail.com; flaviobb@ufpa.br; camivs@gmail.com

Coordenação de Aperfeiçoamento ao Pessoal de Nível Superior - CAPES
GT4 – Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

RESUMO

Na várzea da região do Baixo Tocantins (PA) a disponibilidade de recursos naturais explorados comercialmente pelos ribeirinhos é predominante no verão (estação seca), destacando-se o açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), cujo extrativismo do fruto é a principal atividade econômica desse segmento social. O inverno, momento de entressafra do açaí, é visto como um período de “famitura”, no qual o ribeirinho busca outros recursos para garantir sua reprodução, dentre eles, o miriti (*Mauritia flexuosa* L.f.). Assim, busca-se caracterizar o extrativismo de miriti e analisar sua importância para a reprodução ribeirinha no inverno. A pesquisa foi conduzida na ilha Sirituba, em Abaetetuba (PA). Os métodos de coleta de dados utilizados foram aplicação de questionários semiestruturados, entrevistas e observação participante. Constatou-se que o extrativismo de miriti conta, predominantemente, com a mão-de-obra familiar, sendo o corte dos cachos atividade exclusiva dos homens enquanto as demais etapas (debulha do cacho, colocar para “pretar”, escolher, colocar de molho, controlar a temperatura da água pra não cozer, raspar e embalar) são realizadas por todos os membros da família, que trabalham juntos principalmente no momento da raspagem. A massa de miriti, formada por polpa e casca, é comercializada em sacolas (5 kg) na cidade de Abaetetuba para clientes fixos (geralmente beneficiadores), a preços que variam de R\$ 7,00 a R\$ 12,00 entre as famílias e/ou na feira para consumidores diversos, por preços que variam de R\$ 3,00 a 12,00. Na feira, também são comercializados os frutos moles a R\$ 1,00 (8 a 15 unid.). Além de garantir renda, o miriti é uma importante fonte alimentar presente na dieta diária dos ribeirinhos, seja “in natura”, na forma de vinho ou mingau.

Palavras-chave: Reprodução social; extrativismo; campesinato de várzea.

¹ Tecnólogo Agroindustrial (UEPA, 2013), Especialista em Extensão Rural, Sistemas Agrários e Ações de Desenvolvimento (UFPA, 2014) e Mestrando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da UFPA/Embrapa.

² Biólogo (UFRPE, 2000), Doutor em Biologia da Conservação (Universidade de Lisboa, 2011). Docente do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará. Participa dos Programas de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA/UFPA) e Antropologia (PPGA/UFPA).

³ Agrônoma (UNESP, 2002), Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS, 2013) PhD em Desenvolvimento Rural (UFRGS, 2014) e em Agriculturas Amazônicas (UFPA, 2014). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Avançado Vigia.

INTRODUÇÃO

Os camponeses da várzea amazônica – os ribeirinhos – são povos multifacetados que se metamorfoseiam de acordo com o tempo e o espaço, através de estratégias, conhecimentos e práticas que lhes possibilitam reproduzirem-se material e simbolicamente, conservando seu modo de vida (FRAXE, 2000; HARRIS, 2006).

A água, a terra e a floresta são a tríade elementar desses grupos sociais (WITKOSKI, 2007), que tomam esses ambientes como lugar de lazer, morada de seres encantados e principalmente lugar de trabalho, de onde o ribeirinho e sua família extraem os elementos necessários para a sua reprodução⁴.

Nas florestas de várzea o trabalho ribeirinho é voltado para o extrativismo de espécies animais e vegetais. Dentre as espécies vegetais, nesse ambiente, o extrativismo de palmeiras é recorrente. No contexto das ilhas de Abaetetuba, onde há uma predominância dos ecossistemas de várzea, particularmente, destacam-se o açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) e o miriti (*Mauritia flexuosa* L.f.), as quais garantem, no verão e inverno, respectivamente, a reprodução dos atores sociais, gerando alimentação, trabalho e renda (COTTA, 2010).

A importância do açaí para a vida ribeirinha é amplamente reconhecida, uma vez que esse fruto estar presente em sua alimentação diária, mas também por apresentar excelente aceitação comercial, expandindo-se recentemente aos mercados nacional e internacional, figurando como uma importante fonte de renda a esses sujeitos, que apostam na produção do açaí como carro-chefe das unidades de produção familiar (UPF). A safra do açaí acontece no verão amazônico e coincide com a maior intensidade da atividade pesqueira, sendo assim, o verão um momento de abundância de recursos.

No inverno amazônico (janeiro a junho), no entanto, o momento é de escassez de recursos naturais, pois compreende a entressafra do açaí e o defeso, quando a pesca é

⁴ Vale-se do conceito de reprodução social defendido por Moreira (2004) que a entende como uma “reprodução ampliada ou ativa” em que a produção acontece “no interior da reprodução social, da emergência prática, ativa e viva, do novo no interior do velho”. A autora apropria-se de contribuições de Bourdieu (1972), Garcia Jr. (1989) e Martins (2000) para defender a reprodução social para além da simples reprodução biológica, em que a subsistência é o propósito principal, uma vez que, mediante as pressões da sociedade abrangente as necessidades dos camponeses transcendem as necessidades materiais de comer, vestir e morar, surgindo novas necessidades básicas como os meios de transporte, telefonia e de informação, incorporando a esse conceito os “produtos modernos” e a criação de estratégias para manter o modo de vida camponês, destacando a importância da posse da terra – e a disponibilidade de recursos naturais – e um nível mínimo de renda.

fechada, chegando assim, a ser considerado um momento de “famitura”. É nesse cenário, que o extrativismo de miriti ganha força, pois é a única espécie que produz em abundância nesse período, passando a ser considerado por muitas famílias como o “açai do inverno”.

Dessa forma, a partir da realidade sociocultural dos ribeirinhos da ilha Sirituba, em Abaetetuba, nordeste paraense, propõe-se caracterizar o extrativismo de frutos de miriti e, assim, verificar se e como ele contribui para a reprodução das famílias ribeirinhas durante o inverno amazônico.

A pesquisa foi realizada a partir de imersão em campo durante os meses de agosto de 2014 a abril de 2015 e consistiu na coleta de dados primários por meio de aplicação de questionários semiestruturados (GOODE; HATT, 1960), entrevistas não diretivas (MICHELAT, 1987) e observação participante (MALINOWSKY, 1976). A aplicação de questionários foi realizada a fim de caracterizar as unidades de produção ribeirinhas, além de levantar dados de produção, comercialização e consumo do miriti, os quais foram analisados estatisticamente por meio do software *IBM SPSS Statistics*. As entrevistas buscaram levantar o histórico da prática do extrativismo do miriti na ilha, assim como entender a racionalidade por trás dessas. Já a observação se deu durante o trabalho com o miriti, por meio do acompanhamento das coletas no mato, transporte dos frutos para UPF, despulpamento e comercialização, a fim de descrever e compreender a atividade e os papéis ocupados por cada membro da família nesse processo.

A VARZEA E SEUS SUJEITOS NA ILHA SIRITUBA

A ilha Sirituba está localizada no rio Pará, no município de Abaetetuba, estado do Pará e conta com uma área total de 758.328,3 ha, que se encontram sob gestão da Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Pará -SPU/PA (IDESP, 2011). A mesma caracteriza-se como uma área de várzea, pois suas terras estão situadas na planície aluvial de inundação, que aflora diariamente de acordo com o regime das marés (preamar e baixamar) que ocorrem a cada 6 horas, ocasionadas pela força de atração que a lua exerce sobre a terra, acrescida do alinhamento da terra, lua, sol e do movimento de rotação da terra (SILVA; SILVA; RODRIGUES, 2002). Como a ilha situa-se em área baixa (várzea baixa) é inundada pelo menos duas vezes ao mês, período que compreende as marés de sizígias, também conhecida como marés vivas ou cabeça d'água, quando a maré apresenta o maior pico e inunda mais a terra, fato que coincide com as luas cheias e novas.

A ilha Sirituba é constituída por quatro comunidades tradicionais ribeirinhas, Costa Sirituba, Costa Campopema, Tabatinga e Santa Maria do rio Sirituba, cuja situação fundiária foi regularizada no ano de 2005 pela outorga de Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) do Programa Nossa Várzea da SPU/PA e em seguida pela criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Santa Maria, o que beneficiou 248 famílias agroextrativistas ribeirinhas (BRASIL, 2005).

O povoamento na ilha é antigo, no entanto, as comunidades foram formadas a menos de quatro décadas. A comunidade Santa Maria ganhou o status de comunidade há aproximadamente 39 anos e a comunidade Costa Sirituba há apenas 26 anos. A formação das comunidades na ilha sofreu influência da igreja católica, reiterando o defendido por Ammann (1985) de que o uso do termo comunidade é recente, tendo sido introduzido pela ação pastoral da Igreja Católica durante os anos 1960-70, através das *Comunidades Eclesiais de Base*.

A principal forma de locomoção nas comunidades são as embarcações, com destaque para aquelas de pequeno porte equipadas com motor a diesel como as rabetas e voadeiras, e os cascos⁵ a remo em menor escala. Durante todo o dia é constante a circulação de pessoas, que se deslocam para a cidade, comunidades vizinhas ou mesmo para visitar um amigo ou parente na própria comunidade. Além disso, as embarcações também garantem o transporte dos produtos agroextrativistas e outros bens de consumo.

Os atores sociais dessas comunidades são entendidos como ribeirinhos, que segundo Hiraoka (1993), Maybry-Lewis (1997), Canto (2007) e Witkoski (2007) são camponeses amazônicos que habitam a margem das águas e que vivem da extração e manejo de recursos florestais e aquáticos, da agricultura em pequena escala e da criação de animais que, utilizando de mão-de-obra familiar, produz para o auto consumo e à comercialização. Embora entendamos que estas conceituações, em muitos casos, não reflitam a realidade, tendo em vista a diversidade de atores que compõem o campesinato amazônico, neste caso, os sujeitos se autodenominam ribeirinhos. Com efeito, assumimos neste estudo esta categoria, que pode ser entendida como uma categoria nativa.

Acrescenta-se ainda, em consonância com Lopes (2011), que não é apenas o fato de morar na beira do rio que caracteriza o ribeirinho amazônico, mas sua forma de interagir com os recursos das águas e da floresta e os conhecimentos e representações

⁵ Pequena canoa de madeira.

específicas relacionadas ao ambiente em que vivem: “é também um jeito de pensar e agir” que determina o *ser* ribeirinho.

Valendo-se do defendido por Fraxe *et al.* (2007), ressalta-se ainda que os ribeirinhos destacam-se dentre os camponeses, pois diferente dos demais - que utilizam apenas a terra como meio de produção e apresenta uma esfera de atividade exclusiva -, exercem várias atividades simultâneas e nenhuma exclusiva, utilizando, além da *terra*, a *água* como principal meio de produção.

Assim, defende-se o ribeirinho amazônico como pluriativo, isto é, que pratica atividades agrícolas, criação de animais e o extrativismo vegetal e animal, os quais compreendem os sistemas de produção – agrícola, de criação e extrativista –, que têm como principais finalidades o consumo doméstico e a comercialização (MAYBURY-LEWIS, 1997; NEVES, 2005; CANTO, 2007; WITKOSKI, 2007). Noda *et al.* (2001) e Castro *et al.* (2009) defendem que o sistemas de produção ribeirinhos caracterizam-se como sistemas agroflorestais, que foram definidos pelo processo histórico de ocupação dessas áreas, em que as florestas nativas foram removidas, dando lugar a florestas secundárias que foram manejadas, mantendo algumas espécies nativas de interesse econômico ainda presentes e introduzindo espécies frutíferas, cultivos de ciclo curto e pequenas criações, os quais são combinados com o uso dos lagos e rios.

O histórico das unidades de produção da ilha Sirituba segue exatamente a dinâmica apresentada por esses autores, pois como segundo relato das pessoas mais velhas nos anos iniciais de ocupação da ilha as florestas nativas foram intensamente exploradas para extração de madeira, espaço que posteriormente foi ocupado pela produção canavieira que viera a entrar em declínio na década de 1970 em decorrência da competição com a produção canavieira de outras regiões do país. Assim, quando se estabeleceram as unidades de produção na ilha, as áreas anteriormente ocupadas pelos canaviais foram reflorestadas, efetuando-se o plantio de espécies frutíferas, com destaque para o açaí, que somadas a outras espécies nativas que se regeneraram e foram mantidas, como o miriti, andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), siriúba (*Avicennia schaueriana*), ucúba (*Virola surinamensis*), facão (*Clitoria fairchildiana*), taperebá (*Spondias mombin* L.), dentre outras formam o sistema agroflorestal ribeirinho.

Atualmente, as principais atividades econômicas desenvolvidas nas comunidades são o cultivo e extração de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), seguido pela confecção do matapi (um artefato de pesca produzido a partir de talas de jupati, uma

palmeira da espécie *Rhapis excelsa*), pesca e captura de camarão e o extrativismo vegetal de sementes, frutas e fibras, com destaque para o miriti.

O extrativismo de frutos de miriti para despulpamento e comercialização é forte nas comunidades, o que lhes dá notoriedade, sendo as mesmas reconhecidas pelas pessoas de outras ilhas e da cidade de Abaetetuba como grandes produtoras de polpa de miriti, fato que determinou a escolha desta como *locus* de pesquisa. A coleta dos frutos ocorre nos meses do inverno, entre novembro e maio, coincidindo com a entressafra do açaí, situando-o como principal fonte de renda e alimentação no inverno.

Essa estratégia vai ao encontro do defendido por Harris (2006) como características essenciais dos ribeirinhos, sua flexibilidade e resiliência, isto é, a facilidade de adaptação e resistência, que lhes possibilitam não apenas se acomodar em mercados flutuantes, mas também se organizar e se reproduzir nas novas condições encontradas.

O EXTRATIVISMO DE MIRITI EM SIRITUBA: REPRODUÇÃO E (RE) CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS

O extrativismo é entendido, segundo Vieira-da Silva e Miguel (2014), como uma exploração contínua de determinada espécie – como o miriti – que resulta no acúmulo de conhecimentos sobre a mesma e, conseqüentemente, em práticas específicas de manejo para cada espécie explorada, o que pode se assemelhar a um sistema de cultivo, o qual se insere no calendário de produção e também é subordinado ao movimento cíclico das águas, o qual dita regras e impõe sazonalidade nas atividades exercidas.

O extrativismo do miriti é realizado na ilha Sirituba durante os meses de janeiro a maio, tendo em vista que esse é o período de safra da palmeira. Todavia, durante a pesquisa pode-se verificar que a partir do mês de novembro já é possível encontrar algumas palmeiras com frutos maduros e a prática do extrativismo sendo realizada.

Não se sabe ao certo quando os ribeirinhos de Sirituba começaram a integrar a coleta de frutos de miriti ao sistema extrativista, direcionando-os além da alimentação, para a comercialização. O que se pode afirmar, baseado nos relatos de todos os entrevistados, é que suas famílias já o praticavam quando se “entenderam por gente”, sendo essa atividade repassada geração após geração, reproduzindo-se até os dias atuais. Alguns relatos podem ser observados a seguir:

“Isso já é antiguidade já... é tradição de bisavô, avô, pai, mãe... coisa de muito tempo já... quando eu me entendi já existia, já trabalhava com o miriti.” (Maria Conceição, 67 anos, pesquisa de campo, 2014).

“Eu trabalho com o miriti desde quando eu me entendi, porque meus pais trabalhavam com isso, com a fruta... desde criança eu trabalho com o miriti” (Ronildo, 42 anos, pesquisa de campo, 2014).

“Eu comecei a trabalhar com o miriti foi desde o tempo do meu pai, né? De primeiro era eles que trabalhavam em cima do miriti, né? Ai ele começou a vender miriti... ai a gente já fazia parte do serviço dele, né? Nós era filha dele tudo solteira ainda, começamos trabalhar com ele assim, todos nós filhos ajudava ele (...) ai depois vai, ele morre e nós ficamos sempre trabalhando com o miriti. Meus irmão, eu... eu não trabalho hoje em dia porque eu não dou conta mais, sabe? Mais meus irmão trabalha... meu filho. Meu filho já é quem comanda” (Maria Iraci, 42 anos, pesquisa de campo, 2015).

Assim, constata-se que as práticas e conhecimentos relacionados ao extrativismo de miriti são repassados de pai para os filhos, que se apropriam delas enquanto submissos as ordem dos pais e as reproduzem ao formarem novos núcleos familiares, integrando o extrativismo de miriti a essa nova unidade de produção. Essa reprodução (geracional) do extrativismo de miriti, no entanto, resultou, ao longo dos anos, em algumas mudanças nas práticas, sobretudo, decorrentes da inclusão de novas tecnologias, demandas e exigências do mercado consumidor, reiterando o defendido por Santilli (2005) de que os conhecimentos tradicionais não são estáticos, e sim dinâmicos, evoluindo com o tempo.

As principais mudanças deram-se nos instrumentos e nas práticas de coleta e despulpamento dos frutos. A princípio, apenas os frutos maduros caídos eram coletados em baixo dos miritizeiros, sendo estes armazenados em rasas⁶ e transportados até as UPF's, onde eram selecionados, lavados e, depois de um ou dois dias, submetidos ao amolecimento, que consistia em acondicionar os frutos em potes de barro e, sob imersão em água, levar ao fogo.

Atualmente, os frutos são coletados efetuando-se o corte dos cachos, identificados como maduros pelo desprendimento dos primeiros frutos. A quantidade de frutos coletada também aumentou em virtude do aumento da demanda por miriti na cidade, com isso, substituíram-se os potes, que comportavam no máximo duas rasas de miriti, por tambores de flandres, que chegam a comportar 12 rasas, sendo assim, utilizados por todos os extrativistas. A seguir, a fala de Dona Erondina é reveladora dessa descrição:

⁶ Cesto produzido de talas de palmeiras trançadas.

Quando eu nasci eu conheci a minha mãe amolecendo miriti no pote, quando não na tina, aquelas tina grande de barro. Esse negócio de latão já foi de uns ano pra cá já... eu acho que foi de uns 20 anos pra cá que começaram com o negócio de tambor. Eu tenho pra mim que foi porque o tambor, ele tem o porém que ele leva mais fruta... 12 rasas... tem pote que não pega bem 1 rasa... ai pra vender assim, já é pouco, já dá mais trabalho (Erondina, 56 anos, pesquisa de campo, 2015).

O processamento e a comercialização dos frutos também passaram por algumas mudanças. Antigamente, os frutos eram apenas amolecidos e levados para cidade, onde eram comercializados “a retalho”, isto é, em unidades. Com o tempo alguns compradores, principalmente os batedores (beneficiadores de miriti para produção de vinho) começaram a solicitar a polpa dos frutos, em decorrência da dificuldade de despulpamento dos frutos, que por serem grandes e possuírem caroços resistentes acabavam danificando a vitaminose – máquina usada para despolpar açaí e utilizada no despulpamento do miriti. A partir de então, outros consumidores também fizeram tal exigência, induzindo a adoção de uma nova prática no beneficiamento do miriti pelos ribeirinhos, a “raspagem” – como se referem ao despulpamento.

Alguns relatos indicam, embora não precisamente, quando os ribeirinhos iniciaram a adotar a raspagem para o beneficiamento do miriti:

“No tempo que a minha mãe amolecia miriti, e até eu amolecia uns tempos atrás, né? (...) nós levava tudo em caroço, a fruta, pra nós revender na cidade, né? E de uns tempo pra cá, ta fazendo o quê? Uns 10 anos e pouco, começou esse negócio de raspagem do miriti, né?” (Erondina, 56 anos, pesquisa de campo, 2015)

Ao introduzirem a etapa de “raspagem” no beneficiamento do miriti, o dispêndio de trabalho aumentou, levando as famílias a trabalharem além do dia, a noite, uma vez que o miriti era amolecido durante o dia e raspado durante a madrugada, a fim de garantir a qualidade da polpa, que muito perecível, requeria o despulpamento próximo ao momento de comercialização, uma vez que a comunidade naquele a época não tinha acesso a energia elétrica. A partir de 2011, quando, por meio do programa de governo “Luz para Todos”, tiveram acesso à energia elétrica e adquiriram refrigeradores, muitas famílias começaram a realizar o despulpamento ainda durante o dia, no final da tarde, armazenando a polpa sob refrigeração até o momento de comercializá-la. Todavia, por exigências dos compradores, algumas famílias ainda realizam o despulpamento (ou raspagem, no dizer local) durante a madrugada, oferecendo um produto fresco.

Relata-se ainda que antigamente quase todas as famílias da ilha praticavam o extrativismo de miriti, uma vez que até então não dispunham de auxílios financeiros de

programas sociais como Bolsa Família, Bolsa Verde e Seguro Defeso, que hoje são acessados por quase 100% dos ribeirinhos em Sirituba e despontam como uma fonte de renda no inverno, estimulando a desistência da atividade. Assim, o número atual de UPF que praticam o extrativismo de miriti na ilha (22 UPFs) é muito inferior à totalidade de anos atrás. Ressalta-se, no entanto, que este número refere-se às UPF que praticam o extrativismo de miriti em escala comercial, não representando a totalidade de extrativistas de miriti, que compreende também aquelas que coletam os frutos apenas para o consumo familiar, que chega a 100% das famílias.

A FAMÍLIA E O TRABALHO NO EXTRATIVISMO DE MIRITI

As famílias ribeirinhas da ilha Sirituba apresentam em média seis membros, sendo três homens, duas mulheres e uma criança. A família compreende a principal mão de obra empregada no extrativismo, no qual todos os membros, com exceção das crianças com idade inferior a 7 anos, dependem trabalho. Em geral as famílias são lideradas por um homem, frequentemente o pai, mas também há casos em que o casal (pai e mãe) ou uma mulher (geralmente a mãe, solteira ou viúva) tomam as decisões relativas à UPF, sendo os demais membros submissos às suas ordens.

O trabalho no extrativismo do miriti inicia na mata (floresta de várzea), onde os frutos são coletados diretamente no chão, embaixo das palmeiras ou por meio do corte do cacho. A coleta no chão é realizada por homens e mulheres, que escolhem os frutos maduros, armazenam em rasas e transportam até as UPF. Esse primeiro tipo de coleta é realizado principalmente pelas famílias extrativistas de miriti apenas para consumo familiar. As famílias que praticam extrativismo com principal finalidade de comercialização executam principalmente o corte dos cachos, atividade realizada exclusivamente por homens, que sobem em árvores próximas ao miritizeiro e passam para a copa da palmeira de onde realizam o corte dos cachos (Figura 1.A).

Nesse último caso, as mulheres, em alguns casos, acompanham os maridos na coleta para realizar a debulha dos cachos ainda na mata, armazenando os frutos em rasas que são levados aos cascos e então transportados até as UPF's. Muitas vezes não se realiza a debulha na mata, transportando os frutos ainda presos ao cacho. O transporte geralmente é realizado quando a maré está cheia, pois possibilita adentrar a floresta pelos igarapés e chegar bem próximo as palmeiras onde estão os frutos.

As coletas dos frutos, via de regra, são realizadas dentro dos limites da UPF, ou no máximo avançando sobre a UPF de parentes que não praticam a atividade com fim

comercial. Em alguns casos, quando a família não dispõe de muita terra ou seu estabelecimento não possui muito miriti, efetua-se a compra dos frutos, que acontece em duas modalidades: a compra dos cachos ainda nas árvores, transação mais realizada na própria comunidade, em que os ribeirinhos compram o miriti dos terrenos de amigos ou vizinhos, sendo responsabilidade deles próprios efetuar o corte dos cachos e; a compra dos frutos “in natura” em paneiros, transação realizada via de regra entre os ribeirinhos de Sirituba e ribeirinhos de outras ilhas que coletam os frutos, debulham, dispõem em rasas e vêm até as comunidades para realizar a venda.

Já no núcleo da UPF, espaço que compreende a casa e o quintal, os frutos (coletados ou comprados) são desembarcados (Figura 1.B) e dispostos no chão da “casa do miriti”⁷, formando “camas”, onde ficam em descanso por cerca de cinco a sete dias para “pretar”, expressão utilizada pelos ribeirinhos referindo-se ao escurecimento da casca do miriti nesse intervalo de tempo, o que caracteriza o amadurecimento.

O amadurecimento é dado por encerrado quando o talo (cálice) dos frutos começa a se desprender. Quando se faz essa constatação, os ribeirinhos - homens ou mulheres - realizam uma seleção dos frutos (Figura 1.C), escolhendo aqueles que estão maduros e descartando os que apresentam-se em senescência, separando-os em rasas ou basquetas.

Posteriormente, os frutos são submetidos ao amolecimento, atividade que exige experiência e conhecimentos específicos, sendo, dessa forma, realizada geralmente pelo pai, mãe ou filhos mais velhos que já se apropriaram dos conhecimentos necessários para tal. O amolecimento é realizado em tambores de metal (Figura 1.D), onde imerso em água, os frutos são levados ao fogo. Esse processo divide-se em três etapas, que consiste em três aquecimentos, em temperaturas crescentes: o primeiro é realizado logo pela manhã em fogo brando, com temperatura da água aproximadamente a 70 ° C; o segundo realizado por volta das 11 horas, já apresenta fogo mais alto com temperatura da água chegando a aproximadamente 90°C e; a terceira e última, realizada ao final da tarde já permite que a temperatura da água chegue a aproximadamente 100°C, no entanto não deve permanecer nessa temperatura por muito tempo, apagando-se o fogo imediatamente ao iniciar a fervura. Acredita-se que a fervura da água gere a cocção dos frutos, resultando na agregação da polpa ao caroço do fruto o que impossibilita o despulpamento.

⁷ Barracos construídos geralmente em madeira e cobertos com palha, que são destinados ao trabalho com o miriti.

O processo é descrito da seguinte forma:

“...tem que tocar o fogo na vasilha, pra saber quando tá o tempo, porque tem uma temperatura lá, se você deixar ele muito quente ele coze, ele esturrica lá que... ele não amolece mais. Que a gente trabalha com ele é metido três fogo no dia nele. A gente mete de manhã, fraquinho, só que dê pra dá uma amornada bacana nele, sabe? Ai o segundo a gente dá pra base dum meio dia-uma hora da tarde; ai já é mais quente; ai você aguenta a mão bacana ainda. Ai no terceiro você pode deixar esquentar mesmo, até você não querer... não querendo aguentar mais a mão, a gente tira o fogo. A gente mede com a mão a temperatura da água lá e a gente sabe a temperatura que a água tá. Ai ele não nega nenhum, um tambor de 200 litros todos ficam bom lá” (Ronildo, 42 anos, pesquisa de campo, 2014).

Como pode ser observado, a atividade não dispõe de tecnologias modernas, mas de conhecimentos tradicionalmente apropriados pelos ribeirinhos com a prática, o que possibilita que controlem a temperatura da água apenas pelo tato, garantindo que os frutos amoleçam a ponto de permitir o despulpamento.

Após cessar o período de aquecimento e amolecimento, os frutos permanecem na água até esfriarem ou até o momento de iniciar o despulpamento, quando os frutos são retirados do tambor por meio de rasas (Figura 1.D), os quais são dispostos na “casa do miriti” para cada pessoa que efetuará a “raspagem”.

O despulpamento – ou raspagem do miriti - é uma ocasião em que a família se reúne para execução da atividade (Figura 1.E). Homens e mulheres, em idade adulta e mesmo as crianças, com seus baldes e colheres sentam-se no chão ou em banquinhos improvisados, com rasas de miriti mole a sua frente executam a remoção da massa de miriti, que compreende a polpa e a casca dos frutos.

A habilidade para executar a atividade impressiona. Adultos e crianças “raspam” velozmente os frutos, no entanto, tendo o cuidado de separar os frutos considerados impróprios à comercialização e consumo, dentre eles aqueles que apresentam injúrias, podridões e o chamado “limo” - um tipo de resina que recobre a casca do fruto - que quando misturado à polpa dos frutos “sadios”, altera a coloração do vinho, perdendo a qualidade e reduzindo o valor de venda ou, até mesmo, impossibilitando a venda. Além desses, dentre os frutos descartados também estão aqueles que continuaram duros após o período de amolecimento.

Durante a execução desta atividade, as conversas sobre os assuntos da família, da comunidade, sobre a novela, informações noticiadas no jornal ou mesmo o contos de causos e piadas garantem a sociabilidade entre os trabalhadores, que entre um miriti e outro soltam muitas risadas, que fazem do trabalho penoso, um momento também de entretenimento. Assim, a raspagem além de se configurar como hora de trabalho,

também apresenta caráter lúdico, de lazer, mas, sobretudo, de uma perenidade dos conhecimentos e práticas, pois, por meio da observação e dos fazeres, o conhecimento tradicional vai sendo sempre renovado no seio das famílias, uma vez que diferentes gerações realizam o trabalho, que é coletivo. Ao mesmo tempo em que trabalham e aprendem as crianças também brincam e se divertem raspando (e hora ou outra, comendo) o miriti.

Ao fim da raspagem, a massa do miriti é embalada em sacolas de polietileno com capacidade para 5 kg e armazenada em basquetas de plástico, que posteriormente são levadas às canoas (Figura 1.F) e, antes mesmo do raiar do sol, por volta das 4h a 5h da manhã, transportadas pelo chefe da família - ou outro membro encarregado de tal atividade (geralmente homem) - à cidade de Abaetetuba, onde efetua-se a comercialização.



Figura 1. Trabalho no extrativismo de miriti: A) ribeirinho escalando árvore para coleta de miriti; B) ribeirinhos desembarcando frutos de miriti na UPF; C) seleção dos frutos para amolecimento; D) tambores com miriti amolecendo ao fundo e ribeirinho retirando frutos moles para raspagem, à frente; E) família raspando miriti durante a madrugada; F) ribeirinho carregando a rabeta de miriti para entregar na cidade de Abaetetuba. Fotos: Fagner Sousa, pesquisa de campo, 2015.

A COMERCIALIZAÇÃO DO MIRITI EM ABAETETUBA

A comercialização do miriti estabelece uma forte relação entre a ilha e a cidade de Abaetetuba, principal mercado consumidor do miriti beneficiado na ilha Sirituba. As principais formas de comercialização do miriti são massa, formada por polpa e casca, vendida embalada em sacola de 5 kg e, os frutos amolecidos, vendidos em unidades.

A “sacola” é a principal forma de comercialização atualmente, praticada por 100% dos extrativistas e exclusiva na comunidade Costa Sirituba, onde todos os extrativistas comercializam o miriti apenas na forma de massa (polpa). Os extrativistas da comunidade Santa Maria, entretanto, apesar de praticarem a comercialização da massa também realizam a comercialização dos frutos moles, que são vendidos em unidades.

Os principais compradores são beneficiadores (batedores e mingauleiros⁸), seguidos pelos consumidores em geral e, por último, marreteiros - intermediários que realizam a compra da polpa para posterior comercialização em outras cidades (Gráfico 1). Os beneficiadores destacam-se na rede comercial da comunidade Costa Sirituba, uma vez que 100% dos extrativistas desta comunidade mantêm contratos (verbais) com beneficiadores, entregando diariamente uma quantidade x de sacolas, pelas quais são pagos preços fixos, que variam de R\$ 7,00 a R\$ 12,00 entre as famílias. As entregas são realizadas em Abaetetuba, na feira do açaí, onde os beneficiadores esperam os ribeirinhos desembarcarem o miriti (Figura 2.A). Os extrativistas de Santa Maria, por outro lado, realizam a comercialização, majoritariamente, na feira de Abaetetuba (Figura 2.B) para consumidores diversos, recebendo entre R\$ 3,00 e R\$ 12,00 pela sacola (5kg) e R\$ 1,00 em 10 a 15 unidades do fruto mole.

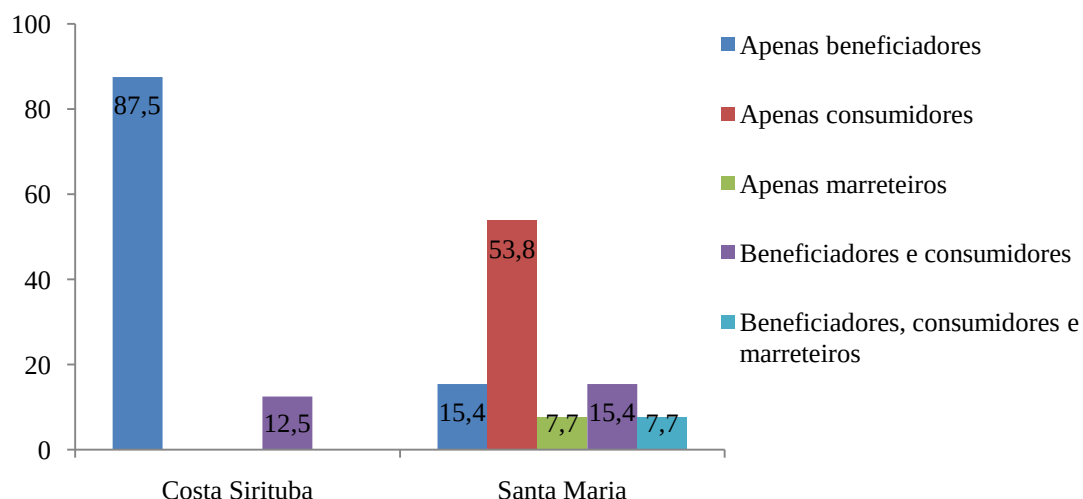


Gráfico 1. Principais redes de comercialização do miriti das comunidades, Abaetetuba, Pará.

⁸ Vendedores de mingau de miriti.



Figura 2. Comercialização do miriti: A) ribeirinho entregando polpa de miriti para beneficiadoras em Abaetetuba; B) Senhor Manoel comercializando miriti em polpa e fruto amolecido na feira de Abaetetuba.

Fotos: Fagner Sousa, pesquisa de campo, 2015.

Embora a comercialização do miriti seja praticada há muito tempo na cidade de Abaetetuba, o mercado para o fruto ainda é muito instável e, conseqüentemente, o preço na feira é muito variável, constituindo-se em função da demanda e preço do açaí. Quando tem muito açaí na feira por preço baixo, o preço do miriti desce significativamente, chegando a alcançar até R\$ 3,00, por outro lado, quando o preço do açaí está alto, consegue-se até R\$ 12,00 na sacola (5 kg) de polpa de miriti.

Apesar disso, no inverno o miriti é o recurso natural disponível na ilha responsável pela maior geração de renda. Muitos ribeirinhos afirmam que, entre os meses de janeiro a maio, a comercialização do miriti garante a maior parte da renda das famílias, que encontram nele a possibilidade de reproduzir-se física e socialmente, uma vez que possibilita a aquisição de alimentos não produzidos no lote e outros bens de consumo requeridos pela família, como pode ser observado a seguir:

“As vez a gente não tinha (o que comer), agora a gente tem, né? Come do que a gente quer, e as vez a gente não tinha nada, de primeiro não tinha comida pra gente comer assim, passava fome. Agora não, depois de ter o miriti, a gente passa bem, né? Ele ajuda muito” (Maria, 35 anos, pesquisa de campo, 2015).

Constatou-se, por meio de acompanhamento mensal da produção e comercialização do miriti junto a algumas famílias da ilha, que o extrativismo de miriti gera, em média, uma renda de R\$ 1.179,17 com desvio padrão de R\$ 442,14, descontados os custos com a compra de miriti “in natura”, compra de combustível para transporte até a cidade e material de consumo para execução da atividade.

Dessa forma, constata-se em concordância com Witkoski (2007), que o extrativismo não é apenas uma prática acessória da economia camponesa, mas responsável por garantir a autonomia relativa do camponês, por meio da geração de renda para a UPF, chegando a alcançar em média, um valor mensal superior ao salário mínimo atual.

A importância da comercialização do miriti para os camponeses amazônicos já fora destacada por Cymerys, Fernandes e Rigamonte-Azevedo (2005), que ressaltam que o fruto, com produção majoritariamente extrativista, apresenta os agricultores familiares e povos tradicionais como seus principais agentes de comercialização, que o comercializam diretamente em feiras e portos das cidades, para atravessadores e pequenas agroindustriais.

“TODA HORA A GENTE COME MIRITI”: O MIRITI NA ALIMENTAÇÃO RIBEIRINHA

O miriti é consumido na ilha, “in natura”, na forma de vinho, licores, mingau, *chopp*⁹, pudim ou como molho acompanhante de camarão ou pescado. Seu consumo se faz exclusivamente durante o inverno amazônico, por coincidir com a safra dessa espécie e período de entressafra do açaí, fruto muito apreciado pelos ribeirinhos e constituinte singular de sua dieta. Na falta de açaí, consome-se miriti, fruto também apreciado pelos ribeirinhos de Sirituba que dizem consumi-lo “toda hora” durante o inverno. Relato confirmado nas observações de campo, quando foi possível observar o consumo de miriti e/ou seus derivados em todas as refeições do lanche matinal ao jantar.

O miriti coletado para o consumo, no entanto, diferencia-se daquele destinado à comercialização. Constatou-se, que os frutos destinados ao consumo são coletados de “miritizeiros especiais”, palmeiras que recebem nomes e são reconhecidas como provedoras de bons frutos, exclusivos para alimentação familiar e, em alguns casos, presentear vizinhos, amigos e parentes. Essas palmeiras geralmente são miritizeiros antigos e, de acordo com os relatos dos interlocutores, produzem frutos de coloração amarela ou branca, que são considerados mais doces e, portanto, mais gostosos.

⁹ Gelado comestível embalado em saco plástico.

A coleta desses frutos também se diferencia da utilizada para os frutos que serão comercializados, consistindo em juntar os frutos caídos em baixo das palmeiras. Embora o corte dos cachos seja praticado por todas as famílias, quando se trata do miriti para o “bebe”, isto é, para o consumo no núcleo familiar, prefere-se os frutos “que caem”, por considerarem estar mais maduro e apresentarem um sabor mais agradável; mais adocicado. Essas observações podem ser constatadas nos relatos a seguir:

“o miriti gostoso é o que cai, que está bem maduro... o cortado é azedo, até o vinho sai azedo” (Miguel, 82 anos, pesquisa de campo, 2014).

“o sabor do que cai é melhor, ele não é muito azedo, é melhor o que cai” (Cacildo, 52 anos, pesquisa de campo, 2014).

“o que cai assim no chão o miriti é melhor, sabe como é? O que corta assim, como já é cortado já tem uma diferença um bucadinho” (Nazaré, 60 anos, pesquisa de campo, 2014).

As principais formas de consumo do miriti na ilha são a própria fruta, o vinho e o mingau, como pode ser observado nos relatos a seguir:

“A gente come o miriti, toma o vinho, faz mingau e assim vai levando (...) O miriti a gente come com farinha, faz o vinho dele, come com a comida no almoço, na janta as vez (...) o mingau é só de manhã, só na hora da merenda, umas oito horas.. A pessoa toma o mingau pra esquentar, pra dá lugar pra comida né? Eu mesmo se não tiver um mingau de manhã é muito ruim... tem que tomar, todo dia pra mim tem que ter!” (Carlos, 46 anos, pesquisa de campo, 2015).

“Eu faço o mingau, eu faço o vinho dele... dele mesmo o que a gente consome aqui, é pra comer ele mesmo, come e é muito bom. Tem miriti que é muito bom pra comer, nem fale até! Que a pessoa come mesmo, que se for fazer a vontade. A gente coloca de molho que é pra comer ele assim, sabe como é? O mingau bebe todo mundo, o mingau do miriti é bom... pra mim é melhor que o mingau de açaí. Você faz o mingau de arroz, você coloca o vinho do miriti é demais bom. O próprio de farinha, você faz o mingau de farinha e coloca o vinho do miriti grosso, nem fale de tanto bom que é!” (Nazaré, 60 anos, pesquisa de campo, 2014).

Os frutos são consumidos após serem amolecidos, raspando a polpa com colher ou diretamente com os dentes. Relata-se que essa forma de consumo é a mais recorrente e acontece a qualquer momento que a fome “apertar”. Muitas famílias amolecem os frutos e guardam na geladeira para consumirem após o almoço, ou nos lanches da manhã ou tarde, sempre acompanhado com farinha de mandioca ou mingau baré – um tipo de mingau preparado à base de farinha de mandioca e água.

O vinho – polpa do miriti batida com água – é consumido geralmente durante o almoço e/ou jantar, sendo mais frequente no almoço, pois os ribeirinhos consideram o miriti uma fruta forte para consumir a noite. O vinho é misturado com farinha de mandioca, formando um pirão, que consiste na principal fonte de carboidratos da

refeição e é consumido sempre acompanhado de uma fonte proteica, que varia entre camarão, peixe, carne bovina ou de caças, preferencialmente salgada.

O mingau – um preparado a base de arroz ou farinha, vinho de miriti e sal – destaca-se como o derivado de miriti com maior preferência dentre os ribeirinhos. O consumo do mingau de miriti é quase um ritual nas comunidades da ilha Sirituba, realizando-se diariamente durante a manhã, por volta das 8h00 ou 9h00 compreendendo o lanche matinal. Há quem diga que não almoça antes de beber o mingau, que é tomado a fim de esquentar o estômago para receber o almoço.

O fruto do miriti é uma preciosa fonte nutricional, pois é rico em vitaminas, especialmente vitamina A, por se destacar como o recurso vegetal com maior teor de β -caroteno. Além disso, apresenta conteúdo significativo de proteínas, carboidratos e lipídeos, elementos fundamentais à saúde humana, (AGUIAR *et al.*, 2005; ALMEIDA; AGOSTINI-COSTA, 2008), destacando como uma fruta com alto potencial na garantia da segurança alimentar desses grupos amazônicos.

Os usos alimentares do miriti também são destacados em outras comunidades Amazônicas, onde é consumido na forma de uma infinidade de produtos derivados, como mingau, bolos, biscoitos, *chopp*, pudins, vinho, licor, sorvetes, molhos para acompanhar pescados e camarão (BARROS; SILVA, 2013; MÁCIA, 2004; RIBEIRO, 2010; SANTANA *et al.*, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reprodução ribeirinha no tocante ao extrativismo do miriti é apreendida em diversos âmbitos, refletindo a manutenção do conhecimento ao se propagar para as novas gerações as práticas e conhecimentos necessários para a execução da atividade que, conseqüentemente reflete a reprodução cultural, uma vez que tal atividade apresenta-se como uma “tradição” entre os ribeirinhos que, geração após geração, mantém o extrativismo do miriti como um subsistema de produção de suas unidades de produtivas durante o inverno.

O extrativismo do miriti também garante alimentação e renda ao ribeirinho, suprimindo as suas necessidades biológicas e materiais e, dessa forma, refletindo a reprodução biológica, uma vez que os ribeirinhos consomem o fruto e os derivados alimentares dele produzidos e adquirem renda monetária suficiente para comprar outros

alimentos e bens de consumo requeridos pela unidade de produção familiar nesse momento de escassez de recursos naturais na várzea que é o inverno amazônico.

Dessa forma, pode-se concluir que o extrativismo do miriti na ilha Sirituba vai ao encontro do defendido por Harris (2006, p.81) de que os ribeirinhos “são modernos em sua renovação constante do passado no presente”, uma vez que se trata de uma prática tradicional reproduzida e (re) construída, geração a geração, adaptando-se as novas tendências do mercado sem, no entanto, alterar a essência do modo de vida ribeirinho, na perspectiva do que defende Hall (1992), ou seja, que as identidades são móveis. Essa perspectiva permite, portanto, uma renovação do conhecimento tradicional ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J. P. L. Caracterização físico-química do buriti (*Mauritia flexuosa*). **Nutrite**, v. 30, número suplementar, p. 312, 2005.
- ALMEIDA, S. P.; AGOSTINI-COSTA, T. S. Frutas nativas do Cerrado - caracterização físico-química e fonte potencial de nutrientes. In: SANO, S. M. et al. (Editores). **Cerrado: ecologia e flora**. Brasília: Embrapa Cerrados/Embrapa Informação Tecnológica, 2008. pp.351-381.
- AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 5ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1985. 176 p.
- BARROS, F. B.; SILVA, D. Os mingauleiros de miriti: trabalho, sociabilidade e consumo na beira de Abaetetuba, Pará. **Revista FSA**, v.10, n.4, 2013.
- BRASIL. INCRA/MDA. **Portaria nº 47, de 28 de novembro de 2005**. Brasília: Diário Oficial da União. 2005.
- CANTO, O. **Várzea e Varzeiros da Amazônia**. 1. Ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, 2007. v. 1. 168p.
- CASTRO, A. P.; FRAXE, T. J. P.; SANTIAGO, J. L.; MATOS, R. B.; PINTO, I. C. Os sistemas agroflorestais como alternativa de sustentabilidade em ecossistemas de várzea no Amazonas. **Acta Amazônica**, v.39, n.2, p.279-288, 2009.
- COTTA, J. **Socioeconomic analysis of the contribution of two palm species to household incomes in the Brazilian Amazon estuary**. In: INTERNATIONAL UNION OF FOREST RESEARCH ORGANIZATIONS WORLD CONGRESS, 23rd, Seoul, South Korea, 2010.
- CYMERES, M.; FERNANDES, N. M. P.; RIGAMONTE-AZEVEDO, O. C. Buriti (*Mauritia flexuosa* L.f.). In: SHANLEY, P.; MEDINA, G. **Frutíferas e Plantas Úteis**

na Vida Amazônica. Ilustrado por CORDEIRO, S.; VALENTE, A.; GUNN, B.; IMBIRIBA, M.; STRYMPL, F. Belém: CIFOR, Imazon, 2005.

FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios:** etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2000.

FRAXE, T. J. P.; MEDEIROS, C. M. ; SANTIAGO, J. L. ; CASTRO, A. P. DE . Terras e águas: gestão de recursos comuns na várzea amazônica. In: 26º REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Anais....** Bahia: ABA, 2007.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1960]. 494p.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

HARRIS, M. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas:** modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p.81-108.

HIRAOKA, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (Orgs.). **Povos das águas:** realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ – IDESP. **Abaetetuba:** estatística municipal. Belém: Governo do Pará, Sepof, Idesp, 2011.

LOPES, J. L. S. Modo de vida ribeirinho: estudo sobre um grupo social na área insular do município de Belém-PA. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, **Anais...** Belém: Editora Açai, 2011.

MÁCIA, M. J. Multiplicity in palm uses by the Huaorani of Amazonian Ecuador. **Botanical Journal of the Linnean Society**, v.144, p.149–159, 2004.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental:** um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976. 436 p.

MANN, P. H. Etapas da investigação sociológica. In: MANN, P. H. **Investigação sociológica.** 2. Ed. Tradução: Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 40 – 61.

MAYBURY-LEWIS, B. Terra e água: identidade camponesa como referência de organização política entre ribeirinhos do rio Solimões. In: FURTADO, L. G. (Org.). **Amazônia:** desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida. Belém: UFPA/NUMA, 1997.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5 Ed. São Paulo: Polis, 1987. p.191-212.

MOREIRA, E. S. **Tradição em tempos de modernidade**: reprodução social numa comunidade varzeira do rio Xingu/PA. Belém: Editora Universitária UFPA, 2003.

NEVES, D. P. Os agricultores de várzea no médio rio Solimões: condições sócio-ambientais de vida. In: LIMA, D. **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005. p.101-156.

NODA, S. N.; NODA, H.; PEREIRA, H. S.; MARTINS, A. L. Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP. 294p.

RIBEIRO, A. H. **O buriti (*Mauritia flexuosa* L.f.) na terra indígena Araçá, Roraima**: usos tradicionais, manejo e potencial produtivo. 101p. Dissertação (Mestrado em Ciência de Florestas Tropicais), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2010.

SANTANA, R. F.; OCHOA, J. V.; VEJA, A. A. S.; PONTE, M. X. Manejo de Aguaje (buriti) na Comunidade de Parinari – Reserva Nacional Pacaya Samiria na Região de Loreto no Peru: uma proposta de pagamento por serviço ambiental carbono. In: IV Encontro Nacional da ANPPAS. **Anais...** Brasília, 4 – 6 de junho de 2008.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Editora Peirópolis, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Instituto Socioambiental (ISA), 2005.

SILVA, L. G. T.; SILVA, B. N. R.; RODRIGUES, T. E. **Análise fisiográfica das várzeas do Baixo Tocantins**: uma contribuição ao manejo e desenvolvimento dos sistemas de uso da terra. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2002. 34p.

VIEIRA-DA-SILVA, C.; MIGUEL, L. A. Extrativismo e Abordagem Sistêmica. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 2, p. 189-217, 2014.

WITKOSKY, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho**: camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. 486p. (Série: Amazônia: a terra e o homem).



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

ELAS DIZEM NÃO! MULHERES CAMPONESAS E RESISTÊNCIA AOS CULTIVOS TRANSGÊNICOS NO BRASIL E ARGENTINA

Autora: Márcia Maria Tait Lima¹. Departamento de Política Científica e Tecnológica
marcia.tait@gmail.com

Pesquisa apoiada pela FAPESP (2010-2014)

GT4: Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa de doutorado concluída em 2014 e está dedicado a refletir sobre a resistência ao atual modelo de agricultura industrial em discursos e manifestações de mulheres camponesas, organizadas em grupos e movimentos sociais na Argentina e no Brasil. Entre as principais referências disciplinares aplicadas no trabalho estão: os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia e suas interfaces com os Estudos de Gênero e Feminismo. O trabalho com os materiais obtidos na pesquisa de campo teve como objetivo estabelecer um diálogo entre os discursos das mulheres camponesas e as referências teóricas a partir de uma perspectiva parcial ou de conhecimento situado. Para a pesquisa de campo foram realizadas entrevistas e momentos de observação participante com visitas a localidades urbanas e rurais dos dois países durante os anos de 2010 e 2011. Como parte dos resultados, infere-se que a ação coletiva dessas mulheres promove uma síntese singular de valores e ética presentes no pensamento feminista e ambientalista, construindo uma epistemologia e uma crítica potentes ao modelo de agricultura industrial.

¹ Doutora em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP. Membro do Grupo de Análise de Política de Inovação (GAPI/UNICAMP), da Rede de Agroecologia da UNICAMP e do Grupo de Trabalho em Agroecologia do Instituto de Estudos Avançados da USP. Este artigo é uma versão adaptada de trabalho aprovado para publicação na Revista Mundos Plurales (maio/2015).

“No mundo, os movimentos de mulheres continuam resistindo e articulando a luta de classe, popular e feminista. Mas, por muito tempo foram se formando pré-conceitos sobre a luta feminista tanto na sociedade, quanto nos movimentos sociais. Isto aconteceu porque o feminismo, além de ser uma atitude política que analisa as relações de gênero, étnico-raciais e de classe, realiza o enfrentamento ao patriarcado e busca a construção de uma sociedade igualitária com a socialização do poder, das riquezas e do saber riquezas (...). O Movimento das Mulheres Camponesas afirma a luta feminista, popular na perspectiva socialista e agroecológica, construindo uma nova sociedade com novas relações.” (In Mulheres Camponesas em defesa da saúde da vida, Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul/Brasil)

INTRODUÇÃO

As questões discutidas neste artigo formam parte da pesquisa de doutorado² (2010-2014) intitulada “Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistência aos cultivos transgênicos no Brasil e Argentina”. Este trabalho teve como tema central a potência³, entendida como capacidade para gerar novas epistemologias para emancipação social, dos discursos e ações de resistência de mulheres camponesas no Brasil e Argentina ao modelo de agricultura industrial e aos cultivos geneticamente modificados (GMs).

A pesquisa incluiu uma revisão bibliográfica que abarcou distintas vertentes e abordagens teóricas, entre as principais: Feminismos, Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e Sociologia das Ações Coletivas, além de abordagens sobre a emancipação

² A tese de doutorado foi aprovada em agosto de 2014, conforme as regras do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O trabalho foi apoiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e incluiu uma bolsa para aperfeiçoamento de pesquisa de 10 meses junto a Cátedra de Estudos de Gênero da Universidade de Valladolid, na Espanha

³ Utilizo a palavra potência num entendimento próximo ao de virtude, capacidade e poder humano. Virtude, por sua vez, entendida como para André Comte-Sponville (1999): “Virtude, no sentido geral, é poder; no sentido particular, poder humano ou poder de humanidade. É o que também chamamos as virtudes morais, que fazem um homem parecer mais humano ou mais excelente, como dizia Montaigne, do que outro, e sem as quais, como dizia Spinoza, seríamos qualificados de inumanos. Isso supõe um desejo de humanidade, desejo evidentemente histórico (não há virtude natural), sem o qual qualquer moral seria impossível. Trata-se de não ser indigno do que a humanidade fez de si, e de nós. A virtude repete-se desde Aristóteles, é uma disposição adquirida de fazer o bem. É preciso dizer mais, porém: ela é o próprio bem, em espírito e em verdade. Não o Bem absoluto, não o Bem em si, que bastaria conhecer ou aplicar. O bem não é para se contemplar, é para se fazer. Assim é a virtude: é o esforço e define o bem nesse próprio esforço” (Comte-Sponville, 1999: 2-3).

social e campesinato. A tese foi resultado da articulação entre conceitos e contextos trazidos destes referenciais e subsídios obtidos nas etapas da pesquisa de campo realizada junto a movimentos sociais e coletivos camponeses no Brasil e Argentina durante os anos de 2010 e 2011.

A pesquisa de campo foi composta por três etapas de viagens para realização de entrevistas com mulheres de coletivos e movimentos sociais camponeses. No Brasil, foram realizadas entrevistas com integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC), regional Santa Catarina e observação participante em marchas e eventos relacionados a movimentos camponeses. Na Argentina, foram feitas entrevistas com integrantes de distintos movimentos e coletivos camponeses, entre os quais cito: Mujeres, Unión y Esperanza (Juan José Castelli/Chaco); Mujeres Agricultoras (General San Martín/Chaco); Junto Podemos (Goya/Corrientes); e Madres de Ituzaingó (Córdoba).

Neste artigo apresentarei a proposta conceitual e metodológica de uma "epistemologia localizada e engajada" e os principais avanços teóricos obtidos na tese. Os direcionamentos adotados na pesquisa de campo e na discussão bibliográfica tiveram a intenção de contribuir para manter um permanente diálogo entre ações de transformação social e a construção de teorias críticas. Foi um exercício constante de ruptura com as assimetrias epistemológicas e concepções de neutralidade do conhecimento que acabam se reproduzindo na produção de conhecimento nas universidades e centros de pesquisa em países do Norte e também do Sul global.

Os discursos e ações das mulheres foram entendidos como processos de criação de epistemologias próprias e potentes, no sentido de radicalidade, originalidade e capacidade de afetar a mudança no sistema e emancipação social. Esta potência se demonstra na capacidade dos movimentos de mulheres camponesas de articular em suas demandas diversas dimensões das problemáticas atuais, como desigualdade de gênero, degradação ambiental, soberania e segurança alimentar e exploração do trabalho. Proponho que seus discursos e ações - que tem como metáfora a resistência às sementes transgênicas e a defesa das sementes crioulas - engendram uma nova base ética para as relações entre os seres humanos entre estes e o meio-ambiente, questionando idéias que sustentam o antropocentrismo, patriarcalismo, androcentrismo e modelos de desenvolvimento ambientalmente predatórios.

Desde meados da década de 90 estão ocorrendo na América Latina processos de intensificação dos conflitos relacionados ao universo rural e agrícola liderados por movimentos sociais de base camponesa. Estes movimentos camponeses também têm formado campos de conflito mais amplos articulando-se a outras mobilizações de movimentos como os movimentos de povos originários ou indígenas e de afetados por grandes empreendimentos (como barragens para construção de hidrelétricas) e outros movimentos não camponeses, mas também formado por pessoas que reagem as consequências da expansão do modelo de agricultura industrial (“agronegócio”). Este cenário contemporâneo de mobilização social e camponesa apresenta algumas mudanças importantes, destacarei duas: 1) maior capacidade de mobilização internacional e visibilidade alcançada através da articulação entre movimentos (com destaque para a Via Campesina Internacional)⁴; 2) ampliação da participação das mulheres e radicalidade de suas críticas e ações. Neste artigo trabalharei este segundo aspecto, trazendo algumas implicações da participação das mulheres nas lutas camponesas.

O eixo central da discussão se dá em torno das perguntas: Quais os principais significados das ações de resistência ao modelo de agricultura industrial e aos cultivos transgênicos protagonizadas pelas mulheres camponesas? Que relações se estabelecem entre gênero, meio ambiente e cultura camponesa? Quais os diálogos possíveis e desejáveis entre a epistemologia das mulheres camponesas e as epistemologias dos feminismos acadêmicos? Como este diálogo poderia abrir caminhos para uma ética distinta nas relações entre seres humanos e entre humanos/natureza?

⁴ A *Via Campesina – Movimento Campesino Internacional* foi criada em 1993. Nestes mais de 20 anos expandiu sua internacionalização e ajudou a ampliar a capacidade de mobilização e a divulgação dos movimentos camponeses e suas causas. É formada atualmente por 164 organizações de 73 países do mundo que agrupam milhões de campesinos, pequenos e médios produtores, povos sem terra, indígenas e trabalhadores agrícolas. No Brasil podemos citar como movimentos articulados a esta organização: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimentos de Mulheres Camponesas (MMC).

1. Perspectiva teórica e Pesquisas de Campo

1.1. Perspectivas teóricas

Para adotar um compromisso teórico-metodológico de não reproduzir mecanismos de poder que se constituem por meio da rivalidade, hierarquização e descredenciamento dos discursos não científicos; a pesquisa foi construída como um experimento teórico-metodológico não totalizante e não relativista, que busca o diálogo respeitoso entre os conhecimentos acadêmicos e das mulheres camponesas.

Dois teóricos⁵ que trabalham com o tema movimentos sociais e emancipação social foram fundamentais para esta abordagem. São eles: Boaventura Sousa Santos e Alberto Melucci. Também foram fundamentais as referências dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia, principalmente, em sua vertente de Estudos Feminista ou Estudos Ciência, Tecnologia e Gênero. Boaventura Sousa Santos crítica à recusa (de intelectuais, políticos, etc.) a olharem para as experiências coletivas contemporâneas nas suas potencialidades para ampliar as rotas de futuro. Esta redução do presente e dos futuros possíveis, segundo o autor, promove e/ou reforça os mecanismos de descredenciamento dos conhecimentos e das formas de organização da vida do Sul⁶ que são tornadas ausentes ou inexistentes. Assim, a sua crítica à colonialidade do saber-poder é complementada pela proposta de uma *sociologia das emergências*, que ocuparia o lugar de uma *sociologia das ausências*, esta última, definida como o modo convencional de produção de conhecimento das ciências sociais.

No livro “A Gramática do Tempo” (2006) e no artigo “Para Além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes” (2007), Santos expõe as bases da sociologia das emergências que se fundamenta na crítica à razão indolente. O autor coloca a ciência ocidental moderna como o principal “instrumento epistemicida” que, deliberadamente, elimina, marginaliza e descredencia os conhecimentos não científicos e de grupos subalternos tanto do Norte como no Sul (Santos, 2006: 155). Para além da ciência, esta lógica epistemicida estaria entranhada e

⁵ Na pesquisa para a tese de doutorado trabalhei também com Jonh Holloway e sua obra “Cambiar el mundo sin tomar el poder” (2005) para discutir relações indignação/esperança/transformação e para estabelecer uma crítica ao “poder-sobre” incorporado nas diversas dimensões da vida e também na maioria das propostas de “tomar o poder”.

⁶ Sul e Norte são noções utilizadas por Santos não em seu sentido estrito geográfico. O Sul não é entendido como sinônimo de América do Sul, mas como a periferia do sistema capitalista global ou locais distantes do epicentro composto pelos que ganham com a globalização econômica neoliberal.

funcionando em distintos mecanismos e formas de organização da Modernidade Ocidental que ocultaram seus componentes de racismo, sexismo e colonialismo.

Para fazer frente à dimensão política e epistemológica destes mecanismos seria imprescindível, segundo o autor, uma crítica aos tipos de racionalidade impressos na sociedade e nas lógicas e métodos da ciência moderna.

1.1.2. A razão indolente

Sua proposta de uma “nova sociologia” - sociologia das emergências - fundamenta-se na crítica à *indolência da razão* que faz parte não apenas do conhecimento sociológico ou das ciências humanas, mas de todas as formas de conhecimento hegemônico científico e filosófico produzido no ocidente nos últimos duzentos anos. A razão indolente se apresentaria de quatro formas: a *razão impotente* (associada ao determinismo e realismo), aquela que propaga que nada pode fazer contra uma necessidade concebida como exterior a ela própria; a *razão arrogante* (associada ao construtivismo e livre-arbítrio), que se imagina incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar a sua própria liberdade; a *razão metonímica* (parte tomada pelo todo, universalismo), que se reivindica como a única forma de racionalidade e por isto proclama como desnecessário o entendimento de outros tipos de racionalidade ou quanto reconhece outros tipos é somente para utilizá-las como matéria-prima; e a *razão proléptica* (futuro como previsível, progresso no mesmo sentido do que já temos) que não pensa o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear e automática do presente.

O autor considera a *razão metonímica* e a *proléptica* particularmente poderosas, por isso, se detêm em apontar suas implicações e os possíveis caminhos para a superação de ambas. Em primeiro lugar, como não existiria nada fora da totalidade que seja ou mereça ser inteligível, a razão metonímica se afirma uma razão exaustiva, exclusiva e completa, muito embora seja apenas uma das lógicas e racionalidades que existem no mundo. Não é capaz de aceitar que a compreensão do mundo é muito mais do que a compreensão ocidental do mundo. Em segundo lugar, para a razão metonímica nenhuma das partes poderia ser pensada fora da relação com a totalidade. O Norte não é inteligível fora da relação com o Sul, tal como o conhecimento tradicional não é inteligível sem a relação com o conhecimento científico ou a mulher sem o homem.

Começa hoje a ser evidente que a razão metonímica diminuiu ou subtraiu o mundo tanto quanto o expandiu ou adicionou de acordo com as suas próprias regras. Reside aqui a crise

da idéia de progresso e, com ela, a crise da idéia de totalidade que a funda. A versão abreviada do mundo foi tornada possível por uma concepção do tempo presente que o reduz a um instante fugaz entre o que já não é e o que ainda não é. Com isto, o que é considerado contemporâneo é uma parte extremamente reduzida do simultâneo. O olhar que vê uma pessoa cultivar a terra com uma enxada não consegue ver nela senão o camponês pré-moderno (Santos, 2007a: 245).

A crítica da razão metonímica seria a condição necessária para recuperar as experiências desperdiçadas e promover a ampliação e valorização das diversas epistemologias e experiências existentes no mundo. Este seria segundo o autor um processo de “dilatação do presente”, que consistiria na proliferação das totalidades e permitiria deixar ver a heterogeneidade de partes que compõem a totalidade. Este procedimento, por sua vez, também enfraqueceria a razão proléptica, uma vez que diversificaria e ampliaria as possibilidades de futuro.

1.1.3. Identidade coletiva e rompimento dos limites do sistema

As mudanças nas sociedades capitalistas a partir de meados da década de 80 geraram transformações nos conflitos sociais e nas formas de organização coletiva. Os movimentos sociais contemporâneos não lutariam mais *apenas* por bens materiais ou para aumentar sua participação na política convencional (nas esferas de decisões governamentais e partidárias já instituídas), mas principalmente por projetos simbólicos e culturais, por mudanças na vida cotidiana das pessoas, por solidariedade e reconhecimento (Melucci, 2001 e 2002).

Os movimentos sociais para Melucci são identidades coletivas que se definem e re-definem constantemente por meio de suas ações, sentidos e formas de ação, estratégias, etc. Uma das características dos movimentos sociais contemporâneos seria, segundo Melucci, sua dependência de mecanismos de *solidariedade* (entendida por ele como a capacidade dos atores de partilharem uma identidade coletiva) e *capacidade de provocar tensões e conflitos* e gerar *rompimento dos limites do sistema* (entendido com empurrar o sistema para além dos espectros aceitáveis de variações).

A *identidade coletiva* “mulher camponesa” será entendida neste trabalho como *processo*, como um *conceito operacional* do ponto de vista teórico e como uma *categoria político-cultural* do ponto de vista da militância. Não será uma categoria que visa reduzir, mas sim *proliferar as totalidades alternativas* (proposto por Boaventura Sousa Santos), ou seja, afirmar a potencialidade de coesão/mobilização/transformação que se estabelece em torno de algumas identidades coletivas e movimentos sociais. Assim, proponho trabalhar com as possibilidades e potências de implosão das

totalidades hegemônicas presentes nas ações coletivas das mulheres camponesas na América Latina.

1.1.4. Epistemologias feministas, conhecimento situado e engajamento político

Os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT) sublinharam o papel dos “atores” e a influência do contexto e das visões de mundo na construção das teorias e artefatos técnicos. As abordagens desenvolvidas a partir da década de 70 são descritas como um momento de “virada interpretativa” que colocou a ciência e as tecnologias como construções sociais e culturais. O entendimento da atividade científica em seu contexto implicou no questionamento crescente do *status* universal da ciência e de um aprofundamento a crítica à ciência e a sua função na estruturação de poderes e desigualdades (Monteiro, 2012).

Nas três últimas décadas os ESCT produziram contribuições importantes para renovar as abordagens socioconstrutivistas da ciência e tecnologia. Também contribuíram para pensar as formas de *ir além* do construtivismo com distintas abordagens, entre as mais importantes: a etnográfica, a crítica de base marxista e a feminista, chamada de **Estudos Feministas da Ciência e Tecnologia (EFCT)** ou **Estudos de Ciência, Tecnologia e Gênero (CTG)**. Os EFCT também se destacam pela capacidade de elaborar teorias que consideram a inserção do próprio pesquisador/a no âmbito da produção de conhecimento e a articulação entre pensamento científico e ação política. Segundo Evelyn Fox Keller, umas das pioneiras no estudo de gênero e CT, os movimentos feministas da “Segunda Onda” (aqueles surgidos entre as décadas de 70-80) devem ser reconhecidos como precursores dos “estudos de gênero e ciência”. Os movimentos feministas, segundo ela, teriam contribuído para “a mudança social que o feminismo produziu forneceu novos ângulos, novas maneiras de ver o mundo, de ver as coisas mais comuns, abriu novos espaços cognitivos” (Keller, 2006: 30).

Dentro do campo dos Estudos Feministas da CT, a influência do ativismo feminista e a categoria gênero, teriam tornado “quase natural, mesmo que não simples e fácil” uma perspectiva na qual a produção de conhecimento e a política estão mutuamente implicadas: “o feminismo tem enfrentado desde suas origens os problemas de compatibilizar análises metacientíficas com compromissos sociopolíticos” (García, 1999: 50-51). Segundo García e Sedeño (1999), ao trabalhar com a convergência entre o

acadêmico e o ativismo as autoras do EFCT assumiriam seu compromisso político por meio de uma “epistemologia socialmente comprometida”.

A auto-reflexão sobre a relação entre o corpo, a mente e o contexto de quem produz conhecimento foi um dos aspectos explorados também pelo chamado **Feminist Standpoint**. Autoras como Dona Haraway trabalham com o reconhecimento de que todo conhecimento é um *conhecimento situado*. Os *conhecimentos situados*, *saberes localizados* ou *perspectiva parcial* compõem uma proposta epistemológica de localização, de consideração da parcialidade do conhecimento. Segundo Haraway (1995), toda a produção de conhecimento implicaria em reconhecer um ponto de partida (*locus*), um local de origem que se relaciona com o exercício da produção e o que será produzido. A idéia deste *locus* não significaria uma filiação, no sentido de que para falar de uma questão que concerne a um grupo específico você precisaria ser parte deste grupo, mas que toda teoria parte de uma motivação, de experiências, conexões e reflexões particulares.

Para o Feminismo *Stanpoint* reconhecer as histórias e experiências compartilhadas pelas mulheres não é o mesmo que homogeneizar e reforçar estereótipos. Expressões como “experiências de mulheres”, “atividades de mulheres”, “opressão de mulheres” têm sido extremamente úteis para impulsionar ações de resistência e correntes de pensamento alternativas. Em síntese, busca relacionar a produção de conhecimentos ou epistemologias a uma multiplicidade de fatores interdependentes relativos à formação sócio-cultural capitalista, etnocêntrica, sexista, androcêntrica⁷ e patriarcal.

O **Ecofeminismo** foi outra vertente que contribuiu para ampliar as possibilidades de diálogo entre os feminismos e os discursos, ações e epistemologias das mulheres camponesas. Esta abordagem permite a articulação de temas como gênero, meio ambiente, crítica a modelos de desenvolvimento e padrões tecnológicos, temas importantes para as mulheres camponesas com as quais dialoguei. Para uma primeira aproximação, pode-se definir o Ecofeminismo como um “movimento que estabelece

⁷ As noções de patriarcado (“governado por um patriarca”) e androcentrismo que são utilizadas neste trabalho, partem de uma mesma crítica de vertentes feministas a uma cultura centrada no homem e que sistematicamente lhe privilegia em relação às mulheres. No androcentrismo a crítica recai sobre a generalização de atributos vinculados ao homem e ao masculino a todo o humano, para algumas autoras, a todos os seres vivos.

relações entre a exploração e degradação do mundo natural e a subordinação e opressão das mulheres”, que surge na década de 70 junto com a Segunda Onda do feminismo e os movimentos verdes (Mellor, 2000: 16). Também é descrito como uma vertente que surge a partir de alianças entre o feminismo e o ecologismo, portanto, de uma junção entre a crítica teórica e do ativismo político em relação aos impactos dos modelos de desenvolvimento propondo a reflexão sobre os problemas gerados por estes modelos através de uma perspectiva relacional humano/natureza/gênero.

Para Alicia Puleo (2011), o Ecofeminismo surge quando o feminismo aceitou o desafio de refletir sobre a crise ecológica a partir de suas próprias noções. O Ecofeminismo promove uma abordagem ambiental a partir das questões postas pelo feminismo e de categorias como: mulher, gênero, androcentrismo, patriarcado, sexismo, cuidado, entre outras. Sua matriz ideológica estaria voltada a entender criticamente o paradigma de desenvolvimento ocidental e suas relações com o patriarcado, estabelecendo conexões entre os mecanismos e ideologias de dominação e exploração da natureza e da mulher (e do culturalmente identificado como “feminino”). Atualmente, o Ecofeminismo multiplica-se em inúmeras vertentes como espiritualista, socialista, culturalista, etc. (Puleo, 2011).

Autoras como Maria Inês Paulilo (2010) e Emma Siliprandi (2000, 2009 e 2011) ao analisar grupos de mulheres rurais no Brasil, descrevem a preocupação ambiental, para além ou adicionalmente à preocupação tradicional feminista, como uma singularidade destes movimentos e que os aproximariam do Ecofeminismo. Compartilho desta visão de uma proximidade entre as proposições das mulheres camponesas de vários movimentos e as do Ecofeminismo.

1.1.5. Percurso das pesquisas de campo

As pesquisas de campo realizadas na Argentina e no Brasil ocorreram entre três etapas durante os anos de 2010-2011. As principais metodologias utilizadas durante as pesquisas foram realização de entrevistas semidirigidas com mulheres que atuavam e/ou ocupavam posição de liderança em movimentos camponeses e a prática de momentos de observação participante⁸.

⁸ Entre os “momentos de observação participante” destaco: a participação no I Encontro de Agroecologia do Chaco (2010); visita a diversas “Ferias Francas” nas cidades de Puerto Rico y Posadas (Misiones/Argentina) em 2011; participação em reuniões sobre “Feria de Semillas” e curso de “Investigación Acción” em Goya (Corrientes/Argentina); participação na Marcha de Agroecologia e

Na Argentina as pesquisas foram feitas em duas etapas com realização de permanências de curta duração (média de uma semana) em localidades rurais e urbanas de três províncias da região Nordeste (NEA) - Chaco, Corrientes e Misiones - e também na cidade de Córdoba. Entre os coletivos e movimentos argentinos com o quais tive contato cito: *Mujeres, Unión y Esperanza (General San Martín/Chaco)*; *Mujeres Agricultoras de San Martín*; *Asociación Juntos Podemos (Corrientes/Goya)*; e *Movimiento Madres de Ituzaingó (Córdoba)*.

O Movimento Madres de Ituzaingó (inicialmente constituído por mães do bairro de Ituzaingó, localizado na periferia da cidade Córdoba) foi selecionado, mesmo estando fora da região NEA, por sua relevância para o tema da pesquisa. Este movimento é liderado e formado por uma maioria feminina desde sua constituição no início dos anos 2000 e alcançou visibilidade nacional e internacional na luta contra soja transgênica e fumigação de agrotóxicos.

A escolha da região NEA para as pesquisas na Argentina deu-se a partir de mapeamento anterior que apontava para uma dupla condição da região: ser uma região de expansão da fronteira agrícola e a mais pobre do país (piores indicadores socioeconômicos). Mas, que também, mantinha uma presença importante da agricultura familiar. A região apresenta ainda uma tríplice fronteira demarcada por seis rios que separam a Argentina do Paraguai, Brasil e do Uruguai. Na região também são comuns os problemas relacionados à precarização do trabalho rural assalariado e não assalariado, êxodo rural e concentração da terra. Sobre o crescimento da monocultura, destacam-se as plantações de soja e algodão transgênicos, além de outros cultivos produzidos com uso intensivo de agroquímicos, como o tabaco e o tomate.

Outra característica da região NEA é a marcada presença da agricultura familiar, identificada pelo elevado número de Pequeñas Explotaciones Agropecuárias (EAPs), que continuam representando 61% das ocupações da região NEA, dentro desta porcentagem, 40% são efetivamente área de produção de pequenos produtores ou produtores familiares. A região ainda se destaca por ações como feiras francas (onde de

Encontro de Agroecologia (Londrina/Brasil) em 2011, Marcha contra a Monsanto (Campinas/Brasil). Entre 2010 e 2013 também integrei o comitê gestor da Rede de Agroecologia (da Unicamp), onde participei de atividades que envolveram interação com assentamentos de reforma agrária e agricultores/as agroecológicos da região de Campinas (São Paulo/Brasil). O envolvimento direto em diversas ações relacionadas escopo da pesquisa caracterizam os “momentos de observação participante” mencionados na metodologia.

dá o comércio de produtos frescos, de origem na produção familiar e em grande parte orgânicos, que são vendidos diretamente pelos produtores) e feiras de intercambio de sementes. Algumas destas iniciativas contam com apoio governamental de técnicos do Instituto Nacional de Tecnologia Agrícola (INTA), com destaque para o Programa Pro-Huerta, destinado à produção de alimentos frescos em pequenas propriedades, principalmente para auto-consumo. Quanto à realização de “ferias francas”, o NEA também ocupa uma posição de destaque, concentrando 65% do total de feiras realizadas no país: possuem um total de 94 feiras, que acontecem periodicamente (Golsberg 2010: 13).

No Brasil, as pesquisas de campo foram intensificadas no período de uma semana no qual realizei entrevistas com integrantes da regional do Movimento de Mulheres Camponesas do estado de Santa Catarina (sul do país). O MMC foi selecionado enquanto movimentos de camponesas porque se destaca no país por sua organização nacional (presença de regionais em quase todos os estados) e manter uma crítica radical ao modelo de agricultura industrial e aos cultivos comerciais transgênicos. O Movimento propõe uma “agricultura familiar camponesa de base agroecológica” e coloca como missão/princípios a igualdade de gênero e defesa de um socialismo voltado à constituição de novas relações sociais entre seres humanos e entre estes e a natureza. A escolha por entrevistar integrantes de Santa Catarina se deu por motivos de ordem prática e também metodológica: as militantes camponesas da região sul do Brasil possuem uma oposição mais marcada referente à “mercantilização da vida” e a mobilização contra monocultivos transgênicos, em parte devido a uma característica desta região onde a agricultura familiar desempenha um papel importante; mas também pela própria facilidade em estabelecer contato com algumas militantes desta região o que foi determinante na viabilidade e para compatibilizar as pesquisas de campo. Além disso, a proximidade com a Argentina também foi considerada como um fator que facilitaria algumas comparações em termos geográficos e culturais.

Em síntese, as três etapas de pesquisa de campo foram realizadas num total de 45 dias, gerando 18 entrevistas semidirigidas com mulheres de idade entre 25 e 65 anos e inúmeras conversas e momentos de observação participante em eventos, reuniões, oficinas e encontros nos dois países.

2. Identidade “Mulher-Camponesa-Feminista”, construções e desconstruções

O qualificativo “camponês” quando adotado pelos próprios movimentos camponeses remete a uma construção portadora de significados de valorização e resistência cultural, econômica e política. Mas também, esta “cultura camponesa” apresenta componentes de uma sociedade tradicionalmente patriarcal e machista que remete a questões de gênero como a divisão sexual do trabalho e naturalização de papéis atribuídos a mulher na cultura camponesa (como cuidado com a casa, filhos e alimentos) que, muitas vezes, podem justificar situações de dominação e exploração.

Assim, aproximar-se das mulheres camponesas enquanto identidade coletiva é também se aproximar de questões com certa ambigüidade ou complexidade do ponto de vista da identidade e relações de gênero, como colocado por elas nesta publicação do Movimento de Mulheres Camponesas:

[...] a agricultura camponesa também reproduziu padrões e limites da cultura patriarcal de opressão da mulher, do modelo capitalista de exploração da classe trabalhadora. Por muito tempo, a dominação de gênero e a exploração de classe atuaram fazendo da mulher um ser inferior, menos preparada, invisibilizando seu trabalho e suas potencialidades (Daron e Collet, 2008: 30).

No campo dos estudos feministas esta questão é fundamental porque está implicada com a crítica ao essencialismo e à naturalização da mulher. A dicotomia natureza/razão está na origem do conceito de humano e foi reproduzida em torno da naturalização de definições de homem/masculino e mulher/feminino constituiu como “um campo de exclusão múltiplo onde se exerce o controle” (Puleo, Cavana e Segura, 2005) no qual a natureza não representaria apenas o não humano, mas todo este campo de significados que justificam exclusão e controle que são associados ao feminino.

Nesse campo são colocados grupos sociais e aspectos da vida humana que são caracterizados como mais próximos da natureza. Ser definido como natureza/feminino, nestes casos significaria ser definido como uma fonte e reserva susceptível a ser utilizada para fins da “razão”. Este procedimento constituiria um dos pilares da razão instrumental e procedimentos de naturalização que permitem à dominação da mulher, de determinados grupos sociais e da própria natureza.

As mulheres camponesas militantes apresentam uma postura singular que dificulta inseri-las nas vertentes feministas tradicionais. Como os movimentos feministas em geral, elas também negam o essencialismo, porém, de uma forma particular, porque não rompem totalmente com “aproximações” entre as mulheres e

natureza e com alguns comportamentos e funções “da mulher”. Por exemplo, alguns grupos ressaltam o significado da maternidade para mulher (reforçada na idéia de capacidade ou “dom” de geração da vida que confere certos atributos à mulher) e a maior capacidade de empatia e solidariedade das mulheres para com humanos e não humanos.

Para trabalhar com esta singularidade, proponho uma aproximação da proposta de Manuela Carneiro da Cunha (2009) e Mauro Almeida (2009 e 2007), de deslocamento da crítica à cultura para a crítica da “falácia da autenticidade”. Segundo os autores, a “cultura” poderia ser usada de forma expandida, abrangendo os vários sentidos que adquire das práticas sociais, entre os quais, o seu uso como um recurso político (Cunha 2009: 368-373; Almeida 2009: 277).

A “falácia da autenticidade” também pode dialogar com propostas feministas contemporâneas que apontam a “dupla falácia”: a naturalização ou do “autêntico feminino” e do “movimento feminista autêntico” ou “verdadeiro feminismo”. A crítica a uma postura universalista e opressora dentro do Feminismo foi feita, como dito anteriormente, por vertentes feministas como o Feminismo Stand Point e Feminismo Pós-Colonial.

No livro “Feminismo y Poscolonialidad – Descolonizando el feminismo desde y em América Latina” (2011), Rita Segato nos confronta com a complexidade e o grande desafio de pensar na igualdade/diferença numa perspectiva pós-colonial. O maior desafio conceitual, segundo ela, seria entender a prática e os discursos de comunidades e grupos étnicos específicos sem utilizar discursos relativistas ou noções essencializantes de tradição e cultura.

Mesmo no âmbito do Ecofeminismo, como sintetizou Puleo (2005 e 2008), existe diversas críticas sobre os riscos de abordagens que reforçam uma mística da feminilidade com traços essencialistas ou mesmo a reprodução de noções idealizadas de matriarcado⁹. Segundo esta autora, o sentimento de muitas feministas de uma ameaça eminente do pensamento essencialista em relação às mulheres seria um dos principais motivos para as teorias ecofeministas construtivistas serem vistas como “muito mais

⁹ A sociedade matriarcal é um termo usualmente aplicado para definir formas gineocráticas de sociedade, ou seja, as sociedades nas quais os papéis de liderança e poder são exercidos pelas mulheres.

sólidas” do que as espiritualistas, por exemplo. No entanto, a autora reconhece neste texto a força e poder de mobilização do feminismo espiritualista. Para ela, em situações complexas, uma maior solidez teórica pode acabar significando também uma maior fragilidade prática em termos de capacidade de mobilização (Puleo, 2005: 31).

2.1. Camponesas e Feministas?

A restrição do espaço político permitido às mulheres e seus temas no interior de outros movimentos sociais é um dos principais motivos explicitados para a formação de grupos exclusivos de mulheres. O trabalho de Esmeraldo (2010) com as mulheres dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) descreveu como a formação de grupos de mulheres dentro de movimentos camponeses foi impulsionada inicialmente pela relação de poder desigual e falta de representatividade nestes movimentos. As mulheres teriam iniciado o grupo de mulheres para terem apoio e liberdade para construir um discurso político que problematizasse o sentido de uma luta da classe trabalhadora que não inclui nem considera a luta das mulheres.

A decisão de formar movimentos exclusivos de mulheres foi motivo de críticas recorrentes por parte de sindicalistas e de movimentos sociais. As críticas geralmente giravam em torno de considerar este comportamento sectário e contraditório com o princípio de igualdade entre homens e mulheres e também como um fator de enfraquecimento da luta da classe trabalhadora. No entanto, as pesquisas de campo realizadas para este trabalho e as leituras apontam que a formação de grupos autônomos de mulheres não tem gerado sectarismo. Pelo contrário, a ação dos movimentos de mulheres e a inserção de abordagens de gênero dentro de movimentos têm ajudado na constituição de uma visão mais abrangente, solidária e politicamente radical dentro do contexto mais amplo das lutas camponesas.

As integrantes do MMC entrevistadas e também as mulheres de movimentos camponeses argentinos falaram sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres dentro dos movimentos mistos. Uma das integrantes do MMC de Santa Catarina, por exemplo, relatou que quando iniciaram as reuniões com grupos apenas de mulheres era comum em alguns momentos uma “choradeira”. Segundo ela, as companheiras compartilhavam as dificuldades vivenciadas em suas trajetórias de vida no grupo e se emocionavam; momentos como este seriam impensáveis nos grupos mistos.

Para mulheres, além da luta capitalista e contra esse modelo de exclusão também tem a luta contra o patriarcado. Foram gerações e gerações no sentido de dominar e submeter

a mulher aos homens. Nesse sentido houve a necessidade de criar espaços para as mulheres colocarem suas dificuldades (...). Não acredito que é culpa dos homens, não é simples, é culpa de um modelo de sociedade que para eles acabou ficando muito cômodo. Por isso a gente trabalha no sentido de libertação das mulheres e de construir essas novas relações entre homens e mulheres. (trecho de entrevista com militante do MMC/Santa Catarina).

O MMC/Brasil afirma uma “mística camponesa e ‘feminista’ enraizada na luta popular e no desejo de felicidade e justiça¹⁰”. Neste movimento, a relação entre feminismo e luta das mulheres camponesas aparece de forma explícita e direta. Por exemplo, em 2010 o MMC de Santa Catarina realizou uma assembléia com o tema: "Identidade Camponesa e Feminista". Porém, esta relação não se estabelece da mesma forma em todos os coletivos e movimentos de mulheres camponesas que atuam no Brasil e Argentina. No caso dos movimentos de mulheres camponesas argentinos com o quais tive contato, o feminismo apareceu poucas vezes como uma referência direta, embora várias questões de gênero tenham sido colocadas pelas entrevistadas.

Embora existam convergências inquestionáveis entre movimentos feministas e os movimentos mulheres eles não podem ser tomados simplesmente como sinônimos. Por outro lado, também é necessário não tomar partido de visões restritas de feminismos que tendem a desconsiderar a participação de grupos de mulheres nos primeiros movimentos de luta camponesa e indígenas.

No que diz respeito aos movimentos feministas fora da Europa e dos Estados Unidos, existem aqueles claramente identificados como feministas, a partir de uma visão do feminismo europeu e norte-americano, como pelo sufrágio, aborto, direitos a saúde reprodutiva/familiar e diversos temas relativos ao “respeito à diferença” em termos de sexualidade. Outros movimentos de mulheres possuem origens e características distintas destes “feminismos hegemônicos” (como dito por algumas feministas pós-coloniais). Existem aqueles cujas demandas estariam inclusive “em conflito” com as destes feminismos.

As entrevistas com integrantes do MMC/Santa Catarina, do movimento Madres de Ituzaingó, da Associação de Mulheres Agricultoras de Goya e das Mulheres Agricultoras de San Martín apontam para uma origem compartilhada, que tem relação com as lutas populares pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Outros

¹⁰ Publicação do MMC/Santa Catarina “Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. Uma história de lutas e conquistas” (s/d, p. 20).

temas de mobilização comum são o acesso a direitos e serviços públicos básicos de educação e saúde em suas comunidades. Em algumas entrevistas na Argentina aparece com mais força a idéia de que “temas feministas” ou “das mulheres” não seriam uma preocupação central, o mais importante seria viabilizar a produção familiar e a melhoria das condições gerais de vida no campo. No entanto, em todas as entrevistas, a participação política e empoderamento da mulher acabam sendo colocados como algo importante.

2.2. Mulheres: vítimas ou protagonistas?

O contato com integrantes de movimentos e coletivos que fizeram parte deste trabalho trouxeram diversos elementos para pensar sobre os porquês do envolvimento crescente das mulheres com os temas relacionados à preservação ambiental, contaminação e soberania alimentar. Levaram a pensar, principalmente, na influência do lugar da mulher camponesa para a constituição de uma visão crítica, epistemologias e propostas éticas singulares.

Alicia Puleo inicia seu livro *Ecofeminismo para otro mundo posible* (2011) com uma questão: as mulheres seriam “vítimas ou protagonistas ético-políticas?”. A resposta dada pela autora ao final foi: as duas coisas. As mulheres são vítimas e protagonistas políticas. Neste trabalho as diversas leituras, entrevistas e contato com mulheres militantes e movimentos de mulheres me levaram a uma conclusão semelhante.

A origem de vários movimentos e o impulso para mobilização das mulheres em vários relatos parecem terem se iniciado porque elas (e seus familiares e comunidade) foram diretamente afetadas ou “vítimas” em situações diversas como contaminação, precarização das condições de produção e trabalho, perda da autonomia das famílias, situações de violência. Esta situação de vítima, no entanto, se transforma em uma situação de negação e de luta, de “protagonismo ético-político”.

O movimento Madres de Ituzaingó (Córdoba/Argentina), por exemplo, surgiu justamente como uma reação das mães do bairro de Ituzaingó a contaminação por agrotóxicos, ou seja, motivadas por serem vítimas da contaminação e de suas conseqüências diretas para saúde, principalmente, de crianças e mulheres (transtornos respiratórios, leucemia e aumento do número de abortos). Portanto, ações que atingiram diretamente as moradoras do bairro acabaram conduzindo a criação do movimento.

Esse Movimento, em seu início, contava também com a participação de homens do bairro, mas “com o passar do tempo eles deixaram de ir”. Segundo a integrante deste Movimento entrevistada, a participação das mulheres nos temas de contaminação é diferenciada:

As mulheres são mais persistentes, desde pequenas nos ensinaram que a saúde e alimentação estavam a cargo das mulheres, também é como se, supostamente, tivéssemos mais tempo para participar de mobilização porque trabalhamos em casa (trecho de entrevista com integrante do Madres de Itzaingó).

Em outro momento da entrevista, ela aborda os temas atuais de interesse do movimento. Para ela, de maneira geral, os movimentos feministas não se preocupam com temas ambientais e movimentos ambientais não se preocupam com o tema gênero. “Não é tão comum que movimentos de mulheres se preocupem com a questão dos agrotóxicos e impactos relacionados ao meio ambiente. É muito menos comum, por exemplo, que temas como violência de gênero e direitos homossexuais”. Na visão dela estes temas estão conectados de muitas formas. Por exemplo, afirmou que a “la ruta de la soja” (a rota da soja) estaria relacionada ao tráfico de mulheres e crianças; que problemas com inundações e outros problemas ambientais afetam as mulheres; e que, tanto os medicamentos, quanto os venenos agrícolas são grandes negócios (ela havia trabalhado por um período como atendente em uma farmácia).

Na tese de doutorado de Emma Siliprandi (2009), também foram narradas experiências parecidas em relação à percepção de mulheres camponesas. Neste trabalho, uma entrevistada, também do MMC de Santa Catarina, apontou para uma maior aceitação/comodidade do homem agricultor. Segundo ela, as atribuições colocadas aos homens acarretariam uma pressão adicional que estaria vinculada a comportamentos mais conservadores na agricultura. As mulheres agricultoras teriam algumas condições que permitiam mais liberdade e experimentação em as práticas agrícolas. Em entrevistas que realizei com integrantes do MMC/Brasil de Santa Catarina, elas também reforçaram esta idéia de um protagonismo das mulheres que é justificado de um lado, por elas e suas famílias serem mais diretamente atingidas; e de outro, por mostrarem uma maior sensibilidade e tenacidade com os temas relacionados à saúde, alimentação e “questões ambientais” e componentes de uma visão espiritual em relação à vida e ao alimento.

3. A semente como metáfora

Uma das principais ações dos movimentos de mulheres camponesas em todo mundo têm sido a defesa das sementes camponesas ou sementes crioulas¹¹. A semente é um símbolo da resistência e da potência da luta por inúmeros motivos, materiais e simbólicos, que a tornaram uma metáfora da luta destas mulheres contra as sementes transgênicas e em defesa das sementes crioulas.

A semente está no centro da obra da ecofeminista Vandana Shiva. Para a autora precisamos uma transformação ontológica para um futuro ecologicamente sustentável. Esta transformação deveria nutrir-se de concepções de mundo de “continuidade ontológica sociedade-natureza”, como as que estiveram presentes em algumas civilizações antigas e que têm subsistido em diversas culturas. A ontologia dicotomizada masculina, para a autora, é uma ontologia de dominação sobre a natureza e as pessoas. Do ponto de vista epistemológico, representa o reducionismo, a fragmentação e violação da natureza e também da mulher e do feminino (Shiva, 1995: 81). A violação da natureza estaria vinculada à violação e à marginalização das mulheres, principalmente as que vivem nos países mais pobres. Esta visão ontológica de *continuum* humano-natureza partiria de visões de mundo e epistemologias muito distintas do pensamento que têm sustentando a ciência e a biologia, ao menos em suas vertentes e disciplinas mais influentes.

Fox Keller também abordou a construção da metáfora do gene e sua influência dentro da visão moderna sobre a vida. Keller estudou como na biologia e as explicações baseadas na embriologia e em noções de desenvolvimento mais integrais perderam espaço para as explicações genéticas, o que ela chamou de discurso “ação-gene”, um discurso de “onipotência atribuída ao gene” e ao material genético masculino nas explicações científicas sobre a reprodução (Keller, 2006: 20).

O símbolo da semente e sua relação com os elementos da natureza e da vida é uma parte central dos discursos destas mulheres e está presente em vários manifestos e publicações, como na publicação da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da região Sul:

A água, sementes, plantas, animais fazem parte das relações de convivência e de trabalho, assim como o sol, a lua, a chuva, a geada, as estações do ano, os ciclos da natureza expressam esperança, morte, transformação e vida. Elas sabem organizar o quintal combinando variedades

¹¹ As chamadas variedades de sementes crioulas são produzidas por seleção e melhoramento, através da escolha e reprodução das melhores variedades (sem interferência na genética) para determinada região e condições. Essa prática é realizada pelos agricultores em todo o mundo há gerações.

de flores, plantas medicinais, pomar privilegiando perto da casa a sombra para acolher amigas (os), as vizinhas (os). A comunidade também é um espaço significativo onde todos se conhecem, se encontram para a celebração, a festa, o jogo, muitas vezes ali se dá organização, os conflitos, a troca de experiências, entre outras (Daron e Collet, 2008: 30).

Em outra publicação (cartilha) do MMC/Brasil da região Sul (s/d), “Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas”, a centralidade da semente está presente na própria organização do texto e permeia toda a publicação: “A nossa organização é o arado que abre os sulcos na terra para deitar as sementes”, “Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas”, “Somos sementes para a vida e não para o lucro e mercadoria para o capitalismo”.

Nos discursos das mulheres entrevistadas, além da defesa das sementes crioulas ou camponesas apareceram críticas à relação natureza/ser humano. Um pensamento que se diferencia dos movimentos camponeses tradicionais porque possui um olhar que promove uma convergência entre as situações de opressão da mulher e da natureza. Em entrevista concedida por uma integrante do MMC/Santa Catarina ela descreve este reconhecimento da semente como um dos temas centrais do movimento.

As mulheres têm esse cuidado com a vida e enxergam na semente a possibilidade de geração de uma nova vida. Eu acho que tudo isso influenciou para que as mulheres percebessem que essa questão das sementes transgênicas seria muito prejudicial porque provoca a perda de toda biodiversidade que existia.

No contexto da crítica dos movimentos e da crítica feita ao reducionismo biológico, à resistência às sementes transgênicas e a defesa das variedades crioulas se fortalece e se reveste de muitos significados.

A semente é um símbolo fundamental nas lutas contemporâneas. Como mercadoria, ela simboliza a disposição e o poder do mercado, reforçados pelas inovações técnicas e mecanismos legais, de penetrar domínios que até agora haviam resistido a tal invasão. Como recurso regenerativo, ela simboliza as possibilidades do fortalecimento local, da auto-gestão, de toda a população ser bem alimentada, da preservação da diversidade cultural e biológica, da sustentabilidade ecológica, de alternativas à uniformidade das instituições neoliberais, e da genuína democracia (Lacey e Barbosa Oliveira *In* Prefácio Shiva, 2011: 14).

Considerações Finais

Este trabalho é parte da pesquisa realizada durante quatro anos e teve a intenção de contribuir com a construção de reflexões no sentido da “sociologia das emergências” (Boaventura de Sousa Santos), trabalhando com a emergência e a potência das ações coletivas e com o diálogo entre conhecimentos. Buscou contribuir para abrir alguns caminhos teóricos que construam *junto com elas* relações éticas distintas entre seres humano/natureza. Os discursos destas mulheres apontam para éticas e epistemologias

singulares, que não estavam presentes nos movimentos sociais camponeses, populares, ecologistas e feministas anteriores. Elas apresentam uma abordagem integradora de questões colocadas por estes movimentos e por isto conseguem produzir significados que podem “romper os limites do sistema atual” e/ou contribuir para pensar e agir nas distintas dimensões que compõem os conflitos urgentes e atuais capital/vida: desigualdade de gênero; mercantilização do alimento, da saúde e dos bens comuns; destruição da sociobiodiversidade e dos conhecimentos camponeses.

A capacidade de elaboração de epistemologias-éticas singulares, impregnadas de sentimentos sobre o cuidado e proteção dos seres humanos e natureza, emergem de suas experiências cotidianas e práticas políticas e se contrapõem aos valores constitutivos do capitalismo, patriarcado e do pensamento antropocêntrico. Nesta elaboração, a semente e a soberania alimentar funcionam como um centro de convergência de aspectos simbólicos e materiais para as mobilizações e sentido de resistência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. “Narrativas Agrárias e Morte do Campesinato”. *Revista Ruris*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Ceres, número 1, setembro, pp. 157-186, 2007.
- ALMEIDA, M. “Populações tradicionais e conservação ambiental”. Em CUNHA, M. C, *Cultura com aspas*, São Paulo: Cosacnaify, pp. 277-300, 2009.
- OLIVEIRA, M. B. “Ciência: força produtiva ou mercadoria?”. São Paulo: *Revista Crítica Marxista* nº 21, pp. 77-96, 2005.
- Cartilha do Movimento de Mulheres Camponesas região Sul. “Sementes de Vida nas mãos das mulheres camponesas. Equipe de Elaboração e Revisão: Salete Girardi, Zenaide Collet, Silei Gaspareto, Luciana Piovesan, Justina Cima, Tânia de Sousa e Sandra Rodrigues, (s/d).
- CARNEIRO, M. J. “Rural como categoria de pensamento”. *Ruris*, número 2, março de 2008, Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Ceres, 2008.
- COMTE-SPONVILLE, A. O pequeno tratado das grandes virtudes. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

DARON, V.; COLLET, Z. *Mulheres Camponesas em defesa da saúde da vida*. Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul. Brasília: MDA Comunicação Integrada, 2008.

ESMERALDO, G. G. “As mulheres sem terra e suas práticas políticas”. Congresso Alasru (2010), Porto de Galinhas, Brasil, 2010.

GARCÍA, M.I.G. “El estudio social de la ciencia en clave feminista: género y sociología del conocimiento científico” Em BARRAL, M.J; MAGALLÓN C. M; SANCHEZ M. D. (edts). *Interacciones Ciencia y género*. Barcelona: Icaria Editorial, 1999.

GOLSBERG, C. e DUMRAUF, S. Coleção Agricultura Familiar 2: Ferias de agricultura familiar na Argentina. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2010.

HARAWAY, D. “Saberes localizados: a questão da ciência para o Feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, número 5, pp. 7-41, 1995.

HOLLOWAY, J. *Cambiar el mundo sin tomar el poder – El significado de la revolución hoy*. Vadell Hermanos Caracas: Editores, C.A, 2005.

KELLER, E. F. “Qual foi o impacto do feminismo na ciência?” *Cadernos Pagu*, número 27, pp. 13-34, 2006.

LACEY, H. “As sementes e o conhecimento que elas incorporam”. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 14(3), pp. 53-58, 2000.

MELLOR, M. *Feminismo y Ecología*. México: Siglo Veinteuno Editores, 2000.

MELUCCI A. *A invenção do presente*. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MELUCCI, A. *Acción Colectiva, vida cotidiana y democracia*, México: El Colégio de México, 2002.

MOLYNEUX, M. *Movimientos de mujeres em América Latina*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2003.

MONTEIRO, M. S.A. “Reconsiderando a etnografia da ciência e da tecnologia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 27 nº 79 junho, 2012.

PAULILO, M. I. “Movimientos de mujeres agricultoras y empoderamiento em Brasil”. Em Cruz, F. (org). *Perspectiva de gênero y desarrollo rural*. Madrid: Edición Asociación País Románico, 2011.

PAULILO, M. I. “Intelectuais e Militantes e a Possibilidade de diálogo”. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 336, set-dez, 2010.

Publicação do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (s/d). Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina - Uma história de lutas e conquistas.

SANTOS, B. de Sousa. *A Gramática do Tempo*. São Paulo: Cortez. [1ª ed.], 2006.

SANTOS, B. de Sousa. “Para Além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes”, *Revista Crítica e Ciências Sociais*. 78, pp. 03-46, 2007.

SANTOS, B. de Sousa. *Una epistemologia del Sur*. México: Clacso, 2009.

SEDEÑO, E. P. “Feminismo y Estudios de Ciencia Tecnologia y Sociedad: nuevos retos, nuevas soluciones”. Em Barral, M.J; Magallón C. M; Sanchez M. D. (eds). *Interacciones Ciencia y género*. Barcelona: Icaria Editorial, 1999.

SEGATO, R. *Feminismo y poscolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América Latina*. Buenos Aires: Acción Feministas Editora, 2011.

SHIVA, V. *Abrazar la vida*. Madrid. Horas y Horas Editorial, 1995.

SHIVA, V. *Biopirataria: A pilhagem da Natureza e do Conhecimento*. São Paulo: Vozes, 2011.

SILIPRANDI, E. “Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais”. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.1 n.1, jan/mar, pp.61-71, 2000.

SILIPRANDI, E. “Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar”. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília em 2009.

SILIPRANDI, E. “Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar”. *Revista Pensamento Latino-americano*, n9, 2011.

PUELO, A. “Luces y sombras de la teoría y la praxis ecofeministas” in PUELO, A.; SEGURA, C.; CAVANA, M.L. (coord.) *Mujeres y ecología: Historia, pensamiento y sociedad*. Madrid: Laya, 2015.

PUELO, A. Libertad. Igualdade, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado. *Isegoría Revista de Filosofía Moral y Política*, 2008.

PUELO, A. Ecofeminismo para otro mundo posible. Madrid: Grupo Anaya/ Edições Cátedra, 2011.

RAMILO, D. (coord.). Atlas: población y agricultura familiar región NEA. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2011.

TAIT, Lima M.M. “Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistência aos cultivos transgênicos no Brasil e Argentina”. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica), defendida na Universidade Estadual de Campinas, Campinas, em agosto de 2014.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

**CONFLITOS TERRITORIAIS E LUTA DE CLASSES NO
AGROHIDRONEGÓCIO
CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP) - BRASIL ***

Antonio Thomaz Junior

Departamento de Geografia/Adjunto III/FCT/UNESP/Presidente Prudente;
Pesquisador 1-PQ/CNPq; Coordenador do CEGeT/CETAS
thomazjrgeo@fct.unesp.br

Resumo:

Desde o final dos anos 1980 o processo de quimificação das práticas agropecuárias hegemônicas pelo agrohidronegócio (soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, eucalipto) intensifica, no Brasil, novas linhas de expressão do conflito social e da perda da qualidade de vida dentro e fora do ambiente de trabalho, com impactos na saúde do trabalhador, e na saúde ambiental e coletiva. A universalização da utilização de insumos agroquímicos no Pontal do Paranapanema (SP), e das relações capitalistas de produção e de trabalho, vinculadas à agroindústria canavieira, está possibilitando ao capital, a um só tempo, a garantia da sua reprodução ampliada e do controle social, e a legitimação das terras griladas (terras com títulos de propriedade falsificados). Tanto a legalização como a legitimação, se somam ao propósito de neutralizar as plataformas dos movimentos sociais vinculados à luta pela terra, no Pontal do Paranapanema, pois são os mesmos territórios que estão em disputa.

É pela via da formação do modelo produtivo/destrutivo amparado no monocultivo da cana-de-açúcar, que contamina as terras, as águas, os animais, os alimentos, os trabalhadores rurais e a população em geral.

É pela via do modelo produtivo/destrutivo amparado no monocultivo da cana-de-açúcar, que daremos consecução aos objetivos estabelecidos. Trata-se de poluições intencionais, pois atingem camponeses, assentados, já que os Assentamentos Rurais estão inseridos nas principais áreas de expansão do agrohidronegócio canavieiro, e também os habitantes dos núcleos urbanos.

Assim, o aparente oportunismo desse processo protagonizado pelo capital agroindustrial canavieiro, no Pontal do Paranapanema, viabiliza o projeto de classe de fazer da submissão, e da exploração do trabalho e dos mecanismos especulativos os vetores da acumulação de capital.

Palavras chave: conflitos territoriais, trabalho, luta de classes, agrohidronegócio canavieiro

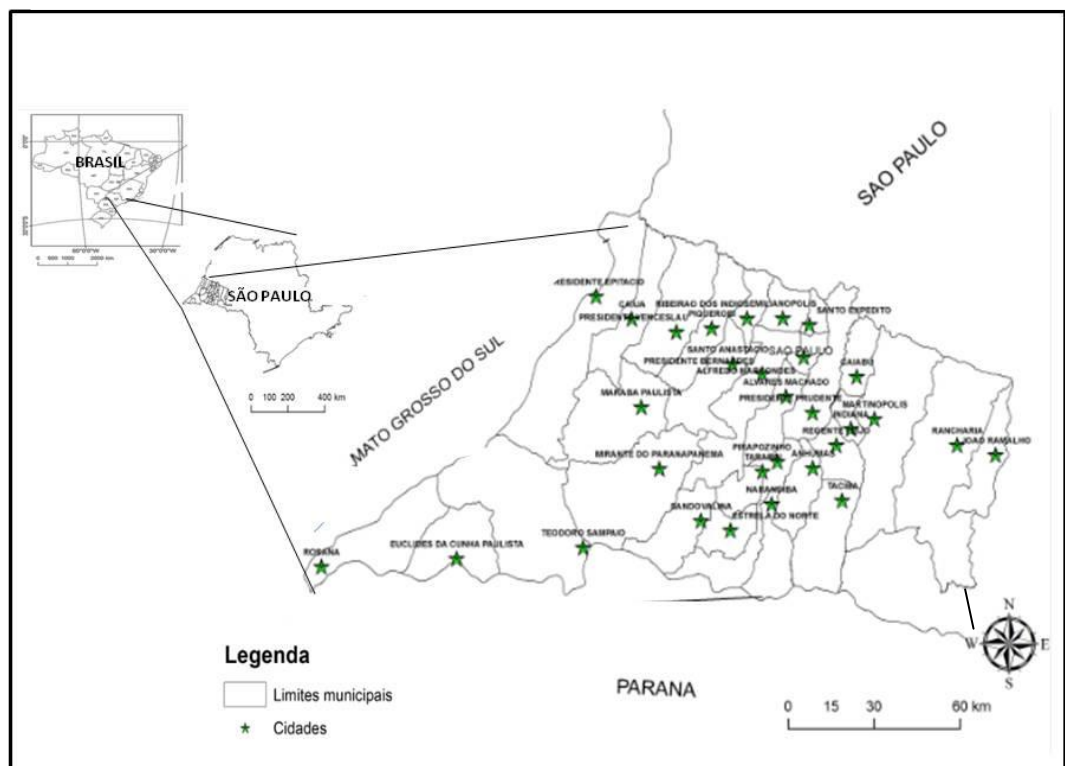
* Esse artigo é produto dos resultados parciais dos projetos de pesquisa: 1) "Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema-São Paulo-Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental" (Projeto Temático/FAPESP), sob nossa coordenação, e com vigência até julho de 2018; 2) "Territórios em Disputa e a Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Luta pelo acesso a terra e a água, movimentos sociais e saúde ambiental)" (PQ-1/CNPq), com vigência até março de 2016.

Introdução

A intensidade do crescimento da atividade agroindustrial canavieira, no Brasil, nos últimos cinco anos, apesar dos reveses constatados, tem demonstrado que, mais do que uma sinalização, sua expansão para as áreas novas, se dá, via de regra, em busca de terras férteis, relevos planos e proximidade/disponibilidade de recursos hídricos, além do que a consolidação para as áreas tradicionais, como a região de Ribeirão Preto no estado de São Paulo, demarca novos desafios.

Esses novos desafios nos remete a situar a especificidade do processo expansionista do capital como protagonista de novos elementos para o conflito em torno da luta pela posse/ acesso à terra e à água, no Pontal do Paranapanema (SP), no século XXI (Mapa 1). É importante notar, até com base em outras pesquisas, que os conflitos territoriais estão sendo intensificados e redimensionados quanto aos métodos, com a manutenção do latifúndio improdutivo e das terras griladas, que ainda se mantém à base de 450 mil hectares. Ou seja, as terras com pendências jurídicas (declaradamente devolutas, parcialmente regularizadas etc.), de um lado, são alvo da cobiça da burguesia industrial e financeira, como é caso da Odebrecht, que atua no Pontal do Paranapanema, por meio do seu braço agronegócio, com o nome de Odebrecht Agroindustrial, e por outro, são objeto das reivindicações dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Mapa 1 - Pontal do Paranapanema (SP) - Brasil



A face dinâmica desse processo nos expõe às mudanças por que passa a configuração espacial e às novas formas de exploração da terra com a expansão da cana-de-açúcar, sendo, pois, o eixo encimado no conflito pela posse e permanência na terra, no caso dos Assentamentos Rurais originários da luta pela terra, que estão sendo "engolidos" pela monocultura canavieira (Mapa 2) e são alvo fácil e constante dos efeitos da aplicação de agrotóxicos na saúde das famílias, dos animais, do solo, dos

mananciais, do ambiente e da sociedade regional em geral. Da mesma forma que esse processo também impacta diretamente no âmbito da luta pelo acesso à água, por parte das famílias camponesas de assentados, o que põe em relevo a disputa territorial no Pontal do Paranapanema, no século XXI¹.

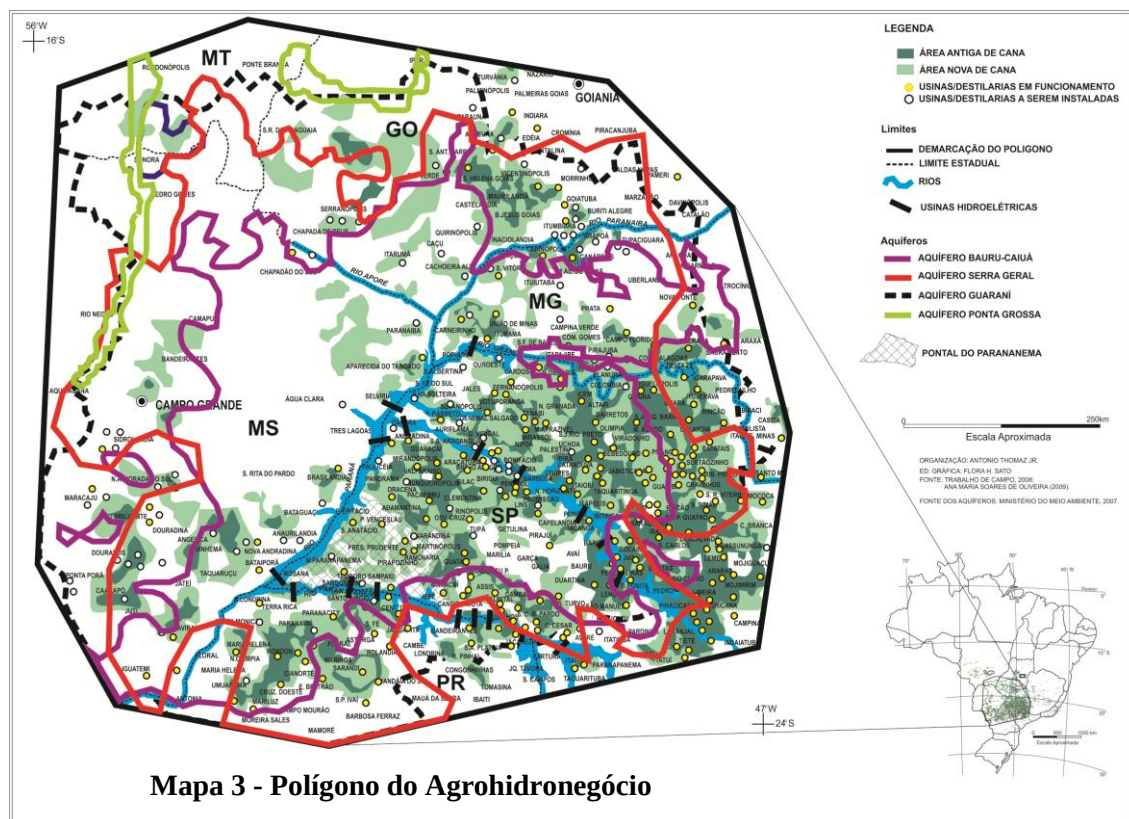
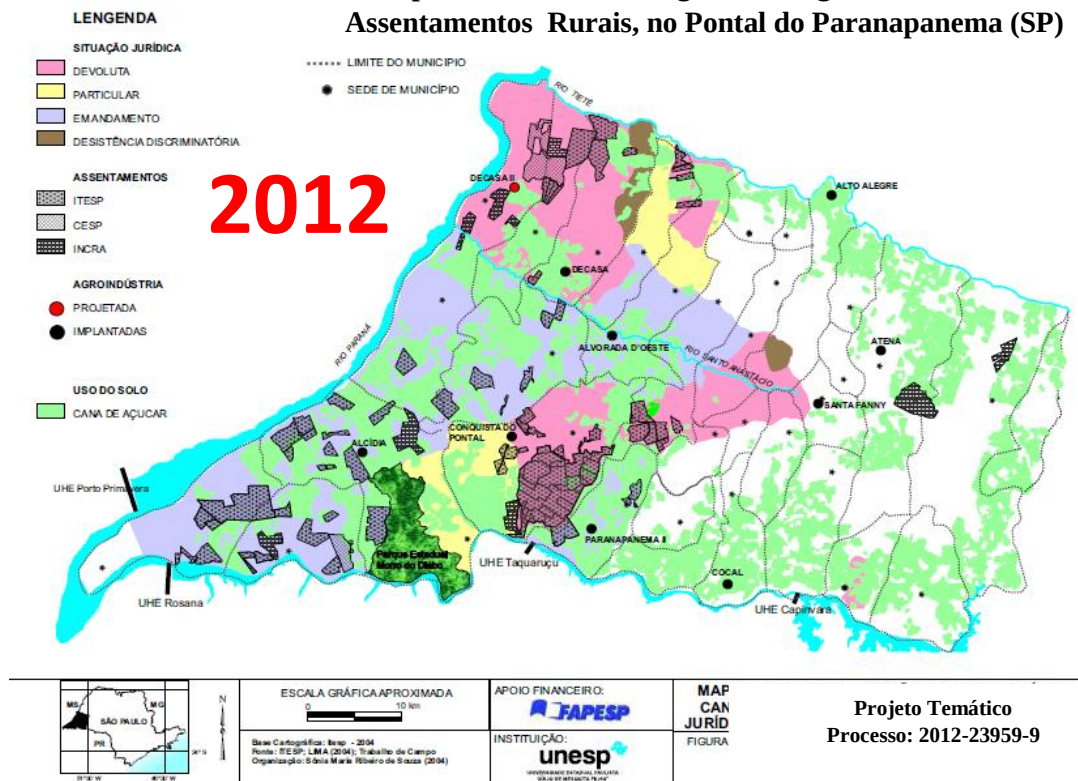
A consecução da pesquisa está possibilitando entender de forma articulada a luta pelo acesso a terra e a gestão de recursos hídricos, o que acrescenta novas questões à abordagem da monopolização da terra, da degradação ambiental e do trabalho no âmbito do Polígono do Agrohídronegócio Canavieiro (Mapa 3). Como constatamos anteriormente, Thomaz Junior (2009), a monopolização da terra pelo agrohídronegócio canavieiro, no Pontal do Paranapanema, superpõe-se ao controle do acesso aos recursos hídricos disponíveis e a serem explorados nos aquíferos.

A nocividade desse processo, as rotinas de trabalho, e daí as doenças ocupacionais, que envolvem o risco de mutilações, contaminação, intoxicação e até mesmo mortes, são assuntos que nos ocupam cada vez mais no ambiente de pesquisa e que nos possibilita os resultados iniciais do projeto de pesquisa. Ou seja, o modelo produtivo/destrutivo característico do monocultivo da cana-de-açúcar, que contamina as terras, as águas, os mananciais, os animais, as plantações, os trabalhadores rurais e a população do entorno, ocupa centralidade nas pesquisas que estamos desenvolvendo. Esses processos atingem camponeses, assentados, trabalhadores e comunidade em geral, já que os Assentamentos Rurais estão inseridos nas principais áreas de expansão do agrohídronegócio canavieiro (Mapa 1), bem como, os habitantes dos diversos núcleos urbanos.

A defesa intransigente da reforma agrária, sob o comando dos trabalhadores, e de políticas públicas voltadas para a produção de alimentos e de manutenção dos camponeses e suas famílias na terra, em condições de viver e produzir dignamente, ressaltamos, repõe em primeiro plano uma das faces atuais da luta de classes no Brasil, nesse início do século XXI. Associado a isso defendemos a adoção de técnicas e de tecnologias, de acordo com as necessidades e desejos dos próprios trabalhadores, com o objetivo de garantir a alimentação e as necessidades da sociedade.

¹ Esse assunto nos ocupa centralmente no âmbito do Projeto Temático/FAPESP, já citado, sob nossa coordenação.

Mapa 2 - Território do agrohidronegócio canavieiro e Assentamentos Rurais, no Pontal do Paranapanema (SP)



Mapa 3 - Polígono do Agrohidronegócio

Do mesmo modo, a manutenção da produção camponesa vinculada a pequenos circuitos, para privilegiar a produção em todos os lugares possíveis, mantendo qualidade

e sanidade dos alimentos, de sorte a conservar não somente seu fornecimento regular, mas também os laços culturais, a qualidade dos alimentos, atreladas às condições agroecológicas adequadas, a sociabilidade camponesa ou um mundo rural vivo, densamente povoado. E ainda, o acesso aos recursos terra e água, mas referenciado à ideia de serem bens comuns e devendo estar sob o controle dos trabalhadores, para que os verdadeiros fins sejam garantidos, evitando assim a desertificação, a salinização das terras e o uso indevido, mediante a especulação imobiliária e projetos de desenvolvimento rural que estimulem o acesso e a manutenção dos camponeses na terra produzindo, e a defesa da autonomia dos camponeses.

Os resultados preliminares estão abrindo possibilidades para se repensar a luta de classes e as ações políticas em torno da Reforma Agrária, da Soberania Alimentar e Energética etc. As metodologias de pesquisa qualitativa empregadas, sobretudo as entrevistas, estão possibilitando apreendermos o movimento da realidade social do trabalho² no agrohídronegócio canavieiro, no Pontal do Paranapanema, e o campo de disputas que demarcam os conflitos territoriais.

2. Processo social e conflitos territoriais

Está-se diante das especificidades das consequências da monopolização da terra e da degradação ambiental e da saúde dos trabalhadores enquanto dimensão constituinte central do agrohídronegócio, no Brasil. E ainda, a invisibilidade social da degradação do trabalho e das relações de trabalho tem na exploração da terra indicações imprescindíveis para que possamos identificar a amplitude e a dimensão dos processos de dominação, controle social, no contexto da luta de classes.

É por dentro do processo social, reconstruído à luz da destrutividade imposta pelo capital, que se materializam os conflitos territoriais e, por via de consequência, os desafios para os trabalhadores diante da irreformabilidade do capital. Ou seja, um sistema social de desigualdade estrutural incorrigível e incuravelmente injusto, ou que sustenta a incômoda verdade de que o capital é incapaz de reconhecer seus próprios limites e que as reformas que se sucedem só fazem remediar as contradições e os perigos mais cruéis de sua incontrollabilidade, apontam os fracassos das alternativas reformistas. Isso nos permite afirmar que o capital domina todo o planeta de todas as maneiras e formas possíveis, o que não lhe confere condições de resolver adequadamente seus antagonismos estruturais e “contradições explosivas, em nome de uma imperturbável acumulação e expansão” (MÉSZÁROS, 2011, p.26).

Assim, é no interior da ordem metabólica do capital, das contradições que regem os mecanismos centrais da produção e ao processo mais geral da reprodução ampliada, e que também reproduzem relações não essencialmente capitalistas o conteúdo das alianças políticas, e das disputas e dos conflitos territoriais.

Esse é o caminho mais seguro para construirmos novos referenciais teórico-metodológicos e vislumbrarmos a compreensão do universo do trabalho, cada vez mais fragmentado, heterogeneizado e precarizado, particularmente sob o fogo cruzado da reestruturação produtiva do capital, todavia sem perder sua centralidade. Não seria, dessa forma, mero jogo de palavras dizermos que a classe trabalhadora vem sendo profundamente atingida pelos mecanismos dos quais se valem o capital, os Estados nacionais e os setores hegemônicos, para a manutenção da extração de valor, de mais valia, a expensas da fragilização, da desrealização crescente e intensa dos direitos

² Cf. ALVES, 2014.

sociais conquistados por meio das lutas históricas, da despossessão, do direito ao trabalho, da segurança no trabalho, do direito de greve, e tantos outros.

A reestruturação produtiva do capital produz então, novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado, bem como atinge expressivos segmentos de trabalhadores vinculados às relações de produção não essencialmente capitalistas. Apesar da sua forma clássica se expressar no assalariamento, também se estende aos trabalhadores por conta própria, para os autônomos, para os camponeses. Na qualidade, pois, de elemento subordinado ao sistema de trocas, o trabalho estranhado está aprisionado às determinações da sujeição da renda da terra ao capital, à propriedade privada e a toda estrutura social do edifício da dominação de classe e do destrutivismo intrínseco ao modo capitalista de produção.

O panorama aterrador/devastador que intemperiza a sociedade e o trabalho está afinado à ideologia do desenvolvimento, adjetivada de sustentável, e, neste alvorecer do século XXI, reforça sua tinta no aumento intenso da pobreza no mundo ou do empobrecimento de trabalhadores, inclusive empregados. Porém, reforçado nos grillhões de desempregados e descartados do mercado de trabalho, da mesma maneira que a extrema destruição da natureza, dos ecossistemas se intensifica, sob o escopo de ações sustentáveis. O que significa dizer que sob o capitalismo o trabalho como atividade vital se configura como trabalho estranhado, expressão designativa de uma relação social encimada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Poderíamos afirmar que o trabalho como categoria ontológica do ser social continua a ser a base fundante de toda forma histórica. Ele é o pressuposto negado do trabalho estranhado e do trabalho capitalista como espécie histórica particular-concreta de trabalho estranhado (THOMAZ JUNIOR, 2013).

Sob o legado da nova morfologia social do trabalho, intrínseca ao regramento do capitalismo global, do século XXI, que sintonizamos a atualidade da precarização do trabalho, não apenas restrita no âmbito da (des)realização da força de trabalho, mas também do homem que trabalha, como argumenta Alves (2011, p.39), “no sentido da desefetivação do homem como ser genérico”.

Assim a ofensiva do capital alcança todos os horizontes da esfera da (des)realização do trabalho, não restringindo-se apenas ao local de trabalho, atinge a dessubjetivação, a dissolução dos coletivos e identidades de classe, a ressignificação da condição proletária, a saúde, a vida etc. (ALVES, 2010).

É por isso que o ataque direto ao operariado e aos proletários, imanente à estratégia de dominação do capital, inscrito de forma geral, com a diminuição crescente de seu efetivo em todo o mundo, não nos autoriza a afirmar que o trabalho perde centralidade, até porque a teoria do valor continua edificando o processo sociometabólico do capital e, por outro lado, não deve ser o esgarçamento das relações de trabalho estritamente assalariadas e a crescente participação da informalidade a decretar o fim do trabalho. Em outros termos, se faz parte da lógica do capital o permanente revolucionamento das forças produtivas, em algum momento desse processo, pode colocar em questão o próprio processo de acumulação.

E, é exatamente nesse ambiente da apropriação de riquezas que a terra e a água ocupam lugar central, quando se põe em questão a sobrevivência do planeta, a produção de alimentos, a exploração e a comercialização de matérias-primas, etc. Impõe-se de modo marcante, nesta primeira década do século XXI, elementos novos e repletos de significados no tocante às disputas em torno da terra e da água ou do acesso a esses bens no mundo e, particularmente, no Brasil.

A esse respeito, o capital tem à disposição elementos imprescindíveis para a marcha expansionista dos seus negócios. Além de contar com os favorecimentos dos investimentos públicos e também privados, e por isso disputa apoios, cabe colocar em

evidência que os bons resultados obtidos são complementados pelo acesso às melhores terras (planas, férteis, com localização favorável e logística de transportes adequada).

As interfaces entre dinâmica territorial, formas de dominação, relações de trabalho, formas de uso da terra, gestão da água, saúde ambiental e, conseqüentemente, os conflitos territoriais, ocupam lugar central na análise das conseqüências do modelo de desenvolvimento econômico integrado à dinâmica de valorização do capital.

Em síntese, temos o redimensionamento das configurações sociais que dão sustentação a diferentes expressões e significados do trabalho, seja nos campos, seja nas cidades, e acrescenta novos valores e sentidos para os sindicatos, para as centrais sindicais, para os partidos políticos e para os trabalhadores em particular.

É por isso que somente as pesquisas nos têm possibilitado demarcar essas preocupações e a partir das mesmas poderemos contribuir para revelar as dificuldades de compreensão desse processo que nos têm impedido de apreender as especificidades do ser social que trabalha em diferentes formas laborativas e constrói visões/compreensões de mundo, quase sempre relegadas pelos sindicatos, pelos partidos, pelos intelectuais etc. São essas, pois, as exigências para nos situarmos no ambiente das ações de resistência e dos conflitos territoriais.

Partindo desses pressupostos, podemos ponderar que, apesar das especificidades do segmento agroindustrial canavieiro, em relação às tantas outras formas de expressão do capital, no que tange à dinâmica, às estratégias reprodutivas, de controle do trabalho, e à aposta da sua constante precarização/fragilização, há semelhanças. No entanto, é no interior dos conflitos (territoriais) que temos o fio condutor das ações dos sujeitos envolvidos nesse cenário. Em decorrência, as ações que antepõem trabalhadores x capital, as fissuras intercapital reveladas pela necessidade de terras planas, férteis e com disponibilidade hídrica – portanto, aptas à mecanização –, e entre os próprios trabalhadores são, por excelência, os exemplos das disputas por território que revelam o conteúdo e os significados do processo expansionista do agrohidronegócio em geral.

Esse processo incide tanto sobre os assalariados “puros”, trabalhadores temporários, por conta própria, informais, agricultores camponeses, quanto sobre os contingentes que estão à frente das ações de luta pela terra. É por esse caminho que estamos identificando as diferentes formas que expressam a resistência ao capital. Todavia não mais restritas aos parâmetros do assalariado tradicional, ou do operário taylorista/fordista, mas extensiva às demais formas de explicitação do trabalho, e também não apenas limitadas ao “chão de fábrica”, que, em conjunto, crescem em todas as escalas geográficas e em magnitude.

Assim, o fluxo de relações que vincula as mudanças no perfil dos camponeses na mesma linha de redefinições em suas fileiras dos operários urbanos e rurais e, portanto a plasticidade que atinge duramente o trabalho, em via de conseqüência, as mudanças nos/dos papéis sociais e político-ideológicos, atingem e contextualizam a degradação e o movimento territorial de classe da classe trabalhadora.

É nesse embate que estamos sintonizando os enunciados mais gerais da classe trabalhadora às bandeiras da reforma agrária e da soberania alimentar, nos marcos da relação campo↔cidade, ou melhor, na relação dialética que seu conteúdo expressa nos diferentes formatos rurais e urbanos que englobam a sociedade e os trabalhadores.

3. (Des)Identidades e formas de resistência do trabalho

A respeito das sociabilidades que não se restringem ao circuito da relação essencialmente capitalista, podemos tomar os exemplos das práticas socioculturais que

envolvem diretamente as comunidades à memória da terra, ou seja, a terra vista não como mercadoria, mas sim território de vida, da própria existência, o que significa que, ao perdê-la, perde-se juntamente a possibilidade da existência. Da mesma maneira que não podemos nos abster de abordar a tão necessária e almejada igualdade substantiva, capaz de superar as deformações do patriarcalismo. E, quando aproximamos esse assunto do conhecimento científico ou da racionalidade científica, da divisão científica do trabalho etc., também é imperioso, como já afirmamos anteriormente, romper dialeticamente com os ramos, áreas e subáreas, sob o argumento do iminente revolucionamento da ciência em tempos de transição, portanto, que seja partícipe ativa e não meramente situacional.

Os desafios para esse exercício intelectual estão postos. O que não quer dizer que partilhemos do desânimo daqueles que se ancoram nos efeitos da (des)realização do trabalho, na manipulação ideológica, na crescente dessolidarização (de classe) – tamanha a escala da descaracterização da sociedade salarial – e, com isso, juntam esforços para defender a ideia da impossibilidade da crítica radical ao capital. Tampouco queremos apostar num sujeito difuso, sob o argumento de que os principais protagonistas das ações de resistência e com algum alcance mobilizatório, a depender da escala geográfica e da espacialidade, não estão vinculados à vanguarda operária (THOMAZ JUNIOR, 2009).

A exaustão dos exemplos não pode ofuscar a objetividade de as atenções estarem direcionadas para esse movimento dialético de (des)realização e de (des)pertencimento, no qual buscamos as evidências da negação/afirmação do trabalho e da classe trabalhadora. Sejam trabalhadores formais (proletários, assalariados regulares, terceirizados etc.), além dos assalariados temporários (migrantes que vivenciam a condição de camponês/produtor familiar etc.), sejam trabalhadores informais (por conta própria, domiciliar, camelôs, ambulantes), e ainda a pluralidade de recortes (gênero, etnia etc.), o quadro plural da (re)existência do trabalho é a nossa referência.

E se incluirmos nesse recorte temático os conflitos e lutas pelo acesso à água, poderemos abordar facetas ainda mais complexas para o futuro da sociedade, situações específicas do trabalho, novos vínculos e significados para o espaço geográfico, especificidades das disputas territoriais intrínsecas à luta de classes etc.

Estão na cena política momentos singulares de mobilização e de resistência que ultrapassam as fronteiras cidade-campo e redefinem, ao mesmo tempo em que expressam novas demarcações espaciais e conteúdos territoriais específicos para as diferentes lutas em marcha, o que, conseqüentemente, está a nos exigir um repensar profundo e/ou reflexão autocrítica de grande significado político e intelectual, o que, nos tem movido nos últimos anos. Daí o atributo de movimentos sociais de novo tipo para esses movimentos sociais que têm vínculos com a questão da terra e polemizam em torno dos aspectos essenciais da questão agrária, no Brasil e na América latina - em particular o MST, no Brasil e o MZLN, no México -, pensamos ser muito tímido e de significado restrito a apenas o que não pode deixar de ser ignorado.

Os significados das lutas por emprego, permanência e melhoria das condições de trabalho, saúde no trabalho ou saúde ambiental, cumprimento de acordos e lutas que reivindicam regularização fundiária, reforma agrária, acesso à moradia, direito de permanência, direito à estabilidade no emprego, ocupam lugar central e refletem o protagonismo das instâncias de organização dos trabalhadores, os movimentos sociais comprometidos com os interesses de classe.

Desta forma, estamos procurando compreender o movimento territorial da classe trabalhadora, frequentemente negado pela teoria, mas, que pode demonstrar ser o fio condutor de uma leitura ampliada da classe trabalhadora e que consiga oferecer condições para o entendimento das proximidades de sujeitos sociais aparentemente

distantes como o camponês e o proletário. Ou seja, as trajetórias de inúmeros trabalhadores, por vezes, os expõem a proletarização num período determinado do ano fiscal e noutro a condição camponesa, a exemplo dos migrantes que se deslocam para o trabalho no corte de cana manual em São Paulo. Além destes, no Pontal do Paranapanema, sujeitos sociais assentados de reforma agrária deslocam-se diariamente para o trabalho na cana, vivenciando no mesmo dia, realidades distintas do trabalho (familiar e proletarizado). Esse movimento territorial da classe trabalhadora demonstra que nossos estudos devem ganhar novos conteúdos que consigam dar conta de compreender as complexas realidades sociais do trabalho. Com isso, percebe-se que se por um lado o capital domina e se apropria da renda da terra camponesa, do trabalho não pago proletário, por outro, no âmbito das instâncias organizativas dos trabalhadores (sindicatos, movimentos sociais, etc.) a resistência quase nunca é pensada de forma unificada, o que fragiliza ainda mais as ações dos trabalhadores. Por isso, acreditamos que compreender o movimento territorial da classe trabalhadora, pode ser o fio condutor da reunificação da pluralidade existente no universo do trabalho e com isso ligar lutas como reforma agrária, melhores condições de trabalho, acesso à moradia, como resistências da classe trabalhadora.

Além disso, nossos estudos nos tem permitido argumentar sobre as condições de trabalho e saúde como dimensão prioritária das formas de exploração e dominação vigentes, isso significa que os agravos à saúde dos trabalhadores não podem ser naturalizados, tampouco debitados ao acaso ou à redoma dos acidentes. Nem mesmo devem ser pensados no imediatismo de abordagens positivistas, as quais, no máximo, tecem críticas superficiais exclusivamente ao ambiente de trabalho. É preciso ir além e considerar o adoecimento laboral na perspectiva das contradições insanas da sociedade burguesa contemporânea (ALVES, 2013), pois os agravos à saúde dos trabalhadores representam uma das expressões mais significativas do antagonismo sistêmico entre capital e trabalho.

Por conseguinte, as interfaces entre dinâmica territorial, formas de dominação e relações de trabalho, formas de uso da terra, gestão da água e saúde ambiental, em síntese, devem ocupar lugar central na análise das consequências do modelo de desenvolvimento econômico integrado à dinâmica de valorização do capital. O movimento do trabalho, o movimento da natureza e o movimento da saúde ganham importância analítica, por entendermos que é possível outra relação sociedade-natureza, a ser construída por dentro das disputas territoriais e de classe, sob o pressuposto de apontar alternativas voltadas ao desenvolvimento sustentável da sociedade e da natureza. Isto é, os desdobramentos ambientais e epidemiológicos do modelo de monocultivo se vincula à disseminação de doenças zoonóticas, aumento dos agravos decorrentes das intoxicações químicas, impactos sociais e ambientais expressos nos solos, nos mananciais, nos animais, nos trabalhadores e na população em geral.

Os rebatimentos das formas de exploração do trabalho, à monta das formas assemelhadas à escravidão, associadas, portanto às condições de extrema precarização, estão afinadas tanto aos expedientes regressivos, como os utilizados nas carvoarias, corte da cana-de-açúcar etc., como também nos espectrais, que nem sempre expressam-se afinados ao patamar tecnológico condizente ao respeito aos direitos trabalhistas, pois se materializam sob extrema precarização, como *call center*, condutores de máquinas agrícolas etc. (THOMAZ JUNIOR, 2012). E, mais, como a assistência à saúde, de direito universal, torna-se mercantilizada, exclui progressiva e crescentemente a saúde do trabalhador da proteção estatal e, com isso, tem-se a minimização dos programas sociais públicos. Por essa via podemos aproximar o entendimento para o necessário vínculo desses argumentos ao fato de que a doença ocupacional é indicação de mudanças no equilíbrio homem-natureza-ambiente, encimadas nas transformações

metabólicas e produtivas impostas pelo capital, que repercutem diretamente na dinâmica territorial do trabalho.

Os caminhos diferentes e as experiências de pesquisa que nos vão permitir refletir sobre a realidade, pela via do trabalho, em lugar de nos “escondermos” e nos protegermos por trás de afirmações desvinculadas da práxis política com que os trabalhadores e os movimentos sociais estão construindo e requalificando a Geografia do trabalho, no planeta. É o entendimento das diferentes experiências de resistência, de organização e da plasticidade constantemente refeita que nos possibilitará conhecer o enraizamento e o sentido revolucionário do trabalho, e não as definições preconcebidas, forjadas e distantes da centralidade do conflito de classe e do processo social que lhe dá sustentação.

4. A correspondência saúde-doença no âmbito dos conflitos territoriais

Com base nos estudiosos da área de saúde, especialmente em Rigotto (2011), ao referir-se às ações praticadas pela epidemiologia social, que tem se valido da relação sociedade-ambiente de forma a contemplar essa amplitude no âmbito do modo de produção capitalista, “o processo saúde-doença é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento” (RIGOTTO, 2003, p.391).

É por isso que o aparente oportunismo do processo protagonizado pelo capital agroindustrial canavieiro, no Pontal do Paranapanema, objetiva, em primeiro plano viabilizar seu projeto de classe burguês, de praticar o controle territorial, de fazer da submissão/dominação, exploração do trabalho e dos mecanismos especulativos os vetores da acumulação de capital. Assim, tanto a legitimação quanto a legalização da grilagem não podem ser entendidas separadamente, como já vimos, pois é nessa articulação que o Estado e a burguesia dão identidade ao projeto de dominação de classe pela via do controle do território.

Não obstante, associar os acidentes e as doenças ocupacionais menos relacionados a fatores unívocos e mais com o processo social (determinação social das doenças), nos possibilita compreender que a imposição da exploração, a subalternidade, a violência, o descumprimento do código de leis e truculência do capital ocupam protagonismo na determinação das relações de trabalho, com implicações de grande amplitude na saúde do trabalhador.

Dessa forma, os agravos à saúde dos trabalhadores não podem ser naturalizados, tampouco debitados ao acaso ou à redoma dos acidentes. Assim, os acidentes/doenças do trabalho estão mais relacionados ao metabolismo societal do que aos “atos inseguros”. Aliás, esta abordagem pode levar a compreensões individualizadas sobre a saúde dos trabalhadores a ponto de relacionar os acidentes e as doenças do trabalho às questões individuais (HECK e THOMAZ JUNIOR, 2012; 2014).

Seguindo as indicações de Dejours (2004), a organização científica do trabalho (OCT) e seu par siamês o desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, instituíram um aparato de controle do trabalho que viabilizou o “corpo dócil e disciplinado”, explorado, degradado, pela privação de seu protetor natural - o aparelho mental - o que favoreceu o processo de desenvolvimento de doenças psíquicas relacionadas ao trabalho. Isso significa dizer que a persistência da crise estrutural do modo de reprodução sociometabólica do capital, que define os limites últimos da ordem estabelecida, se deve por radicar na inteireza do sistema do capital e que tudo abrange. Partindo desses pressupostos, podemos ponderar que, apesar das especificidades do segmento agroindustrial canavieiro, em relação às tantas outras formas de expressão do

capital, no que tange à dinâmica, às estratégias reprodutivas, de controle do trabalho, e à aposta da sua constante precarização/fragilização, há semelhanças.

Esse processo recente de expansão do agrohidronegócio, que se consolida em praticamente todos os biomas brasileiros, se fortalece com intensidade no Cerrado, na Amazônia e em algumas áreas do Semi-Árido do Nordeste, concilia interesses dos conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros, ensejando a produção de produtos para exportação (*commodities*), tais como a soja, milho, algodão, eucalipto e mais recentemente o álcool de cana-de-açúcar, o fortalecimento da pecuária em grandes extensões de terra, a verticalização das granjas (suínos, frangos). Atualmente, vincula-se também, de forma direta ou consorciada, a outros grupos econômicos, aos negócios da construção de barragens e hidrelétricas. Nossos estudos têm possibilitado apontar o quão pantanoso é esse assunto, diante da desinformação, dos interesses difusos e da eficiência do sistema de controle do tecido social pelo capital, pois a contaminação e destruição protagonizadas pelas lavouras de produtos transgênicos às formas de plantio e sistemas produtivos “tradicionais” acusam tamanha gravidade para a saúde pública, para a reprodução da vida e para o futuro das espécies. A essas práticas e aos fundamentos do metabolismo do capital tem-se a sociedade em risco, com o futuro incerto.

As complexas tramas por meio das quais o trabalho se externaliza, na contemporaneidade, e revela o intemperismo dessa relação, cujas formas de degradação, o capital aumentou sobremaneira, nas últimas três décadas, repercutindo diretamente na saúde do trabalhador a elas submetidos, bem como suas enfermidades específicas recorrentes. Além disso, repercutem nas disputas territoriais em torno das quais é recorrente discutir um *projeto para o Brasil*³.

Em essência, as interfaces entre dinâmica territorial, formas de dominação e relações de trabalho, formas de uso da terra, gestão da água e saúde ambiental, ocupam lugar central na análise das consequências do modelo de desenvolvimento econômico integrado à dinâmica de valorização do capital.

Assim, surpreendem-se as doenças associadas às transformações recentes da expansão do capitalismo, seja no campo (por meio dos monocultivos, intoxicações via aplicações de fortes cargas de agrotóxicos, da perda da biodiversidade, ganhos por produção etc.), seja nas cidades (com todos os agravantes que incidem sobre a penosidade e o ambiente de trabalho desprotegidos contra os contaminantes, ganhos por produção, subemprego etc.) (RICKLEFS, 2009).

Nessa perspectiva, as diferentes formas de exploração/subordinação/dominação/sujeição/controlado do capital sobre o trabalho e suas ramificações para a sociedade estão associadas aos impactos sobre a natureza de maneira geral (THOMAZ JUNIOR, 2009). No caso específico das atividades agrárias, isso se expressa por intermédio da extensividade da jornada, péssimas condições de trabalho, transporte inadequado, negligência do capital em relação aos EPI's, descumprimento dos contratos de trabalho e das Normativas Regulamentadoras (por exemplo, a NR-31), dentre outros fatores.

Sob os novos horizontes das doenças ocupacionais (risco, mutilações, contaminação, intoxicação, morte), estão associados a invisibilidade social das doenças relacionadas ao trabalho, os agravos à saúde dos trabalhadores, devido à ineficiência da política social pública. Tudo isso reverbera na reconfiguração das relações de produção e de trabalho, com rebatimentos também nas formas de (super)exploração e de escravidão, associadas, portanto, às condições degradantes de labor, bem como maior

³ Cf. THOMAZ JUNIOR, 2011.

intensidade e exaustividade das jornadas e do ritmo de trabalho. E, mais, como a assistência à saúde, de direito universal, torna-se mercantilizada, exclui progressiva e crescentemente a saúde do trabalhador da proteção estatal e, com isso, tem-se a minimização dos programas sociais públicos.

Vis a vis, as doenças ocupacionais relacionam-se menos com as disposições biológicas e anormalidades orgânicas, que têm incidência isolada sobre trabalhadores, que, fundamentalmente com a organização e a realização da atividade laboral. Isto é, sob determinadas condições que, nas sociedades contemporâneas, primam pela flexibilização, intensificação dos processos exploratórios, ligados aos descumprimentos da legislação trabalhista, acentuando ainda mais a degradação do trabalho. Nesse sentido, entender o par saúde-enfermidade encimado à categoria trabalho implica sintonizá-lo à totalidade do processo social de trabalho (produção e reprodução da vida) e ao conjunto das relações sociais que os homens estabelecem entre si, enquanto sujeitos históricos.

5. Considerações finais

Os conflitos territoriais no Pontal do Paranapanema, antes restrito à luta pelo acesso às terras griladas sob a posse ilegal dos latifundiários/pecuaristas, a partir de 2005, ganha nova dimensão com a entrada em cena da burguesia agroindustrial ou o agrohidronegócio canavieiro, que passam a compor centralidade na equação da luta de classes.

Todavia, ao mesmo tempo em que o capital se consolida, as lutas de resistência dos trabalhadores, apesar de fragilizadas, indicam que o tecido social também se complexifica, o que faz com que a luta pela terra ou os conflitos que a envolvem ganhem novos elementos. Como sabemos, o expansionismo do agrohidronegócio canavieiro para o Pontal mobilizou um conjunto diverso e amplo de trabalhadores para o corte da cana, tais como desempregados urbanos, acampados, assentados, e um contingente expressivo de migrantes do Norte-Nordeste do país, originários do Maranhão, inclusive das áreas de expansão das pastagens que foram “empurradas” pela cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema.

Mesmo que uma parte significativa desses migrantes seja, na origem, constituída de posseiros, camponeses com pouca terra, extrativistas, estão migrando com as famílias e, segundo informações iniciais das pesquisas, estão permanecendo na região após a safra. Esses trabalhadores são potenciais demandantes de terra e poderão engrossar as fileiras dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra.

Ao mesmo tempo, está ocorrendo por parte do capital, que as frações do território em disputa (intra e intercapital) – com a participação crescente, inclusive de grupos estrangeiros – expressam não somente uma nova geografia do espaço agrário, no Brasil, mas consolidam o poder de classe sobre as melhores terras agricultáveis e planas do país, e da maior incidência de disponibilização de água de subsolo da América Latina.

Do mesmo modo, desde o ponto de vista das relações de trabalho, os referenciais regressivos vinculados aos desmandos, os desrespeitos e descumprimentos aos contratos de trabalho, às normativas trabalhistas, as exigências de cumprimento de metas e indicadores de produtividade etc., se distanciam da modernidade tecnológica espectral, tão enfatizada pelos protagonistas desse projeto de desenvolvimento. Assim, a convivência de tecnologias de ponta com novos ou renovados procedimentos de gestão, e os procedimentos regressivos quanto ao trabalho rebatem nas formas de

(super)exploração e de escravidão, associadas, portanto, às condições degradantes de labor, afinadas à intensificação das jornadas, do ritmo de trabalho etc.

Diante das preocupações e do marco teórico assumidos, e da vigência do processo de reestruturação produtiva do capital, aqui nos propomos abordar as mudanças que estão ocorrendo no âmbito do trabalho afinadas aos reordenamentos daí decorrentes que, desde o final dos anos 1980 orientam novas linhas de expressão do conflito social. Isto é, não se restringindo apenas ao formato clássico capital x trabalho, mas envolvendo outras formas de configuração da dominação de classe, que implica novos olhares sobre as delimitações clássicas do que é trabalhar no campo (assalariado, camponês), e do que é trabalhar na cidade (assalariados, por conta própria, informais), sob distintas relações sociais de produção e de trabalho. É por isso que a luta e a resistência à proletarianização, ao pagamento/transferência de renda da terra, e que se materializam territorialmente na permanência e no acesso a terra é o que nos mantém atentos à compreensão da dinâmica geográfica dos movimentos sociais que estão envolvidos diretamente nesse particular, principal via para a releitura do movimento territorial de classe da classe trabalhadora.

Esse processo não tem sido entendido porque os instrumentos teórico-conceituais estão distantes da práxis histórica, social e concreta do trabalho. Então, é como se pudéssemos propor a ruptura da blindagem teórica que não nos permite compreender, sob esse referencial, a dialética existente entre as dimensões material e imaterial, e também subjetiva do trabalho, que marca as identidades da classe trabalhadora e toda a ordem dos fetiches que lhe é intrínseca, por exemplo, ser operário e ser camponês, nessa ou naquela condição, tempo e lugar, enfim, no âmbito das relações espaciais e as experiências territoriais do conflito de classe que nele se manifestam e se concretizam (THOMAZ JUNIOR, 2013).

Em síntese, temos o redimensionamento das configurações sociais no âmbito dos conflitos territoriais e da luta de classes, que dão sustentação a diferentes expressões e significados do trabalho, seja nos campos, seja nas cidades, e acrescenta novos valores e sentidos para os sindicatos, para as centrais sindicais, para os partidos políticos e para os trabalhadores em particular.

6. Referências

ALVES, G. **A Condição de Proletariado**. Londrina: Práxis, 2009.

ALVES, G. Precarização do trabalho e saúde do trabalhador no Brasil: uma perspectiva crítica. In: INÁCIO, J. R. SALIM, C. A. (orgs.) **O vestir e o calçar: perspectivas da relação saúde e trabalho**. Belo Horizonte: Crisálida, 2010, p.351-367.

ALVES, Giovanni. (2011): “Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI”. In: Giovanni Alves, André Vizzaccaro-Amaral e Daniel Mota (Orgs.). **Trabalho e Saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI**. São Paulo: LTr.

ALVES, Giovanni. (2014).. In: ALVES, G.; SANTOS, J. B. F. (Orgs.). A entrevista como técnica de pesquisa no mundo do trabalho. Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho. Bauru: Práxis, 2014.

ALVES, Giovanni. O adoecimento como falha metabólica do capital. In: NAVARRO, V. L. LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.) **O Averso do Trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

ANTUNES. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho** - estudos sobre psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS, Cristophe. Addendum – da Psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Orgs.) Cristophe Dejours: **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2004.

DONNANGELO, M. F. C.; PEREIRA, L. **Saúde e sociedade**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

HECK, Fernando Mendonça. THOMAZ JUNIOR, Antonio. Territórios da degradação do trabalho: os impactos na saúde e vida dos trabalhadores de frigoríficos de aves e suínos no Brasil. In: LOURENÇO, E. A. S. et al. (Orgs.) **Saúde do trabalhador: desafios para a seguridade social e o movimento sindical**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Editora UNESP, 2012, p.151-168.

HECK, Fernando Mendonça. THOMAZ JUNIOR, Antonio. Work degradation in slaughterhouse: on the systemic antagonism between capital and workers' health. Presidente Prudente, 28 f. 2014. Trabalho não publicado.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência**. (Volumes I e II). São Paulo: Boitempo, 2011.

RIGOTTO, R. M. Saúde Ambiental & Saúde dos Trabalhadores: uma aproximação promissora entre o Verde e o Vermelho. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 4, n. 6, p. 388-404, 2003.

RIGOTTO, R. M. et. all. **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011. 612 p.

RICKLEFS, R. E. **A economia da natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

SILVA, M. A. M. **Agronegócio: a reinvenção da colônia**. São Paulo: Serviço Pastoral do Migrante, 2008, p.4-18.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)**. 997p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JUNIOR, A. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, **Revista da ANPEGE**, V.7, Nº 1, 2011. p. 307-329.

THOMAZ JUNIOR, A. O Tecido Social do Trabalho, a Produção de Alimentos x Agronegócio e a Luta de Classes num Ambiente de Embates e Debates. In: **O Averso do Trabalho III**. NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

THOMAZ JUNIOR, A. A Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema (SP): Estratégia de Classe do Latifúndio e do Capital Agroindustrial Canavieiro. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. V.2. ANTUNES, R. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2013. pp.325-340.

THOMAZ JUNIOR, A. Movimiento territorial del trabajo en el campo y de la clase trabajadora. In: HIDALGO, F.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, C. P. (Orgs.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica - Propuestas y desafíos**. Quito: Clacso/IAEN, 2014. pp. 181-198.

Presidente Prudente, maio de 2015



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

ANÁLISE DA CONDIÇÃO CAMPONESA: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE AGRICULTORES ASSENTADOS NO ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS

Francis Casagrande Zanella (UFSM); Jefferson Marçal da Rocha (UNIPAMPA); Rafael Cabral Cruz (UNIPAMPA)

franciszanella@gmail.com; jeffersonrocha@unipampa.edu.br;

rafaelcruz@unipampa.edu.br

CNPq; FAPERGS

GT 4 - Camponeses e Agronegócio: Estratégias de Reprodução e Conflito

Neste trabalho se analisou a trajetória de reprodução socioeconômica dos agricultores assentados no Assentamento São Joaquim, em Santana do Livramento/RS. A partir da análise do contexto local, das práticas e das representações sociais procurou-se compreender se tais aspectos desta trajetória possuem elementos camponeses. A metodologia utilizada foi a pesquisa social qualitativa, partindo-se de análises bibliográficas, além das informações obtidas através de vinte entrevistas realizadas com roteiro semiestruturado. Considerou-se como pressuposto que a reprodução no assentamento pode se orientar para estilos de agricultura compostos de características camponesas e empresariais, em diversos níveis. Salienta-se que o contexto local, da Metade Sul do RS, é de uma hegemonia histórica das grandes propriedades dedicadas à produção extensiva de gado e, recentemente, também de *commodities* agrícolas, e ainda que o bioma local, o Pampa, sofreu perdas significativas como consequência destas duas formas de agronegócio. Com os resultados obtidos, avaliou-se que a produção de leite bovino é uma prática amplamente utilizada no assentamento, representando o reforço da condição camponesa e alcance de uma posição em maior estabilidade econômica. Entretanto, na observação das práticas, se percebeu que há indícios de degradação dos solos e inaptidão às limitações e potencialidades naturais. Nesse contexto, o manejo de soja e de pastagens com espécies exóticas se destaca. Com isso, considera-se que práticas contraditórias coexistem no processo de adaptação ao novo contexto de vida destes agricultores: apesar da incompatibilidade de práticas agrícolas, os assentados incorporaram representações quanto à necessidade de adaptar-se às limitações naturais e buscaram maiores margens de autonomia em sua reprodução socioeconômica.

Francis Casagrande Zanella é Bacharel em Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e atualmente Mestrando em Extensão Rural no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Jefferson Marçal da Rocha é Economista e Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Atualmente é Professor Associado da UNIPAMPA.

Rafael Cabral Cruz é Oceanógrafo e Doutor em Ecologia. Atualmente é Professor Associado da UNIPAMPA.

INTRODUÇÃO

Como pano de fundo deste trabalho se apresenta duas questões principais para problematização e análise, postas em termos das repercussões da modernização da agricultura no mundo, especialmente na problemática da reforma agrária na Metade Sul do Rio Grande do Sul (RS).

A primeira é uma discussão de longa data, acerca das tendências globais de os processos de modernização da agricultura capitalista levarem ou não ao fim uma agricultura com princípios camponeses. Diferente do que é apontado em diversas tendências do meio científico e político, os camponeses não são entendidos nesse trabalho como uma categoria social na agricultura em vias de extinção (LONG; PLOEG, 2011). Os camponeses, portadores de uma condição (condição camponesa) e um modo de fazer agricultura (modo camponês), são entendidos como agricultores em constante busca por autonomia, ao criar formas de administrar diferentes restrições para sua reprodução socioeconômica (PLOEG, 2008).

A segunda problemática, em um contexto territorial, especificamente da Metade Sul do RS, envolve o conflito em termos de questões fundiárias e modelos de agricultura, entre agronegócio e camponeses, no processo de implantação e consolidação de assentamentos rurais. Estes assentamentos rurais foram implantados na região a partir da década de 1980 por meio de pressões de movimentos sociais pela reforma agrária. Os agentes ali presentes se inserem em um contexto de transformação da realidade histórica ao trazerem novas perspectivas políticas para o desenvolvimento da Metade Sul, marcada pela hegemonia das grandes propriedades dedicadas à produção extensiva de gado e, recentemente, também de *commodities* agrícolas, no contexto da expansão do agronegócio (ROCHA, 2011).

Neste trabalho, o principal objetivo é a análise da condição camponesa a partir de práticas e representações sociais de agricultores assentados que vivem essa condição na Metade Sul do RS. Como objeto de análise empírica é tomada a trajetória de reprodução socioeconômica das famílias assentadas no Assentamento São Joaquim, para identificar indícios das dimensões e heterogeneidade da condição camponesa, tendo como pressuposto parâmetros apontados por Jan Douwe van der Ploeg (2006, 2008, 2009).

O enfoque de pesquisa, tomado para entender o processo no cotidiano dos assentados, é a pesquisa social qualitativa (MINAYO, 2000), com ênfase na Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (2010). Utilizou-se de análises

bibliográficas, além de informações obtidas através de vinte entrevistas realizadas com roteiro semiestruturado.

Este trabalho está subdividido em quatro seções além desta introdução: nas duas primeiras são apresentados o contexto regional e o marco teórico acerca da condição camponesa; na seção seguinte e em seus tópicos são apresentadas e discutidas as informações empíricas obtidas no assentamento São Joaquim. Nas considerações finais se sintetiza as problemáticas gerais do trabalho tomando as análises referentes ao objeto de estudo.

METADE SUL DO RS E O BIOMA PAMPA: CONTEXTO DO TERRITÓRIO

A Metade Sul do RS é entendida, nesse trabalho, como um território constituído pelo processo de ocupação européia no continente americano, que se deu através de forte interação com o bioma Pampa e as populações de tradição indígena. Isso condicionou a atual configuração socioeconômica, política, cultural e ambiental deste espaço. Esta mesorregião está localizada no sul e em parte do oeste do Estado, é composta por 106 municípios, com uma área de 153.879 km² e população residente de cerca de 2.600.000 habitantes, equivalentes respectivamente a cerca de 52% do território gaúcho e 25% da população do estado, conforme o Censo 2000, citado por Etges (2010). A Metade Sul apresente baixos índices de desenvolvimento, sendo considerada atualmente prioritária para projetos de combate às desigualdades e injustiças sociais (ETGES, 2010).

O bioma Pampa é a formação ecossistêmica predominante na Metade Sul, estendendo-se também ao longo do Uruguai, Argentina e Paraguai. É considerado um bioma negligenciado sob o ponto de vista da conservação ambiental (OVERBECK, 2009). Apresenta relevante conjunto de biodiversidade, com estimativas de 3000 espécies vegetais, mais de 100 de mamíferos e quase 500 espécies de aves (MMA, 2007). Parte considerável deste bioma é considerada área prioritária para conservação da biodiversidade, entretanto, seu atual status de conservação é preocupante (MMA, 2007).

A partir da análise da história ambiental do Pampa, descrita por Cruz e Guadagnin (2010), entende-se que a formação e atual configuração socioambiental deste bioma na Metade Sul estão associadas a um processo de coevolução entre o manejo motivado pelas necessidades humanas e as respostas ambientais de adaptação dos ecossistemas a esta e outras variáveis. Para estes autores, o bioma passou por

sucessivas transformações em diferentes escalas temporais. Desde a ocupação por tradições indígenas até a ocupação européia e a recente expansão da agricultura industrial, foram inseridos novos elementos e técnicas, enquanto outros permaneceram, conforme a dinâmica dos sistemas agrários.

O sistema pastoril, dominante durante a expansão da ocupação européia, entrou em crise no início do século XX, e outras formas de ocupação, as mais intensivas até então, se expandiram no território (ROCHA, 2011). A expansão da agricultura industrial, sobremaneira com as culturas de arroz e trigo no início do século, e de soja e monocultivos de árvores no final, representa o contínuo processo de substituição dos campos por cultivos agrícolas (CRUZ; GUADAGNIN, 2010). No início do século XXI sobraram somente 40% da área original, considerando que em torno de 13% destes remanescentes se encontram em bom estado de conservação (MMA, 2007).

CONDIÇÃO CAMPONESA: CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA FRENTE À MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

No fortalecimento das tendências de globalização econômico financeira, o que se percebe, de modo geral, é um avanço das relações de mercado sob todas as formas de trocas sociais. Também na agricultura esta lógica se manifesta, com a industrialização via inserção dos agricultores em cadeias produtivas controladas por corporações agroalimentares. O processo de desenvolvimento da agricultura resultou em uma estrutura desigual, com diferentes grupos de agricultores, diferentemente integrados à lógica de mercado e à indústria, com diferentes ‘essências’ (estilos, racionalidades) do ‘fazer’ agricultura (PLOEG, 2008).

Conforme descrito por Ploeg (2008), estes estilos podem ser classificados em três principais: empresarial, corporativo e camponês. Entretanto, o autor considera que podem existir sobreposições e variabilidade nas práticas individuais desses grupos de agricultores, pois o que os diferencia é a essência, ou seja, sua relação com o processo de produção e o mundo, em diferentes formas de estruturar o simbólico e o material, com vistas a diferentes objetivos em sua existência. A agricultura corporativa parte de um sistema de produção baseado na incorporação de mercadoria em todo o processo produtivo, ou seja, insumos, trabalho e produtos são totalmente articulados via mercados convencionais. A agricultura empresarial também tem um processo de produção mercantilizado, fortemente ligado ao capital financeiro e ao modelo industrial. Entretanto, a industrialização do processo de trabalho é parcial, ou seja, o trabalho, na

maior parte do tempo, não é mercadoria. A maximização da rentabilidade do trabalho se dá a partir da integração ao mercado (pacote tecnológico) e da expansão da escala, o que significa que esta pode ser uma produção familiar (agricultura familiar), desde que altamente industrializada e aderida à ‘modernização’. A agricultura camponesa, ou agricultura familiar camponesa, é um estilo de agricultura que permanece na luta por autonomia na medida em que incorpora parcialmente inovações técnicas da agricultura, pois seu enfoque é a melhoria de condições de vida e não especificamente a maximização do lucro. Por não ter se integrado à difusão tecnológica em níveis empresariais, os camponeses são reconhecidos amplamente como portadores de um modelo atrasado, que não se integrou suficientemente à última revolução agrícola, fora de qualquer possibilidade de reprodução socioeconômica no contexto do desenvolvimento de uma agricultura capitalista (PLOEG, 2008).

Essa tendência teórica é representada originalmente por Lenin (sobre o capitalismo na Rússia) que, em sua análise, entendeu que as relações capitalistas tenderiam a viabilizar apenas produções em larga escala, o que levaria ao fim a possibilidade de sobrevivência dos camponeses, que se tornariam proletários rurais. Outro autor que seguiu esta proposição é Kautsky, afirmando que a crescente integração ao mercado, em materiais e insumos, levaria ao fim do campesinato, cada vez mais dependente da cadeia industrial (REDIN; SILVEIRA, 2011; ROCHA; BRANDENBURG, 2003).

Tomados esses debates clássicos, e considerada sua repercussão ainda existente, percebe-se que os camponeses ainda são reconhecidos no meio científico e político como uma categoria social na agricultura em vias de extinção (LONG; PLOEG, 2011). Estes autores afirmam que esse discurso é reproduzido tanto pelo viés analítico da modernização industrial, que os considera atrasados e incapazes de adaptar-se aos exógenos pacotes tecnológicos, quanto pela compreensão neomarxista da exploração do trabalho pelo capital.

Entretanto, conforme Ploeg (2008), as populações que vivem o ‘modo camponês’, continuarão a existir devido à sua capacidade de construir autonomia e progresso frente às diferentes restrições (sociais, econômicas, ambientais). É essa perspectiva ligada a uma condição, e não apenas no grau de integração ao mercado, que possibilita uma análise mais coerente ao que é vivido pelos camponeses na globalização e na agricultura no século XXI. O que deve ser considerado nos estudos sobre este público é a sua capacidade de agente na luta cotidiana, que não é apenas ligada à

subsistência, mas de manutenção de condições de vida (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2011). Os camponeses não são vítimas passivas de processos como a modernização da agricultura ou das mudanças climáticas. Na medida em que recebem novas informações, os sujeitos sociais são ativos na construção de ações de resistência em vista de suas necessidades (THOMPSON, 1978 apud MENEZES; MALAGODI, 2011).

Apesar da integração ao mercado ser entendida como determinante para o fim do campesinato por diferentes autores, para Ploeg (2008), no contexto empírico o que se percebe é a coexistência de diferentes níveis e particularidades nessa integração, como fatores para a sobrevivência. O mercado não é indesejável, mas sim a dependência, quando significa perda de autonomia. Sendo assim, o autor supera o discurso do fim do campesinato e coloca em questão os benefícios e custos da realização parcial. Essa mudança de foco, portanto, considera a possibilidade de integração em diferentes níveis ao mercado, mas tendo como pressuposto a capacidade de agente da condição camponesa, para decidir o que é melhor em relação a um conjunto de restrições. As características fundamentais dessa condição camponesa, para Ploeg (2008, p. 40), são:

(1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (PLOEG, 2008, p. 40).

A partir deste entendimento, muito além de definir ‘tipos sociais’, deve-se tomar como objeto de análise as formas camponesas de fazer as coisas, no contexto de sua condição de agente (PLOEG, 2008). Várias perguntas são relevantes: como se relacionam com o mercado? Como manejam os recursos naturais locais? Como incrementam sua base de recursos? Como é gerida a mão de obra familiar? Quais são suas técnicas? Como geram conhecimento? Quais as formas de cooperação?

Embora essas características mencionadas por Ploeg representem de modo amplo a condição camponesa, não necessariamente todas elas estarão presentes em todos os casos estudados. Considera-se, também, que nesse leque de dimensões, uma delas pode ser mais relevante e decisiva para diferenciar os camponeses de outros

modos de fazer agricultura (PLOEG, 2006). Existem “graus, nuances, heterogeneidades e especificidades diferentes” (PLOEG, 2008, p. 39).

Entende-se que, no modo camponês, para um aumento de valor agregado se reduz a dependência de recursos externos a partir de uma combinação de recursos específicos (PLOEG, 2006). Para o autor, essa é uma diferença fundamental em relação a outros modos (empresarial e corporativo) que, voltados principalmente à maximização do lucro, aumentam os ganhos com incremento de escala e produtividade. Na ausência de agregação de valor com recursos locais, os rendimentos são redistribuídos entre as empresas da cadeia produtiva, um processo que ‘espreme’ os agricultores entre vendedores e compradores, processo denominado por Ploeg (2008, p. 56) como “*squeeze*” na agricultura.

A condição camponesa não é estática, tem um caráter de processo, o que significa que suas relações com o mundo no tempo variam, em estagnação ou regressão. Por isso, para análises do campesinato é importante a compreensão dos conceitos de ‘recampesinização’ e ‘descampesinização’, descritos por Ploeg (2008). O primeiro é o reposicionamento dos camponeses, ou até mesmo de agricultores empresariais, no sentido de distanciamento do mercado em benefício da autonomia. Para este autor, a implantação de assentamentos rurais no Brasil representa um processo de recampesinização, na medida em que camponeses retornam ao rural ou recebem uma quantidade mais adequada de terras para sobrevivência. Na descampesinização ocorre o processo de integração e aumento de dependência do mercado, a ponto de se aproximar e constituir um modo empresarial de produção. A recampesinização continua acontecendo na medida em que se reforça a condição camponesa. Isso se dá quando as relações estabelecidas conduzem a uma expansão da base de recursos ao longo dos ciclos, e isso aumenta o valor agregado de cada nova colheita, e consequentemente a autonomia.

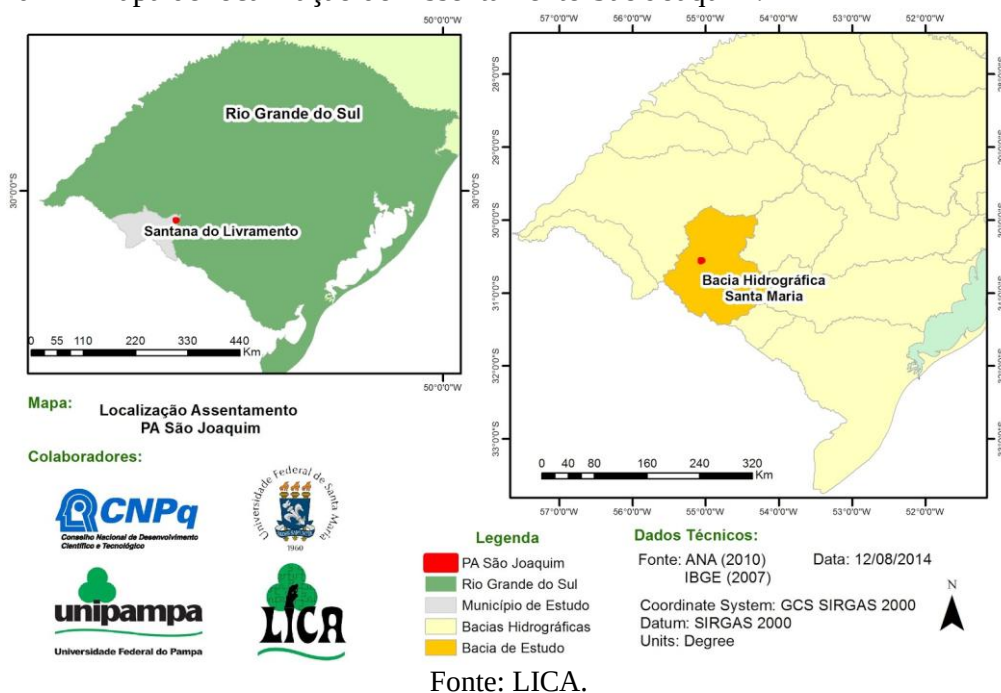
ANÁLISE DA CONDIÇÃO CAMPONESA: ESTUDO NO ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM

O Projeto de Assentamento São Joaquim (conhecido também como assentamento Nova Santa Rita) localiza-se no município de Santana do Livramento, às margens da BR 158, a uma distância, por via asfaltada, de aproximadamente 65 km da cidade de Santana do Livramento, e a 40 km da cidade de Rosário do Sul. É delimitado a leste pelo rio Ibicuí da Armada (na Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria) e a oeste

pela rodovia BR 158 (Figura 1). O assentamento foi implantado em novembro do ano de 1996 em uma área de 1044,10 hectares, com capacidade de assentar 37 famílias em lotes de 28,22 hectares em média (COPTEC, 2009).

Este objeto empírico foi escolhido para o estudo devido a indicações feitas por agentes de órgão público e de cooperativa, atuantes em projetos de assentamentos na região e consultados em atividades anteriores de pesquisas. Estes consideraram o assentamento como referência em termos de desenvolvimento, no contexto dos 31 assentamentos do município, o que foi tomado como um importante elemento qualitativo acerca do que é idealizado para os assentamentos da região.

Figura 1 – Mapa de localização do Assentamento São Joaquim.



Origem das famílias: restrições e engajamento na luta pela terra

O Rio Grande do Sul é o estado de origem de todas as famílias entrevistadas. Destaca-se que todos os municípios citados pelos entrevistados pertencem à região norte do estado, especialmente os municípios de Constantina, Cruz Alta, Ronda Alta, Nonoai, Erechim e Ibirubá. Todos os entrevistados têm origem ligada ao meio rural, nos municípios onde habitavam.

Suas representações manifestadas, ligadas à região de origem e ao engajamento em movimento social (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST), evidenciam indícios da condição camponesa. Esta é explicitada nas específicas

restrições e luta por autonomia vivenciadas pelas famílias, contexto que as conduziu ao ingresso no MST e, posteriormente, ao assentamento.

O fato de a maioria dos agricultores serem originários da região norte do estado acarreta que o conhecimento trazido é próprio daquele contexto e carrega determinados significados. Conhecimentos específicos sobre condições ambientais (como o relevo mais acidentado, regime de chuvas, fertilidade e manejo do solo) foram expressos em elementos do cotidiano, suas palavras, hábitos e instrumentos.

As práticas mencionadas como habituais naquele período estavam ligadas principalmente ao trabalho manual, com apoio de tração animal. Apesar disso, já conheciam e, em certos casos, utilizavam maquinário agrícola, como trator e implementos. Algumas características específicas foram mencionadas sobre a prática do trabalho, considerado excessivamente árduo devido às restrições ambientais (solos rasos e relevo acidentado) e pela penosidade das atividades manuais. Entretanto, o uso de agrotóxicos era mais restrito ou inexistente.

A principal orientação da produção era a subsistência, a partir de um diverso conjunto de práticas cotidianas. Alguns dos recursos localmente produzidos para este fim eram: milho, leite, batata, mandioca, frutos, hortaliças, madeira, bovinos, suínos, banha, entre outros. A baixa integração ao mercado, principalmente na comercialização de soja, fumo e excedentes, era diretamente ligada a uma ampla diversidade de produtos que garantiam a sobrevivência das famílias.

Essa forma de organização das famílias, marcada por significativos graus de autonomia por meio do autoabastecimento, se manteve até que um limite de restrições inviabilizou a sobrevivência e possibilidades de reprodução naquelas condições. Com o significativo aumento no tamanho das famílias e, conseqüentemente, a diminuição na disponibilidade de recursos locais, se tornaram cada vez menores as áreas disponíveis para cultivos e autoabastecimento.

Esse foi o principal motivo entre os que levaram estes agricultores ao encontro de movimentos sociais e acampamentos 'sem terra'. Para 65% dos entrevistados, foi a pequena quantidade ou a ausência de terras o motivo que levou ao assentamento, principalmente em casos de sucessão em famílias numerosas. Para 20%, foi o reconhecimento de terras indígenas, e a conseqüente desapropriação, que conduziram ao processo. Para 5%, a necessidade de ficar próximo de familiares foi o principal motivo para, atualmente, estar no assentamento. Uma parcela de 15% destes teve passagem por cidades e vivenciou o ambiente urbano antes da luta pela terra. Esta fase é lembrada de

forma negativa, sem adaptação ao estilo de vida, ao trabalho assalariado realizado e sem a mesma liberdade percebida na vida rural.

Essas famílias vivenciaram fortemente um processo de descampesinização e recampesinização, na medida em que perderam gradualmente a autonomia devido às transformações do modo de vida em sua região de origem, e que, através de organização em movimentos sociais¹ (condição de agente), a reconquistaram, mesmo que a terra signifique apenas o início de uma retomada de meios para sobrevivência.

Familiarização de novas representações no assentamento

No final do ano de 1996 as famílias foram reunidas na área atual do assentamento para definir a distribuição dos lotes de terra. Este processo aparentemente seguiu critérios democráticos e comunitários, pois as famílias discutiram a distribuição dos lotes em função da aptidão agrícola e da proximidade familiar ou amizade que havia entre muitos. Quanto a este período inicial, foram manifestadas representações sobre as diferentes condições sociais e ambientais na Metade Sul, as esperadas (abstratas) baseadas em noções preconcebidas, e as encontradas (tangíveis).

É um momento com riqueza de novas representações, na desconfiança e familiarização, dentro de um processo de atribuição de significados. Nesse momento se dá o contraste ‘antes e depois’, principalmente na percepção do uso da terra, concentração fundiária, características edafoclimáticas, questões sociopolíticas e culturais.

[...] antes de ser assentado e de conhecer, diziam: mas não vão pra aquelas fronteiras que é só sol e inverno *muito brabo!* (Entrevistado 02, grifo do autor)

[...] Livramento, pra nós... não sabia o que significava, porque pra nós Livramento era o fim do mundo! Vamos ir pra Livramento, mas meu Deus onde que fica? E hoje nós sabemos que não existe lugar que não possa ir [...] Então era: quantos dias de viagem? Como vamos viver lá? Será que lá tem escola? Vai ter igreja? Entende? Nós não sabíamos nada sobre *como que se vivia em Livramento* (Entrevistado 05, grifo do autor).

A desconfiança e a busca por elementos familiares marcam este período. As principais dificuldades foram percebidas na medida em que se tentava manter os antigos costumes e modo de vida na nova realidade, explicitados na dúvida sobre o clima e nas

¹ Em função do espaço limitado para este trabalho, não será abordada a vivências junto aos movimentos sociais, que não deixa de ser um importante marco no conjunto de representações dos assentados.

necessidades básicas por escolas, igrejas e outros elementos. Esse processo de transição leva a mudanças e permanências, (des) continuidades no processo de adaptação (SAQUET, 2006). A busca por reproduzir um modo de vida já consolidado nas práticas cotidianas se depara com um novo contexto, marcado por diferenças, contrastes e limitações. O desdobramento disso é a necessidade de agir para construir possibilidades de reprodução no novo contexto socioeconômico, cultural, político e ambiental.

No início a gente sofreu muito pra acostumar, aqui é diferente o clima com o do norte, até as plantas, a gente chegou aqui e começou plantar como plantava lá e não deu certo, acabamos perdendo muita coisa em muitos anos, plantamos muito cedo e aqui demora mais esquentar e tudo. No início foi sofrido, 2 a 3 anos, depois pegou o ritmo da região, conversando com pessoas daqui foi pegando (Entrevistado 14).

Uma coisa que já dá pra notar diferença de onde a gente morava com aqui é esse negócio de prefeitura, de depender da prefeitura, lá tu pedia e no outro dia já estavam lá fazendo terraplanagem, ou abrindo uma valeta [...] nesses municípios da serra é mais fácil conseguir isso aí. Aqui não adianta, não sei se por causa da extensão do município muito grande [...] (Entrevistado 11).

[...] recomendam pra não mexer nas terras, porque não pode mesmo, se começa mexer as terras aqui, essa areia é complicado, é uma terra que, se chove, ela vai embora, lava tudo, não é como *a nossa lá*, terra vermelha, lá pode chover, não tem problema. Aqui tu começa *gradiar*² e vai criando uma *areinha* assim, quando vê está *sem terra* (Entrevistado 16, grifo do autor).

A tentativa inicial foi, portanto, de manter as práticas de plantio e manejo da região de origem, com a manutenção das principais culturas manejadas na região norte do estado por estes agricultores (milho e soja) a partir do manejo intensivo e auxílio via crédito rural.

Foram convencionalizadas as representações sociais de sua origem, por meio de ancoragem. Entretanto, esse despreparo e a falta de acompanhamento técnico levaram a frustrações em colheitas e endividamento³. Ao passo que o conhecimento até então útil em outra região resultou em insucesso (estranhamento) na nova realidade, os assentados foram “re-apresentados” à condição local, tanto pelo percebido como pelas relações sociais, e com a experiência familiarizaram novas representações.

Além de frustrações nas colheitas por questões econômicas, climáticas e inaptidão dos solos, técnicas convencionais de manejo não adaptadas foram

² ‘gradiar’ significa utilizar o implemento agrícola que descompacta e revolve a camada superficial no preparo convencional do solo para plantio.

³ Outro fator apontado para as dívidas é o método de fiação coletivizada, ou seja, um assentado era fiador de outro, assumiam um duplo risco.

desencadeadoras de processos erosivos. O Entrevistado 16 compreende o processo como prejudicial com o significado que deu à imagem de quando “vai criando uma *areinha* assim” (areia) em áreas de acúmulo de sedimentos, e se sente novamente ‘sem terra’ (Figura 11).

Figura 2 - Resultado de processos erosivos ‘representado’ por assentado como consequência do manejo.



Fonte: LICA.

Por outro lado, além de insucessos, algumas novidades positivas são percebidas. É com alta frequência que os assentados consideram, pelo relevo, sua nova área como melhor adaptada ao manejo com trator e implementos, para plantio direto, o que acarreta em menos trabalho braçal. No entanto, essa mecanização é considerada também em um sentido negativo por alguns assentados, pois o uso de agroquímicos se expandiu consideravelmente ao longo do tempo. Para o Entrevistado 10, representou claramente a maior contradição no processo de adaptação no assentamento, ou seja, apesar de ter a intenção de produzir soja, não o faz devido ao perigo que representa o seu manejo.

[...] naquele tempo tinha *juntas de boi*⁴, aqui ninguém usa mais, só trator, mas primeiro tinha, feito a braço, sem secante, agora é a base de secante, veneno né [...] poucos que querem saber de plantar soja, é muito veneno pra produzir. A nossa ideia *lá fora* era de plantar muita soja, mas sabe que soja, assim como *ele dá*, também dá muita despesa, todo ano passar veneno 3 ou 4 vezes, faz muito mal. Então o pessoal está parando de plantar soja, estão mais com milho e vaca de leite, fizemos bastante silagem⁵, e a gente viu que é melhor [...] (Entrevistado 10, grifo do autor).

Quanto à percepção da paisagem pampeana, os assentados foram questionados sobre o que viam quando chegaram na área que se tornou assentamento. Algumas

⁴ Dupla de bois utilizados para tração animal, em serviços como transporte ou revolvimento do solo, substituídos pela tração mecânica.

⁵ A silagem é um meio para conservação de alimento para os bovinos, obtido pela trituração e fermentação de forragens, utilizado para complementar alimentação ou suprir escassez de outras fontes.

expressões são comuns quando se faz menção aos campos, e geralmente denotam um sentido improdutivo ao lugar, que ao seu ver se tornou produtivo com a inserção dos cultivos e demais instalações.

Era só campo, capinzal, muito alto, não tinha nada, nem árvore, nem nada, foi tudo nós que plantamos (Entrevistado 08).

Aqui não tinha um pé de árvore e de fruta, tudo nós fizemos. E agora tem fruta, tem tudo. Madeira aqui não tinha, só nas bordas do rio, aí tem esses eucaliptos agora (Entrevistado 01)

[...] levou uns quatro anos pra conseguir eliminar o campo e plantar todo ele, fomos abrindo aos pouquinhos, não tinha recurso e máquina (Entrevistado 07).

Considera-se, a partir destes trechos de entrevistas, que a significação nesse caso se deu por objetivação e ancoragem. O campo é “sujo”, e são os cultivos e as práticas dos assentados que representam uma área “limpa”. O campo nativo é bruto, como se no lugar não houvesse nada útil à reprodução das famílias, e ao ser lapidado pelas suas práticas, se tornaria um espaço produtivo.

Essas representações refletem tanto o aspecto ideológico do MST em realizar a reforma agrária e materializar uma produção agrícola nos latifúndios improdutivos, como também a cultura camponesa da região norte do RS, caracterizada pelos cultivos agrícolas para subsistência e comercialização. Isso fica evidente quando se analisam suas representações sobre a paisagem pampeana, onde ‘plantando é que se produz’, ao contrário do que seria manter um campo ‘sujo’ e ‘improdutivo’. Por sua trajetória de vida desconheciam as possibilidades de uso do campo nativo, e em um primeiro olhar não o incorporaram como recurso.

Percebe-se, então, uma trajetória de mudanças e adaptação dos assentados, com substituição de elementos naturais locais pelos elementos entendidos como necessários à sua reprodução, especialmente costumes de sua região de origem, seu modo de fazer agricultura.

Ao longo do tempo, alguns elementos da origem permanecem, como o estilo de vida em comunidade, alguns cultivos, jeitos para se comunicar, sotaque, costumes, etc. Mas é visível, também, que outros elementos são substituídos na medida em que não se adaptam, como certas práticas de manejo, conhecimento sobre os recursos locais, o clima, regime de chuvas, entre outros.

Frustrações e reprodução socioeconômica: transição para produção leiteira

Nos primeiros anos da trajetória das famílias no assentamento São Joaquim a ênfase da produção foi dada para cultivos agrícolas sazonais, orientados tanto para subsistência como obtenção de renda. Porém, esta estratégia não se mostrou adaptada às condições e limitações edáficas e climáticas. Muitos assentados contraíram dívidas nesse período, devido aos insucessos das colheitas. Com isso, novos conhecimentos foram incorporados ao sistema de representações, e aos poucos esse processo se tornou mais decisivo para a perpetuação e reprodução socioeconômica das famílias. Nesse entendimento da realidade, uma plantação mal planejada (conforme antigos conhecimentos) leva a perdas e endividamento, e, por isso, a adaptação é necessária, seja na substituição de certos sistemas de produção, ou em modificações pontuais.

Sim, uma época a gente não *lutava* muito com vaca e plantava, mas só *levamos lenha (risos)*. A gente colhia até 2 ou 3 mil sacos de milho, mas nunca foi lucro nenhum. Pelo contrário, era pior. Hoje em dia se tu *luta* com vaca, 6 ou 7 vacas, aí tira muito mais do que fazer plantação (Entrevistado 10, grifo do autor).

É citada frequentemente a condição dos agricultores assentados em relação às pressões do mercado, de altos custos de produção na aquisição de insumos e baixa remuneração na comercialização da produção. Esse processo representa a tendência natural da agricultura industrial, em lucrar sobre o trabalho dos camponeses, ao inseri-los como parte da cadeia produtiva. Este é um ambiente de expressão da condição camponesa “um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações.” (PLOEG, 2008, p. 40). Nota-se que além da dificuldade de adaptação dos cultivos sazonais, já discutida anteriormente, também o alto custo de produção (dependência) destes mesmos foi motivo de substituição e adaptação, visto que, conforme a opinião do Entrevistado 10, “nunca foi lucro nenhum” mantê-los. Além disso, os cultivos não adaptados que geraram dívidas acarretaram em uma situação permeada por limitações e constrangimentos perante a sociedade local. A frustração impossibilitou novos empréstimos, compras a prazo nas cidades, entre outras relações, o que significou perda de legitimidade social.

Nesse sentido, uma estratégia melhor adaptada se fortaleceu e deu conta de amenizar os riscos da dependência dos plantios anuais. O manejo de vacas para produção de leite, associado ao plantio de milho para alimentação dos animais, além da produção diversificada para subsistência, se tornou o principal sistema produtivo do

assentamento. No momento da pesquisa, 17 famílias (85%) trabalhavam com a produção de leite bovino, de diferentes formas em termos de estrutura e manejo, mas alegando o mesmo princípio de que a renda gerada é mensal e garantida.

Apesar de variações na quantidade de leite produzida e no preço pago ao longo do ano, o leite é considerado uma fonte de renda segura e mensal para sobrevivência. Com essa renda são pagas as contas, as compras mensais e são supridas emergências financeiras, o que garante uma maior estabilidade nas relações econômicas.

A produção de leite bovino se estabilizou no assentamento pela adaptação (ainda que parcial) às limitações do lote e de necessidades das famílias. Parcial, pois apesar de depender menos de variações do mercado e do clima, ainda não o faz de uma forma compatível com as aptidões edáficas, ou seja, os cultivos são anuais e frequentemente com revolvimento do solo.

O milho, como recurso local, representa um elemento fundamental para redução na dependência de insumos externos. Mesmo considerando os custos de sementes e adubação na produção convencional, ao produzir esse recurso e utilizá-lo para alimentação dos animais, é menor o custo geral da produção animal na propriedade. As pastagens, áreas com vegetação alta (função de sombra e abrigo) e a água são outros ativos importantes para a produção de leite.

Ao ser analisada como parte de um processo inicial de adaptação, a produção de leite representa um avanço qualitativo significativo para a sobrevivência e o reforço da condição camponesa. A sobrevivência, no contexto das relações com o mercado, e a possibilidade de reprodução socioeconômica, a partir do uso parcial de pacotes tecnológicos empresariais, predominam na lógica das decisões tomadas pelas famílias. Estas buscam graus de liberdade em relação à dependência desse modelo de agricultura industrial. Este processo representa a luta por autonomia no contexto das restrições, a capacidade de agente na busca de soluções que gerem menor dependência e a reprodução no meio rural. A reação ao endividamento foi a busca de formas para superar esse problema e aumentar a autonomia. Isso se concretizou também na fundação de uma cooperativa sob gestão dos assentados, a Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste (Coperforte).

Em uma análise conjunta das dimensões da condição camponesa, entende-se que, no caso estudado, a produção leiteira é a principal representação da condição camponesa, pois expressa de modo integrado diversas características do campesinato, conforme a definição ampla de Ploeg (2008, p. 40).

- a) A “luta por autonomia” é um processo que ocorreu com a adaptação para um sistema produtivo com renda segura e mensal, em contraponto à dependência única de colheitas sazonais;
- b) O contexto do assentamento e do “ser assentado” é caracterizado por “relações de dependência, marginalização e privações”, devido às dívidas, resistência da sociedade local, precariedade de políticas públicas, restrições ambientais e pressões do modelo empresarial de agricultura;
- c) A condição não é apenas voltada ao lucro, mas, principalmente, para melhoria das condições de vida, o que passa pela “criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada”, através de aquisição de rebanho e infraestrutura, que interagem no agroecossistema através de “formas de co-produção entre o homem e a natureza viva” através do manejo das pastagens, diferentes áreas do lote, água, manchas com vegetação alta, produção de subsistência.

Entretanto, apesar dos avanços, as análises técnicas demonstram que esse modelo é intensivo e não compatível com a aptidão local ambiental (INCRA, 2005). Portanto, para manter o aumento de autonomia, através dos recursos locais, são necessárias práticas conservacionistas em uma perspectiva da transição agroecológica. Indícios desse processo e, também, do contrário, serão apontados na seção seguinte.

Representações e ações sobre a degradação/conservação do solo

As principais limitações ligadas aos sistemas de produção, adotados no assentamento, estão ligadas à intensidade do manejo, tanto de pressão de pastejo como de cultivos com periodicidade sazonal. O manejo de gado leiteiro é praticado, em ampla maioria, com espécies exóticas de pastagens cultivadas em manejo convencional do solo e com uma alta quantidade de animais por hectare. A produção de milho e de soja é praticada ora em plantio direto ora em convencional, mas sempre anual e acompanhado do pacote agroquímico de fertilizantes e agrotóxicos.

Devido à limitação do tamanho do lote, no contexto da necessidade de renda para reprodução socioeconômica e do modelo de produção adotado, foi relatado que não é aplicada a prática de rotação de culturas com áreas de pousio, pois seria uma redução significativa na renda deixar de utilizar uma parte do lote a cada ano. Essa crítica se insere em uma perspectiva questionadora do modelo intensivo de agricultura proposto

pela política de assentamentos rurais para a sobrevivência das famílias, na medida em que não se conserva o bioma, nem se garante uma conservação dos recursos dos camponeses em longo prazo (ROCHA; ZANELLA; CRUZ, 2013).

Na percepção da maioria dos assentados a terra diminuiu sua capacidade de produção e a complementação com insumos é sempre necessária, ou seja, esse tipo de adubação já é uma prática familiar no contexto das representações. Nessa orientação a suplementação com fertilizantes é prática comum, percebida como necessária e crescente ao longo do tempo. Isso representa crescentes custos na produção, que já são considerados implícitos, e a redução de parte significativa da base de recursos, consequentemente da autonomia. Nesse processo ganha evidência o modelo industrial de agricultura, a partir da integração à cadeia de insumos com a dependência dos pacotes agroquímicos.

Nossa maior produção é de leite hoje, mas o lote é insuficiente, se quer fazer outros manejos não tem muita opção, tira uma e já tem que fazer outra. Então até se estava pensando que o INCRA teria que pensar diferente. Temos que plantar quase de tudo, mas assim não tem muita alternativa nessa quantidade de terra. [...] assim não tem como dar descanso para o solo (Entrevistado 04).

[...] enfraquece rápido essa terra, de um ano pro outro dá diferença, cai lá em baixo a produção. A gente busca sempre manter cobertura e coisa assim pra não dar erosão. Por enquanto está se mantendo, desde que chegamos. Pra frente aí depende de nós (Entrevistado 07).

[...] sem adubo nunca plantamos, sempre botando (Entrevistado 06).

As vezes eu olho aqui, as pastagens boas, tem pastagem boa a terra está boa (Entrevistado 17).

Essa perda de autonomia, que não é percebida por todos (como no relato do Entrevistado 17), em parte dos casos ativa processos de resistência e a capacidade de mudança. Percebeu-se nas entrevistas a iniciativa de utilizar algumas práticas conservacionistas, principalmente de pastagens com espécies de ciclos longos (perenes), a fim de revolver menos vezes o solo com novos plantios. Em um dos lotes foi relatado o uso da prática de manejo Pastoreio Racional *Voisin* (PRV), acompanhada por técnico agrícola membro da família. Práticas conservacionistas (em um princípio de transição agroecológica) tendem para um aumento de autonomia através do desenvolvimento de uma base de recursos em co-produção. O controle de pastagens, quando deixa de ser anual e passa a ciclos mais longos, representa um maior controle local e redução de dependência de aquisição de sementes e manejo de máquinas.

Portanto, o investimento de recursos em pastagem perene acarreta em um ‘bem’, que é a biomassa como alimento, e também um ‘serviço’, que é a presença contínua de cobertura do solo sem necessidade de novos manejos sazonais e maior controle da erosão. Esse processo reproduz novos recursos, que podem ser novamente reinvestidos na base de recursos. E o reinvestimento não será necessariamente em pastagens, podendo ser em animais, culturas, instalações, infraestrutura, máquinas, itens para maior conforto, etc.

Essa mudança no manejo é orientada pela assessoria técnica (COPTEC, 2009) e cooperativa (Coperforte), e já é percebida por parte dos assentados como necessária para conservação do solo e também para sua sobrevivência na relação com a terra, apesar de ainda não ser praticada por todos eles ou ser entendida em seus diferentes níveis de complexidade. Também, alguns projetos de extensão de universidades já atuaram e foram mencionados na relação com o tema meio ambiente e conservação dos recursos naturais.

As relações sociais entre diferentes agentes do espaço rural e as experiências da trajetória de vida dos assentados contribuem para ancoragem de novas representações sobre o manejo dos recursos naturais. A degradação, por meio de práticas que sempre garantiram a reprodução no passado, são gradualmente entendidas por outra perspectiva, que pode inviabilizar a reprodução no futuro.

O nosso assentamento é um assentamento bom, o lugar, terra é boa, só que ainda tem uma parte que não aprendeu cuidar da terra, e não faz o mínimo de esforço pra que aprenda a cuidar da terra, na questão de agrotóxico, banhado que não preservam. Eu sou bem franca a falar, eu sou totalmente contra o plantio de soja [...] (Entrevistada 05).

[...] vai depender tudo de o que vão fazer, se é nesse plantio direto, cobertura de solo, só que acho que é muito agrotóxico nessas terras (Entrevistado 09).

A gente está começando plantar mais grama, que daí não precisa mexer a terra todo ano. Vem muito projeto pra plantar grama, da cooperativa de leite, eles mesmo incentivam plantar pra não mexer com a terra todo ano né (Entrevistado 20).

Na medida em que tomam forma novas representações, a tendência é de adaptação às restrições ao longo do tempo. Entretanto, apesar da adaptação e aumento de autonomia, ainda é significativa a dependência de recursos externos a partir da aplicação de um modelo de pecuária leiteira integrado ao mercado de insumos químicos. Deve-se considerar que ainda são necessários novos processos de adaptação,

principalmente quanto ao potencial das características naturais do bioma Pampa para a pecuária familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos indícios da condição camponesa analisados no Assentamento São Joaquim, identificou-se um processo de recampesinização, um reforço de elementos da condição camponesa, tomando como referência temporal a trajetória dos agricultores no assentamento, a partir das representações e práticas da maior parte dos assentados.

Ao longo do processo de adaptação ao novo contexto de vida no assentamento, os assentados familiarizaram uma série de representações. Estas foram necessárias, sob o ponto de vista da sustentabilidade, para o desenvolvimento de práticas mais compatíveis com a aptidão local dos recursos naturais.

Entretanto, no contexto geral das dimensões da sustentabilidade e das potencialidades do bioma Pampa, um conjunto de medidas ainda são necessárias para efetivar claras evidências de recampesinização e ganhos significativos de autonomia. Uma das principais práticas, representativa da condição camponesa no assentamento, a produção de leite, necessita incorporar mudanças para diminuir ainda mais a dependência de modelos exógenos e fortalecer o uso do potencial dos recursos e características locais.

A modernização da agricultura, por meio de práticas do agronegócio, se reproduz também nos assentamentos rurais como apontado na tendência geral da Metade Sul. Por certas vezes conduz a um aumento de dependência dos pacotes tecnológicos, por outras incita processos de resistência na ação em busca de autonomia da condição de agente.

Os resultados, portanto, apontam para uma situação atual em que pequenas variações, mas significativas, podem direcionar consideravelmente a sustentabilidade no assentamento. Considera-se que a condição das famílias não é estática, nem homogênea, e que não há uma tendência única, ou seja, múltiplos processos em diferentes níveis podem ocorrer no mesmo assentamento, tanto de descampesinização como de recampesinização.

Representações e práticas contraditórias coexistem e caracterizam importantes elementos para construção de políticas públicas na consolidação e reprodução socioeconômica dos assentamentos rurais na Metade Sul do RS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COPTEC. Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda. **PRA: Plano de Recuperação do Assentamento São Joaquim. Santana do Livramento-RS: COPTEC/MDA/INCRA, 2009. 126 p. Disponível em:** <http://www.coptec.org.br/mapa/Santana%20do%20Livramento/PA%20S%C3O%20JOAQUIM/pa_sao_joaquim.html>. Acesso em: 13 maio 2014.

CRUZ, R. C.; GUADAGNIN, D. L. Uma pequena história ambiental do Pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança. In: COSTA, B. P.; DIECKEL, M. E. G. (Org.). **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: Práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas.** Santa Maria-RS: UFSM, PPG Geografia e Geociências, Dep. de Geociências, 2010, v. 1, p. 155-179.

ETGES, V. E. Desenvolvimento regional: uma análise da metade sul do Rio Grande do Sul. **Novos Cadernos NAEA**, Belém-PA, v. 13, n. 2, p. 169-186, dez. 2010.

INCRA. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento São Joaquim (Nova Santa Rita) Santana do Livramento/RS.** Porto Alegre: INCRA, 2005. 60 p. Disponível em: <http://www.coptec.org.br/mapa/Santana%20do%20Livramento/PA%20S%C3O%20JOAQUIM/pa_sao_joaquim.html>. Acesso em: 13 maio 2014.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S. GAZOLLA, M. (Orgs.) **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 328 p.

MENEZES, M; MALAGODI, E. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, S. GAZOLLA, M. (Orgs.) **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 328 p.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 17 ed., 2000. p. 9-30.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização - Portaria MMA nº9, de 23 de janeiro de 2007.** Brasília: MMA, 2007. 300 p.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social.** Trad. Pedrinho A. Guareschi. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 408 p.

OVERBECK, G. E. et al. Os Campos Sulinos: um bioma negligenciado. In: PILLAR, V. P. et al. (Orgs.) **Campos Sulinos: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade.** Brasília-DF: Ministério do Meio Ambiente, 2009, v.1, p. 175-198.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-56.

_____. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 372 p.

_____. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-31.

REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C. A condição camponesa revisitada: transformações e permanências. **Isegoria**, Viçosa: UFV, ano 1, v. 1, n.1, mar./ago. 2011. p. 1-28.

ROCHA, J. M. **As Raízes da Crise da Metade Sul**: Estudo da formação econômica do Rio Grande do Sul. Jaguarão-RS: UNIPAMPA, 2011b. 192 p.

ROCHA, J. M.; ZANELLA, F. C.; CRUZ, R. C. Reforma agrária no Bioma Pampa: aspectos para repensar os métodos de desapropriação e distribuição de terras na Metade Sul do RS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/15065/9136>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

ROCHA, J.M.; BRANDENBURG, A. Limites e desafios da agricultura familiar: a sustentabilidade em questão. **REDES**, Santa Cruz do Sul: Edunisc, v.8, n.2, p.93-104, maio/ago. 2003.

SAQUET, M. A. CAMPO-TERRITÓRIO: considerações teórico-metodológicas. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, fev. 2006. p. 60-81.

SCHNEIDER, S. GAZOLLA, M. (Orgs.) **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 328 p.